UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FLÁVIA MARIA RÉ

**Ideias em ação. Liberalismo e reforma no pensamento político
de Rui Barbosa
Versão corrigida**

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Ideias em ação. Liberalismo e reforma no pensamento político
de Rui Barbosa**

Versão corrigida

Flávia Maria Ré

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política do
Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Doutora em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R281i Ré, Flávia Maria
Ideias em ação. Liberalismo e reforma no
pensamento político de Rui Barbosa / Flávia Maria Ré
; orientador Bernardo Ricupero. - São Paulo, 2016.
463 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Liberalismo. 2. Democracia. 3. Federalismo. 4.
Reforma eleitoral. 5. Reforma constitucional. I.
Ricupero, Bernardo, orient. II. Título.

Resumo:

RÉ, Flávia Maria. *Ideias em ação*. Liberalismo e reforma no pensamento político de Rui Barbosa. 2016. 463 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O objetivo deste trabalho é analisar as propostas de reforma liberais democráticas de Rui Barbosa durante as décadas finais do Império e as décadas iniciais da Primeira República. Em particular suas propostas de reforma eleitoral, do ensino, do elemento servil, do federalismo, e da Constituição de 1891. A estratégia de análise consistiu em demonstrar que suas propostas de reforma estavam dialogando diretamente com o contexto histórico-político do país e também com a trajetória intelectual do proponente, isto é, quando Rui apreciava estas questões, o fazia sempre balizado pelo ideário liberal. Esse caminho analítico permitiu rever a avaliação tanto dos críticos que o idolatravam, bem como daqueles que o taxavam de idealista descolado da realidade. Ao mesmo tempo, foi possível demonstrar que Rui Barbosa não adotava necessariamente e de modo integral os princípios liberais, sem a preocupação de adequá-los aos propósitos do seu projeto político de construção de uma sociedade liberal democrática. Tais procedimentos permitiram apresentar como conclusão que as propostas reformistas de Rui Barbosa estavam atentas ao contexto histórico-político ao qual elas visavam alterar. Outrossim, no momento republicano, foi possível demonstrar uma guinada no pensamento de Rui, quando ele começou a constatar que as reformas institucionais mostravam-se insuficientes para implantar um regime democrático liberal, o que não significava que ele julgasse inadequada a transplantação de instituições liberais exógenas para o ambiente brasileiro. O político baiano pensava que, ao lado da implantação dessas instituições, deveria ocorrer uma mobilização para moralizar e educar a população.

Palavras-Chave: Rui Barbosa. Liberalismo. Federalismo. Democracia.

Abstract

RÉ, Flávia Maria. *Ideas in Action*. Liberalism and reform in the political thought of Rui Barbosa. 2016. 463 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This work purports an analysis of Rui Barbosa's proposals for liberal and democratic reforms along the final decades of the Brazilian Empire and the beginning decades of the First Republic. More specifically, its focus is on his proposals for electoral and educational reform, as well as reforms for slave emancipation, reforms of federalism and of the Constitution of 1891. The analytical approach adopted allowed to demonstrate that his reform proposals were directly engaged with the then current political landscape in the country and also with the proponent's own intellectual trajectory, meaning that Rui Barbosa's appreciation of those issues was informed by 19th century liberal ideology. This analytical approach made it possible to put into a new perspective both the appraisal of his apologists and the criticisms from those who considered him an idealist detached from reality. At the same time, this analysis allowed some specificities to surface, showing that Rui Barbosa did not always follow liberal thought integrally. He was careful in adapting liberal principles to his intent of giving shape to a liberal democratic society. The research findings led to the conclusion that the reformist proposals of Rui Barbosa were up-to-date with the social-political context they aimed to change. Thus, the analysis revealed that a turn in Rui Barbosa's thought in the republican period seems to suggest his realization that the previous institutional reforms had shown insufficient for the implementation a liberal democratic regime, though this did not mean that he judged inadequate the importation of exogenous ideas to the Brazilian environment. The politician from Bahia thought that the implementation of such institutions should be accompanied by a mobilization aiming at moralizing and educating the population.

Key-words: Rui Barbosa. Liberalism. Federalism. Democracy.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos e o financiamento que recebi durante o desenvolvimento desta pesquisa, que me permitiram dedicação integral a este trabalho e o acesso a materiais de estudo indisponíveis nas bibliotecas e arquivos locais. Também agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Registro também o meu agradecimento ao Departamento de Ciência Política da USP pelo rigor acadêmico sempre prezado, o que me fez optar pela dedicação exclusiva aos estudos.

Agradeço também à Superintendência de Assistência Social da USP por ter me concedido auxílio estudantil e propiciado a oportunidade de morar no CRUSP.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bernardo Ricupero, agradeço sobretudo, por ter confiado no meu trabalho. Reitero o meu agradecimento pela plena autonomia de pesquisa e liberdade de reflexão que me concedeu, sem deixar de se fazer presente quando surgiram as dificuldades da pesquisa, o desespero com a escrita da tese e a dúvida se, realmente, eu conseguiria “dar conta do Rui”.

Lembro também da Profa. Dra. Cecília Helena de Salles Oliveira e da Profa. Dra. Maria Fernanda Lombardi Fernandes que participaram da banca de qualificação e me apresentaram sugestões para o encaminhamento da pesquisa. A ambas, o meu agradecimento.

Não poderia deixar de registrar o meu agradecimento ao saudoso Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão que me aceitou, nos tempos idos da graduação e do mestrado, como sua orientanda. O exemplo de camaradagem e o esforço do professor Gildo para pensar o Brasil deixaram, sem dúvida, marcas indeléveis na minha trajetória acadêmica. Preciso agradecer também a todos que participaram do grupo de pesquisa “Linhagens do pensamento político-social

brasileiro” e que me propiciaram um espaço de diálogo sobre os temas do pensamento político-social brasileiro, fundamental, inclusive, para o desenvolvimento das questões presentes neste trabalho. Agradeço, por esses motivos, especialmente, à Profa. Dra. Élide Rugai Bastos, à Profa. Dra. Rossana Rocha Reis, à Profa. Dra. Gabriela Nunes Ferreira, à Profa. Dra. Maria Fernanda Lombardi Fernandes, à Profa. Dra. Vera Alves Cêpeda, à Profa. Dra. Mariana M. Chaguri, ao Prof. Dr. André Botelho, ao Prof. Dr. Diego Ambrosini e ao Prof. Dr. Mario Augusto da Silva.

Deixo registrada também a minha gratidão ao Prof. Dr. André Vitor Singer pela disposição em organizar o Grupo de Pesquisa Pensamento e Política da USP. Ao Prof. Singer, e a todos os componentes desse grupo, agradeço a oportunidade de poder participar desse espaço de extrema importância para o processo de minha formação acadêmica.

Devo, ao Prof. Dr. Alcides Villaça, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP, uma menção de agradecimento. As suas aulas sobre Machado de Assis foram muito agradáveis e úteis. Penso que mantereí sempre comigo suas apreciações dos contos machadianos, seja na observação dos processos políticos e sociais do Brasil, seja no enfrentamento da vida, com menos intransigência e mais ironia.

Agradeço também ao “livreiro” Hélio, pelo seu trabalho na localização de materiais e fontes sobre Rui Barbosa, que foi de enorme valia para a minha pesquisa.

Preciso lembrar aqui a atenção que, ao longo dos anos, como aluna do DCP/USP, recebi da Rai e do Vasne. E declaro o meu reconhecimento pela forma paciente, sem abrir mão do profissionalismo, que sempre me auxiliaram nas questões burocráticas e, é claro, por ter sempre ouvido de ambos que tudo daria certo.

Nesses anos de pós-graduação, contei com o apoio de vários colegas do DCP/USP, com os quais travei conversas instigantes e camaradas. Agradeço, por isso, especialmente, a Léa Tosold, Erygeanny Machado de Lyra, André Velasco e Cruz, Christian Jecov Schallenmüller, Camila Massaro de Góes e Leonardo Belinelli de Brito.

Agradeço muitíssimo a Valéria da Silva Moraes e a Roseli Salomoni por terem me recebido de forma carinhosa no apartamento. Meu muito obrigada as

duas pelo desvelo comigo nesses anos de convivência. Um muito obrigada devo também ao Marcilio Martins que, além de me propiciar uma enorme tranquilidade, aceitou, com imensa boa vontade, que eu ocupasse todo o nosso espaço comum com meus livros. A essas três pessoas que conviveram comigo a fase de doutoramento, aproveito também para dirigir um pedido de desculpas pelas vezes que não consegui ocultar o mau humor, ou evitar as andanças de madrugada pela sala. Foram tantas essas vezes que, com certeza, devo tê-los incomodado, mas, que, tão pacientemente, nunca me disseram.

Ainda devo um agradecimento ao João Paulo Grava, pelo companheirismo; ao Francisco Padula, pela amizade; a Caroline Serafim, pelo carinho e torcida; ao Rodrigo Correia do Amaral, pelas atitudes que demonstraram preocupação comigo nesses anos. Devo um agradecimento também ao colombiano Alirio Gómez Gómez, cuja presença foi importante para tornar menos árduo o processo que resultou neste trabalho. Meu singelo agradecimento a todos que já não aguentavam mais me ouvir falar do baixinho com “cabeça de mapa-múndi”.

É tarefa ingrata agradecer aqui ao mais do que meu querido amigo, meu “fiel escudeiro”, Pedro Gustavo Aubert. Assim, prefiro apenas deixar indicado o meu “inenarrável” agradecimento por tudo o que a sua amizade representou para mim nesses anos de USP.

Ao meu pai, Orlando, à minha mãe, Izabel, e ao meu irmão, Wagner, primeiramente, peço desculpas pela minha ausência em muitas ocasiões familiares que os anos de pesquisa me impuseram. E meu agradecimento por compreenderem, de certa forma, que um dia essa tese terminaria e eu poderia, então, retornar para perto deles. À Zósia, meu agradecimento pelas inúmeras vezes com que me recebeu em sua casa e por se esforçar tanto para que eu realizasse esse trabalho da melhor forma possível.

E por fim, reconheço aqui a dívida impagável que contraí com o meu irmão Henrique. Admito que sem a sua ajuda - em todos os sentidos - e o seu incentivo, este trabalho não teria sido realizado. Devo a ele meu muitíssimo obrigada pelos vários “puxões de orelhas” carinhosos que recebi ao longo da escrita do trabalho, e que me foram de extrema valia para “pôr os pés no chão” e um ponto final na tese.

Para o Henrique

Sumário

Introdução	13
-------------------------	----

Capítulo I

<i>A fortuna crítica de Rui Barbosa</i>	27
1. A personagem Rui Barbosa	37
1.1. O culto cívico à personagem Rui Barbosa e a releitura crítica da sua obra	41
1.2. Rui Barbosa: entre glórias e derrotas.....	56
1.3. Rui Barbosa, a personagem por ele mesmo	61
2. Interpretações de Rui Barbosa	67
2.1. Rui Barbosa, “Apóstolo do Direito, da Liberdade e da Lei”	67
2.2. Rui Barbosa, o “idealista utópico”	81
3. <i>A forma de pensar</i> de Rui Barbosa.....	89

Capítulo II

<i>As primeiras ações e ideias reformistas de Rui Barbosa – (1869-1878)</i>	103
1. “Reforma ou Revolução!”: as reformas político-institucionais em debate no final da década de 1860.....	108
1.1. O surgimento dos novos liberais	115
1.2. A deserção dos liberais: outras propostas reformistas.....	130
2. Rui Barbosa: um bacharel entre o radicalismo político e a prudência.....	138
2.1. O debate político do final da década de 1860: reforma do sistema representativo e emancipação do elemento servil.....	143
3. Liberais na oposição: as ideias reformistas de Rui Barbosa no <i>Diário da Bahia</i>	152
3.1. A crítica de Rui Barbosa ao <i>poder pessoal</i> do Imperador.....	155
3.2. A campanha de Rui Barbosa pela eleição direta	160

Capítulo III

<i>Reforma eleitoral</i>	173
1. Uma nação de analfabetos: o impasse para a legitimidade da representação política.....	174
2. Liberais contra liberais e a discussão da reforma eleitoral.....	181
2.1. O projeto Sinimbu (1879)	182
2.2. A estreia de Rui Barbosa no Parlamento, a defesa da situação liberal e o delineamento do seu projeto político	184
2.2.1. O censo e o saber, ou a sagração das capacidades e o medo do número.....	199
3. A exclusão dos analfabetos	212
4. O projeto Saraiva (1880).....	227

Capítulo IV

<i>Reforma do ensino</i>	235
1. Os <i>Pareceres</i> de Rui Barbosa: a reforma da instrução pública	237
1.1. As críticas aos <i>Pareceres</i>	244
2. A proposta de reforma do ensino de Rui Barbosa	250
2.1. Diagnóstico e propostas gerais.....	250
2.2. As funções e os limites da ação do Estado na educação do povo	256
2.3. A educação como dever do Estado e direito do indivíduo: o ensino obrigatório	264
2.4. O ensino da ciência e a suposta neutralidade do Estado no âmbito da educação	268
3. Educação e formação do trabalhador	272
3.1. A educação para a formação do cidadão e de uma sociedade liberal democrática	277
3.2. A escola de Rui Barbosa: formação de trabalhadores, manutenção da ordem e progresso capitalista	282
3.3. A síntese do projeto de reforma do ensino de Rui Barbosa.....	285

Capítulo V

<i>Trabalho livre e federalismo</i>	293
---	-----

1. A reforma abolicionista: liberdade civil e trabalho livre	295
1.1. Rui e o “Projeto Dantas” de emancipação dos sexagenários	295
1.2. A defesa de Rui ao Projeto Dantas: o direito à liberdade civil.....	305
1.3. As propostas de transição para o trabalho livre e o direito dos libertos.....	312
2. Fim da escravidão, modernização das instituições políticas e cidadania	322
2.1. A campanha abolicionista fora do Parlamento.....	322
2.2. Fim da escravidão, limites à cidadania e reformas políticas	336
3. A reforma federalista: democratização e republicanização da Monarquia.....	343
3.1. “Reformar é resistir”: a reforma federalista e o rompimento de Rui com o Partido Liberal.....	350
3.2. Federalismo e democracia.....	359

Capítulo VI

<i>Da institucionalização da República à democracia conservadora.....</i>	<i>372</i>
1. A institucionalização da República e a concretização das ideias de Rui Barbosa.....	376
1.1. A “democracia do trabalho industrial” como alicerce da República.....	379
1.2. A atuação de Rui Barbosa na elaboração da Constituição de 1891	388
2. A democracia “conservadora”	403

Considerações finais	429
-----------------------------------	------------

Bibliografia e Fontes	440
------------------------------------	------------

Figuras

1. Estátua de Rui Barbosa	40
2. Santinho político de Rui Barbosa.....	44
3. Invasão da Câmara dos Deputados.....	205

Introdução

A ideia de estudar o pensamento político e as ações de Rui Barbosa surgiu durante os seminários do Projeto Temático “Linhagens do Pensamento Político-Social Brasil”, organizados pelo saudoso professor Gildo Marçal Brandão e a professora Élide Rugai Bastos.

A ideia central que organizava esses seminários era “verificar em que medida os conceitos de ‘idealismo orgânico’ e ‘idealismo constitucional’, formulados originalmente por Oliveira Vianna, são capazes [...] de descrever e analisar as principais ‘formas de pensamento’ que do último quartel do século XIX para cá dominaram o pensamento social e político brasileiro”.¹

Nesse cenário, Rui Barbosa, sem sombra de dúvidas, pode ser considerado o maior representante do “idealismo constitucional”, além de igualmente ser um dos maiores personagens políticos do final do Império e do início da Primeira República. Rui também é amplamente reconhecido como o principal responsável pela elaboração da Constituição de 1891 e pela moldagem institucional do regime federalista republicano.

Portanto, o estudo do pensamento e das ações de Rui Barbosa é uma oportunidade privilegiada para utilizar as sugestões teórico-metodológicas que foram desenvolvidas no âmbito dos seminários mencionados acima. Neste estudo, entretanto, não temos o objetivo de traçar e acompanhar as linhagens de pensamento de Rui Barbosa até os dias de hoje.

Nele pretendemos apresentar uma nova leitura das ideias e da ação política de Rui Barbosa no contexto de transição do Império para a Primeira República, sempre balizada pela noção de “forma de pensar”², desenvolvida

¹ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2007, pp. 29-30.

² A referência aqui é baseada numa agenda de pesquisa mais ampla desenvolvida por Gildo Brandão no Projeto Temático “Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro”,

pelo professor Gildo Marçal Brandão. Mais especificamente, a questão das relações de Rui Barbosa com o liberalismo político e as suas propostas de reformas político-institucionais.

Se a marca de um *pensamento* parece ser aquela que produz diálogo, seja com seus contemporâneos, seja aquele que recebemos como uma espécie de legado, para se entender a formação e a tradição do pensamento político brasileiro é fundamental acompanhar o debate entre os autores, seus intérpretes e críticos³. Portanto, estudar Rui Barbosa significa também considerar a sua fortuna crítica, ou seja, significa avaliar inúmeros trabalhos que analisaram suas obras, bem como as suas inúmeras biografias.

A construção da personagem histórica de Rui Barbosa é bastante complexa. Seus biógrafos ou procuraram demonstrar exaustivamente a apreciação laudatória de sua personalidade e dos seus feitos de grande homem público, ou a detração de sua vida pessoal e pública. Desse modo, quando se estuda ou se fala sobre Rui Barbosa, antecipadamente é preciso revelar de qual personagem se trata, pois memorialistas e historiadores, ao longo dos quase cem anos posteriores à sua morte, elaboraram várias interpretações ao seu respeito. Nesse sentido, Bolívar Lamounier, quando da publicação de seu ensaio, em 1999, “Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira”, constatara que passadas sete décadas da morte de Rui Barbosa, a crítica ainda não havia conseguido se desvencilhar dos extremos de louvor e detração em torno de sua figura política⁴.

anteriormente desenvolvida e publicada em *Linhagens do pensamento político brasileiro*: “Sem deixar de examinar o conteúdo substantivo das ideologias e visões-de-mundo, a ênfase analítica será posta na descrição das “formas de pensar” subjacentes – estruturas intelectuais e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada”. Idem, p. 30.

³ O estudo de Luiz de Castro Faria sobre Oliveira Vianna é muito sugestivo nesse sentido: “O estudo da obra de Oliveira Vianna permite examinar como se modifica e se elabora aquilo a que chamamos de *pensamento político brasileiro*; processos onde se forja através de ácidos debates uma certa “comunidade de pensamento”, onde se pode discordar de quase tudo, exceto das questões que se imporiam a qualquer pretendente ao estatuto de escritor”. FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41- Niterói*: o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 8.

⁴ LAMOUNIER, Bolívar. “Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira”. In *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 51.

De acordo com Lamounier, Rui Barbosa teria suscitado, ainda em vida, diálogos tão afamados, que acabaram por obscurecer o significado das suas próprias ideias e das práticas que buscou fundamentar ao longo de sua trajetória política e intelectual. À primeira vista, se há uma louvação a Rui Barbosa, o fato, segundo Lamounier, “é que o referido culto não é solução, mas parte do problema”⁵.

A preocupação maior com a exaltação dos traços exteriores de sua figura contribuiu para que se arrefecessem as análises do conteúdo de suas ideias políticas e de suas ações como pensador e protagonista no debate dos problemas brasileiros no final do Império e durante a Primeira República. Assim, podemos identificar que no caso de Rui Barbosa, houve uma forma clara de separação entre ideias e autor. Se por um lado, enquanto o autor se mantém como sólido símbolo cívico, a obra de Rui Barbosa parece ter sido vitimada pela profunda ligação com o momento em que foi produzida, não encontrando grande circulação e reivindicação intelectual de suas ideias liberais por parte de outros autores do pensamento político brasileiro ao longo do tempo⁶.

No campo do pensamento político brasileiro, segundo Bolívar Lamounier, as ideias e ações de Rui Barbosa sofreram a crítica negativa tanto das correntes autoritárias (Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral), em gestação já na Primeira República e aprofundadas no pós-30. O mesmo, ainda segundo Lamounier, teria ocorrido com as correntes marxistas acadêmicas, no início da década de 1950. Essas vertentes críticas, apesar das evidentes divergências políticas, compartilhavam a noção de que o pensamento político de Rui Barbosa seria puramente “formal”, sustentando a versão de que suas ideias são imitações das europeias, transportadas a um contexto inadequado. De modo que, nesta visão, segundo a qual a democracia liberal não tem aplicação no Brasil, o discurso de Rui Barbosa torna-se ou uma ideologia a serviço das classes dominantes, ou um discurso não-realista. Para

⁵Idem, p. 52.

⁶ A hipótese de Brandão é a de que “o conservantismo parece ter sido capaz de plasmar inteiras formações intelectuais, como a dos saquaremas no Império ou a do pensamento autoritário dos anos 30, enquanto algumas das melhores leituras liberais parecem façanhas de personalidades brilhantes isoladas”. BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*, p. 65.

a maior parte da crítica, dita “realista”, em especial Oliveira Vianna, o crítico por excelência da Constituição de 1891 e do pensamento político de Rui Barbosa, o insucesso da democracia republicana foi provocado pelo profundo “idealismo utópico” de “seus pais fundadores”, sendo que Rui Barbosa era o maior desses representantes. De acordo com Lamounier, a crítica dessas duas vertentes, muito contribuiu para que o valor analítico do pensamento e da ação política de Rui Barbosa tivesse diminuído ao longo do tempo⁷.

Além dessas correntes críticas, devido ao seu aspecto pragmático, a obra de Rui Barbosa tem sido geralmente desprezada sob o pretexto de que um autor preocupado com a ação não teria interesse pela reflexão política. Rui Barbosa não possuiria, portanto, um pensamento sistemático e coerente. É preciso assinalar que este ponto de vista é quase unânime, seja entre os seus adversários, seja entre os seus apologistas. A partir dessa assertiva - o pragmatismo como conduta oposta à reflexão -, os críticos afirmaram que Rui Barbosa foi somente um autor simplista e confuso, além de dividido entre diferentes convicções, reunidas numa “retórica inesgotável de pernicioso sofista”⁸; ou ainda, como considera Afonso Arinos de Mello Franco, “Rui não era um homem de pensamento. [...] se o leitor começa a procurar a contribuição dele, do seu pensamento, eu me permito dizer que encontra muito pouco”⁹.

Vale ressaltar que a fortuna crítica mais recente sobre Rui Barbosa ainda se propõe a exaltar os seus feitos biográficos de personalidade pública e polêmica¹⁰; exalta a sua notabilidade pela atuação em Haia e a posterior consagração no imaginário popular¹¹.

Desse modo, talvez não seja demasiado ressaltar que, passada mais de uma década da publicação do ensaio de Bolívar Lamounier ainda são escassos

⁷ LAMOUNIER, Bolívar. *Op.cit.*, p. 55-64.

⁸ MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Rui. O homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.10.

⁹ MELLO FRANCO, Afonso Arinos. *O som do outro sino - um breviário liberal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira/UNB, 1958, p. 176.

¹⁰ Cf. GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

¹¹ CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas*. Rui Barbosa: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

os estudos acadêmicos que se dediquem à compreensão sistemática e equilibrada das ideias políticas de Rui Barbosa¹². Tudo isso nos fornece a percepção da importância de se retrabalhar a obra de Rui Barbosa pelo viés da análise de suas ideias liberais e de suas propostas de reformas. Nesse sentido, a tentativa de preencher essa lacuna e contribuir para que as ideias políticas de Rui Barbosa produzam diálogos mais expressivos no interior do campo do pensamento político brasileiro justificam a pertinência da pesquisa acadêmica sobre o tema.

O desenvolvimento da pesquisa partiu de uma afirmação do próprio Rui Barbosa sobre sua “indiferença às formas de governo, a equivalência de todas as Constituições, monárquicas ou republicanas, nas quais se assegure ao povo o governo representativo e ao indivíduo o regime jurídico da liberdade”¹³. Esta passagem foi escrita em 1895, quando ele estava exilado na Inglaterra, por conta da ditadura de Floriano Peixoto. Passagens semelhantes a esta podem ser encontradas em outros momentos de sua obra, e possuem a intenção de ressaltar que as Repúblicas “aparentes” são, muitas vezes, as piores tiranias.

Esta preocupação tinha uma justificativa: ao considerar que a liberdade civil era fundamental, e deveria estar alicerçada no respeito aos direitos e garantias individuais, sendo Rui Barbosa praticamente indiferente em relação às formas de governo que poderiam ser adotadas. Assim também, a Proclamação da República, por si só, seria insuficiente para legitimar as instituições democráticas. A República não significava naturalmente a democracia, a Monarquia o despotismo, ou vice-versa. Nesse sentido, Rui

¹² Destacamos aqui os trabalhos acadêmicos mais recentes sobre o pensamento político de Rui Barbosa: SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. *Rui Barbosa e Pinheiro Machado: disputa política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca*. São Paulo: PUC, 2005. [Tese de Doutorado]. Mimeo; SILVA, Leandro de Almeida. *O Discurso modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)*. Juiz de Fora: UFJF, 2009. [Dissertação de Mestrado]. Mimeo. Também, a Tese de Doutorado de ARAÚJO, Gisele Silva. *Os sentidos da ordem e a legitimação da República brasileira: entre o interesse privatista dos liberais e o amor à pátria dos positivistas*. Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2009 [no prelo], especialmente a parte VII, “A síntese derrotada de Rui Barbosa: tradição liberal, positivismo e pedagogia”, p. 232-253, publicada posteriormente na revista *Perspectivas*. Vol. 37. São Paulo, jan./jun. 2010, p. 113-144. Cabe ressaltarmos a importância para o nosso trabalho do estudo do Prof. Leonel Severo da Rocha, *A democracia em Rui Barbosa*. O projeto político liberal-racional. Rio de Janeiro: Liber juris, 1995, obra originada de sua Tese de Doutorado.

¹³ BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*. 2ª ed. Livraria Acadêmica: São Paulo, 1929, p. 123.

Barbosa reivindicava um sistema político, em que a defesa e a existência da liberdade, garantida pela lei, seriam a sua condição de legitimidade.

A decepção com as instituições políticas já nos primeiros anos da Primeira República é evidente. Perspectiva que, por um lado, nos leva a formular dois problemas.

Quais as propostas de Rui de reforma para implantar instituições liberais democráticas? E, em contrapartida, como essas instituições atuariam para promover uma sociedade civil organizada de acordo com os princípios do liberalismo e fomentariam o desenvolvimento econômico e social da nação? Nesse sentido, pensamos que as suas principais propostas para a implantação e consolidação de um governo liberal democrático podem ser localizadas já nos anos finais do Império, e elas foram elaboradas em torno dos principais temas nos quais a personagem se envolveu: o governo representativo, o sufrágio eleitoral e as condições capacitárias exigidas ao exercício da cidadania, a educação pública, a abolição e o federalismo. Assim, nosso problema central diz respeito à compreensão de suas principais ideias políticas, e na forma como elas foram sendo modificadas a partir do Império e reelaboradas na Primeira República, de acordo com o contexto político. Desse modo, o objetivo da pesquisa é reconstruir as ideias de “democracia liberal” em Rui Barbosa, procurando recuperar, entre as suas várias definições de democracia, uma persistente ação política para a institucionalização de um regime político liberal moderno no Brasil.

Nesse sentido, analisaremos o pensamento e a ação política de Rui Barbosa tendo em vista a sua posição histórica, como um ator político pensando e agindo na sociedade em que viveu. Para isso, trabalharemos a sua obra com o objetivo de esclarecer a sua *forma de pensar* e as respostas aos problemas políticos de seu tempo.

Em primeiro lugar adotaremos a hipótese de que Rui Barbosa não foi um “idealista utópico”, ao menos no sentido da crítica que Oliveira Vianna lhe imputou, ou seja, um pensador descolado da realidade¹⁴. Portanto, mais do que

¹⁴ “Estes estupendos edificadores de regimes obstinam-se – por ignorância ou por sistema – em não contar com as condições reais da sociedade que pretendem organizar. Legislam para abstrações; articulam Constituições admiráveis, não para que as executem os brasileiros; mas uma entidade abstrata, este homem utopia: o Cidadão”. VIANNA. Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, p. 19.

evidenciar que não estava avesso à apreensão da realidade do país, procuraremos demonstrar *como* Rui Barbosa via a realidade e de *que modo* procurava buscar soluções para os problemas concretos de sua época. Aquilo que pretendemos assinalar é o fato de que existe, no pretense “idealismo” de Rui Barbosa, não somente pura retórica, mas notadamente uma tentativa de pensar a política e atuar politicamente a partir do modelo liberal-democrático.

Cabe ressaltar que a análise proposta não buscará funcionar como defesa de Rui Barbosa, como podemos observar na fortuna crítica que se dedicou a louvar os feitos grandiosos do “Estadista da República”, e empreendeu esforços para apagar suas ambiguidades e contradições. Por isso, os parâmetros das ideias liberais e de suas propostas de reforma são importantes para a pesquisa. Tais parâmetros nos fornecerão a dimensão para pensar que, ao mesmo tempo em que Rui Barbosa defendia reformas, ele se atinha a pressupostos liberais que traziam contradições intrínsecas a essas mesmas reformas. Por isso, para trabalhar com suas ideias, em primeiro lugar, é necessário estabelecer um diálogo direto com os seus textos e, em segundo lugar, realizar incursões em algumas de suas fontes, principalmente aquelas relacionadas às suas ideias liberais e democráticas.

Desse modo, considerando o material empírico e a fundamentação teórica sobre a pesquisa, nosso objetivo não é o de elaborar uma biografia política de Rui Barbosa. Quanto à adoção de uma abordagem hermenêutica, a definição do nosso objeto de estudo – os discursos e escritos políticos de Rui Barbosa –, já introduziria dificuldades. Isso porque, a ausência de inferência entre texto e contexto dessa forma de abordagem deixaria de analisar que o próprio autor, pela posição que ocupava no mundo político, era produtor do próprio contexto – este, aliás, traço importante da sua atuação.¹⁵ Assim, afastamos a análise hermenêutica por não tomar o texto e o discurso como ato político, e também não pretendemos buscar na estrutura social um fator explicativo da obra intelectual de Rui Barbosa¹⁶.

¹⁵ Pela abordagem hermenêutica, em linhas gerais, restaria ao intérprete a análise do texto *per se*, nas suas implicações internas, sem inferir acerca das influências do contexto em que foi produzido.

¹⁶ Neste tipo de abordagem metodológica, o autor Pierre Bourdieu é frequentemente utilizado como referência para a postulação de que o contexto social e político dos autores, incluídos aí sua posição de classe, sua inserção política, e a sua trajetória individual, gênero, etc., formaria

Uma abordagem de *contextualização* se mostra mais apropriada ao nosso objeto de estudo. Nesse sentido, é importante estabelecer um diálogo com as contribuições metodológicas do “contextualismo linguístico” de Quentin Skinner, pertinentes ao estudo da história das ideias políticas.

Mais especificamente, ao longo de seus textos destinados à discussão metodológica, uma das questões mais mobilizadas por Quentin Skinner foi problematizar a interpretação dos significados contidos em textos do passado, procurando para isso compreender em que termos autores, textos, contexto e linguagem devem ser articulados para investigar um conjunto de ideias, um enunciado ou o pensamento de um determinado autor.

Assim, de acordo com Skinner, a questão central da história das ideias consiste em compreender a produção de significado por meio do uso da linguagem. Partindo de uma das principais premissas exposta pela filosofia da linguagem de Wittgenstein, a qual afirma que “palavras são atos”, o autor argumenta que para interpretar o significado dos textos, respeitando minimamente os contextos linguísticos originais de sua produção, o historiador intelectual deve procurar compreender quais eram as intenções e motivações dos autores ao pronunciarem uma determinada palavra, frase ou enunciado. O entendimento de um dado texto, explica Skinner, não depende estritamente da compreensão de seus significados, mas das intenções do autor no momento da escrita¹⁷.

Para compreender um ato de fala como uma ação política, para “recuperar” as motivações e as intenções políticas e sociais de um autor ao enunciar uma determinada ideia, é necessário, segundo o autor, traçar a relação entre o dado enunciado e o amplo contexto linguístico disponível e utilizado naquele momento, ou seja, o repertório de ideias com o qual o autor

as condições da produção do texto para determinados autores. Embora esta seja uma abordagem possível para a sociologia dos intelectuais, não será o enfoque adotado no nosso trabalho por entendermos que os interesses materiais ou a classe não foram os únicos elementos ativos na construção das ideias de Rui Barbosa, mas antes devem ser observados os valores autônomos, interesses políticos ou propriamente ideacionais do autor. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

¹⁷ Cf. SKINNER, Quentin. “Meaning and understanding in the history of ideas”. In: TULLY, James. (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 61.

dialogou¹⁸. Isso fica mais claro através da afirmação de Skinner de que duas regras gerais precisam ser consideradas pelos pesquisadores caso queiram, de fato, interpretar “adequadamente” um texto. A primeira deve levar em consideração não apenas o texto a ser interpretado, mas também as convenções prevalecentes que governam as ideologias em uso, uma vez que os autores são limitados, em suas intenções durante a escrita, pelo “estoques de conceitos” disponíveis que eles poderiam empregar. A segunda regra, como desdobramento da primeira, sugere que o historiador das ideias só atingirá uma compreensão de seu objeto se focar o mundo mental do escritor, suas crenças empíricas, suas percepções e sentimentos, seus valores morais e políticos, assim como suas ideologias compartilhadas, trocadas intersubjetivamente com seus pares, com sua audiência¹⁹.

Considerar a inserção das ideias em certos ambientes permite tomar os textos como forças políticas e pensá-los a partir da relação entre meios e fins. Skinner sugere que a compreensão das intenções e as motivações de um autor, bem como o seu comportamento político, depende do estudo do próprio contexto que constitui o pensamento ideológico com o qual ele dialoga. Enfatiza, não obstante, que estudar o contexto linguístico de qualquer obra não deve ser tomado pelo intérprete apenas como um meio de se obter uma informação adicional sobre a sua causa, mas deve ser um meio de alcançar maior visão interna do que seu autor queria dizer e o que ele estava fazendo quando escrevia. Uma dimensão metodológica importante, nesse sentido, é a relação entre as intenções do autor e o seu vocabulário normativo disponível, entre a ideologia e ação política, uma vez que ao proferir um enunciado o autor tem em mente legitimar um projeto político entre os grupos de indivíduos que constituem a sua audiência²⁰.

A discussão metodológica no interior da “Escola de Cambridge” ocasionou inegáveis ganhos analíticos para o estudo da história das ideias. Naquilo que tange à nossa pesquisa, é preciso lembrar que Skinner enfatiza a

¹⁸Cf. Idem, p. 64; Cf. SKINNER, Quentin. “Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action”. In *Op. cit.*, p. 102-104.

¹⁹ Idem, p. 77-78.

²⁰ Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12-13.

centralidade do discurso e da ação política, sendo o primeiro entendido também como uma forma de ação²¹. Essa sugestão é muito importante para o estudo das ideias e da ação política de Rui Barbosa, pois o sentido dos seus textos e dos seus discursos políticos manifesta-se na junção entre ideias e práxis, existindo uma ligação quase indissociável entre as ideias e a prática política de Rui Barbosa.

Ainda, como forma de se evitar anacronismos, a análise do pensamento político deve partir do “contexto linguístico” ao qual os escritores estão submetidos, ou seja, deve-se pensar as ideias de um autor no contexto político e intelectual de seu tempo. A metodologia da história das ideias desenvolvidas por Skinner volta sua ênfase para o contexto de origem da produção de um autor, tal como a sociologia dos intelectuais; embora Skinner enfatize não as proposições sociais do autor, mas o universo comunicativo de sua época, com o fito de reconstruir o significado original do texto reconhecido no interior das redes conceituais de uma dada comunidade linguística.

Apesar de ser fundamental para a nossa pesquisa procurar analisar as ideias, discursos e ações de Rui Barbosa inseridas no seu contexto político e intelectual, bem como no contexto ideológico de sua época, algumas formulações mais gerais dessa abordagem metodológica também nos fazem distanciarmo-nos dela²².

Primeiramente, à perspectiva de Skinner contrapomos o questionamento da suposta transparência na exposição textual da intencionalidade do autor.

²¹ Nesse sentido, mesmo num discurso eivado de citação de autores estrangeiros, tal como o produzido no século XIX no Brasil, a retórica o recobre, e ele se reveste de uma finalidade política: “[...] a retórica não busca apenas convencer, operação que se faz mediante raciocínios lógicos. Ela pretende persuadir, mover a vontade, o que exige uma grande variedade de argumentos de natureza não-lógica. Em muitos casos, mesmo na presença de elementos suficientes de convencimento, é necessário o recurso à retórica, pois o convencimento pode não ser suficiente para levar à ação”. CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, nº 1, 2002, p. 137.

²² Como ressalva Brandão, “o argumento de Skinner comporta dois momentos que deveriam ser tratados separadamente: ele deriva da tese segundo a qual ideias e teorias só se explicam pelo contexto no qual se inserem a consequência de que deve ser recusada toda interpretação que ultrapasse esse estrito significado histórico. [...] O segundo [momento] acaba levando à cisão entre teoria e história, entre o momento histórico e o sistemático no tratamento das ideias e da compreensão de um texto, bloqueia qualquer relação entre os interesses teóricos contemporâneos e as pesquisas sobre o significado dos textos históricos”. BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhas do pensamento político brasileiro*, p. 31.

Além disso, existe o fato de que a interpretação de toda obra não tem uma garantia última, pois isto não é possível sem que se sucumba à ilusão de pretender descobrir as intenções originais do sentido incutido pelo autor nos seus textos. A riqueza do texto provém de sua capacidade de ser reinterpretada pelo leitor, e pela história, pois ela ultrapassa, com frequência, aquilo que foi expressamente pensado pelo autor²³.

Daqui a nossa tentativa de conciliar a metodologia de Quentin Skinner sobre o contexto em que as ideias foram produzidas com as sugestões de Gildo Marçal Brandão a respeito da forma como as ideias ultrapassam tal contexto.²⁴ É desse modo que pretendemos adotar a perspectiva debatida por Gildo Brandão para o estudo do pensamento político no Brasil, segundo a qual “nenhuma grande constelação de ideias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tentam dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida; ao mesmo tempo, que nenhuma constelação de ideias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto”²⁵.

²³ Nesse sentido, conforme observou Bobbio, uma das principais características dos textos clássicos consiste no fato de que são recorrentemente tomados como objetos de “releituras e reinterpretações”, uma vez que nos oferecem “teorias-modelo” das quais nos servimos continuamente para compreender a realidade. BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 131. É verdade que, com o passar do tempo, os textos clássicos distanciam-se dos problemas imediatos que procuravam responder e das intenções originais de seus autores ao os terem escrito, mas, por outro lado, ressurgem revitalizados no trabalho crítico de seus intérpretes. Cf. RICOEUR, Paul. “The Model of the Text: Meaningful Action considered as a Text”. In: RABINOW, Paul and SULLIVAN, William (Eds). *Interpretive Social Science: a Reader*. Berkeley: University of California Press, 1979. Nesse sentido, para fins de dimensionamento da contribuição de Rui Barbosa, um pensador clássico, o exame das diferentes interpretações de sua obra não é algo que possa ser desprezado; ao contrário, é parte fundamental das tarefas de elucidação dos sentidos que esta obra adquire em diferentes momentos históricos e da avaliação de suas eventuais potencialidades cognitivas para o estudo do presente.

²⁴ Como afirma Brandão, foi preciso um século de experiência republicana para que a elaboração dos fundamentos como os de Rui Barbosa pudessem ser reivindicados sem complexo de inferioridade pelos liberais e posta novamente em circulação, “como parecem indicar *O Liberalismo e a Constituição de 1988*, no qual o organizador Vicente Barreto teve a feliz ideia de alinhar os artigos correspondentes da primeira e da última constituição republicana, e de usar os comentários de Rui à de 1891 como se fosse à de 1988”. Idem, p. 64-65. Nesse sentido, BARRETO, Vicente (org.). *O Liberalismo e a Constituição de 1988*: textos selecionados de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁵ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*, p. 33.

Apontamos de maneira breve a estrutura pretendida do trabalho: na introdução, são explicitados as questões e os objetivos que nortearam a pesquisa, também visa apresentar os pressupostos metodológicos que guiarão a nossa análise a respeito do nosso objeto, ou seja, a atuação política e intelectual de Rui Barbosa no contexto dos anos finais do Império até a implantação do regime republicano. Além dela, a tese está dividida em seis capítulos e mais as considerações finais.

O primeiro capítulo abordou a fortuna crítica de Rui Barbosa. Na primeira parte do capítulo o foco incidiu na análise da construção da personagem Rui Barbosa ao longo do tempo. O objetivo mais geral pretendido nesta parte foi o de tentar desarmar a feição do político e jurista baiano que nos foi transmitida por meio da construção apologética de uma personagem histórica, inclusive pelo próprio Rui. A segunda parte do capítulo delineou duas correntes interpretativas do pensamento e da ação política de Rui Barbosa. O delineamento da vertente de cunho biográfico de Rui Barbosa nos permitiu demonstrar a edificação de uma interpretação de sua vida e obra voltadas à construção e sedimentação do nome do político baiano como o “arauto” do liberalismo e da democracia. Nessa parte do capítulo também trabalhamos a categoria conceitual e interpretativa de “idealismo utópico”, elaborada por Oliveira Vianna. O intuito dessa parte, além de demonstrar a crítica do ensaísta fluminense ao pensamento de Rui Barbosa, foi colocar em suspeição esse tipo de análise uma vez que em nossa interpretação, ela não levou em consideração a *forma de pensar* do político baiano.

A bandeira política dos liberais, lançada em 1869, de “Reforma ou Revolução” pautou a exposição do segundo capítulo. Nele, procuramos narrar o contexto político do final da década de 1860, assim como as principais ideias de reformas que pautaram a discussão e as ações da elite política nos anos finais do Império. O sentido desse capítulo apresentar um panorama das principais questões surgidas após a queda do Gabinete Zacarias, em 1868, assim como a reorganização dos liberais em torno de programas de reformas

se deve ao fato de que essas questões tiveram implicações no pensamento e nas ações posteriores de Rui.

Tendo isso em vista, o terceiro capítulo apresentou as ideias de Rui Barbosa em torno no tema da reforma eleitoral e da adoção da eleição direta. A fim de evitarmos transformar o objeto da pesquisa, ou seja, as ideias e ação de Rui Barbosa *per se*, em única fonte explicativa para a discussão do problema do sufrágio e da cidadania política no final do Império, procuramos confrontar as suas ideias com a de outros liberais. Ao contextualizarmos os discursos de Rui no debate que ocorreu na Câmara dos Deputados (1879-1881) a respeito da reforma eleitoral, além de acompanharmos o repertório de ideias compartilhado pelos seus pares, delineamos a concepção de democracia liberal do parlamentar baiano e os requisitos por ele elencados como condições para o exercício dos direitos políticos.

No quarto capítulo, buscamos explicitar as propostas de Rui a respeito da reforma da educação pública no Império. Com isso, tentamos demonstrar que o seu projeto de reforma do ensino denotava um projeto político mais amplo para a modernização da nação. Em outros termos, das suas propostas de reforma do ensino emergiam a ideologia do progresso. Desse modo, Rui defendia a educação não apenas como o processo preferencial de pedagogia política e moral às massas, responsável pela formação de cidadãos capacitados para participar da democracia representativa, mas também como o fator responsável pela formação de trabalhadores assalariados habilitados para desempenhar as atividades produtivas na indústria moderna. Ainda, nesse capítulo apresentamos os principais argumentos elaborados por Rui a respeito da importância e das funções da educação para a formação política e social do povo, a partir dos quais ele teceu considerações sobre a responsabilidade do Estado de promover a educação pública e institucionalizá-la por meio de leis que constrangessem o povo a se instruir.

Já o capítulo cinco está dividido em duas partes. Na primeira parte, direcionamos nossa atenção para as ações de Rui a favor da emancipação dos escravos. Assim, buscamos compreender os argumentos presentes no projeto de emancipação dos sexagenários (Projeto Dantas), escrito por Rui, e a defesa que ele elaborou no “*Parecer*” que acompanhava este projeto. Afora os principais argumentos liberais de Rui contra a escravidão, sobretudo devido às

implicações danosas dessa instituição para a construção da sociedade civil, a análise desses documentos ressaltou as suas propostas para a organização do trabalho assalariado, especialmente, as suas propostas para a concessão de direitos aos libertos. O pensamento de Rui a respeito da questão abolicionista e da organização do trabalho livre foi analisado em consonância com as disputas políticas que marcaram o Gabinete Souza Dantas, com o intuito de ressaltar, por um lado, o seu dissenso com os próprios liberais, e por outro, o início de seu ostracismo. A segunda parte do capítulo privilegiou o tema da reforma federalista, uma das mais importantes campanhas política que Rui desenvolveu por meio da imprensa. Nessa parte são apresentadas as ideias de Rui sobre a questão da descentralização das províncias e a sua concepção de democracia federativa, com o intuito de elucidar, além da sua proposta de “republicanizar a monarquia”, a sua ruptura com a Monarquia, que não acatara a proposta de federalismo.

No sexto e último capítulo empreendemos uma análise da atuação intelectual e política de Rui Barbosa para a elaboração da Constituição republicana bem como a implantação de instituições políticas liberais para a conformação institucional do novo regime. Também nesse capítulo, ao captarmos o desencanto do político baiano com a República, procuramos acompanhar os elementos que passaram a compor o seu projeto político de regeneração do regime, procurando apontar com isso, a centralidade de sua concepção de democracia “conservadora”.

Capítulo I

A fortuna crítica de Rui Barbosa

O Sr. Rui Barbosa - [...] *Pregar ideias para vê-las aceitas, ter o prazer de ver as consciências se levantarem e arderem diante da verdade, sentir essa comunicação das almas honestas, uma com as outras, ver como o pensamento se transmite de um a outro espírito, gozar o espetáculo de ver uma assembleia levantar-se para aplaudir a evidência que se afirma aos olhos, vale tudo, dá para encher o coração durante uma longa vida; mas vegetar laboriosamente, ano a ano, situação a situação, advogando verdades irrecusáveis, defendendo textos expressos das leis, combatendo com a Constituição em punho, sentindo, em torno de si, a opinião pública, o país todo, mas sempre com a certeza prévia, com a convicção absoluta de que perde o seu tempo e que está se gastando de balde, de que pode ser objeto de mofa dos ouvintes, de que quando muito a sua recompensa será a compaixão dos menos desumanos, - é a maior das desgraças, a mais triste das sortes que a uma criatura humana se pode reservar debaixo do céu!*

O Sr. Lauro Müller - *Mas esta não é a situação de V. Ex^a. (apoiados gerais).*

O Sr. Índio do Brasil - *Pelo menos serão lições profícuas para o futuro.*

O Sr. Rui Barbosa - *É verdade! Eu deixo lições para o futuro! É este o meu consolo. Agradeço ao nobre senador a caridade com que me acudiu, contendo-me no curso desta explosão, talvez exagerada. Eu ia esquecendo essa utilidade, a maior de todas: a de semearmos para o futuro, a de plantarmos...*

O Sr. Lopes Gonçalves - *Para o presente também, digo eu.*

O Sr. Rui Barbosa -... *para o bem dos nossos descendentes, a de curarmos dos destinos dos nossos filhos. Já eu disse, eu mesmo, uma vez, que eu planto o **carvalho**, não a couve; mas os que plantam a couve têm a fortuna de a saborearem e os semeadores do **carvalho** morrem sem ter encontrado ainda a sombra debaixo da qual outras gerações se vão acolher mais tarde. Todavia, para as almas bem nascidas, esta é a maior satisfação, o maior dos prazeres da vida, e eu me desdigo do que tenho dito até agora e agradeço a Deus a sorte que me destinou, abençoando a sua mão dadivosa por não me ter criado para plantar a couve, mas semear o **carvalho**.* (Riso).

Trecho do discurso de Rui Barbosa no Senado da República, a 9 de novembro de 1917.

*Na História do homem, a árvore tem uma importância singular. [...] Este **carvalho** mesmo antes de crescer tem uma história. Rui Barbosa o plantou nesta encosta ajardinada de São Paulo. E no dia seguinte mãos profanadoras vieram arrancar a árvore nascente. Era em 1919. Nós, estudantes da época, fomos buscar a árvore, a fim de replantá-la. [...] Qualquer que fosse o sentido, plantamos a árvore e a chamamos de árvore da liberdade. Se alguma coisa se aproveita do verboso foguete de 19, é a lembrança de que ali adiante corre, oculto como se fosse o próprio sangue de São Paulo, o riacho do Anhangabaú. Dessa São Paulo que adotou o segredo da antiga Roma, recebendo em seu seio todas as raças, admitindo e igualando todas as origens. É afixação do diálogo entre o rio e a árvore. Entre eles, a herma de Rui Barbosa*.*

Trecho da conferência pronunciada por Oswald de Andrade, em São Paulo, a 5 de novembro de 1949. *Estátua de Rui Barbosa, de autoria do escultor paulista José Cuccé (vide Figura 1).

Analisar as ideias e ações políticas de Rui Barbosa não é tarefa fácil para o pesquisador que se debruça sobre a sua extensa obra. Uma das grandes dificuldades do exame dos textos políticos de Rui – pronunciamentos parlamentares, projetos de lei, pareceres, artigos de jornal e discursos de campanhas políticas - está justamente na dimensão da obra, na natureza dos escritos, e na dispersão dos textos – recaindo sobre alguns inclusive a dúvida a respeito da verdadeira autoria.¹ Como seus textos, em geral, foram redigidos no calor dos episódios políticos, das controvérsias e questões de conjuntura, eles não possuem uma sistematização, são fragmentados e dispersos. Exceto em casos específicos, quando Rui imprimiu uma dimensão monográfica a alguns de seus textos, suas obras políticas estão distribuídas em volumes distintos na edição de suas obras completas. Daí a necessidade de um esforço contínuo para localizar, sistematizar e selecionar os assuntos específicos, bem como os fragmentos mais expressivos do tema estudado.

Precisamos reconhecer também que Rui Barbosa foi, além de autor de textos e discursos políticos, um ator político de primeira monta. O baiano participou de forma direta de praticamente todos os acontecimentos políticos importantes das duas últimas décadas do Segundo Reinado e também nas três décadas seguintes à proclamação da República. Na Monarquia, como deputado liberal, ele se engajou nos principais debates políticos, propondo inicialmente reformas para a manutenção da legitimidade do regime. Mais tarde, em razão de sua defesa da abolição e da federação, criticou violentamente a Monarquia. O sucesso da campanha federalista de Rui na imprensa, em 1889, levou o seu crítico Magalhães Junior a afirmar: “a pena de Rui quase tanto quanto a espada de Deodoro, fora responsável pela queda do Império”.² Ainda que seja necessário ponderar a contribuição de Rui para a proclamação da República, o fato é que ele fora Vice-Chefe do Governo Provisório que a instituiu e primeiro ministro da Fazenda do novo regime, além de tornar-se o principal redator do projeto adotado como a Constituição de

¹ Rui Barbosa legou-nos obra bastante extensa: são até hoje 49 volumes, divididos em 138 tomos editados pela Fundação Casa de Rui Barbosa, que vem reunindo desde 1947 suas *Obras Completas*. Os volumes publicados não perfazem, ainda, a obra “completa”. A Fundação pretende catalogar e publicar, paulatinamente, toda a produção de Rui Barbosa: discursos, projetos de lei, traduções, artigos, etc.

² MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Op. cit.*, p. 109.

1891. Com a irrupção do governo de Floriano Peixoto, passou para a oposição, postulando como condição para a legitimidade da República a “legalidade e a reforma das instituições”. Nesse período, Rui desenvolveu também a campanha do *habeas corpus*, em defesa dos direitos individuais, desrespeitados pela ditadura imposta por Floriano. Representante do estado da Bahia no Senado da República por mais de trinta anos, Rui foi ainda duas vezes candidato à presidência do país.

Afora a dimensão de sua obra - discursos e textos - e sua ação política, o político baiano foi possivelmente uma das personalidades históricas sobre quem mais já se refletiu e escreveu no Brasil.³ Rui Barbosa foi, ainda em vida, mas principalmente nos quase cem anos passados desde a sua morte, um dos autores e atores políticos mais estudados, além de ser uma das personagens públicas mais lembradas na história do país. O seu pensamento e as suas ações políticas passaram, sobretudo após o seu falecimento, a ser objeto de divergências interpretativas entre historiadores-memorialistas brasileiros.

Ao longo da primeira metade do século XX, as ideias políticas liberais de Rui tornaram-se fonte de disputas ideológicas e de divergências interpretativas entre uma intelectualidade que passava a criticar os pressupostos do liberalismo adotados na Constituição Republicana de 1891.⁴ Ao criticarem a base liberal adotada nas instituições republicanas, esses intelectuais questionavam sua inadequação em relação ao que denominavam de a “realidade do país”. A maioria das análises partiu de uma premissa consensual de que havia uma distância entre a sociedade brasileira efetiva e as ideias e

³ O *Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros*, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), permite identificar o montante da fortuna crítica de Rui Barbosa até o momento de sua publicação, em 1999. Dentre as 261 publicações de estudos sobre o autor, o gênero biografia ocupa não só posição de destaque – em torno de 135 trabalhos –, mas majoritária, quando cotejada com outros temas da fortuna crítica de Rui Barbosa, como Direito, Política, Linguagem, Educação, entre outros. Cf. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.

⁴ Nesse sentido, ver a coletânea de artigos idealizada e composta por diversos intelectuais, publicada não fortuitamente, a 15 de novembro de 1924, na qual os autores afirmam a condição transplantada e artificial da cultura e das instituições brasileiras, ressaltando a necessidade de voltarmos os olhos para nós mesmos. CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. 2ª ed. Vol. I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. [1ª ed. 1924].

instituições que a regiam politicamente.⁵ Daí surgiu a crítica à política da Primeira República, que teria adotado princípios liberais abstratos, não condizentes com a realidade. Na visão desses intelectuais, tais construções apriorísticas invertiam a ordem, uma vez que elas é que deveriam ser moldadas pela sociedade e não o contrário.

Daqui se entrevê a crítica às ideias liberais de Rui Barbosa, um dos responsáveis pelo arcabouço constitucional republicano. Segundo essa vertente interpretativa, o autor, ao voltar os olhos para as teorias liberais propugnadas em contextos externos e para o exemplo político dos países mais avançados na rota do progresso, não se preocupou em conhecer objetivamente a sociedade brasileira, os usos e costumes da população. O sentido da crítica às ideias liberais de Rui Barbosa ficaria mais evidente nas páginas de Francisco de Oliveira Vianna, um dos autores que compõem o cânone do pensamento social e político brasileiro, ao qual se convencionou chamar de “intérpretes do Brasil”.

Deste modo, diante da enorme fortuna crítica produzida a respeito das ações e do pensamento político de Rui Barbosa, o pesquisador que se propõe, hoje, a analisar a sua obra fica exposto ao risco de produzir um estudo que não traga novos elementos à compreensão das ideias e das ações desse personagem; ou de não conseguir contribuir para jogar luz sobre os acontecimentos históricos e políticos nos quais ele se envolveu no Segundo Reinado ou na Primeira República. Porém, a tentativa de apresentar uma leitura inédita das ideias e das ações políticas de Rui Barbosa pode levar o investigador a outros riscos, como a possibilidade de se perder no emaranhado

⁵ Maria Stella M. Bresciani, ao analisar textos de autores brasileiros escritos na primeira metade do século XX, cuja posição analítica expressava a oposição fundamental entre a distância da sociedade brasileira e as instituições, argumenta ter se configurado aí um **lugar comum** no campo dos debates da época: a questão da melhor forma de avaliar a sociedade brasileira. Esses autores partiam da crítica às concepções políticas liberais, de uma “humanidade uma ou tomada em abstrato como pressuposto de contratos formadores de sociedades e nações regidas por cartas constitucionais; instituições que pressuporiam sujeitos coletivos formados por indivíduos cidadãos partilhando um conjunto de valores universais”, para afirmar serem os métodos de conhecimento objetivo de cada país, diante da condição atual de cada sociedade, os melhores caminhos em busca da boa república ou das instituições políticas adequadas para a nação. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2ª ed. revista. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 165.

de polêmicas que acompanhou a complexa trajetória do político baiano - saídas da pena do jornalista ou do orador contumaz - e privilegiar um episódio secundário ou enfatizar algum aspecto irrelevante em detrimento da compreensão da questão central no pensamento político de Rui: as suas propostas de reformas com vista à construção de uma sociedade liberal democrática.

A maior dificuldade, no entanto, de se produzir um trabalho sobre um autor com uma obra vasta e sobre a qual muito se escreveu, está em trabalhar com interpretações bastante divergentes e por vezes até contraditórias de sua vida pública, suas ideias e ações políticas. Tendo em vista essas dificuldades, estabelecemos alguns parâmetros para este trabalho.

Antes de privilegiar uma ou outra análise ou leitura das ideias e ações políticas de Rui Barbosa, nosso primeiro passo consistiu em realizar uma nova leitura das fontes primárias a partir de certos pressupostos metodológicos que levaram a um certo distanciamento das leituras anteriores. Porém, recorrer apenas à própria dinâmica de pensamento e ação de Rui pode provocar um passo em falso, e, como nas biografias, por exemplo, a versão do objeto, o discurso e a ação do agente em questão tornam-se fonte explicativa e não o objeto de análise. No caso específico de Rui Barbosa essa advertência é muito importante. Isso porque, ainda que ele não tenha escrito uma autobiografia, tal como fez Joaquim Nabuco⁶, são claros os indícios que revelam sua preocupação com a forma pela qual sua obra intelectual e sua trajetória política seriam julgadas.

Assim, é importante considerar que, ainda em vida, Rui Barbosa procurou definir minimamente a forma pela qual gostaria que suas próprias ações e seu pensamento fossem interpretados. Isto pode ser depreendido da leitura de certas conferências, discursos, cartas e de alguns dos prefácios que escreveu para as obras de seus intérpretes.⁷ Do mesmo modo, as introduções

⁶ Referimo-nos à *Minha formação*, a autobiografia de Joaquim Nabuco, escrita quando ele tinha aproximadamente 50 anos. Cf. NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. (Introd. de Gilberto Freyre). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

⁷ Nesse sentido, ver o "Prefácio" de Rui Barbosa escrito para o livro de DUQUE-ESTRADA, Osório. *A abolição*. Esboço histórico (1831-1888). Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918. O livro chama a atenção por ser um dos únicos a revelar a preferência pela figura e atuação de Rui Barbosa, em detrimento da figura de Joaquim Nabuco, na campanha pelo fim

escritas por ele a algumas de suas obras deixam transparecer a moldura que o baiano quis dar a muitas de suas ideias e ações e contribuíram para condicionar posteriormente boa parte das interpretações de sua obra e do longo período em que atuou politicamente.

É o caso, por exemplo, da “Introdução”, escrita em 1921, para os dois volumes publicados também naquele ano e que, sob o título de *Queda do Império*, continham uma parte dos artigos publicados por Rui Barbosa no *Diário de Notícias*, em 1889. Na longa “Introdução”, o autor rememora desde os fatos da sua infância, a influência paterna, os motivos que julgou serem os responsáveis pelo seu ostracismo depois de 1884, as razões da desavença política com o Conselheiro do Império - Manuel de Souza Dantas, seu antigo padrinho político, - até suas atividades como redator-chefe no *Diário de Notícias*. A forma utilizada por Rui para caracterizar o periódico do qual foi editor-chefe às vésperas da Proclamação da República é outro bom indício da forma como tentou construir sua imagem, bem como sugerir um caminho para interpretá-la:

escola de verdades, um laboratório de reformas, o eco da evolução da consciência liberal e democrática no seu tempo, o espelho de uma época, em que, no meio de um povo mal consciente dos seus direitos e descrente do seu governo, os amigos da liberdade baldavam energia, lidando pela conservação do regime, e os idólatras da sua conservação erravam o caminho, trabalhando pela ruína das instituições. De sorte que, sendo os homens do poder os que semeavam a desordem os oposicionistas eram os que se consagravam à lei.⁸

da escravidão no Brasil. O autor reconhece que Nabuco contribuíra de maneira significativa nesse processo, pois foi um dos primeiros a levantar a bandeira da emancipação na Câmara dos Deputados. Porém, adverte, seria preciso considerar também que o pernambucano foi durante muito tempo um emancipador e não um abolicionista, como fora Rui Barbosa, aliás, “um abolicionista radical”. Idem, p. 85.

⁸ BARBOSA, Rui. “Introdução (1921)”. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. *Queda do Império. Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. LXXXIV. A série de artigos de redação de Rui Barbosa publicados no *Diário de Notícias*, de 7 de março a 15 de novembro de 1889, está reunida nos oito tomos que compõe o Vol. XVI da edição das *OCRB*.

Portanto, é necessário frisar que, por um lado, algumas interpretações sobre suas ações e o seu pensamento foram demarcadas pelo próprio Rui ainda em vida. Por outro lado, também é preciso reconhecer a importância que a sua fortuna crítica teve para fixar determinadas interpretações, por vezes muito divergentes em relação às suas ideias e ações na vida política do final do Império e, principalmente, nas três primeiras décadas republicanas.

Desse modo, talvez não seja despropositado afirmar que estudar as ideias e as ações políticas de Rui Barbosa significa considerar sua fortuna crítica. O principal motivo dessa necessidade é o fato de que ela apresentou, ao longo de quase cem anos, interpretações muito distintas e pontos de vista variados dessa personagem e das suas ideias. O que pretendemos enfatizar aqui é a importância e o esforço que os seus biógrafos, memorialistas e intérpretes, cada qual ao seu modo e com referenciais de análises diferentes, tiveram para a formulação e a consolidação de diferentes leituras a respeito do personagem histórico e das ideias e ações políticas de Rui Barbosa.

Ao escrever esse trabalho, procuramos levar em conta essas dificuldades bem como várias outras. De antemão, devemos admitir que ele não tem a pretensão de apresentar uma leitura inédita das ideias e ações políticas de Rui Barbosa, muito menos esclarecer todas as ambiguidades dessa personagem histórica polêmica e cultuada, nem responder a todos os paradoxos que podem ser identificados na extensa trajetória intelectual e militante da vida desse político e publicista. Ainda, numa tentativa de justificar a presença nesse trabalho de um capítulo inicial sobre a fortuna crítica de Rui Barbosa, podemos assumir que a utilização de várias interpretações precedentes das ideias e das ações do político baiano foi determinante para o desenvolvimento de algumas das questões que serão abordadas. Nesse sentido, a análise partiu de uma fortuna crítica muito volumosa, complexa e variada e tentou, assim, considerá-la como ponto de partida e parâmetro para a busca das respostas a que este trabalho se propôs.

Na primeira parte deste capítulo será traçado um breve panorama da forma como a personagem Rui Barbosa foi sendo construída. Para realizar tal tarefa é fundamental acompanhar a maneira pela qual os intérpretes e críticos de Rui Barbosa elaboraram, ao longo de quase cem anos, as várias leituras das suas ideias, das suas ações e da sua própria personagem pública.

Portanto, nesta parte do capítulo, procuramos evidenciar que a construção da personagem se deu em uma via de mão dupla: tanto pelo próprio Rui Barbosa, quanto por alguns de seus biógrafos, memorialistas e intérpretes, responsáveis pela consolidação de sua imagem como símbolo cívico e pela tentativa de conferir ao jurista baiano uma posição quase mítica na história brasileira. No entanto, outras interpretações da vida e da obra de Rui Barbosa foram justapostas a essa leitura: ao mesmo tempo em que ocorria a tentativa de sedimentar uma interpretação da personagem pela leitura mais apologética da vida e da obra do autor, outros intérpretes buscavam reler criticamente o valor do seu legado intelectual e político.

A seguir, na segunda parte do capítulo, serão apresentadas duas matrizes interpretativas da obra de Rui Barbosa. Na sistematização procuramos destacar um núcleo de características ou um conjunto de ideias predominantes, a partir do qual se torna possível reunir sob uma mesma denominação autores e trabalhos tão díspares. O que se procurou foi apenas demonstrar como num variado grupo de autores, consolidou-se determinada interpretação sobre as ideias e a ação política de Rui Barbosa.

Essa apresentação da fortuna crítica de Rui Barbosa foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que permitiu mostrar que a imagem desta “personagem” por vezes se destacou do contexto que a produziu. Alguns dos intérpretes de Rui, especialmente alguns biógrafos, pela admiração que nutriam por sua vida e obra, desprezaram aspectos ou pontos de vista do biografado que pudessem comprometer a coerência do pensamento liberal e democrático do político baiano. O Rui Barbosa que surgia desta interpretação jamais poderia lançar mão de elementos que excluía o povo da participação política na estruturação de seu projeto de país, ou utilizar-se de princípios liberais para amparar a sua concepção de liberdade que redundava em um ponto de vista restritivo de democracia. Ao balizarem bem os caminhos da construção biográfica, detiveram-se prudentemente na apresentação de um homem que, na sua ação política, voltada por excelência às propostas de reformas, não se limitou a uma só causa, mas variou conforme as necessidades e oportunidades do jogo político.

As biografias não permitem aceder com certeza à vida do biografado. Além disso, a questão que nos importa não diz respeito à estrutura e ao sentido

das biografias, mas à possibilidade ou não de tomá-las como parâmetros de análise para melhor regular as nossas interpretações. O fato de tratarmos das biografias de Rui, no âmbito da tese, é uma necessidade pela razão de que sua vida e seu pensamento, suas vitórias e fracassos políticos foram retratados sem se assemelhar com as experiências comuns aos mortais. Entre as biografias, completadas por outras fontes, a caracterização de Rui como um herói, ou, então como um imortal, foi matéria privilegiada.

Foi necessário, portanto, lidarmos com uma fortuna crítica que não apenas aspirou a uma forma de perfeição da construção da imagem do biografado, apagando as suas ambiguidades e os paradoxos do seu pensamento liberal-democrático, mas que se pautou, em boa parte, no modo como o próprio Rui previamente concebeu esse “projeto”: a forma como desejava que a sua imagem fosse construída e como o legado de suas ideias e ações deveriam ser interpretados. Neste trabalho, procuramos nos afastar dessa orientação de Rui.

Nossa proposta é apresentar outra leitura do pensamento de Rui Barbosa. Ao tomar a sua *forma de pensar* como fio condutor da análise de suas propostas de reformas e de suas ações políticas para efetivá-las, é possível também considerar os demais elementos de seu pensamento liberal e de sua concepção democrática. Elementos, de certo modo, tratados como secundários por parte de sua fortuna crítica, e apresentá-los de forma coordenada, explicitando a maneira como eles se encaixavam no seu projeto nacional de construção de uma sociedade liberal-democrática.

Uma vez assumido que a *forma de pensar* de Rui guiará a consecução do nosso estudo, foi preciso considerar a crítica que Oliveira Vianna endereçada ao seu pensamento. A escolha de Vianna se justifica pela contundência de sua avaliação das obras e das ações de Rui Barbosa, mais precisamente sua crítica ao pensamento idealista utópico do político baiano. Segundo Vianna, Rui desconsiderou a realidade social brasileira, particularmente nos períodos iniciais da República, ao tentar transplantar instituições liberais estrangeiras. Sua crítica foi ainda mais incisiva, pois afirmou que o baiano não deveria ter optado por formar o povo brasileiro a partir da introdução de instituições exógenas. Ao contrário, Rui deveria ter

partido da análise da realidade objetiva e, a partir daí, criar as instituições compatíveis com tais características.

Neste trabalho, não adotaremos a interpretação de Vianna, segundo a qual Rui Barbosa seria um “idealista utópico”. Nossa intenção é justamente demonstrar que as ideias e as ações políticas de Rui refletiam a conjuntura política da qual surgiram e, ao mesmo tempo, tinham a intenção de atuar sobre ela. Deste modo, suas intervenções, quer através de seus textos ou de suas ações, não estavam desvinculadas da realidade, tal como Vianna sugeriu. E aqui é preciso chamar a atenção do leitor para uma especificidade do pensamento de Rui: ele sempre postulou que as instituições liberais possuíam capacidade de atuar no processo social e moldá-lo. Mas, disto não decorre necessariamente que a escolha e a implantação de tais instituições desprezassem a natureza e as especificidades da sociedade brasileira. Tanto assim que, como poderá ser visto no decorrer deste trabalho, em algumas de suas propostas de reforma, Rui assumiu parcialmente as doutrinas ou princípios liberais, e recusou aquilo que julgou não ser conveniente ou adequado à realidade do país. Dois grandes exemplos dessa postura são a sua adesão, no início da República, às tarifas protecionistas para favorecer a indústria nacional e o seu projeto de reforma do ensino, no Império, no qual defendeu o financiamento público da educação.

1. A personagem Rui Barbosa

Dom Quixote não é uma farsa, é o poema maior da Espanha, aquele onde se preserva a mais alta nobreza da sua língua. Em torno da loucura de Dom Quixote pode fazer rir aos céticos; mas, aos seus próprios adversários, aos mesmos zombadores, há de impor sempre respeito.

Trecho do discurso de Rui Barbosa no Senado da República, a 19 de outubro de 1898.

O objetivo desta parte do capítulo não é expor toda a trajetória biográfica de Rui Barbosa. Isso seus inúmeros biógrafos fizeram com maior competência. O texto que se segue visa antes, acompanhar a construção biográfica dessa personagem e indicar o quão ela fora multifacetada.

No interior da tradição polivalente e erudita do século XIX, Rui Barbosa foi jornalista, tradutor, abolicionista, advogado, deputado, senador, ministro, diplomata, membro fundador da Academia Brasileira de Letras (sucessor de Machado de Assis em sua presidência) e grande polemista. Homem culto e detentor de um vasto saber jurídico, Rui Barbosa foi, ao mesmo tempo, um protagonista político que participou da transição do Segundo Reinado para a Primeira República. Mas foi principalmente na República que ele exerceu papel ativo nos mais variados assuntos, desde os relacionados estritamente às questões políticas até àqueles relacionados ao âmbito cultural e cívico do país. A atuação política de Rui foi, portanto, entrecruzada por inúmeras atividades distintas, que acabaram deixando marcas indeléveis em suas ideias e posições políticas. É a partir dessa perspectiva que podemos dizer que a produção intelectual de Rui Barbosa está inserida na sua trajetória política e é parte constitutiva dela. Assim, ao mesmo tempo em que sua produção intelectual sofria as inflexões de sua trajetória política e social, dava-lhe também mais combustível para se envolver nas disputas de seu tempo.

Nesse sentido, ao optarmos por acompanhar a construção da personagem desse liberal brasileiro na passagem do século XIX para o XX, dividimos essa parte do capítulo em três seções. A primeira visa apresentar a construção da personagem Rui Barbosa e indicar também algumas das várias interpretações e leituras justapostas sobre a personagem e a sua obra. Na segunda seção, acompanharemos as movimentações de Rui Barbosa nos cinco últimos anos de sua vida, buscando com isso, evidenciar as contradições de sua trajetória pública e política. Na terceira seção, a análise incidirá sob o último discurso de Rui Barbosa, *Oração aos Moços*, tido por muitos de seus biógrafos e intérpretes como o seu testamento intelectual e político. Dessa forma, o foco da nossa narrativa busca evidenciar como a própria personagem contribuiu para que se consolidasse uma determinada leitura de seu legado intelectual e político ao longo do tempo.

A tentativa de acompanhar a construção da personagem Rui Barbosa exigiu de nossa parte uma escrita reiterativa, pois tem a intenção de abordar de forma exaustiva o esforço dos biógrafos, memorialistas e intérpretes para forjar e cristalizar a imagem de Rui como um brasileiro notável. Com essa opção, o estilo foi prejudicado, mas a intenção é mostrar como uma fortuna crítica muito complexa trabalhou ao longo do tempo a construção da personagem na sua inteireza, o que nos impôs a exaustiva tarefa de transcrevê-los.

Figura 1. Estátua de Rui Barbosa, de autoria do escultor paulista José Cuccé.

O monumento a Rui Barbosa, do escultor José Cuccé, é mais uma homenagem do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a um de seus ilustres ex-estudantes. A obra sobre pedestal de granito apresenta a figura de Rui Barbosa vestindo uma toga e segurando uma pena e um livro, suas ferramentas de trabalho. Ao lado do grande orador e jurista estão uma espada, um dos símbolos da justiça, e uma águia, referência ao título Águia de Haia. Peça – Bronze (3,32m x 1,74m x 0,85m), Pedestal – Granito (3,42m x 3,80m x 3,08m). Fonte: <http://www.monumentos.art.br/projeto.html>.

1.1. O culto cívico à personagem Rui Barbosa e a releitura crítica da sua obra

Eras bom, eras justo, e eras perfeito; eras o gênio integralizado numa criatura humana, a quem retirou todas as falhas, todos os defeitos e todas as imperfeições humanas; eras até mesmo semelhante aos deuses, porque eras um deus-criatura moral, que viverá para sempre com a imortalidade dos gênios que são deuses![...] Tu, Mestre augusto, Apóstolo divino, Templário da Bondade, Cavaleiro da Fé, Vigilante do Direito, Defensor da Ordem, Guia, Imperador, Formador e Mentor da Mentalidade Brasileira, último e mais alto escalão da Mentalidade Latina, não! não morrerás!

Elogio Fúnebre a Rui Barbosa, publicado no Jornal *O Dia*, de 04/03/23.

- Mas eu acho que a natureza faz um enorme mal ao Brasil. O homem daqui parece preguiçoso, indolente... Isso deve ser a natureza... Tão majestosa, faz mal. Vence, esmaga.

- É. Pode ser... Mas nós temos tido grandes homens, doutor. Rui Barbosa... Paulo Rigger já lera Rui Barbosa. Não lhe agradara... Horivelmente retórico... Não compreendia como se adorava aquele homem... E, demais, não tinha ideias... Era de um patriotismo lorpa... E estafante. Não, ele não ia com o tal Rui Barbosa. O diplomata, José Augusto da Silva Reis, scandalizou-se. Rui era genial... genial... genialíssimo... Em França mesmo adoravam-no.

- Em França? Pode ser...

- E Direito? O Rui sabia Direito como pouca gente. E a figura que fizera em Haia?

- Não é preciso talento para se saber Direito. Basta memória...

Jorge Amado, *O país do carnaval*. [1ª ed.1931].

Rui Barbosa permanece no imaginário popular nacional como um personagem histórico-cívico, produto de uma construção histórico-memorialística, cuja origem pode ser buscada nas imagens criadas ainda em

vida pela personagem.⁹ Seu nome figura, ainda hoje, na galeria dos homens ilustres da nação e é constantemente reabilitado pelo ideário popular como um símbolo de conduta cívica e moralidade política.¹⁰ Concomitantemente ao processo de elevação de Rui Barbosa ao patamar de grande expoente cívico, ocorreu também a releitura de seu valor intelectual, literário e político ao longo de quase um século após sua morte.

Poucas personalidades públicas brasileiras dispuseram de acolhida mais consagradora. No começo do século XX, Rui foi erigido a vulto público de primeira grandeza e símbolo da civilização brasileira. Sua memória foi reivindicada pelo imaginário popular na manutenção dos mitos criados ainda em vida em torno de sua figura: “a Águia de Haia” ou “como o homem que falava todas as línguas do mundo”. Os epítetos que passaram a caracterizar o baiano, ao longo de quase cem anos, podem ser compreendidos se voltarmos ao ano de 1907.¹¹

⁹ Ver SENNA, Homero. *Rui e o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Ministério da Cultura, 1994.

¹⁰ O “credo político” de Rui Barbosa talvez seja uma das passagens mais conhecidas de seus discursos. Ver Figura 2. Em 2011, o trecho da resposta do senador baiano a Cesar Zama foi declamado em programa de televisão: Rolando Boldrin. “Sinto vergonha de mim”. Programa *Sr. Brasil*, de 18/08/2011. TV *Cultura*. Disponível: <http://tvcultura.cmais.com.br/srbrasil/rolando-boldrin-sr-brasil-cmais>. Acesso: 12/05/2014.

¹¹ O epíteto “Águia de Haia”, que decorre da atuação de Rui Barbosa como Primeiro Delegado Brasileiro na Conferência de Paz, realizada na cidade holandesa, passaria por algumas distorções no imaginário popular ao longo dos anos. A narrativa do sociólogo José de Souza Martins é bem sugestiva a esse respeito. De passagem pela cidade do Rio de Janeiro, o sociólogo tomou um táxi e pediu ao motorista que o levasse “à Casa de Ruy Barbosa”. Eis a narrativa de Martins: “O motorista de vez em quando me olhava de soslaio, com expressão indignada. Até que desabafou: - Olha aqui, cara! Qué sabê de uma coisa? Eu acho que ele não vai te receber, não! Achando que era gozação, entrei no jogo e respondi: - Você acha? Por quê? - Pô, você tá todo esculhambado, sem paletó, nem gravata! Você sabe quem ele é? Eu quis, então, saber quem era Ruy Barbosa. - Bem se vê que tu é paulista. Não sabe quem é Ruy Barbosa?! O maior jogador de futebol do mundo? O famoso Águia de Haia? Fiquei pasmo. Era 1981 e estávamos na culta Rio de Janeiro. Em face de minha notória ignorância e da humildade que tive a prudência de mostrar, ele foi me explicando quem era Ruy Barbosa. Ele me descrevia um Pelé branco. Todos os atributos e habilidades eram os do competente e insuperável Pelé. Um jogador de futebol culto, dizia-me ele, que em campo xingava os outros jogadores em tupi-guarani. A isso fora reduzida a lenda de que Ruy Barbosa, na Conferência de Haia, ao fazer seu primeiro discurso, perguntou ao presidente em que língua queria que falasse. Ao que ele concedeu-lhe que falasse em sua própria língua. Ruy teria, então, pronunciado denso discurso jurídico em língua tupi. Chegamos à Rua de São Clemente pouco depois das 9 horas, quando a casa-museu e a biblioteca já estavam abertas, janelas abertas, portão aberto. - É, cara! Tu tá com sorte. Ele tá em casa!”. MARTINS, José de Sousa. “O famoso Águia de Haia”. In *O Estado de S. Paulo*. Caderno Brasil, 11 de maio de 2009.

Nesse ano, Rui Barbosa foi convidado pelo barão do Rio Branco para chefiar a Delegação do Brasil à Segunda Conferência da Paz em Haia, na Holanda. A Conferência reuniu 48 países para a discussão de assuntos internacionais variados, com o objetivo de estabelecer um novo equilíbrio mundial de forças. Rui trabalhou incansavelmente, acompanhando de perto todas as discussões que podia. No entanto, mesmo os maiores admiradores de Rui Barbosa são unânimes em reconhecer que a princípio ele foi recebido com muita antipatia por seus colegas de conferência, que não toleravam seus discursos eruditos e prolongados. Não lhes agradava também que o delegado de um país pouco importante desejasse opinar tão vigorosamente sobre todos os assuntos. Chegaram a dar-lhe a alcunha de *Dr. Verbosa* e deram demonstrações claras de que achavam enfadonhas as suas intervenções. A intervenção de maior destaque de Rui ocorreu quando ele atacou o principal projeto da Conferência: o Tribunal Permanente de Arbitragem, proposta acertada entre as grandes potências europeias e os Estados Unidos para dividir entre si os assentos no tribunal. Rui Barbosa propôs um princípio alternativo: a igualdade das nações na representação do tribunal internacional. O presidente da Conferência foi obrigado a convocar uma comissão de sete delegados para solucionar a questão.¹² A atuação de Rui, ou melhor, a repercussão de sua atuação em Haia representou a glória para os brasileiros: o Brasil figurava entre as demais potências escolhidas para resolver a questão da arbitragem. A recepção a Rui Barbosa no Rio de Janeiro foi estrondosa e a imprensa brasileira logo popularizou o epíteto de “Águia de Haia”.¹³

Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,o-famoso-aguia-de-haia,368745>. Acesso: 12/04/2016.

¹² Para uma interpretação da atuação de Rui Barbosa na Conferência de Haia e os assuntos ali tratados, ver: CARDIM, Carlos Henrique. *Op. cit.*

¹³ Cf. VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Rui Barbosa*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 349.

Figura 2. Santinho político de Rui Barbosa, com o seu “Credo Político”

Tamanho original: 9,5 cm x 14,5 cm

Fonte: Arquivo Pessoal.

Os maiores exageros acerca da atuação de Rui Barbosa em Haia não devem ser creditados apenas a uma fabricação sua e do barão do Rio Branco, mas também a uma imaginação popular ávida por um herói da civilização brasileira. Gilberto Freyre assinala em *Ordem e progresso* que, apesar de Rui Barbosa ser reconhecido no meio político e intelectual, a projeção do seu nome e a sua consagração no âmbito nacional somente ocorreu “depois de seus triunfos na Haia, quando sua idealização pelo folclore brasileiro tornou-se parte de todo um complexo mito nacional: o de exaltação da figura do nativo ‘amarelinho’, do caboclo franzino e até feio, do brasileiro ‘pequeno em tamanho’, mas ‘grande em inteligência’, como Rui”.¹⁴ Segundo Freyre, a associação, realizada no plano folclórico, do tipo físico de Rui, baixo e franzino, “espécie de Davi brasileiro”, com o seu gênio, “capaz de grandes façanhas e de tremendas vitórias” frente a “Golias nórdicos ou germânicos”¹⁵, concorreu para que se realizasse a dupla representação que o jurista passaria a ter após a sua atuação em Haia: “processos de identificação de sua figura de gnomo com a suprema inteligência e a suprema inteligência a serviço da pátria”.¹⁶

Antonio Candido, por sua vez, destaca que a lenda em torno da atuação de Rui Barbosa em Haia foi elaborada pela população brasileira no plano quase folclórico e revelava a necessidade de fazer o mundo reconhecer a superioridade dos brasileiros. De acordo com o crítico literário, o talento de Rui Barbosa aparece “principalmente sob a forma de dom das línguas, que exprime de modo concreto o domínio sobre algo da civilização misteriosa da Europa, compensando o sentimento de inferioridade”.¹⁷ Assim, no imaginário popular

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. In SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000, p. 374.

¹⁵ Idem, p. 610. A imagem de Davi, personagem bíblica, seria constantemente retomada para representar simbolicamente Rui Barbosa - baixo e fraco, mas capaz de realizar grandes façanhas - frente a outros adversários políticos, caracterizados como o gigante Golias, cujo exemplo notório, seria o de Hermes da Fonseca, como teremos oportunidade de mostrar mais à frente.

¹⁶ Idem, p. 375

¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. (Momentos decisivos). Vol. II. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1981, p. 234. [1ª ed. 1959].

ficava consagrado o homem que teria declarado em Haia, para deslumbre das demais nações, que “falava todas as línguas do mundo”.¹⁸

A repercussão da atuação de Rui em Haia foi associada à sua imagem de polemista inveterado, de parlamentar combativo e altivo, de jornalista mordaz, de presidenciável itinerante, afeito ao palanque e ao discurso, que várias cidades do país puderam conhecer.¹⁹ Essa associação, se não foi responsável pela criação, muito ajudou a consolidar esse mito popular.²⁰

Após sua morte, em 1923, o nome de Rui Barbosa foi se consolidando cada vez mais como um dos maiores brasileiros do panteão nacional. Em 1927 foi criado um museu que levava seu nome; em 1928, o museu foi convertido em Casa de Rui Barbosa. Em 1948, Rui foi escolhido como Patrono dos Advogados. Sua imagem começou a estampar selos, notas e moedas; seu nome passou a designar logradouros por todo país e vários centros acadêmicos também o tomaram como patrono. Tais episódios revelam a diligência de algumas instituições e grupos representantes da “inteligência brasileira” para consolidar o nome de Rui Barbosa de modo oficial como um dos maiores símbolos da cultura, da civilização e da história nacional.

Em 1949, ano do centenário de nascimento de Rui Barbosa, inúmeras homenagens foram prestadas ao personagem em conferências, como também em edições inteiras de jornais, dedicadas à rememoração de sua vida. A

¹⁸ Nesse sentido, Antonio Candido narra que “há anos, no interior de Minas, um velho negro, de esplêndida barba branca, analfabeto e majestoso, [lhe] informou que Rui Barbosa falava todas as línguas do mundo”. Idem, p. 234.

¹⁹ Em relação às construções memorialísticas sobre Rui Barbosa pelo imaginário popular, ver a crônica de Carlos Drummond de Andrade, na qual recupera a comoção popular durante a Campanha Civilista, “Rui, naquele tempo”, publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 1º de março de 1973, exatamente 50 anos após o falecimento de Rui. Disponível: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/sobre_rui_barbosa/FCRB_CarlosDrummondAndrade_Rui_naquele_tempo.pdf. Acesso: 14/01/2012.

²⁰ O “símbolo” Rui Barbosa foi construído durante a vida do jurista, com uma elevação de sua imagem e biografia (real ou imaginária) ao patamar de exemplo. Nesse sentido, chama a atenção que a revista *Tico-Tico*, criada em 1905, tinha como um de seus personagens a figura de Rui Barbosa. O jurista é “lembrado de forma constante por um grande conjunto de anedotas e causos que formam uma verdadeira mitologia – sendo possível se fazer uma significativa antologia sobre o ‘mito do sujeitinho façanhudo’ que conhecia todas as línguas, que impediu o corrupto governo brasileiro de vender para o governo suíço a belíssima melodia do Hino Nacional Brasileiro, entre tantos outros exemplos exóticos e prodigiosos das habilidades do notável baiano”. BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *A construção do “herói”*. Leitura na escola: Assis - SP - 1920/1950. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 112.

passagem abaixo ilustra o tom apologético que, em geral, essas homenagens assumiram:

O gigante que há uma centúria viu a luz nas plagas onde a nauta português descobriu a região mais deslumbradora do planeta, gigante que venceu todas as batalhas do talento e da cultura, não teve origem de família de riqueza. Não. Era filho de pais pobres. [...] Esta, uma das causas que lhe acenderam no “eu” a propensão em favor dos humildes, dos escravizados e dos perseguidos. O leão que rugia, de juba inflamada, arrostando com os máximos perigos e com as insistentes ameaças à sua vida, desmanchava-se, no entanto, em seu lar, na meiguice que o tornava a criatura querida e amante das flores. [...] em determinado ensejo, ao aludir a si próprio, Rui afirmou: “Caso, postos da parte os descontos humanos, houvessem de condensar o meu *curriculum vitae*, e do meu naufrágio se salvassem alguns restos, tudo se teria talvez resumido, com dizer: Estremeceu a Pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal”. E este, acrescentamos, é o portentoso destino de um homem que foi, no seu tempo, a mais elevada expressão de sua terra e de sua gente!²¹

Na passagem acima, após destacar os traços do talento e da cultura de Rui, o autor faz emergir diretamente da origem humilde do homenageado o seu destino: a atividade política abolicionista e a defesa dos direitos individuais infringidos durante a Primeira República. Ao reforçar a imagem de combatente político incansável que, mesmo sofrendo “máximos perigos” e “ameaças à sua vida” nunca abriu mão de seus ideais de justiça pelo bem da pátria, vemos aí, passados mais de 20 anos da morte do homenageado, o esforço para manter a sua imagem como símbolo da cultura e da civilização nacional.

Outra homenagem póstuma representativa é o discurso de Menotti del Picchia, proferido, em 1949, no evento realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, e publicado no jornal *A Gazeta*, talvez seja até o texto que melhor resume o culto cívico prestado a Rui Barbosa naquele momento.

²¹ EDITORIAL. “A glória imortal de Rui Barbosa”. In *A Gazeta*. São Paulo, 5 de novembro de 1949, p. 11.

O magro patrício, de cabeça de mapa-múndi e perninhas de anão, arrastava pela pátria em ocaso o clarão vivo do seu gênio. Nada era mais contrastante entre a minguada expressão física do herói e o porte do dragão que a espada de fogo o seu verbo combatia. Nem David, pequeno e ágil diante do monstruoso Goliath bíblico dá a imagem de Rui batalhando contra a expressão política do “hermismo”. [...] Rui foi estrondosamente derrotado nas urnas. Venceram a rotina, o obscurantismo, a malária e o amarelão, a ignorância e a violência, a estupidez e a incultura. Mas se Rui foi derrotado, eleitoralmente derrotado, ele não foi espiritualmente vencido. Ao contrário: cresceu de vulto no coração dos verdadeiros brasileiros. Sua campanha política - utópico sonho de perfeições! - transformou-se num evangelho cívico. Ele é e será sempre o nosso paladino da Honra e da Liberdade.²²

Além de ressaltar o homenageado em outra parte do seu discurso como “o maior talento”, “o maior combatente” e “o maior tribuno brasileiro”, sem abrir mão do tom jocoso, Menotti del Picchia sintetiza os paradoxos da personagem Rui Barbosa e, de certo modo, acaba por revelar também os paradoxos da trajetória política do homenageado. Assim, a imagem simbólica de Rui como o Davi bíblico, de reduzida expressão física, é compensada na narrativa acima, pela força da eloquência que ele exprimiu nos seus discursos. A força do verbo usada por Rui na Campanha Civilista de 1910 é realçada contra a força da “espada”, representada pela candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, o “Golias”, candidato combatido pelo baiano por considerá-lo a expressão política do militarismo na república. Ao lembrar as derrotas políticas, o orador acrescenta outro paradoxo. Como as derrotas políticas puderam fazer crescer o culto a Rui? O orador, ao situar as ideias políticas presentes nas plataformas políticas de Rui no plano do utopismo, e aqui, o destaque para a expressão “sonho” é importante, admite que elas se transformaram numa espécie de apostolado que deveria ser seguido pela juventude da nação. Nesse sentido, Rui Barbosa é apresentado como uma personagem utópica, como um “paladino” de ideais políticos e aspirações morais, cujo legado deveria ser evocado como um evangelho cívico, para que se recompusessem, em meados

²² PICCHIA, Menotti del. “Rui e o momento”. In *A Gazeta*. São Paulo, 5 de novembro de 1949, p. 2.

do século XX, na expressão de Menotti Del Picchia, os valores perpetuados pelo paladino baiano.

Porém, se a presença de Rui Barbosa no imaginário popular brasileiro persistiu e resiste como personalidade cívica²³, o seu valor e importância como pensador político, foi sendo redimensionado ao longo do tempo. Nesse sentido, a identificação de Rui Barbosa como dono de “reduzidas ideias e de escassa originalidade”²⁴, por Alfredo Bosi; ou o terrível *rasseur*, de Antonio Candido, que “diminui impressionantemente de estatura à medida que desaparecem os que ainda o ouviram e puderam, assim, testemunhar plenamente a sua verdadeira natureza de produtor de falas, não escritos”²⁵, parecem indicar a ocorrência de uma forma de separação entre obra e autor. A obra, e em especial, os seus discursos, pela ligação com o momento em que foram produzidos, diminuíram de importância com o passar do tempo, ao passo que o autor manteve-se como um símbolo cívico sólido.

O estilo de linguagem empregado por Rui Barbosa tornou-se um dos alvos prediletos de seus críticos, que ressaltavam a inutilidade prática do seu formalismo excessivo. Seus críticos diziam que “para saber português e fazer discursos eloquentes, ninguém como ele; mas, para decidir as questões concretas, saber o que era melhor, mais certo e mais eficaz aqui ou ali, ninguém pior do que ele”.²⁶

²³ Cabe lembrar que a revista *Época*, a partir de um júri de notáveis, em 2006, elegeu Rui Barbosa “o maior brasileiro da história”. Ver “O Maior Brasileiro da História”. In *Época*. Rio de Janeiro: Globo, n.º 434, 11 de setembro de 2006, pp. 58-66. Disponível: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75263-5990,00.html>. Acesso: 15/01/2012. Fato similar já havia ocorrido em 1999 quando a revista *Isto É* fez enquete semelhante dividindo por área do conhecimento a posição de “Brasileiro do Século”, cabendo ao jurista a vitória na categoria “Justiça e Economia”, com 75% dos votos. Cf. *Isto É*, 22 de dezembro de 1999. Disponível: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_O_brasileiro_do_seculo.pdf. Acesso: 15/01/2012. Em 2007, a *Folha de S. Paulo* entrevistou 200 membros da elite intelectual, política e econômica do país que apontaram Rui Barbosa como o quarto nome de maior destaque na história do país, com 9 votos, atrás apenas de Getúlio Vargas (16 votos); Juscelino Kubitschek (15 votos) e Machado de Assis (13 votos). Ver *Folha de S. Paulo*, 1 de abril de 2007, pp. A-16 e A-18. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0104200714.htm>. Acesso: 15/01/2012.

²⁴ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 257.

²⁵ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.* v. 2, p. 43.

²⁶ DELGADO, Luiz. *Rui Barbosa*. Tentativa de compreensão e de síntese. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, p. 29.

Um dos maiores exemplos críticos ao seu formalismo partiu do movimento modernista, que elegeu Rui Barbosa como o representante de um passado a ser extirpado e ultrapassado. Ele fora o alvo predileto dos modernistas, que consideravam a grandiloquência e a retórica de seus discursos e escrita mais como meios de atingir o reconhecimento e o prestígio de grande orador do que propriamente qualquer preocupação com o conteúdo de suas falas e escritos. Nada seria mais distante da língua falada pelo povo do que a falada por Rui Barbosa, na qual preponderava o exibicionismo de sua erudição pelo uso de um vocabulário vastíssimo, repleto de arcaísmos e inversões sintáticas.²⁷

Mas se Rui, por um lado, foi bastante ironizado ou até mesmo vilipendiado por seu estilo de linguagem e verborragia, que tenderiam a indicar um homem de letras a viver somente no mundo das ideias, distante da realidade e da práxis cotidiana, por outro lado, não é difícil encontrar referências em sentido oposto. Alguns admiradores exaltaram a propensão de Rui à ação; por seu turno, alguns críticos acompanharam essa apreciação, obviamente com o intuito de menosprezar as reflexões de suas obras.

²⁷ A título de exemplo da crítica bem humorada à linguagem rebuscada de Rui Barbosa, impossível esquecer o capítulo IX de *Macunaíma*, “Carta pras Icamiabas”. Neste capítulo, Mario de Andrade ironiza a questão da colocação do pronome “se”, numa clara referência à publicação da *Réplica de Rui Barbosa, às defesas da redação do Projeto de Código Civil Brasileiro, na Câmara dos Deputados*. Sobre a “Carta pras icamiabas”, é o próprio Mario de Andrade que revela: “Quanto ao caso da ‘Carta pras icamiabas’, tem aí um milhão de intenções. [...] Primeiro: Macunaíma como todo brasileiro que sabe um pouquinho, vira pedantíssimo. O maior pedantismo do brasileiro atual é o escrever português de lei: academia, *Revista de Língua Portuguesa* e outras revistas, Rui Barbosa etc desde Gonçalves Dias”. Carta de Mario de Andrade a Manuel Bandeira, datada de 31 de outubro de 1927. Contudo, mesmo a crítica dos representantes do movimento modernista ao estilo e à normatização da língua defendida por Rui Barbosa deve ser relativizada. Em carta de Mario de Andrade a Manuel Bandeira, o primeiro defende-se da acusação do segundo, que o acusa de ter “arrastado pela rua da amargura o Coelho Neto, o Rui Barbosa pra só citar os maiores talentos verbais que tivemos”. O vocês não pertence a mim, [Mario de Andrade] porque nunca me lembro de ter atacado o Coelho Neto. Quanto ao Rui caçoei do verbalismo dele porque sou admirador do estilo dele e sei que tem obras-primas que eu estimo por exemplo a *Réplica*, que é sublime na primeira parte. Doutra feita me lembro de ter falado dele falando que era uma pena ele às vezes ter razão porque o Rui é muito mais interessante e mesmo comovente na prosa dele quando se esforça por provar o que sabe que não é assim, é sublime na chicana”. Carta de Mario de Andrade a Manuel Bandeira, datada de 10 de novembro de 1926. As duas cartas estão reunidas em MORAES, Marco Antonio (org.). *Correspondência*. Mario de Andrade & Manuel Bandeira. 2ª ed. v. 1. São Paulo: EDUSP/IEB, 2001, pp. 359 e 322, respectivamente.

No entanto, como ressalta Luiz Delgado, ao darem tanto valor à eloquência, à linguagem jurídica e às abstrações formais de Rui, os seus críticos e biógrafos conseguiram desestimular muitas gerações de procurar o núcleo do seu pensamento na crônica acidentada e na obra dispersa do político baiano.²⁸ De certo modo, isso já havia sido constatado em 1924, um ano após a morte de Rui Barbosa: Vicente Licínio Cardoso advertia que não houvera no país “calma suficiente” para que se pudesse empreender uma crítica equilibrada, “tal o excesso do elogio aos seus méritos, e tal a violência no relato de alguns dos seus erros”.²⁹ Se um ano após a morte de Rui Barbosa era difícil empreender uma análise mais isenta do seu pensamento e da sua ação política, o distanciamento histórico parece não ter sido suficiente para que a polaridade de julgamento se arrefecesse.

Ao apresentar uma crítica que nega a importância das ideias políticas de Rui Barbosa, o livro de F. C. Contreiras Rodrigues, *Novos rumos políticos sociais*, publicado em 1933, merece menção apenas por representar certa tendência de críticos que se negavam inclusive a abordar a obra de Rui. O autor divide o livro em três partes, e a primeira, sob a epígrafe “Onde estamos em sociologia e política”, apresenta o primeiro capítulo: “Três políticos: Rui Barbosa, Silveira Martins, Assis Brasil”. Porém, o autor dedica apenas uma página, dentre duzentos e noventa e duas, à análise de Rui Barbosa. Nesta página, o autor se limita a dizer:

Foi Rui Barbosa ainda maior artista do que político; por isso vive nas asas da beleza verbal que produziu, ainda que sucumba sob os escombros do monumento que legou aos seus concidadãos, como a mais alta expressão da verdade. Para o sociólogo e para o político brasileiro já pouco importa o autor mais responsável da Constituição abolida. Passou anos atacando

²⁸ Cf. DELGADO, Luiz. *Op. cit.*, p. 29.

²⁹ CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. v. 2, p. 58. No “Prefácio” à segunda edição do livro, Alberto Venâncio Filho destaca a postura dos autores em relação a Rui: “no resto do volume o sentimento anti-Rui Barbosa, típico aliás do período [1924], já se destaca[va] com bastante firmeza”. *Idem*, p. 7.

déspotas, sem perceber que ele mesmo fora o criador deles, criando as instituições que os tornaram possíveis.³⁰

Álvaro Lins, em artigo escrito em 1949, disse que a sua geração, que vivenciou a passagem da Primeira República para a Revolução de 30, deveria corrigir o erro que cometeu contra Rui Barbosa: “Dizíamos, então, o velho Rui, com uma voz e um sentimento de desdém que ainda hoje me provocam uma penosa sensação de constrangimento”. Mais adiante, o escritor procurava remir o que considerava o desacerto de sua geração:

Diante de Rui Barbosa, há sempre um movimento de perplexidade, indecisão e assombro. Isso se explica pela sua indiscutível superioridade, pela distância para cima em que se acha em relação aos do seu tempo e nos brasileiros de todos os tempos. Não se chega sem resistência ao reconhecimento de que um homem é inigualável e insubstituível na história de um país. E na história do Brasil só Rui Barbosa se encontra nessas condições, somente ele desempenhou, com a vida e a obra, um papel que nenhum outro brasileiro estaria em condições de realizar. Aquela fusão de pensamento e ação numa tão extraordinária atitude permanece única, entre nós. Ela fez passar Rui Barbosa dos quadros políticos para a categoria dos apóstolos. Foi daí, desse isolamento, que a figura se projetou sobre o povo, e este transfigurou a admiração num movimento de culto.³¹

Também em 1949, San Tiago Dantas, numa série de conferências sobre Rui Barbosa, advertia que a compreensão de sua personalidade política não seria alcançada enquanto “os seus críticos se quiserem limitar ao louvor das ideias e atitudes que ele incorporou ao nosso patrimônio político”.³² Cinquenta anos após a conferência de Dantas, à mesma observação chegaria Bolívar

³⁰ RODRIGUES, F. Contreiras. *Novos rumos políticos e sociais*. Porto Alegre: Globo, 1933, p. 11.

³¹ O artigo de Álvaro Lins está citado em JORGE, Salomão. *Um piolho na asa da Águia*. Resposta à *Rui, o Homem e o Mito*, de R. Magalhães Júnior. São Paulo: Saraiva, 1965, p. 329.

³² DANTAS, San Tiago. “Rui Barbosa e a renovação da sociedade”. In BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Volume Único. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966, p. 55.

Lamounier, quando da publicação de seu ensaio, “Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira”.³³

As críticas mais contundentes a Rui Barbosa foram aquelas que atribuíram às suas ideias um caráter de desajuste e ineficiência frente à realidade político-social do país. Rui Barbosa, no dizer de Francisco de Oliveira Vianna, por exemplo, fora indiferente às realidades sócio-políticas de um país composto, na sua maioria, de uma população predominantemente de tipo rural e governada por uma elite oligárquica. Por um lado, a crítica, ilustrada aqui nas palavras de Oliveira Vianna, acentuaria o empenho de Rui Barbosa na imitação e importação de ideias estrangeiras, aliás, traço comum que o ensaísta creditaria à intelectualidade brasileira: defender códigos e constituições liberais importadas ou exóticas sem a consideração do contexto brasileiro, o cotidiano do povo e as experiências empíricas.

Rui padecia do mal da filosofia de sua época, que era o de pensar sobre generalidades, principalmente sobre esta generalidade - o *Povo Soberano*. No seu tempo, legislava-se para esta generalidade como se ela fosse uma coisa ou uma pessoa viva. Não se havia ainda chegado ao conhecimento de que esta entidade genérica - o Povo - é apenas uma aparência que se dissipa, quando vista de perto pela lente da realidade; que sob essa lente da realidade - o que aparece é a personalidade, é a complexidade, é a irreversibilidade de cada grupo social. Daí, ele presumir que o povo brasileiro, que tem o seu modo de ser próprio, podia, desde que se dispusesse realmente a isto, executar qualquer regime exótico: o *parlamentar*, da Inglaterra; o *presidencialismo federativo*, dos Estados Unidos; a *democracia*, dos enciclopedistas franceses.³⁴

Por outro lado, muitos dos apreciadores de Rui Barbosa gostam de apresentá-lo como sendo um idealista contumaz, pois ele não teria esmorecido na sua missão de arauto das aspirações democráticas e jurídicas da época. Para estes intérpretes, Rui teria sido o “idealista inabalável, numa sociedade de

³³ Cf. LAMOUNIER, Bolívar. *Op. cit.*, pp. 51-52.

³⁴ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, p. 35.

imediatistas”³⁵, o ferrenho defensor dos princípios democrático-liberais que a seu juízo deveriam comandar a evolução da vida política nacional. De acordo com Rubem Nogueira, Rui foi um homem predestinado a realizar um papel apostolar penoso e muitas vezes decepcionante “que certa feita chegou a considerar um *trabalho de Sísifo*, tal o desajustamento entre os ideais que propagava e o espetáculo da realidade ambiente”. Nogueira continua seu argumento afirmando que num país onde não havia opinião pública organizada, o fenômeno político “haveria de sofrer a influência, menos dos princípios de seus apóstolos, do que da astúcia e do imediatismo”.³⁶ A partir dessa perspectiva, Rui, durante toda sua vida pública, decidiu não se apequenar e recusou-se a tornar-se refém do meio que o cercava; ao contrário, ele preferiu se debater permanentemente contra as deformações da vida política nacional e contra a imaturidade política do povo brasileiro. As metáforas de “missionário” e “romeiro”, usadas pelo biógrafo, reforçam a imagem de Rui Barbosa como um homem à frente de seu tempo, um apóstolo das ideias democráticas liberais em solo brasileiro:

Ruy, no entanto, não desanimou nunca no propósito de persuadir o povo, de convertê-lo àquelas brilhantes teorias que haviam realizado a grandeza e a liberdade dos povos de língua inglesa. [...] fez tudo aquilo que pôde com a sua inteligência, os seus estudos e a sua vocação de missionário de obscuras aspirações populares, de *romeiro*, enfim, do *ideal*, ainda que de *um ideal ludibriado*.³⁷

Nas interpretações de Oliveira Vianna e de Rubem Nogueira é possível identificarmos um mesmo ponto de partida em comum: o da distância entre as ideias de Rui Barbosa e a sociedade brasileira de seu tempo. Transparece, através das palavras de Rubem Nogueira, a imagem do destino contraditório e,

³⁵ NOGUEIRA, Rubem. *História de Ruy Barbosa*. 2ª ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957, p. 213.

³⁶ Idem, p. 186. Grifo do autor.

³⁷ NOGUEIRA, Rubem. *Rui Barbosa: contemporâneo do futuro*. Episódios de suas lutas parlamentares. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 188. Grifos do autor. Vale ressaltar que Nogueira, ao organizar esta antologia dos discursos que Rui Barbosa pronunciou no parlamento, procurou corroborar a sua leitura anterior de que Rui era um homem à frente do seu tempo, um grande visionário, que não agiu apenas no seu tempo, mas sobre o tempo.

em parte cruel, de um pensador e ator político ávido por ideias novas, um *idealista*, ainda que consciente e preocupado, com os saldos anódinos que resultaram do seu esforço em difundir um ideário liberal-democrático na sociedade brasileira. Para este intérprete, Rui Barbosa não se equivocou ao tentar transplantar ideias ou “brilhantes teorias” estrangeiras; foi a sociedade brasileira que errou ao se postar refratariamente a elas.

Já Oliveira Vianna, que compartilhava o mesmo diagnóstico de Rubem Nogueira, defendia que o erro persistente dos idealismos, sem raízes em nossa sociedade tornara-se um problema para a construção da democracia no Brasil. Vianna defende que as causas do fracasso da construção democrática no Brasil poderiam ser creditadas aos autores das Constituições ou Códigos de organização do Estado nacional que o país tivera até então. Por desconsiderarem a aplicabilidade das instituições frente à realidade nacional e não reconhecerem as falibilidades das instituições adotadas anteriormente, gerações da elite política brasileira continuaram a elaborar códigos e leis sem a observação

da nossa realidade viva, da nossa realidade social, da nossa realidade nacional. Esta realidade nacional nos ensina muitas coisas. Entre as muitas coisas ensinadas, está esta: de que se, em todos os tempos, o problema da democracia no Brasil tem sido mal posto, é porque tem sido posto à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana; mas não à maneira brasileira.³⁸

Vemos assim que, em decorrência de seu liberalismo renitente e da defesa contumaz da democracia liberal, ambos submetidos aos limites estreitos de princípios jurídicos, Rui Barbosa foi taxado muitas vezes de quixotesco, tanto por seus admiradores como por seus críticos, e recebeu a reprovação ou a complacência pelo suposto caráter pouco prático de tais ideias.

No entanto, se no plano das ideias há uma tendência a julgá-lo como *idealista*, apesar de alguns intérpretes divergirem quanto à aceção desse

³⁸ VIANNA, Francisco de Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. XIV. [1ª ed. 1927].

atributo, há outra dimensão em Rui Barbosa que precisa ser considerada: a da sua práxis, mais precisamente o conjunto de suas ações políticas.

Considerando a última década do Império, mas, sobretudo, o período republicano, pode-se seguramente afirmar que poucos intelectuais se empenharam tanto quanto Rui, e acima de tudo, continuamente, na prática da política *real*, aqui também tomada no seu sentido mais prosaico, ou seja, aquela que lida com eleições, articulações parlamentares, acordos partidários e negociações de cargos políticos.³⁹ Dessa forma, é preciso reconhecer que essas duas dimensões - a das ideias e a da práxis - aparentemente antinômicas, são inseparáveis na sua trajetória.

O propósito da seção seguinte é articular a personagem cívica de Rui Barbosa com a sua personagem política. Este procedimento permitirá trazer para primeiro plano alguns dos seus infortúnios políticos e mostrar que, paradoxalmente, a despeito de Rui ser uma figura pública bastante cultuada e respeitada, sua práxis política foi permeada por derrotas fragorosas.

1.2. Rui Barbosa: entre glórias e derrotas

Apreender o sentido da ação de Rui Barbosa nos diversos campos em que ele a realizou permite estabelecer conexões “do personagem, como indivíduo e o ambiente social que o circunda, e do qual é o produto, no qual e contra o qual age”.⁴⁰ Desse modo, torna-se possível refletir sobre a contradição entre a consagração do homem público e as derrotas políticas de Rui Barbosa, que são fortemente explícitas nos cinco últimos anos de sua vida. Apesar de ter se dedicado praticamente a vida toda à política e de ter sofrido inúmeros revezes, o período de encerramento de sua carreira foi o momento em que ficou mais explícita a distância que separava a consagração de seu nome e o real poder político de que dispunha, pois “chegava ao nível máximo a discrepância entre seu pequeno poder político e a imensa força simbólica de

³⁹ Cf. ALENCAR, José Almino de. *Uns e outros*. Rio de Janeiro: Nau, 2014, p. 100.

⁴⁰ LUKÁCS, Georg. “Balzac: ‘Les Illusions Perdues’”. In *Ensaio sobre literatura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 110.

sua figura. Ele estava no topo da aristocracia intelectual brasileira, sem lograr com isso os cargos políticos a que aspirava”.⁴¹ Ou seja, ao mesmo tempo em que Rui Barbosa era extremamente homenageado no Brasil e no exterior por suas ideias e por suas ações, na prática da política *real*, ele acumulava muitas derrotas.

Essa contradição se revela com maior nitidez nas três últimas importantes campanhas políticas às quais o político baiano se dedicou: a campanha, de 1916 a 1918, pela revogação da neutralidade do Brasil frente à Primeira Guerra Mundial e a favor do alinhamento com os Aliados; a campanha presidencial de 1919, em que disputou o pleito contra Epitácio Pessoa; e a campanha na Bahia, também em 1919, em que Rui, ao colocar-se como figura proeminente a favor de um correligionário que disputava o governo estadual da Bahia, percorreu em campanha sete cidades do recôncavo e do agreste baiano, realizando conferências, dezenas de discursos e pronunciamentos.

O que mais nos importa neste momento é capturar a contradição apontada acima, e articular os momentos decisivos que compõem um quadro no tempo, visando dar maior inteligibilidade à atuação de Rui Barbosa nos diversos campos em que realizou a sua ação. E um dos momentos privilegiados para a consecução desse objetivo é o Jubileu Cívico e Literário, de 1918, que reforçou ainda mais a sua posição de prócer da nação.

As solenidades do Jubileu Cívico e Literário de Rui Barbosa ocorreram em agosto de 1918 e comemoravam os 50 anos do seu primeiro discurso público em saudação a José Bonifácio, o Moço, realizado na capital da Província de São Paulo, a 13 de agosto de 1868.⁴² Ainda que tais homenagens

⁴¹ GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*, pp. 149-150.

⁴² No ano em questão, alguns estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo ofereceram um banquete em homenagem ao seu professor, José Bonifácio, deputado liberal, antigo professor da Faculdade de Direito do Recife que se transferira para a do Largo de São Francisco. Joaquim Nabuco foi escolhido como orador oficial do banquete oferecido pelos acadêmicos liberais e coube a Rui fazer o discurso de saudação a José Bonifácio. A homenagem prestada era uma espécie de reconhecimento à atitude de José Bonifácio que, na sessão parlamentar de 17 de julho de 1868, apresentou moção contrária às arbitrariedades do Imperador que destituiu o gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos, apesar da maioria liberal na Câmara de Deputados. No seu discurso, Rui enfatizou a importância da data de 17 de julho, porque esta marcaria, para ele, as três grandes ideias do quadro liberal da época. Essas ideias eram a regeneração do Parlamento imperial pela resistência à convocação de um ministério sem a maioria na Câmara; a exigência da queda do gabinete conservador bem como a responsabilização do Poder Moderador pelos seus atos para prevalecer a verdade

tivessem ocorrido concomitantemente em várias cidades do Brasil, a capital federal sediou as principais festividades: por três dias, o Rio de Janeiro foi palco de um grandioso espetáculo de solenidades, das quais o homenageado participou. O primeiro dia das comemorações foi marcado pela missa campal celebrada no Campo de São Cristóvão, que contou com a presença do Presidente da República - Venceslau Brás -, do cardeal arcebispo, de parlamentares, magistrados, ministros, diplomatas, expoentes das letras e das artes e do povo. No segundo dia das festividades, inaugurou-se o busto de Rui na Biblioteca Nacional, sendo até os dias atuais o único a permanecer no prédio como a representação devida exclusivamente à sua condição de homem de letras. Já no terceiro dia das festividades, o governo decretou feriado o dia 13 de agosto, considerado a data símbolo do primeiro discurso de Rui. Uma carreata de estudantes acompanhou o homenageado de sua casa até a frente da Câmara dos Deputados, onde após um comício, em passeata seguiram pelas ruas do centro do Rio de Janeiro até a cerimônia no Teatro São Pedro. Afinal, como bem resumiu um de seus biógrafos, os três dias de comemoração do Jubileu de Rui Barbosa “era a glorificação em vida, coisa que a raríssimos homens no mundo tem sido dado obter”.⁴³

No âmbito internacional, Rui Barbosa também vinha recebendo várias homenagens e condecorações, pelo menos desde a leitura de sua conferência “Conceptos Modernos del Derecho Internacional”, na Faculdade de Direito de Buenos Aires, em 14 de julho de 1916, quando obteve o título de doutor

constitucional; e, finalmente, a reorganização do partido liberal. Cf. BARBOSA, Rui. “Discurso a José Bonifácio”. In *OCRB*. Vol. I. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951, p. 146. A queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em julho de 1868, substituído pelo do conservador Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, teve enorme repercussão no ambiente político do Império, dando início a sucessivos governos conservadores por dez anos. A conjuntura política que se inicia com a queda do gabinete Zacarias será trabalhada no próximo capítulo.

⁴³ NOGUEIRA, Rubem. *História de Rui Barbosa*, p. 196. As comemorações do Jubileu Cívico e Literário de Rui Barbosa também tiveram repercussão no exterior, e vários países lhe conferiram diversas honras e homenagens. Da imprensa internacional, destacamos o trecho da notícia estampada em *La Nación*, de Buenos Aires, de 12 de agosto de 1918, que sintetiza a trajetória política de Rui Barbosa, localizada entre a sagração da sua personagem pública, que se tornara um herói nacional e uma personalidade internacional preclara, e as suas próprias desventuras no campo da carreira política: “Rui Barbosa assiste à sua própria glorificação nacional. Não foi nunca primeiro-ministro, nem governador de Província, nem presidente da República. Contudo é a mais alta representação intelectual e moral do Brasil neste momento”. Apud VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*, p. 435.

honoris causa daquela instituição. Nesta conferência, Rui se opôs a que os países americanos se mantivessem neutros em relação à guerra travada desde 1914 na Europa. Nela também expôs algumas de suas ideias políticas mais amplas, como a necessidade das nações liberais defenderem os princípios democráticos contra a tirania e a violência dos impérios autocráticos. A conferência logo ganhou repercussão na imprensa internacional, especialmente entre os Aliados, e foi publicada em diversos idiomas, inclusive o árabe. Ao retornar ao Brasil, Rui foi recebido no Rio de Janeiro com grandes homenagens oficiais, que exaltavam sua figura pública, à semelhança da recepção que recebera da imprensa e da população, quando retornou da Conferência de Haia, em 1907.

Tão logo regressou de Buenos Aires, Rui se envolveu numa campanha acirrada a favor da entrada do Brasil na guerra, para combater a Alemanha e os demais países que estavam ao seu lado. O empenho de Rui em discursos, conferências e entrevistas agitou a opinião pública e contribuiu para gerar uma efervescência cívica em prol dos Aliados: surgiram batalhões patrióticos, associações e sessões cívicas pelo país, que passaram a se manifestar contrariamente à manutenção da neutralidade do Brasil frente ao conflito europeu.

Porém, se por um lado Rui Barbosa assistia à consagração nacional e internacional de seu nome, por outro ele sofria inúmeras derrotas políticas. Essa ambiguidade o acompanhou durante seus últimos anos de vida. Ao lado do reconhecimento de sua erudição e de seu comprometimento com causas políticas capazes de despertar inúmeras paixões – como ocorreu em suas campanhas presidenciais –, Rui teve que conviver com sua incapacidade de efetivar a maior parte de suas ideias e projetos.

Assim, decretado o armistício em novembro de 1918, pelo empenho despendido na campanha política a favor da causa dos Aliados no conflito bélico, Rui Barbosa esperava ser convocado para assumir a chefia da Delegação Brasileira à Conferência da Paz em Versalhes, que se realizaria em

1919. Porém, o escolhido para chefiar a delegação do Brasil foi o senador Epiácio Pessoa, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.⁴⁴

Já o ano de 1919 também é bastante significativo para acompanharmos a trajetória política de Rui Barbosa, tanto no plano da síntese de suas ideias políticas, defendidas no bojo do liberalismo político que apregoava, quanto no plano da sua ação política. Neste último plano, Rui Barbosa sofreu duas derrotas para Epiácio Pessoa: este ocupara o cargo que Rui tanto gostaria de ter assumido na Conferência de Versalhes, e, além disso, arrebatara-lhe a última chance de tornar-se presidente da República. Por outro lado, 1919 também pode ser considerado como um dos anos mais combativos da carreira política de Rui. Aos setenta anos de idade e apenas sete meses após sua derrota eleitoral para Epiácio, Rui se envolveu numa nova disputa política, agora por conta da eleição estadual na Bahia que realizar-se-ia em dezembro.

Embora ele não fosse o candidato, essa última campanha política seguiria as características de suas campanhas presidenciais anteriores (a Campanha Civilista de 1910 e a de 1919). Ou seja, ele aproveitaria a disputa entre as elites oligárquicas para se aliar a um setor dissidente e difundir sua propaganda em defesa das reformas institucionais e da Constituição de 1891. Em maio de 1919, Rui rompeu com a situação dominante, com a qual estava aliado desde 1913. O candidato governista à sucessão de Antonio Muniz de Aragão era José Joaquim Seabra, senador e líder oligárquico baiano, que na Convenção de 25 de fevereiro tinha votado abertamente em Epiácio Pessoa para a chapa presidencial, contra a candidatura de Rui. A dissensão política entre Rui Barbosa e J. J. Seabra⁴⁵ era conhecida, e o primeiro não abriu mão

⁴⁴ Cabe aqui um parêntese. A oposição política entre Rui Barbosa e Epiácio Pessoa não era recente e alguns relatos podem ajudar a esclarecer o embate entre os dois. Primeiramente, Epiácio Pessoa, enquanto ministro da Justiça de Campos Sales, foi quem convidou, em 1899, o jovem jurista Clóvis Beviláqua, lente de Legislação Comparada na Faculdade de Direito do Recife, para ser o redator do projeto do Código Civil Brasileiro. Notadamente, as aspirações de Rui Barbosa como jurista foram aplacadas quando fora preterido pelo jovem jurista. Essa decisão de Campos Sales levou Rui a considerar a escolha de Epiácio Pessoa como obra “mais de coração do que de cabeça”. Apud GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epiácio Pessoa*. (1865-1942). v. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1951, p. 154.

⁴⁵ Para uma análise das relações políticas entre Rui Barbosa e J. J. Seabra, ver SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Dissertação. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: 2009.

da oportunidade de aliar-se a um pequeno grupo de opositores do sertão baiano - grandes proprietários com forte poder político local e que sempre mantiveram relação conturbada com a oligarquia agroexportadora do estado - contra as oligarquias dominantes baianas que apoiavam majoritariamente a candidatura de Seabra.

Ao partir para o seu estado natal a fim de apoiar com obstinação a candidatura do juiz federal Paulo Fontes, Rui Barbosa continuou a divulgar as ideias defendidas em suas próprias campanhas à presidência. Mas, apesar de todos os esforços da campanha de Rui Barbosa, o candidato combatido por ele, Joaquim José Seabra, foi eleito em 29 de dezembro de 1919.

1.3. Rui Barbosa, a personagem por ele mesmo

Já nos referimos anteriormente ao fato de que, ao longo de sua trajetória, Rui Barbosa procurou definir o modo pelo qual gostaria que suas próprias ações e seu pensamento fossem interpretados, assim como demonstrou a preocupação com a construção de sua imagem de homem público. Paralelamente à construção de sua personagem pelo imaginário nacional e pelos meios oficiais da nação, seus discursos estão repletos de exemplos que comprovam a sua intenção de estabelecer parâmetros para as interpretações de sua vida e obra política.

Por exemplo, a passagem do seu discurso sobre a couve e o carvalho, que utilizamos como epígrafe deste capítulo, bem demonstra isso. A metáfora, utilizada em diversas ocasiões por Rui, inclusive na sua campanha presidencial de 1909, a de que plantava a semente do carvalho, ao invés da couve, não nos parece fortuita. Rui afirmava que as suas ideias e ações tinham a preocupação precípua com o futuro e constituiriam um legado para o país. Ao utilizar-se das imagens das sementes, Rui procurava estabelecer uma interpretação para suas ideias e ações: elas possuíam raízes fortes e resistiriam à força do tempo.

Na continuação de nosso propósito de acompanhar a construção da personagem Rui Barbosa, trataremos agora de um de seus textos mais conhecidos, o discurso *Oração aos Moços*. Esse discurso é importante para os nossos objetivos, pois muitos dos seus biógrafos, memorialistas e intérpretes,

de diferentes épocas e com diferentes propósitos, o tomam como o seu testamento intelectual e político.⁴⁶ Como ficará mais evidente na seção seguinte, vários de seus intérpretes parecem ter seguido bem de perto a intenção do orador, que era influenciar a leitura futura de suas ideias e ações, bem como promover a sua imagem de “evangelizador”:

Estou-vos abrindo o livro da minha vida. Se me não quiserdes aceitar como expressão fiel da realidade esta versão rigorosa de uma das suas páginas, com que mais me consolo, se não como o testamento de uma carreira, que poderá ter discrepado, muitas vezes, do bem, mas sempre o evangelizou com entusiasmo, e o procurou com fervor.⁴⁷

Nossa intenção aqui, seguindo os passos de seus intérpretes, é destacar a forma pela qual Rui Barbosa criou uma representação de si mesmo. Neste discurso, ao narrar o enredo de sua vida pública, fica nítida sua intenção de estabelecer uma matriz interpretativa, a partir da qual ele gostaria que suas ideias e ações políticas fossem analisadas. A forma como seu legado intelectual e político seria transmitido certamente o inquietava. E não é exagero afirmar que ele tinha consciência de que suas derrotas políticas poderiam obscurecer o brilho conquistado em outras searas. Buscando afastar semelhante destino, no discurso *Oração aos Moços*, ele procurou estabelecer uma linha narrativa que abarcasse toda sua trajetória, na qual suas derrotas foram reelaboradas e re-significadas, senão como vitórias, pelo menos como gérmen de vitórias.

⁴⁶ Bolívar Lamounier argumenta que na esfera pública da democracia é comum aparecerem os elementos de persuasão, exortação e convencimento. Portanto, a presença deles na oratória de Rui Barbosa não deve causar estranhamento, ainda menos, as reflexões a respeito da sua própria oratória, o que aparece “com especial pungência na *Oração aos Moços*, de 1921, que ele mesmo descreveu como seu testamento intelectual e político”. LAMOUNIER, Bolívar. *Op. cit.*, p. 120. No entanto, Bolívar, ao tomar como “testamento” o discurso de Rui, parece acolher a versão do orador e deixa de analisar um expediente comumente usado por ele, qual seja, o de atribuir-se um legado incorruptível e estabelecer deste modo os parâmetros para a interpretação de seus atos e ideias.

⁴⁷ BARBOSA, Ruy. *Oração aos Moços*. Edição comemorativa do centenário do nascimento do grande brasileiro. Fac-símile do texto original, dactilografado e contendo emendas do próprio punho do Autor. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1949, p. 6. O discurso foi lido, em nome de Rui Barbosa, pelo Prof. Dr. Reinaldo Porchat, a 29 de março de 1921, e publicado em *O Estado de São Paulo* nos dois dias subsequentes.

Oração aos Moços foi escrito em 1920, por ocasião do convite que Rui Barbosa recebeu dos futuros bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo para ser o paraninfo da turma de formandos daquele ano. O intuito dos estudantes era o de associar à celebração da formatura a celebração do Jubileu Jurídico do paraninfo que comemoraria 50 anos de formado pela mesma instituição.⁴⁸ Adoentado, Rui Barbosa não pode comparecer à cerimônia em São Paulo e a solução encontrada foi escrever o discurso que seria lido pelo orador oficial na ocasião. Escrito em novembro de 1920, portanto, quase dois anos e meio antes de sua morte, no discurso intitulado *Oração aos moços*, Rui rememoraria os seus cinquenta anos de vida pública, não sem lastimar que saía “da longa odisséia sem créditos de Ulisses”.⁴⁹

Na passagem da *Oração aos Moços* transcrita mais abaixo seguramente estão contidos muitos sentimentos e frustrações, acumulados em anos de derrotas na vida pública – no caso de Rui. Embora seguramente tais sentimentos e frustrações em muito tenham ajudado a estabelecer os contornos de sua atuação política, eles não serão abordados neste estudo – eles são um terreno no qual o analista político não pode pisar com segurança. Mas a mesma passagem também é nitidamente um recurso retórico – arma que Rui soube manejar como poucos – ao qual o analista político possui instrumentos para interpretar. É assim, portanto, que vemo-lo estabelecer comparações entre o personagem Ulisses e a personagem Rui Barbosa. Rui, a partir deste momento, não fala mais de si, mas da personagem que está elaborando para representar a si mesmo. Uma personagem que, segundo suas próprias afirmações, ao não lançar mão das artimanhas e da astúcia, características do personagem homérico, não logrou alcançar as glórias e recompensas no campo da ação política. No arremate dos seus cinquenta anos de serviços à nação, a personagem elaborada por Rui ainda deixou sugerido

⁴⁸ Rui Barbosa transferiu-se da Academia do Recife, onde frequentou os dois primeiros anos do curso jurídico e matriculou-se na de São Paulo, em 1868, para cursar os dois restantes. Rui Barbosa pertenceu à geração dos “bacharéis de 1870”, que agregou [indivíduos que se tornariam personagens de destaque na política nacional no final do Império e na Primeira República. Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves, Afonso Pena e José Maria da Silva Paranhos Júnior foram alguns dos nomes dessa geração e, obviamente, suas trajetórias pessoais se cruzaram posteriormente em inúmeros episódios relevantes da política brasileira.

⁴⁹ BARBOSA, Ruy. *Oração aos Moços*. Op. cit., pp. 10-11.

que suas ideias, ao não se adequar aos meandros da política nacional, até então não haviam encontrado assento no solo do regime republicano. Contudo, logo a seguir, mesmo utilizando tons de desencanto, Rui quer convencer (o leitor ou o ouvinte) de que travou o bom combate, e como bom combatente não perdeu as esperanças. Ainda que as vitórias tardassem, nunca deixaria de acreditar nelas:

Tenho o consolo de haver dado ao meu país tudo o que me estava ao alcance: a desambição, a pureza, a sinceridade, os excessos de atividade incansável, com que, desde os bancos acadêmicos, o servi. Por isso me saí da longa odisséia sem créditos de Ulisses. Mas, se o não soube imitar nas artes medrançosas de político fértil em meios e manhas, em compensação tudo envidei por inculcar ao povo os costumes da liberdade e à república as leis do bom governo [...]. Preguei, demonstrei, honrei a verdade eleitoral, a verdade constitucional, a verdade republicana. [...] Pobres clientes estes, [...] entre uma nacionalidade esmorecida e indiferente, nos títulos rotos de seu direito, com que habilitar o mísero advogado a sustentar-lhe com alma, com dignidade, com sobrançeria as desprezadas reivindicações. As três verdades não podiam alcançar melhor sentença no tribunal da corrupção política, do que o Deus vivo no de Pilatos. Quem por causa destas combateu, abraçado com ela, em vinte e oito anos da sua Via Dolorosa, não se pode ter habituado a maldizer, senão a perdoar, nem a descrer, senão a esperar. Descrer da cegueira humana, sim, mas da Providência, fatal nas suas soluções, bem que tarda nos seus passos, isso nunca.⁵⁰

Como é possível notar, o tom que Rui Barbosa emprega no discurso aos bacharelados de São Paulo intensifica o seu efeito trágico.⁵¹ Se a maioria dos

⁵⁰ Idem, pp. 6-7. O discurso enviado pelo paraninfo aos formandos de 1920 da Faculdade de Direito de São Paulo tornar-se-ia um dos mais famosos da carreira de Rui Barbosa, que à época, no universo jurídico, se “tornara um ícone da justiça e do direito”. GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*, p. 151.

⁵¹ Recorrendo à análise de Northrop Frye a respeito dos elementos comumente utilizados para explicar a tragédia, o autor nos expõe que é “o acréscimo de heroísmo que dá à tragédia seu esplendor e exaltação característicos. O herói trágico geralmente teve um destino extraordinário, frequentemente quase divino, quase ao seu alcance, e a glória dessa visão original nunca realmente se esvanece da tragédia. A retórica da tragédia requer a mais nobre dicção [...] e, enquanto a catástrofe é o final normal da tragédia, isso é equilibrado por uma

heróis trágicos possui *hybris*, uma mente orgulhosa, passional ou que ocasiona a sua própria queda moral, Rui justificava que a ira fora o sentimento impulsionador das suas ideias e ações políticas: “Nem toda ira, pois, é maldade; porque a ira, se as mais das vezes, rebenta agressiva e daninha, muitas outras, oportuna e necessária, constitui o específico da cura”.⁵² No discurso do paraninfo, a ira é endossada a partir de uma percepção que perfilha o discurso trágico como uma mimese do sacrifício do herói.⁵³

As reações da luta cessam, e fica, de envolta com o aborrecimento ao mal, o relevamento dos males padecidos. Nest'alma, tantas vezes ferida e transpassada tantas vezes de agressões, nem de infamações, nem de preterições, [...] perdura o menor rasto, a menor ideia de revindita.⁵⁴

No último grande discurso de Rui Barbosa, somos levados, num primeiro momento, a concordar que, ao final de 50 anos de vida pública, o político baiano não logrou êxito em alterar as condições do mundo político em que viveu, cabendo-lhe, portanto, resignar-se. Contudo, longe de tentarmos desenvolver uma análise dos gêneros literários presentes no discurso de Rui, o que pretendemos é chamar a atenção para um recurso discursivo encampado por ele: o de não apenas legar à posteridade o julgamento de suas ideias e ações, mas, principalmente, de influenciar o julgamento do público. Como

grandeza original igualmente significativa, um paraíso perdido”. FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica: quatro ensaios*. São Paulo: É Realizações, 2013, p. 353.

⁵² BARBOSA, Ruy. *Oração aos Moços*. Op. cit., p. 8.

⁵³ A imagem do herói sacrificado pelos seus ideais políticos seria várias vezes retomada no *julgamento* das ideias e ações de Rui Barbosa, como sugerem as palavras de Oswald de Andrade, pronunciadas em Conferência realizada em 5 de novembro de 1949, data do centenário de nascimento de Rui: “Hoje sabemos que mais do que o seu vernáculo, do que o seu purismo, o que fica de Rui é a capacidade de sacrifício. Ele soube sempre perder. Numa hora dessas como a que atravessamos, de conturbação política e histórica, de arranjos, de enganos e desenganos, ele já seria o candidato destinado, sem dúvida, ao sacrifício, incapaz de rejeitar a luta e de ser rejeitado pela coorte dos homens de boa vontade. Como a semente do Evangelho que precisa morrer para frutificar, ele soube sempre morrer pelo dia seguinte do Brasil. [...] Rui evidentemente faz falta. Pela constância na defesa de nossos superiores ideais políticos”. ANDRADE, Oswald. “Rui e a árvore da liberdade”. In BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Volume único. Seleção, organização e notas de Virgínia Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966, pp. 35-36.

⁵⁴ BARBOSA, Ruy. *Oração aos Moços*. Op. cit., pp. 8-10.

ressalva Northrop Frye, na tragédia há julgamento, e “a fonte do reconhecimento trágico está no outro lado do palco”⁵⁵, isto é, no público.

Ao considerarmos que *Oração aos Moços* é o testamento intelectual e político de Rui, obviamente, o que ele mais queria era convencer quem o ouviria ou o leria. Nesse sentido, a passagem em que Rui fala de Ulisses é muito sugestiva. Embora ele pareça dizer que perdeu todas as disputas porque não se sujeitou às artimanhas e às astúcias do jogo político, no fundo, Rui assumia que saiu vitorioso ao final de sua trajetória, pois ele conseguiu promover as suas ideias mediante as suas batalhas políticas, e era isso que precisava para que, no futuro, elas fossem defendidas e implantadas no país.

Ao construir esse discurso, que objetivava também convencer o público de que no plano da política real, ele nunca se submetera às práticas oligárquicas da Primeira República, sendo por isso afastado da presidência pelo veto de seus inimigos, Rui reafirmava que nunca abandonou os seus ideais políticos: “Que seria, hoje, de mim, se o veto dos meus adversários, sistemático e pertinaz, me não houvessem poupado aos tremendos riscos dessas alturas [...] mas a que tantas vezes me tem tentado exalçar o voto dos meus amigos?”. Assim, Rui assumia que as suas derrotas “aos olhos do mundo, [...] aos olhos da filosofia, aos da crença e aos da verdade suprema, não hajam contribuído senão para a nossa felicidade”.⁵⁶

Rui sintetizou na *Oração aos Moços* a construção da sua própria imagem como um herói, mas, não um herói astucioso que abriria mão de seus princípios e da sua honra para alcançar a qualquer custo vitórias políticas. Colocou-se na posição de um herói trágico que, nas suas palavras, combateu o bom combate e não mediu esforços para se submeter aos sacrifícios pessoais em razão da implementação dos ideais políticos que julgava imprescindíveis para o bom andamento da sociedade brasileira. Se estivermos corretos em nossa sugestão de que o último discurso de Rui Barbosa - *Oração aos Moços* - contém os elementos arquetípos da tragédia, como a ira e o sacrifício do herói,

⁵⁵ FRYE, Northrop. *Op. cit.*, p. 449. O nó da tragédia é atado pelo herói e o público, alçados a um “momento crucial, de cujo ponto a estrada para aquilo que poderia ter sido e a estrada para aquilo que será podem ser vistas simultaneamente. Isto é, vistas pelo público”. *Idem*, p. 357.

⁵⁶ BARBOSA, Ruy. *Oração aos Moços*, pp. 11-12.

o julgamento do público é o elemento que a completa: o papel do público é julgar o enredo e os personagens da tragédia.

Assim, ao utilizar-se de sua erudição e retórica, e ao imprimir um tom trágico à elaboração do seu testamento intelectual e político, Rui buscou deixar bem delimitado o modo pelo qual gostaria que suas ideias e suas ações fossem lidas posteriormente pelo público. Nesse sentido, nos parece claro o seu intuito de legar à posteridade uma imagem construída por ele próprio de um herói que utilizou a “ira” incansavelmente como instrumento de luta para promover as suas ideias liberais e democráticas. Desse modo, tal como um herói trágico, a imagem que construiu de si próprio no discurso buscou enfatizar que as derrotas pouco importaram, o que permaneceu foi o enredo da sua vida pública, ou melhor, o ensinamento do seu apostolado. O que Rui parecia querer enfatizar e, portanto, indicar para as leituras posteriores de sua obra, era o fato de que, por nunca ter abandonado os seus ideais políticos, as suas ideias de justiça e liberdade para a construção de uma república liberal-democrática deveriam permanecer como doutrinação política a serem seguidas ao longo do tempo. A seguir, acompanharemos como o público, ou melhor, a sua fortuna crítica julgou suas ideias e ações políticas nos quase cem anos posteriores à sua morte.

2. Interpretações de Rui Barbosa

2.1. Rui Barbosa, “Apóstolo do Direito, da Liberdade e da Lei”

A proposta de revisitar as ideias e a ação política de Rui Barbosa precisa partir, necessariamente, daquilo que já foi escrito até então sobre sua obra. À medida que avançávamos na leitura da fortuna crítica do jurista baiano, encontrávamos evidências de que ela é bastante complexa e controversa. Diante de tal personagem, da amplitude de sua obra, e dos numerosos estudos que foram dedicados tanto à sua memória quanto aos seus escritos, tais controvérsias já eram, entretanto, esperadas.

Acima, vimos brevemente que as interpretações do pensamento e das ações de Rui Barbosa começaram a se formar ainda durante a sua vida e se

fortaleceram logo após a sua morte, em 1923. Nesse primeiro momento, historiadores-memorialistas produziram inúmeros necrológios e perfis biográficos, cuja publicação acontecia em jornais, periódicos e opúsculos. Esses textos tinham como intuito principal assegurar, de acordo com João Felipe Gonçalves, “a sobrevivência de Rui ao falecimento de seu corpo” e tratavam de “imortalizar uma figura política, um herói cívico e literário” para afirmar a sobrevivência de um “verdadeiro símbolo coletivo personificado”. Ainda de acordo com Gonçalves, os celebradores de Rui serviram-se do dualismo entre corpo e alma para “associar a esta muito daquilo que queriam fazer viver da obra de Rui, ou seja, suas lições morais, seu gênio. Era uma dimensão de Rui que se proclamava ‘espiritual’ e que cumpria assim tornar imortal tal qual sua alma”.⁵⁷

Desse modo, a finalidade mais geral desses primeiros trabalhos era a de perpetuar a imagem de Rui Barbosa como homem de grande vulto, envolvido em várias esferas de atividades, e alçá-lo a símbolo da história nacional e da cultura brasileira. Concomitante à produção desses trabalhos, foram organizadas e publicadas coletâneas de discursos, artigos, cartas, reedições e novas edições das obras de Rui Barbosa.⁵⁸

Ao final da década de 20, iniciou-se a institucionalização da Fundação Casa de Rui Barbosa, que ocuparia as dependências da residência em que o jurista baiano viveu entre 1895 e 1923, na cidade do Rio de Janeiro. A residência foi comprada pelo Estado brasileiro e transformada em museu-biblioteca, “Casa de Rui Barbosa”, instituído em 1928, pelo presidente Washington Luís. A edição das *Obras completas de Rui Barbosa* seguiu-se ao Decreto-lei de 30 de setembro de 1941, baixado pelo presidente Getúlio Vargas, e ao Decreto de 27 de maio de 1946, promulgado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Assim, podemos dizer que nas primeiras décadas após a

⁵⁷ GONÇALVES, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República”. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_JoaoFelipeGolcalves_Enterrando_RuiBarbosa.pdf. Acesso: 19/12/2012, pp. 10-11.

⁵⁸ Nessa linha de trabalhos, por exemplo, a coletânea de cartas organizada por Homero Pires, BARBOSA, Ruy. *Cartas políticas e literárias*. Salvador: Livraria Catilina, 1919; as coletâneas de artigos de imprensa e discursos de Rui Barbosa, organizados e prefaciados por Fernando Nery, BARBOSA, Ruy. *Columnas de Fogo*; *Esfolia da Calúnia*, ambas publicadas em 1933, pela Editora Guanabara, Rio de Janeiro.

sua morte, houve um esforço de vários setores, inclusive do Estado brasileiro, para consolidar o seu nome como referência no cenário político-cultural do país.

A exaltação das contribuições de Rui para a construção e consolidação do regime republicano foi acentuada ao longo das duas décadas seguintes à sua morte. A ocasião da comemoração do centenário de nascimento do baiano configurou o momento oportuno para que homenagens cívicas fossem novamente prestadas⁵⁹ e construídas novas narrativas em torno da “glória imortal de Rui Barbosa”, como as que o denominaram de “Apóstolo do Direito, da Liberdade e da Lei”:

Apóstolo do Direito. Apóstolo da Liberdade. Apóstolo da Lei. Apóstolo da Justiça. Nessas quatro virtudes que denominaremos cardiais da razão de ser do indivíduo no tempo e no espaço, fez-se o magnífico advogado do povo, na época em que as massas viviam mais sob o controle policial do chanfallo e das patas de cavalo. Não lhe importava, contudo, essa constante barreira erguida ante o poderio de sua palavra, porque sabia que estava ao seu lado a razão apoiada nos eternos princípios da Justiça, da Lei, da Liberdade e do Direito. [...] Em toda a América, nunca houvera notícia de mais perfeito batalhador da causa do homem livre, dentro das franquias constitucionais. Por isso, chamaram-lhe Apóstolo.⁶⁰

Nas páginas de tom apologético da edição especial d’*A Gazeta*, além de se atribuir a Rui o papel de guardião das instituições liberais democráticas, o

⁵⁹ Um exemplo das homenagens prestadas a Rui é o decreto baixado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo Ministro da Educação Clemente Mariani a 20 de outubro de 1949, que concedeu, pela segunda vez, depois de seu funeral, honra de Chefe de Estado ao baiano. Mariani, em seu discurso, chegou a comparar, sob certo aspecto, Rui a Cristo: “Foi a cruz do Nazareno que decifrou o teu mistério, levantando-te num pedestal”, e “todo aquele que te maltratar, perseguindo uma opinião, ou derramando o sangue, a um semeador de ideias, comete debaixo do céu o sumo sacrilégio”. A imagem da imortalidade de Rui foi atualizada e a comparação do baiano com Cristo foi evocada de modo a exaltar a memória e reverenciar a ação do homenageado pelos serviços à Nação: “A maior vítima das maiorias políticas foi o Deus crucificado. E aqui está porque a imagem da sua paixão é a tua própria imagem. Entre os braços daquele patíbulo, tu e a verdade sofreste juntamente, e com a verdade ressurgiste dos mortos”. Apud MELANTONIO, Oswaldo. *Da necessidade do General Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Soma, 1987, pp. 237-238.

⁶⁰ “A glória imortal de Rui Barbosa”. In *A Gazeta*. São Paulo, 5 de novembro de 1949, p. 11.

baiano foi erigido como o defensor da Constituição de 1891, dos direitos individuais, da separação dos poderes do Estado e da moralização da política. Buscava-se aí, enaltecer o homem responsável por conter os desmandos cometidos pelos diversos governos republicanos, o militarismo na república e a oligarquização do regime:

No cenário da democracia fielmente cultuada por poucos e deturpada pela maior parte dos pretensos orientadores da nação, Rui se levantou como um deus possuído de cólera sagrada, fulminando raios do verbo-arquipotente, na condenação dos flibusteiros do regime, dos vendrilhões da República, dos iscarotes da democracia.⁶¹

De maneira geral, o conjunto de textos publicados por ocasião da comemoração do centenário do nascimento de Rui Barbosa ressaltava o seu nome como o de um doutrinador liberal democrático incansável, que ao longo de toda a sua vida pública empenhou-se, através de suas diversas formas de atuação pública, a favor dos princípios da justiça, da liberdade e da democracia. Do mesmo modo, enfatizavam certo ineditismo de suas campanhas políticas e o seu empenho como candidato à presidência da república ao percorrer várias cidades do Brasil, realçando com isso, a sua atitude política como modelo de democracia republicana.

O jornal *A Manhã* também dedicou uma edição especial à “vida de Rui Barbosa” para celebrar os cem anos de seu nascimento. Numa edição com diversas imagens de época, o periódico destacou a Campanha Civilista como o ponto de partida da revolução social e política que sacudiu a República, e teve como pioneiro aquele que “há cem anos nasceu para ser o vulto máximo de uma época no Brasil”. A metáfora “uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo do futuro”, utilizada diversas vezes por Rui, foi retomada para demonstrar que a pregação do civilismo significou o “início da reação da opinião pública na reconquista da legitimidade dos processos eleitorais”. Em suma, o jornal afirmava, em 1949, que Rui plantara a semente do carvalho em 1909, pois no civilismo estava “a

⁶¹ Idem, p. 11.

raiz do movimento de regeneração democrática que, através de tantas vicissitudes, conseguiu vencer”.⁶²

A imagem de Rui Barbosa, nesses textos, foi sendo tecida de forma positiva, fazendo surgir dessa trama um liberal infatigável, um “Apóstolo” - grande propugnador de reformas e mudanças constitucionais - cuja missão era a de conter a degeneração do regime republicano e aperfeiçoar o sistema político democrático no Brasil. Seria, portanto, pelo apostolado da democracia, “desde os comícios da praça pública até as sessões do parlamento e dos congressos internacionais”⁶³, que Rui e o seu legado mereciam ser consagrados.

Para além de uma coleção de textos publicados na imprensa sobre as virtudes e o apostolado de Rui, podemos identificar uma grande produção de estudos dedicados à sua memória, que são, em sua maioria, obras biográficas escritas em tom apologético, ainda que apresentem um ou outro defeito ou incongruência do biografado. Esse conjunto de produções sobre o pensamento e ações de Rui Barbosa buscava destacar ainda as suas qualidades como orador, jornalista, político, estudioso internacionalista, dando grande destaque às suas atuações diplomáticas em conferências internacionais, como as de Haia e de Buenos Aires.

É preciso esclarecer, por um lado, que não estamos sugerindo que este conjunto de trabalhos biográficos deveria ter analisado a vida e a obra de Rui Barbosa por um viés analítico diferente daquele que o fez. O que buscamos destacar aqui, entretanto, é que o conjunto de produções biográficas sobre Rui Barbosa denota uma opção analítica clara dos autores e de forma alguma está isenta de pressupostos político-ideológicos e historiográficos de uma época.⁶⁴ Essa vertente interpretativa ao privilegiar determinados assuntos e temas,

⁶² “A vida de Rui Barbosa”. In *A Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de setembro de 1949, p. 9.

⁶³ “A glória imortal de Rui Barbosa”. In *A Gazeta*. São Paulo, 5 de novembro de 1949, p. 11.

⁶⁴ Nesse sentido, duas biografias de Rui Barbosa que apresentaremos mais adiante, editadas em 1943, *Ruy*. O estadista da República, lançada por João Mangabeira, e a relançada por Luís Viana Filho, *A vida de Rui Barbosa*, tiveram um claro sentido de oposição ao Estado Novo. E as reedições das obras de Rui, em especial de *Cartas da Inglaterra*, em 1946, surgiram como parte de um amplo leque de obras de cunho político antiautoritário em um momento no qual a ordem democrática era restabelecida. Cf. MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volume VII. 1933-1960. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996, pp. 206; 236; 278-279.

assim como o modo escolhido para a sua abordagem, reflete propósitos e interesses históricos bem definidos, assim como ocorre com outras vertentes interpretativas que se dedicaram ao estudo do pensamento e das ações de Rui Barbosa.

Nesse sentido, as considerações de Tzvetan Todorov a respeito de se recorrer às biografias, especialmente nos casos em que a distância entre o leitor e o biografado é considerável, auxiliam os interessados em conhecer a sua “personagem”. Tendo em vista a necessária moderação quanto a crer cegamente na veracidade que os biógrafos podem atribuir aos fatos por eles narrados, Todorov esclarece que uma vida contada, uma biografia é uma escolha,

entre inúmeros fatos e eventos que a constituem, dos poucos episódios constitutivos do relato. Não é se arrogar um poder exorbitante de decidir por si mesmo - tais traços do caráter, tais incidentes, tais encontros devem ser retidos, e mesmo postos em destaque, ao passo que outros merecem o esquecimento? Algumas biografias são longas, outras mais breves; todas, porém, são imensamente seletivas.⁶⁵

Porém, a mais forte violência exercida pelo biógrafo sobre o indivíduo biografado, segundo o historiador, é de outra ordem:

é o gesto que consiste em atribuir um sentido a sua experiência vivida. Não apenas um sentido diferente daquele que podia lhe dar o próprio sujeito, mas um sentido em si, impondo o fechamento ao que cada um sempre viveu como abertura, como encaminhamento inacabável - pois ninguém pode viver sua própria morte. [...] Uma vez convertida em palavras, essa existência não deixa de pertencer a um ser em carne e osso e se assemelha à de um personagem literário; as pessoas evocadas pelo historiador tornam-se semelhantes aos heróis de um romance.⁶⁶

⁶⁵ TODOROV, Tzvetan. *A beleza salvará o mundo*. Wilde, Rilke e Tsvetaeva: os aventureiros do absoluto. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011, p.18.

⁶⁶ Idem, p. 18.

Tendo como parâmetros essas observações, cabe analisarmos, agora, alguns títulos representativos que nos permitem perceber as principais características desse conjunto de trabalhos e delinear como as questões sobre a vida e a obra de Rui Barbosa foram respondidas por essa vertente interpretativa.

De maneira geral, os textos biográficos sobre Rui Barbosa procuravam apresentar de modo cronológico, simples e sintético sua trajetória de vida. Neles, quase sempre está presente a ênfase sobre a influência que seu pai teria exercido sobre sua personalidade. Também são entremeados de louvações à sua formação intelectual e à sua capacidade extenuante de trabalho. A todo instante é lembrada sua simpatia pela Europa, em especial pela Inglaterra, como a indicar seu modelo político predileto. Sua capacidade oratória, aliada ao estilo de seu discurso são outros atributos invariavelmente assinalados por seus biógrafos. Até mesmo sua desvantagem em relação ao porte físico era constantemente compensada pela ênfase posta na realização de trabalhos em tempo recorde e na velocidade com que se envolvia em polêmicas e debates.

Afora isso, é comum encontrarmos trabalhos que descrevem Rui como um herói, à frente de seu tempo, um homem grandioso que de maneira injusta fora acusado e agredido por seus adversários, além de ter vivido numa época em que suas ideias foram enjeitadas devido ao atraso do país. Isso remete a afirmações, por exemplo, como as de Mario Lima Barbosa, na obra *Ruy Barbosa*⁶⁷. Na sua obra, o biógrafo faz referência a Rui como a Águia do Brasil, que pairava nas alturas e engrandecia a história universal. Porém, o Brasil, não lhe dava ouvidos. A imagem da Águia pairando sob o Brasil é bem sugestiva, pois faz referência a um dos epítetos do político baiano que realçavam a sua erudição e sua atitude combativa. A imagem, utilizada pelo biógrafo, reforçava a noção de que ele não era apenas um indivíduo pensando e agindo sobre as questões da sua época, mas a representação de uma ideia, de um programa político inspirado no patriotismo e na honra política que se estendiam pelo tempo através do seu legado.

⁶⁷ Cf. BARBOSA, Mario Lima. *Ruy Barbosa*. São Paulo: Ypê, 1949, p. 49.

Já a biografia elaborada por Luis Viana Filho foi usada como referência por muitos estudiosos de Rui Barbosa e teve muitas edições. *A vida de Rui Barbosa* tem a relevância por ter apresentado, em 1941, um trabalho mais amplo de contextualização, utilizando fontes primárias, cartas, artigos de imprensa e discursos do biografado que ainda não haviam sido editados, graças ao franqueamento dos arquivos pessoais a que Viana tivera acesso e entrevistas com familiares. Entretanto, Viana Filho estava mais preocupado em ajudar a formar e consolidar uma imagem oficial do biografado do que propriamente em discutir as ideias políticas ou os pontos controversos da atuação de Rui Barbosa nas questões relacionadas ao final do Império, a transição e consolidação da República. O maior mérito da obra foi apresentar materiais até então inéditos e tecer uma narrativa bastante coesa da vida e dos episódios que envolveram as atividades políticas do jurista baiano.

Na biografia de Viana, Rui é apresentado como um herói, sempre disposto a bater-se pela verdade e moralização dos costumes políticos. Nesse sentido, o biógrafo parece seguir bem de perto as indicações oferecidas por Rui no seu discurso *Oração aos Moços*, ou seja, a de sagrá-lo como um herói honrado e não astucioso como Ulisses. Ao ler o capítulo “Sob os muros de Tróia”, temos a impressão de que estamos diante da epopeia de Homero. Viana Filho descreve o processo de candidatura de Rui Barbosa à presidência da república, em 1909, tecendo analogias com o Canto I da *Ilíada*, retomando os conflitos entre os personagens guerreiros de Tróia para caracterizar aquela situação da política republicana de 1908:

A praça estava cercada. Mas, como conquistar Tróia? Depois de terem agido em harmonia durante tanto tempo, Pinheiro, Azeredo e Rui não estavam de acordo. Como Agamenon, Ulisses e Aquiles sob os muros da cidade lendária, eles divergiam. Rui preferia a luta em campo aberto, para tomarem a praça de assalto. Para isto só ele poderia ser o general. Azeredo, pelo contrário, queria triunfar pela astúcia. Era mais cômodo e mais certo. Pinheiro pensava como Azeredo e ambos já imaginavam desbaratar o inimigo, introduzindo na cidadela a candidatura do Marechal

Hermes da Fonseca, verdadeiro cavalo de Tróia destinado a aterrar os conflitos políticos.⁶⁸

Assim, Rui é apresentado ao mesmo tempo como um herói e um apóstolo, uma “alma açoitada pelos vendavais das grandes paixões, varrida pelas tempestades dos ideais porque lutara, dividida entre o Homem e o Apóstolo, e, por isso mesmo, muitas vezes contraditória”⁶⁹, em uma síntese do biógrafo, Rui fora devorado pelos seus grandes ideais que procurou propagar.

Foi, portanto, na vida de Rui após a Proclamação da República que os biógrafos centraram a sua atenção e empenharam-se em ressaltar a atuação política do baiano. Um caso dedicado à sacração do político baiano pelo papel desempenhado na Primeira República pode ser visto na biografia escrita por João Mangabeira, contemporâneo de Rui, publicada em 1943: “Somente na República iria Ruy nos dar o diâmetro de sua grandeza e atingir o seu ápice na glória”.⁷⁰ Embora seja uma obra de inegável valia para o esclarecimento de inúmeros episódios sobre a atuação política do baiano, ela está repleta de louvações, adjetivos dispensáveis e, em geral, nos assuntos mais importantes, ela mantém-se ao lado das explicações e ou das versões apresentadas pelo próprio biografado. Naquilo que se refere à atuação ou às ideias de Rui na transição para a República, ela praticamente não apresentou novidades em relação aos textos dos biógrafos, memorialistas e intérpretes anteriores. A inovação que chama a atenção nesta obra, porém, está na forma como Mangabeira construiu e nomeou a sua biografia: *Ruy. O Estadista da República*. A referência é clara: Mangabeira se propõe, tal como Joaquim Nabuco, ao empreender a biografia política do pai no Império, realizar façanha comparável com Rui Barbosa, na República: “Imaginal, agora, estudar Ruy, em cinquenta e cinco anos de vida pública, de uma intensidade, uma grandeza, uma irradiação incomparavelmente maiores que a do preclaro chefe liberal do

⁶⁸ VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*, p. 388.

⁶⁹ Idem, p. 449.

⁷⁰ MANGABEIRA, João. *Ruy. O Estadista da República*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1960 p. 29.

Império”.⁷¹ Eis os motivos que Mangabeira apresenta para considerar Rui como o maior estadista da República:

Porque a construiu, dando-lhe as instituições jurídico-políticas e assegurando-lhe a estabilidade, por sua gestão financeira ao primeiro ano de sua vida. [...] Somente ele teve atuação política desde os pródromos da República até 1923. [...] Somente Ruy deixou a impressão de suas ideias, a marca de suas campanhas na substância moral da nação.⁷²

Segundo João Mangabeira, a ideia de uma biografia sobre Rui Barbosa originou-se do convite para proferir uma conferência na “Casa de Rui Barbosa” por ocasião do vigésimo aniversário da morte do seu patrono (1943). O tema escolhido foi “Ruy – o estadista da República”. De acordo com o autor, para atender aos pedidos da viúva de Rui e do diretor da instituição, a conferência foi ampliada com vistas a ser publicada em nove domingos seguidos no suplemento do *Diário Carioca*. Depois da publicação no periódico, quatro empresas lhe propuseram a sua edição.⁷³

Assim, João Mangabeira, na mesma linha de Luis Viana Filho, destacou o apostolado de Rui Barbosa, sua luta pela liberdade e pelos ideais democráticos. A biografia de João Mangabeira sobre Rui Barbosa é muito sugestiva por aquilo que suscitou, ou seja, a própria contestação das versões sobre a atuação de Rui Barbosa na Primeira República.

Gilberto Freyre, em resenha crítica à obra de Mangabeira, publicada originalmente no *Diário de Pernambuco*, em 1943, sugere, num primeiro momento, que Rui Barbosa pode ser considerado como “profeta”, apenas sob o critério de ter tido ele a vocação para reformador do caráter brasileiro viciado pela escravidão. Segundo Freyre, Rui teria sido um *défroqué*, que, agindo como um profeta ou como um apóstolo, esteve na política, sem ser rigorosamente da política, pois, “a toga de senador não foi para ele senão um

⁷¹ Idem, p. 26.

⁷² Idem, p. 10.

⁷³ Tamanha demanda se deveu ao fato de “que dos estadistas da República somente ele [Ruy] continua historicamente vivo. Somente ele é imortal, porque atua através das gerações que se sucedem. Só ele está presente. Pertence à história viva”. Idem, p. 10.

substituto da veste de ministro de Deus”.⁷⁴ A fala de Rui Barbosa no Brasil da Primeira República teria se igualado, segundo Freyre, à de um místico, pregando aos ingênuos pecadores políticos do seu tempo a necessidade de praticarem as virtudes da Justiça, da Liberdade, do Direito e da Lei. Até mesmo nos *habeas corpus* que Rui impetrou, o sentido empregado na sua fala se aproximava, segundo o crítico, mais da virtude cristã do que de argumentos tecnicamente jurídicos.

Ao debater a interpretação de João Mangabeira, Freyre argumentava que Rui foi profeta, evangelizador, apóstolo, mas não estadista, nem “o ‘estadista da República’, nem mesmo um dos estadistas da República que, aliás, rigorosamente, não produziu até hoje nenhum estadista”.⁷⁵ Embora o pernambucano tenha dito que não julgava a condição de “estadista” superior à de “profeta”, a seu ver, o senador baiano esteve mais próximo desta condição. Porém, mesmo nela, Rui “teve suas grandes deficiências, seus erros enormes”.⁷⁶ Gilberto Freyre finaliza o artigo ressaltando que não era preciso alguém cair em “transe apologético” para se reconhecer certas qualidades de Rui Barbosa: um homem de luta pela renovação e pela democratização do país. Nesse sentido, Rui Barbosa teria sido também o influenciador de uma escola de homens, de discípulos, cuja função era prolongar a sua influência e os exemplos de suas ações e lutas. Ainda, Freyre ressalta o papel de Mangabeira como o de um discípulo de Rui e sua obra biográfica, um livro de luta, mas não de interpretação das ideias e ações do biografado.

A questão central da maioria dos estudos biográficos dedicados a Rui Barbosa, e que nos interessa mais de perto é a enunciação de que ele foi um idealista que estava acima dos homens de seu tempo. Ou, em outros termos, “um desenraizado no Brasil”, como afirmou, em 1955, outro biógrafo, Archimino Ornellas.⁷⁷ Como vimos, o enunciado de Rui Barbosa como um idealista,

⁷⁴ FREYRE, Gilberto. “Rui Barbosa: um quase *défroqué* desgarrado na política. João Mangabeira, discípulo de Rui”. In FREYRE, Gilberto. *Pessoas, coisas & animais*. São Paulo: MPM Propaganda, 1979, p. 155.

⁷⁵ Idem, p. 155.

⁷⁶ Idem, p. 155.

⁷⁷ ORNELLAS, Archimino. *Ruy Barbosa*. Rio de Janeiro: Associação Atlética Banco do Brasil, 1955, p. 9.

entendido como um homem que perseguia um propósito e acreditava na força da lei, na liberdade e na democracia, está presente tanto na obra de João Mangabeira quanto na obra de Luiz Viana Filho.⁷⁸

Os biógrafos que citamos até aqui apresentam Rui como um homem que lutou por seus ideais, alcunhando-o de idealista. Apesar de imprecisa, essa característica de Rui Barbosa é empregada por esses autores num sentido elogioso à sua vida e ao seu pensamento.

Cabe destacarmos que, em meio às várias biografias apologéticas de Rui Barbosa, uma delas destoou desta vertente pelo tom da detração da figura do biografado: *Rui: O Homem e o Mito*, de Raimundo Magalhães Júnior. No prefácio dessa polêmica biografia, o autor afirmou ser a sua obra uma tentativa de revisão histórica e política da vida do biografado e visava contribuir para que retratos mais autênticos fossem traçados futuramente. Magalhães Júnior procurava contestar a versão daqueles a quem chamava de idólatras de Rui, procurando apontar a verdadeira força dos “fatos”:

engrossada por uma legião de seguidores, em dezenas de obras de caráter meramente apologético, em que os seus erros, contradições, fraquezas morais, ideias antiquadas, preconceitos enraizados são, em geral, omitidos ou dissimulados por trás de uma catadupa de adjetivos sonoros ou de uma desfiguração romantizada dos acontecimentos. [...] Essa desmedida idolização criou uma imagem tão monumental quanto falsa. Uma imagem que não corresponde, de forma alguma, à impressão que se colhe, a frio, quer da leitura dos seus trabalhos, quer do atento exame da conduta pública de Rui.⁷⁹

Magalhães Júnior procurou expor a vida de Rui Barbosa nos âmbitos privado e público, fazendo referência à vaidade intelectual que teria guiado seu

⁷⁸ O qualificativo “idealista” está presente também em outras obras, como na de Américo Palha, *História da vida de Rui Barbosa*. Palha procura argumentar que a figura de Rui Barbosa não pode ser medida apenas pelo que ele realizou, mas também pela natureza da época e da sociedade em que atuou: “Rui não foi um esboço de homem. Foi um gigante que surgiu numa época imprópria para comportá-lo ou para compreendê-lo. Os seus erros, [...] não foram mais do que o fruto do meio em que viveu”. PALHA, Américo. *História da vida de Rui Barbosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1954, p. 95.

⁷⁹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Op. cit.*, p. I.

oportunismo político, bem como a supostos negócios escusos que ele teria levado à frente quando fora Ministro da Fazenda no governo Provisório da Primeira República. Rui não fora, segundo esse biógrafo, apenas “o frio e calculado conservador”, mas o “o grande advogado, servindo aos interesses do alto comércio, aos bancos, às indústrias e empresas que não queriam ceder um milímetro às investidas do nascente proletariado brasileiro”.⁸⁰ Apesar de longa, a passagem abaixo expressa uma das críticas mais contundentes às ideias e à ação política de Rui Barbosa:

Em vez de ter sido mal julgado, injustiçado e incompreendido por sua época, a impressão que temos é a de que aqueles que lhe barraram sistematicamente o caminho para a Presidência da República não procederam movidos por mero impatriotismo, ou por uma vil conspiração da mediocridade vitoriosa contra o gênio ativo e solitário mas pelo bem fundado temor de que Rui levasse para o governo as suas qualidades negativas, as suas hesitações e intermitências de opinião, [...] contrastadas embora por sua devoção à liberdade individual que, de resto, só adquiria real ênfase nos períodos em que ressentimentos insopitáveis o impeliam para a oposição. Então, era o vibrante campeão dos direitos civis e políticos, o denunciador dos estados de sítio em anátemas vigorosos, votando-os porém, docilmente, noutras oportunidades, esquecido das palavras candentes com que antes veementemente causticara a suspensão das garantias constitucionais. Além das suas limitações, de suas ideias fixas, de seus ódios violentos e da miopia política, que lhe deformava a visão, cansada de procurar a imagem da Inglaterra no mapa do Brasil, sua inteligência se devotava melhor às tarefas de obstrução que às de construção.⁸¹

De fato, Magalhães Júnior elaborou um estudo que não acentuou o mito a respeito da personalidade de Rui. Mediante uma leitura mais atenta dos trabalhos do político baiano e do exame de sua conduta pública, produziu uma biografia que investigou mais a fundo as ideias e ações do político baiano. Pelas próprias indicações da obra de Magalhães Júnior, podemos observar que

⁸⁰ Idem, p. 19.

⁸¹ Idem, pp. II-III.

o autor procurava dialogar não apenas com os “fatos” da vida de Rui, mas debater com outros biógrafos, que produziram obras “louvaminheiras”, ou de uma “ingenuidade basbaque”.⁸²

A biografia escrita por Magalhães Júnior gerou uma disputa e controvérsia em torno da representação da figura de Rui Barbosa no âmbito de sua vida pessoal e pública. Tanto assim que, Américo Jacobina Lacombe publicou, em 1965, no *Digesto Econômico*, um artigo combatendo veementemente o livro do biógrafo. No longo artigo, Lacombe se dispôs a repassar os pontos mais polêmicos da biografia – “A fraude contra o Brasil”; “O Papa e o Concílio”; “O Encilhamento”; “A parentela” – apresentados por Magalhães Júnior sobre a trajetória de Rui, numa tentativa de desconstruir a versão do biógrafo sobre os fatos da vida do baiano.⁸³

De todo modo, para contestar a versão biográfica de Magalhães Júnior, outras biografias de Rui foram publicadas. Salomão Jorge, por exemplo, saiu em defesa dos “feitos heróicos” do patricio que “edificou com o seu gênio, patriotismo, idealismo, perseverança no trabalho, a própria glória que se transformou na da Pátria”⁸⁴ e publicou, em 1965, *Um piolho na asa da Águia*. Resposta à obra *Rui. O Homem e o Mito*, de R. Magalhães Júnior. Conforme escreveu o autor, sob o impacto de violenta emoção, procurou reagir contra a injustiça cometida por Magalhães Júnior contra “o campeão invencível em todas as pugnas da inteligência, herói da justiça, Doutor da Liberdade”.

Nessa obra biográfica, Salomão Jorge defendeu veementemente o seu culto a Rui que, “para mim, como para todo o bom brasileiro, é um dos capítulos mais belos e honrosos da nossa história. Destruí-lo seria destruir o

⁸² Idem, p. II.

⁸³ “O que mais me preocupou quando um amigo comum me preveniu que o Sr. Magalhães Júnior preparava um livro sobre Rui Barbosa não foram os enganos e os erros que ele pudesse cometer e que se apontam em outros trabalhos seus, nem mesmo os ataques que ele ousasse desferir. Era, acima de tudo, o tom, o aspecto mercantil, espetacular que ele costuma imprimir às suas biografias, a encenação que faz preceder aos seus lançamentos, insistindo no quê de escandaloso, próprio da literatura marrom. Uma grande figura que leu o trabalho antes de mim preveniu-me: ‘O Rui não perde nada. Temo antes pelo autor que pelo biografado’. E tinha razão de sobra”. O artigo de Lacombe, “A propósito de *Rui, o Homem e o Mito*”, foi reeditado pela Fundação Casa de Rui Barbosa e encontra-se disponível no site da instituição: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/kn/FCRB_AmericoJacobinaLacombe_APR_oposito_de_Rui.pdf. Acesso: 20/11/2012.

⁸⁴ JORGE, Salomão. *Um piolho na asa da Águia*, p. 30.

episódio épico em que se narra a luta constante, árdega, lenta, infatigável pela conquista das nossas liberdades públicas”.⁸⁵ Somente os “inimigos da liberdade” poderiam “atrever-se ao sacrilégio” de caluniar a “existência do “apóstolo da liberdade”.⁸⁶ Tratava-se, portanto, para esse biógrafo, de manter postumamente “digna e laboriosa”, a imagem da vida de Rui, como o exemplo a ser transmitido às novas gerações. Em outros termos, não se tratava de contestar as falhas interpretativas de Magalhães Júnior a respeito das ideias e ações de Rui, mas de manter a “glória da imortalidade” do “Doutor da Liberdade” e da “Democracia no Brasil”, cujos atos memoráveis deveriam ter o seu retrato “fielmente” legado à posteridade. Para Salomão Jorge, a memória de Rui deveria ser abstraída à noção de tempo, de modo que ela continuasse a ser venerada pelos “vivos, nas gerações que se sucedem e se renovam”.⁸⁷

Apresentando característica apologética, essa vertente que retratou biograficamente Rui Barbosa estava voltada para a construção da figura e dos feitos grandiosos do “arauto da democracia”, assim como estava preocupada com a sedimentação do nome do “construtor da República”, como uma espécie de marco na história política do país. Sem adentrar no cerne do ideário democrático liberal de Rui Barbosa, essa literatura não se preocupou em demonstrar como as suas ideias liberais democráticas passaram por sucessivas transmutações frente às determinadas conjunturas políticas e sociais, nem como suas ações variaram a depender dos cargos políticos que ocupava, ou dos que visava a ocupar.

2.2. Rui Barbosa, o “idealista utópico”

Com o ocaso da “república” da qual Rui Barbosa foi um dos instituidores em 1889, o seu nome passou a ser associado à República cognominada de “Velha” pelo movimento político que a derrocou na década de 30. Alguns pensadores brasileiros engajar-se-iam num movimento de análise contestatória

⁸⁵ Idem, p. 4.

⁸⁶ Idem, p. 4.

⁸⁷ Idem, p. 15.

do modelo político liberal implantado pela Constituição de 1891, sobretudo, ao indicar a instabilidade institucional da Primeira República, que teria possibilitado o surgimento de poderosas oligarquias políticas pelo descompasso produzido especialmente pela distância entre as instituições políticas e as práticas sociais.

De maneira ampla, essas análises imputavam à inadequação ou descompasso das instituições liberais em relação ao contexto brasileiro a responsabilidade pela falibilidade das instituições republicanas, e a Rui Barbosa, um dos principais responsáveis pelo arcabouço institucional implantado, o erro pelas mazelas do regime. E a principal mazela apontada pelos críticos era a importação e tentativa de implantação de ideias liberais exóticas no ambiente brasileiro; em segundo lugar, a adoção da forma de governo presidencialista e federativa no regime republicano.

Apesar de todas as ponderações que devem ser feitas, uma vez que se trata de pensadores tão díspares e que produziram obras tão variadas, tal reflexão já estava presente nos escritos de Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Além da desilusão com a república, uma das principais justificativas desses autores era a de que a experiência política consolidada lhes dava elementos empíricos para tecerem críticas ao que denominavam o desajuste entre as instituições jurídico-políticas liberais e o contexto brasileiro.

Nesse sentido, a Primeira República pode ser considerada um momento privilegiado no que se refere às divisões no pensamento político brasileiro, pois reflete uma “polarização ideológica entre idealismos orgânicos e constitucionais que produzem e reproduzem o peculiar protagonismo dos intelectuais brasileiros”.⁸⁸ Além disso, as forças políticas e sociais que atuaram nesse período, o programa político que obteve maior sucesso e suas respectivas contestações expressaram questões sobre as alternativas futuras do país. Tendo em vista esse debate de ideias, é o momento de se observar agora outra vertente interpretativa do pensamento de Rui Barbosa, formada especialmente a partir dos anos 20, e o autor escolhido como representante dessa vertente interpretativa é Oliveira Vianna.

⁸⁸ BRANDÃO, Gildo Marçal. “Ideias e intelectuais: modos de usar”. In SANTOS, Boaventura de Sousa; BRANDÃO, Gildo Marçal; VIANNA, Luiz Werneck. *Por que pensar?* In *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. São Paulo, 2001, nº 54, p. 30.

O objetivo dessa seção é recuperar a interpretação do pensamento de Rui Barbosa elaborada por Oliveira Vianna no quadro do pensamento político brasileiro. Ao reconstruir essa crítica, não somente apresentaremos as divergências teóricas entre ambos, mas reconstituiremos o quadro analítico-normativo dos autores. A partir desse quadro, indicaremos brevemente como os problemas sociais e políticos do país foram avaliados por Oliveira Vianna, o que nos indica um problema: a diferença no modo de pensar desses autores.

Gildo Marçal Brandão, ao lançar suas hipóteses sobre as linhagens do pensamento político brasileiro, nos lembra a importância de se estudar o pensamento de Rui Barbosa e, não menos importante, para usar o seu termo, não acatar *a priori* o adjetivo “utópico” que Oliveira Vianna imputa a Rui como sinônimo de “constitucional”. Isto porque, primeiramente, o utopismo não é prerrogativa dos “idealistas constitucionais” liberais. A peculiaridade destes, segundo Brandão, é a “preocupação com as formas, a confiança no poder da palavra escrita, a crença em que a boa lei produziria a boa sociedade, a ideia segundo a qual os problemas do País são fundamentalmente políticos e institucionais, e só serão resolvidos por meio de reformas políticas”.⁸⁹ A partir dessa premissa, é necessário avaliar mais profundamente a crítica de Oliveira Vianna a Rui Barbosa e de forma geral, o que ele denominou de “idealismo utópico”.

Oliveira Vianna foi um dos autores que opôs-se ao pensamento liberal então predominante na Primeira República e, à Constituição de 1891. Além de expressar a crítica à organização do regime republicano e o seu desgosto com a Constituição de 1891, e a denúncia do desajuste entre as teorias estrangeiras e o caráter nacional foi reiterado à exaustão. Ao rejeitar o “idealismo jurídico” da Constituição de 1891, Oliveira Vianna concebia o realismo sociológico como condição de elaboração da política, pois as ideias “baseadas em estudos sociais sobre velhas sociedades e civilizações” não se aplicavam a “países criados por descobrimento, com sociedades formadas por colonização”. Resumidamente, todo encanto com “paradigmas forasteiros” produzia equívoco.⁹⁰ Na chave dualista, o ensaísta fluminense mobilizava os conceitos

⁸⁹ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*, p. 49.

⁹⁰ VIANNA, Francisco de Oliveira. *O idealismo da Constituição*, p. 7-8.

de “idealismo utópico” e “idealismo orgânico”, que expressavam a tensão entre teóricos liberais e realistas. A versão utópica do idealismo estaria fundada em “todo e qualquer sistema doutrinário, todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende reger e dirigir”; ao passo que sua versão orgânica “nasce da própria evolução da sociedade e não é senão visão antecipada de uma evolução futura”.⁹¹

A adesão de Oliveira Vianna ao paradigma orgânico demonstra um entendimento da política como lugar de movimentos avessos ao imprevisto. É por isso que a conjugação entre ideia e organicidade tem tanta importância para a sua concepção de aplicabilidade política. Diferente da premissa universal da doutrina liberal, o realismo reporta-se a um ambiente específico. Nessa perspectiva, o lugar particular da ideia – referido sempre a uma constatação empírica – vincula-se à particularidade de sua aplicação.

Esse fundamento do particular é a principal marca do afastamento entre o realismo e o modelo liberal, este baseado na premissa universal. Embora toda a migração de ideias implique níveis de adequação ao ambiente receptor, a doutrina universalista tende a minimizar seus movimentos de ajuste. Nessa perspectiva, a eventual disparidade sociológica entre os contextos de formulação e aplicação dos modelos de ordem política não é descrita como problema.

Já para Oliveira Vianna, a profusão de modelos estrangeiros “à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana, mas não à maneira brasileira”, ofuscaria a percepção do que é peculiar à formação social brasileira e dessa forma, as diversas visões em disputa sobre o problema da democracia no Brasil⁹² estariam igualmente confinadas a um universo artificial, em que as narrativas valem mais por sua força persuasiva do que pela verdade que postulam.⁹³

⁹¹ Idem, p. 10.

⁹² Idem, p. XIV.

⁹³ De acordo com Bernardo Ricupero, “a crítica da cópia de Oliveira Vianna tem no liberalismo seu alvo principal. Desde a independência, o país se deixara fascinar por fórmulas liberais importadas, procurando reproduzi-las nas suas instituições, apesar de que elas pouco corresponderiam às condições do meio americano”. O autor ainda destaca, para Oliveira Vianna, “há um século viveríamos ‘de sonhos e ficções’. Ou melhor, esse não seria um

Desse modo, pode-se entender a crítica de Vianna à Constituição de 1891, pois não haveria ali, segundo o ensaísta, instrumento algum para lidar com os males específicos do povo brasileiro. O profundo sentimento de inadequação era expresso, entre outros modos, por forte nostalgia do Império: a alusão ao Poder Moderador pelas suas faculdades de coordenação e harmonização da realidade social dispersa e fragmentada.⁹⁴ Nada na República guardaria semelhança com esse instrumento de organização da vida pública. Ao contrário, o sistema federalista adotado era um dos temas mais criticados por Oliveira Vianna, porque situava a política nas partes e descartava o todo como paradigma de organização da vida pública. Para ele, “nenhum Estado, como nenhum cidadão e nenhuma classe, tem direitos contra a coletividade nacional. Não há direitos contra a Nação”.⁹⁵

Assim, o vício idealista dos liberais republicanos que aplicaram o federalismo, não lhes permitiu compreender que geravam um conflito entre dois sentimentos antagônicos da realidade brasileira: o “quixotismo latino” e o “espírito de clã”. O primeiro, a despeito da importância que alcançou na elaboração formal da ordem pública, estava impregnado de intelectualismo que desconhecia a realidade do país. O segundo, por contraste, nocivo à ideia de público, estava inscrito “nas tradições e costumes do povo”. Portanto, segundo Oliveira Vianna, todo reparo da ordem formal deveria levar em conta o espírito clânico como “fator de perturbação”⁹⁶ e, deste modo, era imperativo que a Constituição devesse apresentar reparos às falhas de caráter do povo.

O intenso esforço de impugnação das pretensões do constitucionalismo liberal, por meio da denúncia da futilidade da tentativa de implantar no Brasil um acervo institucional em desacordo com nosso meio social, é talvez o tema mais recorrente nos escritos políticos de Oliveira Vianna. Não existia um sistema político liberal sem uma sociedade liberal. E o Brasil não possuía uma

problema do povo como um todo, mas principalmente da elite política e intelectual”. RICUPERO, Bernardo. “A crítica da cópia em Oliveira Vianna”. In 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, 2012, p. 5. Disponível: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8148&Itemid=76. Acesso: 20/04/2015.

⁹⁴ Cf. VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2, p. 133.

⁹⁵ Idem, p. 237.

⁹⁶ Idem, p. 69.

sociedade liberal, mas sim uma sociedade parental, clânica e autoritária. Em consequência, um sistema político liberal não apresentaria um desempenho satisfatório; produziria apenas resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina.⁹⁷ Desde o primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* (1920) até *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), obra máxima de seu pensamento político e constitucional, o autor manteve a tese que constitui seu ponto de partida crítico, definido na fórmula sintética que expressa a disjunção e oposição entre o “país legal e o país real”. Esta fórmula define, da maneira mais resumida possível, o eixo principal da crítica de Oliveira Vianna às Constituições liberais experimentadas no país desde o Império: “É claro que da Constituição de 91, por ele [Rui Barbosa] elaborada e assim descentralizada, tinha que resultar o que resultou: as *oligarquias*”.⁹⁸

O tema central de *Instituições Políticas Brasileiras* é o descompasso entre o direito costumeiro do povo e o direito criado pelas elites (direito positivo), concretizado na Constituição republicana. Com essa temática central, o autor assume seu interlocutor principal: Rui Barbosa. Este representaria a elite alienada, “marginalizada”, que, a partir de uma concepção liberal do direito, acreditava que “essas realidades sociais” poderiam ser eliminadas ou abolidas por uma lei, um Código ou uma Constituição: “Toda a dramaticidade da nossa história política está no esforço improfícuo das elites para obrigar o povo-massa a praticar este Direito por elas elaborado, mas que o povo-massa desconhece e a que se recusa obedecer”.⁹⁹ Contemplando o conjunto de suas críticas à inadequação do modelo constitucional liberal-democrático ao Brasil, nosso mais grave problema residiria na estrutura do povo-massa e nos complexos culturais que o dominam, fonte de nosso direito costumeiro, contra a qual se estilhaçariam as frágeis Constituições liberais.¹⁰⁰ Teríamos ainda o problema das relações entre o Governo Federal e os estados e municípios, problema que, na fórmula da Constituição de 1891, resolvera-se na

⁹⁷ Idem, p. 129.

⁹⁸ Idem, p. 136.

⁹⁹ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 1, p. 20-21.

¹⁰⁰ Idem, p. 272.

descentralização política a favor dos “mandões” locais e em detrimento dos “interesses nacionais”.¹⁰¹

No argumento de Oliveira Vianna, dado que a sociedade brasileira à época não possuía costumes de autogoverno, tendo passado séculos sob o mando do latifúndio, as instituições liberais e o federalismo introduzidos na Constituição de 1891 teriam então produzido o aprofundamento da oligarquização da República.

Embora Oliveira Vianna apontasse a adoção do federalismo como uma ideia alheia à realidade brasileira e que, portanto, teria contribuído para aprofundar a dominação oligárquica, há interpretações que divergem desse ponto de vista.

A descentralização institucionalizada pela Carta Constitucional de 1891, no dizer de Oliveira Vianna, repleta de ideias “exóticas e emprestadas”¹⁰², se estabilizou por um liberalismo justificado pela neutralidade do Estado, condição oferecida como possibilidade de progresso, conforme expõe Luiz Werneck Vianna:

[...] o liberalismo da nova Carta, que os ideólogos do Estado Novo procurarão ridicularizar como importado e distante da realidade nacional, consistirá, entretanto, num modelo legal finamente adequado à ordem oligárquica. Os estados onde se sediavam as atividades agrário-exportadoras necessitavam de uma concepção estritamente mercantil da vida social, a fim de organizarem o aparato estatal na medida dos seus interesses. A gestão dos seus próprios negócios, pelos estados ligados às atividades dinâmicas do sistema, só podia conviver com o Estado arbitral do liberalismo. [...] Ora, embaraçar o livre jogo mercantil pela intervenção da instância política, se não eliminava os pressupostos liberais que orquestravam o conjunto do sistema, ao menos rebaixava o *status* da sua validade. Consequentemente, federação e ortodoxia liberal representam a dupla face da mesma moeda, persistindo como noções indissoluvelmente vinculadas. Distante, portanto, da crítica estadonovista, o liberalismo

¹⁰¹ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2, p. 135.

¹⁰² Idem, p. 93.

brasileiro não se configurou numa ordem caricaturalmente contraposta à ordem concreta, mas na forma necessária de um sistema de dominação.¹⁰³

Wanderley Guilherme dos Santos, por sua vez, avalia que o Estado republicano refletiu mais fielmente que o imperial o embate entre as forças vigentes no Brasil de então. O liberalismo, concebido como doutrina política que respeita o jogo de interesses e torna possível que seus pesos reais sejam representados na política, seria então marca indiscutível da Primeira República. Ao sustentar tal interpretação, o autor concebe que os interesses economicamente dominantes acumulariam forças para controlar o aparelho político. O liberalismo, ademais, conviveria sem contradição com a oligarquização.¹⁰⁴ De acordo com Santos, não haveria nada de errado com o andamento da Primeira República se observada com a lente dos padrões políticos que os liberais históricos haviam estabelecido como parâmetros para a atuação do Estado, uma vez que a “representação política realmente expressava os interesses sociais majoritários e a estratificação política replicava, como a visão liberal clássica do mercado presumiria, a estratificação social e econômica”.¹⁰⁵

De todo modo, o núcleo da crítica de Oliveira Vianna ao liberalismo político reside em sua análise sociológica da cultura política do povo brasileiro. O “apoliticismo da plebe” seria o fator desconhecido pelos “idealistas utópicos” do constitucionalismo liberal. Faltaria aos nossos propagandistas de modelos constitucionais estrangeiros a consciência “objetiva” da estrutura e do processo

¹⁰³ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 77-78.

¹⁰⁴ “O governo Campos Sales não poderia ser mais liberal economicamente. Desejava um mercado livre operando sem quaisquer distorções que se originassem, por exemplo, da proteção do governo à indústria nacional ou da intervenção indevida do Estado nas transações comerciais. Entretanto, para poder realizar este programa liberal burlou a Constituição de 1891 e esvaziou o mercado político de qualquer conteúdo liberal substantivo que pudesse ter”. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 91-92. Nessa perspectiva analítica, a “política dos governadores” não é a reedição republicana do Poder Moderador, “prerrogativa do Monarca no Império brasileiro com o alegado intuito de se contrapor aos interesses particularísticos em nome da nação. É precisamente seu oposto: destina-se não a temperar os apetites privados, mas a deixá-los prosperar”. ARAÚJO, Gisele Silva. *Os sentidos da ordem e a legitimação da República brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ, 2009, p. 3. [no prelo].

¹⁰⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Op. cit.*, p. 93.

de constituição do “povo-massa” no Brasil. A tese da impossibilidade de uma relação adequada entre o povo brasileiro e as instituições liberais sustenta-se na argumentação de que nossas populações, em seu processo de formação histórica, jamais teriam experimentado qualquer coisa semelhante às “comunidades de aldeia” ou “escolas práticas de democracia”.¹⁰⁶ Assim, aquele “complexo cultural” que se formou em certos povos europeus (especialmente nos anglo-saxões e, em menor medida, nos germânicos) e que constitui as condições sociológicas da democracia, não encontrou oportunidades de afirmação no Brasil.

Nas seções imediatamente anteriores foram abordadas as duas principais vertentes interpretativas da fortuna crítica de Rui Barbosa, bem como a maneira pela qual ele próprio formulou as balizas a partir das quais pretendia que sua obra e suas ações fossem analisadas pela posteridade. Na seção seguinte, apresentaremos a matriz interpretativa a partir da qual nos propomos a analisar o seu pensamento político.

3. A forma de pensar de Rui Barbosa

A partir do diagnóstico apresentado por Oliveira Vianna a respeito do descompasso entre as instituições liberais, implantadas pelos “idealistas utópicos”, e o povo brasileiro, é possível estabelecer os pontos de confronto com as ideias liberais-constitucionalistas de Rui Barbosa.

Desse modo, há uma primeira diferença a ser destacada entre Rui Barbosa e Oliveira Vianna. Rui esposou nos seus textos e defendeu através de sua ação política um regime político baseado nos mecanismos das instituições clássicas da democracia representativa, fundamentadas em um paradigma liberal-racionalista, comprometido com a proteção das liberdades civis e políticas individuais. Já Oliveira Vianna desenvolveu uma concepção comunitária de sociedade, na qual a cultura política é tanto ponto de partida metodológico quanto ponto de chegada da teoria política. Em nome da adequação dos modelos institucionais à realidade social, o ensaísta acaba por

¹⁰⁶ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2, p. 19-20.

propor uma forma de organização não somente do sistema político, mas também da sociedade, em que sobressai o papel primordial de um Estado forte e centralizador na implementação dos interesses coletivos.

Portanto, é em contraposição ao seu “método sociológico” que Oliveira Vianna qualificou a postura intelectual de Rui Barbosa como defensora do “método filosófico”, o qual trabalharia sobre “abstrações: sobre meras hipóteses, logo admitidas como verdades dogmáticas”¹⁰⁷, um puro “formalismo”. Para ele, na metodologia política de Rui Barbosa, uma mesma experiência política fracassada seria renovada indefinidamente, pois era considerada liberal ou democrática em si mesma. Ou seja, o julgamento de um texto legal não seria outra coisa para os “idealistas” liberais, senão uma “tecnologia”, um estudo puro do texto, no sentido gramatical e comparativo. Não houve, de acordo com o ensaísta fluminense, qualquer preocupação em investigar as condições sociais e a cultura política que condicionaram e causaram o fracasso da implantação das teorias liberais no contexto brasileiro.

Esse “idealismo” teria se derivado do “marginalismo” da elite política brasileira, principalmente a elite de formação jurídica que, segundo Oliveira Vianna, viveria entre duas “culturas”: uma, a de seu povo, que formaria o seu “inconsciente coletivo”, e outra, a europeia ou norte-americana, que lhe daria as diretrizes do pensamento, os paradigmas constitucionais, os critérios do julgamento político. Oliveira Vianna qualifica Rui Barbosa como o expoente do “marginalismo intelectual e jurídico”¹⁰⁸ no Brasil, responsável por criar uma escola de pensamento seguida pelas gerações republicanas, cuja “técnica de fabricação de Constituições para o Brasil” teria sido uma metodologia formalista¹⁰⁹ ou dialética, em que os intelectuais não puderam dispensar “o bordão do autor estrangeiro”.¹¹⁰ Desse raciocínio exógeno decorreria um traço

¹⁰⁷ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2, p. 19.

¹⁰⁸ Idem, p. 33.

¹⁰⁹ Idem, p. 32.

¹¹⁰ Guerreiro Ramos, intelectual da esquerda nacionalista, talvez tenha sido um dos primeiros a valorizar o papel politicamente protagonístico de Rui Barbosa, mas não necessariamente de suas ideias. No sexto capítulo de *Administração e Estratégia de Desenvolvimento*, Guerreiro Ramos chama a atenção para o equívoco de Oliveira Vianna, Visconde do Uruguai e tantos outros ao considerar como um mero formalismo sem resultados práticos a adoção de modelos constitucionais estrangeiros. Na visão de Ramos, estes autores teriam se preocupado predominantemente com o significado intrínseco das transplantações das ideias e instituições

dominante da história política brasileira: a discordância entre o “direito-lei” e o “direito costume”: “O Estado é concebido como uma estrutura *estranha à sociedade*, ajustado a ela, vinda de cima, como que por direito divino - não emanado dela [...]. Não chegaram ainda a conceber o Estado como deve ser concebido: como uma *realidade social*”.¹¹¹

Diante dessa crítica, não se pode deixar de reconhecer que o conjunto da obra de Rui Barbosa caracteriza-se, de um lado, por um forte sentido teórico-normativo do direito e da lei. Por outro lado, Rui não deixa de perceber, que a “lei é um elemento de regeneração” e sua influência torna-se circunscrita ou nulifica-se sem o componente da “vontade humana”:

Não é das leis a culpa dos nossos males. De leis não é que necessitamos, para corrigir. [...] O que nos míngua, é o *homem*, a consciência, a cultura do dever, a capacidade cívica, a inteireza dos costumes. E dada essa lacuna, todas as leis são inúteis na tentativa de prevenir opressão, ou anarquia.¹¹²

Se para Oliveira Vianna, era a “realidade” imediata que deveria servir como base para qualquer lei ou reforma política, Rui Barbosa projetava no futuro a realização do país ideal através de arquétipos de boas leis que teriam por função o aperfeiçoamento ou a regeneração da sociedade e do país. Tal procedimento comportava uma série de problemas, pois exigia que se implementassem medidas com vistas a aproximar cada vez mais a realidade imperfeita do projeto de sociedade e país ideal, daí tanto a sua ênfase nas reformas constitucionais ao longo da vida.

formais. Assumindo o “anti-formalismo”, não consideraram os interesses concretos que se abrigavam sob o manto do “formalismo” do ponto de vista do desenvolvimento nacional. Ramos afirma que nem sempre o formalismo no Brasil foi extrínseco ao seu processo, mas muitas vezes foi essencial à consecução de seus objetivos. Nem sempre foi insensatez, mas expressão estrutural da sociedade brasileira, da peculiaridade de seu processo histórico. RAMOS, Alberto. G. *Administração e Estratégia de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.

¹¹¹ VIANNA, Francisco de Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, p. 21. Grifos do autor.

¹¹² BARBOSA, Rui. “O caso do Rio”. [Artigo publicado n’A *Imprensa* em 13/04/1899.] In *OCRB*. Vol. XXVI. 1899. Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 292.

A crítica de Oliveira Vianna aos “idealistas utópicos” revela a centralidade que assume no seu pensamento o tema da eficácia das normas jurídicas e as causas de sua não-efetividade. Assim, no planejamento de qualquer reforma política que importasse uma mudança no comportamento ou na cultura política de um povo, ter-se-ia que reconhecer suas condições culturais e sociais, suas tradições vivas, seus usos e costumes, pois disso dependeria o fracasso ou o êxito da reforma em causa. Toda a história das tentativas constitucionais de “americanização ou anglicanização” da vida política brasileira teria sido uma história do emprego da “técnica liberal” de operação do Estado. Um exemplo teria sido a política de sindicalização rural, em que a população não fora obrigada a sindicalizar-se. O Estado, detentor dos princípios do liberalismo, deu-lhes a faculdade de sindicalizar-se, pressupondo uma atitude solidarista para com essa classe, a lei não estabeleceu, segundo Oliveira Vianna, nenhuma obrigação de solidariedade. Consequentemente, “a lei não teve a menor repercussão nos nossos campos; nenhuma classe rural, nem patronal, nem trabalhadora, caminhou espontaneamente para a sindicalização”.¹¹³

Para Oliveira Vianna o problema fundamental de uma reforma política no Brasil seria o de organizar um conjunto de instituições específicas a toda organização política, que tivesse por objetivo principal “neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito de clã do nosso organismo político-administrativo. [...] O resto, a liberdade, a democracia, a paz, a tranquilidade pública, o progresso, - virá a ser uma consequência natural desta eliminação”.¹¹⁴

Segundo Oliveira Vianna, Rui Barbosa, pela ótica das teorias liberais importadas, idealizou uma sociedade regida por normas constitucionais que se prestariam a organizar as relações sociais a partir de instâncias jurídicas dotadas de equilíbrio quanto ao poder de decisão sobre o destino e o curso da sociedade brasileira. Neste regime de proteção das liberdades e direitos individuais, segundo o padrão anglo-saxônico, o mecanismo político seria uma política “eletiva”, baseada em um sistema eleitoral que representaria as facções

¹¹³ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2, p. 105.

¹¹⁴ VIANNA, Francisco de Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*, p. 125-126.

sociais conflitantes entre si segundo interesses definidos. Este modelo liberal estaria fadado ao próprio fracasso de sua finalidade interna: a *garantia do direito*, não por uma incoerência interna (lógica-teórica), mas, de acordo com o ensaísta, por uma inadaptação às reais condições da sociedade na qual deveria funcionar.¹¹⁵

Rui Barbosa, de fato, proferia um liberalismo jurídico, em que o direito estaria acima de todas as coisas e era a garantia de êxito na sociedade moderna, cuja concepção partilhava a crença num direito natural que presidia a trajetória do homem na história: “acima da força, do poder e do número, acima das multidões, e dos povos, e de todas as soberanias humanas, está o direito, acima do direito o dever [...] de que a sociedade tem as suas bases eternas na história”.¹¹⁶ Nos escritos e discursos de Rui Barbosa podemos encontrar também a admiração pelo regime político inglês, cuja monarquia parlamentarista representativa vinha citada como fonte de suas ideias liberais. Segundo a versão liberal de Rui, a liberdade e a democracia constituíam ideais supremos, mas ambas baseadas no indivíduo, que, dotado da autonomia da vontade e da liberdade, era o agente coordenador da luta política e de seus interesses.

Desse modo, a verdadeira democracia seria, para Rui Barbosa, a democracia individualista e constitucional que “é o governo do povo senhor de si, mas limitado pelo direito, é a representação proporcional das minorias, o reconhecimento de que o direito, ainda que seja de um indivíduo só, não pode sacrificar-se aos interesses, ainda que seja do povo inteiro, é a sagração da propriedade individual, da liberdade”.¹¹⁷ O individualismo e a propriedade privada eram considerados por Rui Barbosa como medidas de civilização: a República conservadora deveria ensinar ao povo as “excelências do direito de propriedade”. Ao Estado pedia “que se ausentasse e não lhe fizesse sombra”, pois a verdadeira liberdade excluiria a noção do Estado intervir na sociedade

¹¹⁵ VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2, p. 40.

¹¹⁶ Carta de Rui Barbosa a Evaristo de Moraes. Apud MORAES FILHO, Evaristo. “Introdução”. In BARBOSA, Rui. *A Questão Social e Política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998, p. XII.

¹¹⁷ BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966, p. 22-23.

civil, “de invadir a esfera do Direito privado”. A centralização administrativa seria o maior perigo da liberdade moderna, uma vez que uniformizava todas as coisas e contrariava o desenvolvimento do espírito nacional. Da mesma forma, qualquer proibição imposta ao comércio, à indústria, a qualquer uma das “expressões do trabalho”, seria essencialmente uma fórmula socialista. Antíteses de seu liberalismo eram o protecionismo e o socialismo. O socialismo, que prometia a igualdade, promovê-la-ia, “mas a custa da miséria”. A intervenção estatal deveria a qualquer custo ser repudiada, uma vez que “não é o Estado quem faz os cidadãos, mas os cidadãos que fazem o Estado”.¹¹⁸

Foi em nome dessa doutrina, que proclamava a liberdade contratual, que o Governo Provisório da República revogou, em 1890, três leis que regulavam o trabalho rural, de forma a garantir toda a expansão da atividade industrial.¹¹⁹ O próprio Rui Barbosa argumentou no Senado Federal, em 1898, contra a representação de um projeto sobre a mesma matéria, baseando-se na intangibilidade do contrato. A regulamentação de serviços de qualquer ordem, segundo ele, implicaria a diminuição da liberdade individual, constringendo de forma incompatível o trabalho livre, e constituía nova forma de escravidão, uma volta àquele regime em que não havia liberdade de contratos, nem as partes eram consideradas iguais.¹²⁰ Anteriormente, Rui Barbosa já havia elaborado

¹¹⁸ BARBOSA, Rui. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 1985, p. 50.

¹¹⁹ Trata-se do Decreto n. 213, de 22/02/1890, revogando as leis de 1830, 1837 e 1879 sobre a locação de serviços agrícolas. BRASIL. Decreto n. 123, de 22 de fevereiro de 1890. Revoga as leis de 1830, 1837 e 1879 e disposições relativas aos contratos de locação de serviço agrícola. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 1890.

¹²⁰ Em 11 de outubro de 1898, Rui Barbosa escreveu um editorial para o jornal *A Imprensa*, no qual utilizou argumentos baseados no individualismo liberal para criticar a regulamentação do trabalho agrícola: “Deve ser votado hoje no Senado o projeto regulando a locação do serviço agrícola. Somos por princípio avessos a toda regulamentação de serviços de qualquer ordem. Há nela sempre uma diminuição da liberdade individual, um constrangimento incompatível com o trabalho verdadeiramente livre. As tendências do Estado para regular as relações entre o patrão e o empregado, o amo e o serviçal, não nos são simpática. [...] Não vemos que o trabalho livre precise de outra regulamentação que as relações naturais que se estabelecem entre o agricultor e o trabalhador agrícola [...]. O projeto obedece talvez inconscientemente aos preconceitos enraizados no mais íntimo de nós pela escravidão. As mal apagadas saudades do eito revivem ingenuamente nele, provando que se nos libertamos já dos escravos, não conseguimos ainda libertarmos dos senhores”. BARBOSA, Rui. “Locação do serviço agrícola”.

um Parecer parlamentar sobre o Projeto nº 32, de 3 de agosto de 1892, do Senador Cassiano Cândido Tavares Bastos sobre incentivos fiscais para a construção de casas para operários. Os argumentos elencados são os de que a democracia liberal ofereceria ao país as garantias para a organização humana, desde que se abstinhasse rigorosamente de adotar medidas que colocasse em controvérsia a organização da sociedade, bem como qualquer regulamentação e cláusulas à propriedade privada.¹²¹

Assim, uma vez assegurado o estatuto jurídico da liberdade após a Abolição, consubstanciado na ideia de que todos os homens nascem livres e iguais, praticamente todas as tentativas de se avançar na direção de mais liberdade e igualdade foram vedadas durante a Primeira República.¹²² Isso ficou claramente explicitado pelos princípios liberais que prevaleceram na Primeira República: o “Império da lei” continuou a ser argumento utilizado contra movimentos sociais de caráter reivindicatórios e populares, o “respeito jurídico à ordem social estabelecida” e o “culto à lei e à ordem constituída” significaram principalmente a manutenção do *status quo*, a recusa da tematização da questão social na agenda social.¹²³ A maneira como Rui

In OCRB. Vol. XXV. 1898. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 89-90.

¹²¹ “Desapropriando hoje os latifúndios urbanos em proveito do trabalhador, a lógica do precedente não nos obrigará a expropriar amanhã os latifúndios rurais em benefício do colono? Que pontos de resistência encontraremos depois na rampa desse declive? Não estaremos então no caminho das leis agrárias? [...] Ainda submetida a questão à fórmula de Stuart Mill, segundo a qual “a propriedade particular sobre a terra é ilegítima, desde que não for útil”, o projeto não seria adotável. Já se demonstrou porventura a conveniência, para a comunhão em geral, de cobrir exclusivamente de habitações operárias todo o espaço ocupado numa cidade como o Rio de Janeiro?” BARBOSA, Rui. “Casas para Operários”. [Parecer não publicado sobre o projeto n. 32 -1892 do Senador C. C. Tavares Bastos]. In OCRB. Discursos e Pareceres Parlamentares. Vol. XIX. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 248-252.

¹²² Mannheim percebeu com clareza as ambiguidades da utopia liberal: “Onde quer que a ideia de liberdade tivesse que fazer concessões à ideia concomitante de igualdade, estava colocando objetivos em contradição com a ordem social que requeria e que mais tarde se realizou. A separação dos elementos ideológicos da mentalidade burguesa dominante dos capazes de realização subsequente, isto é, os elementos verdadeiramente utópicos, somente poderia ser efetuada por um estrato social que mais tarde se apresentasse em cena para desafiar a ordem existente”. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 228.

¹²³ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 26; 91.

Barbosa se posicionou frente à questão social bem denota isso. Ainda que não se possa ignorar a importância da sua defesa da abolição, a defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora somente ganharia papel de destaque na sua campanha à presidência, em 1919.

A postura liberal em relação à questão social se modificará somente no final da trajetória política de Rui Barbosa. O contexto de sua segunda campanha à presidência, em 1919, era de extrema agitação social. De 1917 a 1919, eclodem no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre as maiores greves da história brasileira até então. No ano de 1919, o Tratado de Versalhes cria a Organização Internacional do Trabalho, cuja primeira conferência questiona a concepção liberal do trabalho idealizada a partir do direito de propriedade. Além disso, o contexto posterior à Primeira Guerra Mundial havia dado uma nova dimensão aos textos constitucionais, o que permitiu que Rui se dedicasse com maior afinco aos estudos sobre constitucionalismo, e, em especial, ao tema dos direitos sociais dos trabalhadores, vistos doravante como obrigações do Estado, que havia sido fundado agora em novos paradigmas.¹²⁴

Na conferência “A questão social e política no Brasil” foi a primeira vez que Rui tratou de frente a questão das camadas operárias e seus direitos. O testemunho de Evaristo de Moraes Filho esclarece que o discurso teria sido confeccionado às pressas e copiado quase textualmente de rascunhos de Evaristo de Moraes. O motivo real da guinada de Rui Barbosa a respeito da questão social teria sido muito provavelmente o fato de seu rompimento com a parcela da elite agrária tradicional que o apoiara, pouco antes do início da campanha presidencial, fazendo com que o candidato fosse buscar o apoio das massas. Afora o pragmatismo político, a conferência constituiu o ponto mais alto das ideias políticas de Rui Barbosa na afirmação da reforma social, a partir de argumentos retirados de um comunitarismo religioso, baseado na doutrina da *Rerum Novarum*, do Cardeal Mercier.¹²⁵

¹²⁴ Cf. MORAES FILHO, Evaristo de. “Introdução”. In BARBOSA, Rui. *A Questão Social e Política no Brasil*, p. XXIII.

¹²⁵ A democracia social à qual Rui Barbosa passou a apoiar filiava-se à concepção do cardeal Mercier: cristã, moderada e conciliatória. A Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, aconselhava a intervenção do Estado nas relações da mão-de-obra com o patronato, a fim de estabelecer certo equilíbrio entre as partes contratantes.

Rui Barbosa reconheceu, nesse discurso, o esgotamento de sua antiga doutrina diante de uma nova realidade, que teria colocado questões insuperáveis ao liberalismo individualista: embora o direito continuasse libertando, a liberdade passara a oprimir. Enquanto a versão brasileira do liberalismo falava sempre em liberdade e igualdade (no sentido comutativo) como companheiras de um mesmo e único fim, Rui Barbosa criticava naquele momento, o conceito liberal de igualdade e negava a existência de uma contradição entre igualdade distributiva ao lado da liberdade. De certa forma, ele tentava projetar uma linha de continuidade ou coerência em relação às suas ideias anteriores, quando defendeu a liberdade para combater a escravidão: o operariado atual teria substituído o peso da escravidão pela carga de trabalho emancipado. Assim, sua defesa anterior do abolicionismo redundaria logicamente na defesa dos direitos do operariado: “Entre um e outro caso não vai mais do que uma transição natural”.¹²⁶ A reforma social, sublinhava Rui Barbosa, deveria ser feita de forma moderada, completando, no trabalhador livre, a emancipação do trabalho: a atenuação da liberdade absoluta dos contratos e a submissão das estipulações do trabalho a regras gerais de equidade.¹²⁷

A aprovação de uma legislação do trabalho adequada seria, para ele, obra de imparcialidade legislativa, e não de tendencionismo. Significaria uma reconciliação entre as duas classes, como ditava a doutrina comunitária cristã e uma questão de justiça: “num país onde a indústria vive, em boa parte, artificialmente, de protecionismo, que tanto custa às classes populares”¹²⁸, seria razoável devolver a estas últimas certa parcela das vantagens concedidas ao capital. Quando se tratava de medidas reclamadas pela questão social, o que se cogitava não era o cumprimento dos contratos bilaterais de trabalho, mas de dar, fora e acima desses contratos, e por intervenção de normas jurídicas, garantias, remédios, os quais contratualmente o trabalho não conseguiria do capital.¹²⁹

¹²⁶ BARBOSA, Rui. *A Questão Social e Política no Brasil*, p. 22.

¹²⁷ Idem, p. 24.

¹²⁸ Idem, p. 37.

¹²⁹ Cf. Idem, p. 46.

A proposta de revisão constitucional de Rui, para inserir os direitos do trabalho, apresentava-se como um programa de união e conciliação nacional, pois a sorte dos operários estaria ligada à dos empregadores, “a colaboração mútua das classes vem a ser, portanto, uma necessidade invencível”.¹³⁰ Como podemos observar, o gérmen da concepção organicista do Estado, de colaboração entre as classes, estaria presente em Rui Barbosa, bem como a concepção de política social com seu núcleo situado na regulação do trabalho.

Em outro sentido, podemos dizer que Rui Barbosa e Oliveira Vianna estão de acordo, pelo menos no que se refere aos *resultados* do funcionamento das instituições políticas liberais da Primeira República. Ambos dirigiram suas críticas aos privilégios arbitrários e despóticos dos oligarcas dominantes que fizeram predominar uma realidade social fragmentada sem fazê-la ascender à solidariedade nacional: “À sombra de semi-soberania que as antigas províncias adquiriram com a federação atual, se implantou, em algumas delas, uma espécie de satrapismo irresponsável e onipotente, que as sangra, as exaure, as absorve, em proveito de um grupo, de uma família, ou de um homem”.¹³¹ O “satrapismo” mencionado por Rui Barbosa é conceito igualmente utilizado por Oliveira Vianna para caracterizar a Primeira República: “a descentralização política teve que resultar fatalmente em mandonismo, em coronelismo, em regulismo, em satrapismo, em dissociativismo, em separatismo”.¹³²

Assim, mais do que apontar as críticas de Oliveira Vianna ao “idealismo utópico” de Rui Barbosa, é possível indicar uma linha, ainda que subterrânea, que os aproxima, decorrente das frustrações com o desempenho das instituições republicanas. Porém, é importante jogar luz sobre outros pontos relevantes que, não diríamos, ligam os dois autores, mas que Oliveira Vianna reconhece, naquele contexto da década de 30, como contribuições “eternas” das ideias e ações de Rui Barbosa. Há indícios até de certa redimensionalização da crítica de Oliveira Vianna a Rui Barbosa como

¹³⁰ Idem, p. 52-53.

¹³¹ BARBOSA, Rui. “Plataforma [Eleitoral]” 15/01/1910. In *Excursão eleitoral*. São Paulo: Casa Garraux, 1910, p. 34.

¹³² VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2, p. 135.

“idealista utópico”, na identificação do que seria “eterno e perecível”¹³³ das suas ideias e ações. Nesse sentido, Oliveira Vianna não deixa de reconhecer que as plataformas eleitorais das duas campanhas presidenciais (1910 e 1919) de Rui Barbosa revelavam com certo ineditismo a preocupação com a realidade política do país, nas suas referências às questões sociais. Mais fortemente, a “evolução” das ideias políticas de Rui Barbosa se fez sentir com a conferência sobre *A questão social e política no Brasil*, de 1919, onde, segundo Oliveira Vianna era possível entrever “as primeiras luzes [...] do Direito do Trabalho e o Direito Corporativo - um e outro somente proclamados e reconhecidos, na universalidade dos seus princípios, pelo Tratado de Versalhes de 1919”.¹³⁴

Para Oliveira Vianna, a relevância das ideias e ações de Rui Barbosa não figuravam nas instituições republicanas que ele ajudou a criar, porque estas estavam em desacordo com a realidade e nunca foram realmente aplicadas. No entanto, contraditoriamente, aponta a institucionalização do presidencialismo como uma contribuição “eterna” de Rui, não pelo sistema em si, mas porque este, do mesmo modo que os estadistas do Império, previu o futuro e a necessidade de um Poder Central forte no Brasil. Não menos importante, Vianna também apontou a importância da concepção de Rui Barbosa sobre o Poder Judiciário e a defesa da competência revisora deste Poder sobre os atos do Legislativo e do Executivo.

Aquilo que mais Oliveira Vianna ressalta das “eternidades” legadas por Rui Barbosa seriam justamente a defesa das liberdades individuais, civis e a institucionalização do *habeas corpus*. Ou seja, Oliveira Vianna reconhece que as ideias e ações de Rui Barbosa relacionadas à defesa da Justiça, do Direito e da Legalidade encerram o “amparo que ele trouxe - contra a violência dos potentados e contra o abuso dos poderosos - aos fracos e aos perseguidos”.¹³⁵

Diante do que expomos, acreditamos que o confronto de ideias entre Rui e Oliveira Vianna não se limita apenas a uma divergência de programas políticos, ou de reformas de regime. Os problemas envolvidos na interpretação

¹³³ Idem, p. 54.

¹³⁴ Idem, p. 43.

¹³⁵ Idem, p. 55.

de Oliveira Vianna do período republicano e as suas críticas dirigidas ao “idealismo utópico” de Rui estão em um nível mais profundo, pois se baseiam em concepções de mundo diversas, posturas epistemológicas diferentes e modos diferentes de ação política. Levando em consideração a continuação da fundamentação teórica a respeito de uma história político-social das ideias no Brasil, Brandão destaca que Oliveira Vianna, em sua classificação do pensamento político brasileiro, usa o termo “idealismo” - dividido entre “orgânicos” e “utópicos” - no sentido do senso comum para designar a existência de ideias e de aspirações morais e políticas.¹³⁶ A sugestão teórico-metodológica de Brandão é a de trabalhar esses dois conceitos não de forma arbitrária e subjetiva, mas no sentido que o sociólogo Karl Mannheim propõe como “estilos de pensamento”, que busca analisar a forma como os pensadores abordam o real, organizam a experiência e delineiam a ação política.¹³⁷ Aquilo que Brandão sugere é que o *modo de pensar* a resolução dos problemas é que diferencia Oliveira Vianna e Rui Barbosa e não o desconhecimento deste último da realidade da sociedade brasileira de sua época. Desse modo, nos afastamos da interpretação de Oliveira Vianna sobre o pensamento político de Rui Barbosa, elaborada nos termos do “idealismo utópico”, por sua disposição em conceber a separação das ideias liberais do político baiano da realidade.¹³⁸ Mesmo porque, segundo Mannheim, “é exatamente a multiplicidade das concepções de realidade que produz a multiplicidade de nossos modos de pensamento”.¹³⁹

¹³⁶ BRANDÃO, Gildo Marçal. “Ideias e argumentos para o estudo da história das ideias políticas no Brasil”. In *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Ciência Política*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 374.

¹³⁷ Idem, p. 375.

¹³⁸ Podemos denominar de “utópico” o pensamento liberal de Rui Barbosa, todavia, de uma maneira bem precisa, e não tomá-lo como descolado da realidade. Segundo Karl Mannheim, a utopia da mentalidade liberal ou progressista enfatiza a ideia, ou melhor, está preocupado com o normativo, o “dever ser”. No entanto, o autor afirma que não se trata de uma ideia “platônica, estática, da tradição grega, a qual era um arquétipo concreto, um modelo primordial das coisas”, mas da ideia “concebida como um objeto formal, projetado no futuro infinito, e cuja função consiste em atuar simplesmente como desígnio regulador dos assuntos terrenos”. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*, p. 204. O pensamento liberal-progressista se apegava à noção de progresso - mas não se trata de um progresso advindo dos atos revolucionários, e sim de um progresso visto como transformação gradual ou linear da realidade. Cf. Idem, p. 209.

¹³⁹ Idem, p. 124.

Desse modo, a questão que procuraremos desenvolver nesse trabalho não é a da incongruência entre a realidade e o pensamento político de Rui Barbosa, mas sim, qual a sua *forma de pensar* os problemas da sua realidade, e mais importante, a *forma de pensar* soluções para os problemas por ele identificados tanto nas instituições políticas quanto na sociedade brasileira de sua época. Portanto, tomando como eixo interpretativo do pensamento de Rui a questão da *forma de pensar*, procuraremos analisar as suas ideias e categorias teóricas, com base nas quais ele percebeu a realidade, elaborou a sua ação política e procurou responder aos problemas colocados pelo andamento histórico-político do país.¹⁴⁰

Para realizarmos esse intuito, nossa análise privilegiará um momento da longa trajetória política de Rui Barbosa: as suas ideias e ações produzidas na passagem do Império para a Primeira República. De fato, desde os anos finais do Império, Rui Barbosa não se furtou a enfrentar e lançar suas ideias através de discursos, projetos parlamentares e na imprensa, em relação aos temas candentes de sua época como a abolição, o federalismo e a representação política, o que demonstra que as ideias e ações de Rui refletiram fielmente a realidade em cujo meio ele operou.

Nesse sentido, acreditamos ser possível identificar uma questão central que perpassa o pensamento de Rui Barbosa: o seu projeto político de construção de uma sociedade liberal e democrática. Nosso objetivo, portanto, é analisar em pormenor esse projeto político de Rui, e o seu empenho para realizá-lo, tendo em vista os dois parâmetros que caracterizam fortemente a sua *forma de pensar*: o liberalismo e as suas propostas de reformas sociais, institucionais e constitucionais.

Sendo um dos propósitos desse trabalho narrar a *forma de pensar* de Rui Barbosa, para alcançarmos esse objetivo, precisamos analisar a *evolução* das suas ideias políticas, procurando desvendar como são elaboradas e postas em ação em diferentes momentos de sua trajetória política. Dessa forma, é na combinação, ou melhor, no ajustamento entre ideias e práticas políticas que buscaremos analisar como Rui Barbosa definiu o seu pensamento e a sua ação política.

¹⁴⁰ Cf. BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*, p. 30.

Assim, uma vez que apontamos neste capítulo algumas interpretações do pensamento de Rui, podemos agora avançar na análise propriamente das suas ideias e ações. O próximo capítulo é dedicado à interpretação da gênese das ideias reformistas e das primeiras ações políticas de Rui Barbosa.

Capítulo II

As primeiras ações e ideias reformistas de Rui Barbosa (1869-1878)

A corrente se avoluma, e dia a dia redobra de força: ontem pobre vertente, depois regato: hoje rio majestoso, amanhã será oceano [...] como dizem todos que verdadeiramente se interessam pela sorte da nação: reformai sem demora, reformai radicalmente este sistema corrompido; aliás, quando procurardes pelas instituições, elas se terão afundado no abismo com o sistema que a elas se agarrando, como nociva parasita, as desconjuntam, e abalam em seus fundamentos.

Rui Barbosa, “Eleição Direta”, 1872.

No capítulo anterior abordamos a fortuna crítica de Rui Barbosa, mais precisamente a forma como ele próprio construiu o modelo interpretativo pelo qual almejava que sua obra e suas ações fossem analisadas pela posteridade. Além disso, destacamos o modo pelo qual alguns de seus intérpretes e admiradores edificaram sua imagem de grande homem cívico, uma espécie de herói nacional. Por último, empreendemos uma análise da crítica que lhe foi endereçada por Oliveira Vianna. O objetivo expresso dessa análise consistiu em demonstrar que as divergências entre Vianna e Rui decorriam de visões de mundo distintas, que envolvia inclusive a forma como ambos compreendiam a estratégia da ação política. Essa abordagem, todavia, nos permitiu estabelecer o modo pelo qual lidaremos com as ideias e as ações políticas de Rui Barbosa, especialmente, o seu projeto político para a construção de uma sociedade

liberal democrática: as suas propostas de reformas sociais e político-institucionais que caracterizam a sua *forma de pensar*.

O objetivo mais geral deste capítulo é estudar a conjuntura política que serviu de palco para Rui expor suas primeiras ideias reformistas e realizar suas primeiras ações políticas. Para atender a esse objetivo será necessário retornarmos aos artigos de jornais e discursos produzidos por Rui Barbosa, ainda em sua “juventude” (1869-1878). Esta retomada dos seus primeiros trabalhos não tem a intenção de ressaltar a fama e o talento precoce de Rui como orador e escritor, que já começava a se espraiair na época de jovem estudante na Academia de Direito de São Paulo (1869-1870).¹ O intuito deste capítulo é outro. Para melhor compreendermos as ideias políticas reformistas de Rui Barbosa é necessário retornarmos aos seus primeiros escritos e discursos para que não percamos uma visão articulada das suas diferentes proposições de reformas políticas apresentadas ao longo de sua trajetória política, bem como os paradoxos que ela encerra.

Nesse sentido, precisamos localizar o germen das principais ideias que seriam posteriormente desenvolvidas ao longo de sua trajetória política durante o Segundo Reinado: a saber, as propostas de reformas do sistema representativo do Império, fundamentalmente, as suas proposições de reforma eleitoral e adoção da eleição direta, e a questão da emancipação do elemento servil. As proposições de reformas levantadas naquele momento serão temas fundamentais desenvolvidos, sobretudo, em sua atuação política como parlamentar, membro do Partido Liberal por duas legislaturas (1878-1881 e 1881-1884). Nessas ocasiões, ele escreveu seus mais importantes trabalhos parlamentares e produziu os seus mais importantes discursos no âmbito de sua carreira política-parlamentar no Segundo Reinado.

Desse modo, procuraremos analisar essas temáticas de reformas na obra de “juventude” de Rui Barbosa, tentando reconstruí-las e confrontá-las com o contexto histórico e político-ideológico em que foram geradas: o momento posterior à queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis (1868) e a

¹ Ver LEME, Ernesto. *Rui e São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949; CARVALHO, Antônio Gontijo. *Rui estudante*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

consequente tentativa de recomposição dos liberais nos anos 1869-70.² A difícil conciliação dos liberais propiciou, para além da criação do “novo” Partido Liberal, um momento de agitação política e debate de ideias. O dissenso entre os liberais abriu brechas para a proposição de diferentes propostas de reformas das instituições políticas imperiais, e a questão da emancipação dos escravos passou a ser foco de maior atenção, pelo menos, figurando no programa oficial do Partido Liberal e no da agremiação que passou a reunir os “liberais radicais”.

Assim, um estudo dos primeiros discursos e escritos de Rui Barbosa adquire importância, a nosso ver, se colocado na perspectiva acima delineada. Ao mesmo tempo, ao definirmos as temáticas das propostas de reformas de Rui Barbosa desse período, emerge um problema: o *lugar* e a *posição* de onde ele escreve, discursa e direciona a sua ação. Ou seja, as suas ideias e concepções acerca das suas propostas de reformas, defendidas na sua posição de jovem acadêmico de posições políticas “radicais” em São Paulo, não serão as mesmas por ele defendidas enquanto era jornalista vinculado ao Partido Liberal (1872-1878). Se Rui partia da mesma temática de reformas políticas, quais ideias foram mantidas e quais foram abandonadas? No período tratado aqui, quais tradições liberais Rui Barbosa retomou por meio de sua ação política e de seus escritos?

Rui publicou seus primeiros escritos políticos nos jornais acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo. Esses textos revelam que a conjuntura política do final da década de 60 era a preocupação fundamental do jovem. Do mesmo modo, os seus primeiros discursos, pronunciados na tribuna popular, são também expressões de suas atividades desenvolvidas no âmbito da política acadêmica, e procuravam responder às questões políticas prementes.

² Como notou Alfredo Bosi, a data de 1868 tem o caráter de situar no espaço e no tempo o acontecimento que assinalaria o divisor de águas entre a fase mais estável do Segundo Reinado e o início da crise do Império, que redundaria na Abolição e na República vinte anos mais tarde. Porém, se a data exerce o “o papel de signo ostensivo de uma viragem”, o mesmo não se daria com o processo ideológico, que não surge de maneira imprevista, mas paulatinamente no curso da história. Contudo, de acordo com Bosi, a data de 1868 pode ser comparada à ponta de um *iceberg*, revelando um indício de uma formação ideológica submersa, e, portanto, pode servir de “pista ao leitor de ideologias para detectar correntes que vêm de longe”. BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos”. In *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 222.

Seus escritos e discursos produzidos na época de estudante do curso jurídico em São Paulo (1868-1870) revelam, portanto, duas características que chamam a atenção. Em primeiro lugar, a escrita já expunha o estilo palavroso, o vocabulário grandioso, as comparações, as citações de autores estrangeiros, e que será desenvolvido no publicismo posterior. Em segundo lugar, podemos observar que do conteúdo de seus artigos e discursos despontam dois temas fundamentais: a reforma do sistema representativo parlamentar do Império, com especial ênfase para a reforma eleitoral, mediante a adoção da eleição direta, e o problema da emancipação do elemento servil.

Esses temas que aparecem em seus textos e discursos estavam presentes na atmosfera política e intelectual da Academia de Direito de São Paulo, que reproduzia no seu interior o período de grande efervescência política do Segundo Reinado.

E assim vemos Rui, em 1869, publicar diversos artigos no jornal *Radical Paulistano*, folha de imprensa criada com o intuito de divulgar as ideias políticas do Clube Radical Paulistano, presidido por Bernardino Pamplona. O órgão agregava os jovens acadêmicos “liberais radicais” e era uma réplica do Clube da Reforma, organizado pelos “liberais radicais” da Corte, conforme veremos abaixo. Naquele ano, o Clube Radical organizou uma série de conferências, e Rui Barbosa pronunciou em São Paulo o seu discurso “O elemento servil”. Embora sua produção intelectual durante o ano de 1869 esteja fortemente marcada pelo radicalismo político da juventude dos tempos da Academia, ela também ostenta marcas indeléveis de suas ideias liberais e de seu posicionamento político reformista.

Após o período de estudos acadêmicos, Rui não ingressou imediatamente na vida política-parlamentar, como fizeram muitos de seus colegas bacharéis. Ele se dedicou, então, à advocacia, iniciando a sua vida forense em 1872, no escritório do Conselheiro do Império, Manuel Pinto de Souza Dantas. Ao mesmo tempo, desenvolveu paralelamente a atividade de jornalista. Outro dado imprescindível, que precisa ser acrescentado a essa caracterização de Rui, é sua filiação, pela Bahia, ao Partido Liberal, em 1872.

Desse modo, o que denominamos aqui de produção de juventude de Rui Barbosa são os artigos de jornais e discursos produzidos por ele no ano de

1869 (Academia de Direito – São Paulo) e nos anos de 1872 a 1878, especialmente, os seus textos jornalísticos publicados no *Diário da Bahia*.

Este jornal, órgão da imprensa liberal baiana, fora fundado por Manuel de Souza Dantas, o maior líder do Partido Liberal naquela província. Em 1873, Rui passou a frequentar a redação, logo se tornando redator-chefe, com apenas vinte e três anos de idade.

Rui passou a ser o responsável pela redação dos artigos de caráter político, em oposição aos conservadores da Corte. O balizamento fundamental de suas atividades à frente da redação do *Diário da Bahia* foi dado pela crítica aos conservadores, e especialmente, pela propaganda política em defesa das reformas político-institucionais, que, ao menos desde 1869, foram encampadas fortemente pelo Partido Liberal como parte do seu programa reformista: a reforma eleitoral e a adoção da eleição direta, conforme veremos na primeira parte deste capítulo. O fato a destacar logo é que no *Diário da Bahia* Rui Barbosa desfechou uma campanha em prol de uma das maiores bandeiras do Partido Liberal: a eleição direta. Nota-se, assim, que entre 1870 e 1883, a causa abolicionista foi eclipsada na escala de preocupações e ação políticas de Rui, quase inexistindo menções à emancipação dos escravos em seus escritos e discursos.³

Contudo, deve-se ter clareza que o conjunto dessa produção, anterior à vinculação propriamente institucional de Rui ao Parlamento do Império, representa muito mais os discursos e escritos de um jovem bacharel e jornalista iniciante, do que a de um político experimentado. Em 1878, ele assumiu o posto de deputado provincial e, um ano depois, tomou assento na Assembleia Legislativa do Império.

Levando-se em consideração esses episódios, o presente capítulo foi dividido em três partes. Na primeira delas há uma breve reconstrução do

³ As exceções são um discurso pronunciado em 2 de agosto de 1874, na Bahia, em que deplorava que alguns abolicionistas aplaudissem a lei de 1871 - a Lei do Ventre Livre - aprovada durante o Gabinete conservador presidido pelo Visconde do Rio Branco. Cf. BARBOSA, Rui. "Eleição Direta". In *OCRB*. Vol. II. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987, p. 245. E um artigo anônimo, "Pelos Escravos. Às Senhoras Baianas", publicado originalmente no *Diário da Bahia* de 15/08/1875. O mesmo artigo apareceria com o nome de Rui, em 1881, juntamente com um elogio a Castro Alves. Esse artigo encontra-se publicado em BARBOSA, Rui. *OCRB*. Vol. III. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1971.

debate político e intelectual que marcou o período de formação acadêmica de Rui Barbosa. Se sua produção reflete o contexto da época, também é importante ressaltar que a conjuntura política aberta no final da década de 1860 e as proposições reformistas ali levantadas também reverberarão de maneira precípua nas principais ideias e ações políticas de Rui Barbosa durante as duas últimas décadas do Império.

Na segunda parte do capítulo procuramos analisar os escritos e discursos que Rui Barbosa produziu quando era estudante na Faculdade de Direito do largo de São Francisco, durante o ano de 1869. Nesse sentido, buscamos analisar seus textos e discursos sob a ótica de sua participação como militante político acadêmico que aderiu às ideias do programa de partido dos “liberais radicais”. É preciso deixar claro que a análise proposta nessa parte e na seguinte do capítulo, possui complementaridade, pois trabalham na chave da reforma *versus* revolução, parâmetros que ditaram o debate político até o fim do regime monárquico.

Na terceira parte do capítulo será realizada uma análise dos artigos de Rui Barbosa publicados no *Diário de Notícias* tomando por base as suas ideias de reformas do sistema representativo parlamentar e eleitoral do Império.

1. “Reforma ou Revolução!”: as reformas político-institucionais em debate no final da década de 1860

[...] os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou a restauração da carta constitucional. Quaisquer que fossem, então, a verdade é que as eleições da capital naquele ano podem ser contadas como uma vitória liberal. Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas. [...] ainda guardo a impressão que me deu um obscuro votante que veio ter com Otôni, perto da matriz do Sacramento. [...] Ele chegou-se e mostrou-lhe um maço de cédulas, que acabava de tirar às escondidas da algibeira de um agente contrário. O riso que acompanhou esta notícia nunca mais se me apagou da memória. No meio das mais ardentes reivindicações deste mundo, alguma vez me despontou ao longe aquela boca sem nome [...] que

ali viera confessar candidamente, [...] o fino roubo praticado. [...] eu a tempo advirto que as mais claras águas podem levar de enxurro alguma palha podre, - se é que é podre, se é que é mesmo palha.

Machado de Assis, “O Velho Senado” [1898]

Assim se manifestava Machado de Assis no conto “O velho Senado” a propósito de rememorar a sua estréia na imprensa, no ano de 1860, quando ingressara como jovem redator no *Diário do Rio de Janeiro*, sob a direção de Saldanha Marinho. E é o escritor já consagrado pela crítica e pelo público que rememora, em 1898, nas páginas da *Revista Brasileira*, a função que assumira como representante oficial na cobertura política do *Diário*, no Senado. O conto, longe de apenas iluminar um aspecto da biografia do autor e a preocupação em estilizar a vida política de sua época, nos oferece mais uma narrativa, “fora da ficção”⁴, em que Machado alude, além das funções institucionais do Senado, a dois fatos que caracterizariam a atividade política do Segundo Reinado: a disputa pelo poder, num consenso artificial dos partidos, e a falta de legitimidade das eleições, baseadas na fraude. A diferença entre os dois partidos que disputavam o jogo político no palco do Segundo Reinado, diria Machado, tornava-se visível dependendo da posição que ocupavam na estrutura política: os políticos de determinado partido quando alijados do poder bradavam mais veementes o respeito à lei e à Constituição. Mas, o apelo à sacralidade constitucional levantado pelo partido ferido com a perda do governo era logo aplainado quando, atendendo-se à vontade do soberano, dava-se a alternância dos partidos no governo e os adversários políticos eram varridos do poder.

Visto dessa perspectiva, a troca do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos, constituído em 3 de agosto de 1866, pelo gabinete conservador do visconde de Itaboraí, organizado em 16 de julho de 1868, seria um dos

⁴ A interpretação do conto “O velho Senado” como uma narrativa que transcende a ficção em direção a uma reconstrução do quadro político no Segundo Reinado pode ser observada em: FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 85-98. Faoro confronta ao longo de toda a sua obra a “realidade” da vida política no Segundo Reinado percebida por Machado de Assis com a “realidade tal como a percebida pelo historiador” do período. Cf. Idem, p. 162.

exemplos mais contundentes daquelas práticas políticas narradas por Machado de Assis.⁵ O Imperador teria demitido um ministério liberal que contava com a maioria na Câmara dos Deputados, e nomeado para o lugar um ministério conservador, o qual só se sustentaria à frente da administração do governo a partir da realização de novas eleições “fraudulentas”, organizadas a partir da dissolução da Câmara.⁶ A queda do Gabinete Zacarias e os acontecimentos políticos de julho de 1868 seriam caracterizados por João Camilo de Oliveira Torres como um dos “meses mais dramáticos da História do Brasil”.⁷

A ampliação nos últimos anos do conhecimento historiográfico e de estudos especializados na área da Ciência Política a respeito dos processos políticos que tiveram andamento no Segundo Reinado permite o acesso a diversas interpretações para a alteração ministerial ocorrida em julho de 1868. Não pretendemos aqui esgotar as divergências interpretativas sobre o período, mas apenas fornecer indicações de que o episódio ficou conhecido na historiografia como o elemento deflagrador da *crise política* do Segundo Reinado.⁸

⁵ Os processos políticos no Segundo Reinado são interpretados por parte da historiografia brasileira como decorrentes fundamentalmente da atuação de D. Pedro II, que, utilizando-se das prerrogativas constitucionais outorgadas ao exercício do Poder Moderador, movimentava as engrenagens do sistema parlamentar.

⁶ Na sessão de 20 de julho de 1868, foi lido Decreto, de 18 de julho, que dissolia a Câmara dos Deputados e convocava outra para se reunir no dia 3 de maio seguinte. As eleições para a Câmara realizar-se-iam em janeiro.

⁷ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império*. Ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 95.

⁸ Francisco Iglésias é enfático ao afirmar que na história política 16 de julho de 1868 é marco de referência obrigatória, e a queda do gabinete Zacarias “não foi fato banal na história política: foi diversa a situação desse ministério e profundas seriam as consequências de sua retirada no desenvolvimento do país. É claro que não é a simples queda do gabinete que marca os tempos posteriores. [...] A contar daí, extremam-se de novo os partidos, agora bem estruturados e com objetivos mais nítidos. Os que realmente não concordam com o rumo seguido, exaltam-se em radicalismo e vão, muitos deles, formar na corrente adversa à Monarquia. Entre eles estão muitos dos que programam o partido liberal radical, formam o Clube Radical, que faz ampla campanha pelos seus jornais e por conferências sobre seus temas, em meados de 1868”. IGLÉSIAS, Francisco. “Vida política, 1848/1868”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. In *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. v. 3. Reações e transações. São Paulo: DIFEL, 1967, p. 111. Nesse sentido também, HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Crise do regime”. In *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. v. 5. Do Império à República. 2ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1977, pp. 7-13.

Assim, para uma parte da historiografia, o evento que deflagrou a queda do gabinete do Primeiro Ministro Zacarias de Góis foi a disputa entre este, pertencente ao Partido Liberal, e o comandante-em-chefe das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai (1865-1870), o Duque de Caxias, do Partido Conservador. D. Pedro II, para não prejudicar o andamento das ações militares conduzidas por Caxias, teria escolhido o militar para presidir o Gabinete, já em fevereiro daquele ano. Como o Conselho de Ministros dera sobrevida ao gabinete, o Imperador passou a procurar subterfúgios para forçar a demissão de Zacarias e daí instaurar um Gabinete Conservador.⁹

Já Célio Ricardo Tasinafo aponta outra possível causa para a alteração ministerial de julho de 1868. O historiador ao reconstruir os debates parlamentares e as particularidades das relações entre legislativo, executivo e a Coroa, anteriores ao desfecho da queda de Zacarias, percebe que, desde a sua organização, em 1866, “a dificuldade dos ministros governarem com uma base parlamentar minimamente coesa foi enorme”. Dessa forma, o historiador ressalta que a queda do gabinete Zacarias se deve mais à própria divergência interna das fileiras partidárias do que propriamente a elementos externos, como a atitude atribuída a D. Pedro II, que, aliás, teria procurado contornar a crise do ministério, carente de apoio sólido entre seus partidários.¹⁰

Recentemente, Sérgio Eduardo Ferraz realizou trabalho de pesquisa visando explicar as razões da instabilidade ministerial no Segundo Reinado, assim como o papel político desempenhado pela Coroa e/ou pela Câmara dos Deputados na retirada dos ministérios. Especificamente em relação à substituição do Gabinete de Zacarias de Góis, Ferraz chegou à conclusão de que o episódio foi decorrente da interferência política direta da Coroa. O autor classifica a modalidade da atuação política imperial que, específica ao episódio de substituição do 23º gabinete, teria sido fruto da “alteração substantiva de

⁹ A interpretação que D. Pedro II queria a substituição do gabinete de Zacarias por um que melhor se afinasse com Caxias, à frente do exército na Guerra do Paraguai, está, por exemplo, em HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Crise do regime”. In *Op. cit.*, especialmente as pp. 14-20 e 97-104.

¹⁰ TASINAFO, Célio Ricardo. “Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868”. In OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006. A citação encontra-se na p. 118.

programas e/ou prioridades de governo”. Assim, as conclusões do pesquisador, no tocante às razões da queda do gabinete de Zacarias, guardam fortes proximidades com aquelas aventadas pela maior parte da historiografia que se dedicou a explicar as causas da entrega da chefia ministerial ao visconde de Itaboraí, em julho de 1868: a queda do gabinete de Zacarias teria decorrido da necessidade do trono “de alinhar o comando militar e político do Império, como meio de acelerar o final do conflito bélico com o Paraguai”.¹¹

A dissensão a respeito da legitimidade do poder imperial, amparada na versão de que a ação do trono passara por cima da maioria liberal na Câmara dos Deputados, começou a ser alardeada ainda na efervescência da inversão partidária. As manifestações sobre os motivos da troca ministerial iniciaram-se principalmente, a partir dos discursos proferidos pelos liberais Zacarias de Góis, Tomás Nabuco de Araújo e José Bonifácio, o Moço, já decaídos do poder, nas sessões de 17 de julho de 1868. Foram eles os porta-vozes a desafiar o Poder Moderador e o ministério no governo. José Bonifácio, após a apresentação do gabinete Itaboraí, fez um discurso no qual se utilizou do termo “ditadura” para caracterizar a situação política advinda com a substituição do ministério que contava com a maioria, por outro, de orientação partidária diferente e com menor número de representantes na Câmara, via exercício do Poder Moderador.

A manifestação do senador baiano Tomás Nabuco de Araújo na câmara vitalícia obteve especial repercussão naquele ano, e se tornaria símbolo daquele acontecimento político e um dos documentos privilegiados pelos estudiosos do período.¹² O *discurso de sorites*, proferido por Nabuco de Araújo,

¹¹ FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado*. Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). São Paulo: USP, 2012. [Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, FFLCH]. Mimeo, p. 62 e 150, respectivamente.

¹² Cabe destacar, entretanto, que o discurso do senador Nabuco de Araújo fora amplamente divulgado na posteridade, em boa medida, devido à obra *Um Estadista do Império*, escrita pelo seu filho Joaquim Nabuco. Essa obra, que narra a história política do Segundo Reinado, e tem como fio organizador os fatos da carreira política de seu pai, talvez seja a principal a cristalizar a interpretação que na queda do gabinete Zacarias tenha começado a se assentar “o plano inclinado do Império”. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araujo. Sua vida, suas opiniões, sua época. Tomo III. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1898, p. 105. Na mesma linha de Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna interpreta a queda do gabinete Zacarias como “o golpe de 68, o mais fecundo em consequências políticas e o mais singular dos nossos golpes políticos”. VIANNA, Francisco de Oliveira. *O ocaso do Império*. [1ª Ed.

em 17 de julho de 1868, foi interpretado, por Alfredo Bosi, como o “paradigma” que inaugurara uma nova posição dos liberais em “busca de um programa de reformas amplas”.¹³

O importante a ressaltar aqui é que o senador Nabuco de Araújo muito contribuiu, por meio do seu famoso Discurso de Sorites, para tecer ali a memória dos motivos daquela troca ministerial, e também conquistou seus contemporâneos para encampar a sua crítica ao sistema representativo do Império. O senador baiano, ao iniciar a sua tarefa de líder oposicionista, ao mesmo tempo em que tentava negar a legitimidade ao governo recém constituído, procurava alicerçar uma base mínima para articular os vários segmentos do partido liberal que, naquele momento, perdia o governo. De forma bastante hábil, o senador procurou fundamentar uma versão para o episódio da queda do Gabinete Zacarias que passaria a ser, doravante, a bandeira política do grupo que deixava o poder e procurava rearticular-se politicamente para reconquistá-lo. Diante de tal tarefa, sopesava a construção de um discurso minimamente afinado que atribuía, por um lado, o deslocamento do poder ao mau funcionamento das instituições políticas nacionais. Por outro lado, o discurso não mencionava qualquer cizânia no interior do Partido Liberal. Com essa estratégia, Nabuco de Araújo eximia todos os membros do seu grupo político de qualquer responsabilidade pela fragilização do ministério liberal, “apagando todas as diferenças e atritos partidários anteriores à queda do Gabinete Zacarias”.¹⁴

Assim, da controversa queda do gabinete Zacarias nasceu o famoso discurso de *sorites* do senador Nabuco, que seria tantas vezes retomado pela literatura dedicada à análise do funcionamento das instituições políticas imperiais para caracterizar como não “mais que arremedo”¹⁵ o parlamentarismo brasileiro e o sistema representativo que vigorava ali. De tal modo, o Poder

1925]. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, p. 10. Desse momento em diante, ainda segundo as considerações de Vianna, tem-se início o processo de desintegração do sistema monárquico.

¹³ BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos”, p. 223.

¹⁴ TASINAFO, Célio Ricardo. “Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868”, p. 117.

¹⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Op. cit.*, p. 111.

Moderador, para além de suas atribuições constitucionais, conferia a um monarca o poder de escolher os ministros, que nomeavam os presidentes das províncias, os quais por sua vez faziam as eleições, de onde procediam as Câmaras, que apoiavam os gabinetes, servidores do *poder pessoal* do Imperador.

Contudo, o fato a destacar na conjura política contemporânea à queda do Gabinete Zacarias, é que no interior de um quadro partidário não monolítico, os antigos progressistas e liberais históricos tentaram, a princípio, se unir para fazer frente aos conservadores que ascenderam ao poder.¹⁶ Dessa forma, por exemplo, Teófilo Otoni e Nabuco de Araújo, separados durante a década de 60, juntaram-se para tentar minar a legitimidade do governo Itaboraí. O grupo político aliado do poder então recorreu a dois expedientes para alcançar seu objetivo. Em primeiro lugar, tentou mitigar as antigas desavenças internas à própria fileira partidária que aglutinava os liberais - progressistas e históricos - profundamente divididos por posições políticas, sobretudo no campo doutrinário. Em seguida, os liberais, em seus vários matizes, tentaram levar adiante o enfrentamento ao adversário comum, procurando afinar os discursos e selecionando um alvo de ataque: a crítica às instituições políticas imperiais e, especialmente, ao Poder Moderador.

É desse cenário que surgirá o novo Partido Liberal, erigido principalmente à custa da crítica ao Poder Moderador, que será acusado de ser o responsável pela alteração partidária de 1868 e pela consequente dissolução do ramo temporário do parlamento. Nesse sentido, a base da compreensão e

¹⁶ O Partido Progressista surgiu da Liga Progressista, em torno de 1864, e compunha-se de conservadores dissidentes, entre eles, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis, Sinimbu, Saraiva e Paranaguá que, em 1862, convencidos pela necessidade de mudanças e descontentes com a disposição dos conservadores em realizá-las, uniram-se à ala mais moderada dos liberais. Assim, o Partido Progressista fora formado pelos conservadores dissidentes e liberais históricos, mas foi sendo minado internamente pelas divergências entre as duas alas que o compunham. A queda de Zacarias, em 1868, deu o golpe final na coalizão progressista: ao invés de se unirem contra o inimigo comum, os liberais se dividiram, formando o “Partido Liberal-Radical”, em 1869, que neste ano publicou o seu programa, e o “novo” Partido Liberal, composto pelos moderados liberais, em 1869. A ala moderada do Partido Liberal passava a reunir os liberais históricos, tais como Teófilo Otoni e Antonio Chichorro da Gama, e os conservadores dissidentes de 1862, com Nabuco de Araújo e Zacarias à frente. O agrupamento dos liberais moderados organizou o Clube da Reforma, em 1868, que viria a ser o Centro Liberal de 1869, e o núcleo do Partido Liberal daí por diante. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. UNB, 1981, pp. 158-160.

dos critérios mínimos de concordância estabelecidos pelos liberais quanto à necessidade de unirem forças fora explicitada no confronto com os conservadores, com a tentativa do grupo “de avaliar sua posição numa situação nova”.¹⁷ Em suma, o impasse liberal gerado nessa conjuntura consubstanciava-se no encaminhamento da questão: o que fazer estando na oposição? Quais as propostas dos novos liberais para conservar e aperfeiçoar a Monarquia parlamentar, evitando-se, portanto, a “revolução”?

1.1. O surgimento dos novos liberais

No nível estritamente político-institucional, a crítica dos liberais, no final da década de 60, fortaleceu a avaliação de que o *poder pessoal* do monarca solapava a representação legítima dos interesses dos eleitores e da nação, uma vez que a supremacia da vontade do soberano garantia-lhe a utilização das prerrogativas do Poder Moderador para compor e dissolver governo.

Nessa conjuntura, emerge um ambiente político reformista do regime monárquico: as críticas dos liberais, direcionadas ao sistema representativo parlamentar do Império, desdobraram-se numa agenda de propostas cuja marca foi a ênfase posta na urgência da realização de reformas político-institucionais, que incluíssem, de modo geral, a eleição direta, a autonomia do Judiciário, o fim do Senado vitalício, a neutralização do Poder Moderador e a descentralização política. No entanto, tais propostas reformistas saídas das fileiras liberais visavam, sobretudo, conservar o regime monárquico e a figura do Imperador e não tinham a pretensão de se opor frontalmente à Coroa. No campo dos liberais, em seus vários matizes, preponderava a concepção de que a forma de regime monárquico era a mais capacitada para garantir a estabilidade das instituições liberais no país.

De todo modo, a ascensão dos conservadores ao poder levou os liberais a empreender uma tentativa de reorganização das duas alas do Partido Liberal - a dos progressistas e históricos. O que os uniu foi a necessidade de se criar

¹⁷ MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva; EDUSP, 1974, p. 74.

um espaço comum onde pudessem arrefecer os antagonismos e reunir forças frente ao partido que então detinha o poder. A tentativa de congregar forças para instituir uma agenda comum, contudo, continuava a esbarrar nas incompatibilidades pessoais.

A agremiação que passara a concentrar os liberais, nomeada de Centro Liberal, publicou um primeiro manifesto no *Jornal do Comércio*, em 8 de setembro de 1868, um dia após a realização das eleições municipais, no qual os redatores expuseram as razões pelas quais tinham se absterido de participar daquele pleito. Esse manifesto vinha assinado por Zacarias de Góis e Vasconcelos, Aureliano Tavares Bastos, José Tomás Nabuco de Araújo, Teófilo Benedito Otoni, Joaquim Manuel de Macedo, Saldanha Marinho e outros. Aos 20 de novembro, os jornais publicaram uma Circular do Centro Liberal, tendo à frente Nabuco de Araújo, em que se recomendava aos correligionários do Partido Liberal a abstenção definitiva das eleições que seriam realizadas em janeiro de 1869 para a eleição da nova Câmara, procedimento que visava evitar a repetição da violência e fraude que marcara as eleições municipais.

O “Manifesto do Centro Liberal”¹⁸ só foi publicado em 31 de março de 1869, no *Jornal do Comércio*, e assinado, entre outros, por Zacarias de Góis e Vasconcelos, Teófilo Benedito Otoni, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, João Lustosa da Cunha Paranaguá, juntamente com o senador José Tomás Nabuco de Araújo, tendo sido este o escolhido como presidente da agremiação e incumbido de redigir o documento. Em sua maior parte, o “Manifesto” tratava de justificar os motivos que teriam levado os liberais a apelar para a abstenção das eleições em janeiro daquele ano. O intuito, segundo os redatores, fora o de revelar o mecanismo institucional das “urnas” que não exprimiam “a vontade nacional”. De acordo com os seus signatários, o apelo para o não comparecimento ao pleito foi decorrente do impedimento sofrido pelos liberais de realizar a livre oposição política, barrados pela violência do governo nas eleições e pelos “vícios da organização política”. O documento está repleto de outros exemplos de abstenção eleitoral, como os casos da Inglaterra, França,

¹⁸ “Manifesto do Centro Liberal (1869)”. In BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª ed. v. 2. Brasília: Senado Federal, 2005, pp. 456-470. Todas as citações do “Manifesto do Centro Liberal” foram coletadas dessa fonte.

Espanha e Bélgica e traz uma listagem das arbitrariedades cometidas pelo “absolutismo do Poder Executivo”: demissões, nomeações, suspensões de garantias e direitos, violência e fraude nas eleições. Ainda que os signatários reconhecessem que arbitrariedades sempre foram cometidas pelos governos, argumentavam que elas tinham sido reduzidas desde 1853, quando as ideias liberais passaram a ser toleradas. Contudo, o gabinete conservador de Itaboraí, que acusavam de ser fruto de um golpe de Estado, representava um retorno aos tempos em que se buscava banir os liberais na cena política imperial.

No entanto, no “Manifesto” ressaltava-se que, mesmo se a luta política oposicionista do Partido Liberal não tivesse sofrido embaraço pela “violência empregada pelo Ministério de 16 de Julho”, o Partido Liberal não deveria dissimular a verdadeira situação política do país; ao contrário, deveria “tornar o mal patente e escandaloso pela abstenção formal”. Nesse sentido, a abstenção seria justificada pela intenção dos liberais de revelar “a ausência do sistema representativo pela ausência do concurso das opiniões” e evidenciar a verdadeira característica “absolutista” do regime monárquico que se tornara “reacionário” e “despótico” porque intervinha na atividade legislativa das Assembleias Provinciais e na Verificação dos Poderes.¹⁹

Desse modo, diante do conjunto de sintomas apresentados pelo sistema representativo do Império, tornava-se imprescindível aos liberais apresentarem um “remédio” para salvá-lo: “Ou a reforma. Ou a revolução”. O “Manifesto do Centro Liberal” ficou marcado pela máxima, cuja polaridade semântica é essa: “a Reforma *ou* a Revolução”, mas apresentava, de antemão, a escolha imprescindível, que os liberais logo trataram de definir:

A reforma para conjurar a revolução;

A revolução, como consequência necessária da natureza das coisas, da ausência do sistema representativo, do exclusivismo, e oligarquia de um partido.

Não há que hesitar na escolha: A REFORMA!

E o país será salvo.²⁰

¹⁹ “Manifesto do Centro Liberal (1869)”, p. 458, 457, respectivamente.

²⁰ Idem, p. 470.

Apesar de tratar-se de ameaça retórica, porque os liberais não pretendiam “apelar para a revolução”²¹, acreditando sempre na “possibilidade de reforma do sistema”²², o lema reforma ou revolução marcaria os parâmetros do debate político até o fim do regime monárquico. Desse modo, a atmosfera política era composta por ares reformistas que obliteravam qualquer perspectiva revolucionária. O intuito dos liberais não era promover insurreições como a da Polônia em 1853 e da Rússia em 1863, ou chegar à solução revolucionária espanhola, mas se pautar, como na geração de Guizot, na França, em reformas liberais: “O meio de tornar as revoluções raras e difíceis, dizia o Duque de Orleans em 1804, é tornar as reformas fáceis’. Foi por esquecer este preceito por ele mesmo ensinado, diz um escritor hábil, que Luis Filipe perdeu o trono em 1848”.²³ O acontecimento revolucionário na França, em 1848, permanecia vivo na memória da elite política brasileira e era constantemente retomado como exemplo a não ser seguido, como nesta passagem do “Manifesto do Centro Liberal”:

“O governo absoluto, que temos, faça-se justiça, não é obra de algum 18 brumaire ou de outro golpe de Estado semelhante, desfechado pelo imperador; mas é o efeito das leis reacionárias criadas e mantidas pelo Partido Conservador”.²⁴

As imagens da Segunda República Francesa, a restauração e a retomada do regime monárquico na França são manejadas de modo a imprimir certa cautela em relação ao Imperador, e à própria instituição do Poder Moderador. Era preciso deixar claro que as mazelas do “governo absoluto” não advinham do arcabouço do regime, afinal, uma monarquia constitucional, mas na sua corrupção, da falsificação do “regime representativo”.²⁵

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* Tomo. II. 5º Vol., p. 116.

²² CARVALHO, José Murilo de. “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove”. Center for Brazilian Studies. University of Oxford. Working Paper Number CBS-87-07, p. 7. Disponível: <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/WP87-murilo.pdf>. Acesso: 25/04/2015.

²³ “Manifesto do Centro Liberal (1869)”, p. 458.

²⁴ *Idem*, p. 457.

²⁵ *Idem*, p. 457.

Como podemos observar, as cautelas e ambivalências em relação ao Imperador e à própria instituição do Poder Moderador permaneciam mesmo no “Manifesto do Centro Liberal”. Nesse sentido, Walquiria D. Leão Rêgo observa que a visão positiva que os liberais tinham da Coroa e do Poder Moderador possuía seu fundo histórico, ao menos no plano político, em três vertentes distintas. Segundo a autora, a primeira dessas vertentes centra o seu núcleo argumentativo na defesa da Carta Constitucional de 1824, passando à revelia dos liberais o seu caráter de Constituição outorgada.²⁶

Nesse sentido, é sugestiva também a observação de Sérgio Buarque quanto ao paradoxo liberal que combinava a defesa incondicional da Constituição outorgada, de 1824, com a reverência que a “unção real” da Coroa suscitava: “é impossível separar a proeminência quase tranquila da vontade do monarca de vestígios ainda persistentes do velho princípio de que pela simples filiação ou pela unção real, dispõe o soberano de uma espécie de poder sagrado [...] e que, por si só, lhe dá força para convalidar suas decisões pessoais”.²⁷ Contudo, Holanda não deixa de apontar que o andamento intelectual do país no século XIX, que passava a se consolidar sob bases da racionalidade moderna, reclamava a eliminação dos vestígios arbitrários e sobrenaturais de áurea sagrada que a fórmula constitucional atribuía ao chefe supremo da nação. Aliada à desconstrução do argumento de sacralidade da Coroa, as constantes intervenções do chefe da nação sobre a sociedade política abriram caminhos para a reprovação crescente do poder pessoal do monarca.

A segunda vertente de aceitação do poder pessoal do monarca encontraria o seu ponto convergente no “temor à revolução social”.²⁸ De certo modo, as revoltas do Período Regencial ao norte e ao sul do país - Malês, Cabanagem, Balaiada, Sabinada e Farroupilha - farão a elite política imperial

²⁶ Cf. RÊGO, Walquiria D. Leão. *Um liberalismo tardio*: Tavares Bastos, Reforma e Federação. São Paulo: USP, 1989. [Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, FFLCH]. Mimeo, p. 70. Cabe destacarmos que embora a Carta tenha sido outorgada em 1824, o documento sofreu emenda constitucional, consubstanciada na promulgação da Lei de 12 de agosto de 1834, o chamado Ato Adicional. Agradeço a Profa. Dra. Cecília Helena de Salles Oliveira por essa observação.

²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, Tomo. II. 5º Vol., p. 67.

²⁸ RÊGO, Walquiria D. Leão. *Op. cit.*, p. 71.

associar enfaticamente a *experiência republicana* no Império à agitação revolucionária das regências e o período de “anarquia” que se inicia em 7 de abril de 1831, com a abdicação de D. Pedro I. É assim que, mesmo o liberal Tavares Bastos, de acordo com Walquiria Leão Rêgo, não obstante um dos mais arrojados na defesa da iniciativa econômica individual, da abertura comercial e da descentralização, não chegava a orientar as reformas no sentido de uma ruptura com a ordem monárquica. Mesmo abrindo vasto leque de propostas reformistas iniciadas na década de 60, com as obras *Os males do presente e as esperanças do futuro*, de 1861, *Cartas do Solitário*, de 1862, e *A Província*, de 1870, os seus argumentos reformistas vinham atrelados àqueles que asseveravam que a Monarquia poderia garantir a liberdade contra o despotismo. Nessa orientação, nem mesmo o liberal Tavares Bastos, um “republicano natural”²⁹, no dizer de Nabuco, abriu mão de defender o regime monárquico.

A terceira vertente exposta por Walquiria Leão Rego para explicar o forte monarquismo dos liberais se assentava no exemplo negativo das repúblicas dos países hispano-americanos. Frente à convulsão de “interesses privados” gerados numa situação revolucionária e na consequente adoção da República, Tavares Bastos ressalta o surgimento dos caudilhos e déspotas que, descomprometidos com as instituições livres, com a representatividade parlamentar e a legitimidade da ordem, colocariam o país sob a anarquia.

Entretanto, no final da década de 60, com a queda do gabinete Zacarias, a crítica dos liberais ao Poder Moderador chegou a tal grau de radicalismo, que contribuiu para aprofundar ainda mais a cisão no interior do “novo” Partido Liberal. No âmbito desse partido, o Centro Liberal era controlado pelos “progressistas”, o que deixava espaço para o surgimento de discrepâncias com o grupo dos “históricos”. Assim, no dia 7 de abril de 1869, reunidos na residência de Tavares Bastos, compareceram 27 progressistas e históricos que assentiram na fundação do Clube da Reforma.³⁰ Porém, as incompatibilidades permaneceram no novo ajuntamento liberal. O Clube fundou, em 12 de maio, sob a direção do liberal histórico Francisco Otaviano, o jornal *A Reforma*, onde

²⁹ NABUCO, Joaquim. *O Estadista do Império*, v. 3, p. 106.

³⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, Tomo. II. 5º Vol. p. 119.

escreveram Tavares Bastos, Saldanha Marinho, Silveira Martins, Joaquim Manoel de Macedo, Lafayette, Teófilo Ottoni e outros.

Mas, afinal, se não havia acordo entre os liberais no contexto do final da década de 60 quanto às objeções à concentração de poder na Coroa, qual seria o conteúdo das propostas de reformas salvadoras do sistema representativo da Monarquia apresentado pelo novo Partido Liberal?

Numa correspondência endereçada a Nabuco de Araújo, datada de 24 de dezembro de 1868, na qual respondia ao apelo deste líder acerca das reformas que deveriam constar no programa liberal, José Antonio Saraiva é bem explícito: “a aspiração mais ardente de todos os brasileiros esclarecidos, como tem sido de todos os partidos de oposição, é: liberdade ampla de eleição”.³¹

Aqui já está traçado o programa que irá exprimir o inconformismo liberal de 1868-9: a ênfase será dada à reforma eleitoral. O argumento consistia em atribuir o falseamento do voto ao excessivo poder do Imperador do Brasil. Daí, a extinção do Poder Moderador, “pedida por uma parte da imprensa liberal, torna-se, desnecessária desde que uma Câmara eleita livremente firmar a regra da responsabilidade ministerial em todos os atos d’esse Poder”.³² Contudo, convém atentar para um ponto importante das recomendações de Saraiva a Nabuco de Araújo. Embora o missivista opinasse que apenas deveriam ser inscritas no programa do partido as reformas urgentes e que pudessem ser aceitas sem abalo na sociedade, o outro ponto para o qual deveria convergir a atenção do partido seria para o esforço de “desaparição do elemento servil”.³³ Obviamente, este ponto não era tratado como uma reivindicação imprescindível, tampouco houve qualquer medida concreta para encaminhar o problema da substituição do trabalho escravo. Na verdade, a proposta-limite é ainda a liberdade dos nascituros mediante a indenização.³⁴

³¹ “Carta de Saraiva sobre o poder da Coroa”. Apud NABUCO, Joaquim. *O Estadista do Império*, v. 3, p. 142.

³² Idem, p. 144.

³³ Idem, p. 142.

³⁴ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, não havia indícios de que existisse, durante as décadas de 60 e 70, pressão irreprimível dos partidos em defesa de medidas que levassem à emancipação do trabalho escravo. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, Tomo. II. 5º Vol., p. 112.

Apesar de todo o debate, o “Programa do Centro Liberal de Reforma do Sistema Representativo para o Partido Liberal” foi publicado em 4 de maio de 1869.³⁵ Em parte para reduzir o impacto causado pelo uso da palavra “revolução”, utilizada no manifesto de 31 de março, e até mesmo para enfatizar a sua rejeição, o programa político do Centro Liberal apresentava um documento contendo os princípios fundamentais do Partido Liberal e um programa bastante sintético, destinado a fornecer ao partido uma agenda prática de reformas.

Assim, o preâmbulo do documento esclarecia os doze princípios fundamentais do Partido Liberal na defesa do “elemento democrático da constituição” e na maior ampliação e “garantia das liberdades individuais e políticas”, além de postular, sob a máxima “o rei reina, mas não governa”: a “responsabilidade do Executivo frente aos atos do Poder Moderador; a organização do conselho de ministros, conforme a maioria do Parlamento”.³⁶ O documento ainda defendia a independência do Poder Judiciário e a extinção da vitaliciedade do Senado, a redução das forças militares em tempo de paz e a liberdade de consciência. O “Programa do Centro Liberal...” além de conferir responsabilidade subsidiária ao Estado em relação ao ensino, também trazia a lume o princípio da “máxima liberdade em matéria de comércio e indústria” e a “extinção dos privilégios e monopólios”.³⁷ Embora não figurasse nas cinco propostas de reformas prementes apresentadas, um princípio importante que é exposto no documento e que será retomado enfaticamente por representantes da tradição liberal, era o da descentralização administrativa. Nesse sentido, o “Programa do Centro Liberal...” ressaltava as aspirações descentralizadoras ao retomar o exemplo da experiência do Período Regencial, no “sentido de *self-government*, executando o pensamento do Ato Adicional em relação às províncias; fornecendo a autonomia necessária aos municípios”, destacando que a extensão da autonomia das províncias promoveria “o exercício da iniciativa individual” e estimularia o “espírito de associação”.³⁸ Desse modo, a

³⁵ “Programa do Centro Liberal de Reforma do Sistema Representativo para o Partido Liberal”. In BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Op. cit.*, pp. 471-479.

³⁶ Idem, p. 471.

³⁷ Idem, p. 472.

³⁸ Idem, p. 471.

inclusão do princípio de descentralização e maior autonomia provincial vêm justificadas pela necessidade de se promover a iniciativa individual e o fortalecimento do espírito de associação e estímulo ao autogoverno. A fórmula descentralizadora, que procurava unir a conservação da Constituição monárquica às novidades da organização política dos Estados Unidos da América, é uma clara analogia aos argumentos desenvolvidos por Alexis de Tocqueville, em *A Democracia na América*. Também não se pode ignorar que o documento trazia a influência do liberal Tavares Bastos, admirador dos Estados Unidos e leitor de Tocqueville, que vinha pregando a descentralização desde 1861.

Afora os doze princípios do partido, o “Programa do Centro Liberal...” trazia, portanto, as cinco reformas julgadas mais urgentes, a saber: a reforma eleitoral, reforma policial e judiciária (separação da justiça e polícia, garantias individuais e independência dos magistrados), a abolição do recrutamento e da Guarda Nacional e a emancipação dos escravos.³⁹ A novidade do programa consistia na apresentação desse último item, literalmente: “Emancipação dos escravos”, seguido por este comentário restritivo: “consistindo na liberdade de todos os filhos de escravos, que nascerem desde a data da lei, e na alforria gradual dos escravos existentes, pelo modo que será oportunamente declarado”.⁴⁰ Em outro parágrafo, ainda mais restritivo, que denunciava o receio de dividir o novo partido em alas divergentes:

A emancipação dos escravos não tem íntima relação com o objetivo principal do programa, limitado a uma certa ordem de abusos, é porém uma grande questão da atualidade, uma exigência imperiosa e urgente da civilização desde que todos os Estados aboliram a escravidão, e o Brasil é o único país cristão que a mantém, sendo que na Espanha esta questão é uma questão de dias.⁴¹

³⁹ Cf. “Programa do Centro Liberal de Reforma do Sistema Representativo para o Partido Liberal”, p. 473.

⁴⁰ Idem, p. 474.

⁴¹ Idem, p. 474.

A novidade era que, pela primeira vez, fora introduzido num programa oficial de partido o tema da emancipação dos escravos. Contudo, a questão já havia sido levantada em 1867, na Fala do Trono, e um ano antes, no *Programa do jornal A Opinião Liberal*, órgão do Clube Radical que agregava a ala dos “liberais radicais”, como veremos mais adiante.

O programa do Partido Liberal seguia assim, as diretrizes recomendadas por Saraiva a Nabuco de Araújo, como vimos acima. De maneira geral, o “Programa do Centro Liberal...” introduzia a questão da emancipação dos escravos, mas concentrava-se na reforma eleitoral. O intuito das propostas reformistas em torno dessa temática era o de reduzir a influência do governo sobre o voto e afiançar um sistema eleitoral que propiciasse a realização de eleições razoavelmente livres que pudessem proporcionar o retorno do partido ao poder sem precisar da intercessão do Poder Moderador. A movimentação política que teve lugar no interior do campo liberal, embora trouxesse no seu bojo a defesa da legitimidade da representação política, a qual seria obtida pela eliminação dos vícios institucionais do sistema representativo, não defendia, contudo, uma ampliação da participação democrática. Os requisitos para a participação política continuavam os mesmos: “A base da eleição direta será a renda exigida pela Constituição para ser eleitor. Presume-se esta renda possuindo o cidadão ou habitando uma casa, cujo aluguel mensal for de 20\$000 para cima na corte, e de 10\$000 nas outras cidades”.⁴² Para a reforma eleitoral o programa do Centro Liberal propunha a introdução do voto direto na corte, nas capitais provinciais e nas cidades com mais de 10 mil habitantes. A qualificação dos eleitores ficaria a cargo dos juízes municipais, com recurso a uma junta presidida pelo juiz de direito, e a mesa eleitora seria submetida, por sua vez, à presidência dos juízes de paz.

O novo Partido Liberal que passava a agregar a ala moderada dos liberais, afinal, apresentava o seu modelo político: “A Inglaterra todos os dias nos dá exemplo de programas limitados às novas necessidades da sociedade”.⁴³ Qual era esse modelo político aspirado pelos liberais moderados? Quais as necessidades da sociedade brasileira?

⁴² Idem, p. 474.

⁴³ Idem, p. 472.

No momento do surgimento da crítica ao modelo político imperial e ao funcionamento das instituições políticas nos anos finais da década de 60 do século XIX, como observa Angela Alonso, havia no país, especialmente entre a pequena elite política um clima receptivo para “o que ocorria nos parlamentos europeus. A par do que se passava na política externa, muito atenta particularmente à França e à Inglaterra, seus parâmetros de civilização”.⁴⁴

Nesse sentido, Christian E. C. Lynch destaca que o modelo político inglês reclamado pelos liberais brasileiros coincidia com aquele descrito pelo banqueiro, economista, jornalista e teórico político inglês, Walter Bagehot (1826-1877), em sua obra publicada em 1867, *The English Constitution*.⁴⁵ Em termos amplos, a Monarquia constitucional inglesa passou a ser referência para todas as Monarquias constitucionais, pois já não restavam dúvidas que vigorava na Inglaterra um parlamentarismo *democrático* após a reforma eleitoral de 1867. Bagehot teria revelado o funcionamento, na Inglaterra, de um parlamentarismo democrático, “que retirara a Coroa do centro decisório da política e que por isso, doravante, deveria limitar-se a *reinar e não governar*”.⁴⁶ Desse modo, nada mais próximo das reivindicações dos liberais descontentes com o que consideravam como arbitrariedades exercidas pelo Poder Moderador.

Como apontava Bagehot, a Coroa inglesa e a Câmara dos Lordes eram as partes que detinham um poder bastante limitado pela Constituição inglesa e cumpriam apenas o papel de veneração e esplendor que os circundavam. Desse modo, a eficácia do sistema político inglês poderia ser atribuída à Câmara dos Comuns eletiva, ao gabinete responsável, à concentração e indivisibilidade do poder soberano nas mãos do primeiro ministro. Contudo, embora a Coroa não detivesse um poder efetivo, por qual motivo, perguntava o

⁴⁴ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, p. 2002, p. 54.

⁴⁵ Cf. LYNCH, Christian Edward Cyril. “A utopia democrática. Rui Barbosa entre o Império e a República”. In MAGALHÃES, Rejane de Almeida; SENNA, Marta de. *Rui Barbosa em perspectiva*. Seleção de textos fundamentais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007, p. 42. O autor também destaca que o modelo político de Rui Barbosa era o da monarquia inglesa, conforme o descrito por Bagehot. Como veremos no próximo capítulo, Rui recorreu constantemente ao liberal inglês nos seus discursos para reforçar os seus argumentos.

⁴⁶ Idem, p. 42. Grifos do autor.

liberal inglês da era vitoriana, as partes “dignificadas”, a Coroa e os lordes, atraíam tanto a atenção em contraposição às partes “eficientes” da Constituição?⁴⁷ Bagehot responde que a Inglaterra “não podia ser governada” sem o efeito “místico”⁴⁸ que é atribuída às partes “dignificadas” da Constituição. A Coroa ajuda a controlar a “plebe” e faz com que “as criaturas miseráveis, se satisfaçam com a sua condição e, diante de uma rainha [a saber, a rainha Vitória], que só é rainha pela “graça de Deus”, se inclinem com um sentimento feito de “reverência mística” e de submissão filial:

As classes pobres e ignorantes [...] imaginam com plena consciência, que a rainha governa. Impossível explicar-lhes a diferença que há entre reinar e governar: as palavras necessárias para expressá-las não existem em sua língua, e as ideias necessárias para penetrar em seu sentido não existem em seus espíritos. [...] Imaginam ser governadas por uma rainha hereditária e que governa pela graça de Deus, quando na realidade são governados por um gabinete e um Parlamento composto de homens escolhidos por elas mesmas e que saem de suas fileiras”.⁴⁹

Domenico Losurdo chama a atenção para o fato de que a ideologia e o costume das classes dominantes do Antigo Regime continuavam a exercer um peso considerável no âmbito da sociedade liberal inglesa nas décadas finais do século XIX. Para Bagehot, o controle das “classes inferiores” até aquele momento, parecia ser de fácil solução, já que elas pareciam aceitar a própria sorte como um fato imerso no plano da Providência e da hereditariedade que decorreria do princípio dinástico. Mas, o inglês percebeu que, à medida que a mobilidade e a secularização tomassem força na sociedade industrial, o problema se tornaria mais complexo.

Assim, em relação à tradição liberal precedente, desponta na análise de Bagehot o culto a um elemento novo: o *leading statesmen*. Bagehot, segundo Losurdo, captou a importância que passaria a ter um líder dotado de “impulso oratório” capaz de subjugar as massas. Esses *leaders* passariam a participar

⁴⁷ Cf. BAGEHOT, Walter. *The English Constitution*. London: Chapman and Hall, 1867, p. 5.

⁴⁸ Idem, p. 4.

⁴⁹ Idem, p. 40.

da aura sagrada e do carisma da Coroa, uma vez que seriam aqueles que, em virtude da extensão do sufrágio, passariam a deter o poder efetivo e se encontrariam “em posição de primeira linha na relação com a plebe”. Ainda de acordo com Losurdo, seriam esses novos líderes - espécie de “grandes estadistas” - e não mais os notáveis tradicionais, que passariam a realizar a tarefa de guiar os novos eleitores no exercício do sufrágio. A massa dos homens, para Bagehot, “incapaz de examinar as questões políticas gerais relativas à ‘essência de uma Constituição, à atividade de uma assembleia, ao jogo dos partidos’ só pode se reconhecer na ‘ação de uma vontade individual’ e no ‘comando de um só homem’”.⁵⁰ Embora o seu poder continuasse envolto numa aura sagrada, a Coroa tornava a transição indolor, ou seja, embora já estivesse claro que a multidão permanecesse criança, mudava-se de tutor: a população passava a ser confiada “aos cuidados não mais dos notáveis e sim, cada vez mais, de um líder carismático dotado de ‘impulso oratório’ e de uma “disposição natural para o público’, que ele mais ‘excita’ do que convence”.⁵¹

Estreitando o foco ao caso que mais nos interessa aqui: Rui Barbosa, como tentaremos demonstrar ao longo desse trabalho, tentou trilhar, ao longo de sua trajetória política, com a sua pregação reformista na imprensa, na tribuna popular, no Parlamento e nas suas campanhas à presidência, o caminho de um *leading statesmen*. Nesse sentido, precisamos reler algumas considerações assumidas por Rui ao longo de sua trajetória política. Ao se colocar na posição de representante dos interesses da nação, acima das classes e do conflito social, assumiu, por vezes, a posição de quem era o único disposto e capaz de escutar as vozes e acolher as exigências da população. À luz de tais considerações, a chave de leitura aqui sugerida fica mais evidente se deslocamos a atenção para a forma de regime político defendida por Rui: a representativa, cuja base é a democracia liberal. Desse modo, a missão de *leading statesmen* se revelava ainda mais necessária para Rui, pois, uma vez que tinha diante de si uma massa amorfa e analfabeta, não organizada em partidos políticos. Apelando ao povo, num governo cuja base era democrática, Rui pedia a investidura, que acreditava lhe competir por suas qualidades de

⁵⁰ LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UNESP, 2004, p. 69.

⁵¹ Idem, p. 69.

intérprete dos anseios populares, como uma espécie de guia do povo no debate político.

Após esse breve parêntese, não estamos sugerindo que apenas a obra de Bagehot tenha exercido influência “teórica” na conformação dos argumentos reformistas dos novos liberais que se baseavam no modelo político do parlamentarismo inglês. Mas, precisamos destacar que, ao menos para Rui Barbosa, durante o período em que se bateu a favor das reformas político-institucionais no Segundo Reinado, o baiano teve como exemplo o modelo da Monarquia parlamentarista inglesa, conforme descrito por Bagehot, como veremos no capítulo seguinte desse trabalho.⁵²

Assim também como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, no momento posterior à implantação da República, e descontente com o seu rumo, várias vezes iria lamentar a adoção do presidencialismo. O seu modelo político ideal continuaria a ser o da monarquia parlamentar inglesa, como veremos mais adiante nesse trabalho.

Há um ponto importante ainda a destacar sobre *The English Constitution*. Bagehot publicou esta obra, às vésperas da segunda reforma eleitoral inglesa.⁵³ O autor não deixou de exprimir os receios de que a extensão da inclusão social e política traria “perigos” para a liberdade. Para Bagehot, a

⁵² Ademais, um indício também de como a obra de Bagehot teve certa repercussão entre a elite política brasileira no final da década de 60 do século XIX, pode ser encontrada, por exemplo, em Joaquim Nabuco. No segundo capítulo de sua autobiografia, cujo título é “Bagehot”, o pernambucano rememorou a importância que a leitura d’*A Constituição Inglesa* produziu na sua determinação pela defesa da monarquia parlamentar e na sua intransigente argumentação a favor da superioridade do governo de gabinete inglês: “Se soubesse quem me pôs em comunicação com aquele grande pensador inglês, eu lhe agradeceria as relações que fiz com ele em 1869. [...] Foi ele, por exemplo, que me deu a ideia do que ele chamou *governo de gabinete*, como sendo a alma da moderna Constituição inglesa. [...] o governo de gabinete, o gabinete comissão da Câmara, o gabinete saído da Câmara tendo o direito de dissolver a Câmara, *dissolução ministerial* (não a Coroa só, nem a Coroa com um gabinete contrário à Câmara)”. NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, pp. 13-17. Joaquim Nabuco, ao comentar as ideias recebidas de Bagehot, destaca a superioridade do governo de gabinete inglês sobre o sistema presidencialista americano. O autor afirma que uma monarquia secular, cercada de tradições e formas aristocráticas, como a inglesa, poderia ser considerada um governo mais direto e próximo à vontade popular do que a república presidencialista norte-americana.

⁵³ De acordo com Hobsbawm, o “Second Reform Act”, de 1867, na Inglaterra, mesmo duplicando o número de eleitores, ainda os deixava como 8% da população, enquanto na Itália recém unificada, era apenas 1%. A julgar pelas eleições francesas, alemãs e norte-americanas, nos meados da década de 1870, era conferido direito de voto a 20% ou 25% da população. HOBBSAWN, Eric J. *A era do capital*. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 153.

ampliação dos direitos políticos era vista como um problema diante da “mente das pessoas comuns”, incapazes de perceberem as “questões políticas”.⁵⁴ O liberal inglês defende a tese comum a certa tradição do liberalismo segundo a qual a propriedade e a *educação* são pré-requisitos para a participação na vida política, da qual, portanto, deveriam ficar excluídas as massas populares, caracterizadas por uma vida de trabalho diário e fatigante, ignorância, e analfabetismo.⁵⁵ O argumento é conhecido: a massa da população que deve se dedicar ao trabalho diário não tem tempo para melhorar a si mesma, muito menos para se dedicar aos assuntos políticos.

Assim, a maior parte da população, incapaz de analisar as questões políticas gerais, só pode expressar uma escolha entre duas pessoas concretas, uma das quais deve pensar por ela os problemas políticos que estão além do seu alcance. As novas condições criadas pela extensão do sufrágio inglês corroboram a tese de Bagehot no sentido de que à massa, sempre à margem da vida política, é concedida a escolha entre dois líderes, em um sistema eleitoral baseado no colégio uninominal e no bipartidarismo, ou seja, na competição entre dois candidatos.⁵⁶ Ainda no âmbito desse sistema eleitoral, o liberal também exprimiu receios de que, com a extensão de direitos políticos, ambos os partidos, conservador e liberal, lutariam pelo apoio dos votos dos trabalhadores. O autor recomendava que os dois partidos se abstivessem de lutas e polêmicas intestinas que terminariam por minar as bases tradicionais que sustentavam a atitude de deferência da multidão em relação às classes superiores e à Coroa.⁵⁷

O desvendamento do “bom” funcionamento da Monarquia constitucional inglesa e do seu sistema representativo, que seria impresso às páginas de Bagehot, coincidiria com o reclame dos liberais brasileiros do final da década de 60 contra o “absolutismo” monárquico. Não nos parece fortuito o fato de que

⁵⁴ BAGEHOT, Walter. *Op. cit.*, p. 7. Para uma interpretação de Bagehot como um “liberal conservador evolucionista”, ver MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: Antigo e Moderno*. 3ª ed. São Paulo: É Realizações Editora, 2014, p. 145 e segs.

⁵⁵ Cf. BAGEHOT, Walter. *Op. cit.*, p. 8-9. Como veremos ainda nesse capítulo e no próximo, com a análise da reforma eleitoral, os pré-requisitos de renda e de instrução foram defendidos de forma veemente por Rui Barbosa como condição para a concessão da participação política.

⁵⁶ Cf. LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*, p. 72.

⁵⁷ Cf. BAGEHOT, Walter. *Op. cit.*, p. 178.

A Constituição Inglesa, de Bagehot, parecia sintetizar as aspirações de uma ala liberal: propunha aperfeiçoar os mecanismos do sistema representativo parlamentar, por meio da neutralização do predomínio do Poder Executivo e do Poder Moderador, sem revogar, contudo, a Coroa.

Não é por outro motivo que o conjunto de reformas propostas pelos liberais a fim de reordenar as instituições políticas do Império brasileiro tinha como guia a Monarquia vitoriana, modelo político no qual a Coroa limitava-se a *reinar e não governar*. As reivindicações da ala moderada dos liberais brasileiros não atentariam, portanto, contra a ordem monárquica. Ao contrário, todas as propostas de reforma, conforme expostas acima, estavam preocupadas em preservar tal ordem e, inclusive, não permitir a ampliação da participação política da população brasileira.

1.2. A deserção dos liberais: outras propostas reformistas

O conflito interno dos liberais impediu que todos os membros dessa agremiação aderissem ao novo Partido Liberal. Segundo José Murilo de Carvalho, nem o Centro Liberal nem o Clube da Reforma conseguiram aglutinar o grupo dos liberais radicais que acabou por tomar caminho próprio. Esse grupo era formado, sobretudo, por jovens, dentre os quais, três bacharéis em Direito que, em 21 de abril de 1866, haviam lançado o jornal *Opinião Liberal*: Francisco Rangel Pestana, José Luís Monteiro de Souza e Henrique Limpo de Abreu.⁵⁸ A circulação da folha de divulgação dos liberais denominados radicais foi interrompida em dezembro do mesmo ano de seu lançamento, voltando a circular em julho de 1867, sob a direção de José Leandro de Godói e Vasconcelos, deputado pela província de Pernambuco.⁵⁹

⁵⁸ Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu, filho do Visconde de Abaeté, fundarão em 1869, também na Corte, o jornal *Correio Nacional*, de tendência mais agressiva do que o *Opinião*.

⁵⁹ Cf. CARVALHO, José Murilo de. “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove”, p. 8. Carvalho observa que Henrique Limpo de Abreu, Rangel Pestana, Godói e Vasconcelos, e Bernardino Pamplona, assinaram, em 1870, o manifesto de fundação do Clube Republicano do Rio de Janeiro. Destacamos que Bernardino Pamplona foi amigo e contemporâneo de Rui Barbosa quando estudantes na Faculdade de Direito de São

Ao mesmo tempo em que os liberais históricos e progressistas criavam o Centro Liberal, os quatro redatores ajudavam a fundar em 1868, na Corte, o Clube Radical, sob o patrocínio do senador pela província de Goiás, José Inácio Silveira da Mota. Seguindo o exemplo do Rio de Janeiro, vários clubes radicais foram criados no país. Em 1869, o Clube Radical adotou o programa do jornal *Opinião Liberal*, divulgado em 1866. O primeiro número do jornal apresentava uma lista contendo as reformas defendidas que, na verdade, procurava reavivar o programa do liberalismo da Regência.⁶⁰ Foram essas as reformas propostas pelos liberais radicais: Descentralização; ensino livre; polícia eletiva; abolição da Guarda Nacional; Senado temporário e eletivo; extinção do Poder Moderador; separação da judicatura da polícia; sufrágio direto e generalizado; substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; Presidentes de província eleitos pela mesma; suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo; magistratura independente e incompatível, e a escolha de seus membros fora da ação do governo; proibição aos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; os funcionários públicos, uma vez eleitos, deveriam optar pelo emprego ou cargo de representação nacional. A descentralização administrativa e a defesa dos direitos provinciais garantidos pelo Ato Adicional passavam a ser entendidas como eleição dos presidentes de província, “o que equivalia a introduzir o federalismo”.⁶¹

Desse modo, as propostas reformistas do grupo dos radicais ganham ares de radicalismo político quando comparadas às reivindicações dos demais grupos liberais: ao invés de proporem, como os liberais históricos e progressistas, a reforma do Poder Moderador e da Guarda Nacional, pediam a extinção dessas instituições. O grupo dos liberais radicais também atacava diretamente o Senado ao propor o fim das listas e da vitaliciedade do cargo dos senadores. O programa queria ainda a libertação do ensino da tutela do Estado e o sufrágio direto e generalizado. Porém, os radicais se detiveram diante da

Paulo, e fundou na cidade, o Clube Radical, do qual o jovem acadêmico baiano participou como conferencista.

⁶⁰ Apud Idem, pp. 19-20.

⁶¹ Idem, p.10.

pregação do fim da vitaliciedade e hereditariedade da chefia do Estado. Os radicais não mencionaram a rejeição pura e simples do regime monárquico: “só um dos oradores radicais falou em recurso à revolução”⁶² para referir-se à mudança de regime.

Os radicais também não foram além dos moderados do Centro Liberal no tema da emancipação: os dois grupos tinham a mesma proposta sobre a questão. A mesma cautela dos outros liberais em relação ao tema da escravidão foi adotada pelo grupo dos radicais, o qual propôs no seu programa político, de modo muito fluido e eufemístico, a “substituição do trabalho servil pelo trabalho livre”. Segundo o estudo de José Murilo de Carvalho, havia predomínio dos temas políticos na agenda de reformas dos radicais, pois apenas uma dentre as 26 conferências radicais abordou diretamente o tema da emancipação⁶³: a conferência de Rui Barbosa, pronunciada em São Paulo.

Porém, se no plano das ideias os radicais não trouxeram grande inovação, afora a proposta do sufrágio universal, no plano da ação política, ao menos inovaram. Com a intensa propaganda política, o Clube Radical operou uma novidade na época ao expandir a prática política para além do parlamento: promoveu conferências públicas de ataque ao governo na Corte, em São Paulo e no Recife.

Para José Murilo de Carvalho, as propostas políticas dos radicais, em linhas gerais, não se diferenciavam das propostas dos liberais históricos e progressistas. Porém, se nos dois últimos grupos liberais não havia dúvida quanto à manutenção do regime monárquico, para os radicais essa questão não era um ponto pacífico. Os radicais não chegaram a pregar abertamente no seu programa político a substituição do regime político, mas não se preocupavam em manter o sistema monárquico. Segundo Carvalho, mais do que o grau de radicalismo de suas propostas de reformas, o que os diferenciava dos progressistas e históricos, era a “postura” de indiferença frente à manutenção da Monarquia. Desse modo, o que dava o tom de radicalismo a esses liberais era, sobretudo, entre os mais jovens do grupo, “a descrença nas

⁶² Idem, p. 18.

⁶³ Idem, p. 21-22.

possibilidades de reforma dentro do sistema vigente”.⁶⁴ Os radicais, convencidos de que as mudanças de reformas exigidas não se fariam sob a Monarquia, passaram a aderir ao movimento republicano.

Sérgio Buarque é mais enfático no seu argumento a respeito da “inconsistência do radicalismo”. Para o historiador, as posições políticas dos radicais no plano político eram incoerentes com as suas críticas à Monarquia porque, mesmo argumentando fortemente contra o regime monárquico, responsabilizado por todos os males que condenavam, não chegaram a romper com o regime:

Só em 1870 é que boa parte dos componentes da agremiação se decide finalmente a cortar o nó górdio, e assim o movimento ‘radical’ já não tem sentido. De fato, se alguma importância cabe atribuir a esse movimento, está em que já traz no bojo a ideia republicana.⁶⁵

De todo modo, os anos finais da década de 1860 são considerados pela historiografia e pela literatura como um momento de grandes mudanças na sociedade brasileira. Em termos econômicos, os sinais mais visíveis das mudanças que ocorreram na sociedade brasileira entre as décadas de 1860 e 1870 já se faziam notar desde a proibição do tráfico de escravos em 1850. O progresso econômico do país, todavia, não pode ser suficientemente explicado apenas pela interdição do tráfico. Mas, o que é importante reter aqui, é que o fim do tráfico liberou capitais, que favoreceu um movimento de acumulação econômica interna, cujo dinamismo passou a ser centralizado nas atividades cafeeiras. O ciclo expansivo cafeeiro, realizado com base na mão-de-obra escrava, tornou-se progressivamente o carro chefe das atividades econômicas agro-exportadoras nacionais.⁶⁶

⁶⁴ Idem, p. 16.

⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, Tomo. II. 5º Vol., p. 118.

⁶⁶ Segundo Antonio Delfim Neto, as atividades cafeeiras sofreram grandes estímulos dos preços do café nos mercados internacionais, já visíveis desde a metade da década de 50, o que provocou uma grande mobilidade de mão-de-obra: “Em São Paulo, que principiava expandir sua cafeicultura, os recursos foram retirados da cana-de-açúcar e destinados à expansão da cultura do café e do algodão [...]. A mão-de-obra escrava utilizada nos canaviais do Norte foi também atraída para o Sul devido à melhoria da rentabilidade dos cafezais”. DELFIM NETO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. 2ª impressão. São Paulo: Faculdade de

Porém, a expansão cafeeira esbarrava num obstáculo: a questão da oferta de mão-de-obra, que, com a proibição do tráfico em 1850 tornou-se problema que precisava ser imediatamente contornado. Desse modo, o debate político sobre a questão da imigração de trabalhadores livres, para além da substituição da mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira, trazia no seu bojo implicações mais profundas, como a constituição de um mercado de trabalho livre, que “significava um grande passo em direção à criação de um sistema econômico liberal”.⁶⁷ Nesse sentido, a configuração de uma sociedade mercantil, cujo mecanismo regulador deveria ser o próprio mercado, onde os agentes econômicos pudessem dispor-se livremente, passou a ser um componente importante no discurso e nas reivindicações do liberalismo brasileiro à época.

Assim, paulatinamente, a questão da escravidão é compreendida no debate político como um problema que, de um lado, inibia a modernização econômica, o desenvolvimento das forças produtivas e estancava o progresso do país. De outro lado, a escravidão impedia a instauração no país de instituições políticas modernas aos moldes das nações europeias, que, constituídas por indivíduos livres, assentaram as suas instituições no alargamento da participação política e na ampliação da cidadania. Vista desse ângulo do debate, a escravidão impedia o país de configurar uma nova civilização política e social e, portanto, de participar do progresso civilizacional. A escravidão também impedia que a nação brasileira pudesse adotar os direitos individuais e políticos que caracterizavam o mundo ocidental.

De maneira ampla, as transformações econômicas acentuadas na década de 60 trouxeram algumas modificações importantes na sociedade brasileira, como o surgimento de novos grupos sociais que começaram a se formar desse processo. Ao lado do grupo social que personificava as atividades cafeeiras - fazendeiros de café e comissários - que se afirmava como grupo social dominante economicamente, outros grupos sociais começaram a se esboçar, principalmente aqueles ligados às crescentes atividades urbanas: por

Ciências Econômicas e Administrativas/USP. Boletim nº 5, 1966, p. 11. Ainda, de acordo com Delfim Neto, a importância do café no total das exportações no período entre 1869 e 1885, representou mais de 60% do valor total das exportações do país. Idem, pp. 16-17.

⁶⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*, p. 82.

exemplo, o grupo social dos representantes da incipiente indústria nacional, os ligados às atividades mercantis, às profissões liberais, à administração pública, e aos meios de transporte, que durante a década de 60 sofreu imensa transformação com o início das construções da malha ferroviária.⁶⁸

O pequeno progresso material que floresceu devido à diversificação das atividades econômicas e à formação de um mercado interno, estimulou o crescimento de uma população urbana. Isso favoreceu, de certo modo, a ampliação do acesso à instrução e a configuração de uma nascente opinião pública. Esses novos elementos que passaram a existir devido às transformações econômicas e o incipiente desenvolvimento urbano, em outros termos, também propiciaram o desenvolvimento de um debate político mais atento no sentido de acompanhar as novas demandas que a população de extração mais urbana começou a trazer à tona. Como observou José Murilo de Carvalho, por exemplo, “as velhas demandas liberais por maior descentralização foram mantidas mas introduziram-se reivindicações novas referentes às liberdades civis, participação política e reforma social”.⁶⁹ No contexto dos anos finais da década de 60, o tema liberal clássico do Estado “gendarme” reapareceu no debate político, cuja concepção era a de que as funções do Estado deveriam ser restritas a “cuidar da justiça, da polícia, da ordem e dos impostos”. Essa concepção, especialmente propagada nas conferências dos liberais radicais, que visava propiciar uma autêntica prática de governo representativo, ou seja, este deveria “originar-se da opinião pública e não do governo, como era a praxe no país”.⁷⁰

O que é importante retermos aqui é o fato de que a transição de uma economia colonial para uma economia nacional gerou profundas transformações na sociedade brasileira. Isso, de certo modo, obrigou que, no plano das ideias e no debate político, fosse introduzida a questão da modernização da nação e, principalmente, que o tema da reforma das suas

⁶⁸ Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 211 e segs.

⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*, p. 160. Somente a partir da década dos anos 60, com o maior desenvolvimento urbano e o aumento do número de pessoas com educação superior, é que o tema do liberalismo clássico dos direitos individuais teve condição de se desenvolver e tornar-se objeto de reivindicação.

⁷⁰ Idem, p. 160.

instituições políticas fosse trabalhado progressivamente e transformado em programa de ação política.⁷¹

Nessa perspectiva, a partir do final dos anos sessenta, com a conjuntura política que se abriu com a queda do gabinete Zacarias, houve uma forte crítica às instituições políticas do Império, especialmente ao Poder Moderador e a ilegitimidade do sistema representativo. Nesse sentido, a temática da modernização da sociedade brasileira e o modo como o país deveria ser conduzido rumo ao progresso e à civilização articularam as propostas de reformas políticas que emergiram tanto do lado dos liberais, em seus vários matizes - “novos” e “radicais” - quanto do lado dos conservadores.

Essas questões centrais para o país se tornaram problemas a serem resolvidos por uma geração que entrava em cena na década de 70, e que seria a responsável pela condução dos rumos políticos do país no último quartel do século XIX, a denominada geração dos anos 70. Rui Barbosa fez parte dessa geração e iniciou a sua prática de publicista e de orador na tribuna popular na conjuntura que se abriu com os anos 60/70.

A articulação entre reformas político-institucionais e a legitimidade da representação política para a manutenção do regime monárquico foi tema fundamental do pensamento político de Rui Barbosa, ao menos durante a Monarquia. Para ele, a reforma das instituições políticas do Império constituía-se em condição indispensável a qualquer programa de modernização econômica, ou mesmo de reorganização mais geral do conjunto da sociedade

⁷¹ As consequências do processo de modernização econômica do país, que atingiu o seu apogeu com o ciclo do café, é assim explicada por Florestan Fernandes: “A autonomização política não resultou nem conduziu a nenhuma transformação econômica de natureza revolucionária. No entanto, onde ela se vinculou a transformações econômicas relativamente significativas e profundas, e se manifestavam mais fortemente os novos laços de dependência do país em relação ao exterior, ela iria ser a fonte de toda uma série de mudanças econômicas e, nesse caso, o verdadeiro ponto de partida de maior liberdade e de maior independência na esfera econômica. A questão, aí, não é tanto do salto que se deu com a absorção sociocultural e econômica de novas técnicas, capitais e modelos de ação econômica. Está, antes, na mudança sofrida, internamente, pelo padrão de civilização vigente. [...] Pela primeira vez, emergia na cena histórica brasileira o verdadeiro palco do ‘burguês’: uma situação de mercado que exigia, econômica, social e politicamente, o ‘espírito burguês’ e a ‘concepção burguesa do mundo’ [que] com o correr do tempo, teriam de desprender-se de suas matrizes históricas, voltando-se para as potencialidades econômicas inerentes aos fatores internos da situação de mercado”. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. In SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000, pp. 1578-1579, 1586.

brasileira. A legitimidade da forma de governo no Brasil - a monarquia constitucional representativa - apresentava-se para ele como uma questão decisiva.

A inserção de Rui nas temáticas de reformas liberais, a partir de 1869, nos permite observar as suas primeiras proposições de reformas das instituições, assim como a filtragem das doutrinas do liberalismo europeu que inspirou a formação de suas ideias políticas. Posteriormente, essas ideias serão desenvolvidas e postas em ação durante a sua trajetória política parlamentar (1879-1884) através da formulação dos projetos de reformas eleitoral, do ensino e da emancipação do elemento servil, como veremos adiante.

Por ora, cabe nos determos na análise dos primeiros escritos e discursos de Rui elaborados sobre as temáticas de reformas do sistema representativo, em especial, a eleição direta, e o tema da emancipação do elemento servil⁷², produzidos no clima geral de inconformismo e de renovação das ideias liberais, cujo alvo era reformar as instituições do regime monárquico.

Na parte do capítulo que se segue, analisaremos as ideias e propostas de reformas do jovem Rui, produzidas no âmbito da política acadêmica, como publicista do jornal *O Radical Paulistano* e como conferencista, membro do Clube Radical. Na terceira parte do capítulo, o foco será na produção de Rui como jornalista do *Diário da Bahia* e também nas suas conferencias como membro do Partido Liberal baiano.

⁷² Segue um esclarecimento em relação a um termo: ao nos referirmos às propostas de reformas encampadas por Rui Barbosa, incluímos também sob esse termo, a abolição. Além de, em várias passagens, Rui se referir à abolição em sentido amplo, como uma reforma moral do país, ele também se refere à abolição como uma reforma nas relações de trabalho. A “emancipação dos escravos”, ou “abolição”, são termos empregados no próprio vocabulário político de Rui Barbosa com o sentido de “reforma”. O uso de “reforma” para referir-se ao Projeto Dantas, de autoria de Rui Barbosa, é explicitado, por exemplo, no artigo: “Reforma, ou burla?”. In BARBOSA, Rui. *Abolicionismo*. Vol. XII. 1885. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, pp. 99-104.

2. Rui Barbosa: um bacharel entre o radicalismo político e a prudência

A queda do gabinete de Zacarias de Góis, em 1868, repercutiu também entre os jovens acadêmicos liberais da Faculdade de Direito do largo de São Francisco, em São Paulo, onde Rui Barbosa era estudante desde 1868. A Faculdade passou então a ser palco de agitação política da juventude liberal. Ali foi fundado o jornal *O Radical Paulistano*, órgão de imprensa ligado ao Clube Radical Paulistano, réplica menor daquele organizado pelos liberais radicais na corte, conforme visto acima, destinado a fazer frente ao “poder pessoal” do monarca.

Nesse ano, Rui Barbosa desempenhou intensa atividade política. Além de participar como orador das conferências radicais, em seus discursos e em escritos no *Radical Paulistano*, em 1869, ele atacou D. Pedro II com expressões ásperas, criticou a postura do Partido Liberal e defendeu propostas abolicionistas.

Antes de acompanharmos as ações e ideias políticas do estudante Rui Barbosa nos anos finais de sua formação acadêmica (1869-1870), cabe recuperarmos brevemente a sua condição de futuro bacharel em direito, personagem típico da vida social desse período.

De maneira ampla, a julgar pelo retrato do ensino jurídico no Império que nos fornece Alberto Venâncio Filho, os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo não se limitavam a refletir sobre a cultura jurídica *stricto sensu*. Os jovens acadêmicos caracterizavam-se, sobretudo por dedicarem-se às atividades sociais extra-aula, criando, fora do contexto propriamente acadêmico, importantes redes de relações políticas, onde visões de mundo e ideias eram compartilhadas. Assim, de acordo com Venâncio Filho: “Ser estudante de direito era, pois, sobretudo, dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente a poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas”.⁷³

⁷³ VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 136.

Com efeito, se o debate não se dava nas salas de aulas, era principalmente na imprensa, nos grêmios e sociedades literárias, nas comemorações cívicas e demonstrações políticas que os pretensos bacharéis iam formando o seu repertório de ideias e criando um estilo próprio, notadamente rebuscado, e, principalmente, alicerçado na retórica. Tais núcleos favoreciam a circulação de ideias novas além de propiciar ambientes favoráveis à criação literária e à prática publicista. Alguns estudantes souberam aproveitar essas oportunidades para compensar a precariedade da estrutura formal de ensino.⁷⁴

De acordo com o estudo de Sérgio Adorno sobre o processo de formação cultural e profissional dos bacharéis na Faculdade de Direito de São Paulo, no período entre a sua fundação - 1827 - e 1883, o ambiente acadêmico ali fora marcado pelo ecletismo cultural: os mais variados gêneros intelectuais mesclavam-se no processo de formação dos estudantes. Juntamente com as tentativas literárias, a prática do publicismo ganhou relevo no âmbito da academia de direito na época. De certo modo, a formação acadêmica eclética possibilitou o surgimento de bacharéis mais voltados para a ação política, que surgem “às expensas de uma vida acadêmica controvertida, agitada e heterogênea, [...] e que teve no jornalismo seu mais eficaz instrumento de luta”⁷⁵ no Império.⁷⁶

Em outros termos, a figura do bacharel que começou a se delinear a partir da experiência que extrapolava a da academia propriamente dita era a do

⁷⁴ No caso de Rui Barbosa como estudante da faculdade de Direito de São Paulo, sua atuação foi muito típica, apresentando os traços já enunciados: escreveu copiosamente na imprensa local, foi membro e orador de ateneus dedicados à arte e à política, aventurou-se na escrita de versos políticos e românticos, declamou poesias, foi orador de conferências populares, e ingressou na maçonaria. Quartanista, discursou em praça pública durante três dias para os soldados que regressavam da Guerra do Paraguai, o que lhe rendeu uma ameaça de processo disciplinar. Cf. VIANNA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*, pp. 65-85.

⁷⁵ ADORNO, Sérgio. *Op. cit.*, p. 79.

⁷⁶ Nesse sentido, o centro acadêmico paulista fez jus à definição tardia de Rui Barbosa, que em discurso na própria Faculdade de Direito de São Paulo, afirmava: “O estudo aqui nunca foi livresco, egoístico, indiferente à vida social, [...] no estudo do Direito, o mundo acadêmico e o mundo político se penetram mutuamente. [...] O seu tirocínio escolar, nesta cidade, sempre se animou ardentemente do espírito de luta, de civismo, de reação liberal”. BARBOSA, Rui. “A Justiça. Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo, em 17 de dezembro de 1909”. In *Excursão eleitoral. OCRB*. Vol. XXXVI. 1909. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 212.

pensador eclético.⁷⁷ O importante a reter aqui é que a própria natureza da sociedade brasileira facilitou que o meio intelectual adotasse e reforçasse a solução eclética como característica importante na formação dos seus bacharéis. Em certo sentido, a elite política e intelectual fora constrangida a conviver, desde a independência política do país, com ideias em princípio contraditórias, como o liberalismo político de sua Constituição e a instituição da escravidão, que comandava as esferas de relações sociais e econômicas do país. Ademais, o desejo da elite política e intelectual brasileira de pertencer à modernidade nos moldes europeus, mas inevitavelmente ainda atada às formas arcaicas de uma sociedade baseada no escravismo, a impeliu a estabelecer diálogos com tendências diversas, por vezes contraditórias, de pensamento. De certo modo, essa elite filtrava nas diferentes doutrinas de pensamento aquilo que melhor atendesse às suas exigências.⁷⁸ Desse modo, a academia, como centro formador da elite política e burocrática, acabava replicando no seu interior também uma atmosfera intelectual que dava forma a um *ethos* intelectual cuja característica predominante era o ecletismo cultural e intelectual.

⁷⁷ Fazendo um parêntese, é necessário reconhecer que a estreiteza do mercado de trabalho da época empurrava os “homens de letras”, os bacharéis em direito, os engenheiros e cientistas para a carreira política, para o emprego público em órgãos da administração, os institutos e academias mantidos pelo Estado. A formulação de Angela Alonso, em seu estudo sobre o movimento da geração de 1870 no Brasil, é bastante reflexiva a esse respeito: “dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX brasileiro, toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político”. A autora, ao optar metodologicamente por não distinguir atividade intelectual e prática política na segunda metade do século XIX no Brasil, afirma que “não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia as sobreposições de elites política e intelectual a regra antes que a exceção”. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*, p. 38 e 30, respectivamente. Nessa direção, Gildo Marçal Brandão ressalta que a própria definição de um campo de estudos do “pensamento político-social”, no Brasil, supõe um cruzamento entre literatura e política: “Essa superposição - por vezes conflituosa na medida mesma da indiferenciação - talvez fosse inevitável no caso de um país de capitalismo retardatário, como o nosso, uma vez que o tratamento da literatura, da arte, da cultura e das ciências aqui praticadas acaba tendo uma importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação”. BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*, p. 22.

⁷⁸ Sobre o ecletismo das ideias no Brasil, ver MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Contribuição ao estudo da formação brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Mercadante lembra também da influência da doutrina eclética de Victor Cousin no Brasil.

Afora essa característica da formação dos bacharéis, um ponto a ser destacado é que, se tantos contemporâneos de Rui Barbosa na academia de Direito de São Paulo, além dele próprio, tiveram papel proeminente na política nacional no final do Império e na Primeira República, é porque a educação jurídica *formal* era um fator importante, ainda que não imprescindível, para o ingresso nos altos círculos da política nacional.⁷⁹ No período aqui tratado, o entre décadas dos anos 1860-1870 do século XIX, sob o regime monárquico preponderava nos cargos políticos e burocráticos a presença de bacharéis em direito. As duas únicas faculdades de direito no Brasil - a de Recife e a de São Paulo - ambas frequentadas por Rui Barbosa, continuavam assim a cumprir o papel que lhes fora encarregado quando de suas criações, em 1827: criar uma elite administrativa capaz de organizar e governar o Estado nacional.⁸⁰

Desse modo, se a educação nas “Academias” fora um marca distintiva da elite imperial brasileira - uma “ilha de letrados”, no dizer de José Murilo de Carvalho - rodeada pelo mar de iletrados da nação, a formação em direito era ainda mais peculiar. A formação no curso jurídico consistia de um treinamento para a ocupação de cargos políticos e burocráticos importantes, sendo um de seus principais efeitos a homogeneização social, de valores e linguagens comuns. De maneira ampla, a formação nas academias prestava-se a uma preparação ideológica de um grupo, sob um projeto comum de nação - o que um dia contribuiria para garantir, por exemplo, a manutenção da unidade política da ex-colônia. Nos finais dos anos 60 do século XIX, a academia produzia uma espécie de elite política e intelectual que se atribuía não mais o papel de consolidar as bases do Estado-nação, mas agora o papel de reformar as suas instituições e modernizar o país por vias políticas.

⁷⁹ O recrutamento dos bachareis pela política imperial e pelo aparato burocrático do governo tornou-se mais rarefeito no último quartel do século XIX. Todavia, nos anos iniciais do regime republicano ainda caberia aos bachareis da academia paulista - remanescente do processo de formação da elite política imperial - o papel de consolidadores do novo regime, como seria o caso de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rui Barbosa, etc. Ainda, José Maria da Silva Paranhos Junior (barão do Rio Branco) e Joaquim Nabuco, requisitados sob o novo regime, desempenhariam o papel de conformadores da política externa brasileira na Primeira República.

⁸⁰ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*, especialmente o capítulo “Unificação da elite: uma ilha de letrados”, pp. 51-72.

Nesse sentido, não apenas por sua trajetória de bacharel, Rui também foi um dos representantes de um movimento mais amplo: sua geração ficou conhecida no Brasil, como a “Geração de 1870”. O ano de 70 marca de maneira simbólica o momento de acentuada circulação de ideias, teorias estrangeiras e correntes de pensamento europeias no Brasil, como o darwinismo, o evolucionismo, o positivismo, o liberalismo e as teorias racialistas.⁸¹ Porém, conforme afirma Angela Alonso, o movimento da geração de 70 configurou-se num momento em que “a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia” emergiu como “tema do debate político, isto é, como problema exigindo equacionamento”.⁸² Nesse sentido, a renovação de ideias que se configurou no ambiente intelectual nos anos 70 no país, originou-se, sobretudo, segundo Alonso, da necessidade dos membros dessa geração de apropriar-se de um novo repertório intelectual “que os auxiliassem a compor a crítica do *status quo* imperial e a fundamentar projetos de reforma”.⁸³

Vejamos a seguir como Rui Barbosa articulou, na sua fase de bacharel, as suas ideias liberais na defesa das reformas necessárias para legitimar e manter o sistema político monárquico.

⁸¹ No caso específico da Faculdade de Direito de São Paulo, a força da doutrina liberal de matriz europeia parece ter superado, mas não excluído, as demais perspectivas, distanciando-a, por exemplo, de uma faculdade do Recife, cada vez mais voltada para os estudos raciológicos. Nesse sentido, ver EIRIZIRIK, Nelson Laks. “O liberalismo econômico e a criação das disciplinas de Direito Comercial e Economia Política”. In BASTOS, Aurélio Wander. *Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras*. Ensaio sobre a criação dos cursos jurídicos. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. Sobre a repercussão que as teorias e doutrinas racialistas tiveram junto às faculdades de direito entre o final do século XIX e início do XX, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁸² ALONSO, Angela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo. (org.). *O Brasil Imperial*. v. 3: 1870-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 89.

⁸³ *Ibidem*, p. 97.

2.1. O debate político do final da década de 1860: reforma do sistema representativo e emancipação do elemento servil

Por proposta de Rui Barbosa, em março de 1869, organizou-se o jornal do Clube Radical da Faculdade de Direito, o *Radical Paulistano*, do qual participaram Américo de Campos, Bernardino Pamplona de Menezes e Luís Gama, sendo que este não era estudante. Por ser um jornal doutrinário tinha como regra não apresentar artigos assinados, já que a proposta do periódico era expressar as ideias do Clube Radical e não os pensamentos individuais dos que o compunham.⁸⁴ Em seu primeiro número, o jornal *Radical Paulistano* trazia o seu “Artigo programa”. Embora seja longa, a passagem resume os termos do debate político da época, a reforma para se evitar a revolução:

A América, povoada pelos mártires da religião, da política e das perseguições dos déspotas da Europa, constituída sobre o fecundo princípio da soberania do povo, caminha à frente do movimento liberal dos tempos modernos, mostrando à velha e civilizada Europa os férteis resultados que produz uma política fundada sobre as sólidas bases da democracia. [...] O Brasil, situado neste extenso e rico continente, sofrendo o contacto de suas idéias e de sua civilização, não pode ficar estranho ao movimento democrático que o caracteriza [...]. A revolução caminha, é melhor pois que ela seja prevenida por medidas profundas e largas, antes, que, vê-la chegar de braços cruzados, ou pior ainda, precipitá-la mais depressa, continuando-se com o sistema absoluto que nos governa, e que é o único responsável de todos os nossos males. Nestas condições só um partido verdadeiramente liberal, de ideias claras e definidas, que tenha em sua bandeira o programa de seus princípios políticos, pode assumir com vantagem a governança do Estado. O país precisa de reformas, e esta necessidade é hoje conhecida por todos, sem distinção de cores [...]

⁸⁴ Embora não seja assinado, de acordo com as informações fornecidas por Américo Jacobina Lacombe em seu *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa* e Antonio Gontijo de Carvalho, nas notas explicativas ao volume *Primeiros Trabalhos*, é plausível que o “Artigo programa”, seja de autoria de Rui Barbosa. O importante a reter é que, por ter sido ele quem lançou e sustentou a ideia da fundação do jornal, além de ser um dos membros mais ativos da Comissão de Redação do *Radical* e, um dos membros mais ativos do Clube Radical, as ideias ali expressas precisariam ter, ao menos, o seu aval. Cf. LACOMBE, Américo Jacobina. *Roteiro das Obras completas de Rui Barbosa*.

Nestas condições se apresenta o partido Radical do Brasil, único que possui os predicados que as circunstâncias exigem, único que vantajosamente nos pode levar à salvação e à prosperidade, assumindo o poder, não pelo poder, mas para tornar uma realidade prática as verdades do nosso credo político. E o *Radical Paulistano*, débil órgão deste forte partido, trazendo em seu frontispício o programa de suas ideias⁸⁵, surge no meio das misérias da pátria [...]. O *Radical Paulistano*, bem como o partido, que ele representa, surgiu da necessidade da pátria, tem como divisa o seu programa, e caminha sem temor para a democracia.⁸⁶

O “Artigo programa”, publicado em 12 de abril de 1869, revestiu-se de caráter panfletário e deve ser lido também no bojo da reação liberal iniciada com a queda do gabinete Zacarias. O seu exame nos permite perceber as críticas aos dois partidos do Império e ao Poder Moderador - visto como fonte do poder arbitrário e antiliberal de D. Pedro II - que colocava em cheque a legitimidade do regime representativo do Império e anulava os elementos da verdade democrática. Na chave reforma ou revolução, o exemplo da república norte-americana é buscado como fonte de inspiração para a propugnação de um conjunto de reformas político-institucionais por Rui Barbosa e pelos seus companheiros liberais radicais. Também podemos entrever ali o esboço das ideias de república, o que de fato, parte dos companheiros de Rui da Faculdade de Direito já começava a esposar com mais determinação.⁸⁷

No artigo intitulado “Eleição Direta”, Rui felicitava o Partido Liberal por ter incluído no seu programa a proposta de reforma da eleição direta, uma vez que era um direito incontestável do povo eleger diretamente seus representantes. Contudo, o jovem radical criticava o programa dos liberais porque mantinha o requisito da renda, correspondente a vinte mil réis, para a concessão do direito

⁸⁵ O primeiro número do jornal *Radical Paulistano* trazia na sua folha de rosto a pauta do programa do Clube Radical fundado na corte, que era o mesmo que já vimos na segunda seção da primeira parte deste capítulo. Cf. “Folha de rosto do *Radical Paulistano*”. In BARBOSA, Rui. *OCRB. Primeiros Trabalhos. 1865-1871. Vol. I. Tomo I.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951, p. 28.

⁸⁶ BARBOSA, Rui. “Artigo programa”. Idem, pp. 31-34.

⁸⁷ Bernardino Pamplona de Menezes, diretor do Clube Radical e participante da comissão de redatores do *Radical Paulistano*, e Félix José da Costa e Souza, colega de Rui na Academia de São Paulo, serão posteriormente signatários do *Manifesto Republicano*.

do voto. Além disso, era indesculpável a proposta dos liberais de considerarem inaptos para votar aqueles que não sabiam ler. Esta proposta, de acordo com Rui, era condenada pelos radicais porque produziria “graves desordens no corpo social, alterando profundamente a manifestação de sua soberania”.⁸⁸

O jovem radical defendia que o argumento da falta de instrução primária da população poderia ser neutralizado pela observância do “bom senso, perspicácia e superioridade natural aos homens do povo”. Defendia assim, que o sufrágio deveria ser direito e generalizado a fim de que todos os brasileiros, “no pleno exercício de suas faculdades, possam concorrer à eleição de seus representantes”.⁸⁹

Rui criticava também a crença generalizada de que o Brasil não poderia ser livre enquanto a sua população não fosse instruída. Para reforçar seu argumento, utilizou o exemplo do Paraguai, país onde, apesar da instrução primária estar disseminada, era governado pela forma republicana “falseada” e mantinha-se longe do contato dos países civilizados.

Nas páginas do *Radical Paulistano*, o jovem Rui defendeu o voto universal, excluídos as mulheres, os meninos, os condenados, e criticava o Partido Liberal pelas suas propostas de restrição ao sufrágio. O verdadeiro exercício da soberania eleitoral, para ele, era a soma de todos os interesses individuais da nação, portanto, haveria injustiça na exclusão de um só indivíduo: não se poderia negar ao cidadão brasileiro o direito de escolher seus representantes, “só porque é pobre e não sabe ler”.⁹⁰

Na conferência do Clube Radical Paulistano, pronunciada em 12 de setembro de 1869, sobre o elemento servil, Rui argumentava que a emancipação dos escravos era um princípio de interesse universal, e não uma “reforma política”. O jovem orador radical procurava justificar que a existência do elemento servil era uma abominação moral, uma corrupção da vida pública da nação, além de levantar argumentos que estabeleciam a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho servil. Narrava os resultados da emancipação

⁸⁸ BARBOSA, Rui. “Reforma eleitoral”. [Artigo publicado no *Radical Paulistano*, em 31 de maio de 1869.] OCRB. Vol. I. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951, p. 86.

⁸⁹ Idem, p. 87.

⁹⁰ Idem, p. 89.

nas colônias francesas, inglesas e nos Estados Unidos para comprovar que, a abolição, nesses lugares, não causou a desorganização da lavoura.

Porém, mesmo dizendo que a emancipação não era uma reforma política, mas uma “pressão que exerce sobre nós o espírito do século e porque as potências civilizadas nos hão de forçar a realizá-la”, Rui considerava essa reforma urgente porque as circunstâncias do Brasil a exigiam.

No entanto, o estudante baiano, tinha de um lado, os colegas da academia e a agitação política radical; do outro lado, a figura do pai, com os apelos de moderação às suas posições políticas “adiantadas”:

Doeu-te que teu pai te escrevesse com certa energia, a propósito do teu discurso [...] e da continuação de tuas manifestações radicais. [...] padeci ouvindo essas notícias, por mais de uma pessoa, desses fatos teus públicos, que, meu filho, me preocupam - porque (tenho dolorosíssima experiência) eles podem armar contra ti, ao principiaries a carreira, poderosos ódios, produzindo a penúria a pobreza [...] Não te quero hipócrita, não te quero sem o sentimento do teu século, não te quero inimigo das liberdades modernas; mas quero-te prudente... Também te incomodaste porque notei em ti desejos de parecer mais adiantado em política do que eu. E a este respeito me lembras que os filhos podem e (até devem) saber mais que os pais.⁹¹

Em 4 de abril de 1870, ocorreu a mais importante ação política de Rui, no âmbito do radicalismo político vivenciado durante a sua trajetória acadêmica, contra a escravidão. Como orador da Loja América, o jovem estudante, com o apoio de Luiz Gama, apresentou e defendeu um projeto que forçava os maçons da loja a libertarem as crianças do sexo feminino que nascessem do ventre de suas escravas. Segue abaixo os trechos principais do documento:

Art. 3º Todas as Lojas maçônicas sujeitas ao Grande Oriente Brasileiro, assim presentes como futuras, ficam obrigadas a abrir, no orçamento de

⁹¹ Carta datada de 27 de setembro de 1869. Apud VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.*, p. 75.

suas despesas, uma verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas. [...]

Art. 5º Nenhum individuo poderá mais obter o título e os privilégios de legitimo Maçom, sem que primeiramente, antes de receber a iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que daí em diante lhe possam provir de escrava sua.

Art. 6º Todos aqueles que já se acham iniciados em qualquer Oficina maçônica do Brasil ficam igualmente obrigados, logo que for promulgada esta lei, a lavrar um compromisso em que declare livres todas as crianças do sexo feminino, filhas de escrava sua, que possam vir à luz desse momento em diante.⁹²

Neste projeto, apresentado à consideração do “Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos”, Rui explicou, no seu art. 1º, que a emancipação do elemento servil e a educação popular eram as duas ideias das quais dependia o futuro do país. Portanto, cabia à maçonaria, defendê-las, através da imprensa, da tribuna e do ensino, como também colocá-las em prática pelos seus membros. O documento buscava atingir não somente os maçons ligados à ordem dos Beneditinos, mas também aqueles que tinham interesse em participar do círculo maçônico.⁹³

O projeto de Rui apresentado à loja América não trouxe novidades no sentido de apresentar uma proposta mais radical de abolição dos escravos. O Partido Liberal, em seu programa, estabelecia igualmente, desde 1869, a necessidade da emancipação dos nascituros. Rui foi mais restrito: propôs a emancipação das crianças apenas do sexo feminino.⁹⁴ Todavia, não podemos

⁹² BARBOSA, Rui. “Projeto de Abolição apresentado à Loja América”. In *OCRB*. Vol. I. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951, pp. 207-208.

⁹³ O projeto foi atacado duramente pelo professor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, professor de Rui, mas acabou sendo aprovado. Do debate com o seu lente de direito comercial resultou o abandono do professor da maçonaria e a primeira vitória do jovem estudante numa polêmica pública e a primeira aprovação de um projeto seu.

⁹⁴ De acordo com a historiadora Renata R. Francisco, alguns pressupostos levavam as sociedades emancipacionistas, sobretudo, nos últimos anos da década de 1860, a priorizarem a libertação de crianças menores de sete anos: havia, por um lado, a preocupação com a extinção da escravidão pela libertação do ventre escravo, e por outro, uma espécie de crença das organizações antiescravistas de que podiam impedir o ritual de iniciação das crianças no universo escravista. No entanto, a tentativa das sociedades emancipacionistas de preservarem a integridade moral e física das crianças cativas não foi bem sucedida, pois, ainda que os

perder de vista o horizonte possível de sua ação política, adstrita ao círculo maçônico e a sua condição de estudante. Com o projeto, Rui procurou ampliar a ação antiescravista, dentro e fora da maçonaria. Tal estratégia teve seus méritos, pois a notícia do projeto se espalhou por diversas cidades e províncias.⁹⁵ Rui pensou em estender a proposta às outras lojas maçônicas do país, mas Bernardino Pamplona, já formado e residindo no Rio de Janeiro, lhe dissuadiu de tal ideia: “as coisas estão por tal forma que um homem, depois de duvidar de todos, acaba duvidando de si mesmo”.⁹⁶

No entanto, o círculo familiar continuava a advertir Rui sobre as suas explanações de ideias radicais, como na carta em que o Conselheiro Albino⁹⁷ aconselhava prudência ao jovem estudante em relação às suas posições abolicionistas:

Sinto que V. não quisesse vir aqui [Fazenda do Rio das Pedras]⁹⁸ passar alguns dias, como permitiam as férias: talvez gostasse de ver lavouras em ponto grande, como decerto não teve ainda ocasião de ver; e talvez modificasse a exageração dos seus sentimentos acerca da escravatura...

menores de sete anos fossem libertados, acabavam vítimas do Juizado de Órfãos, uma vez que do ponto de vista jurídico, a criança não tinha vontade própria. As crianças libertadas antes da sanção da lei do Ventre Livre, ainda que suas mães fossem escravas do mesmo dono, não tinham autorização para permanecerem junto delas. Segundo a autora: “Se por um lado as sociedades emancipacionistas se empenhavam em angariar fundos para libertar as crianças cativas, por outro, o Juizado de Órfãos promovia uma espécie de “reescravização” desses menores”. FRANCISCO, Renata Ribeiro. *As sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo (1850-1871)*. Dissertação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. UNESP, Franca: 2010, p. 72.

⁹⁵ Rui sempre reclamou a precedência da sua ideia, contida no projeto apresentado à loja América, ao ato de 28 de setembro de 1871, data da aprovação da Lei do Ventre Livre. Ver, BARBOSA, Rui. “A Justiça. Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo, em 17 de dezembro de 1909”. In *OCRB*. Vol. XXXVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1965, p. 215.

⁹⁶ Apud VIANA FILHO, Luis. *Op. cit.*, p. 73.

⁹⁷ Conhecido como monarquista de convicções muito arraigadas, o primo de Rui Barbosa, o Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira (1809-1889), tornou-se Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1864, e presidente desta instituição em 1880.

⁹⁸ O Conselheiro Albino era proprietário da Fazenda Rio das Pedras, localizada no atual distrito de Barão Geraldo, no município de Campinas. Cf. NOGUEIRA, Ataliba. “Rui Barbosa e Campinas”. In *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*. v. 2, n. 4, set/dez. 1970, p. 291-307.

Toco nisto, porque me dizem que V. tem aí escrito uma gazeta exageradamente abolicionista. Deus nos dê juízo a nós todos!⁹⁹

A escusa ao convite do primo monarquista e escravocrata vem acompanhada de palavras de radicalismo político liberal. Com certa ironia, Rui tenta desfazer a apreensão do seu primo quanto à sua utopia política liberal:

Lamento que o Primo chegasse a afligir-se com a notícia dos meus sermões. Acredite que eu não disse inconveniências, pois que a verdade nunca pode ser inconveniente. Quanto à política pode meu Primo crer que tenho-lhe horror, isto é, a política mesquinha e interesseira que tem exercido todos os partidos em nosso país. A política que eu posso e desejo seguir está ainda muito longe; por ora é apenas uma esperança; ainda não meti medo aos figurões. Todo aquele pois que, apartando-se de ambos os partidos existentes, comete a loucura de pregar *teorias* de que hoje todos riem, o que os competentes denominam *utopias*, esse é uma espécie de animal inofensivo, que não assusta a ninguém e que portanto não pode provocar o ódio nem a vingança.¹⁰⁰

Cabe nos determos um momento na ideia de utopia enunciada por Rui. Neste momento de sua trajetória, a ideia de utopia aparece no seu pensamento político para explicitar que a projeção de suas ideias e aspirações seriam realizadas no futuro. Esse é um fator importante: seria errôneo atribuímos à utopia política de Rui Barbosa a não referência às condições do mundo real. Rui pensava o futuro a partir das condições do presente, uma vez que é a partir delas que se tornava possível a construção do modelo político e de sociedade que ele desejava alcançar.¹⁰¹ Nesse sentido, a utopia política do jovem Rui não

⁹⁹ Apud VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.*, p. 73.

¹⁰⁰ Carta de Rui Barbosa ao primo Albino José Barbosa de Oliveira, datada de São Paulo, aos 11 de abril de 1870. BARBOSA, Ruy. *Mocidade e Exílio*. Cartas ao Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira e ao Dr. Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina. Anotadas e prefaciadas por Américo Jacobina Lacombe. 2ª ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 57. Grifo nosso.

¹⁰¹ Segundo Mannheim, “com a idéia liberal-humanitária, o elemento utópico recebe uma localização definida no processo histórico – constitui o ponto culminante da evolução histórica. [...] Desde então, mesmo uma visão utópica encara o mundo como se movendo na direção de

consistia apenas na propugnação de um conjunto de ideias, mas na aplicação dessas ideias em alguns aspectos da organização política, ou da vida social do país, que deveriam trazer mudanças, embora não revolucionárias, para a sociedade.

No entanto, a fase do radicalismo político de Rui, vivenciada na Faculdade de Direito de São Paulo foi interrompida por volta de agosto de 1870, quando o futuro bacharel ficou bastante enfermo, apresentando distúrbios nervosos, a ponto de impedi-lo de ler e fazer esforços de memória. Nos últimos meses que passou na capital paulista, Rui amargurou uma péssima condição de saúde, o que o forçou a receber antecipadamente o título de bacharel em direito sem cumprir as provas finais. Contudo, Rui saiu da Academia com os traços fundamentais de seu pensamento e da sua forma de ação definidos: aplicou-se ao estudo do pensamento liberal e desenvolveu sua oratória e prática publicista.

Entretanto, o radicalismo político de Rui se esmoreceu logo após a sua colação de grau. O retorno à Bahia, em 1870, se caracterizou por uma opção pelo realismo político provinciano: a adesão de Rui a uma das facções do Partido Liberal local. Nesse sentido, talvez seja interessante dar voz à rememoração do próprio Rui Barbosa, ao narrar em artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 5 de maio de 1889, as condições que cercearam o início da sua participação na política partidária entre os liberais da Bahia:

Já em 1866, ano em que me matriculei no curso de direito, estavam publicamente rotas as relações entre meu pai e esse parente, separados, desde então, por fidalga amizade até à morte do primeiro, em 28 de novembro de 1874. Formando-me em 1870, encontrei, na Bahia, dividido o Partido Liberal. Acaudilhava esse irmão da minha mãe¹⁰² os dissidentes. Meu pai estava, e esteve, até falecer, ao lado do Sr. Saraiva e do Sr. Dantas¹⁰³, como toda a gente sabe. Acompanhando a estes, segui,

uma realização de seus objetivos, ou de uma utopia". MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*, p. 248.

¹⁰² Rui Barbosa refere-se a Luis Antônio Barbosa de Almeida.

¹⁰³ José Antonio Saraiva (1823-1895) foi deputado geral, senador do Império e presidiu as províncias do Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Além de ter sido várias vezes ministro (Fazenda, Marinha) durante o Segundo Reinado, presidiu o conselho por duas vezes. Na

portanto, as pegadas paternas. Seria natural que preferisse ao pai¹⁰⁴, cujo espírito era um foco luminoso, ou o tio inimigo irreconciliável dele? Que o diga o senso comum e o coração dos que o têm.¹⁰⁵

Assim como não havia ascensão de qualquer dos dois partidos ao poder governamental sem o beneplácito da Coroa, não havia carreira política no país sem antes participar das disputas entre os agrupamentos provinciais. O início da trajetória política de Rui não foi diferente. Desse modo, buscaremos trabalhar a seguir, a trajetória do jovem bacharel que se inicia com a sua volta à Bahia, onde adere ao Partido Liberal, até a sua eleição para a Assembleia provincial em 1878. Nesse período da vida de Rui, além de conferencista, ele atuou como jornalista, e suas ações políticas foram marcadas predominantemente pela campanha a favor da reforma eleitoral e da adoção da eleição direta.

Dessa forma, procurando seguir a evolução das ideias políticas de Rui, analisaremos como seu pensamento político transitou das suas propostas de reformas políticas radicais para as propostas de reformas encampadas pelo Partido Liberal.

República, assumiu o cargo de senador. Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894) foi presidente das províncias de Alagoas e da Bahia, deputado geral de 1857 a 1868, senador em 1878, e conselheiro de Estado. Foi várias vezes ministro (Agricultura, Justiça, Fazenda e Negócios Estrangeiros), presidindo de 06/06/1884 a 04/05/1885 o conselho de ministros. Cf. JAVARI, Barão de. *Op. cit.*

¹⁰⁴ O pai de Rui Barbosa, João José Barbosa de Oliveira (1818-1874) ingressou na política tendo como padrinho político o seu cunhado, Luis Antonio Barbosa de Almeida, de quem obteve a ajuda para eleger-se deputado provincial em 1846. Com a queda do gabinete liberal de Francisco de Paula Sousa e Melo, em 1848, fica impossibilitado de ter o seu mandato renovado. João José consegue se eleger para a 12ª e 13ª legislaturas como deputado geral. Mas, o rompimento com o cunhado, em 1866, e a queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1868, que deu início a sucessivos governos conservadores por dez anos, inviabilizaram a sua carreira política. Cf. VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.*, pp. 49-107; JAVARI, Barão. *Op. cit.*

¹⁰⁵ BARBOSA, Rui. "As claras". In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 258.

3. Liberais na oposição: as ideias reformistas de Rui Barbosa no *Diário da Bahia*

Ao mesmo tempo em que Rui voltava à Bahia, em 1870, os partidários do movimento republicano de São Paulo e do Rio de Janeiro, agremiados no Clube Republicano, fundado na Corte, lançaram o Manifesto Republicano. O seu primeiro signatário foi Saldanha Marinho, e pouco abaixo estava o nome de Bernardino Pamplona, amigo de Rui na academia, presidente do Clube Radical na capital paulista e um dos redatores ao lado do baiano no *Radical Paulistano*.

Pamplona nutria esperanças de ver Rui entre os adeptos do movimento republicano, pois em 5 de dezembro de 1870, dois dias depois de publicado o manifesto, o republicano escreveu a Rui pedindo apoio:

Aqui te envio o 1º número do nosso jornal; nele encontrarás o nosso manifesto. Peço-te que faças o possível para que ele seja transcrito em algum jornal dessa província. Tiramos 3.000 números da *República*, que logo se esgotaram, e vamos mandar tirar 5.000 do manifesto, em folheto, para distribuir pelas províncias. A coisa vai bem por cá, e o clube a respeito da Bahia espera tudo da tua pessoa.¹⁰⁶

Embora não conheçamos a resposta de Rui a Pamplona, o fato é que o manifesto não foi publicado na Bahia. Provavelmente, o convívio com importantes figuras liberais monarquistas na Bahia obliterou qualquer perspectiva de adesão do jovem bacharel baiano ao movimento republicano. Segundo Américo Jacobina Lacombe, era “muito pouco provável que, se Rui estivesse ainda em São Paulo em fins de 1870, seu nome deixasse de figurar entre os signatários do Manifesto”.¹⁰⁷ Não nos parece ser esse o caso. Rui, mesmo tendo participado do grupo dos liberais radicais, ao mesmo tempo em que empreendia uma forte crítica ao sistema representativo monárquico e ao

¹⁰⁶ Carta de Bernardino Pamplona a Rui Barbosa. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&PagFis=22313&Pesq=>. Acesso: 10/04/2016.

¹⁰⁷ LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 10.

Poder Moderador, defendia e acreditava na eficácia de uma monarquia constitucional representativa. Na verdade, durante a sua participação no movimento dos radicais, as suas ideias de reforma foram permeadas pela rejeição ao Poder Moderador, não enquanto referência monárquica, mas muito especialmente, como mecanismo de centralização política e interferência nos Poderes Legislativo e Executivo. Nesse sentido, a intenção de Rui era reformar o regime monárquico e não aboli-lo: entre a reforma e a revolução, foi nítida a sua opção pela reforma das instituições políticas imperiais com o intuito de garantir a legitimidade do regime e conter a ruptura da ordem.

Um fator que precisa ser considerado é a incerteza que afetava o futuro de Rui na Bahia quando ele regressou de São Paulo. Embora as carreiras políticas no Império começassem pelas academias, o domínio dos conservadores no governo durante uma década criou empecilhos para o ingresso imediato no parlamento da nova geração de liberais formados na década de 70. Se, por um lado, Rui não encontrou a carreira garantida depois de formado, por outro, o período compreendido entre a sua formatura e a sua eleição para o Parlamento imperial, em fins de 1878, demonstrou a importância que a rede de relações políticas legadas pelo seu pai exerceu sobre a sua trajetória.

Apesar de muitos biógrafos seguirem de forma quase submissa a auto-apresentação que Rui construía sobre a sua vida, sugerindo que fora um homem que partiu do nada, que ascendeu sem uma base econômica herdada, devendo tudo ao próprio trabalho, o fato é que seu pai lhe proporcionou “um capital social considerável, expresso em certo *status* entre a política baiana e sobretudo em poucas mas importantes relações pessoais”¹⁰⁸, que permaneciam apesar do ostracismo em que se encontrava João José Barbosa.

Desse modo, foi o conselheiro Manuel de Souza Dantas, grande amigo e antigo companheiro de João José Barbosa na Câmara do Império, que se tornou o grande “padrinho” político de Rui. Na década de 1870, Dantas era o maior líder do Partido Liberal na Bahia, cuja influência contribuiu para que Rui

¹⁰⁸ GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*, pp. 27-28. Gonçalves destaca, por exemplo, que quando Rui chegou em São Paulo para estudar, ficou hospedado no palácio do presidente da província, Saldanha Marinho, que havia se tornado amigo de seu pai, quando ambos foram deputados-gerais.

tomasse lugar na câmara provincial e, logo após, na imperial. No entanto, antes de se abrir qualquer perspectiva de ingresso na carreira política, Rui precisou arrumar ocupação: em 1872, ele ingressou no escritório de advocacia de Dantas, em Salvador, e nesse mesmo ano começou a colaborar para o jornal do líder político liberal, o *Diário da Bahia*, folha de imprensa dos liberais da província.¹⁰⁹ Foi nesse periódico que Rui começou suas grandes campanhas jornalísticas. Um cargo remunerado veio em 1874, alguns meses após a morte do pai, quando Rui o sucedeu, nomeado a pedido de Dantas, como inspetor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia¹¹⁰, função que acumulou com o trabalho no escritório forense e com a redação do *Diário da Bahia*.

Dentro desse quadro, as relações de favor protegeram o recém bacharel talentoso, filho do correligionário do Partido Liberal, empobrecido e dependente, que foi desse modo, agregado aos Dantas e tratado, “cá deste teto, como a um filho”.¹¹¹ O substantivo a reter é que Rui dificilmente teria entrado na elite política imperial sem o apoio de alguns de seus membros, isso porque, dada a própria dinâmica da política da época, os caminhos não teriam sido abertos sem o ingresso no sistema patrimonial de indicações para os cargos eletivos. Portanto, devemos deixar claro que não menosprezamos, de forma alguma, as atitudes de Rui em relação ao favor e ao apadrinhamento. Sua ascensão política, além de uma enorme capacidade de trabalho, pode ser explicada também por uma talentosa utilização dos recursos que lhe foram disponibilizados pelas relações sociais e políticas estabelecidas com os liberais monarquistas, antigos correligionários do seu pai.

Diante dessas circunstâncias pessoais e tendo que corresponder às obrigações políticas do círculo ao qual estava associado, Rui deslanchou no *Diário da Bahia* uma crítica ferrenha ao *poder pessoal* do monarca, juntamente

¹⁰⁹ “Rui passou a colaborar no jornal do partido, o *Diário da Bahia*, onde se trabalhava de graça e ainda se contribuía para as despesas porque jornal de oposição não tinha direito a publicações oficiais nem mesmo a anúncios de empresas bafejadas pelo governo”. LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*, p. 11.

¹¹⁰ “Eu quisera eu mesmo, assinar a tua nomeação, que ficou assentada por mim, desde que recebi uma carta da minha mulher, amiga de vocês informando-me do que [...] por ele fora pedido a ela para pedir-me. É legado sagrado”. Trecho da carta de Manuel Dantas a Rui, datada de 9 de dezembro de 1874. LACOMBE, Américo Jacobina (org). *Correspondência do Conselheiro Manuel P. de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1962, p. 15.

¹¹¹ Trecho da carta de Manuel Dantas a Rui, datada de 28 de julho de 1876. Idem, p. 24.

com uma campanha política em prol de uma das maiores bandeiras do Partido Liberal: a reforma eleitoral e a adoção da eleição direta, temática importante no pensamento político de Rui, que desenvolveremos a seguir.

3.1. A crítica de Rui Barbosa ao *poder pessoal* do Imperador

Rui atuou no jornal *Diário da Bahia* a partir de 1872, sempre a serviço dos ideais reformistas do Partido Liberal, ao qual se filiou neste mesmo ano. É preciso lembrar que, desde 1868, os liberais estavam em oposição ao governo central, situação que se prolongaria até 1878. Os parâmetros dos artigos de Rui continuavam ainda a ter como referência o Manifesto do Partido Liberal, de 1869, cujo mote era: a reforma ou a revolução:

Quando após o atrevido golpe de Estado que uma inspiração de Saldanha Marinho deixou caracterizado na história deste país com o estigma de estelionato político, o Partido Liberal, no programa de 1869, com aquele brado solene de reformas, assinalou a revolução como consequência da negação das reformas [...]. Pois bem, no breve termo de só quatro anos que vem de 69 para cá, o círculo providencial dos acontecimentos se tem apertado com tanta força que a sessão de 3 do corrente, na Câmara vitalícia, acabou de assentar os termos da grande contenda do país contra o poder pessoal. [...] A não ser assim, acrescentou o nobre senador [Saraiva] profeticamente “dentro em dez anos as instituições atuais estarão demolidas”. [...] O discurso do Conselheiro Saraiva é o complemento, a garantia, a justificação do programa de 1869: *A Reforma ou a Revolução dentro de Dez Anos*. [...] O Sr. Presidente do Conselho [visconde do Rio Branco] pôs, portanto, ao país o seguinte dilema: *ou a eleição direta ou a monarquia!* Santa sabedoria conservadora!¹¹²

Os liberais não aguardariam dez anos para realizar a reforma da eleição direta. Desde a publicação do artigo de Rui, passaram-se oito anos até que a

¹¹² BARBOSA, Rui. “Eleição Direta”. [*Diário da Bahia*, 10 de janeiro de 1873]. In BARBOSA, Rui. “Eleição Direta”. In *OCRB*. Vol. II. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987, pp. 17-20.

lei da reforma eleitoral, conhecida como lei Saraiva, que adotou a eleição direta, fosse aprovada, em 1881.

De todo modo, desde os seus primeiros escritos no periódico baiano, o jovem jornalista se mostrou um crítico severo na análise da prática parlamentar brasileira, segundo ele, muito desviada dos modelos dos Parlamentos europeus, onde o governo de gabinete era praticado com estrita observância a todas as regras do sistema, daí, o seu bom funcionamento. No país, os mecanismos do regime parlamentar não funcionavam em harmonia com os paradigmas europeus, devido, segundo Rui, à atuação do *poder pessoal* do Imperador no Poder Legislativo.

No primeiro semestre de 1873, Rui dedicou-se a criticar a política do gabinete chefiado pelo visconde do Rio Branco, e a Coroa, por exercer um papel arbitrário nas situações políticas:

Cuidara o Sr. Paranhos lhe seria fácil arrancar duma câmara, feitura sua, e dum senado adrede preparado, uma lei eleitoral sofisma, como lhe foi obter a de emancipação dos escravos; mas não atendeu que num caso tinha por si a opinião do país, defendia grande ideia e uma causa santa; e noutro patrocina uma causa perdida, como é a do sufrágio indireto, que em vez de eleições dignas de um povo livre, produz saturnais [...]. Supondo-se em mar de rosas e propício a monções, pois dispunha do *poder divino*, que já o amparara em ocasiões difíceis, desde que as ondas se encapelam, o palinuro desorienta-se; já não atina com as manobras que o devam salvar e por que rumo se haja de guiar.¹¹³

Em cinco artigos publicados entre maio e junho de 1873, Rui defendeu a monarquia constitucional e o sistema parlamentar contra o ataque dos republicanos. Nesses artigos, ele analisou a prática do regime monárquico segundo os seus modelos clássicos e o processo do parlamentarismo genuíno, no qual o monarca era “uma entidade necessária, útil e respeitável”¹¹⁴, ao contrário do que pensavam e diziam os republicanos naquele momento. Os

¹¹³ BARBOSA, Rui. “Eleição Direta”. [Diário da Bahia, 1 de março de 1873]. In Idem, p. 25.

¹¹⁴ BARBOSA, Rui. “O papel da Coroa no Sistema Parlamentar”. [Diário da Bahia, 16 de maio de 1873]. In Idem, p. 61.

republicanos possuíam no Rio de Janeiro o seu órgão de propaganda: o jornal *A República*. Nesta folha de imprensa da Corte, os republicanos trataram com sarcasmo, de acordo com Rui, o ofício do rei constitucional, assinalado com o título de “rei dos liberais”, que para eles era “um manequim, um idiota, um rei *bobèche*, cujo papel mutila, desonra e avilta a criatura humana”.¹¹⁵ Rui, por um lado, impugnou o sarcasmo como arma política dos republicanos, e por outro, sustentou que nas monarquias representativas o monarca que se mantinha nos limites dos seus poderes constitucionais, “sem ser pessoalmente um poder, é, não um autômato inútil prejudicial, irrisório, como os republicanos querem”.¹¹⁶ Rui apontava como prova de seus argumentos, o papel desempenhado pelo rei Leopoldo I e a rainha Vitória, na Inglaterra. Porém, no Brasil, onde o monarca constitucional não compreendia a sua missão, exercia poderes extraordinários:

Ilustrado, moralizado e patriota como é o Sr. D. Pedro II, e reconhecemos que efetivamente o é, pode contudo não compreender devidamente a missão de rei constitucional, [...] e, sofismando as prerrogativas constitucionais, constituir-se o único responsável pelos destinos do país, governado constitucionalmente na forma e na essência absolutamente, dando-se a hipótese prevista por Burke, quando escreveu que sob todas as formas constitucionais pode a vontade do soberano governar de modo absoluto.¹¹⁷

Ao argumentar a favor da monarquia constitucional, Rui afirmou que o rei constitucional “não governa; não administra: reina”.¹¹⁸ O seu papel, ainda dentro desses limites, não era apenas uma superficialidade. Nesse sentido, se acaso o rei, contra a maioria da Câmara temporária, confiava ou não no ministério, era porque acreditava que a nação, divergente dos seus representantes, também confiava ou já não confiava nele. A possibilidade deste desacordo, que trazia o recurso da dissolução pelo monarca, era essencial no

¹¹⁵ Idem, p. 59.

¹¹⁶ Idem, p. 61.

¹¹⁷ BARBOSA, Rui. “Poder Pessoal: o Regime Parlamentar”. [*Diário da Bahia*, 15 de maio de 1873]. In Idem, p. 57.

¹¹⁸ BARBOSA Rui. “O papel da Coroa no Sistema Parlamentar”. [*Diário da Bahia*, 16 de maio de 1873]. In Idem, p. 59.

governo representativo. Assim, se o rei mantivesse um gabinete condenado pela Câmara, não haveria outro recurso senão recorrer à Coroa, que, mediante a dissolução, recorreria ao corpo eleitoral por intermédio dos novos representantes, que conservaria ou repeliria definitivamente o ministério. Porém, em todos os casos de dissolução, a Coroa nunca poderia atuar sem a intervenção da responsabilidade ministerial, o que significava a supremacia do Parlamento no governo, representante imediato da soberania do povo, de quem são delegados os ministros – referendários do Poder Executivo bem como do Poder Moderador.

No entanto, o poder do Imperador brasileiro, até aquele momento, tinha sido totalmente diverso do poder do rei constitucional na monarquia representativa inglesa, pois no país, quem realmente governava era o monarca: “quando souber-se que o gabinete não faz nada e que o rei fez tudo, o país há de e deve atribuir os seus sofrimentos a quem exercer realmente o governo”.¹¹⁹ Assim, Rui sublinhava que os liberais combatiam o poder pessoal do Imperador.

Rui salientou, porém, que o intuito de denunciar o poder pessoal do Imperador não era provocar a revolução, mas apenas esclarecer o país e a própria Monarquia sobre seus verdadeiros interesses: o ponto de fermentação revolucionária era o instinto de dominação do Imperador, que não media o alcance de sua obstinação em se opor às reformas liberais e reprimir as aspirações nacionais. Rui evocava John Stuart Mill, que, embora condenasse as revoluções, compartilhava o princípio de que a subversão das instituições estabelecidas era a mera consequência da prévia subversão das opiniões estabelecidas, para sentenciar que, naquele momento, ele não poderia deixar de denunciar os abusos da vida política cujo intuito era desviar as contingências revolucionárias iminentes.¹²⁰

¹¹⁹ BARBOSA Rui. “O poder da Coroa e os republicanos”. [*Diário da Bahia*, 21 de maio de 1873]. In Idem, p. 68.

¹²⁰ Cf. BARBOSA Rui. “O papel da Coroa e o Partido Liberal”. [*Diário da Bahia*, 17 de maio de 1873]. In Idem, pp. 64-65.

Desse modo, para Rui, o próprio Partido Republicano devia a sua existência ao “governo pessoal ostentado escandalosamente pela Coroa”.¹²¹ O jornalista denunciava, assim, que era o próprio Imperador que, não sabendo resistir à tentação do poder pessoal, cada vez mais acentuava a demolição das instituições parlamentares e preparava a ascensão da república. Porém, se o monarca “quisesse ser rei à inglesa, a realização das aspirações republicanas viriam a ficar espaçadas para um futuro remotíssimo”.¹²²

Portanto, o papel de rei constitucional atribuído a D. Pedro II - estigmatizado pelo Partido Republicano - era fruto do aviltamento cometido pelo próprio Imperador às instituições parlamentares. A inversão de papéis na monarquia parlamentar do país devido à influência pessoal do monarca no governo, sob as aparências do sistema representativo, poderia levar “o povo brasileiro adotar tarde ou cedo, o sistema republicano”. E Rui não poupou críticas a D. Pedro II, como sendo o verdadeiro fator de uma possível revolução republicana: “dir-se-á porventura então que o rei deste país, pelo muito amor que tinha ao sistema republicano, fez-se absoluto por desinteresse, para, provocando a reação popular, conseguir a vitória da república sobre a monarquia representativa”.¹²³

Assim, de acordo com o jornalista baiano, o Partido Liberal, antes mesmo de chegar ao poder, tinha que combater o “mais perigoso inimigo”¹²⁴: o Partido Republicano, que intencionava arriscar a estabilidade do país propondo a mudança de suas instituições, ao invés de empenhar esforços em melhorar as já existentes. Por sua vez, o Partido Liberal, apesar de mirar o futuro, não se desprendia do passado e se propunha a reformar e não a demolir as instituições monárquicas. O jornalista baiano, adepto das instituições monárquicas representativas da Monarquia constitucional, emprestava a sua voz para definir a opinião do Partido Liberal:

¹²¹ BARBOSA Rui. “O poder da Coroa e os republicanos”. [*Diário da Bahia*, 21 de maio de 1873]. In Idem, p.71.

¹²² Idem, p. 71.

¹²³ Idem, p. 71.

¹²⁴ BARBOSA Rui. “O Partido Liberal e os republicanos”. [*Diário da Bahia*, 27 de junho de 1873]. In Idem, p. 87.

Mirando a realização no Brasil de um governo liberal, de um governo que verifique a influência real do país em seu destino e felicidade, sendo seu norte a opinião nacional; somos monarquistas, porque nos parece que ainda o é a nação, e em ninguém reconhecemos o direito de querer felicitá-la malgrado dela.¹²⁵

Dessa forma, ainda que o Partido Liberal realizasse, através de seus órgãos de imprensa, como o *Diário da Bahia*, severa crítica ao poder pessoal da Coroa, Rui procurou definir os limites e assentar os marcos que separavam os liberais do campo republicano:

Não somos republicanos, porque nos convencemos de que o Brasil pode ser grande, livre e feliz sem precisar de mudar sua forma de governo, uma vez que haja governo da nação pela nação; este o nosso ideal, que digamos, ainda uma vez, não é incompatível com a monarquia como a pode comportar o desenvolvimento atual da democracia.¹²⁶

Para Rui, se a Monarquia era compatível com o desenvolvimento da democracia, a questão passava a ser outra: a sua própria concepção de democracia. A concepção de democracia liberal de Rui guiou a sua crítica em relação ao sistema eleitoral do Império e delineou, com mais detalhes, o seu projeto político de reformas político-institucionais.

3.2. A campanha de Rui Barbosa pela eleição direta

A eleição direta foi o assunto político que mais preocupou o jovem redator do *Diário da Bahia*. O sistema eleitoral vigente à época determinava que os deputados e senadores fossem eleitos por intermediários: os *votantes* reuniam-se primeiro nas eleições paroquiais para escolher, a descoberto, os *eleitores*, que elegiam os deputados e, em lista tríplice, para cada vaga, escolhiam os nomes para o Senado.

¹²⁵ Idem, p. 89.

¹²⁶ Idem, pp. 89-90.

Já em um dos primeiros artigos de Rui no *Diário da Bahia*, em 6 de setembro de 1872, ele defendeu a ideia central de que a eleição, nos países de governo constitucional representativo, era o ato mais importante, pois durante a consulta das urnas se afirmava diretamente a vontade do povo. Porém, se a vontade popular não se exprimisse nas urnas, toda a direção regular do Estado estava corrompida e girava fora das normas constitucionais: a representação nacional era nula, os Poderes Legislativo e Executivo eram incompetentes para cumprir suas tarefas, o próprio Imperador, cercado de instituições imprestáveis, tornava-se vítima, como o povo, do estado pervertido das coisas. Era nessa situação que se encontrava o país, segundo Rui, uma vez que “falseada que seja a eleição, falseado está igualmente todo o sistema pelo vício de sua origem”.¹²⁷ Para o jornalista, a vida dos governos livres podia ser captada pela história da liberdade eleitoral. Todavia, no Brasil, a fraude, a violência e o desprezo popular eram as características do sistema eleitoral.

Para Rui, a eleição direta era a solução para corrigir o sistema eleitoral corrompido. “Só os interessados e os cegos” - vaticinou no seu artigo de 21 de dezembro de 1872 - “não vêem que o sistema atual - repulsiva consagração do sofisma, da mentira e da fraude - está produzindo o desconceito e a desmoralização do sistema representativo”.¹²⁸ Na sua maneira de ver o

¹²⁷ BARBOSA, Rui. “Eleição Direta”. In *OCRB*. Vol. II. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Fundação Casa de Rui Barbosa: 1987, p. 3.

¹²⁸ BARBOSA Rui. “Eleição Direta”. [*Diário da Bahia*, 21 de dezembro de 1872]. In *Idem*, p. 8. No mesmo ano de estreia de Rui como jornalista do *Diário da Bahia*, Francisco Belisário Soares de Souza publicava o seu livro intitulado *O sistema eleitoral no Império*. “Não há no Brasil um só homem” - escrevia o autor - “por menos que reflita sobre as coisas públicas que desconheça os defeitos gravíssimos do nosso sistema de eleições, e não aspire ver mudado um estado de coisas, cuja perniciosa influência sobre nossas instituições é manifesta”. Mais adiante, em relação à figura do eleitor escolhido de 4 em 4 anos, nas eleições primárias, sentenciava: “O eleitor, entidade transitória, dependente da massa ignorante que o elege com o auxílio das autoridades, do dinheiro, da fraude, da ameaça, da intimidação, da violência, não tem força própria para resistir a qualquer dos elementos a que deve seu poder passageiro, cuja instabilidade é ele o primeiro a reconhecer”. SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 19. De acordo com Richard Graham, as opiniões de Belisário não aludiam apenas à população das zonas rurais, mas aos votantes das eleições no Rio de Janeiro, “o operário nômade que trabalha hoje aqui e amanhã acolá, o servente de repartição pública, [...] o mascate”. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, pp. 247-249. Maria Odila L. da Silva destaca que Belisário fazia referência aos grupos que compunham uma camada baixa urbana, constituídos pelos libertos e trabalhadores livres que ganhavam importância na Corte como votantes. A transitoriedade, ou o “nomadismo”, mencionado por Belisário demonstrava a

problema, não haveria meio-termo, a origem do mau funcionamento das instituições políticas imperiais era o sistema eleitoral: “se já não acreditais que a eleição direta, a escolha dos representantes da nação pelos únicos habilitados a fazê-la com independência e consciência, possa remir as instituições de sua decadência, então confessai: tudo está perdido; depois do que temos, só o dilúvio!”¹²⁹

Notemos, porém, que Rui se refere à necessidade geral da reforma eleitoral para a regeneração do sistema representativo e, conseqüentemente, a do próprio país. Seria somente mediante eleições livres e conscienciosas que haveria verdadeira representação popular e, por conseguinte, bom governo. O remédio para sanar as instituições imperiais foi prescrito nas páginas do *Diário da Bahia*: “eleição direta e censitária à enfermidade que desorganiza as instituições”.¹³⁰ Rui enfatizou que não se tratava mais de apresentar paliativos para o mal que assolava o sistema eleitoral e, desse modo, também o país, uma vez que era preciso combatê-lo com o voto direto, mas “determinado por um censo capaz de assegurar independência e discernimento na escolha”.¹³¹ A concepção liberal democrática de Rui era, assim, definida pela ideia da necessidade de censo que deveria restringir a participação popular nas eleições.

Desse modo, Rui defendeu nos seus artigos no *Diário da Bahia*, por um lado, a eleição direta como fórmula para a renovação política, mediante a remoção dos elementos que ele julgava responsáveis por garantir a influência do governo nas eleições e que ocasionavam a desorganização das instituições políticas. Por outro lado, Rui exprimiu que só deveriam ter acesso ao sufrágio aqueles indivíduos que trouxessem em si qualidades para estar à frente da

própria situação de sobrevivência do trabalhador livre e temporário nas construções e nos transportes, ou em alguns empregos na alfândega, na marinha, na tipografia do governo, que compunham uma parte da massa de votantes da Corte. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Sociabilidades sem história: votantes pobres na corte (1824-1881)”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998, pp. 63-70.

¹²⁹ BARBOSA Rui. “Eleição Direta”. [*Diário da Bahia*, 12 de dezembro de 1872]. In *OCRB*. Vol. II. Tomo II, p. 8.

¹³⁰ *Idem*, p. 8.

¹³¹ *Idem*, p. 9.

sociedade, ou seja, o valor do indivíduo, expresso na “independência e discernimento”, condições para a participação política. Nessa linha de ideias, a valorização do indivíduo autônomo e consciente era decorrência da interpretação liberal de Rui a respeito da formação e liberdade dos indivíduos. Tal concepção, centrada nas ações dos próprios indivíduos como agentes responsáveis pela formação da sua esfera privada e pela constituição de seus recursos pessoais, os conduziriam à condição de proprietários e, como consequência, à liberdade. A instrução era o corolário defendido por Rui como condição fundamental à concessão do direito político e como meio para alcançar a liberdade de pensamento, ao lado da liberdade de ações individuais que a posse de bens proporcionaria.¹³²

Rui afirmou em diversas ocasiões que a essência de um bom governo era a participação popular, e a finalidade de um governo representativo era fazer transparecer as necessidades e interesses de todas as classes da nação. No entanto, embora mencionasse que “todas as classes sentem que é preciso que se governe a nação pela escolha de seus representantes”, o liberal baiano restringiu todas as classes da nação a determinados grupos que sentiam a necessidade da verdade nas urnas eleitorais:

Sente o agricultor, o industrial, o comerciante, o capitalista, o proprietário, o artista, o letrado, todas as classes enfim, privadas de intervir na escolha dos representantes da nação, que seus interesses correm à revelia perante o governo do país.¹³³

Desse modo, ao afirmar que a reforma do sistema eleitoral era do interesse popular, Rui se referiu apenas aos grupos sociais instruídos e independentes financeiramente. Em seu modo de ver, grupos em que “se retempera fiel e regularmente nas águas lustrais da opinião, por meio do voto

¹³² Nesse sentido, Rui se aproxima das concepções do pensador Inglês, John Stuart Mill, defensor do governo representativo parlamentar e da soberania popular, condicionada aos requisitos capacitários para a obtenção dos direitos políticos. A forma como Rui se apropriou do pensamento de Stuart Mill será mais bem desenvolvida nos dois capítulos seguintes.

¹³³ BARBOSA, Rui. “Eleição Direta”. [*Diário da Bahia*, 22 de dezembro de 1872]. In *OCRB*. Vol. II. Tomo II, p. 14.

sincera e conscienciosamente manifestado”¹³⁴, e por esse motivo, os únicos habilitados ao exercício do voto direto, compreendido por ele como o voto consciente e desobrigado.

As eleições imperiais foram descritas pelo jovem liberal como um mercado de votos, onde predominava a violência, as “vozerias, murros, cacetadas, punhaladas e tiros, de igrejas vazias, ou de duplicatas”.¹³⁵ Porém, Rui sublinhou a desmoralização do sistema representativo destacando, contudo, que isso provinha da participação das camadas mais pobres da população, e tal situação só seria modificada com a eleição direta que as afastaria do processo eleitoral:

O que queremos, o que quer a eleição direta é que se exclua o capanga, o cacetista, o biju, o xenxém, o bem-te-vi, o morte-certa, o cá-te-espero, o mendigo, o fósforo, o analfabeto, o escravo, todos esses produtos da larga miséria social para abrir margem ao patriotismo, à ilustração, à independência, à fortuna, à experiência. A eleição indireta é a eleição da incapacidade; a eleição direta é a eleição do mérito.¹³⁶

Como podemos notar pela citação, Rui responsabilizou os indivíduos pertencentes às camadas mais desfavorecidas da população pela desmoralização e corrupção do sistema eleitoral. Suas considerações sobre a incapacidade do povo como agente consciente no processo eleitoral era um ponto comum no repertório de ideias da época.¹³⁷ Assim, ao defender a reforma eleitoral da eleição direta, Rui advogou a inclusão da parcela da

¹³⁴ Idem, p. 15.

¹³⁵ BARBOSA, Rui. “Eleição direta”. [*Diário da Bahia*, 21 de dezembro de 1872]. In Idem, p. 9.

¹³⁶ BARBOSA, Rui. “Eleição Direta”. [*Diário da Bahia*, 4 de abril de 1873]. In Idem, p. 40.

¹³⁷ Nesse contexto, Francisco Belisário S. de Souza assim se referiu às condições e garantias do exercício do voto, em 1872: “O exercício do voto exige duas condições imprescindíveis para fazer presumir certa capacidade em quem as preenche. A primeira é uma tal ou qual instrução. Conferir o voto ao indivíduo que nem ao menos sabe ler e escrever parece zombaria e um contrasenso. [...] Esta condição [educação] é reputada cardeal em alguns estados da União americana para o exercício do voto. [...] Para J. S. Mill, escritor radical da Inglaterra, é esta uma das primeiras restrições ao sufrágio universal. Ele entende razoável, e espera que virá a época da realização, que os cidadãos, gozando de certo grau de instrução, tenham maior número de votos do que aqueles privados desta capacidade. [...] Outra condição indispensável deve ser o pagamento de um imposto direto”. SOUZA, Francisco Belisário S. de. *Op. cit.*, p. 111.

população proveniente das camadas intermediárias urbanas, ao passo que as camadas mais pobres, principalmente a população rural, no papel de votante, foi identificada por ele como a base que servia para a sustentação dos vícios do sistema representativo, e, portanto, precisava ser excluída da participação eleitoral.

De acordo com Rui, o povo ou a massa de *votantes* escolhia os eleitores pela eleição indireta porque era incapaz de escolher os deputados. De tal modo, para ele, a eleição direta não excluiria o direito de voto do povo, uma vez que o *votante* não exercia o voto real, seu voto não tinha significado. Para contestar aqueles que diziam que a eleição direta privaria boa parte da nação da prerrogativa do voto, e que, portanto, era uma ideia conservadora e não liberal, Rui desafiou os seus contemporâneos: “não quereis os votos concentrados nas mãos das classes elevadas? [...] Se não é para o povo as escolhas, por que não recebeis diretamente o seu voto e proclamais o sufrágio universal”?¹³⁸ Rui provocava com uma pergunta retórica os críticos da eleição direta porque sabia que o sufrágio universal estava longe de ser concedido pela elite política brasileira. Podemos ler nas entrelinhas do artigo que colocar indiscriminadamente o voto nas mãos do povo se tornaria um instrumento para os grupos locais fortalecer o poder no governo - algo que não agradava nem à fileira dos conservadores, nem à dos liberais.

Além disso, precisamos ter claro o fato de que Rui defendia o direito à participação política dos leitores dos seus artigos. Para o jovem jornalista, que defendia as bandeiras de reformas político-institucionais do Partido Liberal, esses leitores urbanos faziam parte do segmento desejável da sociedade, isto é, eram cidadãos proprietários e instruídos, dessa forma, independentes da opinião dos mandantes rurais, e, portanto, considerados capacitados para desenvolverem ideias e posições políticas próprias.

Ao expor as suas ideias sobre a reforma eleitoral no *Diário da Bahia*, o jovem Rui nos deixou elementos que permitem afirmar que, para ele, a participação no sistema representativo, fosse como eleitor, ou como eleito, não deveria ser compreendida como um direito político próprio à natureza do povo

¹³⁸ BARBOSA, Rui. “Eleição Direta”. [*Diário da Bahia*. 4 de abril de 1873]. In BARBOSA, Rui. OCRB. Vol. II. Tomo II, p. 39.

soberano da nação. O direito político deveria ser concedido apenas àqueles que comprovassem capacidade para o exercício da soberania popular.

O tema da reforma eleitoral esteve presente também no discurso que Rui pronunciou na Assembleia Popular, em 2 de agosto de 1874, no Teatro São João, na capital da Bahia, em favor da eleição direta, quando se manifestou sobre o assunto, a convite do Partido Liberal. Posteriormente, o discurso foi publicado no *Diário da Bahia*, em 12 de agosto de 1874. Embora se tratasse de um iniciante no partido, as principais ideias políticas de Rui a respeito da eleição direta e do sufrágio já se encontram bem delineadas nesse discurso.

Rui iniciou sua fala afirmando que a eleição direta era a única esperança do Partido Liberal e de toda a nação para o restabelecimento da legitimidade do regime político imperial, uma vez que “a primeira condição do sistema representativo é que o parlamento seja independente; e nós somos governados por um Parlamento cada vez mais servil”.¹³⁹ O Poder Legislativo estava aviltado, pois tinha abandonado a sua função de fiscalização dos atos do governo, que havia criado impostos que feriam a propriedade sagrada dos indivíduos, e sancionado o orçamento sem discutir as suas despesas e créditos extraordinários. Por sua parte, a magistratura também tinha se tornado excessivamente dependente do governo. A Coroa, que controlava com a sua burocracia toda a administração do país havia asfixiado a importância política dos municípios. Assim, Rui atribuía à Coroa toda a responsabilidade dessa situação, que “depois de ter, mediante uma série de ofensas profundas e tenazes contra todas as liberdades populares, destruído perseverantemente até ao derradeiro extremo o nosso regime constitucional”.¹⁴⁰ Desse modo, para Rui, a única solução para recuperar a legitimidade do sistema representativo parlamentar era a adoção da eleição direta. Essa seria a condição necessária para restaurar as funções liberais tradicionais do Parlamento, prejudicadas pela atuação do Poder Moderador, poder incompatível, segundo Rui, com a monarquia constitucional.

¹³⁹ BARBOSA, Rui. “Eleição Direta”. In Idem, p. 244.

¹⁴⁰ Idem, p. 245.

Um dos motivos da complacência do povo com a lei do serviço militar por sorteio, com a reforma da lei dos nascituros (Lei do Ventre Livre) e com a imobilidade de verdadeiras reformas liberais, era, para Rui, o fato de que “infelizmente todo o povo entre nós não sabe ler”.¹⁴¹ Nessa linha de ideias, uma das explicações da existência do poder pessoal do Imperador e da condescendência com reformas “indignas”, era a incapacidade de discernimento político do povo: não saber ler implicava não saber reivindicar os seus direitos. O absolutismo da Coroa existia devido à incapacidade do povo de ler, portanto, um sistema representativo legítimo exigia do cidadão o conhecimento das letras, condição, para Rui, indispensável à cidadania.

Porém, naquele momento, enquanto a maioria da população não sabia ler, a única possibilidade de salvação do país, segundo Rui, era a reforma eleitoral. A eleição indireta deveria ser suprimida. De acordo com o orador baiano, a eleição de um eleitor especial, pelas primárias, para a composição do futuro colégio eleitoral, o qual na verdade escolhia os deputados, tinha “por base o pressuposto de que o povo é incapaz de escolher acertadamente os deputados”.¹⁴² Para Rui, se era o povo quem realmente escolhia os deputados, os “intermediários inúteis”¹⁴³ deveriam ser suprimidos.

A eleição direta trazia uma questão política que antecedia a sua própria adoção, pois necessariamente ela presumia a existência de eleitores capacitados para se manifestar “racionalmente” sobre os problemas do país. Em outros termos, como não existiam esses eleitores capacitados era necessário formar um corpo eleitoral apto ao exercício das altas funções da soberania popular. Daí o problema político que advinha com a eleição direta: era praticamente impossível encontrar esse eleitor que detivesse o saber e também a renda exigida, uma vez que o acesso à instrução pressupunha que o indivíduo desfrutasse de boa condição econômica. Num país majoritariamente composto de analfabetos e não-proprietários, satisfazer essas condições era extremamente difícil. A eleição direta, com a adoção dos requisitos capacitários, diminuiria o número de eleitores, proporcionando a existência de

¹⁴¹ Idem, p. 247.

¹⁴² Idem, p. 249.

¹⁴³ Idem, p. 250.

uma elite política composta de letrados e proprietários. No entanto, para Rui, a possibilidade de redução do eleitorado, em virtude dos requisitos de capacidade exigidos para a implantação do sufrágio direto, não era um problema, mas a garantia da expressão direta da vontade dos cidadãos nas eleições para os representantes políticos:

Ides nomear eleitores, isto é, procuradores com procurações em branco, isto é, procuradores de si mesmos, procuradores sem responsabilidade, que ficam mais perto do poder que do povo, que se convertem quase sempre em órgãos do poder, que quase nunca servem de órgãos ao povo.¹⁴⁴

Na perspectiva de Rui, na eleição indireta somente exerceriam efetivamente o direito de voto os eleitores de segundo grau. Isso, de seu ponto de vista, não alterava a situação dos eleitores de primeiro grau, uma vez que eles não tinham nenhuma garantia de que o seu representante votaria conforme lhes havia prometido.

A argumentação de Rui é questionável. Com efeito, por um lado, no sistema de eleição indireta, votavam para deputados somente os eleitores de segundo grau. Por outro, o sufrágio direto, devido às exigências de capacidade, não aumentava “avultadamente” o número dos que efetivamente iriam escolher seus representantes. Mantidas as mesmas exigências da Constituição, apenas continuariam tendo direito ao voto aqueles que já eram eleitores e todos os *votantes* seriam eliminados da participação do processo político. Mas para que os legisladores, pela diminuição da quantidade de votos populares, não fossem prejudicados em sua representatividade, segundo o jovem jornalista do Partido Liberal, a solução consistiria em permitir o direito de voto para deputados “a todos aqueles a quem a Constituição franqueia ingresso nas assembleias paroquiais. Não será o partido Liberal que o rejeite, quando os retrógrados o quiserem”.¹⁴⁵ Contudo, como veremos no próximo capítulo, justamente esse ponto seria combatido de forma entusiástica por Rui, já deputado geral pelo Partido Liberal, na discussão da reforma eleitoral do projeto Sinimbu, em 1879.

¹⁴⁴ Idem, p. 251.

¹⁴⁵ Idem, pp. 251-252.

Nesta ocasião, ao contrário do que escreveu neste artigo, Rui defendeu o censo mínimo para os *eleitores* e a exclusão do direito de voto dos analfabetos, prerrogativa para o exercício dos direitos políticos que a Constituição de 1824 não previa nos seus artigos.

A eleição direta, ao eliminar os *votantes*, era vista como o “filtro” eficiente que separava as impurezas entre o povo e o governo. Rui também não admitia o argumento contrário à eleição direta, que postulava a distância entre o representante e o representado, como forma de evitar que o deputado sofresse a pressão contínua do eleitor. Para ele, o “espírito” da lei constitucional previa “essa dependência íntima e quotidiana do representante para com o representado”¹⁴⁶, porque o fundamento do direito político não era a soberania do Parlamento, mas a soberania da nação. O orador baiano salientou também que um dos problemas mais graves das eleições imperiais era a fraude nos escrutínios, pois os eleitores “efêmeros” eram tanto “mais ávidos de transações reprovadas, quanto o direito que exercem é uma ocasião rápida de lucro sem responsabilidade”.¹⁴⁷ Por esse raciocínio, a eleição direta acabaria com as fraudes, uma vez que o voto seria uma espécie de “propriedade” dos eleitores permanentes que, mediante a sua independência, o converteria em um contrato, circunscrito à ação do poder, entre o Estado e a nação.

Rui entendia que, apesar da Coroa se recusar a efetuar a reforma da eleição direta por meio de legislação ordinária, naquele momento, isto deveria ser admitido, pois o que importava nesta questão eram os fins, e não os meios para se alcançar a reforma. Nesse sentido, ele sentenciava que a Constituição não poderia ser um impedimento à liberdade nem à soberania nacional, e afirmava que, se as instituições constitucionais do Império não admitissem alterações, isso equivaleria “a dizer que a Monarquia não pode subsistir com as reformas populares. E quando o país se convencer de que o Trono é obstáculo ao governo do povo pelo povo, o país deverá remover o obstáculo”.¹⁴⁸ Após ter apontado o trono como o maior obstáculo à reforma eleitoral, devido à sua incompatibilidade com as reformas, Rui retomou a tradição do movimento

¹⁴⁶ Idem, p. 252.

¹⁴⁷ Idem, p. 252.

¹⁴⁸ Idem, pp. 253-254.

liberal no Brasil, apontando suas conquistas e derrotas. As derrotas dos liberais, segundo seu ponto de vista, decorriam do poder pessoal do Imperador.

Depois de longa digressão sobre a tradição e as lutas liberais no país, Rui alegou que os sete anos que separavam a queda do Gabinete Zacarias daquele momento tornavam impossível que se aceitasse a continuidade dos desmandos da Coroa, muito menos os quarenta anos de opressão e tirania aos quais os liberais estavam submetidos. Evocando a tradição liberal, o orador enfatizou:

O Trono de Vossa Majestade assenta sobre uma potência misteriosa, adormecida há longo tempo, mas não morta, a revolução; para convertê-la em agente fertilizador nós proporcionamos os meios à monarquia; mas o segredo de dominá-la e de evocá-la é patrimônio que nos transmitiram nossos maiores, [...] que não repudiaremos nunca. [...] A Coroa não faria, portanto, nenhum mal a seus interesses reais, se ouvisse esse murmúrio significativo; porque como dizia em 1857 o maior estadista contemporâneo, Cavour, na Câmara italiana, 'os anais de todos os tempos, mormente os da idade moderna e os deste século, demonstram que os grandes acontecimentos sucedem sempre imprevistos, demonstram a verdade deste dito - que a história é uma grande improvisadora'.¹⁴⁹

Este discurso e os demais artigos do *Diário da Bahia* expressam a origem das ideias de Rui Barbosa sobre o sufrágio e a democracia. Segundo seu ponto de vista, a política, até então palco das paixões e do imprevisto, precisava passar a ser uma atividade racional. A soberania popular deveria ser sustentada pela soberania da razão, condição para a existência da democracia, que exigia capacidades para o exercício de votar e ser votado. O direito do voto, concedido apenas ao eleitor esclarecido, proprietário, e independente, integrante dos substratos médios urbanos, era também uma condição para que as eleições não fossem fraudadas. Como veremos adiante, segundo Rui, a extensão da cidadania ao restante da população deveria ser efetuada gradualmente, por meio do encaminhamento posterior de um projeto de reforma da instrução pública.

¹⁴⁹ Idem, p. 264.

Nesse sentido, precisamos sublinhar que a argumentação do jovem baiano, foi sendo construída a partir do pressuposto de que a população necessitava orientar-se por meio da razão e do esclarecimento para dispor do direito de votar, e as concessões democráticas deveriam ser sempre graduais.¹⁵⁰ Rui, desde os seus primeiros discursos e escritos, acolheu o pensamento britânico fundado, como postulava o utilitarismo, num avanço progressivo, mas lento, em direção à concessão mais ampla do direito ao sufrágio. A concepção liberal democrática expressa por Rui era, todavia, muito restritiva, demasiadamente preocupada com a racionalidade da prática do sufrágio, e desse modo, muito próxima, na época, aos interesses das classes detentoras das capacidades exigidas para se ter o direito à cidadania e à liberdade política. Embora Rui postulasse que a soberania pertencesse à nação, o exercício da soberania pertencia à razão: respondido o requisito capacitário, a nação inteira poderia legitimamente exercer a soberania. Na perspectiva de Rui, a democracia era uma técnica e deveria ser aperfeiçoada pela elaboração de um sistema eleitoral que afastasse a irracionalidade da política, isto é, alijasse do exercício da soberania ativa popular os indivíduos que, impossibilitados de atender aos requisitos capacitários para a obtenção dos direitos políticos, pusessem em risco a legitimidade do sistema representativo.

Na discussão sobre o sufrágio, Rui não chegou a demonstrar uma preocupação efetiva com a ampliação da participação popular no seu projeto político liberal democrático. Em seus discursos e escritos sobre a necessidade da reforma eleitoral, o jovem liberal baiano tampouco chegou a esposar a ideia de ampliar a concessão da cidadania. Ao contrário, ele admitiu que as fraudes nas eleições imperiais decorriam antes de tudo da participação de indivíduos destituídos de propriedade, analfabetos e dependentes, uma massa inerte, explorada pela violência, que causava “a corrupção e a degradação moral, que dos homens filtram-se para as instituições”.¹⁵¹

Em janeiro de 1878 encerrou-se o ostracismo de quase dez anos do Partido Liberal - Sinimbu fora chamado pelo Imperador para constituir um

¹⁵⁰ Cf. ROCHA, Leonel Severo da. *A democracia em Rui Barbosa*, p. 52.

¹⁵¹ BARBOSA, Rui. “Eleição direta”. [*Diário da Bahia*. 1 de março de 1873]. In Idem, p. 26.

ministério e realizar a reforma da eleição direta. Com o apoio de Souza Dantas, Rui conseguiu eleger-se deputado provincial, em janeiro de 1878, mas ficou pouco tempo na Assembleia Legislativa da Bahia, pois em setembro foi eleito deputado-geral.

No próximo capítulo acompanharemos o debate sobre a reforma eleitoral entre os liberais no Parlamento. Ao acompanharmos essa discussão, buscamos analisar as ideias de Rui a respeito do sufrágio e a sua concepção de democracia.

Capítulo III

Reforma eleitoral

No princípio de 1878, apareceu-lhe o editor. [...]

- Mas a primeira polca há de ser já, explicou o editor. É urgente. Viu a carta do Imperador ao Caxias? Os liberais foram chamados ao poder; vão fazer a reforma eleitoral. A polca há de chamar-se: Bravos à Eleição Direta! Não é política; é um bom título de ocasião. [...]

- Olhe, disse o Pestana, como é provável que eu morra por esses dias, faça-lhe logo duas polcas; a outra servirá para quando subirem os liberais.

Machado de Assis, “Um homem célebre”.

A chamada do Partido Liberal ao poder - após dez anos de ostracismo - ocorreu durante o recesso parlamentar de 1877, quando João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu foi chamado ao paço de São Cristóvão para receber a missão de organizar um novo gabinete. Aparentemente soando como algo inesperado, o senador Nabuco de Araújo, em carta a Manuel Pinto de Souza Dantas, já lhe revelava a novidade: a mudança, para logo mais, de governo do país, com a ascensão dos liberais: “Uma nova situação política está próxima. O ministério é um cadáver que o Caxias, com todas as suas glórias e importância que exerce no ânimo do Imperador, não poderá organizar. O ministério só vive pelo nome de Caxias. Está próxima a nova situação”.¹ De fato, no dia primeiro de janeiro de 1878, Sinimbu foi encarregado de organizar o novo gabinete.

¹ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, v. 3, p. 541. O ministério demissionário era chefiado pelo Duque de Caxias, cujo pedido de exoneração, por motivo de doença, estava pendente de despacho do Imperador.

Mesmo depois de todas as críticas elaboradas pelo Partido Liberal enquanto esteve na oposição, D. Pedro II repetiu o gesto de 1868. Naquela ocasião, ele substituiu o gabinete de Zacarias de Góis por um gabinete conservador perante uma Câmara majoritariamente liberal; agora, não obstante o Partido Conservador ser o majoritário na Câmara, o Imperador nomeou um gabinete liberal para assumir o ministério.

Com os liberais de volta ao poder, os jovens bacharéis alinhados a esse partido, como Rui Barbosa, puderam ingressar na carreira política. Prova disso é que ele conseguiu se eleger deputado provincial, pela Bahia, em janeiro de 1878. Em abril desse mesmo ano, Rui assumiu seu assento na assembleia baiana. Contudo, permaneceu nesse cargo por apenas alguns meses, já que em setembro foi eleito deputado-geral.

Neste capítulo analisaremos as ideias e a ação política de Rui Barbosa em torno da temática da reforma eleitoral no Império durante o seu primeiro mandato de deputado. Nossa atenção volta-se, então, para os discursos de Rui Barbosa produzidos no período dos ministérios liberais, entre os anos de 1879 a 1881, presididos por Sinimbu e Saraiva, a quem D. Pedro II confiou a tarefa de reformar o sistema eleitoral e implementar a eleição direta.

1. Uma nação de analfabetos: o impasse para a legitimidade da representação política

[...] publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler. [...]

- As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”; mas - “consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%”. A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: “Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...” dirá uma coisa extremamente sensata.

Machado de Assis. Crônica publicada em 15 de agosto de 1876.

A divulgação, em agosto de 1876, dos resultados finais do censo realizado em 1872 foi um dos acontecimentos mais significativos para o mundo político daquele ano: o censo informava, entre outros dados, que a grande maioria da população brasileira era analfabeta.² De maneira ampla, saber ler e escrever, na opinião corrente das décadas de 1870-80, era condição desejável para o exercício das virtudes cívicas. Se, à primeira vista a questão do analfabetismo que assolava o país parece deslocada em relação ao tema da reforma eleitoral, na verdade, essa questão impactaria sobremodo os debates parlamentares que se seguiriam à apresentação do projeto da reforma enviado por Sinimbu à Câmara, em 1879. A questão do analfabetismo também se tornou uma temática central nos discursos que Rui Barbosa proferiu em defesa dos projetos de reforma eleitoral apresentados por Sinimbu, e posteriormente, por Saraiva.

O analfabetismo da população brasileira era um problema que desagradava o Imperador há vários anos. Para D. Pedro II, ele constituía um sério obstáculo ao bom funcionamento do sistema representativo parlamentar e trazia dificuldades para a implementação de eleições diretas no Brasil. Disso dá testemunho o próprio Imperador, em carta dirigida à princesa Regente, já no ano de 1871:

O sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. [...] Instam alguns pelas diretas, com maior ou menor franqueza; porém nada há mais grave do que uma reforma constitucional, sem a qual não se

² De acordo com o censo de 1872, havia no Brasil 9.930.478 de habitantes. Destes, eram livres, 8.419.672, e escravos, 1.510.806. Da população livre recenseada, deduzidos os menores em idade escolar, o número de habitantes que sabia ler e escrever era de 1.563.078, enquanto 6.856.594 habitantes do país eram analfabetos. No município da Corte, pouco mais da metade da população livre sabia ler e escrever, ou seja, 50,16% dos habitantes. Nas províncias de Alagoas, Amazonas, Ceará, Paraíba e Minas Gerais, a porcentagem dos habitantes que tinha instrução não ultrapassava os 18%. O interessante é que o próprio censo trazia estampado o grau de comparação com o Brasil: “Se de algum consolo pode servir esta consideração, notarei que nenhuma província do Brasil está, quanto ao grau de ignorância, no estado em que se achava em 1862 o antigo reino de Nápoles”. Diretoria Geral de Estatística do Império. *Relatório e Trabalhos Estatísticos*. Apresentados ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia, em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro: Tipografia de Hypolito José Pinto, 1877, p. 20.

poderá fazer essa mudança do sistema das eleições, embora conservem os eleitores indiretos a par dos diretos. Nada há contudo imutável entre os homens, e a Constituição previu sabiamente a possibilidade de reforma de algumas de suas disposições. Além disto sem bastante educação popular não haverá eleições com todos, e sobretudo o imperador, primeiro representante da Nação, e, por isso, primeiro interessado em que ela seja legitimamente representada, devemos querer, e não convém arriscar uma reforma, para assim dizer, definitiva, como a das eleições diretas, à influência tão deletéria da falta de suficiente educação popular.³

Assim, o Imperador, em 1877, parecia disposto a chamar ao governo os liberais a fim de que realizassem a reforma eleitoral como bem a entendessem, desde que constasse no projeto de reforma as suas duas condições: a reforma da eleição direta deveria ser feita através de reforma da Constituição; e a exigência da renda aos votantes e eleitores, assim como o requisito de saberem estes ler e escrever.

No contexto da discussão da reforma eleitoral, as eleições para as funções legislativas eram feitas de modo indireto, em dois turnos. No primeiro, a população livre, cumprindo exigências estabelecidas na Constituição de 1824, tinha o direito de votar nas eleições primárias ou paroquiais, nas quais eram escolhidos os eleitores ou elegíveis, os quais, por sua vez, no segundo turno, adquiriam o direito de eleger os representantes provinciais e nacionais. Nesse sistema, a maior parte da população estava excluída da participação na escolha de seus representantes políticos: eram votantes, mas não eleitores.

³ “Carta de D. Pedro II à Regente Isabel”, pp. 817-818. Disponível: <http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/conselhos/downloads/pedro.pdf>. Nos conselhos que deixou à princesa Regente, em carta datada de 25 de março de 1876, ao partir para sua segunda viagem ao exterior, D. Pedro II exprimiu mais uma vez que desejava ver realizada a reforma eleitoral e explicitou que não importaria mais obstáculos à adoção das eleições diretas, com ou sem reforma da Constituição, se o ministério liberal que, eventualmente fosse chamado, incluísse no seu programa essas propostas: “Entendo que a reforma da eleição direta é constitucional; porém os liberais a fariam como o entendessem, reservando eu minha opinião sobre o modo de realizá-la; por meio da lei de reforma constitucional, e lembrando de todos os que tivessem uma renda, entre as exigidas atualmente para votante e eleitor, e que soubessem ler e escrever. Sem educação generalizada nunca haverá boas eleições; portanto, é preciso atender, o mais possível, a essa importantíssima consideração”. “Carta de D. Pedro II à Regente Isabel”, p. 813. Disponível: <http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/conselhos/downloads/pedro.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

Conforme vimos nos trechos das cartas acima, segundo o Imperador, a sociedade brasileira ainda não estava preparada para uma reforma dessa natureza. Como observou Sérgio Buarque de Holanda, D. Pedro II afirmava que “tinha confiança senão na educação do povo”, e via a educação como uma “necessidade fundamental” para o bom discernimento do eleitorado nas eleições para a composição de uma assembléia verdadeiramente representativa da vontade nacional.⁴

No entanto, em 1878, ao aceitar a demissão de Caxias, o Imperador cedeu à pressão dos dois partidos e julgou que o momento era oportuno para a realização da reforma do sistema eleitoral. Como havia intensa pressão, tanto dos liberais quanto dos conservadores para a instauração do voto direto, o desafio político foi, naquele momento, apressado pela comprovação de que a população brasileira era analfabeta. E a dificuldade a ser superada consistia em realizar a reforma eleitoral sem pôr em risco a legitimidade e a qualidade da representação política da nação. Como os dois partidos desejavam a eleição direta, o Imperador se viu numa situação confortável: “Não tenho senão que achá-la oportuna, entendendo que deve ser o Partido Liberal que primeiro e constantemente tem pugnado por ela, que a faça”.⁵

De fato, o Imperador escolheu um liberal para formar um governo com a missão exclusiva de introduzir a eleição direta no país. Chegava-se, assim, ao gabinete liberal de 5 de janeiro de 1878, presidido pelo visconde João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1878/80).⁶

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* Tomo. II. 5º Vol., p. 188. Sérgio Buarque destacou, ao referir-se à questão eleitoral, que o Imperador nunca deixava de se lembrar da necessidade de manter a exigência de renda mínima como também o saber ler e escrever. Essa ideia, aliás, já havia se alastrado pelo país, e o progresso do saber era tido como fonte milagrosa de virtudes. Para D. Pedro II, a educação, principalmente a instrução primária, era uma necessidade fundamental do povo.

⁵ Apud LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II. Fastígio (1870-1880)*. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; EDUSP, 1977, p. 265.

⁶ No perfil biográfico traçado por Marco Aurélio Martins Santos, a escolha de Sinimbu, “quebrando a hegemonia de 14 anos dos conservadores, desagradou a alguns liberais que viam no gesto apenas uma opção pessoal do Imperador e não um verdadeiro repasse de poder ao partido opositor”. SANTOS, Marco Aurélio Martins. Perfis biográficos. Um liberal chamado Sinimbu. In: SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 412.

Na sessão de abertura da 17^a Legislatura, no Paço do Senado, em 15 de dezembro de 1878, o Imperador dirigiu-se à Assembleia Geral nos seguintes termos:

Reconhecida a necessidade de substituir o sistema eleitoral vigente pelo de eleição direta, cumpre que decreteis mediante *reforma constitucional*, afim de que o concurso de cidadãos, devidamente habilitado a exercer tão importante direito, contribua eficazmente para realidade do sistema representativo.⁷

Um ponto da curta fala do trono causou celeuma no Parlamento imperial: a determinação de que a reforma eleitoral deveria ser feita *mediante reforma constitucional*, o que impedia o exame da alternativa de fazê-la mediante lei ordinária. A questão da *resposta* a ser dada à fala do trono acendeu de tal modo os ânimos, que a discussão sobre o projeto de reforma eleitoral do gabinete Sinimbu antecipou-se à sua entrada oficial na Câmara. A adoção da eleição direta como regra eleitoral tinha certo consenso, mas a forma jurídica que deveria ser adotada para materializá-la provocou dissensão no Parlamento. Desse modo, antes mesmo de Sinimbu apresentar à Câmara o projeto, veio à tona o problema acerca de como o projeto da reforma eleitoral deveria ser encaminhado para a aprovação, ou seja, se seria através de uma reforma da Constituição, ou através de uma lei ordinária.

A escolha de como a proposta da reforma eleitoral deveria ser encaminhada gerou muita discordância entre os parlamentares porque esse problema não era apenas uma questão de alternativa jurídica, mas extremamente político. A reforma da Constituição era uma medida que não interessava evidentemente ao Imperador, aos conservadores, nem a certos liberais, devido ao perigo de se provocar também alterações em outras instituições. Temia-se que, além das mudanças no sufrágio, certas prerrogativas do Poder Moderador ou do Senado vitalício pudessem ser alteradas ou suprimidas. A questão não era pacífica e dependia, portanto, do entendimento que se poderia ter a respeito do poder constituinte. Para alguns liberais, entre eles, Rui Barbosa, o poder constituinte era ilimitado, podendo ser

⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*. 15/12/1878. Grifo nosso.

exercido sobre toda e qualquer questão durante a sua duração. Caso essa posição prevalecesse, poderiam ocorrer reformas institucionais mais profundas. Entretanto, a Constituição imperial estabelecia outra noção do poder constituído, mais rígida, que foi chamada por alguns liberais de “constituente constituída”.

O processo de reforma da Constituição estava previsto pelos arts. 173, 174, 176 e 177, nos quais se estabelecia que as emendas deveriam ser efetuadas conforme um longo e complexo sistema: uma única Câmara não poderia realizar sozinha a alteração constitucional. As propostas deveriam ser encaminhadas por uma legislatura e aprovadas por outra legislatura. Desse modo, uma Câmara não poderia realizar sozinha a alteração constitucional, devendo apenas indicar o assunto a ser alterado e retirar-se, deixando a uma nova legislatura a decisão final, a qual deveria ser tomada somente em relação ao indicado pela primeira. Nesta forma de proceder, através da iniciativa da Câmara dos Deputados se estabeleceriam os artigos a serem modificados, que uma vez aprovados, deveriam também sê-lo pelo Senado. Concluída esta primeira etapa, a Câmara deveria se auto-dissolver, e uma nova seria eleita para confirmar ou não esta alteração, e assim, finalmente efetivá-la. A nova legislatura deveria manifestar simplesmente a sua adesão, ou não, àquilo que foi decidido pela anterior, sem poder propor nenhuma alteração. A segunda Câmara não poderia se utilizar livremente do poder constituinte, sendo por isso denominada de “constituente constituída”. Com esse complexo procedimento, a reforma previa o suicídio da Câmara, que deveria ser dissolvida, o que significaria naquele contexto, nova campanha eleitoral, já com as primeiras dissidências fatalmente em curso, e deixava o Senado em uma situação ruim, pois não participaria da segunda votação.

A lei ordinária parecia, então, a solução menos complexa para o problema, mas, conforme a interpretação dominante, ela somente poderia ser utilizada nos casos relativos às matérias não-constitucionais. O art. 178 da Constituição estabelecia o que se entendia como constitucional: “É constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos e individuais dos cidadãos; tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias”. Este artigo, ao falar dos direitos políticos e individuais do cidadão como matéria

constitucional, balizava os caminhos jurídicos da reforma da eleição direta. Um dos argumentos, por exemplo, levantados por aqueles que entendiam que a reforma eleitoral poderia ocorrer por lei ordinária, foi o de Paulino José Soares de Souza, filho do visconde de Uruguai. Para ele, o voto por meio do qual se exercia o direito essencial da representação política era direito político, “o direito político por excelência”. Mas, não era menos incontestável que os autores da Constituição de 1824 não abrangeram o voto entre os direitos políticos do cidadão. Prova disso, é que haviam determinado no art. 91 da Carta: “Têm voto nessas eleições primárias os cidadãos brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos”. Deste modo, segundo Paulino Soares, os direitos políticos eram, na terminologia empregada em 1824, “coisa diversa do voto”, pois que, no gozo deles, se fazia “consistir uma condição indispensável e primeira da admissão ao sufrágio”.⁸

Apesar das leituras controversas diante do art. 91 da Constituição quanto à caracterização do voto como uma questão relativa aos direitos políticos, Sinimbu decidiu que a reforma da Constituição era a única medida jurídica deduzível e, portanto, a reforma eleitoral era matéria constitucional e deveria ser efetuada por meio de uma emenda.⁹

⁸ Atas do Conselho de Estado. 07/11/1878. Apud PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil*. Da Colônia à 6ª República. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, pp. 102-103.

⁹ O sistema eleitoral adotado pelo Império era o das eleições indiretas, estabelecido no Capítulo IV, da Constituição de 1824. O art. 90, além da eleição indireta, estabelecia dois tipos de *eleitores*: os eleitores paroquiais, constituídos pela massa dos cidadãos ativos, que elegia os eleitores de província; e os eleitores provinciais, que elegiam os deputados de província e os gerais. Existia, assim, um sistema eleitoral baseado em dois níveis (graus) de eleitores: a) um primeiro nível (eleitores de 1º grau), constituído pelo eleitor paroquial (a legislação posterior denominaria de “votante”), comporia as Assembleias Paroquiais, participava somente da eleição primária, e simplesmente escolhia o eleitor (eleitores de 2º grau) que iria, por sua parte, votar efetivamente nos representantes da província e da nação. Para participar como eleitor deste 1º grau da eleição, bastava fazer parte da massa de cidadãos ativos. A definição de cidadão ativo era prevista no art. 91, em que se determinava que todo cidadão, no gozo dos direitos políticos, mesmo estrangeiro naturalizado, podia participar desta eleição, observadas as exclusões previstas no art. 92. Cumpridas as exigências, o direito de voto era estendido aos analfabetos. b) um segundo nível (eleitores de 2º grau), formado pelos eleitores provinciais que efetivamente escolhiam os representantes nas Câmaras do Império. Para poder ser eleito como eleitor provincial, era necessário, além de responder às exigências necessárias para ser cidadão ativo, segundo o art. 94, ter uma renda líquida anual de duzentos mil-réis por bens de raiz, indústria, comércio ou remuneração. Esse direito era negado expressamente aos libertos e criminosos. Poderiam ser nomeados deputados os eleitores que tivessem quatrocentos mil réis de renda líquida e para senador exigia-se o rendimento anual por bens, indústria, comércio ou empregos, a soma de oitocentos mil réis. Estavam excluídos desses direitos os acatólicos e

A questão da maneira como seria encaminhado o projeto de reforma eleitoral no Parlamento estava aparentemente resolvida. Entretanto, apareceu um segundo problema, que se mostrou ainda mais relevante que o anterior para o encaminhamento da reforma eleitoral: a dissensão entre os liberais a respeito das capacidades exigidas ao pretense eleitor, constantes nos projetos de reforma apresentados por Sinimbu. A discussão que se seguiu concentrou-se na própria natureza do projeto de reforma eleitoral. A dúvida girava em torno da forma de estipular as exigências capacitáveis, ou seja, se deveriam ser observados critérios financeiros ou intelectuais para a definição dos eleitores.

2. Liberais contra liberais e a discussão da reforma eleitoral

Para observarmos mais de perto a situação que se criou no próprio Partido Liberal com a discussão da reforma eleitoral, buscamos sintetizar nas seções seguintes alguns aspectos relativos aos dois projetos liberais de reforma eleitoral - o apresentado por Sinimbu, e posteriormente o apresentado por Saraiva - e os debates parlamentares que se travaram em torno deles. Contudo, a alteração que a reforma eleitoral suscitou, e que, caracteristicamente, Sérgio Buarque de Holanda nomeou de “Liberais contra Liberais”¹⁰, nos ajudou a sintetizar um problema: a própria natureza do liberalismo de Rui. Quais ideias liberais Rui Barbosa defendeu no contexto de discussão da reforma eleitoral? Quais tradições do liberalismo ele evocou nos seus discursos para justificar a sua concepção sobre a legitimidade da representação política e da cidadania? Em que medida podemos encontrar nos

os naturalizados. O Decreto nº 484, de 25 de novembro de 1846, dobrou o censo exigido em 1824: “os cem mil réis da renda do votante, que a Lei prescreve se avalia em prata, equivalem a duzentos mil réis; devendo do mesmo modo computar-se no dobro da moeda atual a renda em prata, que exige a mesma Lei nos que houverem de ser votados, quer para Eleitor, quer para Deputado, ou Senador”. Apud PORTO, Walter Costa. *Op.cit.*, p. 114. O desconhecimento dessa alteração de 1846, conformada pela legislação posterior levou alguns comentadores a interpretações equivocadas quanto à limitação imposta pelo nível de renda presentes nos projetos de Sinimbu e no de Saraiva. A condição censitária específica apresentada por cada projeto será descrita adiante.

¹⁰ A referência é o título do primeiro capítulo, do livro quarto da obra: *Da “Constituinte Constituída” à Lei Saraiva*. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* Tomo. II. 5º Vol., pp. 193-255.

discursos acerca da reforma eleitoral indícios do seu projeto liberal democrático?

2.1. O projeto Sinimbu (1879)

O projeto do Gabinete Sinimbu deu entrada formal na Câmara em 13 de fevereiro de 1879 e sugeria a reforma eleitoral via reforma da Constituição de 1824. O texto do projeto era conciso, e propunha a reforma dos artigos 90, 91, 92 e 93 da Constituição, “para o fim de serem as nomeações dos deputados e senadores para a assembleia geral, e dos membros das assembleias provinciais, feitas por eleição direta”, e a reforma do artigo 94, “para o fim de só poderem votar os que, sabendo ler e escrever, tiverem por bens de raiz, capitais, indústria, comércio ou emprego, a renda líquida anual que for fixada em lei, nunca inferior a quatrocentos mil reis”.¹¹

O cunho excludente da proposta de alteração do artigo 94 da Constituição imperial foi logo percebido por alguns deputados. O Projeto de Sinimbu, ao mesmo tempo em que mantinha e duplicava o censo, elevando-o de duzentos para um mínimo de quatrocentos mil réis, propunha uma segunda exigência – a de o indivíduo saber ler e escrever para poder votar. Os debates mais abrasadores em termos de sua relação com o direito ao sufrágio dos analfabetos foram os suscitados na Câmara por esse primeiro projeto. Os debates contaram com a participação do que talvez tenha sido um dos grupos mais notáveis de tribunos a se enfrentarem na Câmara dos Deputados no Império, envolvendo personagens como José Bonifácio, o Moço, Joaquim Nabuco, Saldanha Marinho, Silveira Martins e Rui Barbosa.¹²

O fato é que a bancada liberal da Câmara dos Deputados durante o gabinete liberal de Sinimbu não era nada homogênea. A morte de importantes

¹¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, 13/02/1879, p. 492.

¹² Alguns trechos dos debates viraram peça de antologia política, como a sátira de José Bonifácio: “Esta soberania de gramáticos é um erro de sintaxe política. Quem é o sujeito da oração? Não é o povo? Quem é o paciente? Ah! descobriram uma nova regra: é não empregar o sujeito”. *Idem*, 28/04/1879, p. 769.

líderes liberais¹³ havia dividido o partido em várias alas, desde a de Sinimbu, quase conservadora, até a ala mais radical de Saldanha Marinho e José Bonifácio, aos quais veio se juntar Gaspar Silveira Martins.¹⁴ Essa divisão provocou uma luta subterrânea entre os parlamentares pela liderança do partido, da qual participou inclusive Rui Barbosa. O clima do Parlamento liberal era, portanto, de grande polêmica, pois se disputava, no mesmo momento em que se encaminhava a eleição direta, quais seriam os homens e as ideias que guiariam os destinos do Partido Liberal e o governo do país. Os debates sobre a reforma eleitoral, e outros que se seguiram na época foram, ao mesmo tempo, uma luta acirrada pela conquista da hegemonia dentro do Partido Liberal, e uma disputa pela possibilidade de desenvolver uma política mais ampla de reformas em oposição à simples manutenção do *status quo*.

Com efeito, antes de sua apresentação na Câmara, o projeto de reforma eleitoral já havia suscitado críticas da ala do partido liderada por José Bonifácio, por elevar o censo.¹⁵ O próprio deputado paulista reagiu: “Uma constituinte só convocada para restringir direitos políticos, e restringi-los nos termos indicados por lei ordinária!”. O deputado da bancada paulista se levantou contra o aumento do censo e, principalmente, contra a exclusão dos analfabetos, num país “onde oito ou sete décimos da população não sabe ler”. Os dois fatores, o censo pecuniário e a exclusão dos analfabetos, segundo Bonifácio, reduziriam “o eleitorado a muito menos do que seria conveniente e excluem do direito de voto uma enorme e reconhecida massa de cidadãos brasileiros, até hoje no gozo desse direito. É grave a questão; é a constituinte sem liberdade”.¹⁶

¹³ Zacarias de Góis faleceu em 29 de dezembro de 1877, e Tomás Nabuco de Araújo, em 19 de março de 1878.

¹⁴ Silveira Martins foi nomeado Ministro da Fazenda, mas pediu demissão em 8 de fevereiro de 1879 em face das suas divergências com Sinimbu, e da não inclusão do direito de voto aos acatólicos no projeto de reforma eleitoral.

¹⁵ Já em 21 de janeiro, o deputado Cândido Oliveira manifestou o receio de que o Ministério estivesse querendo “despojar o povo do seu direito” e “criar uma classe privilegiada”. *Anais da Câmara dos Deputados*, 21/01/1879, p. 82. Por sua vez, o deputado Prado Pimentel julgava que elevar o censo seria “promover a mais estúpida das aristocracias, a do dinheiro”. Idem, 23/01/1879, p. 97. O deputado Florêncio de Abreu sentenciou: “entregar o direito de voto, cuja responsabilidade é tão grande, à ignorância e ao pauperismo é que seria criar a mais degradada das democracias”. Idem, 27/01/1879, p. 319.

¹⁶ Idem, 10/02/1879, pp. 430-431.

O projeto Sinimbu foi finalmente apresentado na Câmara em 13 de fevereiro de 1879. Porém, se a missão política do Partido Liberal era resolver a questão do sistema eleitoral do Império, uma questão de princípio se impunha anteriormente à da reforma eleitoral: seria legítima a situação política de um gabinete liberal nomeado pelo Imperador perante uma Câmara na qual era minoritário? Esta questão era muito importante, pois os conservadores utilizavam naquele momento os mesmos argumentos que os liberais lançaram mão em 1868 para criticar a substituição do gabinete de Zacarias de Góis.

No entanto, após a apresentação do projeto de reforma eleitoral, o gabinete liberal de Sinimbu viu-se bombardeado internamente por membros de suas próprias fileiras partidárias. A ala mais radical do partido passou a fazer críticas ao projeto Sinimbu, que propunha elevar o censo e excluir os analfabetos do direito ao voto. Essa ala denunciava ainda a alteração da bandeira política de reformas que teria sido sempre defendida pelos liberais.

Desse modo, o governo liberal comandado por Sinimbu recebia tanto as críticas externas dos conservadores a respeito da ilegitimidade do gabinete, quanto as dos próprios membros do Partido Liberal, que discordavam das propostas do projeto de reforma eleitoral. Diante dessa conjuntura, os chefes dos liberais – Sinimbu, Saraiva e Dantas – indicaram Rui Barbosa para responder às críticas de ambos os lados. O deputado baiano teria assim que cumprir dois encargos: justificar a legitimidade da situação liberal no poder e investir contra os próprios correligionários do seu partido, de modo a tentar aplacar o dissenso gerado a respeito da reforma eleitoral e da adoção da eleição direta, e assim convencê-los da necessidade de sua aprovação.

2.2. A estreia de Rui Barbosa no Parlamento, a defesa da situação liberal e o delineamento do seu projeto político

Rui Barbosa fez sua estreia como orador na Câmara dos Deputados em 17 de março de 1879. O objetivo mais geral de seu primeiro discurso era justificar a situação liberal no governo, mas Rui também aproveitou a oportunidade para desferir uma crítica virulenta ao sistema representativo do Império e ao Poder Moderador. No entanto, para os propósitos desse trabalho,

o elemento mais relevante desse discurso é o delineamento de seu projeto pessoal de reformas políticas. É importante chamar a atenção do leitor ainda para o fato de que esse projeto de reformas originou-se do confronto com as posições dos demais membros liberais do partido.

Nesse sentido, cabe desenramar em meio à sua retórica, a linha de suas ideias e seguir a argumentação que fundamentou sua forma de pensar as reformas políticas necessárias para a manutenção do regime monárquico e a construção de um projeto político que visava garantir a legitimidade da representação política dentro dos marcos de sua concepção liberal de democracia. Ao focarmos nesse discurso, procuramos demarcar o modelo político ideal defendido por Rui e a importância atribuída ao Parlamento. E, o mais relevante, buscamos analisar o papel que Rui conferia à participação popular no processo. Que arranjos institucionais seriam necessários para se construir o futuro de progresso para o país? Essas são algumas das questões sobre as quais pretendemos nos debruçar a partir de agora.

Porém, cabe um esclarecimento antes de prosseguirmos na análise. Esse discurso tem sido tomado pelos estudiosos de Rui como uma das peças mais representativas de seu exercício retórico e da sua erudição.¹⁷ Entretanto, buscaremos ultrapassar a oposição aparente entre retórica e objetividade, procurando analisar esse discurso a partir dos objetivos práticos e políticos a que ele visava, já que o pensamento político de Rui Barbosa foi produzido vinculado à sua ação política, isto é, existe uma ligação quase indissolúvel entre as ideias e a prática política no seu pensamento.

¹⁷ A imagem que registrou o contemporâneo de Rui, Afonso Celso Junior, em suas recordações de parlamento nos fornece a noção de como era a atuação do baiano no Parlamento: “Este assombrava, como um fenômeno. Baixo, franzino, compleição mórbida, parecendo insuscetível do mais leve esforço e prestes a desfalecer, falava duas, três, quatro horas consecutivas, sem repousar, sem soluções de continuidade, sem se servir de uma nota, sem molhar a garganta, sem que um instante afrouxasse ou se empanasse o timbre de sua voz extensa e mordente. [...] Prodigiosa máquina de falar admiravelmente! [...] E que discursos! Verdadeiros tratados sob o assunto, obras exaustivas, edifícios macios e colossais! Encaravam a matéria sob quaisquer aspectos imagináveis, analisava-a até a última minúcia, repletos de estupenda erudição, transbordantes de fatos, leis, nomes, comentários, tudo, enfim. [...] Mas fatigam pela monotonia da perfeição. Raro conseguiam os ouvintes prestar-lhe atenção continuada. [...] No final, o auditório pasmado, achegava-se do orador - para o contemplar de perto, num misto de curiosidade, enlevo e sagrado terror. À eloquência de Rui [...] aplica-se a reflexão de um viajante atônito ante a exuberância e a magnificência da selva tropical: a profusão das árvores não deixa apreciar a floresta”. CELSO JUNIOR, Afonso. *Oito anos de parlamento*. Brasília: UNB, 1981, pp. 64-65.

Assim, o deputado baiano precisava por um lado, rebater as críticas dos conservadores que acusavam os liberais de capitularem diante do Poder Moderador e de terem se submetido prontamente ao poder discricionário do Imperador. De outro lado, Rui tentaria convencer os membros do Partido Liberal, especialmente a ala mais radical que tinha se sublevado contra a proposta apresentada por Sinimbu, da importância da aprovação dessa reforma para o bom funcionamento do sistema representativo do Império.

No primeiro discurso no Parlamento, Rui começou efetuando um balanço dos dez anos de governo dos conservadores, criticando-os por suas ações que, segundo ele, foram deletérias para a moralidade administrativa e as finanças públicas do país e, pelos cinco anos de guerra com o Paraguai. Feitas essas primeiras observações, Rui tentou justificar a situação do Partido Liberal frente às acusações dos conservadores, que ironizavam naquele momento a crítica que os liberais lhes endereçaram durante os últimos dez anos em que permaneceram no ostracismo. Segundo os conservadores, diante da maneira como os liberais aceitaram o convite da Coroa em 1878, as acusações que eles lhes dirigiram anteriormente não teriam passado de uma “comédia”.

A primeira justificativa que Rui levantou para justificar a ascensão dos liberais ao poder foi a de que os conservadores, ao perceberem a disposição do Imperador de efetuar realmente a reforma da eleição direta, apenas fingiam aceitá-la, mas nunca a tiveram como ideia-força, nem lhe deram impulso, quando no exercício do poder. O senador Barão de Cotegipe, segundo Rui, seria um exemplo da manobra do Partido Conservador, quando os membros desse partido saíram a campo em favor da reforma da eleição direta:

A doutrina do nobre senador é a mais nua expressão da imoralidade no jogo do sistema que nos rege. Porque, se não respeitais a cada partido a propriedade política das ideias a cuja sorte associou-se pelo seu programa, pelo seu proselitismo [...], cessará então entre os partidos a salutar disputação do governo em proveito das ideias, para estabelecer-se a briga ignóbil do poder unicamente pelo poder.¹⁸

¹⁸ BARBOSA, Rui. “A situação liberal”. In *OCRB*. Vol. VI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943, p. 96.

Por esse raciocínio, Rui tentava demonstrar que os partidos só tinham razão de existir porque encampavam ideias, e tinham a esperança de poder executá-las. O discurso de Rui é uma faca de dois gumes: a julgar pelo número de vezes que os parlamentares ingleses são aí citados, somos levados a afirmar que o parlamentar baiano estava muito bem-informado sobre o que havia se passado recentemente na Inglaterra, e sabia especialmente que foram os próprios conservadores da Ilha que se apressaram em atender ao clamor popular pela reforma eleitoral e a maior participação política.¹⁹

De todo modo, Rui procurou, num primeiro momento, justificar a demissão do gabinete conservador e a consequente dissolução da Câmara pela intervenção de D. Pedro II, mediante a constatação de que “à confiança do rei opôs-se a desconfiança do povo”: a vontade nacional, apresentando sinais de discordância com a administração dos conservadores, teria pedido a reforma eleitoral propugnada pelo partido da oposição. Segundo o deputado baiano, “particularmente nesta situação”, teve o rei o direito de “dissolver, mediante a adesão de ministros responsáveis, o parlamento convocando para o gabinete homens de outro lado”.²⁰

Porém, para reforçar a justificativa da atitude da Coroa brasileira, em 1878, de nomear um gabinete sem possuir a maioria na Câmara, Rui recorreu à história inglesa, ou melhor, à “escola do regime parlamentar, que preponderantemente resolverá a questão”.²¹ Dito isso, os grandes nomes do parlamentarismo europeu passaram a ser evocados no discurso do deputado baiano. Foram citados como exemplo diversos casos do parlamentarismo inglês, em que o gabinete fora nomeado sem possuir a maioria na Câmara.

¹⁹ Bradley, por exemplo, relata que, em 1866, uma demonstração de trabalhadores em favor da reforma eleitoral organizada pela Liga pela Reforma acabou pondo abaixo as grades do Hyde Park quando lhe foi negado acesso. Cf. BRADLEY, Yan. *The Optimist: Themes and Personalities in Victorian Liberalism*. London: Faber and Faber, 1980, p. 156. Referindo-se às habilidosas manobras do conservador Disraeli, em 1867, Seaman comenta: “Mas [Disraeli] tinha que manter em equilíbrio duas ideias contrárias: uma, que a democracia era perigosa; a outra, que a classe operária olhava para os conservadores como os seus líderes ‘naturais’”. E acrescenta: “É evidente, a simpatia de Disraeli pela classe operária era sempre predominantemente retórica”. SEAMAN, L. C. B. *Victorian England. Aspects of English Imperial History: 1837-1901*. London: Mathuen & Co., 1973, p. 162-164.

²⁰ BARBOSA, Rui. “A situação liberal”. In OCRB. Vol. VI. Tomo I, p. 68.

²¹ Idem, p. 69.

Estaria, segundo o orador, na “livre Inglaterra”, em vinte e quatro anos, somente três exemplos da mesma coisa que o reclame ao purismo constitucional dos conservadores não aprovava no Brasil: três situações políticas alteradas contra as maiorias parlamentares. Após expor esses exemplos tomados da Inglaterra, que confirmavam, segundo ele, o poder da Coroa de dissolver o gabinete, o orador apontaria também casos similares ocorridos na Bélgica e em outros países da Europa. Aos conservadores, Rui lembrava a referência conservadora do estadista belga Decker, que anunciou que “uma das posições mais arriscadas nas quais pode se aventurar um país constitucional é governar com uma maioria, que se pode acusar de não mais representar os sentimentos e os votos nacionais”.²² Para os liberais, Rui evocava o francês Prévost-Paradol, autor que teria sentenciado que a liberdade correria o seu maior perigo quando o governo parlamentar estivesse de um lado, e, de outro, a opinião pública. A maioria parlamentar deveria ser efetivamente representativa da sociedade, sob pena de tornar-se ilegítima, caracterizando uma opressão que justificaria a sua destituição. Dessa forma, o Parlamento não-representativo deveria ser dissolvido, como ressaltava Rui, resgatando as palavras de Prévost-Paradol, na sua obra *La France Nouvelle*, quando:

“a revolução bate à porta, e, pode-se acrescentar, periclita a ordem social. [...] O único remédio para semelhante situação, é o uso oportuno do direito de dissolução, que manda a representação nacional à presença do seu juiz supremo, e restabelece para logo entre a nação e seus deputados o acordo indispensável ao bem público”.²³

Esse era para Rui o principal ponto que justificava a atitude da Coroa brasileira ao destituir o Parlamento conservador: evitar a revolução e a perturbação da ordem social que poriam em risco o funcionamento das instituições políticas do Império. Por esse motivo, o Imperador teria agido em conformidade com o motor constitucional, com o intuito de preservar as instituições e atender às aspirações do povo, garantindo assim, que elas

²² Idem, p. 76.

²³ Idem, p. 77.

permanecessem estritamente limitadas ao âmbito da escolha de seus representantes. Nessa linha de ideias, se a legitimidade parlamentar era conferida pela soberania popular, o Parlamento legítimo seria intocável, enquanto o Parlamento não-representativo dos conservadores foi legitimamente dissolvido, pois este havia se distanciado irremediavelmente dos interesses da nação.

Contudo, Rui não poderia estar satisfeito com essa argumentação favorável à Coroa. A monarquia da Inglaterra vitoriana era, então, considerada por ele como o modelo político ideal de regime político e, nesse sentido, salientou que a legitimidade do gabinete liberal não se fundamentava apenas na ação do Poder Moderador, mas sobretudo na vontade popular. Desse modo, como a maioria parlamentar obtida pelos conservadores era fruto do sistema de eleições indiretas, era, portanto, ilegítima. No caso em que o Parlamento tivesse sido eleito democraticamente, através de eleições livres, ele não concordaria com a sua dissolução, e esta seria “inconstitucional, criminosa”, mas, diante da corrupção do sistema eleitoral no país, o Parlamento era “apenas nominalmente representativo”.²⁴ Assim, Rui reconhecia, fazendo referência a Bagehot, “em quem me louvo”²⁵, que na Inglaterra dos últimos anos, após os *Bills* de reforma parlamentar e eleitoral, a Câmara dos Comuns havia se transformado num efetivo órgão representante do país, e a hipótese de um gabinete minoritário perante uma Câmara seria mesmo impossível. No entanto, no caso brasileiro, esta situação poderia ser considerada ainda legítima, pois se tratava da nomeação de um gabinete minoritário perante uma Câmara afastada da opinião pública, pois, não existindo eleições diretas, foi o Imperador quem ouviu as manifestações do povo e decidiu o retorno do Partido Liberal ao poder.

Nesse ponto do discurso, Rui começou a cerrar fogo nos próprios liberais do seu partido. O conteúdo do discurso passou a ser dirigido, sobretudo, ao ex-ministro da Fazenda de Sinimbu e deputado gaúcho, Gaspar Silveira Martins, a respeito de algumas proposições enunciadas por ele na Câmara:

²⁴ Idem, p. 74.

²⁵ Idem, p. 75.

Falou-nos o nobre ex-ministro da fazenda em uma transação, cujo pensamento seria o encadeamento parcial de aspirações nossas, deste parlamento, do partido liberal, a escrúpulos não nossos, não desse partido, não deste parlamento, a escrúpulos alheios, aos escrúpulos da coroa. [...] Com efeito, o nobre ex-ministro figurou duas eminências constitucionais independentes, o parlamento e a coroa, com duas opiniões contrapostas, e a conveniência de uma transação entre essas duas opiniões.²⁶

A resposta de Rui aos próprios liberais, que acusavam o governo Sinimbu de pactuar com a Coroa na questão que agitava o partido - a reforma eleitoral - veio aliada à sua crítica ao Poder Moderador. Para Rui, o primeiro ponto de discordância entre ele e os liberais que criticavam o gabinete poderia ser colocada nos seguintes termos: ao não distinguirem a Coroa entre a sua acepção parlamentar e a sua acepção enquanto individualidade imperial, os liberais continuavam a enxergá-la como um ramo do poder legislativo. Para o orador, os liberais tomavam como correta a supremacia da autoridade real nos mecanismos representativos do regime monárquico porque eles atrelavam essa concepção à legalidade estrita da *Carta* constitucional de 1824, e não à índole do sistema político representativo, denominada, por ele de *constituição viva*.²⁷ E, nesse sentido, segundo Rui, os liberais, ao vincularem essa investidura da Coroa à lei constitucional, fazia com que eles próprios empossassem o poder pessoal do Imperador: “É a ela [Coroa] neste caráter que S. Ex. atribui o direito de ter um parecer militante nas altas questões que agitam os partidos, e atuar com o seu voto deliberativo na solução das dificuldades parlamentares”.²⁸ Diante do precedente, Rui ressaltava que existia um grande abismo entre a concepção do funcionamento do sistema representativo do Império e a teoria do constitucionalismo britânico, ou de todas as monarquias democráticas.

Nesse sentido, Rui procurava demarcar os limites da intervenção da Coroa no gabinete, e utilizava como parâmetros para sua crítica ao Poder Moderador a teoria liberal do parlamentarismo inglês. Assim, na Inglaterra, país

²⁶ Idem, pp. 103-104.

²⁷ Idem, p. 106.

²⁸ Idem, p. 104.

modelo do parlamentarismo, segundo Bagehot, “o rei preside apenas as partes formais da Constituição, e o primeiro-ministro as partes eficientes”.²⁹ E, para o deputado baiano,

não havia nenhuma dúvida que na teoria liberal de governo, a Coroa era apenas a imagem de um poder, do qual a realidade ativa era o gabinete, porque era ao gabinete que pertencia à autoridade, que as formas tradicionais da linguagem parlamentar atribuem à Coroa.³⁰

Embora o monarca ainda detivesse, na legalidade constitucional inglesa, a autoridade executiva e fosse o chefe de toda a jurisdição política e das instituições legislativas, na realidade, era a natureza do regime político instituído ali que designava a fórmula do funcionamento do sistema representativo, ou seja, a supremacia da delegação popular, encarnada numa corporação eletiva. Assim, na teoria liberal inglesa, para o jovem político liberal, o “monarca eclipsou-se sob o presidente do conselho, personificação dos comuns, que é o árbitro na política e na administração. E, na terra, onde a própria oposição chamou-se oposição de Sua Majestade, o governo diz-se, e realmente é, o governo de Canning e Peel, de Palmerston e Russell, de Gladstone e Beaconsfield”.³¹

²⁹ Idem, p. 106

³⁰ Idem, p. 106.

³¹ Idem, pp.106-107. Machado de Assis, como um estilista da vida política do seu tempo, nos fornece um amplo panorama do quadro ideológico que teria prevalecido em cada momento da história do Segundo Reinado, numa crônica publicada em 28 de outubro de 1888: “Eu, desde algum tempo, ando com vontade de propor que aposentemos a Inglaterra... Digo, aposentá-la nos nossos discursos e citações. Neste particular, tivemos a princípio a mania francesa e revolucionária; folheiem os Anais da Constituinte, e verão. Mais tarde ficou a França constitucional e a Inglaterra: os nomes de Pitt, Russel, Canning, Bolingbrook, mais ou menos intactos, caíram da tribuna parlamentar. E frases e máximas! Até 1879, ouvi proclamar cento e dezenove vezes este aforismo inglês: ‘A Câmara dos Comuns pode tudo, menos, fazer de um homem uma mulher, ou vice-versa’. ‘Justamente o que a nossa Câmara faz, quando quer’, dizia eu comigo. Pois bem, aposentemos agora a Inglaterra; adotemos a Itália. [...] O digno Senador Taunay deseja a imigração em larga escala. Perfeitamente. Mas se o imigrante souber que, ao cabo de dous anos, e em certos casos ao fim de um, fica brasileiro à força, há de refletir um pouco e pode não vir”. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* v. 3, pp. 502-503.

Ao comentar a Constituição de 1824, Rui deplorava que este ideal democrático - a nomeação do Poder Executivo pela Câmara - não fosse previsto na letra da lei brasileira: a nomeação do presidente do Conselho de Ministros era uma prerrogativa da Coroa que nem sempre se apoiava na maioria parlamentar. Portanto, a Constituição não previa as condições necessárias para o funcionamento de um verdadeiro governo parlamentar, como a nomeação do gabinete pela maioria, cuja ausência poderia acarretar uma moção de censura que inevitavelmente provocaria a sua demissão. Dessa forma, a Constituição do Império impunha, ao contrário da teoria constitucional inglesa, que o “Imperador nomearia e exoneraria, livremente, os ministros”.³² Assim sendo, uma leitura estritamente legal da Carta de 1824 apenas revelava que a escolha dos ministros afigurava-se como um privilégio da Coroa. No entanto, segundo o parlamentar baiano, esta interpretação da Constituição, que fazia parte de uma interpretação jurídica excessiva, poderia ser rejeitada se se optasse por uma análise à luz de seu sentido político, pelo qual o Parlamento poderia reinterpretar o sentido deste texto. Isto seria possível e justificável em virtude da existência de uma razão filosófica e de uma razão jurisprudencial.

Com efeito, o liberalismo de Rui Barbosa conjugava-se com a defesa da Monarquia representativa inglesa e assim, ele absorvia as ideias que fossem interessantes para os seus argumentos e ação política na busca da efetivação do seu regime político ideal. Nesse sentido, Rui incorporou uma hermenêutica que propagava a importância de se considerar na interpretação da lei constitucional os aspectos políticos, filosóficos e jurisprudenciais, que a co-constituíam historicamente, rompendo com uma leitura que apenas privilegiava a adesão ou conformidade estrita a um código constitucional. É nessa direção que a sua leitura procurava seguir a de John Stuart Mill, em *O Governo Representativo*, cujo trecho da obra Rui citou em seu discurso:

“Segundo a Lei Constitucional”, ensina o profundo Stuart Mill (*Governo Representativo*, cap. V), “pode a coroa denegar o seu assenso a todo ato do parlamento e nomear, ou manter, os ministros que haja por bem, não obstante a reprovação do parlamento. Mas a moralidade constitucional do

³² Idem, p. 107.

país anula esses poderes, inibe-a de usá-los em tempo algum, exige que o chefe da administração virtualmente seja nomeado sempre pela câmara dos comuns, fazendo assim dessa corporação o verdadeiro soberano do estado”.³³

Nessa perspectiva, o Direito Constitucional no Brasil deveria ser interpretado, como na Inglaterra, a partir dos princípios do parlamentarismo democrático e não se prender ao exclusivismo do texto legal. A adoção dos princípios do sistema parlamentar inglês desvelaria a crença segundo a qual o Imperador tinha o direito de intervir no governo, quando na verdade, esse direito seria exclusivo da nação.

De acordo com Rui, a Carta de 1824 não reconhecia mais do que uma soberania - a do povo - e todos os poderes eram delegações mais ou menos imediatas dessa única soberania reconhecida. Assim, ele argumentava que, se a forma da organização política da nação era a monarquia constitucional, “o seu princípio era a democracia”.³⁴ Portanto, havia uma incongruência entre a Coroa, como entidade pessoal, e a Câmara, que representava a nação constitucionalmente. O parlamentarismo, com plena autonomia da Câmara, para interpretar a Constituição e poder indicar o chefe do gabinete, era então, para Rui, a condição sem a qual não se alcançaria o *bom governo* e a democracia, esta entendida pelo político baiano, estritamente no seu conceito caro à tradição liberal: a participação da população - desde que preenchidos os requisitos para que lhe fosse concedida os direitos políticos - na escolha de seus representantes parlamentares e a garantia da legitimidade dessa representação política.

Como podemos observar, o repertório de ideias de Rui Barbosa era composto, ao menos neste momento de sua trajetória política, predominantemente pelos exemplos extraídos da história parlamentar e do constitucionalismo ingleses. Ainda que possamos notar no seu pensamento a referência a pensadores e filósofos, era da vida parlamentar britânica que Rui retirou os exemplos com os quais procurou comparar a prática da política

³³ Idem, p. 108.

³⁴ Idem, p. 126.

institucional do Império. Dessa forma, o político baiano buscou indicar os rumos que deveriam ser tomados no país no sentido de se atingir o grau de maturidade política da Inglaterra. Seguir o exemplo da monarquia vitoriana era, para Rui, o caminho seguro para o estabelecimento de instituições livres no país. Somente com a Monarquia parlamentar representativa, ao molde inglês, seria possível construir um regime democrático, com liberdade e progresso no país.

Nesse sentido, aparentemente, a reforma das instituições políticas imperiais daria conta do projeto de Rui de construção de um país democrático, em termos liberais. Os antagonismos produzidos pela escravidão poderiam ser superados pela Monarquia legitimamente representativa, na qual os considerados cidadãos poderiam resolver de maneira satisfatória os conflitos. No entanto, não nos parece que Rui pregava uma Monarquia representativa que apenas se firmasse na reforma institucional. Rui Barbosa tinha como objetivo uma mudança na sociedade, mas, para o baiano era claro que, toda mudança deveria ser encaminhada por meio de reformas políticas e institucionais paulatinas, de modo que não se abalassem os alicerces da ordem e do regime.

Após ter explicitado a adesão ao modelo de democracia liberal à inglesa, na conclusão do discurso, Rui passou a indicar as reformas que deveriam ser realizadas pela nova legislatura. A principal delas era a reforma eleitoral e a adoção da eleição direta, entendida por ele como condição para que se permitisse à sociedade escolher uma Câmara que a representasse politicamente de forma legítima. A eleição direta representava o “primeiro passo”³⁵ para quaisquer outras, mas também porque essa reforma figurava, naquele momento, como ponto fulcral do Partido Liberal no governo, de cujo triunfo era Rui o mais empenhado defensor, desde os seus primeiros artigos nos jornais *Radical Paulistano* e no *Diário da Bahia*, como vimos no capítulo anterior.

Para Rui, as reformas deveriam ser realizadas através da legislação ordinária, por meio do Parlamento, sem que se recorresse ao complexo sistema de reforma constitucional previsto na Constituição de 1824. O orador

³⁵ Idem, p. 150.

ressaltava que a tendência da escola liberal era diminuir o preceito que propendia a multiplicar as ocasiões de intervenção constituinte, e alargar o âmbito da autoridade parlamentar. Para isso, era preciso não ter medo de mudar a Constituição, pois, “não é um Talmude, onde o texto, materialmente obedecido, exerça a menos inteligente e a mais servilizadora das tiranias”.³⁶

Assim, depois da reforma da eleição direta, outras que dela dependiam, deveriam ser realizadas. Caso contrário, os resultados da reforma eleitoral seriam improfícuos e resultariam em uma grande mentira. As demais reformas eram a do ensino, que visava “elevar o nível intelectual do povo”, de modo a favorecer a “prosperidade nacional, a instrução e moralização do homem em todas as camadas sociais”³⁷; a do desenvolvimento agrícola, por meio da criação de fundos de créditos; a da implantação da autonomia municipal, e a mais importante de todas - depois da reforma eleitoral - a da descentralização administrativa, cujo objetivo era promover a autonomia provincial. No discurso, Rui também acentuou a necessidade da extinção da Guarda Nacional, o alistamento militar voluntário para o exército, a ampliação do fluxo de imigração, o favorecimento do processo de naturalização dos imigrantes, e a aprovação da liberdade religiosa. Essas reformas, que resumiam o projeto político de Rui Barbosa, contudo, não deveriam ser realizadas fora do âmbito da lei e da ordem, pois essas reformas não eram para ele,

o perigo, a anarquia, a ruína: são, pelo contrário, a preservação da autoridade, a pacificação das almas, o cimento do nosso futuro constitucional. Elas impossibilitam a revolução, populariza, e consolidam, portanto, a monarquia representativa, reduzem a uma ideologia impotente as aspirações republicanas.³⁸

Como podemos perceber, Rui postulou um projeto de reformas que não diferia fundamentalmente da bandeira política defendida, naquele momento, pelo Partido Liberal, ou seja, a defesa da Monarquia representativa como condição para a legitimidade e manutenção do Império. Desse modo, se Rui

³⁶ Idem, pp. 124-125.

³⁷ Idem, pp.153-154.

³⁸ Idem, p. 154.

efetuiu duras críticas ao governo imperial e, principalmente ao Poder Moderador, a sua preocupação era com a legitimidade da representação política do regime monárquico. Seu programa de reformas não era nada radical; ao contrário, Rui se contentou em apresentar reformas que significariam conquistas parciais da liberdade, as quais, segundo o baiano, tornariam mais próximas e inevitáveis o surgimento da liberdade total e de uma sociedade democrática no país.

Embora Rui admitisse, por um lado, que as instituições liberais poderiam se moldar e se fixar sem encontrar maiores resistências na sociedade brasileira, por outro lado, afirmou que não caberia, naquele momento, exigir que as reformas ocorressem todas de uma vez, “todas imediatamente radicais”. Seu intuito era, sempre que possível, exigir a liberdade total, mas “qualquer liberdade parcial, aceitá-la-íamos sempre com reconhecimento”.³⁹ A partir dessa perspectiva, ele procurou definir os parâmetros do seu radicalismo político:

Quando se inaugura uma liberdade parcial mediante comum acordo entre a escola radical e as outras, não é a escola radical quem faz a concessão; é antes ela quem a recebe. Coisa inteiramente diversa de uma filosofia é a política; sua condição é ser prática, ou não ser nada. A política radical aspira à plena e completa fruição da liberdade; mas caminha para lá conquistando sucessivamente as liberdades possíveis. É radical, porque pretende o todo, e não descansa antes de havê-lo alcançado integralmente; mas não tem a esperança de reformar tudo numa hora, nem a estultice de desdenhar reformas incompletas, que possam facilitar a reforma definitiva.⁴⁰

Este tipo de radicalismo político esposado por Rui Barbosa, que propunha reformas graduais e moderadas, apresentava fortes traços conservadores, como o receio de mudanças bruscas que colocariam em risco o andamento institucional do país e, a anarquia, preocupações comuns do

³⁹ Idem, p. 156.

⁴⁰ Idem, p. 157.

pensamento liberal do século XIX.⁴¹ Desse modo, o projeto político de reformas de Rui indicava à Monarquia o caminho seguro a seguir para a democratização do país e a justificação do regime.

No entanto, um fato que deve ser destacado é que Rui não mencionou no seu longo discurso a questão da escravidão. Isso não pode ser justificado apenas porque a abolição não estivesse na ordem do dia do Partido Liberal, pois a questão vinha ganhando força nas discussões no Parlamento e por meio das ações do movimento abolicionista. Para ele, aparentemente, a abolição não era ainda uma medida urgente, e possivelmente deveria ser encaminhada somente depois da solução do problema da reforma eleitoral.

Seguindo a linha de ideias liberais de Rui, podemos notar que suas propostas de reformas no interior da ordem monárquica caracterizam um modo de pensar a resolução dos problemas de sua época de maneira bastante moderada e pragmática. Nesse sentido, o parlamentar baiano estabelecia a diferença entre a filosofia radical, que exigia a urgente implantação dos ideais liberais, e a política, arte da conciliação e das conquistas graduais. A política configuraria, portanto, o campo onde se daria a sua ação, pois, Rui não era um filósofo radical, mas um político, como ele mesmo deixou claro: “Compreendo, em política, o sistema do tudo gradualmente; o que, em política, não entendo é o tudo ou nada”.⁴²

O pensamento britânico, notadamente de Bagehot e Stuart Mill foi a maior fonte de inspiração de Rui Barbosa para a configuração do seu modelo político ideal. A maior contribuição, pelo menos em relação ao seu modelo de parlamentarismo, e da sua concepção de uma democracia liberal “esclarecida”,

⁴¹ De acordo com Domenico Losurdo, em relação à Inglaterra, quem se aproxima do radicalismo é John S. Mill, que via na escravidão “a mais flagrante das possíveis violações’ dos princípios liberais e estigmatiza os que a defendem com as ‘forças do Mal’. [...] Tomando nitidamente as distâncias da grande maioria dos seus contemporâneos, Mill não parece recuar horrorizado da perspectiva de uma revolução vinda de baixo dos escravos negros. E, no entanto, ele é o teórico de uma nova ‘escravidão’, de caráter temporário e pedagógico, em relação aos ‘selvagens’ [...] e por uma renovada desconfiança em relação à ‘democracia’: provocada e justificada pela ‘ignorância e especialmente o egoísmo e a brutalidade das massas’”. LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Editora Ideias & Letras, 2006, p. 193.

⁴² BARBOSA, Rui. “A situação liberal”. In OCRB. Vol. VI. Tomo I, p. 160.

foi a de Stuart Mill.⁴³ Este autor foi fundamental para a geração liberal radical, desejosa de encontrar novas bases teóricas para efetuar as críticas ao pensamento doutrinário e conservador da Monarquia, em razão da atualidade de sua teoria de governo representativo frente aos problemas do liberalismo da época. Stuart Mill era uma espécie de síntese crítica do utilitarismo que dominava o pensamento inglês. Ao mesmo tempo em que Stuart Mill dialogava independentemente com Spencer e Comte, procurava enfatizar a importância da liberdade na teoria política e social, que começava a ser menosprezada pelo determinismo sociológico do positivismo.⁴⁴ O pensador inglês contribuiu para a concepção das ideias políticas de Rui, que postulava a liberdade individual e a modernização do país contra o binômio ordem-liberdade do liberalismo político dos conservadores, e a autonomia do homem contra o binômio ordem-progresso dos positivistas. Existiam, assim, como procuraremos realçar ainda nesse capítulo, estritas afinidades entre as ideias de Rui Barbosa e o pensamento de Stuart Mill, pois, mesmo com objetivos imediatos distintos, ambos possuíam um fim último comum: a democracia liberal. Isto é, a qualidade do governo representativo dependia, tanto para Mill quanto para Rui, do desenvolvimento racional do indivíduo, pressuposto para o acesso à participação política.⁴⁵

⁴³ De acordo com Christian Lynch, “Stuart Mill acreditava que o sentido do movimento histórico estava no aperfeiçoamento da civilização pelo conhecimento e que haveria uma relação direta entre o progresso e a crescente capacidade de perfectibilidade do caráter. [...] O governo representativo ou parlamentar era o pináculo das formas de governo justamente porque conciliava a participação da maioria ignorante com a direção da minoria esclarecida. Na medida em que só as pessoas mais evoluídas, moral e intelectualmente, favoreciam e difundiam na massa os princípios da obediência e do trabalho, cabia a elas governar a sociedade, para assegurar seu aperfeiçoamento, e evitar o retrocesso que resultaria da sua direção pela maioria ignorante. [...] A preocupação de Mill com a qualidade do governo democrático também se refletia em suas concepções sobre a extensão e a forma do sufrágio. Embora professasse a universalização do voto, ele se fez inimigo acérrimo do voto do analfabeto: a instrução era condição *sine qua non* para o gozo dos direitos políticos, pelo que ‘o ensino universal terá de preceder a libertação universal’”. LYNCH, Christian E. C. “A utopia democrática. Rui Barbosa entre o Império e a República”. In *Op. cit.*, pp. 39-40.

⁴⁴ Cf. MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo: Antigo e Moderno*, pp. 125-132.

⁴⁵ Para Macpherson, a diferença marcante entre os modelos de democracia dos pensadores liberais pode ser encontrada a partir da ênfase que cada um colocava nos propósitos que o sistema político democrático buscava alcançar. Nesse sentido, Stuart Mill enfatizava que a democracia poderia contribuir para o desenvolvimento humano. A respeito da concepção de Mill sobre a democracia, Macpherson afirma que, para o pensador liberal inglês, o “sistema político democrático é valorizado como um meio para o aperfeiçoamento do indivíduo - um

Desse modo, uma breve incursão nos primeiros discursos de Rui Barbosa na Câmara no contexto da situação do Partido Liberal e da discussão da reforma eleitoral do Projeto Sinimbu, nos permitirá desvendar um pouco mais os nexos existentes entre as suas ideias e as mediações políticas em que o político baiano realizou a sua ação política.

2.2.1. O censo e o saber, ou a sagração das capacidades e o medo do número

O projeto Sinimbu começou a ser discutido em 22 de abril na Câmara. Nesta data, o deputado Pedro Luís Pereira de Sousa, da província do Rio de Janeiro, indicado pela dissidência liberal, liderada por José Bonifácio, pronunciou duras críticas ao governo. Para Pereira de Sousa, o Partido Liberal no poder não postulava o mesmo que na oposição. Era discutível, segundo ele, o caráter liberal do projeto, uma vez que o Partido Liberal quando estava na oposição - conforme pregara, em 1875, Zacarias de Góis - defendia a adoção de um censo não muito alto, embora não admitisse o sufrágio universal. Em seu discurso, o parlamentar aconselhou os seus pares a observar a necessidade de ponderar as condições especiais do Império, e procurou antecipar-se aos que pudessem apresentar o argumento de que as opiniões estrangeiras advertiam que os iletrados deveriam ser excluídos do direito do voto. Ou, ainda, como disse Pereira de Sousa, utilizassem argumentos tais como:

[...] de que várias constituições de países europeus impunha o saber ler e escrever para o direito de votar. É que essa imposição pode admitir-se em Estados onde existem poucos analfabetos. [...] Como fazê-la no Brasil onde a imensa maioria da população é analfabeta? [...] O projeto pretendia

meio necessário, embora não suficiente; e uma sociedade democrática é vista tanto como o resultado do aperfeiçoamento do indivíduo, como também um meio para desenvolvê-lo ainda mais". MACPHERSON, C. B. *The life and times of liberal democracy*. Canada: Oxford University Press, 2012, p. 47.

assim elevar o censo e excluir o analfabeto, quando a aspiração liberal do século na matéria era o sufrágio universal.⁴⁶

Contudo, como previu Pereira de Sousa, o deputado Inácio Martin, entre outros, invocou a autoridade de John Stuart Mill em defesa da exclusão dos analfabetos, e desafiou: “Os nobres deputados não quererão por certo ser mais liberais do que Stuart Mill”.⁴⁷

Por sua vez, Saldanha Marinho, republicano, mas membro do Partido Liberal, também se pronunciou a respeito do projeto, em discurso de 23 de abril. Para ele, a situação liberal, com sua volta ao poder, era uma espécie de fraude cometida pela Coroa contra o Partido Liberal, com o objetivo de desmoralizá-lo, incumbindo-o de uma reforma eleitoral conservadora:

A constituinte não pode alterar a significação das palavras. Ora, tirem-se os que não têm renda líquida, tirem-se os que não sabem ler, a que fica reduzido o direito de votar? É isto liberal? Os conservadores não o teriam feito melhor. Talvez mesmo nem aceitem tão avultado presente.⁴⁸

O deputado da bancada paulista, Gavião Peixoto, embora considerasse razoável a exclusão dos analfabetos na eleição de um único grau, argumentava que era preciso fugir dos extremos, “ao menos enquanto a sociedade, por sua parte, não tiver cumprido o dever fundamental de por a instrução ao alcance de todo o mundo”. E dirigindo-se àqueles que argumentavam que John Stuart Mill sustentava a exclusão dos analfabetos do direito de voto, ele respondeu que o mesmo Stuart Mill sustentava que: “quando a sociedade não cumpriu o seu dever, tornando esse grau de instrução acessível a todos, há por certo injustiça em privar do voto os que não sabem ler e escrever”.⁴⁹ Entre os defensores do projeto, por exemplo, estava Francisco Sodré Pereira, para quem, se o censo elevado significava a aristocratização do eleitorado, o sufrágio universal era “a

⁴⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, 22/04/1879, p. 542.

⁴⁷ *Idem*, 23/05/1879, p. 362.

⁴⁸ *Idem*, 23/04/1879, p. 683.

⁴⁹ *Idem*, 25/04/1879, p. 721.

arma das tiranias e despotismos”⁵⁰, argumento-síntese que revelava o receio entre aqueles que defendiam maior seleção do eleitorado.

Porém, um dos discursos mais importantes a respeito da reforma eleitoral foi pronunciado no dia 28 de abril de 1879, por José Bonifácio. Para este deputado paulista, o projeto de Sinimbu erguia “o estandarte do privilégio no posto onde devera erguer o da igualdade”. Segundo Bonifácio, a reforma proposta pelo governo Sinimbu era incoerente com as ideias do Partido Liberal, era “a negação do governo parlamentar, é o suicídio moral de um partido no momento da vitória; não é a bandeira da reforma é a reforma da bandeira [liberal]”.⁵¹ Bonifácio procurou ressaltar que o Partido Liberal sempre defendeu a eleição direta porque ela teria como função garantir a legitimidade do Parlamento, já que ela poderia fornecer-lhe uma efetiva base popular, condição para se reivindicar uma maior participação e autonomia política perante o Poder Moderador. Porém, de acordo com Bonifácio, o projeto em questão fortificava ainda “mais a ação governamental, diminuindo ao mesmo tempo a autoridade moral do Parlamento”.⁵² Para ele, o propósito de legitimação do Parlamento com a eleição direta não seria obtido, pois a reforma eleitoral, nos termos propostos, colocava o país na contra-marcha da História. Afinal, como obter a legitimidade da representação política, se se propunha no projeto de reforma a redução do número de eleitores justamente no momento em que a Europa estendia o sufrágio? Em seu discurso, o deputado paulista buscava demonstrar que, com a limitação da participação política, o Brasil seguia na contramão dos países civilizados, onde a tendência era ampliar o direito do voto e não restringi-lo. E, retoricamente, perguntava se não era “desanimador que a democracia no Brasil diga, pedindo uma constituinte para emancipar o voto: Todo censo, por mais elevado que seja, me serve?”⁵³

Para Bonifácio, o projeto Sinimbu colocou em pauta duas concepções acerca do voto, isto é, o voto compreendido como “função pública” ou como “direito político”. Os defensores do projeto reconheciam que o voto tinha uma

⁵⁰ Idem, 25/04/1879, p. 732.

⁵¹ Idem, 28/04/1879, p. 748.

⁵² Idem, p. 751.

⁵³ Idem, p. 753.

função pública: o direito do sufrágio deveria ser concedido de modo gradual e sucessivo, conforme as circunstâncias especiais do país. Isso significava, naquele momento, que o direito do voto sofreria limitações censitárias que acompanhavam as condições sociais, sobretudo, a instrução e a renda. Por sua vez, os opositores do projeto, entre eles, o próprio Bonifácio, entendiam o voto como direito político, que só comportava “as restrições indispensáveis para o legítimo exercício da escolha”.⁵⁴ Segundo Bonifácio, o projeto da reforma eleitoral compreendia o voto como função pública, pois, ao propor a exclusão dos analfabetos e o aumento do censo como medidas restritivas ao direito do voto, o projeto requeria que se alterasse o direito político previsto na Constituição de 1824.⁵⁵

Portanto, a questão central que a reforma eleitoral suscitou era a da definição de quem deveria ter o direito de voto. Em outros termos, a discussão da reforma eleitoral, que colocou os liberais em confronto no Parlamento, foi pautada pela questão: quais seriam as condições que deveriam ser exigidas para a concessão do direito político?

O problema para Bonifácio estava justamente na definição da “certa soma” exigida para conferir o direito político. Por isso, ele procurou rebater os parlamentares que se utilizavam da opinião de Stuart Mill para sustentar a exclusão dos analfabetos:

Em que a leitura e a escrita por si sós afirmam os conhecimentos necessários para votar? Não podem uns saber mais do que outros? Stuart Mill, tão citado nesta matéria, contenta-se apenas com essa afamada condição, ou pelo contrário pede mais alguma coisa, - as primeiras regras de aritmética? Seus desejos não se largam mesmo ainda mais, quando vê em outros conhecimentos garantia de acerto? Por que parais a meio caminho?⁵⁶

Enquanto na Europa reconhecia-se que o dever de instruir vinha antes do direito de excluir a população do direito do voto pelo motivo do

⁵⁴ Idem, p. 754.

⁵⁵ Cf. Idem, p. 756.

⁵⁶ Idem, p. 758.

analfabetismo, no Império brasileiro, argumentava-se pela exclusão da grande massa que não sabia ler, “acusando o perigo da eleição pela inconsciência do voto”.⁵⁷ Bonifácio acusava o projeto Sinimbu de inverter os dados do problema da representação política: ao invés de afastar a massa dos analfabetos da exclusão, reforçava essa situação uma vez que reduzia a “delegação nacional ao mandato da insignificante minoria”.⁵⁸ Desse modo, o caminho mais correto a seguir na reforma eleitoral não era o da exclusão da massa popular da participação política. Ao contrário, sem negar-lhes o direito político, era preciso instruir os que não sabiam ler e escrever ou proporcionar-lhes tempo e meios para adquirirem o saber.

Embora Bonifácio reconhecesse que era preciso disseminar a instrução e forçar os analfabetos a se instruírem para evitar exclusões futuras, o que ele denunciava, entretanto, era que o projeto Sinimbu, “de um liberalismo que, em honra dos nossos maiores, não conheceu a constituição do Império”, trazia no seu bojo uma contradição ao ignorar que a presunção da capacidade excluiria, “em nome da democracia, a massa do povo”.⁵⁹ É preciso ficar bem claro que Bonifácio não pregava o sufrágio universal; na verdade, o que ele defendia era a manutenção do censo e do direito do voto dos analfabetos, nos moldes existentes na Constituição. Isso porque considerava que esta tinha sido uma das medidas que constavam no projeto da Constituição da Assembleia Constituinte de 1823, que a Carta de 1824 havia mantido, e que, para ele, significava uma conquista democrática.

Ainda que pregasse o voto generalizado, o liberal dissidente seguia de perto a defesa dos limites do sufrágio definidos pela Constituição: “todo aquele que pode produzir para viver, que rega com o seu suor o fruto da terra, que, por bens de raiz, comércio, indústria ou artes, ganha o necessário para não ser pesado à ninguém, tem o direito de votar e por que?”⁶⁰. Uma vez respeitado o

⁵⁷ Idem, p. 758.

⁵⁸ Idem, p. 750.

⁵⁹ Idem, p. 750.

⁶⁰ Idem, p. 753. Nos *Anais da Câmara dos Deputados* está registrado que, nesse momento, o discurso do deputado foi interrompido pelo tumulto provocado pela população que tentava entrar no recinto para assistir aos debates. Após a interrupção, e restabelecida a ordem nas galerias com apoio da comissão de polícia, Bonifácio foi chamado a prosseguir o seu discurso.

critério da independência pessoal e do censo estipulado na Constituição, não haveria mais critério a ser cumprido individualmente.

O deputado da bancada paulista procurava assim, rebater os pressupostos de falta de discernimento e de incapacidade invocados na Câmara em favor da exclusão dos analfabetos do direito à participação política. Bonifácio argumentava que nem “o saber ler e escrever, nem a ciência, nem a instrução de qualquer natureza, nem a vida a que o homem se dedica, o criam e determinam. O critério de discernimento não dependeria apenas do cumprimento do saber ler e escrever, pois existiam diferentes formas que o povo, mesmo analfabeto, teria de se instruir.

Figura 3. Invasão da Câmara dos Deputados (durante a discussão da reforma eleitoral)

Fonte: Revista Ilustrada, Ano 4, nº 159. Rio de Janeiro, p. 5.

O deputado via a exclusão dos analfabetos, fundamentada no critério da instrução, como a falsificação da representação política. A aprovação do projeto Sinimbu, para Bonifácio, significaria que apenas uma minoria seria representada pelo voto e acabaria impondo seus interesses à grande maioria banida da representação política.

Com o objetivo de rebater com maior veemência o projeto do governo, José Bonifácio acrescentava que, mesmo com mandato restrito, “eles [os excluídos] não renunciariam ao “direito de cidadãos brasileiros” e poderiam, por isso, “pedir contas aos mandatários infiéis” por meio do único expediente que lhes restava: “opor força à força. O mandato restrito, transformado em mandato nacional, dá como consequência o direito à insurreição”. Bonifácio chegava, assim, a defender o direito de revolução frente ao possível desrespeito aos direitos políticos do povo, caso o projeto fosse aprovado naqueles moldes. A exclusão da participação política seria arbitrária, pois “quando ainda há pouco, entre nós a guerra do Paraguai precisava de milhares de soldados para sustentar a honra nacional e a dignidade política, não foi às tábuas do censo que pedistes as levas do sacrifício”. Desse modo, o projeto deveria ser rejeitado, pois

querem dar a delegação nacional pela vigésima parte da nação brasileira. A História do país protesta contra a acintosa exclusão das massas ativas do Império. Não temos a luta do proletário, mas temos a crise do trabalho, a transição da grande propriedade, [...] e tudo isto quando o projeto diz às massas: pagai impostos, mas não votareis.⁶¹

Uma das principais razões arroladas pela elite política para justificar a exclusão das camadas populares da participação eleitoral era que a pobreza e o analfabetismo tornavam-nas dependentes tanto econômica quanto intelectualmente. Da constatação dessa dependência derivava-se a conclusão de que as camadas menos favorecidas eram mais suscetíveis à corrupção e à venda de votos. Consequentemente, pretendia-se “purificar” e moralizar as urnas por meio da exclusão dos analfabetos e dos indivíduos mais pobres do direito do sufrágio. Em relação à percepção de que o povo era o responsável

⁶¹ Idem, pp. 752-755.

pelas irregularidades do processo eleitoral, Bonifácio esclarecia que esse pressuposto servia para mascarar a verdadeira corrupção cometida pelas classes superiores do país.

Paralelamente às críticas de Bonifácio, levantaram-se também outras vozes favoráveis ao projeto. Entre essas vozes, obviamente, estava a do próprio Sinimbu. O presidente do Conselho de Ministros reafirmou em seu discurso, na Câmara, a incapacidade do analfabeto votar: “Quanto à condição de saber ler e escrever, creio, que é o menos que se pode exigir como sinal de capacidade daquele que tem de concorrer diretamente para a escolha dos representantes da nação”.⁶²

Na mesma sessão do dia 28 de maio de 1879, José Bonifácio, em resposta a Sinimbu, voltou a argumentar que, se para votar não bastava querer e discernir, se era preciso condição especial de capacidade, essa lógica levaria a uma situação absurda: “a teoria da eliminação política não tem limites; as capacidades graduam-se, pela sua natureza, são relativas, e por isso as incapacidades não têm fim”. Desse modo, a lógica política do projeto seria a de que os mais capazes excluiriam os menos capazes.⁶³

Bonifácio apontava que a lógica da exclusão política invertia os princípios liberais da representação política: “Neste Império, sem mestres e sem discípulos, quando as estatísticas falam tão alto, vós fechais para o povo a grande escola do voto”.⁶⁴ Excluir grande parte da nação do ato de votar, com o argumento de se purificar as urnas, seria, portanto, uma falácia. Além de não ser justificada a exclusão dos analfabetos do direito do voto num país sem escolas, a própria participação política seria uma forma de instrução, pois, negar ao povo o direito de voto seria fechar a oportunidade de educá-lo como cidadão e desenvolver nele o espírito público.

Na conclusão do seu discurso, Bonifácio desfere duras críticas ao projeto e ao próprio governo, acusando-o de não se basear na soberania nacional, mas, no princípio oposto, ou seja, na exclusão das massas ativas da sociedade brasileira no mandato nacional, criando no seu lugar uma

⁶² Idem, 28/05/1879, p. 423.

⁶³ Idem, p. 433.

⁶⁴ Idem, p. 433.

aristocracia eleitoral: “Se eu fosse ministro, pediria que se alterasse a fórmula da promulgação das leis, e em vez de - *unanime aclamação dos povos* - diria - unânime aclamação do censo e dos que sabem ler e escrever”.⁶⁵

Desta maneira, a partir de uma visão liberal mais radical para a conjuntura da discussão da reforma eleitoral, José Bonifácio defendeu uma maior igualdade dos cidadãos como condição primordial para a legitimidade da eleição direta e da representação política. Apontou, sem chegar, no entanto, a propor o sufrágio universal, para o perigo de se constituir ou definitivamente institucionalizar-se, com um censo mais elevado e a supressão do voto dos analfabetos, uma “aristocracia” política no país.

Entretanto, apesar de Bonifácio ter sido um dos parlamentares que mais criticara as medidas de exclusão do projeto Sinimbu, ele demonstrou em seus discursos os limites da ideia democrática no Brasil. Embora rejeitasse o elitismo da reforma, Bonifácio entendia que a Constituição, ao menos na questão do direito ao sufrágio, era suficiente para garantir a representação democrática. Assim, ainda que o deputado paulista tenha se preocupado com a participação popular no processo eleitoral, ele admitiu que a adoção do sufrágio universal era uma medida precoce para a época e, portanto, um ideal do qual não compartilhava. Ou seja, mesmo os liberais brasileiros com ideias mais radicais, tinham receios que uma ampliação da participação política pudesse acarretar resultados não previsíveis para a ordem e a manutenção do *status quo* imperial. Ao criticar as propostas elitistas da reforma eleitoral, Bonifácio sugeriu a manutenção do sistema previsto na Constituição, o que significava, na prática, a defesa da ordem e nenhuma proposta para a ampliação da participação política.

Joaquim Nabuco também endossou as palavras de José Bonifácio. Para criticar o projeto Sinimbu e manifestar o seu apoio à dissidência liberal radical, o deputado pela província de Pernambuco iniciou o seu discurso ironizando o seu próprio partido. Em suas palavras, ao passo que o Partido Conservador convocara o parlamento para garantir a liberdade àqueles que ainda nasceriam do ventre escravo, o Partido Liberal “depois de dez anos de oposição, convoca o seu parlamento, não para alargar o direito de sufrágio àqueles que ainda não

⁶⁵ Idem, p. 434.

se acham na posse dele, mas para tirá-lo a um grande número daqueles mesmos que nos mandaram a esta casa”.⁶⁶

Primeiramente, Nabuco não concordava que a reforma eleitoral se transformasse em matéria constitucional. Via em tal fato um precedente, um perigo de, pela primeira vez depois de quarenta anos, se querer convocar uma constituinte para reformar a Constituição “para mutilá-la, para tirar-lhe aquilo que ela tinha de expansivo e de liberal, para torná-la a bandeira dos nossos adversários, para impopularizar um partido que em toda a parte é o do povo e para tirar a classes inteiras o direito de voto”. O problema, para Nabuco, estava em se fazer a reforma “não no sentido liberal, não para alargar direitos, não para transformá-la no sentido das aspirações de uma democracia que cresce”.⁶⁷

De forma irônica, Nabuco dirigiu-se àqueles que não sabiam ou não faziam questão de fazer o cálculo de quantos seriam excluídos do direito de voto com a pretendida reforma: “A minha aritmética nesse ponto não falha; [...] porque, segundo a opinião do Sr. Stuart Mill, que prevalece nesta casa, não são só os analfabetos que não devem votar, são também os que não conhecem os princípios da aritmética”.⁶⁸

Para Nabuco, os vícios nas eleições não procediam dos iletrados, mas “dos emboladores de chapa, dos manipulares, dos cabalistas”. E, ao contrário do que afirmavam os pretensos moralizadores do processo eleitoral, a corrupção decorria, em última análise, para o deputado, da própria classe política. Como bem observou Nabuco, suprimir o direito de voto dos analfabetos era considerar que esses mesmos analfabetos, que não podiam ler e escrever, paradoxalmente, “seriam os culpados pelas atas falsas” e pelo “crime das qualificações fraudulentas, das duplicatas imaginárias e das apurações indecorosas”.⁶⁹

Contudo, Nabuco não deixou de revelar as suas apreensões com os rumos que uma restrição ao direito dos cidadãos poderia acarretar em termos

⁶⁶ Idem, 29/04/1879, p. 763.

⁶⁷ Idem, p. 764.

⁶⁸ Idem, p. 767.

⁶⁹ Idem, p. 772.

de comoção popular. Por isso, lembrou aos seus correligionários que a bandeira liberal trazia inscrito o dístico “Reforma ou revolução”. Nesse sentido, em tom de vaticínio, Nabuco alertou o presidente do Conselho acerca da necessidade de realizar a reforma eleitoral, sem esquecer, entretanto, do significado completo do lema do Partido Liberal, ou seja, evitar a revolução.⁷⁰

Na sessão do dia 29 de maio de 1879, o Ministro da Justiça, Lafayette, empreendeu a defesa do projeto do governo. Insistiu o ministro na afirmação do princípio de que, para votar, o cidadão “deve ter certo discernimento intelectual, deve ter a capacidade suficiente para compreender e conhecer os interesses coletivos do Estado e para julgar da aptidão dos candidatos”.⁷¹

Para justificar a restrição à participação política dos iletrados, Lafayette teceu suas concepções sobre o analfabetismo, deixando claro que a minoria deveria governar em nome da nação: “Mas, admita-se, senhores, que oito décimos da população do Império se compõem de analfabetos, eu pergunto-vos – a ignorância, a cegueira, porque se torna vasta e numerosa, porque se generaliza, adquire o direito de governar?”. O medo do número sobrepunha-se a qualquer ideia de democracia: “Se há no Império oito décimos de analfabetos, eu vos direi, esses oito décimos devem ser governados pelos dois décimos que sabem ler e escrever”.⁷²

A fala do Ministro da Justiça, entre outras, demonstrava a dificuldade da conciliação do liberalismo, ao menos aquele professado pelo Partido Liberal, com a democracia efetiva. Sua facilidade em conciliar-se com práticas de exclusão da cidadania, tais como as exigências de capacitação do eleitor, que condicionavam o direito do sufrágio, desvelava seus contatos e semelhanças com as elites conservadoras que temiam qualquer tipo de mudança. A recusa em promover a ampliação da participação política era provocada, em parte, pela profunda rejeição das ideias de igualdade por esse liberalismo, assim como o apego à manutenção do *status quo* imperial. A tradicional reivindicação de liberdade da doutrina liberal complicava-se ainda mais em solo brasileiro se

⁷⁰ Idem, p. 773.

⁷¹ Idem, 29/05/1879, p. 451.

⁷² Idem, p. 453.

lembrarmos o posicionamento intrincado dessa corrente e do próprio Partido Liberal frente à escravidão.

O fato é que no final da sessão do dia 29, foram postas em votação e rejeitadas pela maioria todas as propostas de emenda ao projeto de reforma constitucional, passando este para a terceira discussão. Finalmente, em 9 de junho de 1879, encerrada a terceira discussão, o projeto foi posto em votação e obteve 81 votos favoráveis e 16 contrários, sendo então encaminhado à consideração do Senado.

Após as críticas promovidas pela dissidência liberal ao projeto Sinimbu, em face do fracasso dos defensores do governo em efetuar a sua defesa, e à repercussão nacional desses discursos, o partido impôs a Rui Barbosa a tarefa de defender o projeto do governo através do pronunciamento de um discurso de resposta a José Bonifácio. Nesse discurso, pronunciado em 10 de julho de 1879, Rui defendeu, “com mais desvelo do que o comum dos defensores do projeto”,⁷³ o ponto de vista do governo.

Depois da aprovação do projeto na Câmara, Rui manifestou-se dizendo que o Brasil podia orgulhar-se de duas coisas: de não ter classes sociais (“classes não as temos”) e de inocular nos hábitos, nas tendências, nas necessidades populares, o “gênio da igualdade”.⁷⁴ Quanto à reforma eleitoral proposta, mostrou-se plenamente favorável tanto à elevação do censo, que ele passara a chamar de *censo pecuniário*, para quatrocentos mil réis, quanto, especialmente, à introdução da condição de saber ler e escrever, que ele passara a denominar de *censo literário*.

Desse modo, no contexto da discussão da reforma eleitoral podemos constatar que, ao lado da definição do seu modelo político ideal - a monarquia parlamentarista inglesa -, Rui definiu o seu pensamento sobre o sufrágio bem como o seu ideal político de constituição de uma democracia representativa *racional* no país. O pensamento de Rui sobre a democracia manifestou-se claramente nos dois discursos pronunciados no Parlamento em defesa dos projetos de reforma do governo, sendo o primeiro pronunciado a favor do projeto de Sinimbu, e o segundo, em defesa do projeto Saraiva. Esses

⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* Tomo. II. 5º Vol., p. 207.

⁷⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, 10/07/1879, p. 129.

discursos materializaram o desenvolvimento das ideias políticas de Rui, desde os artigos no *Diário da Bahia* até o Parlamento, e nos revelam o esboço de um programa político de construção do que via como uma sociedade liberal democrática no país. Desta maneira, procuraremos a seguir, interpretar esses discursos a partir de seu projeto político, bem como da discussão sobre a reforma eleitoral em que, como vimos acima, eles foram elaborados.

3. A exclusão dos analfabetos

Conforme procuramos demonstrar anteriormente, o projeto Sinimbu suscitou no Parlamento, entre os próprios liberais, debates polêmicos que expuseram distintas concepções sobre o sufrágio e a democracia representativa. Frente à dissensão do Partido Liberal na discussão da reforma eleitoral, como já tivemos a oportunidade de comentar, Rui deveria defender o projeto do governo das acusações dos dissidentes, principalmente, rebater as críticas de José Bonifácio ao projeto.

Antes de prosseguirmos na análise dos discursos de Rui, cabe esclarecermos que o contexto da situação liberal inaugurada com o gabinete Sinimbu e com a questão da reforma eleitoral a ser resolvida no Parlamento havia exacerbado a dissidência no interior do partido. Os membros do Partido Liberal discutiam ideias, projetos de reformas, mas também disputavam o papel de protagonistas no Parlamento. Com efeito, os chefes do Partido Liberal não tardaram a perceber que o jovem deputado baiano era um membro que deveria ser utilizado como ponta de lança do partido.⁷⁵ E de fato, Rui aceitaria durante

⁷⁵ Os longos discursos de Rui Barbosa, repletos de erudição, logo lhe garantiram a fama de grande parlamentar. À sua retórica, o orador aliará um estilo cáustico e irônico que visava, muitas vezes, a desqualificação do seu adversário político, resvalando para ofensas pessoais e desmoralização do oponente. As primeiras polêmicas que travou no Parlamento imperial foram com José Bonifácio, o Moço, seu antigo professor na Faculdade de Direito, e com o deputado gaúcho, Gaspar Silveira Martins, uma das maiores personalidades do Partido Liberal - ex-ministro da Fazenda do gabinete Sinimbu - e famoso no meio político por ser um dos maiores oradores parlamentares do país. A partir da polêmica com Silveira Martins, o nome de Rui passou a circular no interior do Parlamento como aquele que “assombrava” e fazia “milagre” com o seu poder oratório e erudito, inibindo o oponente a prosseguir na réplica. A polêmica que Rui travou com o deputado gaúcho demonstrava os dissídios internos do Partido Liberal e serviram para deteriorar ainda mais a homogeneidade aparente do gabinete liberal de Sinimbu.

as suas duas legislaturas (1879-1884) várias incumbências políticas dos líderes, como, entre outras, a elaboração de projetos e a defesa do governo no Parlamento, tarefas cumpridas com extrema fidelidade partidária, como veremos no decorrer desse trabalho.

Nesse sentido, Rui parece ter visto, em cada ocasião oferecida pelos chefes do seu partido, uma chave de oportunidade para se lançar como nome de projeção do partido e se destacar no Parlamento como um *leader*. Essas iniciativas testemunham as contradições entre as suas ações, os seus interesses práticos pela implantação de algumas reformas políticas - defendendo o interesse do partido que representava - mas também as suas próprias ideias.

A defesa do projeto de reforma eleitoral nos termos propostos pelo seu partido nos evidencia o desempenho de Rui como ator político, embrenhado na política institucional brasileira de sua época. Desse modo, Rui Barbosa é um exemplo de personagem político que, buscando acomodar o seu ideário intelectual às circunstâncias da sua política-parlamentar demonstrou a capacidade, ou necessidade, de adaptação do seu ideário liberal. Dessa forma, é na combinação, ou melhor, no ajustamento entre ideias e práticas políticas que é possível interpretar como Rui Barbosa definiu a sua ação política e o seu pensamento.

Nesta perspectiva, retornando-se à análise do discurso em defesa do projeto Sinimbu, podemos constatar que Rui estava em excelente posição no partido para definir o seu pensamento sobre o direito à participação política e as suas concepções sobre a democracia. Como deputado liberal, em 1879, Rui

O embate entre os dois deputados liberais se configurou tendo de um lado Rui, que defendia a permanência de Sinimbu à frente do gabinete, e de outro lado, Silveira Martins, que contestava a legitimidade do chefe de gabinete no seu cargo. O episódio da falência do *Banco Nacional*, que envolvia o nome de Sinimbu, contribuiu para impopularizar cada vez mais o gabinete por ele presidido. Era a primeira vez que a um senador e chefe de gabinete do Império incidia a ameaça de ser condenado e cumprir pena na prisão. O confronto com Silveira Martins propiciou a Rui uma oportunidade para se revelar como destemido debatedor parlamentar e estabelecer-se como deputado de confiança dos chefes do Partido Liberal - em especial, Saraiva e Dantas. Desse debate entre Silveira Martins e Rui é que se criou, entre os biógrafos e admiradores da vida e da obra do político baiano, um mito à brasileira do Davi bíblico: "Contra este Golias [Silveira Martins], que também era um gigante no porte, mandou o Partido Liberal que marchasse um Davi quase estrepante, de 1,58m de altura, ainda por cima arrasado pela notícia recente da morte de sua irmã". LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*, pp. 20-21.

manteve e mesmo desenvolveu suas teses principais sobre o sufrágio e a democracia, que já estavam presentes nos seus discursos, na Bahia, sobre a reforma eleitoral e a eleição direta, e nos artigos que escrevera como jornalista e membro do Partido Liberal para o *Diário da Bahia*, como vimos no capítulo anterior.

Desse modo, precisamos sublinhar igualmente que, ao contrário da afirmação de Christian E. Cyril Lynch, de que no caso da reforma eleitoral, Rui “mobilizou sua poderosa oratória em favor de interesses que não eram os seus e que, ao menos aparentemente, contradiziam seus propósitos liberais e democráticos”⁷⁶, podemos afirmar que a sua concepção e ideal de democracia não se alteraram em vista da reforma eleitoral. Na verdade, ao responder às questões suscitadas pela reforma eleitoral do gabinete Sinimbu, Rui deu continuidade às suas ideias de democracia que, como veremos a seguir, não contradiziam os seus princípios liberais. Mesmo porque, esses princípios liberais foram buscados no substrato teórico do liberalismo europeu e selecionados de modo a justificar a sua concepção de democracia representativa e de cidadania, assim como a exclusão dos analfabetos da participação política. Correndo o risco de adiantarmos a nossa exposição, podemos dizer ainda, que o projeto de implementação de uma democracia ilustrada no país seria perseguida por Rui ao longo de sua trajetória política. Isso equivale a dizer que o seu projeto de construção de uma sociedade democrática não contradizia os seus princípios liberais, sendo o mais forte deles no seu pensamento, a defesa intransigente da educação do indivíduo como condição para a participação política. Desse modo, para Rui, a partir dos princípios liberais que adotara, uma sociedade democrática deveria ser construída com cidadãos instruídos, mesmo se isso significasse excluir a maior parte da população brasileira do direito à escolha de seus representantes políticos.

Por ora, convém retornarmos ao discurso de Rui, pronunciado em 10 de julho de 1879, em defesa do projeto Sinimbu e acompanharmos o seu pensamento sobre o direito ao sufrágio e a sua concepção de democracia.

⁷⁶ LYNCH, Christian E. Cyril. *Op. cit.*, p. 44.

O problema inicial que o deputado baiano deveria enfrentar era sobre o efetivo conteúdo liberal do projeto, colocado em dúvida pela dissidência do partido. Assim, Rui procurou justificar sua postura em relação à reforma eleitoral, explicando que, mesmo sendo a favor da adoção do processo de reforma da Constituição por meio da legislação ordinária, aceitava a opção de emenda constitucional em virtude da urgência que a solução da questão exigia. O verdadeiro problema, para ele, eram as fraudes no processo eleitoral, e a solução, a mesma apontada na época de jovem jornalista do Partido Liberal baiano: a qualificação dos eleitores. Nesse sentido, o projeto Sinimbu que, estipulava um censo mais rigoroso e a exclusão dos analfabetos da participação eleitoral poderia resolver o problema. A falta de exigências efetivas das capacidades eleitorais fora, para Rui, a causa do fracasso de todos os sistemas de sufrágio adotados no Império e, também, da continuidade e da existência das fraudes. O perfeito funcionamento do sistema eleitoral direto dependia, assim, da qualificação dos eleitores, pois a eleição direta, por si só, não seria suficiente para legitimar um sistema político. Um bom exemplo disso tinha sido a França:

A eleição direta, definitivamente vitoriosa em França, após uma renhida campanha de quatro anos, desde 1820, atravessando a década final da restauração, foi respeitada pela monarquia de Julho, sob a qual dominou ali exclusivamente, o que não impediu que os dezoito anos dessa fase da história francesa assinalassem o derrancamento progressivo do governo parlamentar, o desenvolvimento da influência inconstitucional da coroa, a florescência do poder pessoal. Com a eleição direta pode ser então compatível a política impopular e corruptora de um rei, cuja regra de vida (segundo o testemunho, confirmado pela história de um dos seus ministros, Victor Cousin), “cuja resolução inabalável era não mudar de sistema, [...] não ceder nunca jamais à oposição, [...] sem violar nenhum artigo da carta, burlava-a de todo em todo, suprimindo o governo representativo”.⁷⁷

⁷⁷ BARBOSA, Rui. “A reforma eleitoral”. In *OCRB*. Vol. VI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943, p. 228.

Desse modo, Rui procurava destacar que, na França, um dos modelos políticos da Constituição imperial, a eleição direta ao coexistir com o poder pessoal não produziu o regime representativo: “ao cabo desse período de absolutismo encampado sob as formas constitucionais, teve a França, desenganada, que atirar-se de novo à revolução, em nome da reforma eleitoral e parlamentar”. Precisamos sublinhar que esta análise de Rui observava o fato de que a existência do poder pessoal destruiria a legitimidade de qualquer sistema eleitoral. Portanto, para ele, a reforma da eleição direta sem uma proporcional reforma do Poder Moderador, era insuficiente para “consolidar o legítimo ascendente da soberania nacional na administração do Estado”.⁷⁸ No entanto, o que Rui não via, ou não lhe interessava admitir, era que a exigência das capacidades no caso da França - as mesmas que ele queria adotar no Brasil - foi igualmente uma das causas dessa Revolução.

Entretanto, depois de ter sublinhado este aspecto da questão da reforma da eleição direta, Rui voltou a sua fala para a necessidade da capacidade eleitoral. Nesse sentido, considerava que a adoção de critérios de capacidade para selecionar eleitores poderia atenuar o Poder Moderador. Em outros termos, a aplicação de critérios de capacidade garantiria a formação de um eleitorado independente que, por meio da eleição direta, possibilitaria a constituição de um Parlamento independente e legítimo, capaz de contrastar com o poder pessoal do Imperador. Desse modo, o importante não seria a extensão incontrolada do sufrágio, mas a racionalização do processo eleitoral: a seleção de eleitores competentes, ou seja, instruídos e independentes economicamente, o que significava na lógica do pensamento de Rui, o fim das fraudes e a consequente mudança no sistema político.

Percebemos assim que a questão do sufrágio universal, tema fundamental na Revolução de 1848, não interessava muito a Rui. Sua crítica ao governo de Luiz Bonaparte poderia conduzi-lo a revelar as reivindicações políticas populares da revolução de fevereiro na França. Rui não admitia o “sufrágio universal para o Brasil de 1879”, embora admitisse como “democrata”, que ele encerrava para o país “o *desideratum* futuro, como para outros é, já

⁷⁸ Idem, pp. 228-229.

hoje, uma realidade indestrutível”.⁷⁹ Apesar do sufrágio universal já ser admitido na Alemanha, nos Estados Unidos e na França, a sua adoção no Brasil, para Rui, seria precipitada naquele momento histórico. A nação não estaria ainda suficientemente preparada, ou seja, não se encontrava suficientemente civilizada para a implantação desse “ideal da democracia representativa” que aguardava o advento de uma era de “inteligência e educação popular”⁸⁰ para ser absolutamente possível no país.

Para avançar nos seus argumentos em defesa do projeto Sinimbu, Rui procurou desfazer a distinção de José Bonifácio entre a teoria do voto-função e a do voto-direito natural, conforme vimos acima. Primeiramente, de acordo com Rui, mesmo no domínio da pessoa privada, da propriedade e das relações civis, os direitos naturais não teriam para os incapazes de exercê-los “atualidade ativa, senão sob a tutela dos capazes”. Na esfera da política, onde o direito seria a expressão da ação diretamente pessoal, por isso mesmo, o direito se tornaria incompatível com a tutela. Desse modo, o direito e a faculdade real de exercê-lo com independência e inteligência seriam expressões de uma ideia comum: “direito é, portanto, o sufrágio para os habilitados a votar livremente e conscientemente; mas, com ser um direito, não é menos uma função social”. Assim, o voto seria um direito “porque, verificadas as condições que o conferem, a nenhum partido, [...] a nenhuma transação é lícito confiscá-lo”, ao mesmo tempo em que seria uma função, “porque não é facultativo, [...] porque corresponde à obrigação pública de [...] não inspirá-lo senão nos interesses gerais”.⁸¹ Dessa face comum entre as duas teorias, Rui derivava a conclusão de que a concessão do direito do sufrágio dependeria dos requisitos da independência e do discernimento, de cuja verificação não poderia prescindir um regime de eleições moralizado e livre.

Nessa linha de ideias sobre os requisitos necessários para adquirir o direito do voto, mesmo admitindo aversão ao censo pecuniário alto, que “repugnava a democracia”, Rui não via motivos para não acolher bem o projeto

⁷⁹ Idem, p. 230.

⁸⁰ Idem, p. 231.

⁸¹ Idem, pp. 231-232.

Sinimbu, porque este estabelecia duas exigências capacitárias, em suas palavras, “dois quilates para o eleitorado”:

[...] o que poder-se-ia chamar censo literário - saber ler e escrever -; e o censo pecuniário: quatrocentos mil réis de rendimento anual. [...] Aplaudo a cláusula de saber ler e escrever, porque é justa; porque é útil; porque é civilizadora; porque é sobretudo liberal.⁸²

De modo a asseverar que essas propostas do projeto Sinimbu não contrariavam os princípios do Partido Liberal como afirmara Bonifácio, para quem o projeto representava “o suicídio moral do partido”, Rui evocou a opinião de várias “sumidades” liberais brasileiras contrárias ao voto do analfabeto. Essa ideia fora defendida por Tavares Bastos e pelo conselheiro Saraiva.

Rui concluiu que não se poderia reprovar em termos mais condenadores o voto dos analfabetos que eram, então, para ele, a expressão do “absolutismo da ignorância”, de um “liberalismo insensato” e de uma “democracia selvagem”.⁸³ Nessa lógica, a condenação do projeto Sinimbu pela oposição liberal não poderia ser feita em termos liberais. Ao contrário, a reforma eleitoral era propugnada em nome de uma matriz do liberalismo que não admitia a oportunidade de admissão dos analfabetos às urnas, em qualquer época e em qualquer país.

E, se a voz das sumidades liberais brasileiras não bastava para comprovar a legitimidade liberal do projeto Sinimbu, o pensamento liberal europeu estaria do lado de Rui, pois ele pensava “com Stuart Mill (e cubro-me com a autoridade de tão grande nome, para não se dizer que a ideia não é liberal), penso que o analfabeto está absolutamente cego, não dos olhos, mas da inteligência”.⁸⁴ Referindo-se à Inglaterra, Rui afirmava que lá, sim, se sentia a importância do sufrágio universal que era “a última expressão em matéria de eleição, mas, para que um país possa lá chegar, sem risco de comprometer gravíssimos interesses, há uma escala a percorrer na educação e ilustração do povo”. Portanto, quanto a esse lado do Atlântico, deveríamos caminhar

⁸² Idem, pp. 237-238.

⁸³ Idem, p. 243.

⁸⁴ Idem, p. 244.

“sempre com o voto direto, a exemplo da Inglaterra, onde, à medida que a educação e a ilustração vão se alargando, alarga-se o sufrágio”. Somente assim “a democracia faz conquistas duradouras - a democracia racional, que não consagra a soberania do número e da força”.⁸⁵

Neste trecho do discurso, Rui manifestou os principais traços do seu pensamento político, bem como a sua concepção de democracia: a defesa do governo representativo, baseada numa teoria capacitária do sufrágio, que tinha como preocupação central encontrar uma solução racional para a legitimidade do sistema político imperial. Em última instância, Rui buscava transladar teorias liberais com vistas a engendrar uma democracia racional no país.

Todavia, podemos observar que uma matriz teórica conservadora estava bem presente no pensamento de Rui sobre o sufrágio. Em relação a isto, precisamos assinalar que o pensamento constitucional do Império fora influenciado por Benjamin Constant que, como Montesquieu, sua fonte de inspiração, tinha como um de seus referentes o parlamentarismo inglês. Também o pensamento de Guizot marcara o sistema eleitoral vigente. Estes autores, tanto Constant, quanto Guizot, defensores do individualismo, a partir de diferentes perspectivas, temiam que a extensão do sufrágio criasse uma ditadura do número que ameaçasse a liberdade. À maneira de Guizot, Rui recusava a plena participação social para a aquisição da legitimidade da representação política. No seu discurso, não era a nação que deveria deter a soberania, mas a razão. Daí a sua ênfase no funcionamento do sistema político, na técnica do sufrágio e sua reticência em ampliar o direito de voto sem uma proporcional qualificação dos eleitores.⁸⁶

O pensamento de Rui, de acordo com Leonel Severo da Rocha, embora influenciado pelos liberais franceses, era centrado no parlamentarismo inglês, isto é, seu modelo político não era o modelo da restauração francesa.⁸⁷ Esta questão se esclarece a partir da leitura feita por Rui de Stuart Mill, o qual compartilhava a perspectiva de Tocqueville, de que a solidão do indivíduo produzida pela democracia o obrigaria, em razão da ausência de um princípio

⁸⁵ Idem, pp. 245-246.

⁸⁶ Cf. ROCHA, Leonel Severo da. *Op. cit.*, p. 65.

⁸⁷ Cf. Idem, p. 64.

unificador, a delegar a um governo soberano seu poder de decisão. É por isso que a formação de um corpo eleitoral apto a bem escolher os seus governantes era tão importante para Rui, como fora para Tocqueville e Mill.

Desse modo, podemos compreender melhor a insistência de Rui em implantar um sistema racional de governo. Este sistema implicava a construção de um Parlamento estável, sem fraudes eleitorais, como na Inglaterra, e ao mesmo tempo um regime político capaz de afastar o medo da elite nacional, seja da revolução, seja do terror do número, ou do absolutismo. Era preciso, na visão de Rui, construir um regime político no qual o Imperador não tivesse poderes absolutos, isto é, era preciso neutralizar o Poder Moderador, com a constituição de um Parlamento independente e legítimo, em que a estabilidade das instituições fosse garantida pela racionalização dos conflitos. Portanto, para implementar um regime político que conciliasse os direitos individuais e econômicos e os interesses das elites dominantes, o sufrágio censitário seria a resposta liberal dada por Rui.

Deste ponto de vista, podemos compreender que sua concepção do sufrágio foi uma adaptação de certas contribuições do liberalismo francês com o parlamentarismo inglês, a partir da reformulação da doutrina liberal realizada por Stuart Mill. Nesse sentido, Rui utilizou-se das reflexões da segunda geração de liberais doutrinários, como, por exemplo, as de Prevost-Paradol, arroladas a favor de sua fala contra a participação política dos analfabetos:

Prevost-Paradol, [...] no livro *França Nova* [...] emite esse publicista, que pertence à série de Montesquieu e Tocqueville, o seu pensamento contra o voto dos analfabetos, com esta energia: “É indispensável que o eleitor não esteja sujeito a tornar-se, por excesso de ignorância, em ludíbrio do poder ou dos partidos, e seja tão esclarecido quanto, pelo menos, baste para discernir, sem auxílio alheio, o nome do seu eleito e o sentido do seu voto”.⁸⁸

E, a partir daí, para confirmar o fato de que a interdição do voto do analfabeto estava estritamente de acordo com o que se poderia chamar de teoria liberal, Rui recorreu, novamente, a Stuart Mill:

⁸⁸ BARBOSA, Rui. “A reforma eleitoral”, pp. 248-249.

“Só os homens”, diz Mill, “em quem uma teoria irrefletida emudeceu o senso comum, sustentarão que se deva entregar o poder sobre os outros, o poder sobre a comunidade inteira a indivíduos que não tenham adquirido as condições mais ordinárias e essenciais para curar de si mesmo, para gerir com inteligência os próprios interesses e os das pessoas que proximamente lhes digam respeito”. Pois bem; deixamos de ser liberais, porque adotamos a única solução conforme, segundo Stuart Mill, “ao senso comum”. Deixamos de ser liberais, quando não fazemos senão preferir, no conceito de Paradol, “o único regime de eleição digno de um povo livre”?⁸⁹

Conforme vimos acima, alguns liberais dissidentes observaram que a opinião de Stuart Mill não teria valor no Brasil porque todo o seu raciocínio sobre a exclusão do voto dos analfabetos se assentava no fato de que na Inglaterra o ensino era generalizado e a instrução primária de fácil acesso. Dessa forma, alguns parlamentares brasileiros argumentavam que, dado o grau de analfabetismo no país e a pouca difusão da instrução, a concessão do sufrágio não deveria pressupor ou exigir a instrução como cláusula preliminar. Aos críticos de Mill e do projeto de reforma eleitoral, Rui replicava que o fundamento do pensamento do liberal inglês não estava na condição exterior à pessoa do analfabeto, ou na possibilidade mais ou menos fácil de instruir-se, tampouco na difusão nacional do ensino, mas “na incapacidade individual, intrínseca, radical do analfabeto em sua pessoa mesma”.⁹⁰ Para Mill, mesmo numa nação, onde se abundassem os analfabetos, a instrução deveria ser exigida como cláusula preliminar à concessão do sufrágio. Ao seguir de perto os argumentos do liberal inglês, Rui acatava tal asseveração e afirmava no seu discurso que, no Brasil, mesmo o ensino não sendo generalizado e havendo uma enorme massa de analfabetos, a instrução era a condição imprescindível ao sufrágio.

Stuart Mill afirmara de fato que, quando a sociedade não cumpriu o seu dever de fazer acessível a todos a instrução, “há realmente injustiça, mas injustiça que não nos deve enlear”, pois, se a sociedade não cumpriu o seu

⁸⁹ Idem, p. 249.

⁹⁰ Idem, p. 251.

dever de tornar a instrução acessível a todos, devia-se satisfazer primeiro essa exigência: “o ensino universal deveria preceder o sufrágio universal”.⁹¹ A teoria do sufrágio de Rui era, então, justificada pelos maiores expoentes do liberalismo inglês e francês da época. A instrução era a cláusula preliminar do sufrágio: sem instrução, sem se saber ler e escrever não se poderia ser plenamente cidadão.

Desse modo, o voto dos analfabetos era ilegítimo porque o direito de intervir no governo de um país como votante pressupunha, segundo Rui, “a consciência da própria posição, acrescentada à consciência da posição alheia”.⁹² A imprensa, ao lado da tribuna pública era fundamental para a existência e o aprendizado da democracia porque estabeleciam a comunicação entre todos os membros da comunidade política. O jornal e os *meetings* seriam os dois meios responsáveis por desenvolver a consciência política e social do indivíduo e da coletividade, assim como a consciência dos deveres e direitos entre o Estado e os cidadãos. Porém, os clubes e as associações populares eram limitados, e a única maneira popular e de âmbito nacional de informação política existente no país era a imprensa escrita, a verdadeira fonte da educação cívica. A opinião pública não poderia influenciar racionalmente a política sem a existência desta condição de mediação. Portanto, não saber ler era desconhecer a política: “Quais, são, portanto, as fontes de esclarecimento que restam [aos analfabetos] neste país? Pouco mais que a mexerique da aldeia, a palestra ociosa das esquinas, ou a baixa maledicência da taverna. Será este o laboratório da democracia?”⁹³

A opinião pública racional era essencial, de acordo com Rui, para a materialização e a legitimidade do regime representativo democrático e, desse modo, a formação desta opinião era uma questão correlata com o sufrágio. Nesta linha de ideias, se não se soubesse ler, o cidadão não poderia informar-se, e discernir sobre a política. Para o deputado liberal baiano, o analfabeto

⁹¹ Idem, p. 251.

⁹² Idem, p. 252.

⁹³ Idem, p. 254.

era, “no meio da sociedade, um cego de nascença: não há maneira de abrir-lhe os olhos”.⁹⁴ Ao continuar o discurso, Rui chegou a afirmar:

E quereis que seja esse cego quem nomeie, e destitua os parlamentos? quem promova, e derribe governos? quem ponha e disponha do futuro nacional? [...] E é a esse governo da cegueira que chamais a verdadeira democracia?⁹⁵

Nesta crítica ao voto do analfabeto, a resposta dirigida a José Bonifácio não poderia ser mais clara: o discernimento do eleitor não prescindia da posse da instrução. As leis eleitorais não poderiam dispensar o requisito do discernimento político, contudo, este conhecimento só seria obtido através da leitura, o que tornava impossível aos analfabetos, segundo Rui, possuírem essa aptidão social exigida para o escrutínio livre. Enquanto o discernimento, conforme defendera Bonifácio, era uma qualidade moral de cada indivíduo e, portanto, não poderia ser traduzido uniformemente em uma qualidade exterior, nem era legalmente definível e provável, o critério geral e verificável que poderia habilitar o cidadão a possuir o direito do voto era a leitura.

Enquanto José Bonifácio sustentava que a exclusão do analfabeto, prevista no projeto Sinimbu, era um grave problema social, Rui entendia que a verdadeira representação nacional seria alcançada não pela participação imediata dos interessados, mas pela racionalização gradual da política: o governo racional produziria com o tempo a boa sociedade.

Rui acrescentou ainda mais um obstáculo à admissão dos analfabetos no direito ao sufrágio: “o analfabeto não é só moralmente cego; é cego até materialmente”.⁹⁶ O analfabeto, devido à sua ignorância dos interesses públicos e à sua condição social, não resistiria às atribulações da necessidade material e, desse modo, seria sempre persuadido a sufragar, sob informações alheias e constrangimentos, a opinião de quem ele dependia economicamente. Por isso, o analfabeto não teria a liberdade e a autoridade política de um

⁹⁴ Idem, p. 255.

⁹⁵ Idem, pp. 255-256.

⁹⁶ Idem, p. 258.

cidadão que, a respeito da sua vida pública, entre a sua escolha e o voto poderia atestar a soberania da sua própria vontade.

A argumentação de Rui para excluir os iletrados não se limitou a apontar as contingências a que estava submetido o eleitor analfabeto no momento do pleito eleitoral. Conforme a sua justificativa para excluir os analfabetos, o fundamento do projeto Sinimbu estava assentado nas condições políticas do direito do voto. Isto significava dizer que o projeto representava a reversão de um governo da maioria ignorante pela minoria capaz, de modo que a grande questão “cívica” proposta no projeto era a cláusula do saber ler e escrever. Esta cláusula, segundo o raciocínio do parlamentar baiano, teria a função de obrigar o analfabeto a aperfeiçoar-se, ou seja, convencê-lo de que o seu interesse imediato não lhe assegurava o direito de eleger governos, sem antes possuir as condições do discernimento e da independência:

[...] e, tomando o eleitorado uma posição, dignamente cobiçável, fareis cobiçar a instrução elementar ao menos, degrau legal para ele. [...] o estímulo que há de avivar no analfabeto o apetite de aprender está em sentir-se nivelado no direito político aos cidadãos intelectualmente superiores.⁹⁷

Nessa perspectiva, a liberdade política, de acordo com o parlamentar baiano, era “inseparável dos seus encargos”, e dela não era digno o povo, “que não saiba sofrer os males naturais de sua situação, e espere de outros recursos, que não a liberdade mesma, o meio de vencê-los”⁹⁸. Tal observação redundava na afirmação de Rui de que o “direito de votar não era absoluto”⁹⁹: o exercício desse direito pressupunha o pleno gozo da liberdade pelo indivíduo. Portanto, subtrair ao analfabeto o direito de votar era perfeitamente razoável para o liberal baiano, pois, conforme presumia, o analfabeto não possuía a “aptidão social” para o discernimento político, o que era, para Rui, um dever e um direito dos cidadãos.

⁹⁷ Idem, pp. 278-279.

⁹⁸ Idem, p. 254.

⁹⁹ Idem, p. 280.

De todo modo, a discussão da reforma eleitoral revelou a antinomia entre os liberais. Enquanto José Bonifácio e os seus aliados viam, ainda de um modo impreciso, no aprimoramento da sociedade, ou seja, “na coletividade, fonte de *toda* a força, de *toda* a inteligência, de *toda* a liberdade”, o motor para a elevação do indivíduo, Rui, por sua vez, afirmava que o “princípio elementar de toda a liberdade, de toda a inteligência, de toda a energia, reside na molécula humana, no indivíduo vigoroso, instruído e livre”. Para este, cabia, portanto, primeiro, elevar-se o indivíduo para se obter uma sociedade livre, sábia e pujante, e não persistir no erro das “generalizações vaporosas”. Em outros termos, não adiantava insistir em teorias artificiais que, abstraindo completamente do indivíduo, “deixa a condição de acerto à sociedade”. De acordo com o baiano, Bonifácio utilizava-se de uma sutileza de “ideólogo” para condenar a exclusão dos analfabetos das democracias parlamentares modernas. Segundo Rui, o seu antigo professor na Faculdade de Direito de São Paulo baseava-se numa imagem “panteística de uma sociedade robusta, livre e sábia, animando um corpo de indivíduos ignorantes, dependentes e fracos”¹⁰⁰.

Desse modo, a soberania popular defendida por José Bonifácio, era repelida pelo parlamentar baiano, pois ela era a “sagração de todas as opressões do número, bruto ou polido sob as formas de uma tirania imperial”¹⁰¹. Para se opor à concepção de soberania popular dos dissidentes liberais, em especial, a manifestada por José Bonifácio, Rui Barbosa trouxe a favor da sua concepção de soberania racional, a opinião de outra de suas fontes preferidas na época, ou seja, a concepção de soberania popular do positivista Émile Littré:

A verdadeira soberania do povo, a das democracias livres, é a que, [...] uma dessas cabeças quase divinas, que assinalam a superioridade intelectual deste século, acaba de esboçar assim: ‘A soberania do povo’, diz ele, o sábio Littré, ‘não é onipotente, nem onisciente; está submetida às leis que regem o desenvolvimento histórico; não valerá senão enquanto com ela conformar-se, e favorecê-las; não as favorecerá, senão entanto de

¹⁰⁰ Idem, p. 279.

¹⁰¹ Idem, p. 281.

dia em dia for deixando maior espaço e influência a essa combinação de saber e moralidade que constitui o nervo do adiantamento moderno'.¹⁰²

No que dizia respeito à segunda cláusula do projeto da reforma eleitoral, para Rui, só um indigente viveria no Brasil com uma renda anual de menos de quatrocentos mil-réis, o que lhe tolheria a independência ao votar e justificava, portanto, o censo pecuniário do projeto do governo. Para o grupo de pessoas que não possuía o mínimo da renda essencial à subsistência, segundo Rui, o sufrágio “representaria quase sempre o preço do chapéu, da jaqueta e dos sapatos, recebidos, na hora, do candidato pelo eleitor maltrapilho, sob o pretexto de acomodar a decência do traje ao decoro do colégio eleitoral”¹⁰³. O censo pecuniário do projeto era justificado pelo liberal baiano como uma medida de capacidade, isto é, esse critério permitiria verificar no eleitor a condição individual que o habilitava a resistir às influências externas à sua consciência, e provar a sua independência diante das manifestações de outrem.

Em síntese, nesse discurso sobre a reforma eleitoral, Rui explicitou a sua concepção de democracia racional que trazia no seu bojo a ideia da exclusão dos setores sociais que ainda não tinham atingido o grau de evolução social, intelectual e moral considerado necessário para gozarem da liberdade política e merecerem o pleno direito da cidadania. Para ele, em 1879, a adoção do sufrágio direto e bem como a aceitação de critérios pecuniário e literário para coibir a “soberania do abuso”, a “onipotência do arbítrio”¹⁰⁴ parecia ser uma conquista suficiente para a legitimidade do sistema político e para a democracia.

¹⁰² Idem, p. 282.

¹⁰³ Idem, p. 289.

¹⁰⁴ Idem, p. 293.

4. O projeto Saraiva (1880)

Em 12 de novembro de 1879, o projeto Sinimbu foi rejeitado pelo Senado. O primeiro ministério da situação liberal, organizado em janeiro de 1878, foi infeliz em quase todas as suas iniciativas: a proposta de reforma eleitoral por meio de modificação constitucional, ou seja, por meio de projeto de lei autorizando a futura Câmara a modificar somente os pontos da Constituição que se referiam ao sistema eleitoral, foi derrubada no Senado. Além disso, o gabinete Sinimbu, já abalado internamente pelas substituições de ministros, ficou ainda mais desgastado com a agitação social ocorrida na Corte, provocada pela cobrança do novo imposto de um vintém sobre as passagens das companhias de transportes, episódio que ficou conhecido como a Revolta do Vintém. O Imperador, negando a dissolução da Câmara, forçou Sinimbu a pedir demissão, e chamou o liberal baiano José Antonio Saraiva para organizar um novo gabinete, com a incumbência específica de efetuar a reforma eleitoral por meio de legislação ordinária. Saraiva organizou novo gabinete em 28 de março de 1880, e convocou Manuel de Souza Dantas para assumir a pasta da Justiça, encarregando-o de elaborar um novo projeto de reforma eleitoral, o qual deveria levar em consideração as objeções levantadas nos debates anteriores e, assim, procurar conciliar as posições liberais em conflito.

Souza Dantas incumbiu a seu afilhado político, Rui Barbosa, a tarefa de redigir o projeto de reforma eleitoral que, após a sua aprovação, ficou conhecido como a lei Saraiva ou lei do Censo, aprovada em 9 de janeiro de 1881. Numa carta endereçada a Souza Dantas, datada de 17 de maio de 1880, Rui expressava o seu propósito de “fazer do nosso projeto sobre eleições uma lei tão perfeitamente liberal quanto as circunstâncias nos permitirem”, e reafirmava a sua fidelidade às orientações do governo: “sei que o gabinete rejeita o sufrágio universal, que eu também absolutamente não quero”¹⁰⁵.

Por outro lado, ele reconhecia, ao escrever o novo projeto de reforma eleitoral, a lacuna existente em relação à exigência da “qualificação de voto dos operários”:

¹⁰⁵ LACOMBE, Américo Jacobina (org). *Correspondência do Conselheiro Manuel P. de Souza Dantas*, p. 39.

Esta fórmula é falsa. Não é a classe operária toda, nem ela só, a prejudicada por essa omissão do projeto. Há uma seção dessa classe que, segundo os termos atuais dele, achar-se-á compreendida no futuro eleitorado; e por outro lado, há certas condições sociais superiores em renda a essa e até a alguma das habilidades nesse plano de reformas, que ficarão fora do direito político. Não é, portanto, a letra dessa fórmula - voto dos operários - o que me impressiona. Através dessa senha de guerra creio descobrir realmente uma deficiência que, a meu ver, a reforma lucraria muito se fosse possível suprir.¹⁰⁶

As sugestões impressas por Rui na carta dirigida ao ministro da Justiça revelavam as suas maiores preocupações: o combate às fraudes que corrompiam as urnas “com eleitores improvisados” e a ampliação da instrução pública. Apesar dessas ponderações, a seu ver, o projeto do gabinete Saraiva era “a mais liberal, a mais franca de todas as nossas reformas desde 1834, [e] é talvez superior ao próprio Ato Adicional na multiplicidade das soluções democráticas que adota, assim como na audácia e na elevação delas”.¹⁰⁷

O fato é que Rui preparou o projeto de reforma eleitoral do novo governo em curto espaço de tempo, a partir de apontamentos que lhe foram enviados pelo próprio Saraiva por intermédio do seu ministro da Justiça. O projeto estendia o direito de voto, na medida em que definia como eleitor todo cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, católico ou acatólico, ingênuo ou liberto, conforme o artigo 6º da Constituição, que estivesse no gozo de seus direitos políticos, maior de 21 anos, com exercício efetivo dos direitos civis, e que pudesse comprovar renda anual não inferior a 200 mil réis, ou que satisfizesse algum outro critério previsto no projeto, como ser pessoa habilitada com diploma científico ou literário, ser clérigo de ordens sacras, etc. O novo projeto

¹⁰⁶ Idem, p. 39. Assim, a respeito dos cidadãos que o projeto excluía dos direitos políticos, Rui pensava num meio de preencher essa lacuna. Para isso, sugeriu a criação de um imposto de 1% ao ano, que incidiria sobre todo prédio urbano destinado à habitação, cujo valor locativo fosse de cem mil reis anuais. O imposto, pago pelo proprietário, seria destinado exclusivamente “à propagação da instrução popular e gratuita no município que o cobrar”. Na lógica do pensamento de Rui, o imposto, além de ser eficaz para o desenvolvimento da instrução pública, era uma forma de compensar os cidadãos que a reforma eleitoral excluiria da participação política. Ademais, o imposto serviria como um freio contra a fraude da comprovação de renda para a obtenção do direito ao sufrágio.

¹⁰⁷ Idem, p. 42.

manteve o censo constitucional de 200 mil réis, em vez do mínimo de 400 mil réis pretendidos pelo projeto anterior, mas previa mecanismos substanciais de comprovação de tal renda, que dificultavam a apresentação das provas pela população. Mesmo sem excluir explicitamente os brasileiros que não sabiam ler e escrever, o projeto introduziu o critério de exclusão pela via indireta, na medida em que a pessoa habilitada a votar precisava escrever de próprio punho o nome do candidato escolhido e, além disso, assinar a ata das mesas eleitorais.¹⁰⁸

Na sessão de 21 de junho de 1880, Rui pronunciou um longo e inflamado discurso, no qual defendia o projeto da reforma eleitoral do gabinete Saraiva. Primeiramente, para justificar a reforma da eleição direta, Rui argumentava que a base do regime político era a “democracia. Na administração dos nossos interesses políticos, a soberania do povo é o alfa e o ômega, o princípio e o fim”. Assim sendo, nenhuma autoridade deveria coparticipar com a soberania popular nesta supremacia, que só seria limitada por duas possibilidades: “a supressão da liberdade civil sob organizações socialistas, [...] e o suicídio por abdicação em favor de uma oligarquia ou de um autocrata”, ou seja, a supressão da existência da soberania popular “pela servidão política ou civil”¹⁰⁹. Para Rui, era o povo que deveria eleger diretamente os seus representantes, independente da organização do Estado ser uma Monarquia ou uma República, daí a importância da eleição direta. Postulava, portanto, a soberania popular como fundamento de legitimidade da eleição direta, independente do regime político. Dessa concepção de soberania popular, podemos antever a crítica de Rui ao poder pessoal, elemento incompatível, para ele, com a soberania nacional:

Nas nossas instituições orgânicas, portanto, só o elemento popular é eterno, substancial, imutável. A monarquia não passa de um acidente, bem que um acidente digno de perpetuidade e seguro dela, enquanto souber servir ao país, submetendo-se a ele, enquanto não achar pouco o ser a

¹⁰⁸ Cf. BARBOSA, Rui. “Reforma eleitoral”. [Redação final do projeto n. 2 D (Reforma Eleitoral)]. In *OCRB*. Vol. VII. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945, pp. 323-358.

¹⁰⁹ BARBOSA, Rui. “Defesa da eleição direta”. [Sessão em 21 de junho de 1880]. In *Idem*, pp. 10-11.

imagem venerada e influente da majestade, sem a majestade efetiva, cujo cetro pertence intransferivelmente à opinião.¹¹⁰

O funcionamento racional do sistema político era parte da solução para a problemática da legitimidade do poder imperial. A independência do Parlamento e a sua legitimidade, assegurada pela formação de bons eleitores, completaria a garantia de um regime político democrático. O conceito de democracia de Rui era bem restrito, baseado mais na participação política racional do que numa efetiva participação popular na política. O seu discurso, ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade das capacidades, revelava o lado latente de seu ideal de cidadania, composta por cidadãos detentores da razão e autônomos financeiramente, os únicos capazes de acabar com as fraudes eleitorais e legitimar a representação política do Parlamento.

Desse modo, para Rui, a racionalidade política do Estado deveria preceder a sua democratização, a qual deveria ser gradualmente implantada. Levando em consideração esse posicionamento de Rui, podemos deduzir que ele concordou com a manutenção do direito do sufrágio dos analfabetos no Projeto Saraiva, primeiramente, porque isso significava uma concessão partidária, pois ele manteve a sua convicção pessoal contrária à concessão do direito político aos analfabetos. Ao lado dos interesses partidários, o argumento de Rui, para a aceitação do voto dos analfabetos foi, paradoxalmente, o de que o controle de quem efetivamente sabia ler e escrever poderia provocar um novo tipo de fraude. De acordo com o redator do projeto, ele se viu obrigado a sacrificar a cláusula do censo literário porque a concessão do título de eleitor estava vinculada à verificação de certos rudimentos de instrução primária no

¹¹⁰ Idem, p. 12. Cabe ressaltarmos que Raymundo Faoro deu grande relevo a essa passagem do discurso de Rui e afirmou que o “jovem político, predestinado a um grande papel”, definiu, em 1880, “o rumo do vento, ao impugnar, na supremacia imperial, a própria monarquia”. Faoro ainda viu na “palavra incandescente” de Rui, não apenas “a teoria, a doutrina importada, mas o curso implacável de uma corrente, banida em 1823 pelos Andradas, por anárquica, jugulada na Regência, agora expressa sem escândalo. O eco do discurso, mais do que as palavras que o compõe, denuncia a presença do caminho que atrai os inovadores, os descrentes, os revolucionários. A nau imperial, poderosa mas sem âncora, perde a imponência, o prestígio, a majestade, batida por ventos que anunciam a tempestade. [...] Enquanto o soçobro está à vista, os estadistas procuram, na reforma do voto, a substância popular e legitimadora, rebelde, distante, esquiva”. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012, p. 416.

alistado, porém, essa verificação, “quer a entregássemos aos qualificadores, quer a confiássemos a autoridades profissionais, corresponderia a um arbítrio, que, em matéria de eleição, neste país, forçosamente determinaria infinitos abusos. A meu ver, esse é o argumento decisivo contra a fórmula ampla de exclusão dos analfabetos”.¹¹¹

De todo modo, a existência do censo pecuniário, no projeto redigido por ele, eliminava das eleições os analfabetos desprovidos de renda. Na linha excludente do projeto, a fiscalização eleitoral, que Rui tanto defendeu, também adstringia o direito ao sufrágio uma vez que inabilitava a grande parcela da população a posse do título de eleitor devido à impossibilidade de se apresentar as exigências comprobatórias de renda.

Devemos notar, particularmente, a preocupação de Rui em demonstrar que, mesmo que muitos não pudessem votar, o projeto não continha qualquer exclusão de classes, mas apenas a lacuna de “não habilitar pela prova todos os que pelo censo legítima”. Portanto, o seu projeto buscava restringir as “massas inertes e inconscientes” de exercerem o sufrágio e não estabelecer “uma exclusão de classes”, uma criação “de castas políticas, [...] uma separação de categorias desirmanadoras entre o povo”.¹¹²

Conforme ele próprio revelou na carta cujo trecho citamos acima, insistia que a sua proposta de criação de um imposto destinado à expansão da instrução pública, que ele acabou inserindo no projeto, “traça[va] à população laboriosa uma espaçossíssima avenida, por onde o eleitorado rapidamente avolumar-se-á”. Ora, Rui indiretamente admitia que esse paliativo visava recompensar a “numerosíssima parte dos que imaginam-se prejudicados” por ser excluídos da participação política.¹¹³

¹¹¹ BARBOSA, Rui. “Defesa da eleição direta”. In *Op. cit.*, p. 30. O argumento de Rui era similar ao de Stuart Mill: “[...] não existe nenhum mecanismo que nos diga com segurança se estes conhecimentos foram de fato adquiridos ou não. Essa incerteza só nos levaria à parcialidade, à trapaça e a todos os tipos de fraude. É melhor conceder o sufrágio indiscriminadamente, ou negá-lo indiscriminadamente, do que concedê-lo a um e negá-lo a outro, a critério de um funcionário público”. MILL, John Stuart. *Consideraciones sobre el gobierno representativo*. Madri: Alianza Editorial, 2001, p. 187.

¹¹² BARBOSA, Rui. “Defesa da eleição direta”, p. 22.

¹¹³ Idem, p. 23. Joaquim Nabuco apartou a fala de Rui: “Imposto tão vexatório que ninguém se atreveria a propô-lo”. Idem.

No entanto, era consciente do fato de que o sufrágio universal tornava-se, pouco a pouco uma ideia vitoriosa, como demonstrava, por exemplo, a reforma eleitoral inglesa, de 1867. Contudo, para o liberal baiano, antes da adoção do sufrágio universal e da concessão do direito do voto à classe trabalhadora, era necessário educá-la, como outros países haviam feito, buscando “aproximá-la do governo”.¹¹⁴

Deste ponto de vista, podemos notar que a prioridade de Rui não era conceder o direito do sufrágio às classes trabalhadoras, mas fornecer-lhes instrução. Como acabamos de observar nesses discursos, para ele, o alargamento do sufrágio dependia *a priori* de uma ampliação da instrução pública. Ou seja, o saber e a propriedade seriam as condições para a obtenção da cidadania plena, a qual seria teoricamente aberta a todos. O sistema político não poderia se sustentar sobre as bases de uma delegação desordenada da soberania ativa aos indivíduos destituídos de luzes. A soberania racional seria a única forma de poder legítimo da nação, e o Parlamento autônomo, o fiador necessário do governo representativo. Na concepção de Rui, o regime político democrático deveria, portanto, apoiar-se no sufrágio direto e restrito aos indivíduos capacitados, o que acabaria com as fraudes no sistema político e racionalizaria o poder político. Em síntese, a democracia, para Rui, era o governo da razão.

As últimas palavras do discurso de Rui foram uma séria advertência ao Parlamento, e mesmo ao futuro da Monarquia, caso se pensasse recusar o projeto: “rejeitando a reforma, contra o que se deve esperar, - o resultado será um só: ver-se amanhã em luta com uma propaganda mais atrevidamente democrática. [...] E não seremos eco das nossas paixões nesse *crescendo*, mas do país”.¹¹⁵ Como sabemos, o projeto, escrito por Rui, foi aprovado e deu origem à lei Saraiva, que consagrou, além da eleição direta, os círculos uninominais, os direitos de elegibilidade aos acatólicos, naturalizados e libertos, mas exigia meticulosa prova de renda. Contudo, a reforma eleitoral, na realidade, não solucionou o problema do sufrágio no Império, como pretendia Rui Barbosa. As pretensões democráticas “mais audazes”, às quais o

¹¹⁴ Idem, p. 30.

¹¹⁵ Idem, p. 80.

parlamentar se referia, tampouco puderam ser percebidas: manteve-se extremamente reduzida a participação política da população - aproximadamente 1,5% de eleitores - situação que não se alterou apreciavelmente nos quarenta anos que se seguiram à queda do regime.¹¹⁶

Cabe chamarmos a atenção para certas medidas implantadas com a Lei Saraiva que precisam ser melhor explicitadas. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a população eleitoral do país, em 1874, era de 1.140.066 indivíduos, e declinou em 1881 para 145.296 eleitores, isto é, a oitava parte do eleitorado antigo.¹¹⁷ Segundo Raymundo Faoro, em 1872, havia 1.089.659 votantes, cerca de 10% da população, e apenas 20.006 eleitores, enquanto na primeira eleição na vigência da Lei Saraiva, inscreveram-se cerca de 150 mil eleitores, 1,3% da população total.¹¹⁸ A partir desses dados, cabe destacarmos um importante ponto da reforma eleitoral de 1881: com a Lei Saraiva e a adoção da eleição direta, permaneceu somente o grau de eleitores, porém com o mesmo censo exigido antes da reforma, aos votantes. Portanto, a reforma não deveria diminuir o número de eleitores, se se considerassem aqueles que a partir de 1881 teriam o direito de votar de forma direta. Como explicar a defasagem significativa, que persistiu nos anos seguintes à lei Saraiva, entre o número de antigos votantes e o de novos eleitores? A lei Saraiva permitiu que qualquer cidadão fosse incluído no primeiro alistamento eleitoral, em 1881. Porém, também estipulava que, na revisão do alistamento geral dos eleitores em todo o Império, em 1882, e a partir daí, em todos os anos seguintes, somente seriam incluídos no alistamento “os cidadãos que requererem e provarem ter adquiridos as qualidades de eleitor, de conformidade com esta lei, e souberem ler e escrever”.¹¹⁹ A partir de 1882, então, valia o “censo literário”,

¹¹⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, Tomo. II. 5º Vol., p. 242; LAMOUNIER, Bolívar. *Op. cit.*, p. 107.

¹¹⁷ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, Tomo. II. 5º Vol., p. 224.

¹¹⁸ Cf. FAORO, Raymundo. *Op. cit.*, pp. 430-431.

¹¹⁹ O “censo literário” da Lei Saraiva pode ser verificado na disposição do Art. 8º, § II. Ver: BARBOSA, Rui. “Reforma eleitoral”. [Redação final do projeto n. 2 D (Reforma Eleitoral)]. In *Op. cit.*, p. 333.

ou seja, a proibição do sufrágio aos analfabetos, que Rui tanto defendeu e de fato, constava no seu projeto de reforma eleitoral que foi aprovado.¹²⁰

A partir da análise desses discursos de Rui, percebemos importantes traços de um programa político. Como procuraremos demonstrar no capítulo seguinte, Rui buscava soluções que concilhassem a legitimidade do poder Monárquico com a racionalidade e o progresso. A análise da proposta de reforma do ensino de Rui nos fornece indícios que nos permitem afirmar que ele procurou equacionar, mediante a educação, o problema da concessão do sufrágio às camadas populares com a democracia racional. E também, com a sua proposta de instrução popular, promover o progresso do país, sem colocar em risco, contudo, a manutenção da ordem social e econômica do Império.

¹²⁰ Além da condição literária, que contribuiu para a redução do universo eleitoral, de acordo com Richard Graham, foi um golpe hábil de Saraiva a redução do nível de renda exigido pela Constituição, mas com a insistência “no atendimento a uma precisa e complicada lista de documentos que precisavam ser apresentados para que o cidadão comprovasse sua renda anual. Naquela época, quase todos os homens adultos poderiam ter uma renda anual de 200 mil réis - mas poucos poderiam comprová-la”. Apud PORTO, Walter Costa. *Op. cit.*, pp. 119-120. À observação de Graham, Valter Costa Porto inclui a de que “numa economia sem papéis, sem formalização, e de fisco ineficiente, como exigir para o voto, de proprietários de imóveis, certificados de averbação com alto valor locativo; de locatários, contratos de arrendamento lançados em livros de notas com antecedência de um ano, pelo menos; de possuidores de renda proveniente de indústria ou profissão, certidões de registro no fundo de comércio [...], ou, ainda, certidão de pagamento de imposto de indústria ou profissão? A não ser para o propósito que Graham apontou na nova lei: o de ampliar ‘o controle exercido por uma pequena classe dominante e impedir que a grande massa do povo realmente exercesse o poder’”. Idem, p. 120.

Capítulo IV

Reforma do ensino

Ao acompanharmos as ideias de Rui Barbosa já observamos que, desde os seus primeiros discursos e escritos políticos, o governo representativo, para ele, só obteria a sua legitimidade pela participação popular. No entanto, para o bom funcionamento do sistema representativo, era imprescindível a existência de uma opinião pública capaz de intervir qualitativamente na política, com cidadãos instruídos que pudessem exercer um sufrágio responsável. Nesse sentido, é oportuno lembrar que Rui Barbosa, já no discurso de 10 de julho de 1879, em defesa do projeto de Sinimbu acerca da reforma eleitoral, manifestava que “há uma escala a percorrer na educação e ilustração do povo; [...] é assim que a democracia faz conquistas duradouras; - a democracia racional, que não consagra a soberania do número e da força”.¹

Desse modo, para Rui, a maioria da população brasileira, analfabeta, deveria ser excluída da participação política, o que acarretava, ao contrário daquilo que era postulado por ele, um governo elitista e nada representativo da vontade popular. Deste modo, seguindo a sua própria linha de ideias, o governo representativo seria, portanto, ilegítimo. Porém, se a legitimidade do sistema representativo, na concepção de Rui, era baseada na participação popular, mas restrita apenas aos capacitados a exercerem o direito político, era imperioso superar as dificuldades para a implantação deste sistema político e garantir assim, a sobrevivência e legitimidade da Monarquia parlamentar representativa.

¹ BARBOSA, Rui. “A reforma eleitoral”. In *OCRB*. Vol. VI, Tomo I, p. 250.

Assim, frente a uma sociedade escravista e analfabeta, tal qual a brasileira no final do século XIX, onde a distância entre a sociedade civil e o Estado era grande, Rui precisou buscar soluções para formar cidadãos aptos a participar do sistema de governo representativo e, desse modo, garantir a representação política legítima da nação.

Os *Pareceres* sobre a reforma do ensino público são os textos que definem com mais precisão o seu projeto político para a construção de uma sociedade liberal democrática no Brasil. Nesses textos, a sua ação política foi direcionada para a elaboração de um projeto de reformulação completa da instrução pública no país, com o objetivo de produzir cidadãos aptos a participar da política, da economia e da sociedade como um todo.

A análise dos *Pareceres* sobre a reforma do ensino evidencia que Rui buscou equacionar uma das questões prementes colocadas em discussão pela elite política de sua época: a capacitação do indivíduo para a formação de uma opinião pública “racional”, como exigência *sine qua non* para a ampliação de sua participação política.

Ademais, os *Pareceres* sobre a reforma do ensino foram elaborados por Rui Barbosa na mesma época em que ele estava envolvido na discussão a respeito da reforma eleitoral, na Câmara dos Deputados. Nesta ocasião, como vimos, Rui defendeu de forma intransigente a exclusão do direito do voto dos analfabetos argumentando que somente a instrução lhes poderia fornecer o direito de exercerem os direitos políticos.

Diante das suas concepções de democracia liberal ilustrada, consideramos que a sua proposta de reforma do ensino era uma medida complementar à reforma eleitoral², uma vez que, para Rui, primeiramente se devia implementar uma instrução acessível a todos antes de se defender qualquer medida que visasse à ampliação da participação política.

² Como parece atestar, por exemplo, a sua carta enviada da Bahia, em 10 de abril de 1881, a Antonio d' Araújo Ferreira Jacobina: “Depois da reforma eleitoral, a que atribuo a importância de uma verdadeira revolução entre nós, e a par da reforma do ensino público, que espero será obra do primeiro parlamento reformado, a volta ao ouro é o mais imperioso e o mais próximo problema dentre os que envolvem os destinos da nossa pátria”. BARBOSA, Rui. *Mocidade e exílio*. Cartas. (Anotadas e prefaciadas por Américo Jacobina Lacombe). 2ª ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1940, p. 123.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que, para Rui Barbosa, a instrução do indivíduo era a condição necessária para este exercer a liberdade política e tornar-se cidadão. A educação era vista por ele como o motor de propulsão para o desenvolvimento do indivíduo, o que possibilitaria a boa prática do governo representativo e a transformação da sociedade brasileira. Desse modo, uma vez realizada a reforma eleitoral, em 1881, Rui aproveitou o momento político para encaminhar seu projeto de reformas liberais ao propor a realização de uma ampla reforma do ensino público no Império.

Neste capítulo, pretendemos analisar as propostas de reforma do ensino de Rui, inscritas nos seus *Pareceres*. Nosso objetivo é delinear o projeto político de Rui, que via na educação das massas um fator imprescindível para a formação de uma sociedade liberal democrática no país.

No entanto, faz-se necessária uma ressalva: Rui Barbosa ao usar o conceito democracia, vincula-o estritamente à ideia liberal: a participação da população na escolha de seus representantes. Daí decorre o fato dele fazer referência, várias vezes, nos seus discursos, ao termo democracia representativa. Desse modo, ao nos referirmos à democracia liberal de Rui Barbosa não estamos nos referindo a outras concepções modernas de democracia, que ressaltam a ideia da ampliação dos direitos civis, políticos e sociais da população. A democracia para Rui era uma forma de governo representativo, ancorado na soberania popular, balizado pelos princípios liberais de liberdade individual e igualdade jurídica entre os indivíduos.

Antes de avançarmos na análise das propostas de reforma do ensino de Rui, cabe, porém, recuperarmos brevemente a conjuntura política na qual foram gerados os *Pareceres* do deputado baiano.

1. Os *Pareceres* de Rui Barbosa: a reforma da instrução pública

Os *Pareceres* de Rui Barbosa sobre a reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior se originaram da análise do Decreto n. 7.247, de 19 de

abril de 1879.³ Cansansão de Sinimbu, ao constituir o ministério, entregou a pasta do Império ao conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho, professor que se distinguiu em trabalhos sobre instrução, a fim de que este promovesse a reforma do ensino. Ao invés de apresentar um projeto ao Parlamento, Leôncio de Carvalho expediu um decreto executivo que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte, e o ensino superior em todo o Império. O referido Decreto entrou logo em vigência, e praticamente não foi discutido durante os gabinetes de Sinimbu e Saraiva que estavam envolvidos com a reforma eleitoral. Contudo, pelo fato do projeto da reforma do ensino ser, na verdade, um Decreto, as disposições do projeto que exigissem verbas extras, ou dependessem de autorização legislativa não poderiam ser executadas antes da sua aprovação pela Câmara. Assim, o Decreto n. 7.247, expedido pelo ministro Leôncio de Carvalho foi à Câmara para ser analisado *a posteriori*, sendo submetido à apreciação da Comissão de Instrução Pública, composta por Rui Barbosa, nomeado relator, Thomaz do Bonfim Spínola e Ulisses Viana.⁴

No dia 21 de janeiro de 1882, após a aprovação da reforma eleitoral, o gabinete Saraiva foi substituído pelo de Martinho Campos, o qual indicou Rodolfo Dantas, companheiro e amigo de Rui Barbosa nos estudos, no jornalismo e na política, como ministro do Império. Ao que tudo indica, Rui e Rodolfo trabalharam juntos com o intuito de apresentar um projeto de reforma

³ Rui, como relator da Comissão da Instrução Pública, apresentou Parecer à Câmara sobre o Decreto n. 7.247, em duas partes e em datas distintas. A primeira parte do documento foi apresentada em 13 de fevereiro de 1882, durante o gabinete Martinho Campos, e trazia o título: *Parecer e Projeto* (Relativo ao Decreto n. 7.247), relativo ao assunto da reforma do ensino nos níveis Secundário e Superior. A segunda parte foi apresentada em 12 de setembro de 1882, durante o gabinete Paranaguá, com o título *Parecer e Projeto da Comissão de Instrução Pública*, e correspondia à reforma do ensino nos níveis da instrução primária, além de outras instituições complementares. Esses dois documentos foram reeditados pela Fundação Casa de Rui Barbosa, e coligidos na edição das *OCRB*, nas quais ocupam cinco tomos: Vol. IX, 1882, Tomo I: *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Rio de Janeiro: 1942; e Vol. X, Tomos I, II, III e IV: *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares de Instrução Pública*. Rio de Janeiro: 1947.

⁴ Em junho de 1880, o deputado Franklin Dória foi nomeado governador de Pernambuco e substituído por Rui Barbosa, que, só então, foi eleito para a Comissão e nomeado relator do Projeto Leôncio de Carvalho. Contudo, Rui não apresentou o parecer até o fim do seu mandato (1878-1881), pois a Câmara foi dissolvida para dar lugar à nova, recrutada pelo novo sistema eleitoral.

do ensino substituto ao projeto de Leôncio de Carvalho, posto em vigor pelo Decreto n. 7.247.

Ademais, cabe salientar que Rui Barbosa era o líder na Câmara dos Deputados do Ministério de 21 de janeiro, cujo Presidente do Conselho de Ministros era Martinho Campos. Apoiar, porém, este gabinete liberal custou-lhe mais uma vez o esforço de justificar a posição liberal e contestar as acusações dos conservadores que, naquele momento, alegavam que o Presidente do Gabinete não apresentara um programa de governo. A acusação dos conservadores não era infundada, já que Martinho Campos se apresentou ao Parlamento com estas displicentes palavras: “A Câmara permitir-me-á dizer-lhe que não me julgo na obrigação de expor um programa político”. Em seguida, complementou: “As minhas condições pessoais são singulares e excepcionais; não admira que eu não saiba fazer um programa; eu nunca me julguei preparado para o governo”.⁵

De todo modo, Rui soube se aproveitar da ocasião. Diante da incumbência de defender o Presidente do Conselho, ele utilizou a oportunidade para associar seu nome ao projeto político de reforma da instrução pública e defendê-lo perante a Câmara. Assim, no discurso de 6 de março de 1882, o deputado baiano, que naquele momento era líder do governo, foi à tribuna para defender a situação liberal. Além das acusações de que o governo não apresentara um projeto político, Rui também teve que enfrentar a censura dos conservadores aos liberais, que afirmavam que “em quatro anos [os liberais] só fizeram uma reforma”.⁶

⁵ Apud JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*, p. 194. Martinho Campos assumiu também a pasta da Fazenda, e no seu discurso deixou claro que a seu encargo ficariam três questões que ele julgava as mais importantes para aquele momento: examinar as leis anuais de fixação de forças militares de terra, mar e do orçamento; controlar o câmbio, retirando papel-moeda de circulação; e controlar a dívida pública. Quanto à pasta do Império, Martinho Campos foi novamente evasivo: “trataremos de melhorar e reformar a instrução pública, secundária e superior, mas de maneira que as reformas não consistam simplesmente na criação de mais cadeiras e mais despesas para o Estado, e sim que obtenham melhoramentos reais, de sorte que esta despesa, que é tão grande nos nossos orçamentos, dê à Nação mais resultado do que, é força confessar, até hoje tem dado. Em ocasião oportuna, o Sr. Ministro do Império, apresentará à Câmara as ideias do Ministério e as suas vistas nessa questão”. Idem, p. 195.

⁶ Aparte do deputado Duque Estrada Teixeira ao discurso de Rui. Apud BARBOSA, Rui. “A situação liberal e o gabinete Martinho Campos”. In *OCRB*. Vol. IX. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 29.

Nesse discurso, ao defender os liberais, Rui ressaltou os avanços alcançados, sobretudo, pela eleição direta. Ela foi responsável por mudanças nos costumes políticos do país que podiam ser comparadas aos feitos de uma “revolução pacífica mediante a ação de leis”. Obviamente, tal revolução se espalhou até onde os “elementos ambientes”⁷ permitiram. E, um pouco mais adiante, no mesmo discurso, lembrou aos seus pares o caráter revolucionário de uma medida reformista: “E será pouco, para quatro anos de governo? Será pouco efetuar uma revolução no Estado por meio de um ato legislativo?”⁸

Contudo, segundo Rui, o Partido Liberal não se contentava apenas com a reforma eleitoral. Naquele momento, outra reforma se impunha e cabia aos liberais conduzi-la. A despeito de sua peroração retórica, Rui não se esquivou de enfatizar: “Quanto à reforma da instrução pública, para mim, para nós, democratas, é o gérmen e a seiva, base e o fastígio, o alfa e o ômega, o princípio e o fim de tudo”.⁹

Portanto, de acordo com Rui, o programa das “intenções”¹⁰ do gabinete Martinho Campos não deveria ser recusado porque a reforma total do ensino encerrava em si o mais extenso, laborioso e benéfico programa do governo para o país.

Com efeito, na sessão de 13 de abril de 1882, a Comissão de Instrução Pública da Câmara apresentou *Parecer* subscrito pelos deputados Rui Barbosa, relator, Ulisses Viana e Bonfim Spínola, sobre uma parte do Decreto de Leôncio de Carvalho, de 1879, e novo *Projeto* para a reforma do ensino superior e secundário no país.¹¹

Todavia, o gabinete Martinho Campos caiu antes de completar seis meses. Ele durou apenas de 21 de janeiro a 30 de junho de 1882. A pronta queda do gabinete do qual Rodolfo Dantas era ministro do Império, frustrou as esperanças políticas de Rui, que não poderia mais contar com a interseção

⁷ Idem, p. 30.

⁸ Idem, p. 31

⁹ Idem, p. 41.

¹⁰ Idem, p. 40.

¹¹ Este documento foi publicado na edição das *OCRB*, Vol. IX. 1882. Tomo I, com o título *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

política do seu amigo e ex-ministro, para ver aprovado o seu projeto de reforma do ensino. Rui terminaria de apresentar a segunda parte de seus documentos já sob o gabinete do Visconde de Paranaguá, o qual, mesmo sendo do Partido Liberal, havia se incompatibilizado com o político baiano por ocasião das últimas eleições, em 1881. Esse fato não permitiu que se desenrolasse na Câmara qualquer discussão a respeito dos *Pareceres e Projetos* sobre a reforma do ensino apresentado por Rui como relator da Comissão de Instrução Pública.

Como ministro do Império, o papel de Rodolfo Dantas se limitou à apresentação de um “Relatório” à Câmara, em junho de 1882, ainda sob o gabinete de Martinho Campos, que na verdade, era uma síntese do parecer de reforma da instrução pública de Rui. No “Relatório”, Rodolfo destacou a necessidade urgente de fazer a reforma da instrução pública, sob a pena de que se assim não se procedesse, o terreno nacional permaneceria infértil a qualquer tipo de mudança social e política. Dessa forma, a organização de um sistema de ensino “radical” para o Brasil poderia salvar da “ruína a mentalidade e o caráter brasileiro”.¹²

A despeito da referência a outras reformas que necessitavam de mais tempo, a instrução pública era uma necessidade premente, até porque, segundo Rodolfo, nos países mais adiantados, ela já havia se colocado como primeira exigência dos governos e dos povos. As estatísticas comprovavam que a cidade mais populosa e mais rica do Brasil, o município neutro, apresentava números de estabelecimentos de ensinos e frequência de alunos muito abaixo do nível geral dos Estados cultos. Se esses dados “externos” do ensino apontavam a necessidade de sua reformulação, acrescentava, ainda, que o seu interior, a escola, precisava ser reformulada. A instrução nas escolas era ministrada por meio de métodos repetitivos que careciam de superação. A predominância da prática, no país, desse tipo de educação fez inevitavelmente que a nação se tornasse “inferior em independência de caráter, em capacidade produtora, em expansividade intelectual e moral, em todas as qualidades de resistência, assimilação e desenvolvimento essenciais à existência sadia,

¹² “Relatório do Ministério dos Negócios do Império, em 1882. Instrução Pública”. In BARBOSA, Rui. In *OCRB*. Vol. IX. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 159.

honrosa e próspera de qualquer povo”.¹³ De modo geral, Rodolfo Dantas afirmava que a escola tinha um papel de aperfeiçoar a espécie humana e, desse modo, se impunha a adoção da pedagogia moderna, ou seja, de se ensinar pela realidade, pelos fatos, caso contrário, seria improfícuo qualquer esforço de regeneração do ensino.

Entretanto, o fundamental a ser destacado do “Relatório” lido pelo ministro do Império é o papel atribuído ao Estado para executar a difusão do ensino público. Assim, um primeiro passo, seria habilitar o governo, ao menos na capital do Império, a instituir o ensino obrigatório, além de impor às famílias de todas as crenças a secularização das escolas. Todavia, a implantação de um vasto programa de ensino modernizado era barrada pelas províncias, que utilizavam sua independência para retardar o desenvolvimento da instrução pública.

Para justificar a intervenção liberal do Estado a favor do ensino nas províncias, Rodolfo Dantas retomou o Artigo 10, § II, do *Ato Adicional à Constituição* (1834) para demonstrar que não havia impeditivo constitucional à cooperação do governo central no provimento de recursos às provinciais que possuíam meios escassos para realizar obras de ensino. O argumento vinha reforçado com os exemplos dos Estados Unidos, Suíça, Inglaterra, entre outros países, que teriam adotado medidas de intervenção ativa na esfera da educação pública por meio da criação de impostos nacionais e de sua distribuição proporcional por todo o país.¹⁴

Em 12 de setembro de 1882, portanto, sob o gabinete do Visconde de Paranaguá, a Comissão de Instrução Pública da Câmara apresentou novo parecer sobre outras partes do Decreto, e trabalho de maior fôlego. Essa segunda parte dos trabalhos da Comissão, cujo título era *Parecer e Projeto da Comissão de Instrução Pública*, só foi publicado nos Anais do Parlamento, feito em separata, em 1883. Contudo, não se encontra, nem no frontispício deste documento publicado, nem mesmo na introdução do trabalho, qualquer referência especial ao Decreto de 1879. Há apenas breves comentários sobre alguns de seus dispositivos. Na verdade, os *Pareceres* elaborados por Rui ao

¹³ “Relatório do Ministério dos Negócios do Império, em 1882”, pp. 160-161.

¹⁴ Cf. Idem, pp. 167-169.

Decreto Leôncio de Carvalho, devido ao grande número de alterações sugeridas, assim como à sua extensão - aproximadamente 1.500 páginas, que ocupam cinco tomos da coleção das *Obras completas* -, constituíam um novo e detalhado projeto de reforma do ensino para todos os níveis de instrução.

Rui Barbosa concluiu a apresentação dos *Pareceres* sobre a reforma do ensino em setembro de 1882, durante o gabinete de Paranaguá. O fato é que, mesmo sob outro gabinete liberal, esses documentos e os projetos de lei que os acompanhavam, não tiveram prosseguimento, nem foram matéria de debates e deliberações no Parlamento. As propostas de Rui a favor da reforma da instrução pública, materializadas nos dois *Pareceres*, passaram praticamente despercebidos na Câmara dos Deputados.

No entanto, cabe sublinharmos que o cerne do pensamento político de Rui sobre a temática da instrução nacional foi desenvolvido nos *Pareceres* sobre a reforma do ensino, apresentados em 1882. O desenvolvimento do pensamento de Rui estava vinculado à sua ação política sobre a reforma da instrução pública, delimitadas entre os anos de 1881 e 1883. Neste ano, ele ainda proferiu, no Parlamento, três discursos a favor da reforma do ensino. Contudo, como relator da Comissão da Instrução Pública, Rui não voltou a tratar dos assuntos da educação nacional, nem mesmo quando novos projetos foram apresentados à Câmara, como o do deputado Almeida de Oliveira, em 17 de setembro de 1882, poucos dias depois do político baiano entregar a segunda parte do parecer sobre a reforma do ensino primário. A explicação dessa postura de Rui no Parlamento foi evidenciada em um terceiro parecer emitido na Comissão da Instrução Pública, a propósito de projeto apresentado à Câmara pelo deputado Franklin Dória, em 3 de agosto de 1883. Este projeto recebeu o parecer de Rui, lido a 22 de agosto de 1883, cuja passagem, a seguir, parece esclarecer os motivos políticos que teriam influído para que o deputado baiano não voltasse a abordar a temática da reforma do ensino. Na verdade, Rui não aceitaria discutir outra reforma do ensino a não ser a que ele havia proposto:

Se vos não parece razoável, o remédio está nas mãos do parlamento. [...] a linha do nosso procedimento não pode ser senão a que traçamos: opor a cada uma das tentativas parciais de inovação, que surgirem nessa casa, o

membro correlativo em o nosso plano geral, até que esses projetos nos convençam da sua superioridade em relação aos nossos, na maneira de encarar, e dirimir o problema; caso no qual nos daremos pressa em reconhecer a nossa inferioridade, e advogar a causa dos que nos emendarem.¹⁵

Depois de 1883, Rui não voltou a versar sobre o assunto da reforma da educação nacional, senão como jornalista, em quatro rápidos artigos sobre o ensino secundário, em 1889; ou como jurista, num parecer sobre o ensino leigo, em 1917. Na plataforma política de 1909, Rui se referiu, em poucas palavras, ao seu projeto de reforma da instrução pública apresentado em 1882, como proposta política ainda oportuna para a sua campanha presidencial.

1.1. As críticas aos *Pareceres*

Se os contemporâneos de Rui, quer na Câmara dos Deputados ou fora dela, não demonstraram interesse pelas suas propostas de reforma do ensino, isso não significa que elas caíram num completo ostracismo.¹⁶ No século XX, em épocas distintas, intelectuais brasileiros dos mais variados matizes se debruçaram sobre os *Pareceres* de Rui. Suas propostas de reforma do ensino

¹⁵ BARBOSA, Rui. "Parecer sobre o Projeto N° 82". In *OCRB*. Vol. X. Tomo IV. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 189.

¹⁶ Cabe destacarmos que, após dois anos do projeto de reforma do ensino ter sido apresentado à Câmara, o Imperador chamou Rui ao paço de São Cristóvão para conversarem sobre o trabalho. O próprio Rui, assim descreveu, já nos últimos anos de vida, em 1921, como foi seu encontro com D. Pedro II, no qual trataram do projeto da reforma do ensino: "[...] Sua Majestade [...] voltou trazendo sobraçados os meus dois pareceres e projetos acerca da reforma dos três ensinos, que havia dois anos, dormiam, na Câmara dos Deputados, o sono onde passaram ao mofo e traçaria dos arquivos". Segundo a narrativa de Rui, os pareceres estavam anotados pela mão do Imperador, que lhe dirigiu, na ocasião, diversas perguntas sobre o seu projeto da reforma do ensino. No encontro de Rui com o Imperador, este se lhe afigurou ser "um coração aberto, um espírito acessível às ideias mais progressistas". BARBOSA, Rui. "Introdução [1921]". In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1947, pp. LXXIII-LXXIV. Embora D. Pedro II, em 1884, tenha demonstrado interesse pelo projeto de Rui sobre a reforma do ensino, isso não se converteu em ação política para a sua implementação. Porém, nesse mesmo ano de 1884, o Imperador concedeu oficialmente a Rui o título de Conselheiro, em reconhecimento aos seus trabalhos em prol da educação pública.

são incontornáveis para todo estudioso da história da educação no Brasil, ainda que na maioria das vezes elas se tornem objeto de crítica. Em geral, tais estudiosos consideraram que os *Pareceres* eram, juntamente com o restante da obra de Rui, o resultado de um idealismo descolado da realidade brasileira.

Fernando de Azevedo, por exemplo, em *A cultura brasileira*, obra publicada originalmente em 1943, como introdução do censo de 1940, fez diversas referências a Rui Barbosa, sempre destacando a sua eloquência parlamentar e engrandecendo sua figura ao denominá-lo de Paladino da Justiça e do Direito. O autor, ao tratar das origens das instituições escolares, dedicou duas páginas aos *Pareceres* de Rui e destacou a elegância da forma e da erudição que os tornavam uma “obra-prima”. Entretanto, para Azevedo, o que ficou explícito nos *Pareceres* “não é um plano de reforma ajustado à realidade nacional, mas um plano ideal e teórico, em que se coordenam, por uma espécie de ecletismo, elementos e instituições discordantes, inspirados nos meios sociais mais diversos”. E mais adiante seguiu Azevedo na sua crítica ao idealismo de Rui:

[...] impelido, sem dúvida, por um idealismo ardente e generoso, que não lhe permite tomar pé na realidade, e deixando-se dominar pela sua erudição e eloquência que o afastam do espírito crítico, erguendo, acima do valor ideológico, o valor literário e informativo do seu parecer, prefere o eminente relator as largas esquematizações teóricas à observação objetiva dos fatos e à reflexão sobre elas.¹⁷

Na visão de Azevedo, Rui foi um idealista, porque não observou com objetividade os fatos, mesmo tendo elaborado “a mais completa documentação [...]”. Mais adiante, em nossa exposição, esperamos mostrar que as propostas de Rui para a reforma do ensino, embora certamente contivessem boa dose de idealismo, também expressavam um profundo conhecimento da realidade brasileira, quer em relação às dificuldades materiais que desafiavam qualquer proposta de reforma do ensino, quer em relação aos obstáculos políticos e sociais que tal proposta também teria que contornar.

¹⁷ AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996, pp. 581.

Outra intérprete que se dedicou à análise dos projetos de reforma do ensino de Rui Barbosa foi Maria José G. Werebe. Ao se debruçar sobre os *Pareceres*, ela, afirmou que “Rui Barbosa [...] como os utopistas, erigia a educação em força motriz do desenvolvimento da sociedade, sonhando, ingenuamente, em primeiro educar homens virtuosos, cujas mãos puras construiriam, em seguida, a sociedade nova”. Em síntese, para a autora, Rui era utópico e ingênuo. Todavia, posteriormente, a autora afirma que a concepção de educação, expressa por Rui em seus *Pareceres*, é a mesma de Locke, Leibnitz, Fourier, Renan e Kant. A autora chega a admitir que as concepções desses idealistas utópicos foram responsáveis por “reivindicações relativas à igualdade diante da instrução, ao reconhecimento da criança, à formação de sua personalidade, etc”.¹⁸ Como procuraremos demonstrar nesse capítulo, a proposta de Rui para a reforma do ensino não foi nada ingênua. Ao contrário, Rui demonstrou possuir um plano político bastante ordenado para alcançar seus objetivos.

Luís Viana Filho, por sua vez, afirmou que nesses textos “muitas vezes a erudição o fizera planar num mundo diferente daquele em que vivia... Maravilhava a cultura do autor. Mas, em geral, considerava-se inadaptável ao País aquela reforma cuidadosa e complexa”.¹⁹ Luís Tavares d’Amaral, outro intérprete de Rui, segue a mesma linha de Fernando de Azevedo e Luís Viana Filho e critica o parecer por considerá-lo “excessivamente perfeito para a nossa realidade de atraso e subdesenvolvimento”.²⁰

Se nos afastarmos um pouco das críticas de teor acadêmico e nos centrarmos em alguns dados educacionais comparativos, veremos que as propostas de Rui para a reforma do ensino e a ampliação do acesso à educação pública não eram absurdas ou inexecutáveis. Outros países as implementaram no final do século XIX, como foi o caso específico da Argentina. Porém, no período da reforma eleitoral brasileira, o país vizinho optou por trilhar um caminho bem diferente em relação à reforma do ensino. Enquanto no

¹⁸ WEREBE, Maria José. “A educação”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 4º Vol. Declínio e queda do Império. São Paulo: Difel, 1982, pp. 380-381.

¹⁹ VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*, p. 166.

²⁰ D’ AMARAL, Luís Tavares. *Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Três, 1974, p. 102.

Brasil, os deputados partidários dos projetos de reforma eleitoral de Sinimbu e Saraiva, como vimos no capítulo anterior, e em especial Rui Barbosa, invocavam repetidamente a autoridade do liberal inglês John Stuart Mill para justificar a exclusão do direito de voto aos analfabetos, a Câmara argentina, conforme notou Alceu R. Ferraro, voltava sua atenção para o que se passava na França do início da década 1880, “mais particularmente, para os intensos debates em torno da gratuidade, da obrigatoriedade e da neutralidade da escola pública, os quais culminaram com a sanção das leis de 16 junho de 1881 e de 28 de março de 1882, cujo grande inspirador foi Jules Ferry”.²¹

De todo modo, é importante sublinharmos que as interpretações dos *Pareceres*, realizada pelos críticos ou pelos apologistas de Rui, foram pautadas por termos simplificadores. Em geral, os intérpretes dos *Pareceres* pareciam estar menos preocupados com as propostas de reforma, e suas respectivas fundamentações teóricas e políticas, do que com as disputas a respeito do suposto idealismo ou realismo do pensamento de Rui. Mais uma vez, como aconteceu com outras questões tratadas por Rui, suas propostas de reforma do ensino foram vítimas da clivagem interpretativa, que, de um lado agregava aqueles que o alcunhavam pejorativamente de idealista e, de outro, aqueles que o promoviam como realista. Boa parte de seus intérpretes não se preocupou em aprofundar a análise do sentido político que a educação ocupava no ideário liberal de Rui, no caso, a importância política atribuída à educação para a evolução social e política das massas e o progresso econômico do país.²²

²¹ FERRARO, Alceu Ravanello. “Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881)”. In *Educação em Revista*. Belo Horizonte. Vol. 26, nº 03, dez. 2010, p. 242. As consequências das duas políticas contrastantes em relação à educação popular no Brasil e na Argentina podem ser avaliadas pelo confronto das diferentes trajetórias do analfabetismo nos dois países: “Na Argentina, o número de analfabetos, que era de cerca de 780 mil no censo de 1869, aumentou, sim, nas décadas seguintes, mas só até o censo de 1914, quando atingiu o número aproximado de 1,8 milhões, cerca de 2,5 vezes o número inicial, com diminuição rápida a partir de então. No Brasil, ao contrário, o número de analfabetos entre as pessoas de 5 anos ou mais, que era de 7,3 milhões no censo de 1872, continuou crescendo por mais de um século, passando sucessivamente para 10,1 em 1890; 18,6 milhões em 1920; 21,3 milhões em 1940; 24,9 milhões em 1950; 27,6 milhões em 1960 e 30,7 milhões em 1970, até atingir o ponto máximo de 32,7 milhões em 1980, o equivalente a 4,5 vezes o número inicial”. Idem, p. 243.

²² San Tiago Dantas interpretou as propostas de reforma do ensino a partir da posição de classe de Rui Barbosa. “Homem da classe média”, Rui era um bacharel “convencido da supremacia que deve assumir a educação técnica em toda sociedade voltada para o dever de

Contudo, cabe destacarmos a exceção da pesquisa de Vera T. V. Gonçalves que, ao delinear o contexto em que os *Pareceres* foram produzidos, argumentou que Rui foi um representante do liberalismo “demiurgo” por antecipar-se à proposição das reformas educacionais necessárias para a modernização da sociedade brasileira. Segundo a autora, Rui avaliou as transformações que ocorriam na sociedade, como o fim próximo da escravidão e a adoção do trabalho assalariado, bem como a necessidade de direcioná-las, com base em um projeto político em que a educação assumia o papel de atender às necessidades do país que precisava se modernizar.²³

Seguindo a linha interpretativa sugerida por Gonçalves, pretendemos demonstrar que, Rui, ao apresentar as suas concepções de educação num extenso plano de reformas da instrução pública no Império, o fez como reformador político. Nos textos dos *Pareceres* preponderou a intenção do autor de apresentar um plano de reformas políticas, ou, de maneira ampla, de reforma social. E a educação era considerada como o principal instrumento para o revigoramento das instituições liberais. Assim sendo, nos rastros do político norte-americano Hayes, o deputado propunha: “Não nos cansemos de fundar e manter escolas gratuitas. Quando não, bem depressa chegaremos ao aviltamento do direito do sufrágio, e, por conseguinte, ao aniquilamento desse direito”.²⁴ Como já apresentado em várias ocasiões anteriores, para Rui, a educação era a base da vida política, e não deveriam ter participação na

enriquecer. Era também um homem desligado, pela sua formação pessoal, tanto quanto por suas ideias, de vínculos com os interesses criados, com os privilégios econômicos dos grandes proprietários, ou com os compromissos estrangeiros de que se alimentara a Monarquia”. DANTAS, Francisco C. San Tiago. “Rui Barbosa e a renovação da sociedade”. In *Rui Barbosa em perspectiva*, p. 205. Na mesma linha de San Tiago Dantas, José de Arruda Penteado destacou que as aspirações de reforma educacional de Rui se explicam pela sua posição “na classe média, que recebia o influxo direto das novas condições econômicas, políticas e sociais da sociedade brasileira”. PENTEADO, José de Arruda. *A consciência didática no pensamento pedagógico de Rui Barbosa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1984, pp. 13-14.

²³ Cf. GONÇALVES, Vera Tereza Valdemarin. *O liberalismo demiurgo*. Estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa. Tese Doutorado. USP. Faculdade de Educação, 1994. Ver, neste sentido, MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

²⁴ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Parecer e Projeto da Comissão de Instrução Pública. In OCRB. Vol. X. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 124.

condução e nas decisões do Estado aqueles que não soubessem ler, uma vez que esta habilidade era um pré-requisito indispensável para a formação da consciência política.

Portanto, os *Pareceres* de Rui sobre a reforma do ensino serão analisados neste capítulo como um projeto político, do qual podemos constatar dois parâmetros básicos a partir dos quais ele erigiu sua estrutura argumentativa: as suas ideias políticas, e a sua ação de reformador político. O primeiro parâmetro é o das ideias liberais, fundamentais no pensamento do autor, por sua formação, suas tendências, e pelo influxo das ideias da época. O segundo é a sua ação política, voltada para a efetivação de um projeto político. Desse modo, o ensino universal bem como a prática extensiva e orientada da educação do povo foi a resposta elaborada por Rui como forma de conciliar dois parâmetros, o liberalismo, com a perspectiva do surgimento de um cidadão autônomo e apto para participar da vida política da nação, e o progresso econômico do país, que ele pretendia ver alçado ao nível das nações civilizadas.

Assim, sem nos atermos a cada ponto específico dos *Pareceres* sobre a reforma da instrução pública, nos propomos a analisar a proposta política que ele delineou nesse conjunto de textos e, os objetivos que, como reformador político, visou atingir com o seu projeto de reforma do ensino público no país. Tal olhar analítico tomou como ponto de partida duas questões norteadoras frente às muitas páginas de prescrição reformista apresentadas pelo deputado baiano a respeito da educação na sociedade imperial. Desse modo, buscamos compreender primeiramente, qual seria o papel que Rui Barbosa, no bojo do seu ideário liberal, atribuiu ao Estado em relação à instrução. Em seguida, procuramos analisar quais as funções que Rui atribuía à educação para justificar uma reforma do ensino e a necessidade da expansão da instrução pública no Império.

2. A proposta de reforma do ensino de Rui Barbosa

2.1. Diagnóstico e propostas gerais

Os *Pareceres* de Rui Barbosa são, na verdade, compostos por dois documentos. No primeiro, o relator tratou dos problemas do ensino secundário e superior, ao passo que no segundo, analisou a instrução primária e as instituições complementares da educação pública. Isto já constitui uma forte evidência de que Rui se preocupou, antes de tudo, em realizar um levantamento detalhado da condição do ensino público, bem como da situação dos estabelecimentos escolares. Seu diagnóstico não se limitou a tratar o ensino como um todo, mas se dedicou inclusive a analisar separadamente os problemas que afetavam cada ciclo de ensino. Como trataremos detidamente das propostas específicas de Rui mais adiante, por ora basta afirmar que o parlamentar baiano, em seus *Pareceres*, realizou o mais completo levantamento da condição do ensino brasileiro durante o período imperial. E, a partir desse diagnóstico, elaborou suas propostas de melhoramento e difusão do ensino.

O diagnóstico dos *Pareceres* sobre a situação do ensino permitiu que Rui apontasse o estado de negligência em que se encontrava a educação no Brasil. Por exemplo, os dados informavam que, para uma população de aproximadamente dez milhões de habitantes, havia em torno de cem mil alunos inscritos nas escolas primárias, ou seja, apenas 1,6% da população tinha acesso à instrução no país. Segundo os dados apresentados por Rui, o montante de analfabetos no país era imenso, constituindo-se, sem contar os escravos, cerca de 6.856.594 habitantes, isto é, em torno de 81,43% da população. Os dados apontados no parecer colocavam o Brasil, comparativamente aos demais países, cujos dados foram levantados, como aquele em que a sociedade tinha o menor acesso à educação, uma vez que somente estavam em situação pior do que a do Brasil algumas províncias russas e os domínios muçulmanos. O documento ainda informava que as condições das poucas escolas existentes eram péssimas, suas instalações inadequadas, não atendendo sequer às necessidades básicas de higiene. A

criação das escolas não atendia a qualquer racionalidade, bem como seus métodos de ensino eram arcaicos. Como corolário a todo esse desprezo, os professores, em geral, estavam pedagogicamente despreparados para exercer suas funções.

Na sua extensa obra de reforma do ensino, o núcleo do pensamento político de Rui Barbosa e o cerne de sua argumentação a favor da reforma estão centrados no segundo documento apresentado à Câmara, no qual ele abordou a reforma do ensino primário. Assim, no primeiro tomo da reforma do ensino primário, para comparar a evolução educacional nos países cultos e avançados economicamente, Rui procurou fundamentar a sua argumentação em dados estatísticos sobre a situação internacional, e os comparou com pesquisas feitas nas escolas nacionais.²⁵ Desse modo, Rui tratou de comprovar a problemática situação da instrução no Brasil, para daí, apontar as medidas a ser adotadas no país, sempre a partir dos parâmetros do pensamento liberal sobre a educação.

Os dados relativos às escolas primárias, utilizados por Rui, compreendiam o período de 1857 a 1878, e demonstravam que a frequência escolar, em 1857, era de 1,04% da população, em 1878, havia aumentado apenas 0,57%. Dessa forma, o aumento do número de escolas comparado ao da população mostrava-se insignificante: a inscrição de alunos no ensino elementar não passava de 1,61% dos habitantes do país. Dado ao qual Rui ainda acrescentou uma ressalva: “a diferença na densidade da população, nas condições geográficas e no estado social há de reduzir a menos, em quase todas as províncias, e a muito menos, nas mais delas, a assiduidade escolar”.²⁶

²⁵ Como Relator da Comissão de Instrução Pública, Rui empreendeu uma avaliação ampla da situação educacional brasileira. A partir desta avaliação, pôde ainda efetuar uma comparação dos principais problemas nacionais com os enfrentados por outras nações. Nos *Pareceres*, Rui trabalhou com dados do ensino nos Estados Unidos, Wurtemberg, França, Baden, Prússia, Bélgica, Suíça, Dinamarca, Noruega, Canadá, Inglaterra, Itália, Argélia, Argentina, Espanha, Portugal, Filipinas, colônias inglesas, etc. Todos estes lugares apresentavam nível de escolarização maior que o do Brasil. O documento apresentado pela Comissão trazia diversos quadros estatísticos com a relação entre a população existente e o número de alunos e escolas. Tais relações serviram para estabelecer comparações com a situação brasileira, cujos dados foram obtidos por meio de uma pesquisa idêntica, efetuada nas escolas brasileiras públicas e privadas.

²⁶ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In OCRB. Vol. X. Tomo I, p. 68.

Frente a esses dados, Rui também comprovou que a porcentagem dos alunos que frequentava a escola no país era muito pequena comparada à de outros países civilizados, como os Estados Unidos, e de algumas nações europeias. Na América do Sul, a república Argentina, que apresentava melhores níveis educacionais, era o grande parâmetro de comparação de Rui para justificar como grave a situação da instrução popular no Império brasileiro.

Embora fosse essa a realidade do ensino no país, em 1876, o Brasil havia “brilhado” na exposição da Filadélfia. Nessa ocasião, segundo Rui, foi consumada a oca vaidade do país, que serviu para comprovar o pensamento dominante da elite política brasileira imperial, “de *figurar, passando pelo que não somos*”.²⁷ Assim, o relator se referiu à enganosa seção concernente ao ensino primário, em que o Brasil apresentou coleções de insetos e plantas, na exposição da Filadélfia, e recebeu elogios da comissão francesa:

Onde estão, entre os nossos estabelecimentos de instrução pública, essas coleções escolares de espécies de história natural? Que escola oficial pratica entre nós esse gênero de ensino? Qual nos autorizaria fazer garbo desses esplendores perante o mundo? [...] Mas brilhamos na exposição. A aparência ficou salva. E parece que é o que basta.²⁸

Para contestar a fraseologia oficial que celebrava a prosperidade do ensino popular no país, onde a difusão de escolas era insignificante e o ensino aquém dos programas pedagógicos modernos, Rui afirmou que era necessário demonstrar a realidade da situação educacional por meio de uma análise estatística, para daí, apresentar uma imagem rigorosa dos fatos. Com tal objetivo, o relator avaliou os dados estatísticos apresentados nos “Relatórios do Ministério do Império”, qualificando um a um os resultados existentes. A estatística apresentada no último relatório ministerial à Assembleia Legislativa, em 1881, demonstrava que o número de escolas havia aumentado, mas os dados absolutos eram falaciosos, uma vez que a população havia aumentado na mesma proporção. Levando em conta o desenvolvimento paralelo da população, Rui verificou que, “relativamente, não estamos muito menos mal do

²⁷ Idem, p. 81.

²⁸ Idem, p. 81-82.

que vinte e três anos atrás”²⁹ em relação à proporção de alunos que frequentava as escolas em 1882.

A análise desenvolvida por Rui mostrou a deplorável situação em que se encontrava a instrução pública no Império, desvelando a enorme exclusão da população do direito ao saber, unicamente reservado às elites dominantes. Nos *Pareceres*, Rui não empreendeu apenas uma crítica pedagógica sobre a condição do ensino público no Brasil, mas, sobretudo, dirigiu uma crítica política ao governo imperial, responsabilizando-o pela falta de educação do povo.

Para Rui, o atraso do Brasil em relação ao progresso econômico, político e moral de outros países civilizados decorria da pouca difusão da instrução pública. Assim, tornou explícita a articulação que estabelecia entre o analfabetismo do povo brasileiro e o atraso do desenvolvimento civilizacional da nação: “[...] o ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que há decadência, em vez de progresso; é que somos um povo de analfabetos”.³⁰

Ao se basear numa análise comparativa da situação educacional do Brasil frente à de outros países, o projeto de reforma do ensino de Rui propunha uma alteração profunda no sistema de instrução popular do país. Como medida urgente, o deputado baiano apregoava a necessidade da intervenção concreta do Estado para promover a criação de um ensino organizado com base no evolucionismo de Spencer e na adoção do método intuitivo. A reorganização do ensino popular em novas bases deveria ser coordenada pela ação do Estado mediante a criação, em última instância, de um secretariado especial para tratar especificamente da educação, o Ministério da Instrução Pública.

No primeiro documento, *Parecer e Projeto* (Relativo ao Decreto n. 7.247), Rui elaborou uma defesa cerrada, assim como de resto em todo o *Parecer*, da ciência como finalidade do ensino, em todos os seus níveis. No primeiro documento, dedicado à reforma do ensino secundário e superior, o objetivo de Rui foi destacar o papel fundamental de se educar as massas para a ciência: “O espírito científico, só se poderá incutir, restituindo à ciência o seu lugar

²⁹ Idem, p. 12.

³⁰ Idem, p. 8.

preponderante na educação das gerações humanas”. E insistiu sobre a natureza e a importância do saber científico para o desenvolvimento moral e material dos povos: “Todo o futuro da nossa espécie, todo o governo das sociedades, toda a prosperidade moral e material das nações dependem da ciência, como a vida do homem depende do ar”.³¹

Exposto de forma geral, o caráter da proposta de Rui para a reforma do ensino secundário foi fundamentalmente o de que esse nível de ensino deveria estar voltado para atender às necessidades do mercado de trabalho brasileiro. Daí, os estabelecimentos de ensino secundário deveriam oferecer à população, ao lado do ensino científico, o ensino do desenho, entendido como técnica fundamental para o desenvolvimento da indústria. Rui assinalou que a indústria nos Estados Unidos estava se tornando a principal fonte de riqueza do país, pois o lucro auferido com ela era superior ao da agricultura e esse modelo deveria ser copiado.

No *Parecer/Projeto* que reformava o ensino secundário, Rui previu que se convertesse o externato Pedro II em um modelo nacional de ensino. Assim como era necessário que se organizasse essa instituição de ensino conforme as ideias científicas mais modernas, era preciso também que ali se oferecesse ensino técnico à população, atendendo às várias carreiras industriais. Com esse intuito, o projeto previa a adoção, no Liceu Imperial, de seis cursos profissionalizantes que não visavam ao ensino superior, com duração que variava de seis meses a três anos: finanças, comércio, agrimensura e direção de trabalhos agrícolas, maquinistas, industrial, relojoaria e instrumentos de precisão.

Para o ensino superior, Rui propôs a substituição da metafísica e do direito natural como métodos de ensino por outros “científicos”, ou seja, esse nível de ensino deveria adotar o método histórico, de Comte, e a sociologia nas suas instituições.

Porém, mais do que sugerir o uso do método histórico comparativo para o ensino superior, Rui o utilizou também na preparação dos seus *Pareceres*. Nesse sentido, o relator tratou de realizar uma investigação que, utilizando o

³¹ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. “Parecer”. Câmara dos Deputados. 1881-1882 - N. 64. 1ª Sessão. In *OCRB*. Vol. IX. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942, p. 36.

método comparativo baseado na ideia de evolução histórica dos problemas da humanidade, e inspirado na metodologia de Herbert Spencer, abordou a situação da educação no Brasil a partir da observação e comparação com outros países onde esta questão foi arrostada.

Enfim, quando se considera as propostas pontuais de Rui para a reforma do ensino e até mesmo seus diagnósticos sobre a situação da educação brasileira, é possível perceber que a ideia central que dava organicidade aos seus *Pareceres* era a de que a instrução deveria desenvolver no aluno “a tendência prática, de onde lhe advém a sua maior utilidade, uma vez que o seu fim é preparar os homens para verem com perspicácia e fazerem alguma coisa no mundo, em vez de se apascentarem de palavras e vagas representações”.³² Para implantar esse modelo educacional e garantir o aprendizado da massa populacional seria preciso ampliar o número de estabelecimentos de ensino no país e privilegiar conteúdos e métodos diferentes, que tivessem como foco principal a observação e a experimentação.

As propostas de reforma do ensino de Rui visavam fundamentar os conteúdos que a escola deveria transmitir aos alunos de modo a transformá-los em indivíduos autônomos intelectualmente. Para Rui, os conteúdos e métodos de ensino deveriam ser voltados à finalidade de tornar os indivíduos aptos a colocar em prática os seus conhecimentos quando se deparassem com as exigências impostas pelo processo de racionalização da vida moderna, fundamentalmente mediadas pelas relações de trabalho livre assalariado.

Assim, tendo em vista que a sociedade brasileira precisava se adequar à modernização dos processos de trabalho e às configurações políticas assentadas nos Estados Unidos e na Europa, mediante a ampliação da participação democrática, para Rui, era imperioso se investir na educação do povo. A educação, no pensamento político de Rui, pode ser entendida como a condição para a formação concomitante, de cidadãos e trabalhadores, capacitados para participarem racionalmente do processo político e promoverem o desenvolvimento das forças produtivas do país. Nos *Pareceres*

³² BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In OCRB. Vol. X. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 83.

sobre a reforma do ensino, Rui assumiu a educação como proposta política para a promoção do progresso, tanto econômico quanto político da nação.

Neste próximo item serão abordados os pressupostos liberais utilizados por Rui para justificar a intervenção do Estado imperial na promoção da instrução popular. Os itens posteriores deste mesmo capítulo tratarão da relação entre educação e progresso, tal qual estabelecida pelo pensamento de Rui Barbosa.

2.2. As funções e os limites da ação do Estado na educação do povo

A proposta da intervenção do Estado para promover a instrução popular era, no contexto da discussão do liberalismo da época, um tanto controversa. Alguns pesadores liberais, entre eles, Herbert Spencer, de quem Rui adotou o método de ensino no *Parecer*, posicionava-se contra a ingerência do Estado na instrução.³³ Obviamente, a recusa de alguns liberais de aceitar que o Estado interviesse para promover a instrução pública, colocava dificuldades teóricas e até mesmo políticas para Rui. Essa recusa estava baseada na premissa de que o ensino público era um braço oficial do Estado e, portanto, deveria ser recusado.

³³ De acordo com Richard Graham, os partidários da modernização brasileira necessitavam de novos argumentos intelectuais para reforçar as suas posições, “conceitos que pudessem correlacionar entre si o progresso, a ciência e a indústria exerciam especial atração sobre os que estavam trabalhando para destruir a sociedade tradicional”. Ainda de acordo com Graham, o pensamento de Spencer servia para isso, pois os partidários da modernização o entendiam como uma afirmação de que o “progresso é inevitável, que os levaria a um futuro industrial e que a ciência provaria a veracidade de ambas as alternativas. Ainda mais, o spencerismo favoreceu-lhes uma grandiosa síntese que poderia ser facilmente assimilada pela classe média brasileira e era isenta de algumas desvantagens, presentes nos conceitos filosóficos de Augusto Comte. Além disso, Spencer conferia fidedignidade à crença nas atitudes governamentais do *laissez-faire* e fornecia-lhes argumentos muito bem arquitetados contra a legislação do bem-estar social [...]. Com tudo e por tudo, era uma forma de pensar bem ajustada à tarefa de executar no Brasil, e esses brasileiros tinham meios de ignorar aquelas ideias do inglês que poderiam ser adotadas no Brasil somente à custa do sacrifício de suas ambições”. Desse modo, as implicações políticas do pensamento de Herbert Spencer estavam em consonância com o espírito liberal dos reformadores da nação, pois reforçava a crença no *laissez-faire* e na função do Estado de proteger a liberdade de cada indivíduo, sendo qualquer desvio dessa função, recusado. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Editora brasiliense, 1973, pp. 241-242.

Deste modo, Rui precisou desenvolver uma defesa de suas propostas, uma vez que elas estavam em aparente contradição com alguns ideólogos do liberalismo. Rui colocava a questão noutra patamar, pois não estava em questão se o Estado era bom ou ruim para a educação – ele era necessário. A intervenção estatal deveria ser mantida pela coletividade que, em última instância, seria a usufrutuária dos benefícios futuros dela advindos. Por trás desse arrazoado havia o pressuposto de que, diante do atual estágio civilizacional, somente o Estado teria condições de garantir a todos os cidadãos o acesso à educação e tal acesso era imprescindível para o desenvolvimento e o fortalecimento do próprio Estado:

Enquanto a preocupação de alguns sistemáticos e o exclusivismo de certos teóricos, invocando a ciência da realidade, mas desconhecendo notavelmente o estado real dos espíritos e das ideias contemporâneas, condenam o desenvolvimento que o nosso primeiro projeto quer imprimir ao ensino oficial, preconizam a supressão dos graus acadêmicos, taxam desdenhosamente de “ciência oficial” a instrução distribuídas nos cursos universitários, encarecem a iniciativa individual como capaz de substituir o poder público no seu papel atual de grande propulsor da educação popular e da alta cultura científica, reprovam, em suma, o progressivo alargamento da ação protetora e tranquilizadora do Estado nesta esfera, - a tendência universal dos fatos, na mais perfeita antítese com essas pretensões, [...] reforça, e amplia, entre os povos mais individualistas, com o assentimento caloroso dos publicistas mais liberais, o círculo das instituições ensinantes alimentadas pelo erário geral; aduz todo dia o concurso de novos argumentos em apoio da colação dos títulos universitários sob a garantia do Estado, e reconhece a necessidade crescente de uma organização nacional do ensino, desde a escola até às faculdades, profusamente dotada nos orçamentos e adaptada a todos os gêneros de cultivo da inteligência humana.³⁴

No âmbito da educação, as leis da oferta e da procura, ou dos efeitos da concorrência do mercado não eram suficientes para estimular os interessados

³⁴ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In OCRB. Vol. X. Tomo I, pp. 85-86.

na promoção dos institutos de ensino. Procurando respaldar essa ideia, o relator citou Edm. Villey, “um escritor acentuadamente individualista”, que havia observado que a única instituição capaz de oferecer educação com certa amplitude e com qualidade - “cumpre não confundir este serviço com os de ordem puramente industrial, nos quais o que preocupa o consumidor, é a barateza do produto”³⁵ -, além do Estado, era a Igreja. Porém, tal ideia implicava concordar com a ideia da intervenção do Estado, ou deixar a instrução nas mãos dos religiosos, algo que não interessava de modo algum aos liberais, inclusive a Rui Barbosa.

Desse modo, Rui buscou apoio no positivista Emílio Littré, que, rompendo com o seu mestre A. Comte, consignou a interferência do Estado na instrução nacional: “enquanto as condições sociais determinarem que o governo seja semi-espiritual, o ensino oficial é inevitável, e impossível o ensino absolutamente livre”.³⁶ Os argumentos de Littré, contrariamente aos de outros positivistas, como Comte, atendiam duplamente às intenções de Rui: contar com a metodologia positivista em sua pregação por uma maior cientificidade da pedagogia e justificar a intervenção do Estado na instrução pública.

A liberdade absoluta de instrução seria “daninha”, pois poderia ser mobilizada por grupos ou partidos poderosos, que, eventualmente, teriam condições de colocar em primeiro lugar a defesa de seus interesses em detrimento dos do Estado. Caberia, portanto, ao Estado definir e implantar um ensino oficial que atendesse aos seus propósitos políticos:

Em suma, só almejo a liberdade de ensino, até onde chegar a liberdade, franqueada todas as crenças, [...] e não como abstenção completa do Estado em todas as questões que toquem ao domínio da instrução geral. O ensino oficial não deve embaraçar o ensino livre; mas, por enquanto, o ensino livre não poderia suprir a falta do ensino oficial.³⁷

³⁵ VILLEY, Edm. *Le role de l'Etat dans l'ordre économique*. Citado por BARBOSA, Rui. Idem, p. 86.

³⁶ BARBOSA, Rui. Idem, p. 95.

³⁷ Idem, pp. 96-97.

Com efeito, Rui utilizou-se dos argumentos do positivista Littré, elaborados por ocasião da discussão da questão educacional na França, para justificar que o progresso e o melhoramento do ensino não poderiam ficar a cargo da sociedade brasileira, de modo a se evitar a anarquia na educação popular. Nesse sentido, a reorganização do ensino, para Rui, deveria ser obra “de alguns indivíduos, assaz esclarecidos para avaliar a necessidade, assaz potentes para vencer a resistência passiva de uma imensa maioria, que ignora ainda em que direção se há de caminhar”.³⁸ Dessa maneira, a proposta de ensino preconizada deveria ser ajustada às necessidades nacionais e, acima de tudo, o Estado deveria ser habilitado a exercer o monopólio da atividade educacional, o único que poderia materializar com eficácia a missão civilizadora da educação popular no país.

No entanto, antes de continuarmos a exposição, é necessário um pequeno parêntese para esclarecermos o uso que Rui fez do positivismo em seus *Pareceres*. Os novos métodos de ensino preconizados por Rui deveriam empregar o rigor científico positivista à observação dos fatos, a análise objetiva das causas e efeitos, bem como a ideia de progresso e evolução da humanidade - todos considerados como parâmetros fundamentais da metodologia do seu projeto de reforma do ensino.

Para transformar o ensino, Rui ainda recomendava a adoção de um novo método, baseado na intuição, isto é, no método positivista de ensino, que se conformava “com as exigências da evolução, observar a ordem natural, que os atuais programas invertem”, organizado sob as recomendações de Herbert Spencer, em *The principles of Sociology*:

“Quando vemos a mente juvenil assoberbada de generalidades, antes de possuir nenhum dos dados concretos a que elas se referem; quando vemos as matemáticas admitidas sob a forma puramente racional, em lugar da forma empírica, por onde o menino devia principiá-la, como as principiou a espécie humana; quando vemos um estudo tão abstrato como a gramática incluído entre os primeiros, e não entre os últimos; quando encontramos, em suma, a escola reduzida à mnemonização passiva, [...] quando vemos as gerações nascentes mirrarem sob a influência desses

³⁸ Idem, p. 95.

métodos abomináveis, - desta semente oca, crestada pela educação, que a devia fecundar, não podemos esperar senão uma nacionalidade estéril, depauperada, amanhada para todas as humilhações e todas as surpresas de um destino, de que a sua educação não a preparou para assumir a iniciativa, prever as contingências, e dirigir o curso”.³⁹

Desse modo, as respostas dadas por Spencer às questões do progresso e da evolução, em especial, às relativas ao método, foram acolhidas notadamente por Rui. O mesmo não ocorreu com as ideias do determinismo social, propostas por Comte. Porém, mais do que tomar posição na discussão sobre os limites do positivismo, o objetivo de Rui foi justificar a importância da ação do Estado na educação, por isso, o apoio dos positivistas foi constantemente requisitado para fundamentar a sua argumentação.

Na perspectiva de Rui, a intervenção do Estado no âmbito da educação não representava “nenhuma transcendência”; ao contrário, era uma tendência inevitável. Para confirmar esse enunciado, Rui recorreu aos exemplos das nações inglesa, norte-americana e suíça - as “mais eminentemente individualistas, daquelas onde é mais enérgico o sentimento da pessoal humana, mais real a autonomia das localidades”.⁴⁰ O intuito era comprovar que, mediante os esforços dos seus estadistas, a participação do Estado na instrução pública recebeu nessas nações uma consagração oficial, desencadeando o crescimento incessante de instituições regulares de ensino.

Portanto, de acordo com Rui, o fato de o Estado liberal tomar a si a tarefa de criar e manter instituições de ensino não constituía paradoxo algum: os países-modelos do liberalismo comprovavam que a função do Estado de promover a educação das massas era uma necessidade inevitável. Tentando demonstrar como a educação popular era um processo benéfico ao bom desenvolvimento da nação, o parlamentar baiano desenvolveu sua análise relatando não só como a instrução era a condição da elevação do caráter moral e intelectual dos povos civilizados, mas também que a imposição legal do

³⁹ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino primário e várias instituições complementares*. In OCRB. Vol. X. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. 48.

⁴⁰ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Vol. X. Tomo I, p. 97.

ensino era rigorosamente compatível com as mais amplas aspirações liberais dos povos mais livres.

O mais importante, para Rui, foi destacar que, acaso alguém se pronunciasse para impugnar o pensamento do seu projeto reformista, afirmando que John Stuart Mill era contra a intervenção do Estado, estaria equivocado, porque o pensador inglês, no seu livro *Da liberdade* “reconhece positivamente a existência de estados sociais, em que ninguém, senão o governo, tem a capacidade essencial para criar, e manter instituições regulares de educação”.⁴¹

Assim, buscando justificar a necessidade da intervenção do Estado como a única instituição capaz de promover o desenvolvimento da instrução pública no país, a opinião de Stuart Mill, presente na obra *Princípios de Economia Política*, também foi retomada por Rui. O pensamento de Mill foi usado como argumento de autoridade para explicar, no projeto de reforma do ensino, as ideias de intervenção do Estado no âmbito da educação, bem como para amparar o liberalismo do plano reformista do deputado baiano:

Qualquer governo um pouco civilizado e de boas intenções, pode, sem presunção, acreditar-se provido de uma instrução superior à média da sociedade governada, e ter-se por capaz de oferecer uma educação e um ensino melhores do que o povo, entregue a si mesmo, reclamaria. É, portanto, a educação uma das coisas que, podemo-lo admitir como princípio, o governo deve distribuir ao povo. Ela constitui um dos casos a que não se aplicam necessariamente os motivos da regra da não intervenção, e a que nem todos esses motivos são aplicáveis.⁴²

As proposições de Stuart Mill serviram bem aos propósitos de Rui: somente com o imperativo do ensino oficial público seria possível o desenvolvimento de uma opinião pública virtuosa para assegurar a legitimidade do sistema representativo, e a elevação moral dos indivíduos para a consecução de uma sociedade civilizada e, conseqüentemente, a formação de

⁴¹ Idem, pp. 105-106.

⁴² MILL, John Stuart. *Principles of Political Economy*. IV, capítulo XI, citado por BARBOSA, Rui. Idem, pp. 106-107.

uma nação democrática. Nesse sentido, para as “nações de ordem inferior”⁴³, nas quais o povo, dispondo de escassas luzes e, portanto, pouco civilizado, não quisesse ou não pudesse prover por si mesmo a criação de instituições de ensino, assistia inevitavelmente ao Estado o papel preponderante no desenvolvimento da educação popular.

Uma vez que, do ponto de vista da teoria liberal, Rui considerava justificada a necessidade da intervenção do Estado para promover a instrução popular, ele também empreendeu um esforço argumentativo para defender os custos da educação, e o indispensável aumento dos investimentos nessa esfera. Afinal de contas, a ignorância popular era o maior problema nacional apontado por ele: “Ao nosso ver a chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação”.⁴⁴ Tamanho mal deveria ser erradicado pela ação do Estado imperial, através do cumprimento do dever de promover maiores investimentos na educação do país.

Para sustentar a causa da instrução popular sob os auspícios do Estado, o relator primeiramente advertiu que, embora o Brasil pertencesse ao continente americano, encontrava-se totalmente afastado do ambiente de ideias que teria fomentado a grandeza dos Estados Unidos, cuja civilização e progresso material deslumbravam o mundo - e o próprio Rui Barbosa. Ao citar diversos documentos oficiais dos *Founding fathers* da independência norte-

⁴³ BARBOSA, Rui. Idem, p. 107. Para o caso das “nações inferiores”, onde os seres humanos que as constituíam não possuíam faculdades “maduras”, segundo Mill, seria legítimo intervir contra a vontade das pessoas caso se lidasse com crianças, pessoas que não estivessem em plena posse das faculdades mentais, ou sociedades bárbaras. Caso fosse necessário impor a realização de deveres sociais, Mill prescreveu os meios pelos quais se deveria lidar com sociedades que se encontravam em estados retrógrados: “As primeiras dificuldades no que toca ao progresso espontâneo são tão grandes, que raramente há qualquer escolha de meios para os superar; e um governante em plena posse do espírito de desenvolvimento tem justificação para usar quaisquer expedientes que servirão para alcançar um fim talvez de outro modo inalcançável. O despotismo é uma forma legítima de governo quando se lida com bárbaros, desde que o objetivo seja o seu desenvolvimento, e desde que os meios sejam justificados por verdadeiramente alcançarem esse fim. A liberdade, enquanto princípio, não tem aplicação a qualquer estado de coisas anterior a uma altura em que a humanidade se tenha tornado capaz de se desenvolver através de uma discussão livre e equitativa”. MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Coimbra: Edições 70, 2010, pp. 40-41.

⁴⁴ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Vol. X. Tomo I, p. 121.

americana, Rui sublinhou que a educação teria sido o princípio privilegiado por aqueles patriarcas. Washington, John Adams, Jefferson e Madison tiveram a mais nítida convicção de que o progresso contínuo da instrução pública era o primeiro elemento para o desenvolvimento não apenas moral, mas econômico e político da vida de um Estado. Esta tradição teria sido preservada entre os estadistas e os chefes de Estado ao longo do tempo, pois os Estados Unidos sempre investiram progressivamente, de acordo com a literatura consultada por Rui, fosse por meio do Estado, ou da iniciativa privada, grandes importes na educação.

Outro ponto enfatizado pelo relator dos *Pareceres* foi o aumento dos gastos do orçamento do Estado com a instrução pública ao longo do século XIX entre as nações europeias, especialmente, Alemanha, Prússia, Inglaterra, Bélgica e Suíça. Para Rui, a prosperidade material dessas nações emanava do cultivo da instrução do povo. Essa questão, portanto, mereceria muita atenção do governo imperial, pois a débil educação da população brasileira era o fator preponderante do atraso civilizacional e material do país. Ao contrário do alto investimento de outros países na instrução do povo, o Brasil investia muito pouco: “O Estado, no Brasil, porém, consagra a esse serviço apenas 1,99% do orçamento geral, enquanto as despesas militares nos devoram 20,86% da despesa total”.⁴⁵

A expansão de escolas e do ensino público aparecia no *Parecer* como o elemento responsável pelo progresso material das nações cultas e civilizadas. Assim sendo, Rui estabelecia no seu projeto de reforma do ensino, através dos argumentos das vantagens econômicas, que investimento em educação era a melhor forma do Estado brasileiro enfrentar os desafios que se impunham à modernização das relações de produção no país:

Ora, a produção, como já demonstramos, é um efeito da inteligência: está, por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular. Todas as leis protetoras são ineficazes, para gerar a grandeza econômica do

⁴⁵ Idem, pp. 163-164. A título de exemplo, das estatísticas financeiras coletadas por Rui, a Inglaterra despendeu, em 1881, 3,30% do seu orçamento com a instrução pública; o Chile, em 1876, 5,38%; a Guatemala, em 1877, 4,69%; a Argentina, em 1878, 4,33%; a província de Buenos Aires, em 1877, 7,43%; a Alsácia Lorena, em 1880, 10,90%. Cf. Idem, p. 165.

país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras.⁴⁶

Desse modo, o Estado brasileiro necessitava empreender uma reforma radical do ensino público para avançar em direção ao patamar de desenvolvimento material dos países civilizados. Essa reforma radical que estava sendo apresentada no *Parecer*, todavia, necessitaria para a sua efetivação, do aumento do orçamento que era dedicado ao ensino por parte do governo imperial. Antecipando-se a qualquer objeção ao seu plano de reforma proposto, que exigia a liberação de fundos importantes, Rui sentenciava que não era pertinente, pois, o investimento na educação seria proporcional ao grau do desenvolvimento econômico que o país atingiria.

2.3. A educação como dever do Estado e direito do indivíduo: o ensino obrigatório

A reforma do ensino preconizada por Rui só seria completa e efetiva se, por um lado, o Estado aumentasse os gastos com o ensino público, e, por outro, se a instrução se tornasse obrigatória no país. O relator afirmava que o Estado imperial deveria, ao mesmo tempo, criar escolas suficientes e obrigar os pais a matricularem os seus filhos, bem como a zelar pela assiduidade deles à escola. Isso era necessário, segundo Rui, porque a grande maioria da população brasileira era analfabeta e incapaz de perceber os benefícios da instrução:

Mas não admira que as gerações nascentes esquivem o contato da escola, num país onde se deixa à ignorância dos pais o direito de formá-las à sua feição e semelhança, perpetuando, de idade em idade, como um patrimônio, esse deplorável estado mental, que nos assinala, pelo triste característico de uma nação que não sabe ler.⁴⁷

⁴⁶ Idem, p. 143.

⁴⁷ Idem, p. 69-70.

Ao lado da apresentação desse quadro, que demonstrava a dificuldade da efetiva instrução do povo, Rui argumentava que, ao menos do lado institucional, a resolução dessa questão estava parcialmente encaminhada: a Constituição de 1824, no seu artigo 179, garantia o direito de instrução gratuita ao povo. No entanto, esse direito não era realizado na prática, pois, “a escola gratuita sem a frequência imperativa representa uma instituição mutilada”.⁴⁸ A existência concreta da instituição escolar somente seria possível se reunisse o intuito da lei que inspirou a gratuidade do ensino elementar com a satisfação da exigência fundamental que a legitimava, ou seja, a obrigatoriedade da frequência escolar.

Foi desenvolvendo essa argumentação que Rui insistiu em afirmar que, em uma constituição democrática, um dos intuitos dos sacrifícios impostos ao Estado pela difusão gratuita dos rudimentos da educação, era que ela fosse comum a todos os habitantes do país. Neste caso, a proclamação da necessidade da instrução popular dependeria do reconhecimento explícito e da criação legal de um direito pelo Estado. Mas, para Rui, a definição do direito ao ensino não deveria ser baseada no direito dos pais, como argumentavam os adversários do ensino obrigatório. Para estes, a educação dos filhos era responsabilidade dos pais e a ingerência do Estado nessa obrigação era indevida, pois estaria se imiscuindo num espaço privado que não lhe competia. Além disso, se esse direito correspondesse unicamente a um dever de foro íntimo, sem nenhuma subordinação à lei exterior, o papel do Estado ficaria adstrito a uma questão de pura consciência individual. Assim, somente as obrigações que envolvessem a responsabilidade direta do indivíduo para com os órgãos da ordem coletiva da sociedade poderiam impor às instituições sociais moldes e ônus como o da gratuidade do ensino elementar.

Ao buscar uma solução para os problemas que a proposta da coercitividade legal a respeito da instrução poderia causar, Rui empreendeu discussão sobre a soberania dos pais para legitimar o princípio da obrigatoriedade escolar. Esse problema poderia ser equacionado, aparentemente, de modo simples: se o pai não alimentasse seu filho, ele representava um perigo e poderia perder o direito sobre ele, da mesma forma,

⁴⁸ Idem, p. 182.

se não lhe oferecesse educação, o Estado também poderia interferir mediante a aplicação de uma sanção contra ele. Tratava-se, no caso do ensino obrigatório, de combater a tirania e não a soberania conveniente dos pais. Pois, argumentava o relator, todas as soberanias eram delimitadas pelo direito, sem o qual, poderiam se converter em opressão da existência individual, cuja violação implicava na negação prática das leis. Na linha das ideias de Rui, a soberania do pai ignorante se perpetuaria e se degeneraria na mais cruel das tiranias sobre os filhos, negando a esses o direito individual de se instruírem.⁴⁹

Para Rui, o compromisso com a instrução popular, com que a Constituição gravava o orçamento público, exprimia dois direitos, que tinham a sua sanção na comunidade organizada politicamente. Desse modo, a afirmação constitucional de que o Estado deveria garantir a todas as crianças os princípios elementares da moralidade e intelectualidade, “sem as quais não há homem responsável, sem os quais é cativo a lei, absurdo a imputabilidade e a repressão injusta”, constituía um direito individual irrecusável. No entanto, a par desse *direito do indivíduo*, existiria para com a coletividade social, o *direito correlativo*, incontestável a esta: o direito de negar “à ignorância do indivíduo a liberdade de obrigar a nação a receber”, no interior da ordem comum, “cérebros atrofiados pela ausência dessa educação

⁴⁹ Mais uma vez podemos notar a influência do pensamento de Stuart Mill nas ideias de Rui Barbosa a respeito da liberdade do indivíduo, da soberania dos pais sobre os filhos, e no seu argumento sobre a obrigatoriedade escolar. O Estado, embora devesse respeitar a liberdade dos indivíduos, era obrigado, de acordo com Mill, a manter um controle vigilante sobre o poder que uma pessoa pudesse exercer sobre outras: “É no caso das crianças que noções mal aplicadas de liberdade constituem um verdadeiro obstáculo ao cumprimento por parte do Estado dos seus deveres. Quase se poderia pensar que os filhos de um homem são literalmente, e não metaforicamente, parte de si, tão ciosa é a opinião em relação à mais pequena interferência da lei no seu controle absoluto e exclusivo sobre eles. [...] Tomemos, por exemplo, o caso da educação. Não é quase um axioma por si só evidente que o Estado devia impor uma escolaridade mínima obrigatória a todos os seus cidadãos? [...] Ainda não é reconhecido que trazer uma criança ao mundo sem boas expectativas de ser capaz não só de providenciar alimento para o seu corpo, mas também educação, instrução e exercício para o espírito, é um crime moral, tanto contra a desafortunada criança como contra a sociedade; e que se o progenitor não cumpre essa obrigação, o Estado tem o dever de se certificar de que é cumprida - tanto quanto possível, às custas do progenitor”. MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*, pp. 174-175.

rudimentar, à míngua da qual o ente humano se desnatura, e inabilita para a convivência racional”.⁵⁰

Esses dois direitos - o direito do indivíduo se instruir e, o da sociedade de conviver com indivíduos racionais para o bem da sua ordem, cujo cumprimento a gratuidade do ensino pelo Estado visava garantir, seriam, contudo improfícuos, enquanto a instrução primária não deixasse de ser facultativa. Rui desenvolveu assim, a ideia de que, embora a escola fosse acessível a todos, ela de nada serviria para resistir à ignorância e promover o desenvolvimento intelectual do povo brasileiro se não se impusesse aos indivíduos “as vantagens dessa acessibilidade”.⁵¹

A discussão sobre as dificuldades de ordem social e econômica, até mesmo de acesso aos estabelecimentos de ensino, pouco numerosos no Império, como observou o próprio Rui, que impediam os pais de encaminharem os filhos à escola, foi obliterada no *Parecer*. Nesse documento, Rui enfatizou a necessidade das cominações penais aos pais “displicentes”, que resvalavam no preconceito às classes menos favorecidas, tratando a questão da dificuldade de instrução das crianças pobres apenas como um caso de abuso do progenitor analfabeto e brutalizado pelas “depravações da estupidez”:

Se o pobre é ignorante - e esta condição há de ser a da maioria -, não só não ambicionará que o filho saiba mais do que ele, mas embargar-lho-á, e as eloquentes filípicas de certa gente contra a instrução primária não aduzirão jamais tamanha cópia de argumentos, quanto à obstinação inspirada a um pai grosseiro pelo empenho de ter filhos que se lhe assemelhem.⁵²

De todo modo, a argumentação de Rui sobre o princípio da legitimidade jurídica da instrução obrigatória era reforçada pela observação de que esse princípio havia sido adotado pelas nações civilizadas, uma vez que haviam constatado que não havia possibilidade de instrução popular sem a sanção da

⁵⁰ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Vol. X. Tomo I, p. 182.

⁵¹ Idem, p. 183.

⁵² Idem, p. 198.

coercitividade legal. Nesse sentido, para Rui, o sistema da instrução popular - gratuito e obrigatório - que, do ponto de vista dos interesses dos indivíduos e das nações civilizadas, foi extremamente benéfico, deveria, portanto, ser adotado no Brasil.

2.4. O ensino da ciência e a suposta neutralidade do Estado no âmbito da educação

Conforme exposto acima, Rui Barbosa admitia a ação do Estado liberal no âmbito da educação, cuja função seria a criação e a manutenção dos estabelecimentos de ensino. Contudo, para ele, isto não significava que o Estado deveria, ou poderia impor o conteúdo do programa de ensino nas escolas. Apesar de o relator preconizar que o Estado não poderia determinar quais eram os saberes que deveriam constar no currículo escolar, a sua função seria possibilitar o ensino da ciência nos estabelecimentos escolares. No que dizia respeito à instrução do povo, em particular, Rui enfatizou que o único saber que deveria entrar no currículo do ensino oficial era o saber científico.

Dessa maneira, a liberdade de ensino defendida pelo relator significava um ajuste com as necessidades nacionais e, acima de tudo, a difusão do conteúdo científico que garantiria o desenvolvimento do país. Entretanto, Rui especificou qual era a “única” e “verdadeira” ciência que deveria fazer parte do ensino oficial, isto é, a ciência que demonstrava os fatos, averiguava, classificava e explicava os fenômenos observáveis do universo.

Apesar de defender que o princípio vital da organização do ensino era a introdução da ciência na instrução popular, Rui argumentou fortemente a favor da liberdade de ensino, pois o Estado não poderia impor ideias. Nesse sentido, ao discorrer sobre a legitimidade das teorias que defenderam que o Estado poderia e deveria impor os seus parâmetros, o relator definiu o seu conceito de Estado, limites e funções, no segundo tomo do *Parecer* sobre a reforma do ensino. Apesar de longa, a passagem abaixo encerra, no interior da obra de Rui Barbosa, a sua definição do conceito de Estado:

Que é, de feito o Estado? Um sistema, uma escola, uma filosofia, um culto, uma verdade? Não, sem dúvida nenhuma. O Estado é apenas a organização legal das garantias de paz comum e mútuo respeito entre as várias crenças, convicções e tendências que disputam, pela propaganda persuasiva, o domínio do mundo. [...] o Estado não é mais essa eminente abstração moral, armada dos recursos da força coletiva, por interesse de todos, em apoio do direito de cada um; desaparece-lhe esse caráter impessoal, que constitui a sua eminência e a legitimidade, para deixar em relevo [...] todo o odioso das paixões pessoais, ou do espírito de parcialidade que o anima, o grupo, mais ou menos numeroso, dos homens que governam.⁵³

A partir de seus pressupostos liberais, o Estado, para Rui, deveria ser imparcial, a fim de se evitar a interferência dos governantes, que eram homens dotados de paixões, nas competências que cabiam apenas ao indivíduo. Afora a defesa da propriedade privada, da liberdade individual e da garantia da igualdade jurídica dos indivíduos, o liberal baiano rejeitava, sob pena de se usurpar a soberania popular, que o Estado interviesse nas demais esferas na organização social, as quais caberiam unicamente a cada cidadão o direito da liberdade de escolha em toda a sua plenitude.

Desse modo, o Estado não deveria ter uma fé oficial, nem limitar a liberdade do ensino, devendo restringir-se ao campo da neutralidade, de modo a igualar as religiões e a opinião dos homens, e assim garantir, imparcialmente, a segurança de todas as escolas e de todas as crenças. Na visão liberal de Rui, o Estado jamais deveria optar pela imposição de determinada ideologia sobre a influência do desejo e da parcialidade de seus governantes, o que caracterizaria uma atitude intolerante e a limitação da liberdade individual.

Nesse sentido, a neutralidade do Estado, para Rui, era correlata à sua legitimidade. Do mesmo modo, a neutralidade do Estado deveria ser igualmente proporcional à neutralidade da escola. Essa visão de Rui, de que a educação dos cidadãos para a liberdade implicava a liberdade de educação dos cidadãos, o levava a não aceitar as ideias que estavam sendo postas em

⁵³ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In OCRB. Vol. X. Tomo II, p. 5.

prática, naquele momento, na França, através da execução da reforma do ensino público pelo Ministro da Educação, Jules Ferry.

A ideia desenvolvida por Ferry, quanto à legislação comum escolar para toda a França, era promover a uniformidade do ensino público, por meio da harmonização dos programas escolares, de modo a permitir a igualdade de oportunidades no aprendizado a todos os cidadãos franceses. No entanto, para o relator baiano, a intervenção das ideias do Ministro da Educação francês sobre a instrução era excessiva, pois a reforma do ensino de Ferry possuía um conteúdo ideológico. Além disso, a reforma, nos parâmetros propostos por Ferry, significava o corolário da tese do Estado chefe de família, cujo papel seria o de supervisor do espírito das famílias francesas. Assim, Rui estava de acordo com as críticas de Laboulaye, que negava que o Estado deveria ter esse papel, e alegava que, mesmo que Ferry não se apoiasse diretamente nas ideias de Robespierre, a identidade de pensamento entre eles sobre a instrução era evidente. Para Laboulaye, todo o controle do conteúdo do programa da escola pelo Estado era um perigo, pois poderia se transformar em instrumento de tirania a ser usado pelos futuros governantes da França.⁵⁴ Na verdade, Rui recusava as propostas de Ferry de ensino comum e do monopólio da escola nacional pelo Estado, porque as via como uma forma de proselitismo a favor dos “delírios do socialismo contemporâneo, a utopia da igualdade comunista”.⁵⁵

Sustentar uma ideologia política como conteúdo para o ensino escolar seria, para Rui, como acreditar na infalibilidade da Igreja, porque para os crentes, ela encarnaria a onisciência divina. Em termos amplos, o grande princípio da ação do Estado liberal deveria ser a liberdade, e a garantia da liberdade e da neutralidade seria dada pela não-intervenção estatal na legislação e no conteúdo do ensino popular. Assim, a liberdade de ensino, só existiria, se o Estado atendesse à condição de não impor à escola a sua preferência nem pela “Bíblia nem Enciclopédia, Loiola nem Darwin, pontificados religiosos nem pontificados científicos”.⁵⁶

⁵⁴ Cf. LABOULAYE, E. *La liberté d'enseignement et les projets de lois de M. Jules Ferry*. Citado por BARBOSA, Rui. *Idem*, p. 9.

⁵⁵ *Idem*, p. 9.

⁵⁶ *Idem*, p. 13.

Assim, o parlamentar baiano compreendia que a reivindicação do exercício de um direito implicava a consciência de que todos teriam o mesmo direito, e o direito à liberdade implicava a liberdade de todos. Se todos teriam o mesmo direito de manifestar a sua opinião, e se erro para uns poderia ser verdade para os outros, Rui, mesmo respondendo negativamente à questão da capacidade do Estado de definir a verdade e o erro em relação ao ensino, admitia que o liberalismo seria capaz de ser o princípio ordenador do Estado. Dessa forma, o Estado liberal deveria adotar uma atitude coerente com os seus princípios: a aceitação do rigor científico, que garantiria a liberdade e a neutralidade do ensino.

No entanto, se de um lado, Rui argumentava que o Estado tinha como dever rigoroso manter-se afastado de qualquer imposição do conteúdo à instrução nacional, por outro lado, admitia que o ensino da ciência deveria ser adotado legitimamente pelo Estado. Somente a ciência, que, na perspectiva de Rui, não possuía organização oficial, cujo processo de investigação baseava-se na liberdade, deveria prevalecer na organização do ensino no país. Porém, isso não significava que qualquer ciência deveria ser adotada, mas, o modelo de ciência de Spencer e Comte, moldada em termos liberais pela síntese de Stuart Mill.

Nesse sentido, torna-se evidente que, ao afirmar o dever legítimo do Estado no desenvolvimento da ciência, Rui Barbosa fez uma opção política, pois a perspectiva científica era apenas uma entre as várias possíveis que poderiam ser adotadas como ponto vital da reforma do ensino. Sua escolha política se constituiu, sob a aparência da neutralidade científica e da liberdade do ensino, numa defesa política da ciência. Portanto, o Estado liberal não seria neutro e imparcial, como Rui proclamava, mas, uma organização política que deveria se voltar para o fornecimento das condições materiais e financeiras necessárias para promover a sua opção teórica-metodológica pela ciência.

A argumentação de que o Estado deveria ser neutro e a liberdade do ensino garantida, na verdade, ocultava um lado do seu liberalismo político. Este lado era justamente aquele que concebia como dever do Estado a intervenção na instrução, a fim de permitir o desenvolvimento do ideário liberal da razão científica e materializar as condições econômicas e intelectuais necessárias para o governo representativo. Para Rui, o ensino da ciência, difundido pelas

escolas, promoveria ao mesmo tempo, no campo econômico, a implantação e o desenvolvimento do capitalismo⁵⁷, e no político, a formação de cidadãos racionais para participarem do sistema representativo de base liberal democrática.

Em suma, para Rui, na sua concepção liberal e jurdica do poder político, o Estado seria a organização legal das garantias dos cidadãos, na qual o governo seria a resultante da ação da maioria ou minoria dos indivíduos, e, por isso, justamente dependente da sociedade que o constituía. Na visão do político baiano, o Estado deveria ser imparcial, pois sua legitimidade dependeria da sua não-intervenção nos interesses privados dos indivíduos, porque toda intervenção correria o risco de ser parcial e ideológica. Porém, o Estado possuiria excepcionalmente, como função social, o dever de zelar pela educação nas sociedades ainda não suficientemente “civilizadas”. Neste caso, o Estado poderia intervir para garantir a educação popular, fornecendo-lhe as condições materiais de existência. Como condição da sua neutralidade, a liberdade de ensino deveria ser respeitada, não podendo o Estado impor uma doutrina à escola, sob pena da perda da legitimidade de tal intervenção. A escola deveria ser leiga e desvinculada de ideologias políticas e científicas. No entanto, como procuramos ressaltar, embora defendesse os princípios liberais de imparcialidade e neutralidade do Estado, na verdade, Rui propôs como parâmetro para a ação estatal monárquica na reforma do ensino público, a ideologia liberal da ciência. Isto é, a proposição de uma postura científica, de forma alguma neutra e imparcial, mas que correspondia à materialização do modelo político-econômico liberal que Rui defendia.

3. Educação e formação do trabalhador

Para Rui, o Estado não poderia exercer o direito de punir os indivíduos caso não lhes garantisse o direito de instrução. A ideia de Rui era que a

⁵⁷ Embora os estudos históricos aceitem sem muitas reservas a utilização da expressão capitalismo, assim como suas demais variantes, para a descrição dos fenômenos econômicos do século XIX e também dos anteriores, segundo Fernand Braudel, tal expressão surgiu apenas no início do século XX, e era ignorada inclusive na época de Marx. Ver a respeito BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. 2ª ed. Lisboa: Teorema, 1986, p. 56.

imposição do Código Penal, ou seja, a punição dos indivíduos pelo Estado, sem que este anteriormente impusesse aos indivíduos a obrigatoriedade de frequentar a escola, com a intenção de prepará-los para conhecer a lei e prezar pela ordem, configurava uma das maiores injustiças cometidas pelo Estado contra o indivíduo.

Desse modo, ao discutir a relação entre a instrução e a criminalidade, baseando-se nas estatísticas recentes da época, Rui procurava demonstrar que, à proporção que se difundia a educação do povo, a criminalidade diminuía sistematicamente, porque “a questão de prevenir a ociosidade e o crime se vincula estreitamente com a de evitar a ignorância”.⁵⁸ Este fato, para o relator, revelava o vínculo entre a ignorância e o crime. E a explicação para a tendência quase natural da diminuição da criminalidade em razão inversa à do aumento do número de escolas, era justificada, dessa vez, por meio dos argumentos de Spencer, segundo a qual, “*sem conhecimento do mal, não há crime*. Logo, a sociedade, se lhe não assistisse o direito de exigir a instrução, não teria o de punir a infração”.⁵⁹

O relator, ainda que contrariando Spencer no ponto relativo à intervenção do Estado na garantia da instrução, pôde afirmar sem hesitação o papel transformador da educação sobre os indivíduos e a sociedade. Rui compreendia que a ordem social nada mais seria do que a adaptação de entidades inteligentes ao seu meio peculiar, ou melhor, à sociedade, que as reunia e as completava. Essa adaptação se operava, por um lado, através de movimentos instintivos, “que só por hereditariedade se tornavam tais”⁶⁰, por outro lado, devido aos atos intencionais e da vontade dos indivíduos, dependentes, contudo, do conhecimento das leis sociais que regiam as relações mútuas entre os membros da sociedade. Daí, a importância da educação, pois, o propósito de obedecer às leis sociais procederia da percepção das suas vantagens pelos indivíduos.

Nesse sentido, a instrução, que deveria habituar o indivíduo a cumprir a lei, combinada com a educação dos sentimentos morais, em cujo

⁵⁸ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In OCRB. Vol. X. Tomo II, p. 194.

⁵⁹ Idem, p. 193.

⁶⁰ Idem, p. 193.

disciplinamento a escola deveria cooperar com a família, atestavam, para Rui, a influência capital da educação como defensivo contra o desrespeito à legalidade, e como instrumento propagador da preservação da moral na sociedade.

Embora partisse da ideia de que a sociedade era construída pela adaptação dos indivíduos às suas regras de conduta, o que interessava, sobretudo, a Rui era argumentar no *Parecer* que o conhecimento do indivíduo, obtido pela instrução, poderia também modificar a sociedade. A instrução forneceria aos indivíduos os requisitos de moralidade e intelectualidade necessários para diminuir a criminalidade.

Porém, não bastava, ainda de acordo com Rui, que os homens aprendessem simplesmente a ler e a escrever para se tornarem cidadãos, embora esses, tal como outros conhecimentos, fossem absolutamente necessários à manutenção da liberdade individual. Ser instruído, para o deputado baiano significava possuir o sentimento da ordem, como também ter a noção clara das “grandes leis naturais que regem o universo e a sociedade”. Na verdade, a função da educação, para Rui, era desentranhar no homem a consciência de que estava submetido “às amargas necessidades da vida”.⁶¹ Enfim, Rui afirmava que os homens conseguiriam contornar de maneira segura a má fortuna de sua condição social se aliassem o aprendizado escolar ao trabalho.

Até o momento vimos acompanhando a maneira pela qual Rui elaborou sua argumentação em defesa da atuação do Estado na instrução pública, de forma a assegurar o desenvolvimento do país e também do indivíduo. Agora mudaremos um pouco nosso foco, pois o objetivo é acompanhar os argumentos apresentados por Rui para defender a intervenção do Estado na instrução pública a fim de assegurar o seu papel de propulsor e garantidor da formação profissional do trabalhador e, conseqüentemente, proporcionar-lhe capacidade para ocupar o seu lugar no processo produtivo em vias de modernização. Ademais, a preocupação de Rui em relação à capacitação do trabalhador brasileiro, num momento em que o fim da escravidão já despontava

⁶¹ Idem, p. 195.

no horizonte, denotava um juízo adequado dos desafios que o país enfrentaria ainda naquela década.

Nas respostas ao problema da educação da massa popular no país, percebemos a preocupação de Rui em acentuar a importância da instrução para a formação do trabalhador livre, engrenagem central no desenvolvimento das forças produtivas modernas, portanto, fundamental para o progresso econômico do país. Especialmente, Rui sublinhou o papel que a educação deveria desempenhar no sentido de modelar esse futuro trabalhador de forma a ajustá-lo ao valor do trabalho assalariado, assim como conformá-lo às condições sociais e econômicas próprias à posição que deveria continuar ocupando na sociedade brasileira. Nesse sentido, Rui deixou bem claro os pressupostos liberais que o guiavam no *Parecer*, ou seja, a valorização do mérito do indivíduo, conquistado pela educação e pelo trabalho, que lhe garantiria provisões frente ao infortúnio:

O homem cheio de precisões e destituído de recursos já está a meio caminho do mal; e os delitos mais comuns são menos vezes fruto de predisposições perversas do que da ausência dessa confiança robusta no trabalho, que só a consciência do merecimento, adquirido pela educação, sabe inspirar entre as provações de cada dia.⁶²

Na visão de Rui, a difusão da instrução pública poderia desencadear transformações profundas na sociedade brasileira. Dentre essas transformações preconizadas pelo relator, a educação, num país baseado na mão-de-obra escrava em via de extinção, deveria capacitar o ex-escravo para o trabalho livre. Nesse sentido, a articulação entre a emancipação dos escravos e o problema educacional era uma questão manifesta no *Parecer* de Rui. Os dois problemas a serem resolvidos - a educação popular e a abolição - traziam à luz uma questão central para a ampliação da cidadania e a edificação de uma sociedade liberal no país, pois, como promover os ex-escravos à condição de cidadãos, afastando-os do vício da “vagabundagem” e da ignorância? Assim, Rui compreendia que um dos grandes problemas a ser resolvido na sociedade brasileira era o desafio de inculcar no ex-escravo a moral do trabalho, condição

⁶² Idem, p. 195.

preliminar da sua incorporação à cidadania. Desse modo, a instrução era apresentada como solução para a “regeneração moral” dos ex-escravos. À escola, agência reformadora da moral na sociedade, Rui atribuía a função de infundir valores morais e do trabalho livre, responsáveis por neutralizar os opróbrios causados pela escravidão e afastar os ex-escravos da indolência.

Com o objetivo de enfatizar a necessidade de materialização da sua reforma do ensino, Rui recorria a uma fonte nacional do pensamento liberal: Tavares Bastos. A invocação da voz do representante liberal, vinda do “além túmulo”, expressava o propósito de advertir ao próprio Partido Liberal que, passados mais de dez anos das recomendações de reformas políticas e institucionais de Tavares Bastos, publicadas n’ *A província* (1870), nada ainda havia sido concretizado quanto à reforma do ensino público. Ao contrário, essa reforma tornou-se inerte na tribuna do Parlamento, embora dela dependesse a transformação das instâncias moral, econômica e política do país. Assim, Rui compartilhava, na mesma chave de Tavares Bastos, a ideia de que a instrução era o fator de regeneração moral dos ex-escravos e um dos meios necessários para integrá-los ao meio social:

“Que haveis de oferecer a esses entes degradados, que vão surgir da senzala para a liberdade? o batismo da instrução. Que reservareis para sustentar as forças produtoras, esmorecidas pela emancipação? O ensino, esse agente invisível, que, centuplicando a energia do braço humano, é sem dúvida a mais poderosa das máquinas de trabalho”.⁶³

Assim, ao retomar as ideias de Tavares Bastos, Rui reafirmava que a difusão da instrução pública era requisito inseparável, por um lado, para a solução do problema da formação de mão-de-obra livre após a abolição, e por outro, para a conversão paulatina, dos ex-escravos à condição de cidadãos. O “batismo da instrução”, ao mesmo tempo em que combateria a degeneração moral, proporcionaria o aumento da produtividade do trabalho, pois, ao diminuir a ignorância, combateria o impulso do ex-escravo ao ócio e à miséria. A educação se constituiria assim, num motor de impulsão do homem livre em direção ao progresso, capacitado, por intermédio da instrução, para absorver

⁶³ BASTOS, Tavares. *A Província*, citado por BARBOSA, Rui. In Idem, p. 179.

as inovações da civilização e das relações modernas de trabalho. Nesse sentido, é clara a associação estabelecida por Rui entre a necessidade da abolição e a criação das condições necessárias para o progresso, que seria pensado através do trabalho livre e das formas de vida liberais.

Tal fato nos fornece uma chave interpretativa, pois explicita o modo pelo qual Rui entendia a questão da liberdade, ou seja, para ele, a liberdade dizia respeito a um problema individual, mas também a um problema político ou público. Isto é, os argumentos de suas propostas de educação como valorização do indivíduo moderno tinham como baliza a razão política e uma nítida referência às questões econômicas e sociais da nação, bem como a construção de uma sociedade liberal democrática pensada em médio e longo prazos.

3.1. A educação para a formação do cidadão e de uma sociedade liberal democrática

A educação, que Rui Barbosa vinculava à reforma moral da sociedade brasileira, também estava fortemente relacionada ao exercício da cidadania e à construção da democracia no país. Como vimos no capítulo anterior, ao envolver-se com a reforma eleitoral, a condição de saber ler e escrever foi a exigência principal de Rui para o indivíduo se tornar eleitor, e desse modo, edificar-se uma democracia “racional” no país.

Desse modo, a educação, para Rui, deveria ser por excelência o elemento transformador de diversas instâncias do país. E uma de suas principais funções consistia em transformar o indivíduo em um cidadão esclarecido para participar da vida política da nação. Na lógica do pensamento de Rui, a forma de governo representativo exigia eleitores instruídos, todavia, enquanto isso não fosse possível, ela se tornava uma das piores formas, podendo até se converter em despotismo: “Um povo instruído procura a liberdade, e um povo ignorante o despotismo, tão natural e fatalmente como a

agulha do mareante se dirige para o polo magnético”.⁶⁴ Com essa perspectiva, Rui enfatizou que a instrução era a circunstância que determinava a qualidade do sufrágio e poderia assim, garantir a ordem política e social da nação. Novamente, seu modelo era a república norte-americana, ao qual o Brasil deveria emular, uma vez que a educação havia, por um lado, garantido a supremacia do desenvolvimento econômico e industrial daquela nação, e por outro, evitado a anarquia ou o despotismo no governo daquele país.

Considerando essas questões e fiel à sua formulação de que a educação era ao mesmo tempo um princípio determinante para o progresso econômico e a ordem social e política do país, Rui não pôde deixar de chamar a atenção para o fato da “utilidade social da instrução”. Dessa forma, como que fechando o círculo das funções da educação, primeiramente, o político baiano lançou-se contra os argumentos de Spencer para quem a escola seria um fator de propulsão revolucionária. Esse argumento, segundo Rui, motivava a resistência dos governos e das classes dominantes do país contra a expansão do ensino público.

Assim, o pensamento de H. Spencer teria contribuído para fortalecer o argumento contrário à intervenção do Estado na educação e a organização de um sistema nacional de escolas para a população. O relator considerou que o pensador inglês incorreu em uma generalização abusiva do conceito de “instituições”: sobretudo, Spencer vinculava a constância do homem e da estabilidade de sentimentos à permanência das instituições, enquanto a educação, por sua vez, se constituía, para o pensador inglês, como agência revolucionária, um instrumento da transformação humana, o que acarretava interesses conflitantes e inconciliáveis na sociedade.⁶⁵

⁶⁴ HAWKIS, Dexter A. *Compulsory school attendance*. Citado por BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Vol. X. Tomo I, p. 125.

⁶⁵ “Educação, propriamente dita, está intimamente associada com a mudança - é a pioneira, é o agente da revolução que nunca dorme, está sempre capacitando convenientemente os homens para as coisas mais elevadas, e tornando-os inaptos para as coisas como elas são. Portanto, entre as instituições, cuja própria existência depende que homem continue o que ele é, e a educação verdadeira, que é um dos instrumentos para fazer dele algo diferente do que ele é, há de haver sempre inimizade”. SPENCER, Herbert. *Social statisc*. [1868]. Citado por BARBOSA, Rui. In Idem, p. 140.

Ao salientar essa “confusão fundamental” de Spencer, Rui pretendia demonstrar que educação e estabilidade institucional caminhavam lado a lado, sendo que a educação popular era necessária e mesmo benéfica para a segurança das instituições e o desenvolvimento estável do país. Ao explicar o papel que a educação poderia desempenhar, Rui se preocupou em salientar que a cultura e a ilustração do povo motivavam uma força de coesão social que tornava possível a conservação das instituições políticas e a estabilidade do governo sob leis comuns:

O pensamento e o interesse desta espécie de governos é evitar a revolução, favorecendo a evolução, arredar as catástrofes, promovendo as reformas, acautelar a sociedade contra as subversões, apoiando as mudanças graduais.⁶⁶

Podemos destacar que a liberdade e a autonomia do indivíduo eram princípios fundamentais no pensamento liberal de Rui, daí a sua rejeição a todo determinismo social que os desconsiderassem, como ocorria com as teorias de Comte. Assim, Rui se afastou da perspectiva de Comte, uma vez que este aceitava como postulado o fato da natureza humana evoluir, sem, contudo, se transformar.⁶⁷ Também rejeitava certas asserções de Spencer, para quem a educação popular poderia se transformar num perigo para as instituições. Dessa forma, a compreensão de Rui sobre a evolução da sociedade rumo ao progresso, que apostava na racionalidade da humanidade, em última instância,

⁶⁶ Idem, p. 141. Devemos reconhecer, pela leitura da citação acima, que a influência do positivismo não estava ausente no pensamento de Rui. Embora não utilizasse os termos, a combinação de ordem e progresso, em seu ponto de vista, era condição imperiosa e o recurso para a manutenção das instituições do sistema político. Nem o governo nem as instituições poderiam se estabelecer e, sobretudo durar, se não fossem compatíveis com o progresso, ao mesmo tempo, o progresso não poderia se realizar efetivamente caso não fosse voltado para a consolidação da ordem e da instabilidade institucional.

⁶⁷ Para Comte, as faculdades fundamentais do homem - físicas, intelectuais e morais - são sempre as mesmas nos diversos graus da evolução histórica e sempre ordenadas entre si. Na opinião do pensador francês, o desenvolvimento que as faculdades mentais recebem no estado social não é suficiente para modificar a natureza do homem. Cf. COSTA, João Cruz. *Augusto Comte e as origens do positivismo*. Origens da Filosofia e da Política de Augusto Comte. 2ª ed. São Paulo: Companhia nacional, 1959, pp. 97-98.

era tributária da perspectiva de Stuart Mill, que acreditava na perfectibilidade inexorável do indivíduo através da educação.⁶⁸

Convém notarmos, no entanto, que o conceito de liberdade individual de Rui Barbosa, fortemente associado ao programa liberal de Mill, apresentava matiz conservadora, pois, para o redator dos *Pareceres*, os homens poderiam adquirir a liberdade progressivamente à medida que evoluíssem tanto intelectual quanto moralmente. Só assim, após o paulatino desenvolvimento mental e moral dos homens, sujeitos ao respeito e à obediência às leis que a educação lhes incutiria, poderiam eles se adaptar às reformas graduais da sociedade, sem qualquer perturbação à ordem social e à estabilidade das instituições. Desse modo, é bem verdade que a importância da instrução popular não se destinava, aos olhos de Rui, apenas à ilustração das massas populares, para que pudessem participar como cidadãos esclarecidos do grêmio social. Ao contrário, uma de suas principais funções consistia em prevenir a anarquia e, por isso, a instrução pública era apresentada como uma solução às ameaças de subversões e revoluções.

Ao partir da ideia que qualificava a influência moderadora e conservadora da educação popular como elemento garantidor da ordem social e política é que podemos compreender a interpretação e o uso que Rui fez também do pensamento de Comte. Para o pensador francês, segundo Rui, não havia nada mais apropriado para caracterizar o estado de anarquia na época do que a negligência com que as classes superiores tratavam habitualmente a ausência de educação popular, “lacuna cuja exagerada perduração ameaça, todavia,

⁶⁸José Guilherme Merquior apontou que “Mill viu a liberdade como coisa essencial ao autodesenvolvimento, um tema que tomou de empréstimo a Humboldt. Uma individualidade desimpedida e uma esfera abrangente de privacidade são necessárias à cultura da personalidade. Além disso, ele demonstrou que a liberdade é amplamente instrumental no fomento do progresso. Seu objetivo, como um liberal utilitarista, ou seja, como alguém que não argumentava a partir de qualquer posição do ‘direito natural’, consistia em proporcionar à liberdade um lugar central em utilidade, demonstrando seu papel-chave na felicidade e na formação do caráter. [...] Mill entrelaçara vários ramos do pensamento liberal. Liberdade política, autonomia negativa, autodesenvolvimento, liberdade como intitlamento, liberdade de opinião, liberdade como autogoverno, liberdade como privacidade e independência. O velho apelo protestante para a consciência, numa forma secularizada, nele estava presente, e o mesmo ocorria com a abordagem iluminística da liberdade como o instrumento do progresso”. MERQUIOR, José Guilherme. *Op. cit.*, pp. 129-130.

exercer sobre a sorte próxima delas uma reação tremenda”.⁶⁹ Conforme nos explica Cruz Costa, devido ao modo como Comte via a natureza da civilização moderna, a moral era considerada do ponto de vista social e tinha um caráter de arte educativa, de técnica de conduta da vida. Assim, ainda segundo Cruz Costa, desde os primeiros trabalhos de Comte, já se encontrava definida a sua intenção: “era mister realizar uma reforma intelectual que servisse de alicerce a uma moral e a uma política”.⁷⁰

Embora para Comte o trabalho da inteligência não fosse suficiente para criar o liame social necessário à organização da sociedade moderna, Rui selecionou da doutrina do pensador francês aquilo que lhe era útil para justificar o seu projeto de reforma do ensino: a educação e a moral como instrumentos para a resolução de aspectos prementes da questão nacional. Assim, a educação, para Rui, não era vista apenas como fator de fortalecimento da legitimidade do sistema representativo, mas de regeneração moral da sociedade mediante a observação dos direitos e deveres do cidadão, e de reorganização social frente às novas relações de trabalho e produção na sociedade brasileira que buscava se modernizar.

Desse modo, não obstante o imenso e perene desleixo do governo imperial em relação à educação, Rui recomendou uma reforma radical do ensino público como a primeira de todas as necessidades da pátria. Não era apenas a capacidade de socialização política que a educação poderia proporcionar ao povo, desarmando os eleitores ignorantes que ameaçavam a organização social e o sistema representativo, ou ainda, coibindo tendências subversivas de indivíduos não adaptados às condições da evolução da vida social e política do país. Para o relator, a expansão da instrução popular também dinamizaria as forças produtivas do país, pois, em outros termos, a educação era considerada um verdadeiro fator de desenvolvimento da sociedade, tanto no plano político, quanto no econômico, que poderia garantir a modernização econômica industrial do país.

⁶⁹ COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. Citado por Barbosa, Rui. In Idem, p. 142.

⁷⁰ COSTA, João Cruz. *Op. cit.*, p. 95.

3.2. A escola de Rui Barbosa: formação de trabalhadores, manutenção da ordem e progresso capitalista

Para Rui Barbosa, o povo norte-americano havia compreendido que a cultura da alma humana era o primeiro elemento da vida de um Estado, pois na instrução estava a base da prosperidade pública. Por intermédio da educação, o homem poderia ser preparado para o trabalho agrícola ou industrial. Nessa preparação da inteligência humana, o conteúdo escolar ocupava um papel importante, especialmente, as ciências. A importância que Rui atribuía à educação, principalmente por seu papel na capacitação e sujeição do trabalhador, pode ser facilmente constatada na ênfase com que prescrevia o ensino do desenho. A partir do ponto de vista da aplicação técnica do ensino, o desenho seria fundamental porque poderia estimular a educação artístico-industrial.

Os *Pareceres* de Rui Barbosa, ao lado de uma perspectiva muito otimista em relação ao valor do desenho como princípio para o desenvolvimento do trabalho industrial, se dirigiram para uma finalidade política: a educação, ao lado da sua capacidade de instruir as massas para a participação política, também as instruiria para o trabalho, o que geraria, conseqüentemente, a sua inserção na vida econômica da nação. Portanto, para Rui, a integração dos trabalhadores no mercado capitalista, também era uma das condições para o desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Desse modo, se o desenvolvimento da indústria dependia da ampliação da oferta de educação técnica às massas, para Rui, essa educação deveria ser complementada pelo ensino dos rudimentos da economia política e moral, e da cívica. O ensino da história e da geografia também seria útil para a cultura dos sentimentos morais, especialmente porque tais disciplinas revelariam aos indivíduos as lentas transformações pelas quais a sociedade passou ao longo do tempo. Afinal, era preciso demonstrar aos indivíduos, desde a sua infância, que a história tecia de forma lenta o destino dos povos e das nações. E que, por outro lado, as revoluções ou as grandes rupturas, que aceleravam o processo histórico, estavam predestinadas a se converter em anarquia, e posteriormente tyrannizar o indivíduo. Assim, por meio do ensino dos conteúdos históricos e geográficos, as tendências a adotar ações violentas com vistas a

apressar o processo histórico seriam coibidas. Na verdade, o projeto político de Rui, contido nos *Pareceres* sobre a reforma do ensino, era uma proposta para o desenvolvimento social e moral da sociedade, especialmente direcionada às classes trabalhadoras.

Nesse sentido, Rui pensava a educação escolar como um canal para promover a conciliação política entre as classes, o que constituía, para ele, uma circunstância necessária para o desenvolvimento político e social, rumo à construção do que ele entendia como uma sociedade liberal democrática. Dessa forma, via a educação como o caminho seguro para as transformações paulatinas da sociedade, isto porque Rui achava que os princípios morais do trabalho, da propriedade, da liberdade, e do governo representativo, assentados numa opinião pública esclarecida, seriam regenerados pela educação.

Todavia, na escola ideal de Rui, dever-se-ia ensinar a necessidade das desigualdades sociais, e a utilidade de sua permanência para a manutenção da ordem social e econômica da nação:

Tereis educado as classes populares, as camadas operárias e as partes menos afortunadas e mais duramente laboriosas da nação, se lhes não incutirdes, pela evidência das leis naturais, a convicção do caráter providencial das desigualdades, em que a riqueza divide os homens ainda no seio dos Estados mais felizes? [...] Não será tardia então essa propaganda sobre inteligências e corações endurecidos contra o proselitismo sedutor das miragens igualistas?⁷¹

A escola, para Rui, era considerada como um elemento indispensável ao progresso. Contudo, o progresso não deveria representar apenas melhoria material, mas deveria também incorporar a possibilidade de manutenção da ordem necessária ao desenvolvimento da sociedade de classes. Para isso, era preciso resolver os problemas gerados pelo avanço das ideias socialistas, que, além da igualdade jurídica e da liberdade individual liberal, ainda demandavam a igualdade econômica e a subversão das relações de produção capitalista.

⁷¹ BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Vol. X. Tomo I, p. 361.

Desse modo, a escola deveria cumprir o papel de inculcar nas classes populares os ideais liberais da liberdade do indivíduo, da propriedade privada e do trabalho, únicos que poderiam atenuar os interesses e conflitos da luta de classes:

Se quereis, pois, cimentar a ordem necessária das sociedades em bases estáveis, é na escola que as deveis lançar. Só então o seu espírito disporá da lucidez precisa, para se revestir em tempo do tríplice bronze do bom-senso contra as loucuras socialistas, contra os ódios inspiradores da subversão revolucionária, e compreender que o nível da demolição, preconizado pelos inventores de organizações sociais em nome da igualdade universal, representa em si, pelo contrário, a mais tenebrosa de todas as opressões, a mais bárbara de todas as desigualdades, a mais delirante de todas as utopias.⁷²

Como antídoto às ideias socialistas revolucionárias, a sociedade deveria ser moralizada pela escola que, ao difundir-se, poderia fazer avançar a democracia representativa. Desse modo, para Rui, a escola deveria incorporar uma dupla função: preparar o cidadão para uma sociedade civilizada e fraterna, e formar um indivíduo livre, capaz de cuidar de seus próprios interesses. Essa dupla função atribuída à escola expressava a sua concepção de homem democrático livre, que trazia em seu bojo a noção de indivíduo livre e de cidadão político. Enquanto o indivíduo livre estaria voltado, na sociedade civil, para os seus interesses particulares, o cidadão político estaria voltado para o interesse geral da nação. A formação desse “novo” cidadão, teoricamente livre, numa sociedade democrática representaria, para Rui, a figura do homem moderno, preocupado com os seus negócios particulares e voltado para o trabalho industrial. No entanto, este mesmo homem, cidadão livre e interessado pelos assuntos públicos, estaria atento às leis do país, e, principalmente, defenderia seus direitos e a sua liberdade. Os únicos empecilhos à sua ação seriam os ditados pela sua moral particular, suas crenças e princípios.

Assim, a escola ideal de Rui, defensor, sobretudo, da liberdade do indivíduo, não tinha, porém, espaço para a igualdade social. Esta quimera

⁷² Idem, pp. 361-362.

socialista deveria ser compreendida como uma reivindicação decorrente de um devaneio, que oprimiria a liberdade do indivíduo e violaria a sua propriedade privada, destruindo assim as organizações e categorias sociais estabelecidas sob a ordem capitalista.

Cabe ressaltarmos que as ideias de Rui estavam em consonância com as formulações dos liberais da sua época que, apreensivos com a possibilidade de uma maior participação política das classes trabalhadoras, propunham a moralização e a preparação intelectual das massas por intermédio da escola. Como modo de evitar as perturbações sociais e políticas provocadas “em nome da igualdade universal e das loucuras socialistas”, Rui, na verdade, antecipou, com a sua proposta de reforma do ensino, uma solução ao “problema” ainda inexistente no país, quase destituído de movimentos organizados de trabalhadores, e da reivindicação por parte destes, do direito de maior participação política.

3.3. A síntese do projeto de reforma do ensino de Rui Barbosa

Segundo Rui, o principal obstáculo a ser enfrentado para se alcançar a cidadania e a soberania popular “racional” era o analfabetismo que assolava a sociedade brasileira sob o Império. Desse modo, o seu projeto político, delineado nos *Pareceres*, visava à implementação da cidadania por meio da promoção da expansão da educação pública, que deveria ser materializada mediante uma reforma profunda do ensino, cujo objetivo era propiciar o desenvolvimento intelectual, econômico e moral da nação. A finalidade econômica maior da reforma seria a de fornecer conhecimentos técnicos aos futuros trabalhadores para o desenvolvimento da indústria nacional.

O princípio do governo representativo, assentado numa opinião pública esclarecida, asseguraria a legitimidade dessa forma de governo. E a reforma da instrução pública tinha como horizonte a constituição de uma sociedade liberal democrática. Por seu turno, essa reforma, que deveria contribuir para a ampliação da cidadania, deve ser entendida no interior do pensamento político liberal de Rui como uma reforma complementar à reforma eleitoral, e até mesmo à futura abolição da escravidão.

As propostas de reforma do ensino de Rui, que buscavam a conciliação dos aspectos políticos do seu projeto com a ciência da época, expressavam uma tentativa de concretização do ideal da ciência liberal: a neutralização da política, e da ação do próprio Estado, pela razão científica. Segundo a perspectiva de progresso de Rui, a ideia de que o Estado agisse com o intuito de ordenar a sociedade a partir de critérios científicos, deveria permitir a formação de uma opinião pública racional, condição para o bom funcionamento do governo representativo.

Nesse sentido, a educação era vista como força motriz da sociedade. Esta concepção política da educação, que seguia os passos de Stuart Mill, estava voltada para o desenvolvimento do indivíduo e a formação do cidadão, além do próprio progresso do capitalismo. Assim, constatamos que a leitura de Stuart Mill foi o alicerce do desenvolvimento do pensamento político de Rui exposto nos seus *Pareceres*. Isto porque, embora procurasse adaptar a metodologia de Comte, da qual aceitava a ideia de hierarquia das ciências e sua concepção de História, Rui estava consciente de que as proposições de Stuart Mill serviam melhor para fundamentar as suas propostas de reforma do ensino. Para os objetivos de Rui, o pensamento do liberal inglês tinha a vantagem, em relação ao de Comte, de rejeitar *a priori* qualquer concepção determinista do indivíduo e defender a liberdade, ao passo que o positivismo ainda estava preso à suposta existência científica das leis naturais, o que acabava impondo uma camisa de força ao indivíduo.

Desta maneira, a perspectiva teórica de Stuart Mill, fundada sobre a liberdade, e não sob o prisma de um determinismo cientificista, defendia a educação como premissa necessária para o aperfeiçoamento do indivíduo e o desenvolvimento da sociedade. Para Rui, um liberal e reformador político, a ideia da inexorabilidade do progresso humano era decisiva, desde que fossem removidos os obstáculos que se interpunham à sua marcha: a generalização da educação combateria o analfabetismo e cumpriria o papel de elevação moral e política da sociedade brasileira.

Assim, ao mesmo tempo em que retomou o pensamento de Stuart Mill, e parte da tradição do pensamento liberal para compor os seus *Pareceres*, Rui comparou as realidades políticas e sociais distintas da Europa, dos Estados Unidos e do Brasil para efetuar uma análise das dificuldades do governo

representativo brasileiro e dos problemas nacionais. Desse modo, concluiu que o problema fundamental para a constituição de uma sociedade democrática no Brasil decorria, ao lado do Poder Moderador, do analfabetismo e da ausência de um capitalismo desenvolvido.

Durante o século XIX, uma das principais questões políticas da Inglaterra, berço de Mill, era o direito de voto e os critérios que deveriam ser adotados para determinar aqueles que estariam aptos a exercê-lo. Stuart Mill elaborou suas ideias a partir dessa conjuntura. Por um lado, a questão da exigência da competência política das classes populares marcava o discurso e a atitude reticente da elite política em conceder aos trabalhadores ingleses o direito à participação política. De outro lado, o início da questão social, com a tomada de consciência dos trabalhadores do seu poder político, acentuava a agitação popular pela reforma eleitoral e por uma maior participação política no governo representativo⁷³ - problema até então quase inexistente no Brasil.

Nessa perspectiva, o problema teórico-político de Rui era distinto do de Stuart Mill. Para Rui, era preciso criar as condições concretas para a formação de uma sociedade capaz de compreender e viver o governo representativo. Já para Stuart Mill tratava-se de criar mecanismos para excluir, por ora, as classes populares da participação política.⁷⁴ Assim, embora Rui tivesse a mesma

⁷³ De acordo com Peter Gay, em meados do século XIX, na Inglaterra, já “havia claras evidências de que o ‘povo’ estava cansado de condescendência e impaciente com as reclamações ou com argumentos fúteis” sobre o seu direito à participação política. Sob a superfície da sociedade britânica, vários conflitos entraram em erupção, “com os sindicatos recrutando novos membros, as greves degeneraram em choques violentos e em agressões aos fura-greves. [...] Era o povo como atacante, e não como vítima, que perturbava os reformadores no grande debate”. GAY, Peter. *O cultivo do ódio. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 283.

⁷⁴ Com os olhos voltados para o movimento ascendente de reivindicação da extensão dos direitos políticos, Stuart Mill recomendava um método para neutralizar ou limitar ao máximo a influência política das classes populares. O liberal inglês indicava a adoção de um sistema de votação plural, de modo que nenhuma das duas classes - a dos trabalhadores e a dos patrões - pudesse superar a outra e, desse modo, ser capaz de impor uma “legislação de classe”. Assim, todos, com rara exceção, deveriam ter um voto, e alguns deveriam ter vários votos. Ainda que fosse adotado no futuro, o sufrágio universal não deveria ser igual para todos: aos melhores e mais inteligentes deveria ser assegurada, pela via legislativa, uma influência superior na vida pública. A verificação do nível de inteligência dos eleitores, de modo a atribuir o voto plural aos merecedores, na verdade, se comprovaria pela discriminação censitária. MILL, John Stuart. *Consideraciones sobre el gobierno representativo*. [1861] Madri: Alianza Editorial, 2001, p. 194. Porém, ao mesmo tempo em que Stuart Mill defendia o voto plural para alguns, defendia a exclusão completa de outros de qualquer votação, ou seja, de todos aqueles

concepção de cidadania de Mill, ou seja, uma cidadania fundada na soberania da razão, constituída por eleitores ilustrados, ambos se debruçavam sobre realidades e problemas distintos.

Stuart Mill, consciente de que a extensão do sufrágio produziria uma opinião pública incontrolável, segundo os padrões que considerava adequado à vida política e, receando mudanças não-previsíveis na sociedade britânica, postulava a utilização da instrução como freio moralizador dos novos atores políticos. A entrada das massas na cena política e o temor da destruição dos valores tradicionais, que possibilitavam a existência do indivíduo livre e soberano, obrigaram Stuart Mill a se debater com os problemas impostos pelos limites do liberalismo, em especial as ideias de igualdade social desenvolvidas pela democracia.

Ainda que concordasse *a priori* com os receios de Stuart Mill, Rui não precisava se preocupar com o problema da “excessiva igualdade política”, que tanto afligia o liberal inglês. Isso porque, de um lado, a reforma eleitoral levada a cabo por Saraiva, da qual Rui, como vimos anteriormente, foi um ferrenho defensor, já havia alijado do direito da participação política um contingente expressivo da população. Por outro lado, no reinado de D. Pedro II, conquanto existissem poucas indústrias e fosse inexpressivo o número de operários - no sentido moderno do termo - havia, contudo, uma imensa massa de excluídos, composta de homens livres pobres, analfabetos e escravos, destituídos do direito de expressarem suas vontades políticas. Dessa forma, tanto a própria noção de indivíduo quanto a de cidadão era infirmada no Império brasileiro, fatos que levaram Rui Barbosa a propor a reforma da instrução como um meio para dar existência aos direitos individuais, de modo a se operar uma transformação da sociedade monárquica.

Assim, influenciado pela doutrina liberal, Rui acreditava que, ao se construir um sistema educacional moderno, seria possível produzir, a partir

que não soubessem ler, escrever e não possuíssem os rudimentos da aritmética. As propostas de exclusões do direito de participação política refletem a aceitação de Stuart Mill dos padrões de discriminação censitária baseados na sociedade de mercado. Emerge aqui, um princípio caro à tradição liberal, pelo qual não é lícita nenhuma tributação que não seja aprovada pela representação parlamentar, e sobretudo, que não deveriam ter direito à representação política autônoma aqueles que se apresentassem pobres demais para ser submetidos à tributação. Cf. LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*, p. 39.

dele, mais do que uma nova instrução pública ou a reabilitação do sistema representativo. Para ele, um sistema educacional moderno permitiria uma nova sociedade civil. Se Stuart Mill procurava pensar a representação política dos trabalhadores mediante a integração deles no mercado capitalista, Rui ainda planejava, com a participação dos futuros trabalhadores - que deveriam ser formados pelo modelo de sua escola ideal - a construção do mercado capitalista brasileiro. Contudo, conforme procuramos sublinhar, mesmo diante de problemas políticos imediatos diferentes, Stuart Mill e Rui Barbosa apostavam no desenvolvimento do indivíduo com vistas à constituição de um governo representativo legítimo, abalizado pelos princípios do liberalismo, cujo fim último seria a formação de uma sociedade democrática, composta por cidadãos ilustrados e capacitados para promover o progresso econômico da nação.

Nesse sentido, precisamos salientar que, apesar dos problemas identificados por Rui na sua realidade imediata ser distintos daqueles do contexto europeu, sua adesão ao pensamento liberal do século pode ser caracterizada, contudo, como uma readaptação à problemática brasileira, e uma procura constante de soluções às questões concretas.

Desse modo, apoiando-se na ideia de perfectibilidade do indivíduo e na ideia de progresso da nação, a reforma da instrução proposta por Rui deveria ser fundada sobre leis: a *gratuidade* do ensino garantida pelo Estado, e a *obrigatoriedade* da frequência escolar. Em outros termos, para Rui, o que se impunha como um dever e uma necessidade para mudar a realidade educacional do Império deveria ser regulamentado na forma da lei. Para ele, a extensão da instrução, assegurada formalmente pela legislação, era o instrumento adequado para intermediar as relações entre os indivíduos, o Estado e a sociedade, uma vez que somente a lei poderia fazer funcionar uma organização institucional política moderna. Seguindo o desenvolvimento de suas ideias, o Estado teria o dever, regulamentado legalmente, de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, por meio da promoção da instrução pública e da formação dos cidadãos que participariam do governo representativo. Por sua vez, os indivíduos teriam deveres junto ao Estado e à sociedade e deveriam ser submetidos ao cumprimento da lei de frequência escolar.

A concepção de Rui sobre a educação e a própria função da lei e do Estado demonstram a *forma de pensar* a utilização política das esferas do poder, da lei e do saber, para a construção da cidadania. Enquanto a lei e o saber teriam o poder de formar cidadãos necessários para a implantação da cidadania, o Estado monárquico representativo deveria contribuir para a construção de “novos” cidadãos para seu funcionamento e legitimidade, sendo um dever do Estado manter a gratuidade e a liberdade de ensino.

Considerando as proposições a respeito das funções do Estado na reforma da educação, na qual este ente deveria assumir a obrigação de formar os cidadãos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade, podemos concluir que, para Rui, a política teria a capacidade de transformar a sociedade por meio do poder da lei e da instrução.

O projeto político de Rui Barbosa, delineado nos *Pareceres* sobre a reforma do ensino, projetava a construção do que entendia ser uma sociedade liberal democrática e a modernização das relações de produção no Brasil. Assim, Rui compreendia a instrução popular como o motor para a formação do cidadão ilustrado, apto a participar da política, e a do trabalhador livre, capacitado para desenvolver a indústria nacional e gerar crescimento econômico.

Rui Barbosa pensava, sem dúvida, que a ampliação da instrução popular poderia acarretar transformações na sociedade monárquica, porém, desde que inserida num conjunto mais amplo de mudanças. Desse modo, a questão da abolição deveria ser equacionada pelo Estado monárquico para a implementação efetiva de uma sociedade civil, constituída por indivíduos livres e iguais perante a lei. Posteriormente à solução da questão da escravidão, a concessão da liberdade administrativa às províncias passaria a ser a grande exigência de Rui para a modernização da política nacional. A defesa intransigente da proposta do federalismo como solução *sine qua non* para garantir, além da liberdade provincial, a efetivação de um governo representativo democrático, contra o que ele considerava o despotismo político-administrativo centralizador do Império, marcaria a ruptura de Rui com a Monarquia. Serão, portanto, as questões da abolição e do federalismo no pensamento político de Rui Barbosa que procuraremos desenvolver no próximo capítulo. Ao lado da reforma eleitoral, da reforma do ensino, a abolição e o

federalismo seriam para Rui as outras duas principais reformas para conduzir o país no caminho da modernização democrática e econômica.

*

Os *Pareceres* de Rui não chegaram, porém, a ser discutidos na Câmara dos Deputados. O Parlamento imperial emudeceu diante das propostas de reforma do ensino, questão para a qual o próprio Imperador havia chamado a atenção na Fala do Trono. A questão da abolição passava, naquele momento, a inflamar os ânimos dos parlamentares e os *Pareceres* de Rui Barbosa sobre a reforma da instrução pública entraram, segundo suas palavras, “a dormir o sono donde passaram ao mofo e à traçaria dos arquivos”. Em 1884, a elite política imperial voltou-se para a questão servil e passou a discutir o projeto, também da lavra de Rui, da emancipação dos sexagenários. As questões educacionais foram assim, obliteradas por outras questões econômicas e sociais.

Mais tarde, ao traçar o projeto da Constituição republicana, Rui, que tanto alardeava o poder criador da lei e que nesta ocasião poderia pelo menos ter tentado dar corpo institucional às suas ideias modernas de educação pública, se esquivou da tarefa. Suas amplas propostas de reforma da educação foram reduzidas ao art. 56 da Constituição republicana de 1891, como um dos principais direitos e garantias do cidadão, a liberdade de ensino, a escola laica e o dever do Estado de promover a instrução pública. Neste momento de sua trajetória política, então, a ignorância popular já não seria mais, como escreveu nos *Pareceres*, “a mãe da servilidade e da miséria, a grande ameaça à existência constitucional e livre da nação”? Ou, como no discurso em defesa do gabinete Martinho Campos, a reforma do ensino já não seria, para ele, democrata, “o alfa e o ômega, o princípio e o fim de tudo”? O fato é que Rui silenciou-se sobre o assunto, apesar do grande poder que havia atribuído à escola pública como redentora dos problemas políticos, sociais e econômicos do país.

Na Constituição de 1891, foi mantida a restrição do direito de voto aos analfabetos. Desse modo, podemos inferir, considerando a sua concepção de soberania popular racional, que Rui continuava defendendo a ideia da

necessidade de comprovação da competência política como imperativo para se restringir o direito político à massa inculta, como um mecanismo para garantir a qualidade do sistema de representação política no regime republicano.

Apenas em 1910, no seu manifesto político à candidatura presidencial, Rui voltou novamente a se referir ao assunto da reforma da educação pública, porém, declarou que, em matéria de ensino, não teria por que demorar-se, uma vez que suas ideias estavam “amplamente desenvolvidas nos dois grandes pareceres de 1882”. Nessa ocasião também reafirmou que a “instrução do povo, ao mesmo tempo em que o civiliza e melhora, tem especialmente em mira habilitá-lo a se governar a si mesmo”.⁷⁵ Ainda no mesmo manifesto político, embora com menos entusiasmo, admitiu o mesmo esquema daquele apresentado em 1882: liberdade, igual à democracia; democracia, igual à instrução do povo - eco das antigas ideias.

⁷⁵ BARBOSA, Rui. “Plataforma”. Lida no Teatro Politeama Baiano em 15 de janeiro de 1910. In *OCRB*. Vol. XXXVII. 1910. Excursão eleitoral. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967, p. 53 e 56, respectivamente.

Capítulo V

Trabalho livre e federalismo

Anteriormente, buscamos analisar o pensamento político de Rui Barbosa formulado no contexto de sua ação política sobre as temáticas da reforma eleitoral e da reforma do ensino. Procuramos com isso, estabelecer a sua concepção de democracia, a sua *forma de pensar* a realidade político-social de seu tempo, e delimitar os elementos do seu projeto político de construção de uma sociedade liberal democrática no Brasil. No entanto, para a consecução de seu projeto liberal, duas outras questões deveriam ser solucionadas previamente: a abolição da escravidão e a centralização político-administrativa do Império.

Neste capítulo, analisaremos as temáticas da abolição e do federalismo no pensamento político de Rui Barbosa, procurando acompanhar, através das suas ações políticas, as suas propostas para efetivar a modernização nacional. Nosso intuito, além de precisar as suas propostas de emancipação do elemento servil e de implantação do federalismo, é evidenciar como se deu a ruptura de Rui com o Partido Liberal e com o regime monárquico ao se envolver nessas questões.

Conforme pode ser observado nas passagens anteriores deste trabalho, Rui sugeria, segundo os padrões liberais do governo representativo, que a independência e a legitimidade do Parlamento, bem como a participação política racional da população (instruída de acordo com o seu modelo escolar), eram condições imprescindíveis para a implantação de um sistema político democrático.

No entanto, a existência de um governo representativo liberal moderno exigia uma sociedade civil efetivamente livre. Porém, o regime monárquico, ao mesmo tempo em que procurava sustentar uma forma de governo liberal, mantinha-se sobre uma economia de exportação baseada no trabalho escravo. A contradição entre o liberalismo do regime monárquico e a manutenção do sistema escravista impedia o desenvolvimento da sociedade liberal democrática, tal como almejado por Rui.

Assim, um dos requisitos para a implantação de um sistema político liberal democrático, e igualmente, para a modernização das relações de produção no Brasil, cuja dinâmica dependia da existência de indivíduos livres e iguais perante a lei, era, para Rui, a concessão efetiva da liberdade civil.

Nesse sentido, o projeto liberal democrático de Rui não se esgotava em um reordenamento das instituições políticas, mas requeria a resolução da questão da escravidão. De acordo com os princípios liberais por ele defendidos, o exercício da cidadania moderna dependia da garantia do direito de liberdade de todos. Assim sendo, os direitos individuais civis, dos quais a liberdade do corpo e de consciência seria a sua maior expressão, deveriam ser estendidos aos escravos, como condição necessária para se concretizar uma verdadeira sociedade liberal democrática. Contudo, o problema da escravidão para Rui apresentava duas faces. De um lado, era preciso emancipar os escravos e garantir-lhes os direitos civis de liberdade e igualdade jurídica; de outro, era necessário fazer a transição para o trabalho livre e reorganizar o trabalho entre os manumitidos.

Diante da questão da abolição, chamada na época eufemisticamente de questão servil, Rui desempenhou sucessivamente duas ações políticas. Inicialmente, durante o ministério Dantas, elaborou, a pedido do gabinete, o “projeto dos sexagenários” e empenhou-se pela sua aprovação na Câmara. A discussão do projeto causou a divisão do Partido Liberal, bem como a consequente dissolução da Câmara. Devido ao papel que desempenhou na defesa do projeto dos sexagenários, Rui não conseguiu se reeleger como deputado para a nova legislatura. Afastado da Câmara, iniciou o segundo momento de suas ações políticas a favor da abolição, ou seja, escreveu artigos na imprensa e pronunciou discursos na tribuna popular, a convite de movimentos e associações abolicionistas.

Neste segundo momento, ao defender a abolição, criticou fortemente a Monarquia e o próprio Partido Liberal pela não aprovação do projeto dos sexagenários apresentado pelo gabinete Dantas, assim como o abandono dos ideais liberais do partido em benefício dos interesses escravistas. Devido às críticas dirigidas ao Partido Liberal, Rui não obteve apoio do seu partido para as suas candidaturas posteriores ao cargo de deputado geral. Ao não conseguir se reeleger, Rui retornou às atividades de advocacia e ao jornalismo, e passou a defender na imprensa, além da abolição, a implantação da federação como condições necessárias para o estabelecimento da democracia.

Em sentido complementar, para Rui, a adoção do federalismo era uma condição indispensável para a expansão da liberdade política das províncias. A concessão da autonomia administrativa às províncias era a sua grande exigência para a modernização da política nacional, e tal autonomia deveria ser adotada, com a “Monarquia ou sem ela”, pois, de acordo com Rui, o futuro do regime seria decidido no encaminhamento satisfatório ou não da reforma federalista.

Contudo, conforme já foi dito anteriormente, Rui Barbosa não produziu uma obra que sistematizasse o seu pensamento político. Rui manifestou o seu pensamento sobre a questão abolicionista e o federalismo por meio de pronunciamentos parlamentares, projetos de lei, artigos de jornais e discursos. Enfim, esses textos, em geral, eram obras de intervenção política, fruto da militância abolicionista e federalista, mais do que propriamente textos de um ideólogo *ad hoc*. Por último, também é nosso objetivo demonstrar que seu pensamento e suas ações a respeito dessas questões foram determinantes para a sua ruptura com o regime monárquico.

1. A reforma abolicionista: liberdade civil e trabalho livre

1.1. Rui e o “Projeto Dantas” de emancipação dos sexagenários

Quando chegou ao poder em 1879, uma das propostas do Partido Liberal era dar encaminhamento para a solução da questão servil. Em 1884,

após cinco gabinetes liberais, nada até então fora feito a respeito.¹ O Imperador, disposto a enfrentar a questão, convocou, em 4 de junho de 1884, o senador e Conselheiro Manuel de Souza Dantas para que constituísse um novo ministério. Assim, ao “velho” Dantas coube a tarefa de enfrentar o problema do elemento servil.

O gabinete chefiado por Souza Dantas – político liberal baiano, “padrinho político” de Rui – sucedeu o gabinete de Lafayette (maio de 1883 a junho de 1884). Ao contrário do que Rui Barbosa esperava, Dantas não lhe concedeu nenhuma pasta ministerial no gabinete que constituiu.² As razões

¹ Nosso objetivo se centra na análise do pensamento e da ação abolicionista de Rui e não na investigação exaustiva da temática da abolição. Sobre o tema, entre outros, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 3º Vol. Reações e transações. São Paulo: DIFEL, 1967; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 1850-1888. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; CARVALHO, José Murilo de. *Escravidão e razão nacional*. In *Dados*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, 1988; ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

² Na “Introdução” que escreveu para a edição de 1921 da *Queda do Império*, Rui narrou a cena de sua chegada à residência do Conselheiro Dantas após este voltar do paço da Boa Vista, onde fora, a convite do Imperador, receber o encargo de organizar o gabinete de 6 de junho de 1884. A casa do Conselheiro, segundo Rui, estava repleta de parentes, amigos e correligionários que ouviam o relato da sua entrevista com o Imperador. Mal Rui entrou na casa, o presidente do Conselho em constituição o recebeu e disparou, à queima roupa, a notícia “alviçareira da minha ministrificação iminente. Fora eu o primeiro lembrado. O imperador acolhera com aplauso a indicação do meu nome. Estavam-me duas pastas à escolha: a da agricultura e a do império. O organizador convidado queria-me antes na da agricultura, que era a pasta da emancipação. Mas Sua Majestade me preferia na do império, a fim de executar os meus projetos de reforma do ensino, já submetidos à câmara. Só de uma condição dependia tudo”. E, como se pusesse uma restrição no que havia dito, Dantas baixou a voz e perguntou: “Mas, Rui, tens segura a reeleição?”. Ao que, Rui respondeu: “Ninguém pode responder a esta pergunta como V. Exa. mesmo, chefe do partido liberal, que me tem elegido”. Dantas não replicou a Rui porque um dos presentes, interpondo-se, lembrou o nome de Francisco Sodré, entre aqueles a quem se atribuía a certeza da reeleição. O chefe liberal apenas acudiu: “Vamos refletir”. No dia seguinte, o ministério estava organizado, e o nome de Rui não estava entre os escolhidos. Na sua versão do episódio, Rui contestou formalmente a hipótese de que o Imperador teria vetado a sua admissão no gabinete 6 de junho. Para ele, toda a responsabilidade de seu nome ter sido excluído do ministério recaía inteiramente sobre Dantas, porque “quando o imperador o embargou, dizendo: ‘O seu Rui não tem reeleição certa’, o conselheiro deixou logo sentir a Sua Majestade que não fazia questão desse colaborador, e que passaria sem ele”. Rui atribuiu à preterição do seu nome para assumir o ministério a razão principal pelo desastre de sua eleição em dezembro de 1884, que encerrou a sua carreira parlamentar no regime monárquico. Em termos mais fortes, para Rui, a ausência de apoio do chefe do Partido Liberal na Bahia à sua candidatura, explicava os motivos de não mais ter conseguido se reeleger como deputado no Império. BARBOSA, Rui. “Introdução (1921)”. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. XLVIII e LIX, respectivamente.

que induziram Dantas a decidir não convocar Rui para o ministério depois de tê-lo convidado não nos é possível aferir com segurança. Provavelmente, foram as dificuldades de Rui se reeleger, antevistas por Dantas, que acabaram por lhe tirar a possibilidade de ocupar um cargo ministerial durante o gabinete liberal chefiado por seu protetor. O fato era que, antes de 1884, Rui já vinha perdendo espaço no seu partido: em 1881, ele conseguira se reeleger com dificuldade, pois o Partido Liberal baiano não apoiou unanimemente seu nome. Nesta conjuntura, Rui rompeu com o governador da Bahia, o visconde de Paranaguá, que veio a ser o primeiro ministro que substituiu Martinho Campos. O gabinete de Paranaguá significou onze meses de ostracismo parlamentar para Rui, uma vez que não desejava se opor, na Câmara, a um governo de seu partido, mas, acabou aderindo a uma dissidência liberal que fazia oposição ao chefe do gabinete. Diante da delicada questão do elemento servil que seu gabinete teria que enfrentar, Dantas não se arriscou a convocar um ministro previstamente derrotado nas urnas, ou a entrar em liça eleitoral com o Partido Liberal para apoiar a candidatura de Rui.

Apesar de Rui não esconder o seu ressentimento de Dantas, ele aceitou o posto de líder do gabinete na Câmara.³ Além disso, o presidente do Conselho confiou a Rui a elaboração do projeto de emancipação parcial do elemento servil (projeto de emancipação dos sexagenários), cerne do programa de governo de Dantas: a aceleração do processo de abolição da escravidão.

De todo modo, o gabinete foi organizado a 6 de junho de 1884 e, três dias depois, Dantas apresentou à Câmara o seu programa de governo, onde salientou o tópico relativo ao problema do elemento servil. A solução a esse problema, segundo Dantas, seria apresentada em termos moderados de modo

³ Ao mesmo tempo em que Rui evidenciou o seu inconformismo com Dantas pela oportunidade malograda, procurou destacar o papel político que desempenhou no governo, mesmo não sendo ministro: “O homem, a quem ele [Dantas] não se atrevia a comunicar a organização do gabinete, sendo ele deste excluído; o homem a quem receava dar conta do caso consumado, temendo ‘tirar-lhe o entusiasmo para os enormes serviços, que só ele poderia prestar’; o homem, cuja ‘colaboração era indispensável’ no ministério em via de se constituir, – não o contemplou o seu organizador entre os ministros, e ninguém o inteirou dos motivos por quê. [...] Se a sua colaboração era indispensável, toda essa colaboração tiveram. Pelo projeto e política do governo, em suma, fez, não sendo ministro, quanto, em ministro, poderia ter feito”. BARBOSA, Rui. “Introdução”. In Idem, p. LIV.

que apenas gradativamente e, com a colaboração do tempo, se chegasse ao seu desfecho:

É pois especial propósito do governo caminhar nesta questão, não somente como satisfação a sentimentos generosos e aspirações humanitárias, mas ainda como homenagem aos direitos respeitáveis da propriedade, que ela envolve, e aos maiores interesses do país, dependentes da fortuna agrícola, que, entre nós infelizmente, se acha até agora ligada pelas relações mais íntimas com essa instituição anômala. É dever imperioso do governo, auxiliado pelo poder legislativo, fixar a linha até onde a prudência nos permite, e a civilização nos impõe chegar; sendo que assim se habilitará a coibir desregramentos e excessos que comprometem a solução do problema, em vez de adiantá-la.⁴

Como ressalta Angela Alonso, o discurso de Dantas foi “esculpido na retórica da compaixão e na do progresso, e com a promessa de não sacrificar o direito de propriedade, puxou a abolição do espaço público para a arena institucional”.⁵ Ainda de acordo com Alonso, o chefe do governo fazia referência à necessidade de conter os “excessos” tanto do lado do movimento abolicionista, quanto do lado dos escravistas que postergavam a resolução da questão servil. Desse modo, Dantas buscou conciliar a demanda do movimento, ou seja, a abolição imediata e sem indenização, com a emancipação gradual, que deveria ser negociada nas instituições políticas.

Contudo, embora a fala de Dantas fosse muito cautelosa e procurasse não irritar os antagonistas, o tom conciliatório da declaração ministerial não foi suficiente para acalmar os parlamentares escravistas e adversários do gabinete. Críticas intensas foram imediatamente desferidas por parte da oposição que julgou a matéria inoportuna.⁶ Segundo Célio Tasinafo, ao colocar

⁴ JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*, pp. 212-213.

⁵ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. *Op. cit.*, p. 240.

⁶ O deputado conservador, João Manuel Pereira da Silva, registrou em suas *Memórias* a sua participação junto aos liberais dissidentes contra a matéria proposta pelo gabinete. Era o início, segundo Pereira da Silva, de uma revolução no país, sempre mais “produzidas por questões econômicas do que pelos conflitos políticos”: “O Tesouro Nacional manifestava-se com aspecto assustador, e o Gabinete em vez de lembrar medidas para melhorar situação tão lamentável, falava em elemento servil que podia perturbá-la e prejudicá-la, porquanto a agricultura

em primeiro plano a necessidade de solução do problema servil, Dantas alterou a pauta política de seus antecessores.⁷

Já sob fortes críticas lançadas ao seu programa de governo, Dantas apresentou à Câmara o *Projeto nº. 48-1884*, denominado *ex post* de projeto de emancipação dos escravos sexagenários, ou, Projeto Dantas. O respectivo projeto, assinado pelo deputado Rodolfo Dantas, era de autoria de Rui Barbosa, seu segundo signatário.⁸ O filho do chefe do governo leu o projeto, na Câmara, em sessão de 15 de julho de 1884, data em que foi distribuído às Comissões Reunidas de Orçamento e Justiça Civil, cujos membros designaram Rui como relator.

O Projeto Dantas compunha-se de dois artigos: o Artigo I tratava das hipóteses da emancipação dos escravos pela idade e englobava os seguintes parágrafos: dos encargos do ex-senhor; da omissão de matrícula; do aumento do fundo de emancipação e da alforria concedida pelo Estado a partir de recursos que viriam da taxa de 6% a ser acrescida a todas as contribuições diretas ou indiretas que já compunham a renda do Estado, inclusive os impostos sobre produtos importados; da localização do escravo; do direito de testar a liberdade; do penhor; da nulidade da venda *a retro*. O Artigo II tratava do trabalho e trazia os respectivos parágrafos: do domicílio; da profissão ou emprego do liberto; da locação de serviços; da rescisão de contrato; do salário; da duração de contratos; das questões entre locador e locatário; da penalidade para o liberto; dos delitos e infrações; da proibição para funcionamento de

constituía a fonte principal da riqueza pública e assustava-se com a ideia de diminuir-lhe os braços que a alimentavam”. SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003, pp. 528-529.

⁷ Cf. TASINAFIO, Célio Ricardo. “Introdução”. In SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*, p. 40.

⁸ “Dantas pai e filho orientaram Rui Barbosa a incluir sugestões do movimento [abolicionista] na redação do projeto. [...] A cooperação entre movimento e governo se efetivou na dobradinha com Patrocínio, a quem se pediram subsídios. Patrocínio providenciou livros e documentos e os enviou com trechos assinalados, para facilitar a redação de Rui Barbosa”. ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*, p. 246. A Fundação Casa de Rui Barbosa conserva os manuscritos do projeto original e as provas emendadas de próprio punho por Rui. No envelope onde estão guardados os manuscritos, podemos ler: “Documentos da gestação do *meu* projeto (projeto Dantas) sobre a emancipação dos sexagenários – 188”. Notamos que o possessivo “meu” está sublinhado e a data aparece incompleta. O documento e as provas modificadas foram reproduzidos em: BARBOSA, Rui. “O Projeto Dantas”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945, Apêndice I.

casas de compra e venda de escravos; das colônias agrícolas para libertos; das regras para conversão do foreiro do Estado em proprietários dos lotes de terra.⁹

O importante a retermos é que o Projeto Dantas trazia algumas medidas mais amplas do que libertar escravos idosos sem indenização. Estabelecia que os escravos com mais de sessenta anos, completados antes ou depois da lei, seriam automaticamente livres, sem que se devesse qualquer indenização aos proprietários. Determinava, ainda, a assistência ao escravo, após a libertação, mediante a organização de colônias agrícolas para os libertos que não se pudessem empregar nos estabelecimentos e casas particulares. Além disso, criava tributos específicos sobre as transações com a propriedade escrava, o que praticamente as inviabilizaria e impediria a comercialização dos escravos para além de seus domicílios provinciais.

A questão controversa que o projeto ousava propor era a emancipação sem indenização, o que significava negar deliberadamente o princípio da propriedade sobre o escravo. Ademais, o Projeto Dantas tocava em dois pontos cruciais: primeiro, determinava que se provasse a procedência do escravo, por ocasião do registro, para pagamento de impostos. Segundo, os proprietários de escravos seriam cobrados do cumprimento da Lei de 7 de novembro de 1831. Esta lei previa que os africanos introduzidos no Brasil dali em diante seriam considerados livres. Seguindo esse raciocínio, de acordo com a data do registro do escravo, associado com a sua procedência, grande contingente de cativos seria livre e, ao Estado, não caberia o direito de tratá-los como propriedade servil.¹⁰

A natureza explosiva do Projeto Dantas causou imediatamente impacto na Câmara. Depois de terminada a leitura do projeto por Rodolfo Dantas, o presidente da Câmara, membro do Partido Liberal, Moreira de Barros, pediu a palavra e retirou-se da mesa, em sinal de protesto contra a política do governo:

⁹ Cf. BARBOSA, Rui. “O Projeto Dantas”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, pp. 275- 307.

¹⁰ Desde os tempos de estudante, Rui chamava a atenção para o desconhecimento e o desrespeito sistemático a essa lei, pois, a sua observância significava a constatação de que o contingente de escravos que deu entrada no Brasil, após 1831, era ilegal. Assim, o projeto visava libertar, além dos sexagenários, todos os africanos trazidos ilegalmente para o país desde 1831. No “Parecer” apresentado por Rui Barbosa ao projeto, que veremos mais adiante, essa será uma de suas principais argumentações a favor da emancipação dos escravos.

“Sr. Presidente, o projeto que acaba de ser apresentado e lido obriga-me a demitir-me do cargo que a Câmara me confiou. [...] Sinto, porém, profundamente e, ainda mais que SS. EEx. se tenham tornado os propugnadores da libertação do escravo sem indenização do senhor”.¹¹ Isto significava que setores do próprio Partido Liberal recusavam um projeto do gabinete liberal. Moreira de Barros argumentava ainda que a Câmara eleita, já no fim de seu mandato, não poderia aderir a tal ideia emancipacionista, pois estaria traíndo a confiança de seus eleitores com a proposição de uma questão que não havia sido colocada nos pleitos das campanhas.¹²

Com efeito, os interesses escravistas emergiram no Parlamento: o Partido Liberal sofreu cisão e os seus membros dissidentes uniram-se aos conservadores. A demissão solicitada por Moreira de Barros foi aprovada por uma diferença de três votos. O resultado estreito da votação – 55 votos contra 52 – representava a negação de um voto de confiança ao gabinete Dantas e colocava em suspensão qualquer condição sólida que oferecesse ao governo o apoio dos deputados de que ele necessitava para realizar a reforma contida em seu programa.

Na sessão de 28 de julho de 1884, duas moções assinadas por deputados da oposição chegaram à mesa, uma das quais, com a assinatura de João Penido, dissidente liberal, colocava a questão nos seguintes termos: “A Câmara, reprovando o projeto do governo sobre o elemento servil, nega-lhe sua confiança”.¹³ Nessa sessão legislativa, coube a Rui a tarefa de defender o governo e o projeto sobre o elemento servil.

No seu único discurso em defesa do projeto de reforma, Rui argumentou que o Partido Liberal há 16 anos estava exigindo a abolição em seu programa, mas a questão não se encerrava apenas nesse partido, pois ela era uma

¹¹ *Anais da Câmara dos Srs. Deputados do Império do Brasil – Quarta Sessão da Décima-oitava Legislatura*. Apud BARBOSA, Rui. “O Projeto Dantas no Parlamento”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, pp. 311-312.

¹² Conforme Célio Tasinafo, a Décima Oitava legislatura (1882-1884) foi a primeira em que a Câmara dos Deputados elegeu-se diretamente após a reforma eleitoral realizada durante o gabinete Saraiva, cujo redator do projeto, como vimos, foi também Rui Barbosa. Dos 122 deputados eleitos para essa legislatura, 75 eram liberais e 47 conservadores. Cf. TASINAFO, Célio Ricardo. “Introdução”. In SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*, p. 38.

¹³ Apud JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*, p. 214.

aspiração nacional, o que impunha que o Parlamento não retrocedesse no encaminhamento da resolução da emancipação do elemento servil. No embate parlamentar, Rui acusou os opositores escravistas de utilizarem táticas de “guerrilha”, ou seja, moções sobre moções, contra o governo e o projeto de 15 de julho. O deputado baiano apontou a atitude de subterfúgio sistemático dos membros liberais dissidentes e da minoria conservadora que, por um lado, anunciavam que queriam discutir o projeto, mas, por outro, lançavam sobre ele diversos empecilhos de modo a travar a movimentação parlamentar e, assim, impedir que o Projeto Dantas pudesse ser discutido na Câmara.

Rui advertia tanto aos conservadores quanto aos liberais que se opunham ao projeto do gabinete que, ao não aceitarem as “soluções pacíficas e conciliadoras” que a proposta representava, eles inevitavelmente aceleravam o abolicionismo por vias externas à política parlamentar. Assim, procurava demonstrar que, naquele momento, o projeto de emancipação apresentado pelo gabinete Dantas era uma solução “previdente e compensadora” para o problema do trabalho servil:

Cada batalha que a solução liberal do problema perder aqui, no terreno político; cada revés que julgardes infligir aqui à grande ideia, esmagando sob o número de votos um gabinete que a personifique, será, não uma vantagem para os interesses econômicos envolvidos nesta questão, mas um passo acelerado para a liberdade incondicional.¹⁴

Contra as acusações do deputado liberal dissidente, Moreira de Barros, que declarou ser a “bandeira vermelha da comuna” o que os defensores do Projeto Dantas sacudiam, Rui investiu de maneira incisiva. Respondeu que os opositores do governo sacudiam “as bandeiras negras do escravismo intransigente”. Diante do “fanatismo” dos escravistas que se agarravam a uma instituição “amaldiçoada em todas as consciências, a que ninguém neste país, dá mais vinte anos de duração”, Rui sentenciou que o movimento parlamentar da emancipação não retrocederia uma linha: “Não há maioria com forças para o deter”.¹⁵

¹⁴ BARBOSA, Rui. “Elemento servil”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, p. 44.

¹⁵ *Idem*, p. 44.

Na verdade, havia forças no Parlamento para deter o gabinete e o Projeto Dantas. A moção de Penido foi acatada e posta em votação a fim de se esclarecer a situação política: 59 deputados votaram a favor da moção, dentre os quais 42 eram conservadores e 17 liberais; 52 deputados votaram contra, dos quais 48 eram liberais e 4 conservadores.¹⁶ Este resultado equivalia à desconfiança em relação ao gabinete, que teria de renunciar, principalmente pela oposição de seu próprio partido. A votação da moção demonstrava que o Partido Liberal estava cindido em face da questão da emancipação do elemento servil. Embora a solução deste problema, conforme acompanhamos no primeiro capítulo deste trabalho, fizesse parte do programa do partido desde 1869, a apresentação do Projeto Dantas, provou, na prática, em 1884, que alguns membros ainda não estavam dispostos a implantá-lo.

Em decorrência da moção de desconfiança, votada em 28 de julho, pela oposição coligada, Dantas, diante da alternativa de renunciar ou de apelar ao eleitorado, optou por este último recurso. Assim, em 29 de julho de 1884, o chefe do gabinete apresentou ao Conselho de Estado e ao Imperador a exposição de motivos, também escrita por Rui Barbosa, na qual justificava a dissolução da Câmara. Na Ata da Conferência do Conselho de Estado Pleno encontra-se a justificativa¹⁷. O Conselho de Estado se manifestou por maioria contrária à dissolução da Câmara. Já o Imperador só concordou que a Câmara fosse dissolvida depois que se aprovasse em definitivo o orçamento que tramitava desde o gabinete de Martinho Campos. Em 30 de julho, o governo declarou a dissolução da Câmara, convocou eleições para dezembro e posse dos novos eleitos para o cargo em 1º de março do ano seguinte. Contudo, a Câmara procrastinou a votação do orçamento, o que lhe deu sobrevida até 3 de setembro de 1884, quando finalmente foi dissolvida.

Rui Barbosa, conforme aludimos acima, foi encarregado de produzir o parecer de apreciação do Projeto Dantas, em nome das Comissões Reunidas de Orçamento e Justiça Civil. O relator apresentou quase duzentas páginas, escritas num prazo de 19 dias, em que recorreu à copiosa fonte bibliográfica,

¹⁶ Cf. BARBOSA, Rui. "O Projeto Dantas no Parlamento". In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, pp. 343-347; Cf. SILVA, João Manuel Pereira da. *Op. cit.*, p. 531.

¹⁷ BARBOSA, Rui. "A exposição de motivos sobre a dissolução da Câmara". In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, p. 358.

nacional e estrangeira, para a construção do seu argumento em defesa do projeto do governo sobre o elemento servil.

O “Parecer n. 48”, elaborado por Rui, foi apresentado à Câmara, em 4 de agosto de 1884. Nas palavras preliminares do documento, Rui justificava que embora o Projeto Dantas não pudesse mais entrar na ordem dos trabalhos da Câmara, já em vias de dissolução e que tão somente funcionava a fim de se concluir a aprovação da lei orçamentária, entendia ser indispensável trazer a público o parecer. Para ele, diante de uma tentativa de reforma importante, como a da questão servil, era imprescindível esclarecer a opinião nacional, chamada a proferir nas próximas eleições, “a sua sentença entre as tendências emancipadoras do projeto e o voto da maioria da Câmara contra cuja decisão o gabinete apelava para as urnas”.¹⁸

O estudo de Rui começou pelo exame da insuficiência das medidas legais anteriores que de alguma forma combateram o escravismo, tais como as leis de 7 de novembro de 1831 e a do Ventre Livre, de 1871. Rui deteve-se também na apreciação de discursos parlamentares de legislaturas anteriores para combater os “sofismas” dos que conviviam com o problema social do cativo e protelavam a solução da questão do trabalho escravo. Em seguida, o relator seguiu na defesa das proposições protetoras da liberdade do liberto, adotadas no projeto, e as providências propostas para o desenvolvimento do trabalho livre.

Embora para alguns abolicionistas, segundo contou o próprio Joaquim Nabuco, a timidez do projeto escrito por Rui, fazia rir¹⁹, o fato é que a reação escravista não pensou assim, e as consequências que se seguiram à apresentação do Projeto Dantas na Câmara não deixaram dúvidas quanto a isso.

No entanto, o nosso enfoque no projeto de emancipação dos sexagenários feito por Rui, e defendido por ele, através do seu “Parecer”, busca ressaltar as suas propostas que visavam à organização do trabalho livre. O seu “Parecer”, além de exprimir a defesa da liberdade civil, com a emancipação sem indenização dos escravos sexagenários, defendia

¹⁸ BARBOSA, Rui. “Parecer n. 48”. In *OCRB*. Vol. XI, Tomo I, p. 56.

¹⁹ Cf. GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*, p. 42.

proposições para a reforma do trabalho e a concessão de alguns direitos aos libertos: o assalariamento mínimo e a difusão da pequena propriedade. Desse modo, o nosso intuito, ao acompanharmos a defesa de Rui do Projeto Dantas, é trazer à luz às suas propostas de desenvolvimento da sociedade brasileira pós-escravidão, ou seja, às suas propostas de transição do trabalho escravo para o livre.

Além da exigência da neutralização do Poder Moderador, com vista à independência do Parlamento, para que o seu modelo de sociedade liberal democrática pudesse ser concretizado, Rui propunha a reforma do ensino, de modo a promover a criação de indivíduos “racionais”, os únicos capazes de participarem da vida política. Ainda, o modelo de uma sociedade liberal democrática de Rui não poderia comportar o trabalho escravo e indivíduos sem a posse dos seus direitos civis. A “reforma do trabalho”, para usar os termos de Rui na discussão da emancipação dos sexagenários, era o corolário do seu projeto de reformas liberais: de um lado, a concessão de direitos civis, de outro, o fim do trabalho escravo e o início da organização do trabalho assalariado, pressuposto para o progresso econômico e social da nação.

1.2. A defesa de Rui ao Projeto Dantas: o direito à liberdade civil

Para Rui, o Projeto Dantas não trazia novidades, pois a sociedade aguardava a resolução da questão do elemento servil. A proposta do projeto dos sexagenários procurava completar o movimento iniciado com a Lei do Ventre Livre (1871) que, embora sancionada há treze anos, não havia resolvido *naturalmente* a abolição do elemento servil. Era preciso, portanto, acelerar o final da escravidão no Império por meio da aprovação de uma reforma que solucionasse o problema da questão servil. Para comprovar a assertiva de que, naquele momento, ainda se estava longe de poder declarar que a escravidão estava com os dias contados no país, Rui demonstrava que a Lei do Ventre Livre não surtiu o efeito desejado. Desde a promulgação dessa lei, 500 mil escravos haviam morrido, o fundo de emancipação tinha resgatado apenas 20 mil escravos, e 90 mil cativos haviam sido alforriados. Contudo, ainda restavam em cativeiro um milhão e meio de escravos.

Diante desses dados, Rui questionava os interesses escravistas ou “sofismas” que se escondiam nos argumentos utilizados contra o projeto. De acordo com o deputado, no Brasil, ninguém divinizou a escravidão ou a defendeu abertamente como se ela fosse a “pedra angular do edifício social”. Embora todos se declarassem “emancipadores”²⁰, a resolução da questão escravista era constantemente adiada no Parlamento mediante o argumento de que ainda não havia condições favoráveis para realizá-la.

No “Parecer”, Rui afirmava que os argumentos que defendiam a possibilidade de se resolver o problema da escravidão pela ação do tempo eram falaciosos. Os argumentos dos parlamentares às vésperas da Lei do Ventre Livre – de que o trabalho servil dentro de 20, e até 10 anos, teria deixado de existir pelo crescimento negativo da população escrava – não se comprovaram: em 1884, segundo Rui, treze anos depois da emancipação dos nascituros, havia no Brasil um milhão e meio de escravos.²¹

Para o relator do Projeto Dantas, o movimento de resistência parlamentar à extinção da escravidão se baseava ora no argumento a respeito do direito sagrado de propriedade, ora nos interesses econômicos do país. Para justificar que a reforma proposta pelo projeto não significaria a desorganização social, a paralisação do trabalho agrícola e a bancarrota financeira, Rui retomava os argumentos que haviam sido levantados quando da aprovação do projeto de Lei do Ventre Livre. A intenção do político baiano era comprovar que, assim como o projeto de emancipação dos nascituros, em 1871, sofrera severa oposição parlamentar durante sua votação e recebera os estigmas mais duros que se poderiam impor a um ato legislativo, o Projeto Dantas, em 1884, também era alvo das mesmas acusações infundadas dos parlamentares opositores. Segundo Rui, a Lei do Ventre Livre, acusada na época de favorecer a desorganização completa do trabalho e promover a ruína da agricultura, doze anos após sua promulgação gerou fatos que não correspondiam aos protestos dos parlamentares contra o movimento emancipador. Assim, ressaltava que a economia nacional não foi afetada negativamente após a condução da medida emancipacionista. Ao contrário,

²⁰ BARBOSA, Rui. “Parecer n. 48”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, p. 62.

²¹ *Idem*, pp. 58-61.

desde a promulgação da Lei do Ventre Livre, a renda do país havia apresentado um crescimento de 29%.²²

No seu “Parecer”, Rui também destacou que os parlamentares contrários ao Projeto Dantas baseavam sua objeção na dependência da lavoura em relação à mão-de-obra escrava e na alegação de que era necessário preparar os escravos para a liberdade antes de emancipá-los:

Primeiramente, o *escravo pode esperar*. A benignidade dos senhores, a suavidade das relações domésticas entre o cativo e a família do proprietário, no Brasil, asseguram ao oprimido uma condição invejável ao jornaleiro europeu, ao proletário dos centros industriais, ao operário agrícola da Irlanda, ao servo emancipado dos antigos feudos eslavos. [...] “o tratamento é bom; não há suplícios; têm que vestir; alimentação não lhes mingua; os senhores, por sentimento inato e hábito comum, são-lhes verdadeiros pais. O escravo, hoje, entre nós, pode, pois *considerar-se emancipado*”, e todas as reformas libertadoras são odiosas; porque vêm tirar o merecimento a resultados que até agora se obtinham sem a sua pressão.²³

Segundo a argumentação acima, a permanência da escravidão não poderia ser justificada pelas boas intenções ou pela benevolência dos proprietários de escravos. Para se opor ao raciocínio acima que, ao comparar a situação do escravo à das classes menos favorecidas da Europa, afirmava que a condição do negro cativo era melhor do que a dos trabalhadores livres europeus, Rui citou Darwin. De acordo com o deputado baiano, para Darwin, não se poderia fazer tal comparação porque, conquanto a pobreza dos trabalhadores livres europeus resultasse das instituições humanas, essa pobreza jamais poderia ser utilizada como argumento para perpetuar a escravidão em outro lugar.²⁴

O intuito de Rui no “Parecer” era opor-se aos argumentos que foram comumente utilizados no Parlamento para retardar ao máximo as medidas

²² Idem, p. 75.

²³ Idem, pp. 75-76.

²⁴ Cf. Idem, p. 77.

emancipacionistas e que eram, naquele momento, manejados contra o Projeto Dantas. Nessa perspectiva, Rui se referiu ao argumento defendido por José de Alencar, o qual havia questionado a libertação dos escravos antes de educá-los: “não basta dizerdes à criatura, tolhida na sua inteligência, abatida na sua consciência: – Tu és livre; vai: percorre os campos como besta-fera!... Não, senhores; é preciso esclarecer a inteligência embotada, elevar a consciência humilhada, para que um dia, no momento de conceder-lhe a liberdade, possamos dizer: – Vós sois homem, sois cidadãos”.²⁵ De acordo com Rui, esse argumento não se sustentava, pois os relatos de Tocqueville a respeito das experiências de emancipação dos escravos nas colônias inglesas haviam demonstrado que essa exigência só fazia protelar a escravidão.

Contra o argumento daqueles que temiam a escassez da mão-de-obra agrícola, Rui argumentava que os escravos libertos em outros países equivaliam a bons imigrantes, assim como a sua força-de-trabalho renderia mais. O trabalho escravo, dizia ele, já estava demonstrado que era mais improdutivo do que o trabalho livre. Para demonstrar a superioridade do trabalho livre em relação ao trabalho escravo, Rui comparou os estados do Sul e do Norte dos Estados Unidos, e alegou que o motivo do Sul não se desenvolver nem econômica, social ou moralmente devia-se ao fato da utilização da mão de obra escrava nessa região.²⁶

De acordo com Rui, a escravidão “aviltava” o trabalho e era uma das causas da escassez de imigrantes no Brasil. A reforma do trabalho servil era, para ele, uma questão urgente, uma vez que a adoção do trabalho livre seria um fator para estimular o movimento de imigrantes europeus para o país. Segundo o relator, a imigração só viria se primeiro se abolisse o trabalho escravo: “Mas não é manifesto, pelo contrário, que este sofisma inverte os termos da grande transformação social? Não será verdade que o movimento colonizador depende fundamentalmente da renovação do trabalho pela liberdade?”.²⁷

²⁵ José de Alencar Apud BARBOSA, Rui. “Parecer n. 48”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, p. 77.

²⁶ Cf. *Idem*, p. 81-86.

²⁷ *Idem*, p. 79.

Dessa forma, para Rui, os argumentos dos deputados contrários às reformas do elemento servil subordinavam a emancipação a uma série de cláusulas preliminares, tais como estatísticas, vias-férreas e colonização. E esses expedientes apenas adiavam a solução da constituição da mão-de-obra livre no país. A seu ver, o trabalho livre e o trabalho escravo não poderiam caminhar lado a lado. O desenvolvimento da indústria moderna era impossível num país de escravos, cuja consciência de inferioridade imposta pela escravidão afastava a nação dos modelos civilizacionais a serem emulados. Em outros termos, para ele, a influência do trabalho do imigrante livre se tornaria improfícua para o desenvolvimento da produção e da riqueza se antes a questão interna do trabalho escravo não fosse resolvida.²⁸

Nesse sentido, Rui defendeu que se aproveitasse a mão-de-obra dos ex-escravos na agricultura, pois, tornados livres, seus braços seriam equivalentes aos dos bons imigrantes. Segundo ele, os fazendeiros deveriam conceder aos seus escravos a liberdade imediata e contratá-los sob a condição de trabalharem nas fazendas por um determinado número de anos. A execução desse contrato se tornaria mais segura para os interesses dos ex-senhores se fosse estipulada uma cota para o pecúlio do contratado, na razão do seu trabalho.²⁹

Por um lado, essa proposta atendia à necessidade de preservar a mão-de-obra dos fazendeiros, uma vez que estipulava a obrigação do liberto permanecer no seu antigo local de trabalho por um período estipulado; por

²⁸ Para demonstrar a ação aviltante do trabalho escravo, Rui recorreu aos argumentos de Henry George: “Quanto mais importante é o papel da escravidão no organismo social, tanto menor, proporcionalmente, o desenvolvimento deste. [...] Nenhum povo senhor de escravos teve jamais o talento inventivo. Numa comunhão proprietária de cativos poderão as classes superiores apurar-se no luxo e nos instintos do gosto; mas inventivas não serão nunca. Tudo o que rebaixa o operário, e o esbulha dos frutos do seu trabalho, adormenta o espírito de invenção. [...] Só à liberdade é dado o segredo de evocar os gênios a cuja guarda estão entregues os tesouros da terra e as forças invisíveis do ambiente”. GEORGE, Henry. *Progress and Poverty*. Apud Idem, p. 82. Henry George nasceu nos Estados Unidos, foi defensor do socialismo agrário e, no momento em que Rui debatia a questão do elemento servil, seu nome estava em evidência graças à obra que publicou em 1879, *Progress and Poverty*. Esse livro rapidamente se tornou um sucesso de vendas nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, especialmente por suas propostas de nacionalização do solo como uma medida para aliviar a miséria dos grandes centros urbanos. Obviamente, Rui Barbosa não concordava com a proposta de George de acabar com o direito de propriedade privada da terra.

²⁹ Cf. Idem, p. 80.

outro lado, ela propunha, mediante a formalização de um contrato de trabalho, o direito do ex-escravo a um salário.

O Projeto Dantas ainda trazia outro ponto polêmico: a não indenização dos proprietários que porventura tivessem escravos sexagenários libertados. Para amparar o projeto e especificamente o item que previa a não-indenização, Rui recorreu à jurisprudência e à história parlamentar europeia, a fim de demonstrar que a lei civil herdada de Portugal nunca legitimou a escravidão. Em torno desse assunto, Rui fez longa digressão à luz da evolução do direito para evidenciar que no Direito romano não se previa a designação de propriedade na relação entre senhor e escravo. A única propriedade possível era a do homem sobre si mesmo.

De acordo com Rui, a opressão à liberdade obrigou a lei, escrita ou consuetudinária, a contradições paulatinas, cada vez maiores consigo mesma. Porém, Rui tentava atacar o estatuto legal da propriedade escrava afirmando que a Constituição de 1824 assegurava o direito de propriedade,

mas da real, da verdadeira, da natural: é o que recai sobre as coisas, pois não é propriedade o que recai sobre pessoas. Instituição puramente de direito civil, manifestamente viciosa, privilégio que tem uma raça de conservar outra no cativeiro, não se chama propriedade.³⁰

Historicamente, de acordo com Rui, a liberdade do escravo era uma voluntária mercê do senhor ao escravo. Depois, ao escravo se reconheceu o direito de conquistar a liberdade, graças ao seu pecúlio ou aos seus serviços, até que o Estado passou a intervir como grande libertador, impondo limites de preço, ou condições de alforria gratuita aos escravos. Assim, gradualmente, o *direito* de propriedade e a sujeição pessoal do escravo ao senhor foram contestados. Dessa forma, a indenização, para Rui, não era um direito, pois libertar os escravos significava restituí-los a uma ordem natural que fora violada pela escravidão:

[...] as reformas libertadoras desde o começo deste século mostram no título de *propriedade*, atribuído ao senhorio do homem sobre o homem, um

³⁰ Idem, p. 96.

eufemismo sem realidade no espírito humano e cada vez menos realizado nas instituições que protegem essa dependência odiosa. A liberdade é uma restituição, e a indenização perde rapidamente o caráter de um direito. O que ela é, o que pode ser, o que tem sido, por toda a parte, é uma conveniência mais ou menos respeitável, não tanto em homenagem ao interesse dos senhores, como em satisfação às necessidades econômicas do Estado.³¹

Na linha argumentativa escolhida por Rui para defender seu projeto, os proprietários de escravos sexagenários não tinham o direito de exigir indenização pela eventual perda de sua propriedade, pois o cativo já pagara o preço da sua liberdade, com usura, em sessenta anos de cativeiro. O artigo 1º do Projeto Dantas reconhecia “o direito à emancipação pelo trabalho”³², e Rui em seu Parecer se defendia da acusação que lhe imputavam de comunista:

Na teoria da propriedade do homem sobre o seu próximo não há meio termo. Da natureza da escravidão é que o escravo não tenha direito de ordem alguma, nem sequer os direitos comuns da humanidade. Desde o momento em que a autoridade absoluta do senhor principia a desintegrar-se em atenuações sucessivas do domínio, que reconheçam direitos pessoais, títulos civis ao cativo, tem essa relação perdido para sempre o caráter primitivo de propriedade, e não se pode mais defender, senão como um compromisso transitório com as exigências políticas e econômicas de uma sociedade em elaboração. Onde estribar, pois, essas imputações de *socialismo*, de *proselitismo comunista*, com que nos tentam desarmar?³³

Não contrariando os seus pressupostos liberais, Rui defendia que qualquer homem tivesse direito à propriedade do seu trabalho. A utilização desse argumento para defender a reforma do elemento servil lhe permitiu desqualificar a crítica de seus adversários, que lhe impingiam a pecha de “comunista” ou “socialista”.

³¹ Idem, p. 105.

³² Idem, p. 109.

³³ Idem, p. 110.

“Socialistas”, segundo Rui, eram os que pretendiam trocar arbitrariamente as instituições universais que presidiam à associação humana, como a propriedade fundiária, a apropriação pessoal do solo, a herança, e não os que reconheciam a necessidade da restauração do direito comum do homem, ou melhor, o direito à individualidade e à liberdade, violado pela instituição anômala da escravidão.³⁴ Ademais, Rui procurava justificar que a noção de socialismo poderia ser generalizada para qualquer instituição que visasse “proteger as classes ou condições indefesas na sociedade moderna”.³⁵ Esta observação reduzia a “ridículas proporções o refrão de socialismo”, colocado em voga na questão servil, contra as medidas limitativas do domínio do senhor sobre o escravo, propostas no Projeto Dantas.

De todo modo, a pecha de “comunista” atribuída a Rui e ao Projeto Dantas pelos seus adversários escravistas devia-se ao fato de que o projeto, além de trazer propostas para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, também fazia referência à concessão de alguns direitos aos libertos.

1.3. As propostas de transição para o trabalho livre e o direito dos libertos

No final do seu “Parecer”, Rui Barbosa se ocupou da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da utilização da mão-de-obra liberta. O Projeto Dantas não deixou de espelhar o interesse dos proprietários rurais, e buscar soluções que não afetassem os rumos do trabalho nas lavouras. Uma de suas principais preocupações era evitar que o “despreparo” dos emancipados para usufruir a liberdade e a euforia dos primeiros instantes os levassem ao ócio e à recusa ao trabalho, o que causaria a desorganização da

³⁴ A definição de socialismo de Rui era bem ampla, mesmo porque, o que lhe interessava era defender, por um lado, o Projeto Dantas, e, por outro, também se defender das acusações de comunista que lhe eram diretamente dirigidas. Afinal, Rui era o próprio autor do projeto. Desse modo, para ele, eram socialistas, “Saint-Simon, pregando a abolição da herança; Proudhon, assimilando a propriedade ao roubo; Karl Marx, apostolando a partilha do capital; Henry George, teorizando a nacionalização da terra”, até o escravista brasileiro que “desconhecendo no escravo a individualidade e a liberdade, não vê senão a propriedade do senhor, [...] os que em puro proveito das extravagâncias revolucionárias, malquistam, e infamam a propriedade, convertendo-a em escudo da escravidão”. Idem, pp. 111-112.

³⁵ Idem, p. 113.

economia do país. Também era necessário, segundo Rui, evitar a concentração dos ex-escravos nos centros urbanos ou a perambulação pelas estradas, de maneira a impedir que fossem privados dos meios de subsistência. Sem dúvida, conhecedor da literatura sobre a emancipação dos escravos nas Índias Ocidentais, a preocupação maior de Rui não era com os meios de sobrevivência dos ex-escravos, mas com a possibilidade dos libertos se recusarem a trabalhar nas lavouras. Com o objetivo de evitar que o liberto incorresse na “vagabundagem”, Rui esclarecia que o Projeto Dantas previa:

Só duas faculdades [...] se recusam ao liberto:

[a] por cinco anos, a de residir noutro município;

[b] em qualquer tempo, a da vagabundagem.³⁶

Com o objetivo de constranger ao trabalho, o projeto previa a proibição da vagabundagem e obrigava o liberto a permanecer cinco anos no mesmo município onde residia no momento da concessão de sua liberdade. A ideia defendida por Rui era a de que, fixado numa dada região, o liberto não tomaria gosto por atrações ao desconhecido, nem pela indolência e instinto inconsciente de aventuras. Ao contrário, ele experimentaria a necessidade do trabalho “pela ação múltipla das influências que o circundam”. Para conter o ócio do manumitido e afirmar a sua obrigação de trabalhar, de modo a prescrever “a liberdade da preguiça, primeira forma, às vezes, da liberdade no espírito do homem imbecilizado, aviltado, ou desvairado pelo cativeiro”³⁷, o código criminal previa medidas coercitivas para o disciplinamento da mão-de-obra livre. Segundo Rui, “na parte mais liberal da nossa organização judiciária se estatuíam meios repressivos contra a vadiagem, conferindo-se, a esse respeito, à polícia atribuições excepcionais, qual a que toca à assinatura dos termos de bem viver”.³⁸

Essa restrição ao liberto não era, de acordo com o autor e relator do Projeto Dantas, um elemento de contradição na essência da liberdade

³⁶ Idem, p. 194.

³⁷ Idem, p. 196.

³⁸ Idem, p. 196.

reconhecida aos emancipados. Para Rui, a substância da escravidão moderna consistia em espoliar o escravo da propriedade do seu trabalho, convertendo-o em instrumento da riqueza alheia, enquanto o Projeto Dantas, ao propor restituir ao escravo essa propriedade, restituía-lhe a liberdade “no seu princípio essencial”.³⁹ Nesse sentido, o liberto, desde o momento da emancipação, era o “proprietário do seu trabalho, o árbitro da sua vocação, com plena liberdade na escolha do gênero de indústria, a que se entregue, e dos patrões a cujo soldo se delibere a servir”.⁴⁰

No entanto, “a condição moral da raça escravizada” impunha ao legislador tomar certas providências disciplinares para conceder a restituição da liberdade ao ex-escravo. Dessa forma, as medidas restritivas previstas no projeto, que imobilizava os libertos nos estabelecimentos onde estivessem servindo, era, para Rui, um meio de educar “uma classe de indivíduos absolutamente despreparada para a sua fruição racional e profícua”.⁴¹

Contudo, ressaltava Rui, o projeto da reforma do elemento servil seria incompleto se não atentasse para as garantias salariais do liberto. Esse ponto foi contemplado pelo segundo artigo do parágrafo 6º do Projeto Dantas. Ele previa a criação, nas comarcas gerais, de uma junta, composta pelo juiz de direito e pelo municipal, e, nas especiais, pelo juiz substituto e um dos vereadores do município, incumbida de estipular, em relação aos libertos, a taxa mínima do salário para os vários trabalhos rurais e industriais praticados na comarca.

Assim, pelas disposições do Projeto Dantas e do “Parecer” de Rui, notamos a tentativa de se começar a estabelecer marcos regulatórios para o trabalhador emancipado: os ajustes de locação de serviços de libertos deveriam ser registrados na polícia (cidade) ou no juizado de paz (campo). O registro seria pago pelo locatário e somente ele valeria como prova do contrato de trabalho, podendo o locador requerer esse registro verbalmente, ou por escrito, ao juiz de paz. O projeto instituía uma junta constituída por juízes e

³⁹ Idem, p. 195.

⁴⁰ Idem, p. 193.

⁴¹ Idem, p. 196.

vereadores do município, que estipularia o salário do agora trabalhador livre.⁴² A instituição de um mecanismo protetor da locação de serviços dos emancipados era uma espécie de curatela, com a qual se procurava evitar a exploração ilícita da mão-de-obra liberta.

Com a proposta de instituição de um salário mínimo para o trabalhador livre, o objetivo era não deixar o recém liberto à mercê dos grandes proprietários rurais. Para Rui, os emancipados caíam sob o jugo do antigo cativo caso não houvesse uma lei para protegê-los, pois os ex-senhores contavam com recursos suficientes para sujeitá-los “ao domínio de um interesse iníquo e prepotente”.⁴³ Nessa linha de ideias, os proprietários rurais ditariam as condições no mercado de trabalho e imporiam arbitrariamente a taxa do salário aos que acabassem de sair da escravidão, “entes indefesos, tímidos, mal conscientes dos seus direitos”.⁴⁴

O projeto, segundo o seu autor e relator, impedia o liberto, no momento em que se proclamasse a sua emancipação, e ao cabo de cinco anos, da obrigação de trabalhar por soldo inferior ao *salário mínimo*. Portanto, o preceito do art. 2 do projeto negava ao liberto, durante os seus primeiros anos de liberdade, o direito de trabalhar gratuitamente ou por um “salário ilusório”, em benefício de empregadores que lhe explorassem “a inexperiência, a credulidade, ou a fraqueza”.⁴⁵

Desse modo, ao considerar o trabalhador recém emancipado como relativamente incapaz na esfera civil, pela sua inferioridade moral e econômica em face do empregador, Rui admitia o imperativo do Estado lhe garantir, no ato da contratação de seus serviços, o direito a um salário mínimo:

A liberdade (objetar-nos-ão) e o direito de propriedade conjuntamente opõem-se a toda a fixação oficial de preços no aluguel do trabalho. Ao Estado não assiste jus de interferência alguma na taxação do salário, questão absolutamente particular entre o operário e o patrão. De perfeito acordo, responderíamos nós; exceto quando se trate de classes inteiras,

⁴² Cf. BARBOSA, Rui. “O Projeto Dantas”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, p. 283.

⁴³ BARBOSA, Rui. “Parecer n. 48”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, p. 198.

⁴⁴ *Idem*, p. 198.

⁴⁵ *Idem*, p. 203.

espoliadas e condenadas, por uma usurpação imemorial, à incapacidade da miséria ou da escravidão civil.⁴⁶

Ao defender a proposta de proteção ao liberto, baseada no assalariamento *mínimo*, notamos que Rui constatava a incapacidade de se equacionar, a partir apenas dos pressupostos liberais de garantia da igualdade jurídica e do direito à propriedade do trabalho, a liberdade efetiva do ex-escravo.

No entanto, para justificar os princípios liberais do Projeto Dantas, e defender o ponto relativo ao direito dos libertos, Rui o comparou à reforma empreendida, na Irlanda, em 1881, pelo primeiro ministro liberal inglês William Gladstone. O Projeto Dantas previa aplicar às relações entre os ex-senhores e os libertos, no quinquênio imediato à emancipação, a determinação mínima de um salário para o trabalho, num sistema análogo, de acordo com Rui, àquele que a recente legislação inglesa tinha estabelecido como regime permanente, para as relações entre o grande proprietário e o agricultor da Irlanda.⁴⁷

A fórmula “*laissez nous faire*” já não prevalecia na Inglaterra, segundo Rui. O Estado interferira no domínio da propriedade, nas relações entre as classes e no interesse privado para atender à consciência pública. A razão dessa interferência era antes “*moral* do que econômica” e visava à “consciência do bem e da justiça”.⁴⁸ Amparado no exemplo dos atos parlamentares ingleses, Rui procurava com isso contrastar a atitude do parlamento brasileiro frente à questão escravista:

Se, na terra, por excelência, do espírito utilitário, [...] as imposições da moral prevalecem, assim, não só aos interesses onipotentes da riqueza, senão até aos direitos da liberdade [...] que estranha inversão da lógica e do senso comum é esta, que não nos permite, a nós outros, invocar essa autoridade suprema da moral contra o mais imoral dos privilégios da usurpação?⁴⁹

⁴⁶ Idem, pp. 199-200.

⁴⁷ Cf. Idem, p. 116.

⁴⁸ Idem, p. 118.

⁴⁹ Idem, pp. 117-118.

O plano da reforma do gabinete Dantas, era, então, na visão de Rui, uma “símile” do ato que Gladstone instituiu “como imensa conquista a favor do irlandês livre”. A diferença entre as duas reformas consistia, para o relator, no fato de que no caso do Projeto Dantas, tratava-se de uma legislação para a locação do trabalho; no caso da reforma de Gladstone, o da locação da terra entre o grande proprietário e o agricultor. No entanto, “em ambos se restringe a liberdade de contratar, estabelecendo uma tarifa, judiciária, ou oficial, dos preços; em ambos se limitam à propriedade os seus corolários usuais, recusando ao senhor do solo o arbítrio do valor locativo dos braços necessários à sua cultura”.⁵⁰

Desse modo, a ideia defendida pelo relator de instituir o direito do liberto, ou seja, garantir-lhe um salário mínimo, partia da constatação de que era necessário gerar a igualdade entre as partes contratantes como base da liberdade dos contratos, pois, sem que essa igualdade existisse, a verdadeira acepção da liberdade do trabalho não poderia existir.

Além da proposta do salário mínimo, o 14º parágrafo do Projeto Dantas dispunha que o governo criasse colônias agrícolas para os libertos que não encontrassem emprego em estabelecimentos e casas particulares. O 15º parágrafo estipulava que nos regulamentos das colônias agrícolas de libertos seriam estabelecidas as regras para conversão gradual do foreiro ou rendeiro do Estado em proprietário dos lotes de terra que utilizasse a título de arrendamento.⁵¹

As providências adotadas no projeto visavam influir sobre o desenvolvimento do trabalho livre e a adaptação do liberto às responsabilidades da liberdade e da produção econômica no país. Porém, as disposições do Projeto Dantas que cogitavam terras agrícolas para os ex-escravos previam também a expansão do número de pequenas propriedades. A redistribuição de terras prevista no projeto buscava, ao mesmo tempo, beneficiar os ex-escravos, e acenar para o imigrante europeu, de modo que

⁵⁰ Idem, pp. 202-203.

⁵¹ Cf. BARBOSA, Rui. “O Projeto Dantas”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, pp. 300-301.

este encontrasse no “prostrídio de sua chegada ao país, todas as facilidades, para se localizar em caráter de proprietário”.⁵²

O pensamento e a ação política de Rui na questão abolicionista, exposto tanto no Projeto Dantas quanto no “Parecer” que o analisava, nos mostra com maior clareza os elementos do seu projeto político de construção de uma sociedade liberal democrática, baseada no trabalho livre. Para Rui, um liberal do século XIX, a concessão da liberdade civil era uma das condições básicas para que se emergisse o cidadão moderno. Assim, a garantia do preceito liberal da liberdade individual e da propriedade do trabalho era pré-requisito indispensável para que o ex-escravo se alçasse à condição de cidadão. Contudo, como notava Rui no seu “Parecer”, apenas a concessão da liberdade civil aos ex-escravos não seria suficiente para garantir-lhes o direito à propriedade do seu trabalho e tampouco incluí-los efetivamente na esfera da cidadania. Desse modo, ao mesmo tempo em que Rui requeria a garantia do direito de liberdade do corpo e do direito de propriedade do trabalho, defendia o assalariamento do liberto e a difusão da pequena propriedade. Esta última medida, embora tivesse sido pensada para beneficiar os ex-escravos, também tinha o objetivo de atrair o trabalhador imigrante.

Em síntese, podemos afirmar que, ao defender a criação de um *salário mínimo* ao liberto, proposta inscrita no Projeto Dantas, Rui sugeria uma intervenção imediata para avançar na reforma do sistema produtivo, bem como estruturar o trabalho livre: a introdução de marcos regulatórios legais, com a intenção de estabelecer as condições para um contínuo aperfeiçoamento da sociedade baseada no trabalho livre. Para implementar as mudanças exigidas por um ordenamento liberal da sociedade, era, de certa forma, necessário agilizar a correção das deformações de uma sociedade corrompida pelo trabalho escravo. Assim, se por um lado, a concessão de direitos ao liberto buscava recompensar a “classe espoliada e condenada”, por meio de uma reparação mínima à miséria de sua condição civil, por outro lado, o imperativo legal visava constranger os privilégios da “classe senhorial” aviltada pela influência do trabalho escravo.

⁵² BARBOSA, Rui. “A imigração na República Argentina”. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 5.

Tratavam-se, na verdade, de propostas de intervenção cujo intuito era a implementação de uma sociedade liberal no país, o que requeria o fim do trabalho escravo e a implantação do trabalho livre. Na perspectiva liberal de Rui, a concessão da liberdade civil, ao mesmo tempo em que promoveria a elevação dos ex-escravos à categoria de cidadãos, os integraria à massa produtiva dos trabalhadores, porém, como trabalhadores assalariados. Nesse sentido, no primeiro momento de transição do trabalho, dever-se-ia coibir os abusos do poder senhorial contra o liberto e promover a redistribuição de terras. Essas propostas para a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado são derivadas de sua concepção de que o trabalho escravo obstruía a construção de uma sociedade liberal, cujo fundamento primordial era o trabalho livre. Ao seu redor deveriam se criar as novas formas de vida, as relações sociais e um novo modelo de desenvolvimento de produção, sobretudo, o industrial. Dessa maneira, conforme vimos no capítulo anterior, as propostas de Rui para a reforma do ensino, com vistas à formação do trabalhador livre para a produção industrial, se somavam à reforma do trabalho, constituindo, assim, a aspiração de um projeto de modernização nacional, que traria consigo o desenvolvimento de uma sociedade democrática, moldada pelo liberalismo.

Em suma, Rui interpretava a escravidão como uma instituição que, por basear-se na propriedade de um homem sobre outro, contradizia os princípios elementares do mundo civilizado e liberal, e impedia o progresso moral e econômico da nação. Portanto, a eliminação do trabalho escravo abria caminho para que as instituições políticas condizentes com um país livre fossem efetivamente implantadas, ao mesmo tempo em que seriam organizadas as novas relações de poder, e poder-se-ia montar um aparato estatal moderno. Em última instância, uma reforma do sistema produtivo, para Rui, era indispensável e inadiável, pois a escravidão impedia o progresso do país e a construção de uma sociedade liberal e democrática. Isto é, a escravidão impedia a formação plena da nação e barrava o acesso de grande parte da população aos direitos civis. Assim, tanto seus argumentos favoráveis à emancipação quanto as suas propostas de transição do trabalho escravo para o trabalho livre tinham como baliza a construção do futuro do país, e uma

referência clara às questões econômicas e políticas que adviriam com a adoção dessas medidas.

No mais, pelo progresso real, o país deveria contar com o trabalhador livre imigrante, do qual “essencialmente” dependeria “todo o nosso futuro”. Nas palavras de Rui, antes, porém, das “reformas liberalíssimas, que facilitem a nacionalização ao estrangeiro, e lhe assegurem a igualdade religiosa, não se terá principiado a grande política de renovação do país pela imigração”.⁵³ Nesse sentido, torna-se clara a associação estabelecida por Rui entre a necessidade de se abolir a escravidão e a criação das condições necessárias para o progresso econômico e a modernização da nação, pensada através do trabalho livre e da garantia de direitos individuais civis.⁵⁴

Isso nos explicita o modo pelo qual Rui entendia a questão da liberdade. Embora a liberdade dissesse respeito a um problema da esfera individual, a ela não se reduzia, pois, para Rui, a abolição da escravidão era um importante tema de reforma liberal em direção à modernização da nação. Ora, diante da sua preocupação com a nação e uma sociedade liberal pensadas em médio e longo prazos, o abandono da questão dos ex-escravos após a abolição revela, ao menos aparentemente, uma contradição do pensamento liberal de Rui: a atenção dirigida ao progresso do indivíduo, no caso o dos ex-escravos, ficou em segundo lugar para ele. O fato de que, após a abolição, ele praticamente não desempenhou nenhuma ação em favor dos ex-escravos evidencia que para Rui, a necessidade da concessão da liberdade era vista mais pela ótica da modernização da nação do que pela ótica da preocupação com o futuro dos libertos. O caminho para a modernização da sociedade passava pela concessão dos princípios liberais de igualdade jurídica e dos direitos civis aos indivíduos. Uma vez isso realizado, afora as recomendações de educação aos

⁵³ BARBOSA, Rui. “O ano político de 1887”. [panfleto]. In *OCRB*. Vol. XV. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 111.

⁵⁴ De acordo com Richard Graham, a preocupação de Rui Barbosa e dos demais liberais “modernistas” brasileiros no século XIX, que esposavam “ideias europeias”, era a elaboração das bases de uma sociedade moderna para o país. Antes de se preocuparem com as ideias de justiça social, ou até mesmo com as ideias democráticas da igualdade, os liberais modernistas perceberam que “a constituição de uma sociedade moderna tornava-se impossível sem que cada homem fosse considerado como uma unidade de trabalho e colocado em uma determinada posição, onde pudesse dar o máximo do seu rendimento”. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, pp. 285-286.

ex-escravos, Rui silenciou-se a respeito de alguma medida que visasse contrabalançar o mal à “classe espoliada”, como ele defendeu no contexto da discussão do Projeto Dantas. Como bem sintetizou Christian E. C. Lynch, “depois da abolição”, Rui “abandonou a agenda das reformas sociais para retomar a das políticas. Emancipado de seus grilhões, tornado cidadão, era o liberto quem deveria cuidar de si, elevando-se pela moralidade e inteligência”.⁵⁵

De todo modo, esses posicionamentos de Rui na questão da emancipação dos sexagenários criaram divergências entre ele e o Partido Liberal. Na seção seguinte, portanto, serão abordadas as ideias e ações de Rui que foram responsáveis por tais divergências. E a melhor forma de compreendermos essa querela será analisar as conferências abolicionistas proferidas pelo baiano a partir de 1885.⁵⁶

O que doravante pretendemos demonstrar é que a escravidão era um empecilho para a realização do projeto político liberal de Rui. Na sua aspiração de materialização de um projeto nacional, qual seja, a materialização de uma sociedade liberal democrática, a escravidão, além de corromper as relações políticas e sociais, tonando-as incompatíveis com uma ordem jurídica moderna, não se ajustava com o exercício da cidadania. Porém, a sua preocupação com o fim da escravidão não tinha como preocupação imediata a situação dos libertos, mas era entendida como um princípio a partir do qual seria possível abrir o caminho para uma série de reformas liberais, cujo intuito era promover o desenvolvimento do trabalho livre e a modernização política das instituições nacionais.

⁵⁵ LYNCH, Christian Edward Cyril. “A utopia democrática. Rui Barbosa entre o Império e a República”. In *Rui Barbosa em perspectiva. Op. cit.*, p. 44.

⁵⁶ A escolha desse caminho precisa ser explicada. O envolvimento de Rui com a reforma abolicionista explicitou o seu rompimento com o Partido Liberal e o seu distanciamento paulatino do modelo político imperial. Para se chegar à concretização do seu projeto político de modernização da nação, Rui assumiu, na cena política nacional, o papel de reformador das instituições políticas. Entretanto, ele não conseguiu manter esse protagonismo. Nos anos imediatamente posteriores, inúmeros fatores contribuíram para o seu ostracismo político.

2. Fim da escravidão, modernização das instituições políticas e cidadania

2.1. A campanha abolicionista fora do Parlamento

Como admitia Rui no “Parecer” ao Projeto Dantas, era incontornável que “as grandes reformas” e transformações no país se realizassem sem comoções e dissabores. Com efeito, a eleição para a Câmara dos Deputados, em 1884, acirrou os ânimos dos grupos em disputa no Parlamento e da opinião pública. Os partidários da emancipação, “dirigidos pelo Ministério [Dantas], formavam clubes, organizavam imprensa [...] e reuniões para discursos e donativos em favor da extinção da escravatura, e iniciavam a propaganda de suas ideias em todo o Império”.⁵⁷

A reação dos escravistas em socorro aos seus “mais urgentes interesses” não tardou a aparecer: negociantes, banqueiros, industriais e fazendeiros de várias províncias organizaram-se no Rio de Janeiro em uma associação denominada Clube da Lavoura e Comércio e desferiram uma campanha das mais violentas contra o Projeto Dantas. Os membros do Clube da Lavoura e Comércio, segundo Pereira da Silva, estavam dispostos a negociar a reforma do trabalho “por meios paulatinos e indiretos que não desorganizassem o trabalho agrícola, e não animassem seus escravos a abandonarem o serviço das propriedades agrícolas”.⁵⁸

Na imprensa, tiveram lugar tanto aqueles que defendiam a emancipação quanto os que advogavam os interesses da agricultura e do comércio. Através do *Jornal do Comércio*, os “ingleses do Sr. Dantas” – Garrison (Gusmão Lobo), Wilberforce (Joaquim Nabuco), John Bull (Sancho de Barros Pimentel) –

⁵⁷ SILVA, João Manuel Pereira da. *Op. cit.*, p. 532. Na visão de Pereira da Silva, o projeto do Gabinete Dantas contribuiu para que os abolicionistas cultivassem “arruaças”, excitando levantamentos de escravos e causando desordem nos serviços da lavoura: “Passeavam pelas ruas da Capital e de muitas cidades das províncias bandos de população, com bandeiras características da emancipação dos escravos, com pinturas de castigos que lhes eram infligidos, provocando a necessidade de sua libertação com pedidos de dinheiro para promovê-la, com incitações ardentes para se conseguí-la à força quando não voluntariamente. [...] apregoando que a escravidão era um crime e a propriedade um roubo. Desenvolveu-se a propaganda a ponto de aconselhar os escravos a abandonar seus proprietários, e de oferecer-lhes asilos para escaparem ao serviço forçado, caso as autoridades em cumprimento da lei auxiliassem seus donos em sua apreensão”. *Idem*, p. 532.

⁵⁸ *Idem*, p. 533.

saíram em defesa das ideias emancipacionistas. Rui Barbosa, de 27 de setembro de 1884 a 5 de maio de 1885, em artigos sucessivos, ora assinados Grey, ora Lincoln, declarava-se francamente abolicionista, como no artigo publicado em 3 de outubro de 1884, n' *O País*:

Em três anos vimos traspor-se essa distância incomensurável que o publicista anônimo assinalou nesta fórmula: da emancipação ao abolicionismo. Como explicar esses resultados surpreendentes? [...] Essa propagação miraculosa da ideia libertadora. [...] E essa força não pode ser senão a vontade nacional.⁵⁹

Como candidato a deputado geral pelo 8º distrito da Bahia, na eleição de 1884, Rui expediu uma circular na qual pediu votos aos eleitores. Nela, Rui dizia que o seu programa estava na sua linguagem e na sua atitude parlamentar durante as Câmaras, de 1878 a 1884, e no seu parecer “acerca do Projeto de 15 de julho, concernente ao problema supremo da transformação do trabalho, na minha adesão profunda ao Gabinete 6 de junho, cuja política emancipadora magnifica o nosso partido aos olhos do País, e nossa pátria aos do mundo”.⁶⁰

Contudo, na eleição de dezembro de 1884, Rui não conseguiu se reeleger para o Parlamento. Na verdade, pouco se empenhou pela disputa eleitoral e nem foi a Salvador pleitear votos.⁶¹ O fato é que o baiano foi chamado até de “comunista” pelos seus adversários por causa da elaboração e da defesa do Projeto Dantas. Com isso, sofreu, sobretudo, violenta oposição do clero e dos senhores de escravos da Bahia. No agradecimento aos que nele tinham votado, publicado no *Jornal do Comércio*, em 10 de março de 1885, Rui

⁵⁹ BARBOSA, Rui. “Da emancipação ao abolicionismo”. In *OCRB*. Vol. XII. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 241.

⁶⁰ BARBOSA, Rui. “Circular aos eleitores”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 361.

⁶¹ O pouco empenho de Rui na disputa eleitoral deveu-se em parte, à decepção com o destino do Projeto Dantas e também, à preocupação com os rumos da família, pois somente naquele final de 1884 ficaria livre das dívidas que o oprimiram nos últimos dez anos. Cf. VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*, pp. 123-124.

não deixou de identificar e culpar tanto os escravistas quanto o clero por sua derrota eleitoral:

O meio de que se utilizaram os meus inimigos para malquistar-me com a população agrícola e crente do 8º Distrito consiste em figurarem o candidato liberal como o Anticristo, e o Projeto de 15 de julho como o extermínio da lavoura. O projeto 15 de Julho há de vencer. É a minha fé. E, logo que a experiência houver mostrada que a reforma abolicionista não é a perdição, mas a reconstituição da lavoura, bem pode ser que os cristãos daquelas paragens, desiludidos então da lealdade dos captadores das suas simpatias comecem a procurar, já não em mim, mas nos cabalistas da minha derrota, a besta do apocalipse.⁶²

Depois da dissolução da Câmara, em 1884, Rui não assumiu mais nenhum cargo eletivo durante os últimos cinco anos do Império. Esse fato é um indicativo do ostracismo em que caiu depois de seu envolvimento com o Projeto Dantas e de sua ação política na tribuna abolicionista, como veremos adiante.

O resultado geral da eleição também não foi o melhor para o gabinete Dantas e sua composição já indicava que o projeto de emancipação dos sexagenários seria barrado também pela nova formação da Câmara: foram eleitos 55 conservadores, 67 liberais e 3 republicanos. Moreira de Barros assumiu novamente a presidência da Câmara e, em 13 de abril de 1885, apresentou uma moção assinada por mais 9 deputados, entre conservadores e liberais: “A Câmara dos Deputados não aceitando o sistema de resolver sem indenização o problema do elemento servil, nega o seu apoio à política do gabinete”.⁶³ A moção recebeu 50 votos favoráveis e 50 contrários. Este empate não foi suficiente para que o Ministério se desse por vencido. Dantas resolveu esperar pelo resultado da votação do projeto.

O clima na capital do Império desde o dia da votação da moção era, na visão do deputado conservador Pereira da Silva, de “distúrbio” e a “desordem

⁶² BARBOSA, Rui. “8º Distrito da Bahia”. In *OCRB*. Vol. XII. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 259-260.

⁶³ JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*, p. 214.

tomou proporções assustadoras”. Os amotinadores vaiavam os deputados liberais dissidentes, dando “vivas ao Ministério e ao projeto de emancipação servil e morras aos seus opositores”.⁶⁴

Utilizando-se do motivo de insegurança pública e das ameaças sofridas nas ruas da cidade pelos adversários da reforma Dantas, Moreira de Barros e outros deputados enviaram nova moção à Mesa da Câmara: “A Câmara dos Deputados, convencida de que o Ministério não pode garantir a ordem e segurança pública que é indispensável à discussão do projeto do elemento servil, nega-lhe a sua confiança”.⁶⁵ A votação que se seguiu revelou nova derrota do gabinete: 52 deputados votaram a favor da moção e 50, contra. A Dantas não restou alternativa senão a de solicitar ao Imperador a demissão de todo o seu gabinete, sem obter a aprovação do projeto que era o centro do seu programa ministerial.

José Antonio Saraiva, outro líder liberal, foi chamado para organizar o novo gabinete (6 de maio de 1885). Ao abordar “a questão do elemento servil” no discurso de apresentação do seu programa de governo, embora afirmasse que o propósito do Ministério era “apressar o mais possível a libertação de todos os escravos”, Saraiva o condicionou, entretanto, à concessão de “tempo a nossa indústria agrícola para reorganizar o trabalho”.⁶⁶ No dia 12 de maio de 1885, outro projeto de emancipação dos sexagenários, com diversas mudanças em relação ao de Dantas, foi apresentado à Câmara. No dia 27 do mesmo mês iniciaram-se as discussões - momento em que o Projeto Dantas, escrito por Rui Barbosa, foi mandado definitivamente para os arquivos da Câmara.

Os acontecimentos em torno da discussão do Projeto Dantas marcariam a inflexão de Rui em relação aos membros do Partido Liberal. Fora da Câmara, ao participar da campanha abolicionista que se desenvolvia na tribuna livre, nos teatros, geralmente organizada pela Confederação Abolicionista, Rui

⁶⁴ “Grupos populares vaiavam, insultavam, ameaçavam deputados liberais dissidentes, que avistavam nas praças públicas; apoderavam-se das circunvizinhanças e galerias da Câmara, perturbavam de contínuo as sessões, desprezando as vozes e intimações do presidente que não dispunha de meios para manter a ordem e obrigá-los a retirar-se”. SILVA, João Manuel Pereira da. *Op. cit.*, pp. 540-541.

⁶⁵ JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*, p. 214.

⁶⁶ Idem, p. 217.

passaria a atacar o conservadorismo do Partido Liberal e a criticar violentamente o chefe do gabinete liberal.

Assim, no ano de 1885, aliado da Câmara, Rui engajou-se na campanha abolicionista, desferindo veementes críticas ao projeto apresentado pelo gabinete liberal, chefiado por Saraiva. Um dos primeiros discursos foi pronunciado no dia 7 de junho, em homenagem ao ministério Dantas, no teatro Politeama, no Rio de Janeiro, a convite da Confederação Abolicionista. Neste discurso, Rui deixou publicamente claro sua divergência com o Partido Liberal, acusando a sua direção, na pessoa do chefe do gabinete, de ter abandonado os verdadeiros ideais liberais. Nesse momento, a tribuna do povo, “uma redução da sociedade”, refletia, para ele, a verdadeira aspiração da nação e ultrapassava o sentido das Constituições escritas. O combate à escravidão não mais seria travado no interior das instituições, mas na tribuna popular, através da palavra:

E o combate é a palavra; é a tribuna; mas esta: a tribuna popular! Não aquela onde sob a vossa responsabilidade se fazem leis que vós detestais; onde em nome da soberania popular das aldeias, dos coronéis mandachucas e dos magistrados políticos; onde o terceiro escrutínio calunia e enxovalha o povo, sancionando fraudes que os tribunais judiciários de outro país arrastariam ao tamborete dos réus.⁶⁷

Afastado da tribuna parlamentar, Rui precisava justificar que a verdadeira soberania popular se manifestava na tribuna do povo. Sua estratégia, portanto, consistiu em argumentar que a continuidade das fraudes eleitorais e o arbítrio na verificação dos diplomas eleitorais (“terceiro escrutínio”) indicavam a ilegitimidade do gabinete liberal e do próprio Parlamento. Como corolário de sua argumentação, Rui denunciou o afastamento do Parlamento em relação aos anseios da sociedade, afastamento que tinha como causa a rejeição do Projeto Dantas pelos dois partidos da Casa, que caracterizava um nítido retrocesso no caminho da abolição. A

⁶⁷ BARBOSA, Rui. “Confederação abolicionista. Homenagem ao patriótico Ministério Dantas”. In *OCRB*. Vol. XII. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 142.

permanência da escravidão colocava o Parlamento distante das aspirações nacionais, pois, para Rui, “a sorte do negro acabou por tornar-se a chave de toda a nossa política, o alfa e o ômega dos nossos governos, das nossas situações e dos nossos partidos”.⁶⁸

Ao denunciar a ilegitimidade da representação política da última Câmara, Rui aproveitou a oportunidade para efetuar fortes críticas à reforma eleitoral de 1881. Como vimos anteriormente, Rui trabalhou com Saraiva na elaboração e na aprovação do projeto que concedia o sufrágio direto, porém, na conferência abolicionista, ele apontou os limites e lacunas na legislação eleitoral que teriam sido responsáveis pela composição do então “Parlamento ilegítimo”:

Se na reforma eleitoral de 1881 há imensa parte de mérito, pois com a eleição direta, criou no país o voto popular, que apenas nominalmente existia até então; são todavia, consideráveis os descontos que ela encerra contra si, na severidade do censo, na dualidade do escrutínio, na singularidade dos círculos.⁶⁹

Nesse ponto, o orador admitia a sua própria responsabilidade pela lei eleitoral de 1881:

Co-responsável na culpa, eu posso dizer que nunca se cometeu, neste país, maior erro. A influência desses três vícios orgânicos é incompatível com o governo parlamentar. Eles, especialmente os círculos de um representante, aceleram, com uma velocidade assustadora, a decadência do regime constitucional.⁷⁰

⁶⁸ Idem, p. 143.

⁶⁹ Idem, p. 145.

⁷⁰ Idem, p. 145. Para Rui, o sistema dos círculos uninominais “dissolveu os partidos no egoísmo das candidaturas particulares, cuja força, no maior número de casos, está na razão inversa da superioridade política dos candidatos; fez da mediocridade e da incompetência a regra forçada na organização dos gabinetes, submetendo-a, graças à necessidade anacrônica da reeleição, à caudilhagem da paróquia; entronizou a injustiça na administração, cativando às exigências da afilhagem local todas as esferas de serviço, moralidade, merecimento, direitos adquiridos [...]. E que fez do Parlamento? [...] uma feira de favores pessoais, uma casa de solicitação, camaradagem e compadrio”. Idem, p. 146.

Precisamos abrir aqui um pequeno parêntese. Apesar da confissão pública de Rui a respeito dos seus erros na reforma eleitoral, que gerou, segundo ele próprio admitiu, a ampliação da corrupção eleitoral e administrativa, em nenhum momento ele retomou a questão da exclusão do direito de voto dos analfabetos. Sua autocrítica limitou-se a indicar o erro das elevadas exigências censitárias. Este posicionamento nos indica que Rui continuava a acreditar na exclusão dos analfabetos da participação política. Em outros termos, persistia no seu pensamento a ideia de que o direito político só deveria ser concedido aos indivíduos que cumprissem os requisitos do saber ler e escrever. Nesse sentido, mesmo ao constatar que as fraudes eleitorais não decorriam da participação política dos analfabetos, a concepção de democracia representativa de Rui continuava fundamentada no ideal de eleitores instruídos.

Voltemos à linha argumentativa do discurso de Rui. De acordo com ela, o Parlamento, chefiado por Saraiva era a prova do fracasso da reforma eleitoral, pois esta foi incapaz de proporcionar uma Câmara democrática. A vitória eleitoral dos parlamentares escravistas demonstrava a incapacidade do sistema representativo monárquico refletir os interesses da sociedade que, de acordo com Rui, ansiava pelo fim da escravidão.

Desse modo, existia na constituição do Parlamento, para Rui, um vício de forma, na lei, que proporcionava a eleição dos deputados, e um vício de finalidade, manifestado pelo propósito de manter a escravidão. O vício da forma emanava do vício dos fins: os deputados, proprietários de escravos, desejavam manter a escravidão. Da mesma forma, o chefe do governo, Saraiva, proprietário de escravos, não poderia agir diferente: “É simplesmente um enunciado histórico [...]. A escravidão gera a escravidão, não só nos fatos sociais, como nos espíritos. [...] O grande proprietário de escravos é principalmente um produto moral do trabalho servil”.⁷¹

Rui procurava argumentar que a escravidão como instituição acabou por dar forma, não somente às relações de trabalho, mas à política, à economia, e também à montagem e funcionamento das instituições governamentais do Império, inclusive partidárias. Ou seja, no discurso de Rui, o trabalho escravo

⁷¹ Idem, p. 147.

era apresentado como o organizador de todas as instâncias políticas e sociais, não somente daquelas envolvidas diretamente com a produção e o trabalho.

Daí, apoiado no argumento da ilegitimidade do Parlamento, gerada pela deformação do sistema eleitoral representativo que espelhava o caráter de um sistema escravista, e no asserto de José Bonifácio, para quem a “emancipação dos cativos” não poderia sair “da celebração de um fazendeiro”⁷², Rui lançou severas críticas ao Projeto Saraiva. Comparou-o ponto a ponto com o Projeto Dantas e os definiu como “tese e antítese”: “O Projeto 15 de julho era uma transação abolicionista; o Projeto 12 de maio é uma capitulação escravista”.⁷³ Não era, porém, ressaltava Rui, ao negro cativo somente que o Projeto Saraiva ameaçava, mas também “ao cidadão livre, nas mãos do feudalismo que monopoliza a nossa riqueza agrícola”.⁷⁴

A reforma proposta por Saraiva, antes de apresentar soluções de transição para o trabalho livre, extorquia das “classes laboriosas o fruto do trabalho livre, para adoçar a boca aos mercadores do trabalho escravo”. O projeto punha abaixo o direito dos libertos, porque, “como obra democrática, é socialismo às avessas, a benefício, não das classes desprotegidas, mas da riqueza territorial”. Do mesmo modo, a reforma de Saraiva não contribuía para o desenvolvimento do trabalho livre e silenciava-se frente ao monopólio da grande propriedade, uma “inconcebível miopia ante o prospecto da revolução próxima, inevitável, com que a desenfeudação do solo, consequência da emancipação do trabalho, não tardará em transformar a ordem antiga”.⁷⁵

Assim, Rui chegava à conclusão de que, na resolução da escravidão, o Partido Liberal se afastou do seu ideário e passou a refletir o pensamento de sua base social escravista, incompatível com o próprio liberalismo.⁷⁶ Em face

⁷² Idem, p. 147.

⁷³ Idem, p. 163.

⁷⁴ Idem, p. 150.

⁷⁵ BARBOSA, Rui. “A situação abolicionista” [Conferência em 2 de agosto de 1885 no Teatro Politeama sob a presidência da Confederação Abolicionista]. In *OCRB*. Vol. XII. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 185.

⁷⁶ Sobre a relação entre liberalismo e escravidão precisamos fazer algumas ressalvas. Como sabemos, a liberdade do indivíduo é o cerne das preocupações da tradição do pensamento liberal. Contudo, há no liberalismo uma série de nuances a respeito do modo de se compreender a liberdade. Autores pertencentes ao panteão do pensamento liberal, todavia, não hesitaram em abdicar da liberdade em favor do princípio da propriedade e do despotismo

dessa constatação, embora continuasse formalmente pertencendo ao Partido Liberal até 1889, Rui tornou público a sua dissidência com o partido:

E eu sou liberal e hei de deixar correr isto sob a responsabilidade do meu partido? Senhores, não tenho aqui mandato algum, senão o da minha vocação democrática e o da minha profunda cultura liberal. [...] Mas, [...] se a bandeira, a sombra de cujas tradições me eduquei, pode cobrir essa carga, eu rejeito-a com horror.⁷⁷

A ruptura de Rui com o Partido Liberal demonstrava que ele assumia o modelo de sociedade liberal de forma intransigente. A escravidão, para ele, era o elemento que obstruía a realização de mudanças exigidas por um ordenamento liberal da sociedade e, conseqüentemente, o pleno desenvolvimento do país. Era preciso, portanto, romper com a barreira que colocava o Brasil entre os povos inferiores:

De todos os povos modernos, que tem possuído escravos, somos o que mais lentamente realiza a extinção do elemento servil. [...] Quando uma instituição, por assentimento unânime do país inteiro e formal confissão, até, dos que a exploram, é reconhecida como anômala, transitória e malfazeja, estulta seria a pretensão de preestabelecer limites à tendência reformadora [...]. A consciência da nossa nacionalidade tocou esse período de expansão plena, em que a escravidão lhe punge no brio como um cancro na face.⁷⁸

político, este, especialmente recomendado à civilização e ao progresso dos “povos bárbaros”. Desse modo, as promessas não cumpridas e os dilemas do pensamento liberal facilitam a compreensão do posicionamento de Rui Barbosa em relação ao Partido Liberal e à própria escravidão. Como vimos acima, ao mesmo tempo em que defendeu a liberdade civil do escravo, Rui a condicionou à restrição da liberdade de locomoção, como forma de atender aos interesses dos proprietários rurais. Nesse sentido, Domenico Losurdo demonstra como o avanço da ideologia liberal trouxe no seu bojo formas rigorosas de coerção, entre elas, o trabalho servil ou semiservil, sobretudo àqueles pertencentes às classes menos favorecidas, política ou economicamente, ou, ainda, aos pertencentes às “raças” inferiores. Ver LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*.

⁷⁷ BARBOSA, Rui. “Confederação abolicionista. Homenagem ao patriótico Ministério Dantas”, p. 153.

⁷⁸ BARBOSA, Rui. “Parecer n. 48”. In *OCRB*. Vol. XI. Tomo I, p. 217.

Nessa perspectiva, a escravidão era entendida como a instituição que degradava a sociedade brasileira e sua manutenção acentuava a linha divisória entre a civilização e o estado atual do país.

A estratégia de argumentação de Rui nas conferências abolicionistas, a partir de 1885, se valeu do expediente de ressaltar a necessidade urgente da passagem de uma sociedade atrasada para uma progressista, sob pena de o país vivenciar uma ruína irreversível tanto econômica e moral quanto de suas instituições. Assim, a influência “depravadora” do cativo na “sanidade moral e intelectual das classes que o desfrutam”⁷⁹ deveria ser extirpada o quanto antes, uma vez que a escravidão não apenas impedia o progresso, mas definhava as sociedades que persistiam na manutenção do trabalho escravo: “Uma nacionalidade sustentada pela escravidão ocupa, na escala moral, aquele grau em que o homem confina com as sociedades animais”.⁸⁰

Na conferência “A situação abolicionista”, proferida em 2 de agosto de 1885, Rui criticou novamente o Partido Liberal e o Projeto Saraiva. Para ele, o projeto poderia oferecer como resultado, em dez anos, apenas 100 mil colonos, 50 mil alforrias sem ônus e 80 mil liberdades condicionais.

A alteração crucial apontada por Rui entre o Projeto Dantas e o Projeto Saraiva era a da exigência da matrícula dos escravos. Nesse segundo projeto, o art. 1º consagrava “simplesmente a nova matrícula. Mas essa matrícula [...] é nem mais nem menos que uma armadilha à liberdade [...]. No Projeto Dantas a matrícula impõe a declaração da *naturalidade*. No Projeto Saraiva desaparece essa declaração”.⁸¹ Para Rui, a omissão da naturalidade na matrícula representava a revogação implícita da lei de 1831, que tornou ilegal os escravos que entraram no país depois desta data. A prova da naturalidade, 54 anos depois, libertaria todos os escravos com idade inferior a este período, à exceção daqueles que se comprovassem ser filhos de escravos anteriormente matriculados. A supressão dessa exigência no Projeto Saraiva mantinha esse contingente escravo ilegalmente no cativo.

⁷⁹ Idem, p. 208.

⁸⁰ BARBOSA, Rui. “A situação abolicionista”, 194.

⁸¹ BARBOSA, Rui. “Confederação abolicionista. Homenagem ao patriótico Ministério Dantas”, p. 150.

Desse modo, Rui concluía que a responsabilidade pelo retrocesso no caminho da abolição era do Partido Liberal, afligido pelos interesses da ala escravista: “A reforma *liberal* do nobre Presidente do Conselho acaba numa vala mortuária, a que S. Ex^a. e os seus colaboradores arrastam pelas algemas os desventurados que o fundo de manumissão não tiver salvo antes de tocarem essa raia lúgubre, onde principia a sombrear o ciprestal do projeto”.⁸²

Rui insistia no fato de que a indenização exigida pelo Projeto Saraiva era desumana e antiliberal, pois aumentava a idade da emancipação para 65 anos, acrescidos da indenização ao senhor de mais três anos de trabalho ou cem mil-réis. A ilegalidade da escravidão excluía de antemão qualquer discussão sobre a indenização proposta no Projeto Saraiva, pois esta se baseava no princípio do ressarcimento ao proprietário do prejuízo causado pela desapropriação da *coisa* que lhe pertencia. Nesse ponto, Rui acusava o projeto de antiliberal, uma vez que, a partir do ponto de vista do liberalismo, seria incongruente o direito de um homem à propriedade do corpo e do trabalho de outro homem.

Ao radicalizar o seu discurso, Rui passou a defender, na campanha abolicionista, a liberdade incondicional do escravo, pois, “a indenização pecuniária, a tarifa de valores humanos são medidas a que hoje a minha consciência se opõe”. E prosseguia admitindo que, embora o Projeto Dantas tivesse o mérito de propor a “manumissão instantânea de cem mil escravos”, deveria ter avançado na proposição da ilegalidade e ilegitimidade total da escravidão no país.⁸³

Para Rui, em 1885, só a abolição tranquilizaria o país ameaçado pela revolução, pois o Projeto Saraiva, ao ceder aos interesses dos proprietários de escravos, provocou “na raça escravizada” e na “opinião popular”, um “antagonismo tremendo” com a “casta do feudalismo servil”. A manutenção do escravismo teve como consequência a incubação de comoções revolucionárias no povo. Desse modo, para ele, a abolição se faria a despeito da vontade da Coroa: “O chefe do estado há de comparecer à presença da Civilização, da Humanidade e da História; mas, antes que esse tribunal sentencie, o país terá

⁸² BARBOSA, Rui. “A situação abolicionista”, p. 180.

⁸³ Idem, p. 188.

feito a sua justiça, e possuirá a abolição como um triunfo contra a dinastia reinante”.⁸⁴

A interpretação de Rui era clara: ou o governo monárquico reformava suas bases sociais, econômicas e políticas, ou a revolução era iminente. A libertação dos escravos era a primeira das medidas a serem tomadas, a fim de evitar a crise total das instituições.

Em 19 de junho de 1887, Rui apresentou um parecer, a pedido do clube dos advogados, sobre a legalidade ou ilegalidade do cativo de escravos de filiação desconhecida. Neste parecer, ele procurou comprovar juridicamente a ilegalidade não somente destes escravos, mas também de toda a escravidão no país. Para Rui, a hermenêutica que legalizava a sujeição dos cativos de filiação ignorada era inaceitável, porque violava diversos princípios jurídicos. A chamada Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei nº 3.720, segundo Rui, foi concebida sob o pensamento de revogar a lei de 7 de novembro de 1831 e a lei de 28 de setembro de 1871. Dessa forma, a lei de 1885 não poderia criar um novo título de escravidão.

Em 1887, ano em que Rui apresentou o parecer em questão, sua argumentação se estruturou da seguinte forma: os escravos brasileiros que possuíssem nacionalidade africana e que tivessem menos de sessenta e cinco anos eram legalmente livres, pois foram introduzidos no país após a lei de 1831, que tornou ilegal a importação de escravos a partir daquela data. Por outro lado, caso o escravo tivesse mais de sessenta e cinco anos, ele já seria considerado livre pela lei de 1885. Portanto, a única forma legal de um proprietário possuir um escravo era por meio da comprovação de que este nasceu de ventre escravo antes da Lei do Ventre Livre (1871) entrar em vigor. Se esta condição não fosse atendida, todos os escravos existentes naquela data no país eram incondicionalmente livres⁸⁵. Por esses motivos, para Rui, a manutenção da escravidão no Império, ainda que ancorada formalmente em

⁸⁴ Idem, p. 203.

⁸⁵ BARBOSA, Rui. “Filiação desconhecida”. Parecer [Sobre a liberdade dos escravizados de filiação desconhecida]. In *OCRB*. Vol. XIV. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 61. A argumentação de Rui esconde uma pequena falácia. De 1831, ano da lei que tornou ilegal o tráfico de escravos, a 1887, ano em que Rui escreveu o seu parecer, haviam transcorridos cinquenta e seis anos e não sessenta e cinco. Ou seja, alguns escravos importados ainda crianças antes de 1831 poderiam ser considerados legais.

leis, era ilegal, e representava a corrupção jurídica do Estado monárquico constitucional.

Ao constatar, por um lado, que a força da base escravista impedia o seu partido de pôr em execução os ideais liberais, e, por outro, o fracasso da reforma eleitoral, Rui começou a abandonar progressivamente o ideal monárquico parlamentar representativo, de molde inglês. O seu afastamento do Partido Liberal e a crítica contundente à Monarquia, que se recusava a reformar suas bases políticas e econômicas para dar vazão à modernização nacional, seriam, portanto, inevitáveis.

Além disso, no contexto da campanha abolicionista, Rui observou que as leis do Império, a respeito da escravidão, em especial a Lei Saraiva-Cotegipe, eram ilegais. Mais do que acusar a escravidão de ilegítima, o que marcou efetivamente a participação de Rui na campanha abolicionista foi a declaração de ilegalidade da entrada de escravos no Brasil após a suspensão do tráfico em 1831. A escravização desses africanos, a partir dessa data, teria sido absolutamente ilegal, e qualquer lei que visasse proteger ou mesmo garantir a liberdade dos filhos dos escravos introduzidos após 1831, ou que viesse a libertar os então sexagenários, que também foram vítimas do tráfico ilegal, não produziria qualquer efeito jurídico. Isso porque, legalmente, eles já não eram escravos, uma vez que seus pais ou eles próprios haviam sido introduzidos no país após a aprovação da lei que tornou o tráfico ilegal. Assim, a maior parte dos escravos, senão a totalidade, estava mantida ilegalmente no cativeiro, o que constituía uma afronta à lei e à liberdade. Em relação a este fato, para Rui, a Monarquia constitucional, ao descumprir sua própria lei, contribuía para a sua ilegitimidade.

A identificação dos fundamentos de legitimidade política do Império permitiu que Rui aderisse ao abolicionismo como uma consequência de suas críticas políticas e institucionais ao Estado imperial: o respeito aos princípios jurídicos, como o direito à liberdade, era, para Rui, uma condição necessária para a legitimidade do regime monárquico. O Poder Judiciário, autônomo e independente, e como o fiador da democracia representativa, deveria ter o poder de interpretar as leis, mesmo contra o Parlamento - segundo Rui, “ilegítimo”, porque constituído via um sistema eleitoral corrompido e distante

dos interesses da nação - e o Poder Moderador que, juntos, minavam os fundamentos de legitimidade do Império.

Percebemos que, em face da necessidade de se fazer cumprir os ideais liberais, o Poder Judiciário, pouco a pouco, apareceria como o suporte ideal do modelo político de Rui, em substituição ao parlamentarismo representativo inglês. Ao defender o parlamentarismo de modelo inglês, o que Rui pretendia era transferir os fundamentos de legitimidade do gabinete ministerial para o Parlamento, impotente diante do Poder Moderador. Porém, ao constatar que o próprio Parlamento imperial tornara-se ilegítimo, para Rui, o fortalecimento do Poder Judiciário despontava como uma instituição capaz de proteger os direitos individuais e a legalidade ameaçados pela arbitrariedade executiva do poder centralizado monárquico.

Por sua vez, a cidadania adquiria no pensamento de Rui dois significados distintos. O primeiro, o dos direitos individuais civis, em que a liberdade do corpo, de consciência e do direito à propriedade do trabalho, eram a sua maior expressão, devendo ser, portanto, estendida a todos, inclusive aos escravos. A segunda projeção da cidadania, mais restrita, era a dos direitos políticos. Como já observamos, os analfabetos deveriam ser excluídos do direito ao sufrágio, pois, embora Rui admitisse novas reformas no censo eleitoral para acabar com a corrupção, a cidadania plena, continuava a ser, para ele, prerrogativa daqueles que possuíam o saber.

Como mostramos anteriormente, o modelo de sociedade liberal moderna, presente no horizonte de Rui desde que ele entrou para a vida política, conduziu as suas intervenções durante praticamente os dez anos que antecederam a abolição. Um bom exemplo desse posicionamento era o seu pressuposto de que a construção da cidadania dependia da garantia da liberdade individual e da igualdade jurídica de todos, o que tornava imprescindível o fim da escravidão para a implementação do seu projeto de nação liberal democrática. Todavia, uma vez eliminada a escravidão, e desobstruída a via para a consecução desse projeto, Rui não demonstrou o mesmo empenho de lutar pela igualdade política. O mesmo ocorreu com a questão da reforma do ensino. Realizada a abolição, Rui não demandou nenhum esforço para promover a educação dos indivíduos que deixaram o cativeiro. Desse modo, embora ressaltasse frequentemente a necessidade da

educação do ex-escravo como forma de regenerá-lo moralmente, uma proposta mais efetiva para a educação dos libertos com vista a afirmar a liberdade e o progresso do indivíduo ficou em segundo lugar para ele. Assim também, as propostas do Projeto Dantas não receberam de Rui maiores atenções.

Desse modo, no próximo item pretendemos demonstrar que as propostas de Rui para a extinção da escravidão eram coordenadas por suas preocupações político-institucionais, ou seja, pelo seu desejo de remodelar o país de acordo com os princípios do liberalismo democrático. Não havia, portanto, em seu pensamento uma preocupação direta com a plena inclusão dos negros libertos na cidadania. Mas aqui é importante frisar que, em nossa análise, não partimos do pressuposto de que Rui deveria se dedicar especificamente à solução do problema do liberto. Além de ser um anacronismo, incorreríamos no erro de pretender pautar o autor analisado. Portanto, nossa intenção é demonstrar como a preocupação de Rui Barbosa com o escravo ou o liberto era determinada por uma concepção política e ideológica que, naquele momento, lançava o olhar para as instituições como o locus privilegiado de atuação.

2.2. Fim da escravidão, limites à cidadania e reformas políticas

Garantir a liberdade aos escravos significava admitir, ao menos no plano da igualdade formal dos direitos civis, uma completa igualdade entre todos os habitantes do país. Contudo, como veremos, isso não se refletiu na postura de Rui após a abolição.

Em artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 24 de março de 1889, Rui escreveu que, embora a abolição estivesse decretada, era preciso ainda dar educação aos libertos para que fossem conformados à condição de cidadãos:

Os riscos em que pode periclitar a condição dos remidos, não nascem da grande propriedade, absolutamente conformada, hoje, com a sua nova situação. Nascem deles próprios. São, posto que em grau diverso, os mesmos perigos comuns, entre nós, a todas as camadas populares: os

perigos da ignorância e da inaptidão política. Organizem os abolicionistas a educação dos libertos; e terão estes, antes dos filhos dos brancos, aquilo que os governos deste país ainda não quiseram dar à população brasileira; [...] Dêem a voz desta cruzada; e continuarão dignamente o seu papel em vez de o falsear, conluindo os homens de cor, sob o alvoroço de fantasmas, em associações liberticidas [Guarda Negra].⁸⁶

A ideia da incapacidade política “dos remidos” é claramente exposta. Tal interpretação articulava-se com os ideais de cidadania de Rui, que destacamos nos capítulos anteriores, segundo os quais eram incapazes de deliberar os que eram “ignorantes”, os destituídos dos saberes - ler e escrever - condição fundamental para a formação do cidadão apto a participar da democracia.

Rui entendia que a libertação dos escravos consistia, apenas, em meia liberdade. A abolição da escravidão e o exercício da liberdade não eram, para ele, a mesma coisa. Era preciso ainda proporcionar aos libertos, através da educação, a redenção moral e intelectual, isto é, civilizá-los, para, a partir de então, habilitá-los à condição plena de cidadãos, capazes de participar da vida civil e política da nação.

Nesse sentido, como ressalta Wlamyra de Albuquerque, embora possamos considerar que o propósito de Rui, firmado nos ideais liberais da liberdade individual e da igualdade jurídica, fosse universalizar a cidadania civil, devemos ponderar que determinadas hierarquias eram também por ele requeridas: “as restrições à cidadania negra seria a principal delas”.⁸⁷ Ainda segundo Albuquerque, a condição de cidadania dos libertos estava sendo disputada no jogo político do pós-abolição, “sendo configurada e delimitada por diferentes sujeitos sociais, baseados em memórias da escravidão, no processo emancipacionista e nas expectativas referentes à sociedade republicana”.⁸⁸

⁸⁶ BARBOSA, Rui. “Política de Paz”. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, pp. 170-171.

⁸⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 188.

⁸⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “É a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919)”. In GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). *Experiências da emancipação*. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 50.

A apreensão de Rui com a participação dos recém libertos na vida política do país pode ser explicada pela sua preocupação em abrir brechas na estrutura política que permitissem desvios em relação aos parâmetros liberais de democracia que ele queria ver implantados. Em outras palavras, no modelo de democracia representativa liberal de Rui, só deveriam ter acesso os indivíduos que dispusessem das luzes necessárias para participarem racionalmente da vida pública e política da nação. Nesse caso, já conhecemos o descaso do Estado imperial em relação à instrução pública, denunciada pelo próprio Rui, quanto mais, o débito a ser liquidado com os egressos do cativeiro em relação à educação.

No fundo, aferrado às ideias liberais da democracia “ilustrada”, Rui demonstrava que era preciso evitar o acesso à participação política daqueles que não desfrutavam nem de força moral nem das condições necessárias para compreender o exercício da liberdade. Se a grande mazela da sociedade brasileira era a escravidão, os libertos continuavam a ser peças manipuláveis da herança dos males de uma sociedade escravista. Isso significava que, herdeiros imediatos desse passado, os libertos refletiam diretamente posições políticas que poderiam ser perigosas para a implantação da ordem política liberal, devido à “pobreza de espírito da classe que saiu do cativeiro em estado de infância mental”.⁸⁹ Desse modo, claramente Rui admitia a incapacidade política dos ex-escravos. Essa interpretação articulava-se plenamente com os seus ideais de cidadania, segundo os quais eram incapazes de deliberar e participar racionalmente da política os que não tivessem vivido ou vivessem em plena liberdade.

No artigo onde analisa o ataque da Guarda Negra⁹⁰, publicado em março de 1889, Rui explicitava a sua inquietação quanto à manipulação política da ingenuidade dos ex-escravos:

⁸⁹ BARBOSA, Rui. “A Coroa e a guerra das raças”. [Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 24 de abril de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 136.

⁹⁰ As precauções de Rui Barbosa quanto à Guarda Negra estão bem explicitadas em ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*, especialmente, no terceiro capítulo da obra e, também, no artigo da mesma autora, “É a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919)”. *Op. cit.*

Ao manipanço grotesco das senzalas, próprio para a gente d' Africa, sucedia o feiticismo da idolatria áulica, digna de uma nação de libertos inconscientes. E para que ninguém ousasse deturpar o sossego desses ritos, imaginou-se estender em volta da Coroa um exército de corações iludidos. Deste pensamento perverso contra a raça emancipadora e a raça emancipada nasceu o artifício de organizar em batalhões da princesa, os homens de cor.⁹¹

Podemos considerar que para Rui, movidos pela propensão ao “feiticismo”, os libertos formados no “grotesco da senzala”, ainda estavam atados aos mecanismos que pautaram as relações escravistas. Nada mais distante dos ideais de participação democrática defendidos por Rui do que essa caracterização de ingenuidade e inconsciência dos libertos. Ao contrário do seu ideal de participação política baseada na racionalidade do cidadão, a perspectiva de inclusão dos libertos na condição de cidadão político causava apreensões a Rui. O exercício da democracia, para ele, deveria ser fundado na liberdade do indivíduo, em todos os sentidos, desde os econômicos, até a liberdade de consciência. Entretanto, os libertos, cidadãos formalmente alçados à cidadania civil, mas que experimentaram o cativeiro, lugar de “ignorância”, traziam em si, como Rui mesmo afirmou, os males da sociedade escravista, e ainda deveriam ter limitados o acesso e o exercício pleno da sua cidadania, sobretudo no âmbito da participação política.

Contudo, precisamos deixar claro que as apreensões de Rui quanto à cidadania do ex-escravo não escamoteiam a sua diretriz liberal nem diminuem a relevância da sua defesa intransigente dos direitos individuais civis que marcaram o seu pensamento e a sua trajetória política.⁹² Na obra de Rui são

⁹¹ BARBOSA, Rui. “Escola Militar”. [Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 30 de março de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 230.

⁹² O sentido político que Rui imprimiu ao liberalismo bem demonstrou os antagonismos e limites dessa doutrina. Contudo, diante do pensamento liberal de Rui, assim como de sua concepção de democracia, que não são de maneira alguma, sinônimos, precisamos destacar que, embora a implantação da democracia, para ele, devesse ser gradual, a característica mais forte do seu liberalismo e de sua concepção de democracia foi a defesa enfática da garantia dos direitos civis, sobretudo, a liberdade individual, o que não parece invalidar um lado relevante da constituição da democracia. Nesse sentido, na linha de Claude Lefort, precisamos destacar o fato de que, mesmo às vezes insuficientes para resolver os problemas sociais, os direitos, e,

fartos os exemplos de noções de cidadania e de defesa da liberdade civil dos escravos, como a sua campanha abolicionista bem demonstrou. Precisamos ressaltar que Rui atribuiu o desfecho da escravidão à atitude dos escravos que se rebelaram contra os proprietários rurais e, ao movimento abolicionista, que soube ouvir o clamor público. Em nenhum momento ele atribuiu à Coroa ou ao Parlamento qualquer mérito na abolição. Ao contrário, ele os culpou pelo atraso na redenção do elemento servil.⁹³

Podemos dizer que Rui agiu, na questão abolicionista, motivado por uma razão política.⁹⁴ Isso pode ser mais bem explicado pelo próprio Rui, quando, dias antes da promulgação da lei que instituiu a abolição da escravidão, ele já revelava a tônica que conduziria as suas intervenções a partir daquele momento. Para ele, a abolição não era o fim das aspirações nacionais, mas, ao contrário, era o alvorecer de uma nova era de reformas políticas:

Abolicionismo é reforma sobre reforma; abolicionismo é reconstituição fundamental da pátria; abolicionismo é organização radical do futuro; abolicionismo é renascimento nacional. [...] Os que fizeram esta campanha

principalmente, o direito à enunciação dos direitos têm também um caráter positivo para a democracia. Isto significa, de acordo com Lefort, que uma sociedade sem o respeito ao princípio da lei e ao princípio da liberdade não pode ser democrática. A sociedade democrática é justamente aquela capaz de acolher os conflitos, notadamente aqueles suscitados pelas necessidades das classes mais pobres. Porém, sem democracia, liberdade e lei, a questão social não pode se manifestar com toda a sua amplitude. Cf. LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. Os limites da dominação totalitária. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 74-75.

⁹³ Em várias passagens da sua obra, Rui reconheceu a importância dos escravos no processo de abolição e afirmou que foi o escravo que decretara a sua própria liberdade: “Logo que o escravo se fez homem, pela consciência de que o era, e o *Non possumus* militar desarmou as reivindicações populares dos proprietários, a abolição estava de fato promulgada”. BARBOSA, Rui. “10 de março”. [Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 10 de março de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. Noutro artigo, afirmava Rui: “Repitamos, pois, a abolição é uma vitória popular, cujos instrumentos foram o escravo e o exército brasileiro”. Ver BARBOSA, Rui. “Nossa veracidade”. [Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 3 de abril de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 282.

⁹⁴ Essa forma de abordar a escravidão pelo viés da razão política foi explicitada por José Murilo de Carvalho. O autor ressalta o fato de que na tradição luso-brasileira, diferentemente dos países europeus e dos Estados Unidos, a condenação da infração do princípio da liberdade individual obedeceu mais às razões políticas do que propriamente às de ordem filosófica ou religiosa, estas pensadas a partir do direito natural, por Locke, Montesquieu, Rousseau e os enciclopedistas. Cf. CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e razão nacional”, pp. 296-307.

[...] assumiram para com a sua honra um compromisso, que está por saldar-se: a eliminação progressiva das instituições servis, quero dizer, das instituições que viveram pelo consórcio com a escravidão [...] e agora, extinto o cativo negro, hão de conspirar tenazmente pela eternidade do cativo branco.⁹⁵

Assim, a abolição, na visão de Rui, propiciou o surgimento de uma era de grandes transformações no país. O país, rompido os grilhões da escravidão negra, precisava naquele momento, romper os grilhões da escravidão branca. A metáfora da escravidão “branca” foi utilizada para se referir às instituições que, ao sustentarem a escravidão “negra”, teriam que ser eliminadas ou modificadas para ceder lugar a outras mais consentâneas com a liberdade recém-alcançada. E, como Rui sabia que não bastava proclamarem-se ideias liberais para que os homens fossem livres, ele reconhecia que determinados princípios e novas instituições, fundamentais para a existência de cidadãos livres e de um povo livre, precisavam ainda ser estabelecidos. Em outros termos, não bastava, para ele, que o direito à liberdade fosse proclamado, era preciso que se criassem as condições políticas e institucionais para que esse direito pudesse ser exercido de fato. Desse modo, os direitos dos indivíduos, enquanto cidadãos, somente seriam efetivamente garantidos, para Rui, com uma nova reordenação política do regime monárquico e a criação de instituições livres.

Embora a abolição, para Rui, importasse em excepcional transformação para o país, ainda cabia à Monarquia realizar um conjunto de reformas políticas para que a sociedade pudesse percorrer os caminhos que levariam ao exercício efetivo da liberdade. Para ele, a concretização dessas reformas, denominada por ele de “oxigênio da civilização americana”, era tão importante para garantir o cumprimento da liberdade civil e política, que justificava inclusive a substituição do regime político, se a Monarquia não se dispusesse a realizá-las:

⁹⁵ BARBOSA, Rui. “Aos abolicionistas baianos”. [Discurso pronunciado no Teatro São João, Salvador, em 29 de abril de 1888]. In *OCRB*. Vol. XV. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 137.

Os velhos partidos, cooperadores irrenegáveis do passado, rolam, desagregados, para o abismo, entre os destroços de uma era que acabou; e, os ventos do norte e do sul trazem, [...] as ideias vivificadoras da reabilitação: a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desenfeudação da propriedade, a desoligarquização do Senado, a federação dos estados unidos brasileiros [...] com a coroa, se esta lhe for propícia, contra ela e sem ela, se lhe tomar o caminho.⁹⁶

No entanto, desse conjunto de reformas, Rui destacou a que mais ardentemente defendia e a qual doravante sua ação política estaria condicionada: a de que “a nossa província, nesta transformação geral do Brasil, possa representar o papel que lhe cabe”.⁹⁷ Rui enunciava, nesse momento, a sua nova bandeira de reforma: o federalismo, entendido como sistema de organização política capaz de proporcionar a liberdade política.

Desse modo, em “A lição da hora”, artigo publicado um dia após a abolição, Rui registrou ter-se realizado uma das mais arrojadas transformações sociais e políticas do país, que poderia desencadear todas as outras. A abolição, além de colocar o país no patamar das “nações europeias” e no caminho da “civilização ocidental”, também abriu a brecha para que se realizassem internamente as “reformas progressistas” necessárias para a implementação das “instituições democráticas”.⁹⁸ Assim, uma vez implementada a liberdade civil, era necessário ainda, segundo Rui, dar-se um passo adiante, e garantir efetivamente o exercício da liberdade política, condição para o desenvolvimento da democracia.

Na próxima parte do capítulo, acompanharemos a proposta de reforma federalista de Rui Barbosa, que marcou e consagrou a sua ação política e jornalística nas páginas do *Diário de Notícias*. A partir de 1889, sem conseguir se reeleger para o Parlamento desde 1884⁹⁹, a luta na imprensa pela federação

⁹⁶ Idem, p. 140.

⁹⁷ Idem, p. 140.

⁹⁸ BARBOSA, Rui. “A lição da hora”. [Artigo publicado na *Gazeta da Tarde*, em 19 de maio de 1888] In *OCRB*. Vol. XV. Tomo I, p. 147.

⁹⁹ Entre a derrota nas urnas em dezembro de 1884 e a proclamação da República, Rui saiu derrotado em outras três eleições para a Câmara dos Deputados: em janeiro de 1886, em junho de 1888 e em agosto de 1889. Anos depois, Rui Barbosa não resistiu a extravasar sua

tornou-se a principal bandeira de reforma política de Rui, que o transformou no arauto da ala extremada do Partido Liberal.

Assim, ao colocarmos em foco a proposta de reforma federalista, buscamos evidenciar como Rui entendia que o regime monárquico deveria ser reorganizado institucionalmente, de modo que a sociedade constituída a partir daquele momento, ao menos formalmente, por cidadãos livres e iguais, pudesse exercer plenamente a liberdade política. Portanto, será nos desdobramentos de sua proposta de reforma federalista que procuraremos focalizar a nossa análise, com o objetivo de delimitar o seu ideal político de construção e manutenção de um regime liberal democrático.

3. A reforma federalista: democratização e *republicanização* da Monarquia

A nossa reta é o radicalismo liberal, cuja expressão imediata se traduz na federação das províncias. Esta reta não se desviará, quaisquer que sejam as responsabilidades, nos seus pontos de interseção com os acontecimentos futuros. Qual é, então, o nosso partido? O das nossas ideias. Estaremos, onde elas encontrarem apoio; combateremos, enquanto nos restar vida, os que as adversarem.

Rui Barbosa. “Nossos ídolos”. *Diário de Notícias*, 7 de abril de 1889.

A postulação do princípio federativo, em 1889, como condição para a expansão da liberdade política das províncias, não constituía, no pensamento de Rui Barbosa, assim como nas diversas matrizes do pensamento político nacional, nenhuma novidade.¹⁰⁰ Nos tempos da Academia, o jovem bacharel

mágoa contra Dantas pelo início de seu ostracismo: “o meu nome era então a bandeira parlamentar do abolicionismo; era o nome do autor do parecer da Comissão, que acabava de recomendar ao Parlamento a adoção do projeto Dantas. O governo fez-me a honra de abandonar a minha candidatura à sua sorte, e tive a satisfação de ser derrotado”. Discurso no Senado, em 8 de julho de 1903. Apud VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*, p. 190.

¹⁰⁰ Uma discussão sobre a tradição do pensamento federalista no Brasil excede os limites desse trabalho. Contudo, precisamos sublinhar o pertencimento de Rui Barbosa a uma *linhagem* de pensadores liberais. Essa linhagem remonta ao legado de Tavares Bastos e às

de ideias radicais já havia defendido o ideal federativo quando publicou, em 25 de junho de 1869, no jornal *O Radical Paulistano*, um artigo no qual, além de defender a abolição, escreveu: “Convençam-se todos de que só há para o Brasil um meio de reabilitação: é o sistema federativo, é a iniciativa provincial”.¹⁰¹

Como destacou Sérgio Buarque de Holanda, Rui reviveu o antigo lema do Partido Liberal, em 1869, “Reforma ou Revolução”, para transformá-lo, em 1889, no lema de “federação ou revolução”.¹⁰² De fato, no início de 1889, Rui entendia que a única possibilidade de salvação do Império era a reforma federalista: a adoção da descentralização administrativa em substituição à centralização política e burocrática do regime. O federalismo era, então, visto por ele como a condição para a legitimidade, e até mesmo para a garantia de governabilidade do regime monárquico.

Dessa forma, a concessão da liberdade (autonomia) administrativa às províncias passara a ser a grande reivindicação de Rui para a modernização das instituições políticas imperiais.¹⁰³ Contra o “despotismo” político-

suas propostas federalistas expressas em *A Província* (1870). Walquiria D. Leão Rêgo explicita a associação entre a tradição federalista e pensamento liberal no Brasil: “Pelo lado da tradição liberal, a crítica à centralização foi uma constante mesmo nos momentos mais conciliadores - quando se afirmava que os ‘exageros dos extremos’ deviam dar lugar à ‘conciliação dos princípios’ para que a ‘paz necessária ao progresso’ pudesse triunfar - a centralização foi percebida como a razão principal da ‘tragédia nacional’. Com isto, é possível imaginar uma tradição de conexão entre liberalismo e federalismo no Brasil. Este nexos não é imanente ao liberalismo como corpo doutrinário. A força das circunstâncias históricas [...] impunha aos protagonistas o estabelecimento de uma ‘conexão de sentido’ entre liberalismo e Estado Federativo. [...] Do ponto de vista puramente doutrinário e da sua lógica interna, parece viável admitir que a federação, na medida que acena com a limitação dos poderes do Estado central, torna-se mais compatível com a utopia liberal”. RÊGO, Walquiria D. Leão. *Op. cit.*, pp. 142-143.

¹⁰¹ BARBOSA, Rui. “A emancipação progride”. In *OCRB*. Vol. I. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951, p. 110.

¹⁰² Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* Tomo II. 5º Vol., p. 269.

¹⁰³ O problema federativo nacional era, então, o oposto do que tinha sido o dos Estados Unidos, pois, enquanto na república norte-americana, estados independentes cederam parte de sua soberania à União, no Brasil, o governo central deveria ceder parte de sua soberania às províncias. Nesse sentido, no Brasil, a reivindicação do federalismo deveu-se, sobretudo, ao descontentamento ante o centralismo imperial. Isso gerou um sentido específico para o termo federalismo no vocabulário político brasileiro, diferente, portanto, do federalismo norte-americano. Na verdade, o tema do federalismo, no Brasil é mais complicado, mas foge aos objetivos desse trabalho entrar nos detalhes da discussão sobre como se estabeleceu a unidade brasileira. Como bem sintetizou Oliveira Torres: “Afim, federalismo entre nós quer dizer apego ao espírito de autonomia; nos Estados Unidos, associação de estados para defesa

administrativo do Império, Rui propunha o federalismo como condição para o desenvolvimento da democracia, entendida nos termos liberais do governo representativo.

Como redator-chefe do jornal *Diário de Notícias*, durante o período de março a novembro de 1889, Rui efetuou as mais duras críticas à Monarquia.¹⁰⁴ Sua ação política, no conjunto de artigos publicados nesse jornal, foi condicionada principalmente, pela luta a favor da adoção do sistema federalista.¹⁰⁵

A principal tese defendida nessa ação ou campanha política de Rui era a de que somente a federação poderia fornecer à Monarquia, por meio da descentralização administrativa, a legitimidade política perdida e a estabilidade do sistema imperial.¹⁰⁶ Para Rui, a Monarquia unitária e centralizadora gerava o

comum". TORRES, João C. de Oliveira. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 153.

¹⁰⁴ Em 6 de março de 1889, Rui assumiu a redação do *Diário de Notícias*. Os seus primeiros artigos, que já expressavam uma crítica cerrada à Coroa e a defesa enfática do federalismo, não passaram despercebidos da ala republicana paulista, interessada, sobretudo, na eleição dos presidentes de província e no maior equilíbrio nas transferências de renda entre a província e o governo central. O aceno dos republicanos à Campanha Federalista de Rui pode ser constatado na carta que Campos Sales lhe enviou, em 26 de março de 1889: "[...] Em nome dos meus companheiros de bancada republicana na Assembleia dessa província, envio a V. Ex^a um exemplar dos discursos que ali proferimos na sessão do ano passado. Despertou-nos o desejo desta oferta a leitura dos notáveis artigos, em que V. Ex^a tem apreciado as coisas políticas do nosso País [...]". A resposta de Rui foi imediata: "[...] as minhas impressões e o meu juízo em relação a um movimento político, que, ainda considerado à luz de opiniões diferentes daquelas que o inspiram, vem acentuar, na província onde se opera, qualidades viris, dignas de uma nação que se reabilita. Pelo que toca à apreciação de V. Ex^a e seus eminentes correligionários acerca da minha atitude na imprensa, qualquer merecimento que nisso pareça caber-me não se deve senão ao caráter profundamente democrático e liberal do critério a que busco submeter as minhas ideias, e a que o *Diário de Notícias* obedeceu inflexivelmente, enquanto me tiver confiada a sua direção". Ambas as cartas foram publicadas, em 8 de abril de 1889, no *Diário de Notícias*, com o título "Nós e os republicanos". BARBOSA, Rui. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, pp. 355-356.

¹⁰⁵ No desenrolar da Campanha Federalista, Rui ainda se aproximou das forças armadas e defendeu, no *Diário de Notícias*, os direitos da corporação no denominado "incidentes militares". A sua aproximação com os oficiais do Exército foi possibilitada pela crise, ainda em 1887, entre os militares e o gabinete Cotejipe, quando seus líderes, os generais Pelotas e Deodoro da Fonseca, lançaram um manifesto, escrito por Rui, em defesa da corporação. Cf. VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*, p. 205.

¹⁰⁶ De acordo com Sérgio Buarque, no Estado monárquico centralizado, a reação à excessiva centralização tendia a criar focos de descontentamento que se tornaram mais agudos naturalmente nas províncias mais dinâmicas, cujos interesses, cada vez mais exigentes, não

descontentamento geral, principalmente em províncias como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, cujo desenvolvimento econômico não era proporcional à representação política que possuíam. Diante desse fato, que despertavam tendências revolucionárias, Rui argumentava que somente a federação, ou seja, a conversão das províncias centralizadas em Estados autônomos, poderia salvar o regime monárquico de uma deterioração inevitável e impedir uma saída violenta para a situação. O único meio para prevenir a revolução, seria “repopularizar as instituições abaladas, temperando-as fundamentalmente na liberdade política”.¹⁰⁷

Ao manter-se fiel à sua proposta de reforma federalista, e perante a constatação de que sob a Monarquia o federalismo não seria implantado, Rui aderiu, às vésperas, à conspiração republicana. No entanto, quando Rui assumiu o posto de redator-chefe do *Diário de Notícias*, ele se declarava “sinceramente monarquista”, mas, sem nenhuma espécie de idolatria pelo Imperador ou pela dinastia.¹⁰⁸ O fato é que no início da campanha federalista, Rui assumiu uma postura de monarquista empenhado em *republicanizar* e democratizar o regime para conservá-lo, como demonstram as seguintes passagens do *Diário de Notícias*:

pareciam ser devidamente considerados. Essa circunstância, “cuja gravidade para o regime os estadistas da monarquia não se aperceberam, dava em tais áreas uma nova dimensão para a ideia liberal que, associada ou não ao republicanismo, constituía mais um desafio sério à estabilidade do sistema imperial”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* Tomo II. 5º Vol., pp. 274-275.

¹⁰⁷ BARBOSA, Rui. “Origens republicanas”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 21 de março de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 144.

¹⁰⁸ Talvez nenhum republicano da primeira hora, ou nenhum antimonarquista confesso, escreveu críticas tão duras contra o regime quanto Rui. A figura pessoal do Imperador também não foi poupada pela pena do jornalista. Para Rui, o Imperador era um incapaz: “A desconfiança, levada quase à certeza, que se apoderou da opinião pública acerca da integridade mental do Imperador, não se tem formado levemente, mas por uma cadeia de indícios, entretecidos em longa e cerrada trama, que ainda não cessou de desdobrar-se”. BARBOSA, Rui. “A moléstia do Imperador”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 27 de maio de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 132. A perspectiva de a Princesa Isabel assumir o trono também não o agradava, pois temia um reinado *pessoal* da ex-regente. Além disso, a herdeira do trono se submetia, segundo Rui, à influência clerical, e o seu marido, o Conde D’Eu, um estrangeiro, se imiscuia nos assuntos do Exército, e decidia sobre a carreira dos oficiais brasileiros. Rui, em vários artigos, atacou o Conde D’Eu. Em suma, para Rui, o terceiro reinado estava condenado.

[A monarquia] há de mostrar-se tão compatível com a democracia, tão capaz de liberdade quanto a república, se não quer que esta acabe varrendo-a do continente republicano.

Para neutralizar a força desse inimigo palpável [república], só haveria entre nós um meio: americanizar a monarquia, isto é, republicanizá-la.¹⁰⁹

Republicanizar a Monarquia significava, assim, tornar o regime compatível com a liberdade política. E a fórmula para tornar o regime monárquico cada vez mais republicano estava, de um lado, na prática legítima do governo parlamentar, ou seja, na não interferência do Poder Moderador, e, de outro, na adoção da federalização das províncias, sob a presidência parlamentar da Monarquia constitucional. A Monarquia poderia republicanizar-se, segundo Rui, mediante a legitimidade das instituições parlamentares representativas.

Nesse sentido, para a Monarquia se “democratizar”, a primeira condição a ser cumprida era a de que o chefe do Estado deveria ser leal à Constituição. A Monarquia, para Rui, era uma forma de governo, ou melhor, um “meio” de garantir, manter e desenvolver as liberdades constitucionais. Assim, tanto a monarquia representativa, quanto a república teriam, para ele, o mesmo significado: o auto-governo do povo. Portanto, aquilo que Rui sugeria como solução para a manutenção da Monarquia brasileira era uma adaptação republicana na monarquia parlamentar. Em outros termos, para incutir um “caráter republicano” na monarquia parlamentar, ou seja, para que a Monarquia representativa encarnasse realmente o princípio do governo do povo pelo povo, Rui pleiteava o regime “na sua pureza, aquele onde o rei nada pode senão como órgão da vontade da nação, imposta à coroa por ministros parlamentares”.¹¹⁰

¹⁰⁹ BARBOSA, Rui. “Liberdade ou República”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 17 de março de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, pp. 90-91; BARBOSA, Rui. “O Príncipe Consorte”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 29 de março de 1889]. In *Idem*, pp. 214-215, respectivamente.

¹¹⁰ BARBOSA, Rui. “Nossa Democracia”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 05 de abril de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 309.

De todo modo, Rui anteviu que o advento da República não estava longe.¹¹¹ Contudo, continuava firmemente na sua campanha política a favor do federalismo, e não mediu esforços para propagandear que somente essa reforma, inadiável, poderia reabilitar e sustentar a legitimidade da Monarquia. Porém, se a Monarquia não adotasse o sistema federalista, permitindo assim a ampliação da liberdade política das províncias, inevitavelmente, alertava Rui, o regime iria sucumbir. A reforma federalista, por ele proposta, estava vinculada a esses pontos programáticos:

Ou a monarquia aceita a federação, com a nova organização política das províncias sob as mais latas franquezas municipais e provinciais, desaparecendo o Poder Moderador, declarando-se a liberdade de *cultus*, estabelecendo-se o casamento civil, elegendo cada província o seu senado, a sua assembleia e o seu presidente, nomeando sempre por concurso os seus magistrados, decretando os seus códigos civil, comercial, criminal e penal, jurando a sua própria Constituição, tributando exclusivamente ela os seus impostos, distribuindo livremente as suas rendas arrecadadas, criando as suas academias e qualquer estabelecimento de instrução pública, regendo-se enfim pelo *self-government* na mais ampla acepção; e nesta hipótese o monarca ficará reduzido ao que - justamente deve ser - no regime dos governos representativos, um simples espectador dos acontecimentos pátrios, a conhecer apenas dos negócios essencialmente gerais, como por exemplo a manutenção da paz entre as províncias, a guerra com o exterior, os conflitos levantados entre os poderes públicos de província para província, a contribuição para sustentar-se a força pública de terra e de mar, em defesa da integridade e segurança nacional, e isto mesmo, conhecendo de tais assuntos por intermédios de uma pequena assembleia inter-provincial, com sede permanente no Rio. Ou a monarquia não aceita a federação, e, tornando-se por demais incompatível com a felicidade do Brasil, se recolherá às entranhas do seu túmulo, o atual trono imperial, para dia ouvir

¹¹¹ Cf. BARBOSA, Rui. "A nossa reação". [Artigo no *Diário de Notícias* de 06 de abril de 1889]. In OCRB. Vol. XVI. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 330.

o povo solenemente a expulsá-la do território brasileiro e a aclamar pela ordem a República Federativa.¹¹²

Conforme a passagem acima, o federalismo, como princípio de organização política, traria a possibilidade de estabelecer os contrapoderes entre o governo central e as províncias. Além disso, o sistema federativo tornaria possível a difusão dos poderes constitucionais e do poder político, o que propiciaria a expansão da liberdade política nas províncias e a efetivação de uma democracia representativa. As províncias teriam, assim, além de maior participação e representação política na União, garantidos o maior equilíbrio nas transferências de renda do governo central.

Para Rui, enquanto a rígida centralização administrativa do Estado imperial comprimia a liberdade provincial, a organização federalista, ao contrário, fortaleceria o poder local - municípios e províncias - e potencializaria uma maior participação política dos cidadãos nos assuntos de seus interesses. A regeneração da representação, ou seja, o *self-government*, garantiria o princípio liberal da liberdade política.

Desse modo, em vários artigos, publicados no *Diário de Notícias* no ano de 1889, Rui pleiteava a democratização da Monarquia, entendida como extensão das liberdades religiosas, associação, reunião, ensino, entre outras. Assim, reclamava a *americanização* da Monarquia por meio da descentralização administrativa, da liberdade provincial, do *self-government*, para conjurar os perigos da ilegitimidade do regime. A descentralização administrativa e o sistema político federativo eram, para Rui, instituições que poderiam contribuir para que os cidadãos desenvolvessem sua ação política e exercessem a liberdade política.

A descentralização, de acordo com Rui, traria vantagens, como o incentivo para que os cidadãos agissem politicamente, mas as mais significativas seriam a diminuição da autoridade do Estado central e a diminuição da ascendência do Poder Moderador. Além disso, é evidente que a preocupação principal de Rui estava voltada para o descontentamento das províncias em relação à centralização monárquica, quer em termos políticos ou

112 BARBOSA, Rui. "Federação". [Artigo no *Diário de Notícias* de 22 de setembro de 1889]. In OCRB. Vol. XVI. Tomo VI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 204.

financeiros.¹¹³ Autonomia política significava, portanto, acabar com o controle que o Poder Central tinha sobre as eleições locais e, sobretudo, garantir a eletividade dos presidentes de província.¹¹⁴

O argumento do federalismo como princípio gerador de maior liberdade política e de um sistema mais adequado de organização político-institucional para o Império foi defendido por Rui de forma bastante pronunciada. A campanha pelo federalismo atingiu o seu auge quando, a partir de maio de 1889, Rui rompeu definitivamente com o Partido Liberal, e até mesmo com Souza Dantas, em razão da negativa do partido de adotar em seu programa a proposta da federação nos moldes por ele proposto.

3.1. “Reformar é resistir”: a reforma federalista e o rompimento de Rui com o Partido Liberal

Em 2 de maio de 1889, um dia após ter sido inaugurado o Congresso do Partido Liberal, Rui publicou um dos seus mais polêmicos artigos no contexto da campanha federalista: “E se a monarquia não quiser?”. Neste artigo, formulou a proposição de que o Partido Liberal não deveria repelir a hipótese

¹¹³ “Tanto o Norte como o Sul, por motivos distintos, tendiam a se insurgir contra a centralização fiscal. [...] As províncias do norte e nordeste apegavam-se à questão dos saldos provinciais (diferença entre a renda arrecadada e o gasto efetuado na província pelo governo central) acusando o governo imperial de explorar as províncias do norte em benefício das já prósperas províncias do centro-sul ou na defesa militar (caso do Rio Grande do Sul). São Paulo, por sua vez, desenvolvia o argumento em favor da riqueza crescente gerada pelo café que não se mantinha na província, expropriada em favor das regiões parasitárias e decadentes do Nordeste”. COSTA, Wilma Peres. *A questão fiscal na crise do Império e na Implantação da República*. Apud ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: HUCITEC/Departamento de Ciência Política da USP, 1998, p. 33.

¹¹⁴ Os grupos políticos provinciais desejavam a instituição da eleição direta para presidente de província não apenas por causa do poder que o cargo possuía. Havia também o problema da alta rotatividade da administração provincial, o que gerava insegurança na elite política local. Desse modo, a federação podia apresentar-se como “remédio para uma das pragas da monarquia, constantemente denunciada: a dos presidentes de província que funcionavam quase unicamente como agentes eleitorais do governo central ou do partido no poder, e que só permaneciam em seu posto enquanto funcionasse a Assembleia Geral”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* Tomo II. 5º Vol., p. 268.

do advento da federação com a República: “A monarquia e a república são meios, a liberdade é o fim”.¹¹⁵

Nas páginas do *Diário de Notícias*, Rui reivindicava que os liberais desempenhassem um papel diferente do que haviam cumprido até aquele momento. Era preciso convencer a opinião pública que o Partido Liberal era capaz “de reformar, e não que apenas sabe resistir, nem que é hábil em conservar”.¹¹⁶ Segundo Rui, a desautoração do Partido Liberal perante a opinião pública tinha ficado patente pela postura retrógrada na questão abolicionista, quando o partido entregou aos conservadores a honra de referendar essa reforma. De acordo com o jornalista baiano, até então, conservar e resistir foram as únicas atitudes do Partido Liberal, que se tornara instrumento submisso à vontade da Coroa, como que invertendo de posição com o Partido Conservador.

A crítica de Rui contra o partido ao qual pertencia e, ao qual devia a sua ascensão política, foi intensa: ele o acusou de haver renegado as ideias por medo, e infringido os princípios liberais por “cobiça”. Além disso, Rui evidenciava a sua decepção com o regime monárquico. O modelo político do Império, conduzido por D. Pedro II, não foi capaz, ao longo de cinquenta anos, de conduzir o país ao caminho do progresso social e político e de prepará-lo para a modernização democrática.

Na perspectiva de Rui, desde a maioridade de D. Pedro II, o país teria convivido, de um lado, com a resistência da Coroa à implementação de reformas e, de outro, com a inconsistência e avidez dos partidos políticos. Para Rui, a resistência a promover reformas tanto do lado do Trono quanto do lado dos partidos encorajou as reivindicações reformistas da opinião pública, que não podiam mais ser contidas. Assim como a demanda popular pela abolição não conseguiu ser represada, da mesma forma, não seriam comprimidas “a preamar republicana, a revolução que cresce para nós”.¹¹⁷

¹¹⁵ BARBOSA, Rui. “E se a Monarquia não quiser?” [Artigo no *Diário de Notícias* de 2 de maio de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, 221.

¹¹⁶ *Idem*, p. 222.

¹¹⁷ *Idem*, p. 223.

A única maneira do Partido Liberal se reabilitar diante da nação seria substituir “o governo do rei pelo governo do povo”. Para que essa aspiração se concretizasse, Rui recomendava que o partido assumisse um compromisso político com o povo e se empenhasse em realizar urgentemente um conjunto de reformas, de modo a satisfazer às necessidades “liberais” da nação:

Para isso é mister universalizar o voto a todos os não analfabetos. É mister, simultaneamente, realizar a federação à americana, tendo por modelo os Estados Unidos, salvo quanto à hereditariedade do chefe de Estado e aos atributos de sua posição compatíveis com o nosso regime. [...] Mas, ao lado da federação, está a temporariedade do senado, complemento essencial, impreterível, imediato dela [...]. Quanto ao casamento civil, vemos com espanto inquirir, ainda agora! [...] Há ainda país civilizado, onde se discuta a popularidade dessa reforma? Levantar semelhante dúvida equivale a perguntar se é, com efeito, liberal o partido, que assoalha tais foros, ou se há, neste país, elementos de existência para um partido liberal.¹¹⁸

Do que precede, podemos destacar os elementos do projeto político liberal democrático de Rui. Primeiramente, embora admitisse nesse momento uma pequena ampliação do direito político, ao dispensar a exigência de renda para o eleitor, ele persistia ainda na exigência do saber para a concessão da participação política. A sua concepção liberal de democracia representativa “ilustrada” não sofrera oscilações: somente aqueles que possuísem os pré-requisitos do saber ler e escrever poderiam obter a cidadania política.

A adoção do sistema federalista para a organização política do Império tinha como modelo a federação da república norte-americana. Porém, Rui admitia ser possível adaptar esse sistema de organização política para a Monarquia representativa parlamentar. Seu modelo político ideal seria, portanto, uma monarquia federativa parlamentarista, baseada no modelo representativo inglês. Rui, nesse momento, recusava o modelo presidencialista da federação norte-americana e, apesar de todas as críticas desferidas à

¹¹⁸ Idem, pp. 224-225.

Coroa e à própria dinastia, ele sustentava a hereditariedade do chefe de Estado.

No entanto, para a concretização desse modelo político bem como a realização das reformas liberais, uma grande questão se antepunha: “e se monarquia não quiser?” Ao responder à própria questão, Rui afirmou categoricamente: “Queremos contra ela [...]. Se a monarquia não quiser as reformas radicais, o partido liberal resolver-se-á em partido republicano: eis a solução liberal”.¹¹⁹ Em outros termos, Rui lançava um xeque-mate: a reforma, com ou contra a Monarquia. Para o dissidente liberal radical, o momento político exigia a adoção da mesma fórmula que o Partido Liberal havia subscrito no Manifesto de 1869, ou seja, reforma ou revolução.

Nessa linha de argumentação, as reformas liberais, imprescindíveis à nação, segundo Rui, traziam à superfície o seguinte problema para o partido: “Poderia admitir-se que o Partido Liberal se aproxime do imperialismo, à medida que a nação se aproxima da república?”.¹²⁰ Desse modo, Rui lançava ao seu partido o desafio de apoiar incondicionalmente a Coroa, ou atender ao que ele acreditava ser a vontade nacional. Diferentemente do que sempre defendeu como sendo o melhor modelo político para garantir a liberdade, ou seja, a Monarquia constitucional representativa, nesse momento, a Monarquia passara a ser para Rui, apenas uma forma de regime, um “meio”, um “veículo” para implementar a liberdade e a soberania nacional.¹²¹

De todo modo, ainda que Rui já atacasse frontalmente o Partido Liberal nos primeiros artigos do *Diário de Notícias*, a sua ruptura efetiva com o partido

¹¹⁹ Idem, p. 226.

¹²⁰ Idem, p. 227. Esse artigo causou muita estranheza no Conselheiro Souza Dantas, que repreendeu Rui por sua posição política extremada. À advertência do chefe liberal, Rui replicou numa carta, em que afirmava o rompimento com o Partido Liberal: “Li com muito pesar a carta de V. Ex^a de hoje, pela qual vejo que V. Ex^a acha do meu artigo desta data asperezas e retaliações inconvenientes, assim como inconveniente lhe parece a rudeza da alternativa que eu estabeleço em relação à monarquia. [...] O editorial de hoje é absolutamente conforme ao diapasão que estabeleci, e do qual não poderei destoar um instante [...]. V. Ex^a sabe que eu não pretendo nada do partido liberal. [...] Não sou, nem posso ser, órgão do partido liberal. Da república dista apenas uma linha. [...] O programa do *Diário* é dizer o que penso, sem rebouço, nem tática. Para mim ele não valerá nada, no dia em que poupar a coroa, ou qualquer partido, antes que ela ou ele se reabilitem na opinião pública”. Carta de Rui Barbosa a Dantas, datada de 2 de maio de 1889. LACOMBE, Américo Jacobina (org). *Correspondência do Conselheiro Manuel P. de Souza Dantas*, pp. 77-78.

¹²¹ BARBOSA, Rui. “E se a Monarquia não quiser?”, p. 226.

se processou em maio de 1889, quando o Congresso Liberal reuniu-se no Rio de Janeiro. Os liberais, ao saberem da possibilidade da Coroa lhes convocar novamente ao governo, afastados do poder desde a queda do gabinete Saraiva, em 1885, organizaram um novo programa, elaborado por uma comissão especial, com o intuito de resolver a crise política que se abatia sobre o regime. O programa aprovado no Congresso do Partido Liberal foi concluído em 23 de maio, porém, a proposta do federalismo, sustentada na ocasião por Rui, não foi aprovada, o que determinou o seu rompimento com o partido.¹²²

O programa do Partido Liberal, ao invés da federação, propunha certa autonomia provincial. O presidente da província seria escolhido pelo Imperador dentre os cidadãos eleitos em lista tríplice, de quatro em quatro anos, por votação direta dos eleitores da província. Outras medidas constavam no programa, como a ampliação do voto, estabelecida pela presunção de que todo aquele que soubesse ler e escrever teria a renda necessária para exercer tal direito, e o sufrágio passaria a ser secreto. Os recursos financeiros das províncias seriam aumentados e as assembleias provinciais poderiam legislar sobre as Câmaras Municipais, ou seja, poderiam “estatuir a forma de sua eleição, o seu regime, e os seus recursos pecuniários, de modo que tenham os municípios a maior soma possível de vida própria e meios de ação e organização adaptada às circunstâncias locais”.¹²³ O Senado seria temporário, com mandato de nove anos, mas os direitos dos senadores vitalícios seriam mantidos. O Conselho de Estado teria a função administrativa e não política, o direito de reunião seria garantido, o casamento civil seria implantado, sem prejuízo do religioso, e a liberdade religiosa seria concedida. A liberdade e o melhoramento do ensino também constavam no programa.¹²⁴ Essas propostas representavam, na verdade, uma tentativa de retorno às reformas liberais do

¹²² Na última tentativa de conquistar um lugar no Parlamento imperial, em agosto de 1889, Rui não conseguiu, nem mesmo com a ajuda de Souza Dantas, que seu nome constasse na lista dos candidatos liberais a deputados. Os correligionários cariocas de Rui tentaram lançar sua candidatura independente, pela Corte, mas uma vitória eleitoral foi novamente frustrada.

¹²³ “Projeto de Programa do Partido Liberal e voto em separado de Rui Barbosa”. In BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*, p. 789.

¹²⁴ Cf. Idem, pp. 788-796.

programa de 1869, que não foram efetivadas pelo Partido Liberal quando assumiu o governo em 1878.¹²⁵

Por sua vez, Rui manteve-se irredutível em suas posições e discordou do programa apresentado pelo partido. Para ele, o momento político exigia a forma federativa:

Sou completamente pela forma federativa; considerando o sistema questionário como transição, que de modo nenhum satisfaz às atuais aspirações do país, nem contrapõe ao movimento republicano um regime capaz de neutralizá-lo, estabelecendo a descentralização na medida indispensável aos direitos do interesse local.¹²⁶

Sem conseguir incluir o federalismo no programa do Partido Liberal, Rui apresentou ao partido o seu próprio projeto que, ao ser rejeitado, foi publicado como voto em separado. Neste projeto, Rui propôs que os presidentes e vice-presidentes de província fossem nomeados mediante eleição popular, por sufrágio direto, de quatro em quatro anos, sem nenhuma intervenção do poder central. O projeto previa a organização federal do Império e delimitava as funções da União e das províncias. Por exemplo, a criação de instituições de ensino superior ficaria sob a responsabilidade da União, enquanto cada província estabeleceria independentemente o seu sistema de tributação, as suas taxas sobre o comércio, o trânsito e a navegação interprovincial. Além disso, no seu projeto, Rui defendeu a secularização do ensino e a eleição direta de senadores, sem interferência do poder imperial.¹²⁷

Em junho, os liberais voltaram ao poder. O conselheiro Saraiva foi um dos primeiros consultados pelo Imperador para organizar o novo ministério. Conforme o próprio liberal baiano narrou no Senado, ele teria declarado ao Imperador que só aceitaria a chefia do governo a fim de realizar o plano do

¹²⁵ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 208.

¹²⁶ “Projeto de Programa do Partido Liberal e voto em separado de Rui Barbosa”. In BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Op. cit.*, p. 793.

¹²⁷ Cf. *Idem*, pp. 793-794.

federalismo de Rui, pois então já se conhecia o voto em separado.¹²⁸ Para a surpresa de Saraiva, o Imperador não criou nenhum embaraço a uma reforma federalista.¹²⁹ Contudo, Saraiva declinou do convite e Ouro Preto acabou sendo o escolhido para chefiar o novo gabinete.

O que nos importa assinalar é o fato de que a aquiescência do Imperador à reforma federalista mudava, por completo, a posição do Partido Liberal. Segundo Joaquim Nabuco, outro expoente liberal, não avançar em direção a essa reforma era transformar-se em empecilho entre o “Trono e o progresso”.¹³⁰

Prevendo dar encaminhamento à reforma federalista em seu governo, Ouro Preto, com o assentimento do Imperador, convidou Rui, em 6 de junho de 1889, para ocupar a pasta do Império em seu gabinete. Todavia, Rui recusou a pasta ministerial oferecida pelo chefe do último gabinete parlamentar da Monarquia. O motivo da recusa era o de que Ouro Preto não incluía a federação em seu programa de governo, limitando-se a contemplar o programa do Congresso Liberal.¹³¹ Rui, além de recusar-se a colaborar com o gabinete,

¹²⁸ Cf. LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*, p. 34.

¹²⁹ De acordo com a narrativa de José Murilo de Carvalho, na conversa entre D. Pedro II e Saraiva, este último teria indagado ao monarca se poderia “anunciar ao Parlamento que seu programa seria aplinar o terreno para a república, inclusive com a adoção do federalismo. O novo regime poderia ser adotado por decisão da Câmara, perante a qual o imperador renunciaria. D. Pedro lhe deu carta branca para pôr em prática o programa”. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*, p. 207. Infelizmente, Carvalho não apresenta a referência bibliográfica de onde retirou essa informação.

¹³⁰ NABUCO, Joaquim. Discurso na Câmara dos Deputados, de 11 de junho de 1889. In *Obras completas de Joaquim Nabuco*. v. XI. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 372. Nesse discurso, Nabuco, autor de dois projetos de reforma federalista apresentados ao Parlamento, reconheceu que a bandeira do federalismo passara de suas mãos para as de Rui, com a ressalva de ser o jornalista baiano, no fundo, republicano.

¹³¹ De acordo com o relato do biógrafo João Mangabeira, Souza Dantas comunicou a Rui, em 6 de junho de 1889, que ele seria ministro no gabinete que se constituiria no dia seguinte. Rui declinou do convite de Ouro Preto com a alegação de que o chefe do gabinete havia excluído do seu programa de governo a federação, com a qual ele estava “comprometido”. Diante de tal recusa, Dantas insistiu para que Rui aceitasse o cargo. Ao se reunir com Ouro Preto, Rui definitivamente escusou o convite alegando o seu comprometimento com a federação, reforma que havia sido excluída do programa de governo do chefe liberal. Ouro Preto, então, respondeu prontamente a Rui: “Não é razão. No meu programa está a descentralização ampla, que é meio caminho da federação. O senhor executa no meu governo a descentralização, e ficará para realizar depois a federação”. A isso redarguiu Rui: “Não tenho certeza. Não amarro a trouxe de minhas convicções, por amor de um Ministério”. O chefe do governo insistiu: “Não tem razão. Não aceito a recusa. Vá refletir”. Da reunião com Ouro Preto, Rui partiu para a

passou a defender com mais veemência o seu plano de reforma federalista e a criticar a estreiteza do programa de governo de Ouro Preto.

O gabinete Ouro Preto iniciou-se em 7 de junho de 1889. Já em 10 de junho, num artigo intitulado “O Ministério”, Rui atacava o novo governo. No artigo, o jornalista baiano afirmava que o gabinete de Ouro Preto “enrolara a bandeira liberal”.¹³² Afinal, como ressaltava Rui em seu artigo, Saraiva confirmara que o Imperador havia anuído em dar prosseguimento à reforma federalista. O paradoxo, apontado por Rui, era o de que o impedimento à realização da reforma federalista vinha do lado do próprio Partido Liberal, fato que contrariava, assim, os princípios históricos do partido.

As respostas a Rui não tardaram. A *Tribuna Liberal*, jornal de Ouro Preto, começou também uma polêmica com Rui, a propósito do seu voto em separado no Congresso do Partido Liberal. Para a *Tribuna*, “o voto não era absolutamente de sua lavra, mas cópia completa da Constituição americana. Não sabemos qual o motivo por que o sr. Rui Barbosa tem ocultado do público esta circunstância importante”.¹³³ Ainda segundo a *Tribuna*, o programa apresentado por Rui, no Congresso Liberal, teria sido um plágio das instituições dos Estados Unidos.

A fonte do pensamento federalista de Rui foi delimitada na sua resposta ao jornal de Ouro Preto. O dissidente liberal negava que havia ocultado as influências de seu projeto, e admitia na ocasião que era “mister realizar a federação à americana, tendo por modelo os Estados Unidos”.¹³⁴ Rui observava, ainda, que em política, “todas as reformas são cópias ou adaptações da experiência efetuada noutros tempos por outros povos. Há alguma coisa original na Constituição do Império? No Ato Adicional? Se é

redação do *Diário de Notícias*, e escreveu a carta de recusa definitiva, na qual declarou: “não poder ser membro de um Ministério que não tome por primeira reforma a federação”. MANGABEIRA, João. *Ruy: O estadista da República*, p. 32.

¹³² BARBOSA, Rui. “O Ministério”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 10 de junho de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 247.

¹³³ BARBOSA, Rui. “Deus nos dê pachorra”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 13 de junho de 1889]. In *Idem*, p. 281.

¹³⁴ *Idem*, p. 281.

plágio o voto em separado, não o é igualmente o programa liberal em todos os seus artigos?”¹³⁵

De acordo com Rui, apoiado em Nicolas Calvo, a federação argentina também era cópia da Constituição dos Estados Unidos, a tal ponto que os arestos dos tribunais americanos se aduziam como jurisprudência nos argentinos. De todo modo, os Estados Unidos e a Argentina eram os melhores modelos do federalismo democrático, segundo Rui, pois o outro modelo, o federalismo da Suíça possuía peculiaridades incompatíveis com o Brasil. O redator-chefe do *Diário de Notícias* observou que outros projetos federalistas, como foi o caso de antigas reivindicações do Partido Liberal, e da proposição de Joaquim Nabuco, em 1888, reproduziram igualmente a organização norte-americana, sem, contudo, mencioná-la expressamente. Sublinhava, assim, ser ele, então, o primeiro a não esconder a fonte de seu federalismo.¹³⁶

Precisamos deixar claro que, para Rui, a autonomia provincial era distinta da federação, que excluía radicalmente a interferência dos poderes centrais na nomeação do governo provincial, contrariamente ao previsto no programa do Partido Liberal. Não haveria verdadeira autonomia, de acordo com o dissidente liberal, a não ser na federação.¹³⁷

Desse modo, o único modelo aceitável de uma boa organização federativa, segundo Rui, era o que residia na constituição dos Estados Unidos. No entanto, ele admitia ter cometido dois erros no voto em separado do seu projeto federalista: um, era o da omissão, o outro, de comissão. O primeiro erro consistia em ter deixado ao poder central a faculdade de organizar o poder administrativo e legislativo nas províncias, matérias que a elas caberia de direito. O segundo erro era a lacuna, que ocorreria no projeto da federação, se não existisse um Poder Judiciário federal incumbido de garantir a liberdade constitucional e o equilíbrio entre as províncias e a União, elemento responsável por formar o elo entre os Poderes da república norte-americana.

¹³⁵ Idem, p. 282.

¹³⁶ Cf. Idem, p. 283.

¹³⁷ Cf. BARBOSA, Rui. “Autonomia, federação”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 18 de junho de 1889]. In Idem, p. 329.

Portanto, na sua visão, o Poder Judiciário era a garantia do bom funcionamento dos poderes do Estado e o responsável pela eficácia do sistema federativo.¹³⁸

3.2. Federalismo e democracia

Conforme acreditamos ter exposto acima, nos artigos da Campanha Federalista, Rui requeria a federação como o meio de *americanizar* a Monarquia. O federalismo, para ele, deveria injetar um caráter democrático que possibilitasse republicanizar o regime.

No desdobramento das discussões e das propostas de Rui, podemos notar que a obra de Tocqueville constituiu uma das referências de seu pensamento a respeito do federalismo. Com efeito, Tocqueville imprimiu uma perspectiva política à questão da descentralização, considerada por ele como uma das condições para a existência da democracia nos Estados Unidos. A organização política federativa era, para Tocqueville, assim como para Rui, uma das condições para a realização da democracia, pois, além de permitir a autonomia e a liberdade provincial, teria também a função de garantir o equilíbrio entre o poder da União e dos estados-membros (províncias), indispensável para evitar o despotismo da centralização administrativa.

Rui, ao seguir os passos de Tocqueville, percorreu também nos seus artigos, sobre a diferença entre a centralização política e a centralização administrativa. Primeiramente, a centralização política, para Rui, era tão importante nas Monarquias como nas Repúblicas. Assim sendo, a antinomia entre a centralização política e a federação, denunciada pelos monarquistas, para ele, não existia. Ao contrário, o sistema federativo dos Estados Unidos, seu novo modelo de organização política, era, ao mesmo tempo, “o tipo de centralização política levada ao seu mais alto grau de intensidade”.¹³⁹ Assim, a centralização política significaria a concentração no poder central dos interesses coletivos, que abrangeriam a nação inteira, na sua coesão interna e na sua representação exterior.

¹³⁸ Cf. Idem, pp. 330-331.

¹³⁹ BARBOSA, Rui. “Federação”. [Artigo no *Diário de Notícias* de 20 de setembro de 1889]. In OCRB. Vol. XVI. Tomo VI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 179.

Ao retomar o pensamento de Tocqueville sobre a questão da centralização política/administrativa, Rui buscava argumentar que a centralização administrativa do Império brasileiro ameaçava a integridade nacional, enquanto o federalismo era o fundamento necessário para a manutenção da sua existência. A Monarquia, ao adotar a federação, fortaleceria e unificaria novamente o país, ao passo que a insistência na manutenção do Estado centralizador provocaria as ideias de separatismo e anarquia.

Contudo, Tocqueville, ainda citado por Rui, observou também que, a partir do momento em que o povo fosse capaz de se autogovernar, ou de escolher criteriosamente os seus representantes, não haveria razão para que este não escolhesse o seu primeiro funcionário e dispensasse a existência de uma família vitalícia de governantes. Para Tocqueville, a república era “a consequência inevitável e imediata da educação completa do povo na prática do governo local”, daí concluía o francês que a forma federativa “é impraticável com a monarquia”, ou melhor, com o governo de um só homem. Contra o “absoluto dessa inferência” de Tocqueville, Rui trouxe o exemplo da Inglaterra, onde a “descentralização administrativa existe precisamente como nos Estados Unidos”.¹⁴⁰

Desse modo, a opinião de Tocqueville, para quem a forma federativa seria impraticável com a Monarquia, foi ponderada por Rui, pois, ele admitia, ainda, a possibilidade de conciliação entre a Monarquia e o princípio federalista. Segundo Rui, a Inglaterra, sem ser uma federação, era um bom exemplo de coexistência democrática entre descentralização administrativa e Monarquia. A descentralização administrativa inglesa poderia ser considerada superior à dos Estados Unidos, em alguns casos, como na autonomia dos municípios. O fato era que, mesmo a Inglaterra não sendo uma federação, na visão de Rui, ela teria o *self government* local mais desenvolvido que os Estados Unidos.

A monarquia representativa inglesa era, ainda, um dos modelos políticos ideais de Rui. Mesmo nos últimos momentos do Império, o federalismo parecia ser possível, para ele, sem acarretar necessariamente o fim da Monarquia. Na

¹⁴⁰ Idem, p. 183.

verdade, um regime monárquico com um sistema representativo parlamentar legítimo, que eliminasse a ascendência do Poder Moderador, e a forma de organização federalista, para ampliar a liberdade política, parecia ser o modelo político almejado por ele. De todo modo, a liberdade provincial, para Rui, entendida como descentralização administrativa, era fundamental para a modernização e a legitimação do sistema político imperial.

Ademais, para Rui, o argumento de que a reforma federativa deveria ser prorrogada porque o povo não possuía os costumes políticos necessários para exercer “o governo de si mesmos, governando-se, e praticando a lei num regime da legalidade”¹⁴¹, não se sustentava. Para ele, a justificativa para se prorrogar a concessão da autonomia provincial, baseado na afirmação de que o povo precisava se familiarizar anteriormente com os hábitos e costumes da gerência dos seus próprios negócios na administração municipal e provincial, constituía um “sofisma político”. Com o intuito de reforçar seus argumentos, Rui se utilizou de uma imagem que evocava a “Alegoria da Caverna”, de Platão:

O preso que se encarcera de uma célula escura, não pode, nos primeiros momentos, sofrer a luz do dia; não discrimina cores, nem reconhece fisionomias. O remédio, porém, não está em restituí-lo à masmorra, senão em acostumá-lo aos raios do sol. Pode acontecer que o esplendor da verdade e da liberdade ofusque, a princípio, e deslumbre as nações meio cegas pelas trevas entre as paredes do cativeiro. Mas, se detiverem a vista na claridade, bem depressa se afarão a encará-la. Em poucos anos [...] sopita-se a violência das paixões, as teorias hostis corrigem-se mutuamente, os elementos esparsos da verdade cessam de contender, e começam a coagregar-se, até que afinal emerge da confusão um sistema de justiça e de ordem.¹⁴²

A alegoria servia para ressaltar o fato de que, ainda que no princípio da implantação da federação o povo pudesse fazer mau uso da liberdade política e do governo, os seus hábitos mudariam quando ele gozasse, pela própria experiência, “das instituições livres”, a verdadeira escola para adquirir as

¹⁴¹ Idem, p. 189.

¹⁴² Idem, p. 192.

qualidades necessárias para assumir o governo de si mesmo. Ao fruírem das instituições livres, o povo se habilitaria pelas lições de sua própria experiência a usar da “liberdade e do governo mais tarde com acerto”.¹⁴³

O preceito que subordinava a adoção das reformas à preexistência de costumes que, de acordo com Rui, só as reformas poderiam criar, foram manejados no Brasil, por “retrógrados” que se opuseram sempre “a todas as conquistas do progresso governativo”.¹⁴⁴ O argumento da “incapacidade” preliminar do povo para o exercício da liberdade, fora sempre utilizado para prorrogar, o maior tempo possível, a concessão efetiva da liberdade. Desse modo, a alegação de que um povo não poderia ser livre enquanto não soubesse servir-se da liberdade, era, para Rui, o mesmo que admitir que a liberdade seria apenas reservada para quando os homens se fizessem “discretos e bons”¹⁴⁵, o que equivaleria a aguardar eternamente para realizar qualquer reforma.

Como ressaltava Rui, o argumento utilizado para dilatar a ideia do federalismo condicionava a sua implementação à preexistência de costumes, ou à inadequação da ideia com o “fundo do caráter” do povo. Esse pressuposto, segundo Rui, não poderia prevalecer sob pena de atrasar o progresso da nação. Como ele apontava, se tivesse prevalecido na história política da nação o preceito que subordinava a adoção de reformas à existência prévia de hábitos populares condizentes com o que, na verdade, a própria reforma deveria gerar, então, não teríamos saído, sequer, do regime colonial:

[...] porque nele não adquiriríamos as disposições morais, que formam os povos para o governo representativo. Não teríamos chegado à reforma administrativa de 1834; porque certamente a centralização do primeiro reinado não nos educara para as franquias do ato adicional. [...] A própria reforma abolicionista estaria ainda apenas entre as eventualidades do possível, atenta a incapacidade da raça escravizada para entrar na fruição dos direitos individuais. Essa incapacidade era, no juízo de alguns,

¹⁴³ Idem, p. 190.

¹⁴⁴ Idem, p. 191.

¹⁴⁵ Idem, p. 193.

irremediável. [...] O negro não estava educado para a liberdade civil, como o branco não está para a descentralização federativa.¹⁴⁶

Dessa observação, Rui derivava a sua defesa do federalismo. Para ele, a limitação das liberdades locais não poderia se basear na justificativa de que era indispensável, por ora, que o “governo governe um povo, que não sabe governar-se”.¹⁴⁷ Não haveria, para Rui, outro meio para o povo praticar bem as instituições livres, senão adestrando-se nelas próprias, mesmo que, num primeiro momento, as praticasse mal. Assim, não existiria um sistema de “cura para os males provenientes da liberdade recém adquirida”, pois, a própria cura consistiria “exatamente na prática da liberdade” pelo povo.¹⁴⁸

No entanto, precisamos sublinhar que os argumentos utilizados pelos adversários de Rui para prorrogar a implantação do federalismo, e por ele criticados nesse momento, eram, contraditoriamente, muito similares aos argumentos que ele próprio utilizou para defender a necessidade de se educar o povo antes de conceder-lhe direitos políticos, conforme vimos anteriormente. Como a maioria do povo poderia praticar bem as instituições livres e exercer a liberdade política se estava de antemão excluída de exercer o direito político? Da mesma maneira que os “retrógrados” se utilizaram do argumento da incapacidade preliminar do povo e da ausência de bons hábitos populares para justificar a não realização da reforma federalista, Rui empregou o argumento da incapacidade do analfabeto de participar racionalmente e com liberdade da vida política da nação. Como procuramos demonstrar, para ele, o analfabeto não poderia exercer o direito político antes de ter adquirido os requisitos capacitários para exercer a cidadania política. Isto é, a concessão efetiva da liberdade e do direito político, para Rui, pressupunha condições e costumes preliminares do povo, como o saber escrever e ler - principalmente os jornais, o meio mais acessível ao cidadão racional se informar sobre política.

Portanto, se a realização da reforma federalista não deveria ser prorrogada sob o argumento da inaptidão do povo para o exercício da liberdade

¹⁴⁶ Idem, pp. 191-192.

¹⁴⁷ Idem, p. 194.

¹⁴⁸ Idem, p. 192.

política, o mesmo argumento, para Rui, era válido para limitar a concessão efetiva dos direitos políticos e a ampliação da participação popular no sistema eleitoral. Nesse sentido, podemos notar uma contradição no pensamento de Rui, pois a aquisição dos direitos políticos e o exercício pleno da liberdade política estava condicionada previamente à instrução do indivíduo, isto é, aos seus bons hábitos - leitura e escrita - e às suas virtudes cívicas. Para que a massa popular pudesse participar da democracia representativa ela deveria, de acordo com Rui, primeiramente mudar os seus hábitos e adquirir as qualidades necessárias antes de assumir o exercício da liberdade política e da participação nas instituições livres. Dessa forma, Rui adotava o preceito que subordinava o alargamento da participação política ao momento em que os indivíduos se fizessem instruídos, o que equivaleria a aguardar de modo indefinido a reforma do ensino e a ampliação do acesso à instrução.

Desse modo, embora o federalismo representasse um passo importante para o estabelecimento da liberdade política e a possibilidade de uma organização democrática de governo, Rui ressaltava que também era preciso que a “ignorância popular” decrescesse. Em outros termos, para o povo realmente se auto-governar, e a “indiferença não continuar a ser *o fundo do nosso caráter*”¹⁴⁹, era imprescindível a federação, porém, aliada à educação popular. Isto porque, de um lado, a federação reduziria o papel da Monarquia às funções políticas do Estado, “franqueando às províncias meios de prosperidade econômica”, e por outro, as habilitaria a empreender em ampla escala, a obra da educação pública, “impossível sob a realeza centralizada nas mãos de uma dinastia iliberal”.¹⁵⁰

Diante deste arrazoado sobre a reforma federalista, é possível identificarmos com maior clareza a *forma de pensar* de Rui. A proposta deste trabalho, de interpretação do pensamento político de Rui, a partir de sua *forma de pensar*, recusa a categoria de “idealista utópico” tal como atribuída por Oliveira Vianna, para se referir a um pensamento descolado da realidade e, portanto, irrealizável.¹⁵¹ A nossa hipótese de que o pensamento de Rui refletia

¹⁴⁹ Idem, p. 194.

¹⁵⁰ Idem, p. 194.

¹⁵¹ Quanto ao uso do termo utopia, Mannheim observa que “a própria tentativa de determinar o significado do conceito “utopia” mostra a que ponto toda definição, no pensamento histórico,

e expressava a realidade em cujo meio operava parece ter se confirmado. Nesse sentido, a análise de seus discursos, projetos de lei e artigos, bem como a sua ação política, demonstraram que o seu pensamento era congruente com a realidade. Além disso, o pensamento e as ações políticas de Rui expressaram um *modo* de compreender e *como* transformar essa realidade.

Desse modo, podemos dizer que, Oliveira Vianna, ao encarar as ideias de Rui como inviáveis, obscureceu as distinções teóricas, as concepções de realidade que produzem diversos modos de pensamento e de ação, de tal forma que ao obscurecer essas distinções, suprimiu a validade das pretensões do pensamento liberal de Rui. Ao chamá-lo de utópico, por não levar em conta a realidade, tal como a concebia, Oliveira Vianna ignorou, em última análise, os diferentes modos de o pensamento experimentar a “mesma” realidade.¹⁵²

Contudo, como bem apontou Oliveira Vianna, Rui partia da filosofia da sua época: o liberalismo. Desse modo, é do ponto de vista liberal que a concepção de realidade de Rui deve ser revista e posta em questão. De maneira ampla, o pensamento liberal de Rui reivindicava um sistema político, em que a defesa e a existência da liberdade, garantidas pela lei, seriam a sua condição de legitimidade. Daí, a sua percepção de que a defesa da liberdade civil e, principalmente, da liberdade política, entendida como liberdade provincial, tornava-se uma questão política central, pois fundamentava a legitimidade da Monarquia e a defesa da representação política democrática em teses liberais.

Da exposição precedente sobre o federalismo, salientamos que a premissa básica de Rui era a de que as reformas institucionais ou as leis poderiam conformar os costumes políticos, e subverter o “caráter” do povo,

depende necessariamente da perspectiva da pessoa, isto é, contém em si mesma todo o sistema de pensamento que representa a posição do pensador em questão e especialmente as valorações políticas subjacentes a este sistema de pensamento”. Ainda segundo este autor, a tendência a designar como utópicas as ideias que pareciam ou se mostraram irrealizáveis é própria “tão-só do ponto de vista de uma dada ordem social vigente”. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*, pp. 220-221.

¹⁵² “Ao considerar as noções de ideologia e utopia, a questão da natureza da realidade entra novamente em cena. Ambos os conceitos contêm o imperativo de que cada ideia deva ser julgada por sua congruência com a realidade. [...] Todos os grupos e classes conflitantes da sociedade buscam esta realidade em seus pensamentos e em seus atos, não sendo por conseguinte de estranhar que esta pareça ser diferente para cada um deles. Idem, p. 124.

desde que respeitado o princípio liberal da liberdade civil, um direito irrecusável a todos os indivíduos. Nesse sentido - e o exposto acima parece confirmar nossa hipótese, o pensamento liberal de Rui reclamava a fidedignidade da representação política e a soberania popular para uma sociedade em que o povo, além de predominantemente analfabeto, carecia de costumes e hábitos políticos pautados na liberdade. O problema de fundo desse quadro residia na centralização política e administrativa do Império e no recente passado escravista, que moldara as diversas instâncias da sociabilidade e da política nacional.

A par desse estado de coisas, para justificar a adoção do federalismo, Rui não admitia *a priori* que o povo não seria capaz de desenvolver bons hábitos políticos e exercer com responsabilidade a liberdade, desde que, obviamente, pudesse contar com as instituições liberais. Desse modo, se o povo tivesse à sua disposição meios liberais e legais, ele gozaria com fluidez os direitos civis e políticos que lhe foram concedidos.

Contudo, precisamos enfatizar a questão cara ao ideário liberal de Rui: para que um povo pudesse gozar com liberdade dos seus direitos, era imprescindível que este não fosse ignorante - pressuposto de sua ideia de democracia liberal “racional”. A constituição de uma sociedade liberal democrática, devemos insistir, para Rui, somente seria possível se composta por indivíduos que usufruíssem do uso da razão.

A partir de sua visão liberal de democracia, Rui entendia que a construção de uma sociedade liberal e democrática deveria obedecer a um plano de reformas. Foi, portanto, no entrelaçamento de sua ação política com suas ideias que podemos compreender como Rui configurou as suas propostas de reformas: primeiramente, a reforma eleitoral e a do ensino e, posteriormente, a emancipação do elemento servil com a reforma do trabalho, e finalmente, a reforma federalista. Essas reformas deveriam contemplar mudanças pacíficas - daí tanto a sua ênfase nas reformas para evitar a revolução - no qual as próprias reformas devessem ser vistas como uma etapa do processo de aperfeiçoamento da sociedade. Nessa perspectiva, as reformas teriam o poder de produzir *a posteriori* o tipo de cidadão livre exigido pelo ordenamento liberal da sociedade.

O projeto liberal utópico de Rui renunciava, portanto, a uma ideia de imutabilidade. Ao contrário, ele tinha como um de seus mais caros pressupostos a ideia de uma perfectibilidade contínua, que ganha sentido no devir histórico. Desse modo, podemos nos referir ao pensamento de Rui como utópico de maneira bem precisa: o seu pensamento transcendia o presente e se orientava com vistas ao futuro, isto é, Rui não rompeu seu contato com a realidade presente, mas, à volta de cada acontecimento de sua época, e inserido numa atmosfera de ideias liberais que lhe fornecia substrato teórico, lançava-se a cumprir os objetivos que acreditava que deveriam ser alcançados. É deste modo que podemos entender a sua utopia liberal de construção de uma sociedade moderna para o Brasil. O modelo de sociedade liberal foi assumido por Rui como algo ideal, ou seja, como o patamar a ser alcançado pelo país para se alçar ao nível das nações civilizadas. Esse modelo seria o único capaz de garantir o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e de direcioná-las com vistas a um progresso constante.

Nos discursos, projetos de lei e artigos de Rui analisados até aqui, há uma nítida associação entre liberalismo e democracia. Rui conferiu ao liberalismo uma conotação positiva, sem que ele se atentasse diretamente para a disparidade das forças sociais e políticas que disputavam as vantagens do acesso à esfera pública ou aos limites impostos pelos próprios paradigmas do liberalismo para o desenvolvimento de uma sociedade efetivamente democrática. Assim, o liberalismo, defendido por Rui, redundava numa representação de interesses das classes que detinham o poder político e econômico no Império e acabou por sustentar uma relação hierárquica, onde a política racional se impunha em nome do acesso dos indivíduos “capacitados” à esfera da cidadania política.

Ademais, os discursos pronunciados especialmente no contexto da reforma eleitoral, como vimos anteriormente, demonstraram o seu modelo ideal de sociedade liberal democrática e os mecanismos que deveriam ser adotados para atingi-lo. Esse modelo de sociedade e os mecanismos de exclusão em momento algum foram postos em questão por Rui. Não encontramos, na obra política do autor, nenhuma observação sobre o caráter espoliador e de exclusão desse modelo de sociedade liberal e de democracia “ilustrada”, mas, ao contrário, o político baiano sempre fez questão de frisar o seu

distanciamento da ideia de democracia igualitária, e afastar de forma veemente qualquer associação do seu nome com ideias e propostas “socialistas”.

De fato, ao manter-se nos limites dos paradigmas liberais e confiar no devir do progresso¹⁵³, o objetivo do pensamento e da sua ação política Rui era, ao mesmo tempo, criar instituições “livres” e promover uma nova forma de sociedade, baseada na liberdade individual e no desenvolvimento econômico. Para se cumprir o seu ideal político liberal de construção de uma sociedade composta por indivíduos livres e iguais no plano jurídico, os direitos civis deveriam ser garantidos, assim como era preciso abrir caminho para uma progressiva participação política dos cidadãos.

Assim, mediante a sua ação política, Rui propôs o que poderíamos denominar de reformas sociais: a reforma do ensino, a qual ele creditava o poder de formar cidadãos e uma opinião pública ilustrada, capacitados para participar de maneira racional da democracia representativa; e trabalhadores livres para atuarem na indústria, o ramo econômico responsável pelo progresso das nações modernas. A reforma da emancipação dos escravos, com a concessão de alguns direitos aos libertos, além de garantir a liberdade civil, deveria, para Rui, vir acompanhada de soluções para o estabelecimento da organização do trabalho livre assalariado.

Ainda que as propostas de reforma do ensino de Rui não tenham sido efetivadas, a abolição materializou, ao menos formalmente, os direitos civis de liberdade e igualdade de todos os cidadãos. Cumprido esse primeiro passo, essencial para o surgimento e a configuração de uma sociedade liberal, constituída de indivíduos livres e iguais no âmbito da esfera civil, não significava, entretanto, para Rui, que os direitos políticos deveriam ser concedidos a todos, mas somente àqueles capazes de utilizá-lo com liberdade

¹⁵³ De acordo com Mannheim, na concepção do progresso está contida uma crescente preocupação com o “aqui e agora” concreto do processo histórico em curso. Para o pensamento liberal moderno, o mundo é visto como se movendo “na direção de uma realização de seus objetivos, ou de uma utopia. De outro ângulo, o utopismo se torna crescentemente vinculado ao processo de vir a ser. A ideia, que somente poderia ser completamente realizada em algum tempo distante, torna-se, no decurso do continuado desenvolvimento do presente, uma norma que, aplicada a detalhes, efetua uma gradativa melhoria. A participação nas mais imediatas tendências do desenvolvimento cultural do presente, a intensa fé no institucionalismo e no poder de formação da política e da economia caracterizam os herdeiros de uma tradição que não se encontram somente interessados em cultivar, mas que querem colher a safra desde agora”. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*, p. 248.

e racionalmente. Podemos dizer que, para Rui, enquanto os direitos civis deveriam ser concedidos a todos indiscriminadamente, os direitos políticos apenas poderiam ser conquistados mediante a capacidade dos indivíduos de se aperfeiçoarem pela educação.

Em suma, o pensamento liberal de Rui apostava, por um lado, no potencial da educação e das instituições políticas liberais para promover o aperfeiçoamento do indivíduo e formar uma sociedade composta por cidadãos livres e soberanos, capazes de participar racionalmente da política e promover o desenvolvimento da democracia representativa; e prover os indivíduos dos meios necessários ao trabalho livre industrial e, assim, incrementar a economia nacional. Por outro lado, Rui assumia que a consolidação dos direitos e garantias individuais seriam os instrumentos da liberdade do indivíduo, daí, podemos compreender a ênfase colocada no cumprimento da lei e dos direitos civis. Enquanto a liberdade, para Rui, era a condição para o homem ser livre e consciente de seus direitos e deveres individuais, o saber era a garantia para participação política do indivíduo. Foi sobre estes referenciais liberais - a liberdade e a ilustração do indivíduo - que Rui estruturou o seu pensamento sobre a representação política democrática e as suas propostas de reformas que marcaram a sua participação parlamentar no Império: a reforma eleitoral, a do ensino e a da emancipação dos escravos.

Contudo, para se cumprir o ideal político de Rui, reformas político-institucionais deveriam também ser realizadas, sendo a mais importante, a reforma federalista, como proposta de descentralizar a organização administrativa do centralismo imperial. O intuito de tal reforma seria propiciar a liberdade política das províncias, na verdade, uma fórmula para *republicanizar* e democratizar a Monarquia, de modo a resguardar o regime e manter a sua legitimidade. O federalismo seria, para Rui, mais do que a garantia da descentralização administrativa, mas a garantia da ampliação da representação política democrática e de solução para o encaminhamento das demandas interprovinciais. Ao federalismo, Rui aliou uma proposta de fortalecimento do Poder Judiciário que funcionaria como agente de harmonização e equilíbrio entre as unidades federadas e a União, além de tornar-se o corolário do reconhecimento e consagração das liberdades e direitos individuais.

Nos anos finais do Império, a oposição liberal radical, bem como os republicanos - que adotavam o princípio federativo em seu programa - perceberam a importância da reforma federalista. Contudo, colocada novamente a questão federalista na prática política do último ano do Império, o Partido Liberal resistiu à sua implantação, apesar do federalismo fazer parte dos seus ideais históricos. Em vista da recusa dos liberais, coube aos republicanos empunhar a bandeira da modernização política e da liberdade provincial.

A postura do Partido Liberal no tocante ao federalismo, bem como sua atuação reticente em relação à questão abolicionista indicaram, para Rui, a pouca disposição do seu partido para promover reformas mais profundas nas instituições imperiais. Ele constatou que não havia mais a possibilidade de reconciliar o andamento histórico da sociedade brasileira com um sistema político fundado numa perspectiva restritiva da liberdade.

Ao acompanharmos os seus artigos no *Diário de Notícias* percebemos que Rui chegara à conclusão de que o modelo político do Império havia exaurido a sua capacidade de reger o país no caminho da modernização democrática. Essa conclusão levou Rui a ingressar no movimento republicano. Neste momento, a República lhe parecia ser a única possibilidade de materialização de um sistema político capaz de promover a construção de uma sociedade liberal democrática por ele postulada, assentada sobre os princípios fundamentais da liberdade e do desenvolvimento econômico.

Nesse ponto, podemos questionar a coerência da postura política de Rui. Afinal, a passagem de um pensamento fundado no princípio monárquico para o princípio republicano não seria contraditória? Nessa perspectiva, podemos dizer que num primeiro momento, ainda monarquista, Rui tentara adaptar a Monarquia ao regime representativo, como forma de se efetuar a mudança político-social necessária à modernização do país, tendo inclusive, assinalado que a realização de um conjunto de reformas político-institucionais contribuiria para a legitimação e manutenção do Império. Em um segundo momento, ele aceitou ingressar no movimento republicano, perante a constatação de que os partidos políticos e o sistema imperial eram inerentes à

centralização e, portanto, na visão de Rui, negavam o princípio da liberdade. Nesse sentido, podemos responder a questão aludida acima afirmando que Rui era indiferente, nesse momento, à forma de governo, desde que a Monarquia ou a República respeitassem substancialmente o princípio liberal da liberdade. Ou seja, para a concretização do seu projeto político de construção de uma sociedade liberal, Rui reivindicava a implantação de um sistema político federativo capaz de garantir a liberdade individual e política, bem como a modernização das instituições do país.

A adesão de Rui à República pode ser explicada, portanto, pela reivindicação da materialização de seu ideal político. A forma republicana seria um “meio”, um “veículo”, conforme ele mesmo admitira na campanha federalista, para promover a liberdade, o progresso econômico e político da nação.

Isso nos explica os motivos de Rui, quando procurado por Benjamin Constant quatro dias antes de 15 de novembro para aderir à conspiração republicana e ao futuro governo, ter aceitado a República como um fato consumado. Em 9 de novembro Rui publicara “Plano contra a Pátria”, artigo no qual aludia à revolução na hipótese de um plano de dissolução do Exército e substituição pela Guarda Nacional. Devido a esse artigo, Benjamin Constant propôs então a Rui que se unisse à conspiração republicana.

Portanto, o que nos cabe agora é acompanhar as tentativas de Rui materializar os seus ideais políticos a partir do momento em que ele assumiu papel político relevante no novo regime. No próximo capítulo, o que nos interessa averiguar são as oscilações de suas concepções de democracia liberal - e este é o termo mais adequado -, pois Rui passaria a defender, já nos primeiros anos da República, a “democracia conservadora”.

Capítulo VI

Da institucionalização da República à democracia conservadora

Sob o antigo regime e sob o de agora, duas causas acima de todas me absorveram e apaixonaram: a da instrução pública, no regime imperial; no regime republicano, a da Justiça.

Rui Barbosa, discurso pronunciado em 1909, no Instituto dos Advogados Brasileiros.

Para Rui Barbosa, a República representava muito mais do que um regime político com capacidade superior à da Monarquia para promover a organização do país: a República encarnava um destino político manifesto que não poderia ser evitado caso a Monarquia não fosse capaz de implantar o federalismo. Rui não engrossou as fileiras da propaganda e do movimento republicano, mas aderiu imediatamente ao novo regime em nome da efetivação do federalismo que, naquele momento, segunda acreditava, não tinha condições de ser implantado sob o regime monárquico.

Como vimos no capítulo anterior, em 1889, Rui desempenhou brilhantemente o papel de incendiário ao promover implacavelmente a propaganda federalista nas páginas do *Diário de Notícias*, onde pleiteava a *americanização* da Monarquia mediante a adoção do federalismo, que, segundo argumentava, injetaria um “caráter democrático” no regime de forma a *republicanizá-lo*. As críticas exacerbadas ao regime monárquico, que Rui lançou enquanto exerceu o cargo de editor-chefe do *Diário de Notícias*, não

passaram despercebidas aos republicanos. Benjamin Constant, atento às atividades panfletárias de Rui, logo lhe propôs que se unisse à conspiração republicana¹.

Homem de ação, Rui viu na possibilidade de construção do novo regime a oportunidade para materializar as reformas políticas e institucionais pelas quais vinha se debatendo, e que não haviam sido contempladas durante a Monarquia, como a separação entre a Igreja e o Estado, a secularização dos cemitérios, a separação dos Poderes e a federação das províncias. A estas reformas desprezadas, Rui também mantinha ainda a esperança de estabelecer novos critérios de inclusão da população no mundo da cidadania política – ele nunca escondeu seu arrependimento com os resultados da Lei Saraiva, que promoveu a reforma eleitoral em 1881.

Além disso, a República foi proclamada sem que existisse um efetivo projeto político para ser implantado. O que coordenou a conspiração e uniu as diversas correntes políticas envolvidas na substituição do regime foram meramente as ideias de República e de federação, e paralelamente, o combate à Monarquia. De acordo com Renato Lessa, é um engano supor

¹ Este episódio foi narrado em uma entrevista que Rui concedeu ao jornal *Comércio de S. Paulo*, em 1903. Em seu relato, Rui afirmou que apenas poucos dias antes do levante militar de 15 de novembro, ele foi informado dos acontecimentos e do que efetivamente os republicanos estavam premeditando. Segundo Rui, ele somente tomou conhecimento daquilo que estava ocorrendo devido ao fato de ter publicado no *Diário de Notícias*, no dia 11 de novembro de 1889, um artigo de oposição intitulado “Plano contra a Pátria”, no qual cogitava a hipótese de uma revolução caso houvesse um plano para a dissolução do Exército e sua consequente substituição pela Guarda Nacional. Nesse mesmo dia, Rui foi procurado em seu escritório por Benjamin Constant. O militar tornou a procurá-lo nesse mesmo dia, dessa vez com a incumbência de lhe informar que o marechal Deodoro gostaria de conversar com ele ainda naquela noite. Rui encontrou-se, na residência de Deodoro, com “Aristides Lobos, Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant e major Solon”, que lhe expuseram “francamente os planos”, colocando-o “ao corrente de tudo” o que estava sendo planejado. No dia seguinte, Quintino Bocaiúva encontrou-se novamente com Rui e contou-lhe que o “marechal Deodoro desejava a entrada dele [Rui], para a pasta da Fazenda”. Até esse dia, de acordo com Rui, “não estava precisada a data da revolução”. No dia 15 de novembro, pela manhã, “quando o telefone deu sinal [...] soube da proclamação da república e da morte do barão de Ladário”. Ao dirigir-se para a redação do *Diário de Notícias*, encontrou “as forças que passavam com o marechal Deodoro à frente”. Apenas mais tarde, Rui “foi chamado ao quartel-general”. BARBOSA, Rui. “Restituições históricas. O 15 de Novembro”. [Entrevista]. In *OCRB*. Vol. XXX, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, pp. 405-406.

que o golpe de Estado de 15 de novembro de 1889 foi a materialização de um *projeto*, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana. [...] As propostas apresentadas pelos republicanos como corolários exclusivos da República incluíam: soberania do povo, democracia, governo representativo e responsável e federalismo. É inútil procurar no Manifesto de 1870, e nos outros que lhe seguiram, maior detalhamento.²

Lessa enfatiza que, em certo sentido, o desejo de mudança manifestado pelos republicanos não excedia os limites do reformismo monárquico, e a conduta do movimento diante das questões institucionais discutidas no fim do Império foi marcada pela moderação e generalidade. Ainda segundo o autor, o programa reformista dos republicanos era mais limitado do que as propostas de reformas apresentadas, em 1889, pelo gabinete de Ouro Preto. E, ainda mais tímido, segundo Lessa, se comparado com o programa dos liberais radicais de 1868, que propunha vasta reforma no sistema monárquico.³

A coligação que sustentava o governo provisório representava outro sério problema, pois era bastante díspar e reunia desde

generais como Deodoro e Floriano, inclinados à ditadura pura e simples; militares e civis positivistas, como Benjamin Botelho e Demétrio Ribeiro, propensos a uma república autoritária, científica e progressista; aristocratas rurais conservadores, como Campos Sales e Francisco Glicério, que queriam uma república oligárquica como a Argentina de Julio Roca, e jornalistas democratas, como Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva. Quanto a Rui, monarquista até a véspera, o fato de não ser militar nem republicano *histórico* foi compensado pela ascendência sobre Deodoro, conseguida com seus prodigiosos conhecimentos administrativos e conservada com contínuas ameaças de abandonar o ministério. Rui tentou

² LESSA, Renato. "A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina". In CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 15.

³ *Ibidem*, p. 15. O programa de reformas de Ouro Preto foi recusado por Rui, como vimos no capítulo anterior. A temática do programa de reformas dos liberais radicais foi desenvolvida com mais detalhes no Capítulo II deste trabalho, onde destacamos as ideias liberais radicais do jovem Rui.

assim manobrar para que a ditadura fosse, dentro do possível, um breve interregno para a organização democrática e liberal da nova República.⁴

Esses dois fatores, a inexistência de um efetivo projeto político e as várias vertentes políticas que competiam pela imposição de seus pontos de vista, abriram a disputa inicial sobre a delimitação de quais deveriam ser os fundamentos adotados para a institucionalização do novo regime. Diante dessa fragmentação e da coalizão díspar de vertentes políticas que sustentava o governo provisório, Rui precisou encampar e encabeçar a luta contra a influência não negligenciável dos militares e positivistas, que desejavam uma república de cunho autoritário. É nesse cenário que deve ser compreendido o papel de político atuante, desempenhado por Rui no interior do novo governo: tratava-se, naquele momento, de elaborar a primeira Constituição republicana brasileira e assentar os fundamentos para a organização democrática e liberal da República.

Assim, na primeira parte do capítulo abordaremos a tentativa de Rui de materializar os seus ideais políticos, ou seja, sua estratégia para estabelecer uma república fundamentada na existência de uma Constituição liberal democrática, capaz de assegurar a legitimidade e a estabilidade das instituições.

É preciso chamar a atenção do leitor que, para Rui, a existência de uma sólida Constituição, mais do que construir um sistema político-jurídico do Estado, significava a possibilidade de assentar os princípios liberais e democráticos, que ele considerava inexistentes no país. De seu ponto de vista, esta era a forma de garantir que as demandas dos direitos civis e a plena liberdade individual não conhecessem restrições constitucionais.

De antemão, podemos assegurar, sem dúvida alguma, que a Constituição de 1891 espelhava o pensamento político de Rui Barbosa: ele depositava total confiança na ideia de que a concretização normativa constitucional das instituições e dos princípios liberais exerceria uma influência benéfica sobre o povo. Em outras palavras, o pensamento de Rui partia da concepção de que a existência de uma Constituição capaz de legitimar as

⁴ LYNCH, Christian E. C. "A utopia democrática. Rui Barbosa entre o Império e a República". *Op. cit.*, pp. 47-48.

instituições liberais do novo regime poderia engendrar uma sociedade liberal e democrática.

No entanto, entre a sua pretensão de criar uma República liberal democrática e instituições capazes de legitimá-la e o que foi efetivamente gerado, o próprio Rui constatou, com decepção, que o resultado não foi condizente com o fim ao qual se pretendeu atingir. Esta constatação foi responsável por oscilações na sua postura política, levando-o inclusive a propor aquilo que denominou de “democracia conservadora”, depois de perceber que as ideias e instituições liberais não produziram resultados eficientes no ambiente social em que atuaram. Portanto, será esse o enfoque privilegiado na segunda parte deste capítulo: interpelar o pensamento de Rui fazendo emergir suas afirmações que imputavam, sobretudo, ao povo a responsabilidade pela pouca eficácia das instituições republicanas liberais. Desse modo, poderemos compreender melhor as soluções propostas por Rui para a “regeneração” do regime republicano.

1. A institucionalização da República e a concretização das ideias de Rui Barbosa

Tão logo proclamada a República, foi instalado um Governo Provisório sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca. Rui Barbosa assumiu imediatamente o posto de vice-chefe do governo e, posteriormente, o de ministro da Justiça, pasta que foi transferida logo depois a Campos Sales. A partir de então, Rui passou a ocupar o cargo de ministro da Fazenda.

No seu primeiro decreto, o Governo Provisório divulgou suas intenções. Com efeito, desde o Decreto nº 1, que Rui redigiu no mesmo dia da Proclamação da República por delegação do Governo Provisório, ele começou a estabelecer as condições para a materialização de suas antigas propostas de reformas. Primeiramente, o país ganhou nova designação: “Estados Unidos do Brasil”. Adotou-se como forma de governo a “República Federativa”, que era formada pelas antigas províncias “reunidas pelo laço da federação”, cabendo a cada “estado” decretar a sua Constituição definitiva e eleger “corpos

deliberativos e os seus governos”⁵. A nação, a partir desse momento, passaria a ser governada por um “Governo Provisório”, que nomearia delegados para governar os estados, podendo neles intervir para garantir a “ordem pública”. As forças militares e as repartições civis, até então ligadas ao governo central do Império, ficariam subordinadas ao Governo Provisório⁶.

Assim, o Decreto nº 1, assinado pelo Chefe do Governo Provisório, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant e Wandenkolk, atendeu ao objetivo mais geral da coalizão que se formara para a implantação do regime republicano: assegurar a autonomia dos “estados”. O compromisso federalista dos membros do Governo Provisório pôde, então, ser percebido na primeira afirmação institucional da República: em primeiro lugar, porque extinguiu a estrutura institucional imperial da Constituição de 1824 - a Coroa e o Poder Moderador, o Conselho de Estado e o Senado vitalício. O fator mais representativo desse ato consistiu em eliminar a coexistência das instituições monárquicas e a centralização política e administrativa, que eram materializadas pelo controle que o Poder Moderador, via Poder Executivo, exercia sobre as administrações provinciais. Em segundo lugar, o compromisso federalista do Governo Provisório era indiscutível, pois simplesmente o Decreto nº 1 estabeleceu a federalização das províncias. Porém, ao mesmo tempo em que o decreto do Governo Provisório confiou aos “estados” a construção da sua própria soberania política e institucional, garantida inclusive por meio da elaboração de uma Constituição estadual, o decreto também subordinava os estados a uma ordem nacional, conforme a definição do art. 6 do mesmo decreto.

Afora os dilemas suscitados pelo federalismo na organização do novo regime, em termos mais estritos, com a concessão da liberdade política às antigas províncias, Rui pode materializar no plano formal a sua proposta de

⁵ De acordo com Renato Lessa, a marca de Rui Barbosa no primeiro Decreto do Governo Provisório é evidente. No Decreto, “a inspiração federalista pode ser percebida não apenas como opção pela descentralização política e pela redistribuição dos poderes entre a *polis*, mas sobretudo como demanda pela diminuição do tamanho do governo central”. LESSA, Renato. *Op. cit.*, p. 19.

⁶ O texto do Decreto nº 1 do Governo Provisório pode ser encontrado na íntegra em CARONE, Edgar. *A Primeira República* (1889-1930). Texto e contexto. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1976, pp. 15-16.

democracia federativa, que fora defendida durante a sua campanha pela adoção do federalismo nos anos finais do Império.

Outros decretos materialmente constitucionais foram expedidos pelo Governo Provisório: em especial, o decreto de 19 de novembro, que contrariava a concepção restritiva de cidadania política de Rui, e instituía o sufrágio universal. Os decretos de 23 e 24 de novembro completaram as medidas já editadas sobre a competência dos governos estaduais, limitando-lhes a esfera de atribuições e deferindo ao poder central o preenchimento de lugares-chave da administração estadual, desde a nomeação de governadores provisórios até a dos comandantes de armas. Os decretos posteriores, principalmente o de 7 de janeiro de 1890, que separava a Igreja do Estado, e o decreto de 24 de janeiro, que instituía o casamento civil, vieram consumir as antigas demandas liberais de Rui.

O Governo Provisório, pelo decreto nº 29, expedido em 3 de dezembro de 1889, instituiu uma comissão composta por cinco juristas para elaborar o anteprojeto de Constituição, com o objetivo de submetê-lo à futura Assembleia Nacional Constituinte para que servisse de base aos debates e, expressasse o pensamento constituinte prévio do Governo.⁷ Em 21 de dezembro desse mesmo ano, outro decreto foi baixado com o propósito de estabelecer o dia 15 de setembro de 1890 como o escolhido para a eleição geral da Assembleia Constituinte. O mesmo decreto previa que a convocação da Assembleia ocorreria dois meses depois daquela data e ela se reuniria na Capital da República.

Assim que foi entregue o projeto conjunto elaborado pela “Comissão dos 5” ao Governo Provisório, coube a Rui Barbosa proceder à revisão do texto, antes de encaminhá-lo para a apreciação do Congresso Nacional, que

⁷ A “Comissão dos 5”, instituída pelo Governo Provisório para elaborar um anteprojeto de Constituição foi instalada em janeiro de 1890 sob a presidência de Saldanha Marinho, e era composta por Américo Brasiliense (vice-presidente), Magalhães Castro, Santos Werneck e Rangel Pestana. A Comissão deliberou que cada membro desse colegiado poderia apresentar o seu projeto de constituição, como um esboço prévio de ideias e sugestões. A comissão deu origem a três projetos individuais, a saber, o de Américo Brasiliense, o de Magalhães Castro e o projeto comum de Santos Werneck e de Rangel Pestana. A comissão fundiu os três projetos em um projeto definitivo, e o entregou ao Governo Provisório, para revisá-lo, em 30 de maio de 1890. Cf. ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979, pp. 1-2.

dispunha de poderes constituintes. Nesta revisão, Rui atuou de forma preponderante, tanto na redação quanto no conteúdo do projeto da Constituição, não hesitando em reivindicar a autoria do estatuto fundamental da Primeira República.⁸

Antes, porém, de prosseguirmos no exame da ação de Rui na revisão e reforma do texto do projeto primitivo da Constituição republicana, oferecido pela “Comissão dos 5”, a sua atuação à frente do Ministério da Fazenda do Governo Provisório merece ser discutida. A nosso ver, as reformas econômicas decretadas por Rui, como ministro da Fazenda, integravam, ao lado da construção institucional do regime, o seu projeto político mais amplo de construção efetiva de uma República democrática.

1.1. A “democracia do trabalho industrial” como alicerce da República

É necessário um pequeno esclarecimento a respeito da nossa chave de leitura das ações reformistas de Rui como primeiro ministro da Fazenda do regime republicano. Precisamos deixar claro ao leitor que mais do que a política econômica de Rui Barbosa adotada à frente da pasta da Fazenda, nos interessa entender como essa política se articulou com o seu programa de reformas mais amplo. Portanto, não é o nosso objetivo nesta seção do trabalho fazer a crítica do sucesso ou fracasso das reformas financeiras decretadas por Rui, de um ponto de vista econômico;⁹ muito menos desejamos apontar os

⁸ O projeto da “Comissão dos 5” foi revisto por Rui com o apoio do ministério. A narrativa sobre os trabalhos de revisão do projeto da Constituição consta de mais de uma referência feita pelo próprio Rui: “Comecei então, desde logo, a redigir a Constituição; à tarde, os meus colegas de ministério jantavam comigo, ouviam o que eu havia escrito, concorriam com suas ideias e emendas, discutíamos, e, depois, íamos ao Itamaraty ler os artigos ao marechal. Certa vez, o marechal observou que só eu falava, ao passo que os colegas se conservavam silenciosos. É que, respondi-lhe, sou a vogal de todos eles”. Apud CALMON, Pedro. “Prefácio”. In BARBOSA, Rui. *A Constituição de 1891*. In OCRB. Vol. XVII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. XI.

⁹ A “reforma econômica” de Rui Barbosa suscitou, ao longo do tempo, um controverso debate interpretativo, inclusive ideológico, entre estudiosos da política monetária e cambial adotada pelo primeiro ministro da Fazenda da República. Para essa discussão, ver, SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 1996; FRANCO, Gustavo H. B. “Prefácio”. In BARBOSA, Rui. *O papel e a baixa do câmbio: um discurso histórico, 1891*. Rio de Janeiro:

possíveis interesses pessoais “escusos”, que vários estudiosos da vida de Rui e da sua proposta de reforma econômica, posta em ação à frente do Ministério da Fazenda, indicaram estar ali sobrepostos¹⁰. Nosso intuito é buscar compreender, a partir da política econômica priorizada por Rui, os princípios que ele acreditava ser necessários para a efetivação da República e para a construção do que ele compreendia ser uma sociedade liberal e democrática e, paralelamente, encaminhar o país em direção ao progresso. Daí ser esta, a partir de então, a chave de leitura das ações e propostas de Rui como o primeiro ministro da Fazenda do regime republicano que será privilegiada nesta análise.

Ao iniciar as suas ações como ministro da Fazenda, Rui escreveu uma exposição ao chefe do Governo Provisório sobre “A Fazenda em 15 de novembro de 1889”, documento em que demonstrava a situação financeira, marcada pela corrupção, que o novo regime herdara da Monarquia. Sua apreciação da situação econômica do país veio acompanhada da ressalva de que muitos sacrifícios seriam necessários nesse período de transição:

Não nos basta, porém, ser austeros. Carecemos não menos imperiosamente, de impulsionar o espírito do progresso. Não nos encarceremos nas teorias estreitas de certos utopistas, notáveis pela intransigência do seu fanatismo e pela sua incapacidade na prática das coisas humanas, que pretendem modelar o mundo por fórmulas abstratas, nunca experimentadas, querem reduzir o papel do Estado a uma perpétua desconfiança contra as maravilhas das grandes organizações industriais, e negam a vantagem, para as nações, da interferência discreta da

Reler, 2005; NASSIF, Luís. *Os cabeças-de-planilha*. Como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

¹⁰ Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Op. cit.*, especialmente os capítulos, “Rui e o Encilhamento” e “Rui, empreguismo e parentela”. A versão biográfica de Magalhães Júnior sobre os interesses pessoais “escusos” que teriam guiado as ações de Rui no Ministério da Fazenda suscitou as mais devotas indignações dos admiradores da vida e da obra do político baiano. Após a publicação de *Rui, o homem e o mito*, várias biografias foram lançadas com o intuito de desconstruir a versão desse momento da vida e das ações de Rui apresentada por Magalhães Júnior.

administração. [...] Demandam uma vigorosa colaboração dos poderes do Estado, ao menos nos primeiros anos da república.¹¹

Pelo documento, podemos compreender as intenções de Rui Barbosa de promover o progresso material, mediante a modernização das relações de produção existente no país. Era preciso desatar a sociedade civil das amarras do Império e, nesse processo, o Estado republicano, de acordo com Rui, deveria ser o responsável por conduzir a sociedade brasileira rumo ao progresso. Para isso, era necessário que o Estado interviesse de forma “discreta” para promover a organização da indústria, para desenvolver a agricultura e colaborar para incentivar a imigração europeia.

Para Rui, era necessário reorganizar a legislação orçamentária herdada do Império para regular as finanças públicas. Por um lado, o objetivo era superar as dificuldades financeiras advindas da queda da produção cafeeira, resultado da falta de braços para a colheita, causada pela abolição da escravidão;¹² e, por outro lado, o objetivo era assegurar o processo de modernização econômica nacional.

Com efeito, em janeiro de 1890, Rui Barbosa assinou quatro decretos, sem consultar os demais ministros do Governo Provisório, que estabeleceram as bases de sua administração à frente do Ministério da Fazenda. Estas medidas, que ficaram conhecidas como Lei Monetária de 17/01/1890,

¹¹ BARBOSA, Rui. “A Fazenda Nacional em 15 de Novembro de 1889. Exposição ao Chefe do Governo Provisório”. [Documento datado de 28/12/1889, também publicado no *Diário de Notícias*, em 31/12/1889]. In *OCRB*. Vol. XVI, Tomo VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949, pp. 175-176.

¹² De acordo com o estudo de Luiz Carlos D. Prado, a exportação de café representou “10,9 milhões de libras em 1888, caindo a quantidade de café exportado de 6.075 mil sacos em 1886-87 para 3.444 sacos em 1888”. Portanto, segundo Prado, a República estava herdando uma crise financeira que já se esboçava nos últimos anos do Império. Mais exatamente, “desde o início da década de 1880, o aumento da demanda por moeda, em consequência do crescimento econômico do país e da difusão do trabalho assalariado, acarretava cada vez mais frequentes reclamações da falta de meios de pagamentos. [...] Como a demanda de dinheiro crescia sazonalmente, por ocasião das safras, nesse período a demanda por adiantamentos nos bancos do Rio de Janeiro aumentava sensivelmente. A abolição agravaria esse problema, obrigando o governo a fazer uma reforma monetária que atendesse às demandas da sociedade”. PRADO, Luiz Carlos Delorme. “A Economia Política das Reformas Econômicas da primeira década republicana”. In *Análise Econômica*. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Ano 21, n. 39, março de 2003, p. 15. Disponível: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10724/6335>. Acesso: 30/08/2013.

regulamentavam as sociedades anônimas, os Bancos de Emissão, o crédito agrícola e as instituições de crédito rural. Esta Lei criou ainda três bancos no país, em três regiões distintas: o banco do Norte possuía sede na Bahia, o do Centro tinha sede no Rio de Janeiro, e o do Sul estava sediado em Porto Alegre. A lei liberalizava a política de emissão, que seria baseada essencialmente em títulos de dívida pública, e regulamentava as operações bancárias que seriam as mais amplas possíveis, abrangendo não só descontos, empréstimos, câmbio, hipotecas e penhor agrícola, mas também adiantamentos sobre meios de produção, empréstimos industriais para construção civil e estradas de ferro, docas e portos. Também estavam previstas compra e venda de terras para colonização, drenagens e irrigação do solo e exploração de minas. Os bancos emissores tinham ainda direito à concessão gratuita de terras devolutas para a colonização, fundação de indústrias, e preferências para a construção de rodovias, exploração de minas e canais fluviais de comunicação. Esses bancos ainda teriam direito de desapropriação nos termos legais e isenção de impostos, direitos aduaneiros para as empresas que se organizassem sob suas administrações, de materiais que importassem para seus estabelecimentos, estradas de ferro, minas e outras fontes de produção.¹³

Em janeiro de 1891, Rui Barbosa apresentou o “Relatório do Ministro da Fazenda”. Esse documento nos fornece indícios que permitem apontar que o objetivo de Rui, ao assumir a pasta da Fazenda do Governo Provisório, era fomentar a indústria, o trabalho industrial e modernizar a produção agrícola. Para a realização desses objetivos, ele propôs a criação do Banco Hipotecário Nacional, além da criação de bancos populares. Estes últimos teriam como função principal a ampliação do crédito, cujo propósito era contribuir para o

¹³ Cf. PRADO, Luiz Carlos Delorme. *Op. cit.*, p. 16. Vários fatores econômicos e políticos fizeram os anos 1890 e 1891 particularmente difíceis. O *boom* especulativo da Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro, criou um clima de tensão nos círculos financeiros brasileiros. A “fase de especulação desenfreada que caracterizou o biênio 1890-1891” - episódio chamado “encilhamento” - foi resultante da política emissionista promovida por Rui à frente da pasta da Fazenda, com a criação de três Bancos Regionais privados que passaram a emitir no lastro triplo, não apenas em ouro, mas em títulos da dívida pública. Com o fluxo inflacionário, o número de companhias criadas foi imenso, sem que se tivesse capacidade de se sustentar a médio e longo prazo. LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Difel, 1961, p. 105.

desenvolvimento agrícola e a ampliação das riquezas urbanas por meio da colonização do território – tarefa que seria desempenhada pelo contingente de imigrantes que estava entrando no país, bem como pelo capital estrangeiro que afluiria para as principais praças financeiras¹⁴. Rui chegou ainda a propor, com o objetivo de resolver o problema da imigração, a adoção de uma medida prática que garantisse o título de propriedade do solo, uma medida semelhante à Lei Torrens, criada na Austrália. Esta lei deveria favorecer a entrada do elemento colonizador, “mediante a facilidade de aquisição e a segurança do título”¹⁵. Além dessas medidas, Rui, enquanto ocupou o cargo de ministro da Fazenda, propôs a criação de um imposto que incidisse sobre a renda, e sugeriu uma série de regras para a transmissão fundiária, regras estas que visavam diminuir o tamanho das propriedades rurais. Por último, ainda propôs que fosse instituído o Tribunal de Contas, o Montepio dos Funcionários Públicos do Ministério da Fazenda e um sistema de estatística¹⁶.

As ações de Rui, enquanto ocupou o cargo de ministro do Governo Provisório, trouxeram a marca da preocupação com o desenvolvimento da indústria nacional. Foi com esse objetivo em vista que ele dirigiu suas críticas ao sistema fiscal vigente no país que, segundo ele, repousava unicamente sobre a renda das alfândegas. Ao mesmo tempo, Rui denunciou a concentração de riqueza nas mãos dos senhores de terra, que mantinham o monopólio do café e privavam o país do florescimento da indústria. Embora criticasse o protecionismo exagerado, Rui era favorável à adoção de uma proteção lenta e criteriosa, que tivesse como objetivo amparar o ramo da produção industrial:

[...] podemos, entanto, por uma proteção módica e lenta, aplicada com critério a cada caso especial estudado nos seus efeitos, ir preparando a indústria nacional, para, em época mais ou menos próxima, confiar

¹⁴ Cf. BARBOSA, Rui. “Relatório do Ministro da Fazenda”. In *OCRB*. Vol. XVIII, Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

¹⁵ BARBOSA, Rui. “A execução da Lei Torrens na Capital Federal”. [Informação ao Chefe do Governo Provisório datada de 12/01/1891]. In *OCRB*. Vol. XVIII, Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949, p. 66.

¹⁶ Cf. BARBOSA, Rui. “Relatório do Ministro da Fazenda”. In *OCRB*. Vol. XVIII, Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

exclusivamente em si mesma, e criando simultaneamente um mecanismo de rendas internas, que nos habilite a recorrer cada vez menos, em suprimento da necessidade do Tesouro, aos direitos de fronteira. Não pouca vantagem haverá em passarmos da condição de país exclusivamente consumidor, em matéria industrial, para a de país também produtor.¹⁷

Com esses argumentos, Rui justificava o Decreto nº 836, expedido em 11 de outubro de 1890, no qual eram estabelecidas novas tarifas de importação: a taxaço de todas as mercadorias estrangeiras que se destinavam ao consumo no país. O decreto também regulava normas para fiscalizar as concessões de isenço de direitos de importação de matérias-primas ou produtos manufaturados similares aos produzidos pela indústria nacional.

Na exposiço dos motivos desse decreto, Rui justificava que a política protecionista que adotou como ministro da Fazenda não contrariava os princípios da economia liberal. Já vimos ao longo desse trabalho que, para fornecer argumentos de que as suas propostas de reformas não se desviavam da doutrina liberal, Rui chamara em seu auxílio John Stuart Mill. Nesse momento, não foi diferente: ele justificou-se citando o liberal inglês, em cuja obra, *Princípios de economia política*, reconheceu

haver caso em que as leis econômicas se conciliam com o uso de direitos protetores; a saber: ‘quando eles se lançam, sem caráter definitivo (especialmente no seio de uma naço nova e em via de crescimento), com o intuito de naturalizar indústrias peregrinas, inteiramente adaptáveis às circunstâncias do país’.¹⁸

Desse modo, Rui justificava a sua política econômica, pois, apesar de pessoalmente inclinar-se para a “liberdade comercial”, cuja realização era o “ideal futuro”, naquele momento, a gravidade dos interesses em matéria de

¹⁷ BARBOSA, Rui. “Reforma da tarifa”. [Relatório do Ministro da Fazenda, apresentado em janeiro de 1891]. In *OCRB*. Vol. XVIII, Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949, p. 129.

¹⁸ Idem, pp. 127-128.

tarifas alfandegárias impunha uma orientação legislativa oposta à do liberalismo econômico.¹⁹ Ou seja, sua política de proteção à indústria brasileira no início do regime republicano afastava-se da “direção que as aspirações mais adiantadas determinam”.²⁰

Com o objetivo de proteger a indústria nacional, Rui procurava regular e estabelecer normas para fiscalizar as concessões de isenção de direitos de importação ou consumo de produtos manufaturados similares aos que eram produzidos internamente pela indústria nascente. Para o ministro da Fazenda do Governo Provisório, o desenvolvimento dessa atividade social e econômica era visto como uma questão política, isto é, o ramo da produção industrial era um fator para a consolidação da República e o Estado republicano tinha o dever de protegê-la:

E releva dizê-lo: o desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política. No

¹⁹ Se Rui admitia certa intervenção do Estado para promover a industrialização e o desenvolvimento econômico, ele, todavia, era contrário a qualquer medida estatal que visasse regulamentar o trabalho do operário, ou que o próprio operariado se organizasse em partidos e sindicatos, ressaltando que antagonismos não teriam lugar numa República democrática. Contra as ideias “socialistas”, Rui recomendava a permanência dos operários nos rígidos limites do liberalismo individual, como podemos observar no seu discurso aos operários da Imprensa Nacional em 13 de novembro de 1890. Suas palavras tiveram o objetivo de adverti-los para que não se deixassem invadir “pelo gênio partidário, que semeia as paixões, os interesses e as cobiças. Vosso partido é a escola e a oficina. [...] Acautelai-vos, pois, contra as organizações políticas, contra as imitações estrangeiras [...]”. Quando vos afagarem os ouvidos com a invocação da vossa soberania, recordai-vos de que não há nas sociedades civilizadas, verdadeira soberania senão a da inteligência e a da cultura moral. A outra é peso do número, é a cegueira da força, é a brutalidade da revolta: é a soberania do bárbaro”. BARBOSA, Rui. “Discurso na Imprensa Nacional”. In *OCRB*. Vol. XVII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, pp. 367-368.

²⁰ Idem, p. 127. De acordo com Nícia Vilela Luz, “de pensamento fundamentalmente liberal, Rui Barbosa não era um industrialista, nem um protecionista”, porém, “uma vez no poder e tendo de enfrentar o problema da reforma alfandegária, não escondia, ainda em 1890, as suas preferências pelo liberalismo econômico. Reconhecia, entretanto, a necessidade de se curvar ante as ‘conveniências econômicas do país’. Em vista destas, confessava-se obrigado a fazer ‘transações’, tendo em face as exigências do tesouro e o estado de nossas indústrias. Não se limitou, porém, o novo Ministro da Fazenda, a transigir com as ideias. Invertendo a sua posição em relação à indústria, reconhecia a necessidade de desenvolver a indústria nacional, vendo neste desenvolvimento uma questão política - a consolidação do novo regime. Para que esse desenvolvimento se processasse, Rui Barbosa, apesar de suas inclinações livre-cambistas, concordava ser a proteção, a fim de que a indústria nacional pudesse enfrentar a concorrência estrangeira”. LUZ, Nícia Vilela. *Op. cit.*, p. 161.

regime decaído, todo o exclusivismo e privilégio, a nação, com toda a sua atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia laboriosa e robusta, que pudesse inquietar a bem-aventurança dos posseiros do poder, verdadeira exploração a benefício de privilegiados. Não pode ser assim sob o sistema republicano. A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente.²¹

Conforme Rui, a efetivação da República e da democracia dependia do desenvolvimento da produção industrial. A República, em nome da modernização e do progresso, precisava romper as comportas do regime anterior para dar vazão à formação da “democracia do trabalho industrial”. As medidas econômicas para garantir o processo de modernização nacional contribuiriam para uma nova organização do trabalho na pós-abolição - o trabalho assalariado - associada à preocupação de colocar o Brasil no rumo do progresso e de torná-lo um país industrial.

Sabemos que a industrialização do país era uma questão flagrante no pensamento de Rui, a qual ele já vinha defendendo há bastante tempo, sobretudo, com a sua proposta de reforma do ensino, voltada a uma educação que aparelhasse o trabalhador para as tarefas de produção em bases técnicas da indústria moderna. Nesse sentido, é significativo que a educação industrial representasse para o liberal baiano “um dos auxiliares mais eficazes no nivelamento crescente das distinções de classe entre os homens, não deprimindo as superioridades reais, mas destruindo as inferioridades artificiais que alongam dessa eminência as camadas laboriosas do povo”.²²

A reforma do sistema econômico no interior do pensamento de Rui, especialmente, a sua tentativa de reformar o sistema de produção e promover o desenvolvimento da indústria nos primórdios da República, deve ser

²¹ BARBOSA, Rui. “Reforma da tarifa”. [Relatório do Ministro da Fazenda, apresentado em janeiro de 1891]. In *OCRB*. Vol. XVIII, Tomo III, p. 143.

²² BARBOSA, Rui. “O desenho e a arte industrial”. In *OCRB*. Vol. IX, Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 255.

compreendida como uma reforma de alcance político. Nesta linha de ideias, podemos dizer que Rui buscou com as medidas de reformas financeiras e cambiais decretadas no início do regime republicano encaminhar o seu projeto de modernização da sociedade brasileira. Neste mesmo sentido, Rui compreendia que, além das transformações propriamente político-institucionais, o desenvolvimento da indústria nacional era também uma questão política central da qual dependeria o futuro da República democrática. Em última instância, para Rui, por um lado, era preciso destruir os privilégios daqueles que dispunham do poder econômico - os oligarcas rurais que, sob o Império, haviam encampado o Estado, tomando o público como se fosse o privado. Por outro lado, era preciso industrializar o país, em outros termos, desenvolver e diversificar o trabalho assalariado, condição essencial à integração social e à incorporação paulatina das forças populares produtivas nos assuntos políticos do Estado democrático republicano.

Às mudanças institucionais para consolidar o regime republicano, Rui acrescentava a necessidade de mudanças mais profundas na estrutura econômica da sociedade. Era necessário romper com o que se mostrava historicamente inviável para o desenvolvimento da indústria, vista por ele, como a atividade social que daria forma a uma sociedade liberal no país, pela incorporação das massas ao processo de produção capitalista. Uma vez eliminados os resquícios de uma sociedade colonial escravista, o trabalho assalariado, além de engendrar o processo de modernização da nação, representava a condição prévia para a efetiva garantia das liberdades do indivíduo, ou seja, dos direitos individuais tradicionalmente liberais, como o direito à propriedade do trabalho e a liberdade civil, princípios básicos da concepção de democracia esposada por Rui.

Tal concepção democrática de Rui, vale a pena chamarmos a atenção do leitor para este ponto, estava mais vinculada estritamente às garantias das liberdades individuais e dos direitos civis do que à plena democratização do sistema político e à incorporação imediata dos cidadãos civis na cidadania política da República. A reforma econômica e financeira de Rui Barbosa como ministro da Fazenda procurou pôr em execução uma reforma política, tendo por base o desenvolvimento da industrialização no país e, com isso, promover a elevação dos trabalhadores assalariados à categoria de cidadão da República.

Contudo, se era imprescindível industrializar o país, antes disso, era necessário, ainda, educar esse trabalhador - ponto de partida focado repetidamente, por Rui, para que as forças populares laboriosas pudessem participar dos assuntos políticos do Estado.

Com efeito, ao se empenhar na elaboração da Constituição republicana, o constitucionalista Rui Barbosa não apresentou artigos referentes a direitos políticos. Sua preocupação principal foi com a consolidação dos requisitos jurídicos indispensáveis a uma Carta Constitucional. Nessa perspectiva, Rui Barbosa entendia que, na elaboração de uma Constituição liberal-democrática, a incorporação das liberdades formais do estado liberal - liberdade civil, propriedade, e igualdade de direitos civis - era a condição necessária para a institucionalização do regime político republicano e a consagração do Estado democrático de direito.

Adiante, acompanharemos o papel de Rui Barbosa na revisão e elaboração do projeto da Constituição republicana a ser submetido à Assembleia Constituinte, procurando com isso, retratar o entendimento liberal do jurista baiano na feitura institucional da forma republicana-federativa da Constituição de 1891.

1.2. A atuação de Rui Barbosa na elaboração da Constituição de 1891

A Proclamação da República, segundo Vicente Barreto, foi um dos momentos da história política brasileira, “talvez o mais importante, em que os liberais chegaram ao poder no Brasil”. Nesse sentido, a elaboração da Constituição de 1891 trouxe um significado muito importante, não apenas para Rui, mas também para os liberais de diferentes matizes que poderiam, naquele momento, transformar em “realidade institucional algumas bandeiras em função das quais, durante o Império, congregaram-se”. E de fato, a Magna Carta consagrou antigas reivindicações dos liberais da Monarquia, “como o estabelecimento da federação e a responsabilidade legal do Poder Executivo”.²³

²³ BARRETO, Vicente. *Op. cit.*, pp. 21-22.

Paralelamente à função de ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui assumiu a revisão do anteprojeto da Constituição elaborado pela “Comissão dos 5”, conforme já aludimos acima.²⁴ Concluída a revisão, o Governo Provisório reuniu-se em 22 de junho de 1890, sob a presidência do marechal Deodoro, para assinar o decreto da Constituição Provisória da República.

O país, em menos de um ano, passou por profundas transformações político-institucionais. Já fizemos referência acima à primeira manifestação dessa transformação: o Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889, que colocou abaixo a estrutura política da Monarquia ao mesmo tempo em que estabeleceu os alicerces de um novo ordenamento institucional. A segunda manifestação ocorreu, portanto, com o Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, que publicou a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, e fê-la vigorar a partir daquele momento, o que equivaleu a um ato constituinte de outorga. Assim, além da substituição do Unitarismo pelo Federalismo (art. 1º), a Constituição Provisória estabelecia a mudança do sistema parlamentarista pelo presidencialista (art. 39); a substituição da Justiça Administrativa por um Poder Judiciário autônomo (art. 54); e, em substituição ao Poder Moderador, a criação de um Supremo Tribunal soberano, que exerceria o controle jurisdicional da constitucionalidade (art. 55 e art. 58).

A atuação de Rui na revisão do projeto que resultou, na verdade, na confecção da Constituição Provisória que foi remetida à Assembleia Constituinte foi fundamental em razão de pelo menos três motivos. O primeiro desses motivos se deve ao fato de que o primeiro artigo da Constituição de 1891, assim como o Decreto nº 1 do governo republicano, foi de sua autoria e moldou toda a organização constitucional da nova Carta:

²⁴ Como relatou Tobias Monteiro, em 22 de junho de 1890, foi concluído o trabalho de revisão do projeto da Constituição e, nessa ocasião, o marechal Deodoro ainda teria insistido pela possibilidade de instituir a dissolução do Congresso pelo Chefe de Estado: “O Sr. Rui Barbosa teve de resistir alguns minutos a essa insistência. Por fim o marechal tomou a pena e disse-lhe sorrindo: ‘Pois bem; o senhor quer que assine a Constituição, como está feita, mas talvez como Antonio Carlos o senhor tenha de sair do Congresso, inclinando-se diante da majestade de um canhão’. Ao que o Sr. Rui respondeu: Confio muito no patriotismo de V. Ex. e peço licença para dizer-lhe que não me arreceio de que isso aconteça jamais”. MONTEIRO, Tobias. “Como se fez a Constituição da República”. [Artigo publicado no jornal *A Notícia*, em 15 de outubro de 1894]. In BARBOSA, Rui. *A Constituição de 1891*. In OCRB. Vol. XVII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. 374.

A nação brasileira adota como forma de governo, sob o regime representativo, a República federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias, em Estados Unidos do Brasil.²⁵

A expressão “Estados Unidos do Brasil” no primeiro artigo da Constituição brasileira já denotava o forte eco das instituições norte-americanas no pensamento de Rui: federalismo, separação dos poderes, liberdades individuais e controle da constitucionalidade pelo Poder Judiciário. Com efeito, os princípios da Constituição norte-americana foram decisivos e absorvidos por Rui na elaboração da Carta brasileira²⁶. Contudo, precisamos enfatizar, ele mantinha acesa a sua admiração pelo modelo de monarquia constitucional inglesa: “A liberdade, nos grandes Estados, não tem, até hoje, senão duas fórmulas: a da monarquia britânica e a da república americana”. Por essa razão, a Constituição norte-americana - “apenas uma variante da Constituição inglesa” - foi utilizada, segundo Rui, como modelo para a elaboração da Constituição republicana.²⁷ Tratava-se de transplantar os valores e princípios do liberalismo, que para Rui, encontravam sua melhor expressão nas instituições anglo-americanas. A ferramenta constitucional daria condições políticas e institucionais para o povo conviver e praticar as instituições livres e assim, acelerar o progresso da nação.

²⁵ BARBOSA, Rui. *A Constituição de 1891*. In OCRB. Vol. XVII, Tomo I, p. 5.

²⁶ “De fato, Rui fez poucas alterações no modelo constitucional estadunidense, tendo em vista, basicamente, a evolução política daquele país desde 1787. [...] com o propósito firme de transplantar fielmente as instituições anglo-americanas, com um olho na Constituição argentina, Rui se valeu de toda a sua *expertise* de direito público para reescrever o anteprojeto, modificando-o para além de seu estilo, técnico ou vernáculo, ao enxertar novas normas, consagrar novas instituições e aprimorar a redação de quase todas as outras”. LYNCH, Christian E. C. *Op. cit.*, p. 49.

²⁷ Assim Rui se referiu ao modelo constitucional implantado no regime republicano: “A verdade, porém, é que nunca formulei em programa a solução republicana, nunca a advoguei: apontei-a a Coroa, aos partidos e à nação como perigo evitável a reforma federalista. [...] Ora, para lhe dar [à República] feição liberal, a constituição dos Estados Unidos era o modelo, que se nos impunha. Fora dela só teríamos a democracia helvética, intransplantável para estados vastos, e os ensaios efêmeros da França, tipo infeliz, além de oposto às condições de um país naturalmente federativo como o nosso. Mas a constituição americana vem a ser apenas uma variante da constituição inglesa”. BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*. 2ª ed. Livraria Acadêmica: São Paulo, 1929, pp. 290-291. [1ª ed. 1896].

O segundo motivo pelo qual podemos considerar fundamental a participação de Rui na elaboração da Constituição provisória se deve ao fato de que dos 90 artigos que compunham o anteprojeto que a “Comissão dos 5” apresentou ao Governo Provisório, Rui propôs emenda a 74 deles.²⁸ Para Afonso Arinos de Melo Franco, a importância da colaboração de Rui na conformação constitucional da República foi inconteste. Segundo Afonso Arinos, o projeto da Constituição “ficou devendo ao emérito constitucionalista”:

a definição da República Federativa; a transformação do Rio de Janeiro em Estado, depois da transferência da Capital; o melhor tratamento do instituto da intervenção federal, a vedação das leis retroativas; a proibição dos impostos de trânsito entre os Estados, os termos de fixação das imunidades parlamentares, a definição do *impeachment*; as disposições sobre instrução pública entre as atribuições do Congresso; a situação constitucional do Supremo Tribunal Federal; a definição dos poderes implícitos; a formalização do estado de sítio; a proibição das reformas constitucionais no que tocasse à Federação e a República.²⁹

O terceiro motivo pelo qual Rui pode ser considerado o maior responsável pela feitura constitucional do regime republicano se deve ao fato de ter prevalecido as suas emendas ao projeto que, depois de discutidas com os ministros do Governo Provisório, foram quase todas aprovadas pela Assembleia Constituinte. De acordo com Christian Lynch, Rui “melhorou os dispositivos referentes à intervenção federal, para permitir que os poderes judiciários e legislativos dos Estados pudessem requisitá-la, e a do estado de sítio, frisando a necessidade de que o Congresso Nacional fiscalizasse os atos do governo”. Ainda, segundo o cientista político, “o controle da constitucionalidade” foi Rui quem “enxertou no capítulo do Poder Judiciário, quase todo reescrito”. O jurista baiano foi também o responsável por incluir na

²⁸ Cf. CALMON, Pedro. “Prefácio”. In BARBOSA, Rui. *A Constituição de 1891*. In OCRB. Vol. XVII, Tomo I, p. XXIV.

²⁹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1960, pp. 128-129.

Constituição a “inviolabilidade parlamentar e a ampliação da declaração de direitos, evitando que ela fosse inferior à da Constituição de 1824”.³⁰

No mais, a consagração do sistema presidencialista, na Carta de 1891, aparentemente contrariava o modelo político ideal de Rui Barbosa. Como vimos, desde os seus primeiros discursos, Rui sempre defendeu o modelo parlamentarista de governo, cujo maior exemplo era o da monarquia parlamentar inglesa. Afinal, as críticas que ele tanto dirigiu ao Poder Moderador, ou melhor, ao *poder pessoal* de D. Pedro II estavam vinculadas à defesa da maior autonomia e legitimidade do Parlamento no Império. Então, porque nesse momento de configuração do novo regime, Rui aderiu à fórmula presidencialista?

De acordo com a análise de Paulo Brossard, Rui não preconizou o sistema presidencialista e também não teve a iniciativa de sua adoção.³¹ Essa afirmação, segundo Brossard, pode ser atestada pelo Decreto nº 1, escrito por Rui que, embora estabelecesse a República e a Federação, não trouxe, porém, nenhuma palavra a respeito da organização do sistema de governo. No entanto, pondera Brossard que, “se Rui não foi o introdutor do presidencialismo, não há dúvida de que para o seu acolhimento no projeto do Governo Provisório, foi decisiva sua anuência ou sua adesão à fórmula, tão eminente era sua ascendência intelectual junto a Deodoro e a seus companheiros de governo”.³²

³⁰ LYNCH, Christian E. C. *Op. cit.*, pp. 49- 50.

³¹ Precisamos ressaltar que a primeira equipe governamental que compôs o Governo Provisório e revisou o anteprojeto da Constituição, além de sua diversidade ideológica, de origens e propósitos, contava com representantes da elite política agrária, preocupados em fazer prevalecer a soberania dos estados no molde institucional do regime republicano. Desse modo, a adoção do presidencialismo não deve ser creditada apenas a uma escolha pessoal de Rui, mas a uma escolha institucional que atendia à demanda dos “conservadores agrários, que apreciavam um chefe de Estado forte, enérgico, capaz de manter a ordem social contra as reivindicações dos setores alijados ou subalternos. [...] Daí que, como explicava Campos Sales, chefe dos conservadores agrários, a vantagem de substituir a Monarquia parlamentar pela república presidencial estava na conjugação que esta permitia, de um governo forte e pessoal, de um lado, com sua temporariedade e responsabilidade frente aos representantes da lavoura, reunidos no Congresso, de outro. Ou seja, garantia de governo forte a serviço do *establishment* oligárquico”. *Idem*, p. 50.

³² PINTO, Paulo Brossard de Souza. “Rui e o Presidencialismo”. In FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Rui Barbosa e a Constituição de 1891*. Rio de Janeiro: 1985, p. 11.

Portanto, se a “Comissão dos 5” foi a responsável pela introdução do sistema presidencialista no anteprojeto da Constituição, o fato é que Rui, ao refazer aquele esboço e reescrever o projeto do Governo Provisório, não inoculou o transplante da forma presidencialista. Mesmo consciente que o presidencialismo poderia se transformar no veículo institucional para o exercício arbitrário do presidente da República, Rui resistiu a combinar a forma parlamentarista com o precedente institucional da organização da república federalista norte-americana que ele buscou transplantar.

De todo modo, a explicação de Rui para justificar a adoção do presidencialismo foi a de que o Poder Judiciário autônomo, que ele mesmo tratou de fortalecer na configuração da Constituição republicana, poderia impedir os desvios autoritários do Congresso ou do Poder Executivo. Ao definir a competência do Judiciário para declarar a invalidade jurídica dos atos e leis incompatíveis com a Constituição e arbitrar sobre os conflitos entre os estados, bem como entre estes e a União, o Superior Tribunal Federal deveria desempenhar a função de um “poder neutral, arbitral, terminal, que afaste os contentores, restabelecendo o domínio da Constituição”.³³

Mas, precisamos reconhecer que Rui não tardou em demonstrar seu arrependimento pela adoção do presidencialismo e sentenciar que sem o papel da Justiça Federal para a circunscrição dos Poderes Legislativo e Executivo, o sistema presidencialista inevitavelmente descambaria numa forma tirânica de governo. Na justificativa apresentada, em 1895, para a adoção da forma presidencialista, podemos acompanhar as críticas de Rui ao regime republicano presidencialista instituído na Constituição de 1891:

Se estivesse nas mãos de uma revolução converter a realza pessoal dos Braganças na monarquia parlamentar da casa de Hannover, eu, em 15 de novembro, teria proposto a troca de Pedro II pela Rainha Vitória, a da Cadeia Velha pelo Paço de Westminster. Está claro que o Paço de Westminster exprime aqui o tipo da câmara popular e a Rainha Vitória o do soberano constitucional. Privado, porém, de realizar esse prodígio, obrigado a escolher, para a república inevitável, a mais perfeita das formas, há um regime, ao qual eu não daria jamais o meu voto, porque

³³ DELGADO, Luiz. *Rui Barbosa. Op. cit.*, p. 141.

esse é o mais tirânico e o mais desastroso dos regimes conhecidos: a república presidencial com a onipotência do Congresso; o arbítrio do Poder Executivo, apoiado na irresponsabilidade das maiorias políticas; a situação autocrática, em que se coloca, neste sistema, o Chefe do Estado, se ao seu poder e ao dos partidos que ele encarna se não opuser a majestade inviolável da constituição escrita, interpretada, em última alçada, por uma magistratura independente.³⁴

Ao retomarmos a exposição do papel desempenhado por Rui na elaboração da Constituição republicana, precisamos destacar a sua contribuição na elaboração do capítulo dos direitos e garantias individuais, por cuja inviolabilidade o Poder Judiciário deveria zelar. O art. 72 estabeleceu a liberdade de consciência religiosa, de pensamento e de imprensa. Segundo este artigo, todos seriam iguais perante a lei, e o domicílio seria inviolável. O artigo consagrava, conforme Rui sempre defendeu, a liberdade religiosa, com a separação entre a Igreja e o Estado, o casamento civil e os cemitérios seculares. Contemplava, também, os princípios existentes nas Constituições liberais, notadamente o instituto do *Habeas corpus* e o direito de propriedade. Todavia, a ausência de artigos na Constituição de 1891 concernentes aos direitos sociais, ou no tocante a qualquer regularização do trabalho também pode ser notada.³⁵

³⁴ BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*, pp. 389-390. As deficiências do presidencialismo foi tema recorrente no pensamento de Rui, expressado, por exemplo, no artigo de 1893, no *Jornal do Brasil*, no qual ele se referia à ditadura de Floriano Peixoto: “O presidencialismo americano, sem a responsabilidade presidencial, porém, é a ditadura canonizada com a sagração constitucional. Basta a eliminação deste corretivo, para que todo esse mecanismo aparente de freios e garantias se converta em mentira”. BARBOSA, Rui. “A Ditadura de 1893”. In *OCRB*. Vol. XX, Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949, p. 47.

³⁵ A exceção foi o decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891, expedido pelo Governo Provisório, que estabelecia providências para regularizar o trabalho dos menores nas fábricas da Capital Federal. Em 1919, na sua segunda campanha à presidência da República, o próprio Rui reconheceu que, decorridos trinta anos, “esse ato legislativo não se regulamentou até hoje. Quer dizer que se deixou de todo sem execução, como se nunca houvera existido. [...] Vinte e dois anos depois surgia o projeto nº. 4-A, de 1912, o primeiro que, entre nós se ocupou em limitar as horas de trabalho, e providenciar sobre os operários inutilizados no serviço. Mas essa tentativa, depois de invernar cinco anos nas pastas da Câmara dos Deputados, desapareceu, em 1917, num substitutivo, mais tarde abandonado. Eis a história legislativa do movimento de reforma social, até o ano passado, até a lei sobre os acidentes do trabalho. [...] Nada se construiu. Nada se adiantou, nada se fez”. Nesse momento de sua trajetória intelectual e política, Rui reconheceu que a concessão de direitos civis, consagrados na Constituição de

O ponto importante a salientar é que o pensamento constitucionalista de Rui fundamentava-se na defesa do princípio da liberdade e do respeito à lei, bem como no pleno exercício dos direitos e garantias individuais. Estes direitos civis deveriam ser assegurados por uma divisão rígida de poderes, na qual a função de fiador das instituições caberia ao poder Judiciário, órgão de controle da constitucionalidade das leis. Desse modo, o entendimento de Rui sobre uma Constituição liberal-democrática pressupunha a incorporação dos direitos civis fundamentais do homem e do cidadão, proclamados no século XVIII, ou seja, as liberdades formais do Estado liberal: liberdade, segurança, propriedade e igualdade jurídica.³⁶ O reconhecimento de novos tipos de proteção constitucional nascidos das reivindicações populares decorrentes de condicionamentos sociais e econômicos da sociedade contemporânea, como o reconhecimento de direitos sociais ao trabalhador, só seriam defendidos por Rui em 1919, na sua segunda campanha à presidência da República.³⁷

1891 não foi suficiente para se criar uma sociedade liberal e democrática. Vale a pena notarmos a palavra “imaginária”, empregada por Rui no sentido de que os princípios liberais universais de liberdade e igualdade, garantidos pela lei, não resolveram a problemática relação entre capital e trabalho: “A sorte do operário continua indefesa, desde que a lei, no pressuposto de uma igualdade imaginária entre ele e o patrão e de uma liberdade não menos imaginária nas relações contratuais, não estabeleceu, para este caso de minoridade social, as providências tutelares, que uma tal condição exige”. BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Op. cit., pp. 36-37.

³⁶ Na conferência sobre *A questão social e política no Brasil*, pronunciada em 20 de março de 1919, no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro, Rui lembrou que a constituição liberal de 1891 tinha por norma “as declarações de direitos consagrados no século XVIII”, porém, essas “fórmulas já não correspondem exatamente à consciência jurídica do universo”. Nesta conferência, ele se declarou francamente revisionista, já que, na sua concepção, devido às “consequências da irresistível evolução econômica do mundo, as Constituições não podem continuar a ser utilizadas como instrumentos, com que se privem dos seus direitos aqueles mesmos, que elas eram destinadas a proteger, e que mais lhes necessitam da proteção”. Ao romper com a tradição do liberalismo individualista, o político baiano defendeu que a “inflexibilidade individualista dessas Cartas, imortais, mas não imutáveis, alguma coisa tem de ceder (quando lhes passa já pelo quadrante o sol do seu terceiro século) ao sopro de socialização, que agita o mundo”. Idem, pp. 66-67.

³⁷ É necessário deixar claro que na conferência sobre *A questão social e política no Brasil*, Rui insistiu na necessidade de legislar sobre os direitos do trabalhador rural, que era então a parcela majoritária da força de trabalho: “A omissão de que me queixo, senhores, brada aos céus. A lei [sobre acidentes de trabalho] não considerou senão o trabalho industrial. Como explicar a singularidade tão extravagante, qual a de, num país essencialmente agrícola e criador, se esqueceram do trabalho da criação e do da lavoura, os dois únicos ramos de trabalho atualmente nacionais, [...] e sem os quais a nossa própria indústria não poderia subsistir? Nenhum gênero de labor demanda, entre nós, tão séria atenção dos poderes do Estado, como esse dos campos. [...] as contas dos operários rurais nos armazéns de venda,

Se é certo, como vimos no capítulo anterior, que Rui defendeu, em 1884, no Parlamento, a concessão de alguns direitos aos libertos, visando, além de não prejudicar a produção econômica, promover a organização do trabalho assalariado, o liberal baiano ao elaborar o desenho constitucional da República, manteve-se fiel aos pressupostos do individualismo liberal, o que resultou na ausência do tratamento dos direitos sociais - como a legislação sobre o trabalho rural ou urbano-industrial - que não tiveram *status* na Constituição de 1891. Com efeito, atrelado à doutrinação liberal, Rui manteve-se, até 1919, mais do que refratário à adoção de medidas pelo Estado que visassem regular o trabalho, ou que garantissem a concessão de direitos sociais e políticos às classes trabalhadoras. Ele não propôs qualquer reforma jurídica ou política que visasse democratizar efetivamente a República liberal brasileira por meio da definição e extensão dos direitos sociais ou da ampliação da participação política.³⁸

Em relação aos direitos políticos, o Governo Provisório elaborou o código eleitoral da República, em 1890, tendo em vista a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O código estabeleceu o sufrágio universal masculino e o voto direto, não-secreto. A Constituição republicana, no seu Art. 47, eliminou a exigência de renda para o exercício do voto, mas manteve a da alfabetização, introduzida em 1881. O sistema eleitoral republicano manteve as

mantidos nas estâncias e fazendas, enredam os trabalhadores do campo na entrosagem de uma dependência, que, se não é nem o cativeiro, nem a servidão da gleba, tem, pelo menos, desta e daquele as mais dolorosas características morais, as mais sensíveis derrogações da condição humana. [...] E vede se podeis [...] se deixa[r] sem resguardo, sem compensação, sem alívio de qualidade alguma, porque o legislador, enleado no gozo das cidades, absorto na vida urbana, deslembrando-se de que o Brasil é principalmente o campo, o sertão, a fazenda, [...] excluiu dos benefícios da lei sobre acidentes do trabalho o operariado rural". Idem, pp. 43-44.

³⁸ Gilberto Freyre censurou Rui devido ao fato de que o baiano, ao escrever a Constituição da República, em 1891, não se empenhou na proposição de "leis de proteção social aos comerciantes e operários brasileiros. Tais leis eram possíveis dentro da Constituição de 1891. Difíceis, talvez, porém possíveis". Para o citado autor, Rui não se preocupou com a questão social de seu tempo, "dizem os perfeccionistas que foi pelo simples fato de que tal questão não existia em nosso país no tempo do grande baiano vivo ou gloriosamente vivo". Freyre contestou a tese de que o Brasil de 1891 era exclusivamente agrícola, aonde não tivesse chegado a industrialização, e a de que nem a Inglaterra e a França eram, naquela época, países onde os estadistas e políticos não cuidassem ainda das questões sociais que seriam versadas apenas pelos teóricos. FREYRE, Gilberto. "Rui Barbosa e a questão social". In *Pessoas, coisas & animais. Op. cit.*, pp. 167-168.

características liberais da legislação eleitoral do Império, excluindo a massa da população não-alfabetizada, as mulheres, os padres e os soldados. Isto quer dizer que se continuava a ver o sufrágio como um ato para o qual era preciso ser “racional”: o exercício da soberania popular, na República foi vinculado à comprovação de uma capacidade, isto é, o exercício do sufrágio era entendido como um agir racional qualificado. Esta exigência, de uma racionalidade no sufrágio, persistiu no pensamento de Rui. Assim, ele pode consolidar na Constituição de 1891 a sua antiga ideia de cidadania política: o direito político só deveria ser concedido ao eleitor instruído.³⁹ As ideias liberais de Rui não resultaram, portanto, na consagração constitucional de uma concessão ampliada dos direitos políticos, bem como na democratização da representação política - tema central do seu discurso liberal - do regime republicano.⁴⁰

Ainda ministro da Fazenda do Governo Provisório - cargo que deixaria em janeiro de 1891 - Rui elegeu-se senador constituinte pela Bahia, em 1890, e participou das sessões do Congresso para definição final da estrutura constitucional do país. O tema que provocou mais debates na sessão constituinte do Congresso Nacional ao elaborar-se a Constituição da Primeira República foi a questão federativa. A polêmica central se referiu às competências que deveriam pertencer à União e aos estados, formando-se sobre o assunto duas correntes antagônicas. A definição do texto oferecido

³⁹ A concepção de Rui de cidadania foi explicitada, por exemplo, em 1910, quando ele perdeu a eleição presidencial para o Marechal Hermes da Fonseca. Interessado em comprovar que perdeu a disputa eleitoral devido às fraudes no pleito e na apuração, Rui dedicou-se à definição da cidadania, sobretudo porque requeria a anulação da eleição. Seus argumentos investiram numa explanação dos princípios dos direitos políticos. Assim, o candidato “civilista” derrotado insistiu na tecla: a cidadania política é um direito, certamente, mas só exercido quando o cidadão emprega efetivamente as suas faculdades. Para Rui, “o direito político do eleitor é o sufrágio. Esse direito exerce-o ele, votando. [...] Mas, para chegar ao exercício do sufrágio, não basta ao cidadão o gozo dos direitos políticos, a saber, a capacidade eleitoral”. Rui fez uso de um dos artigos da Constituição, o que dispunha sobre a existência dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros para responder à sua pergunta: “Mas que vêm a ser direitos políticos?”. Direitos civis e direitos políticos - assim ele interpretava o artigo constitucional - são direitos distintos. Os direitos políticos, afirmou Rui, “geralmente os autores os definem por contradição com os direitos civis. ‘Os direitos civis’, diz Dalloz, ‘diferem dos direitos políticos pelo seu objeto e pelas pessoas, a que se aplicam’”. BARBOSA, Rui. “Memória apresentada ao Congresso Nacional pelo Senador Rui Barbosa”. [Contestação à apuração da eleição de Presidente e Vice-Presidente da República realizada a 1 de março de 1910]. In *OCRB*. Vol. XXXVII, Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1971, pp. 39-55.

⁴⁰ Ver, CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República”. In CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Op. cit.

pelo Governo Provisório ao Congresso dividiu os constituintes em federalistas e hiperfederalistas. Os primeiros, inclinados a dar mais poderes à União. Os segundos - coalizão de positivas e conservadores agrários comandados, respectivamente por Julio de Castilhos e Campos Sales - estavam interessados em transferir para os estados o centro de gravidade das competências, dando-lhes, por conseguinte, o máximo possível de autonomia e de recursos tributários. Os federalistas se empenharam, ao contrário, em aprovar um federalismo de cunho mais centrípeto, com o poder central provido dos meios indispensáveis para gerir sem problemas a comunhão federativa. Na distribuição de rendas, essa corrente federalista pretendia entregar a parte maior à União, sobre a qual recairiam as mais altas responsabilidades de conservação do pacto federativo. À frente dessa corrente esteve Rui Barbosa. Defensor da causa federativa desde a Monarquia e adversário ferrenho do centralismo imperial, nesse momento, receoso de ver a União desmanchar-se na dissolução centrífuga, aparelhada pelos federalistas radicais, empunhou na Assembleia Constituinte a bandeira de um federalismo moderado. Na sessão congressual de 16 de dezembro de 1890, Rui protestou contra as ideias hiperfederalistas dos constituintes:

Em certas reivindicações de federalismo que vejo encapelarem-se aqui contra o projeto eminentemente federalista da Constituição que vos submetemos, há exagerações singulares e perniciosas que cumpre cercear, a bem exatamente do regime federativo. Nas crises de transformação social ou política, a corrente dominante propende sempre, pela natureza das coisas, a exercer o limite da razão, e exerce sobre os espíritos uma ascendência intolerante, exclusivista, radical. Nesse senhorio que a aspiração descentralizadora assumiu agora sobre os ânimos entre nós, começa a se revelar uma superexcitação mórbida, que nos turva a lucidez do senso político. Grassa por aí, senhores, um apetite desordenado e doentio de federalismo, cuja expansão sem corretivo seria a perversão e a ruína da reforma federal.⁴¹

⁴¹ BARBOSA, Rui. "Organização das finanças republicanas". [Discurso no Congresso Constituinte na sessão de 16 de novembro de 1890]. In *OCRB*. Vol. XVII, Tomo I, pp. 147-148.

Ao prosseguir o discurso, Rui argumentou que nos Estados Unidos, os treze Estados da Nova Inglaterra, embora politicamente separados e autônomos, preferiram sacrificar parte de seus direitos particulares em benefício da convivência nacional. Ao passo que no Brasil, acabava-se de sacudir uma constituição unitária, na qual as províncias se arrastavam presas à “hipertrofia monárquica”, e já não “há federação que nos baste”.⁴² Desse modo, Rui diferenciava o processo de federalização norte-americano que partiu dos estados para a União, do brasileiro, que perfazia caminho inverso: “A união é o meio, a base, a condição absoluta da existência dos estados”. Na esteira de sua argumentação, acrescentou: “A questão para nós que adotamos a forma federativa, a primeira necessidade, o ponto de partida de todas as necessidades, está em assegurar a existência independente da União Federal”.⁴³

Enquanto a União, para Rui, era a “condição rudimentar da nossa vida como nacionalidade”, o federalismo era “uma fase superior de desenvolvimento econômico”.⁴⁴ Inclusive, entendia o senador constituinte baiano que o progresso econômico não se dissipava nos Estados, mas se concentrava na União.

O projeto da Constituição elaborado por Rui teve, de acordo com Renato Lessa, a preocupação de “enquadrar com algum realismo a demanda federalista”. Rui, embora partidário incontestado da descentralização administrativa passou, ainda segundo Lessa, a identificar nas demandas hiperfederalistas “a porta de entrada do Brasil na barbárie caudilhesca”, cujo exemplo era o das repúblicas sul-americanas. Para Lessa, a proposta federalista de Rui procurou enfrentar o principal dilema produzido pela “aventura republicana”: “como criar uma comunidade política sem o apelo à tradição institucional brasileira? Como fazer tábula rasa do passado sem que o ritmo da invenção política exceda os ritmos da sociedade?”⁴⁵ Quanto à solução para o problema, Rui indicou a necessidade de um governo central forte, unido

⁴² Idem, p. 151.

⁴³ Idem, pp. 159 e 158 respectivamente.

⁴⁴ Idem, p. 158.

⁴⁵ LESSA, Renato. *Op. cit.*, p. 28.

pelo laço da nacionalidade. Daí o seu reconhecimento do papel do Império na construção da União:

A união é, talvez, o único benefício sem mescla, que a monarquia nos assegurou. E um dos mais terríveis argumentos, que a monarquia ameaçada viu surgir contra si, foi o de que o seu espírito centralizador tendia a dissolver a união pela reação crescente dos descontentamentos locais. Para não descer abaixo do Império, a República, a Federação, necessita de começar mostrando-se capaz de preservar a União, pelo menos, tão bem quanto ele.⁴⁶

Precisamos destacar ainda um ponto da questão federalista debatido na Assembleia Constituinte: a organização dos municípios. De acordo com Agenor de Roure, “o Governo Provisório, no projeto Rui, fez obra de reflexão, entendendo que a autonomia federativa devia infiltrar-se até atingir o município. Para garantir a autonomia municipal, fez restrições à liberdade de ação dos Estados, como para garantir a autonomia dos Estados, havia posto freio à ação da União. O projeto era lógico e racional”. No entanto, a maioria dos constituintes percebeu que esses artigos restringiriam a liberdade de ação dos estados para garantir a maior autonomia municipal. A Constituinte, segundo Roure, para defender a autonomia dos Estados, “feriu a autonomia dos municípios porque suprimiu as restrições que o projeto punha à ação das Constituintes estaduais em matéria de organização municipal”. A emenda vitoriosa, transformada em preceito constitucional, acabou garantindo a plena liberdade aos estados “para se organizarem como melhor julgassem conveniente aos seus peculiares interesses”.⁴⁷

O projeto oficial do Governo Provisório, que teve a marca preponderante de Rui, e o texto final da Constituição apresentaram pontos dissonantes. Dentre as alterações feitas pela Assembleia Constituinte ao projeto revisado pelo Governo Provisório, a instituição das eleições diretas para presidente da República e senadores, contrariou o modelo de eleições indiretas defendido por Rui que, temeroso da deficiente educação do povo, e inspirado na

⁴⁶ BARBOSA, Rui. “Organização das finanças republicanas”, p. 146.

⁴⁷ ROURE, Agenor de. *Op. cit.*, p. 26.

constitucionalidade norte-americana, via a eleição indireta como prevenção contra a tirania popular. Outras alterações, por exemplo, foram a redução do mandato presidencial para quatro anos e a maior concentração de tributos nos estados, além da transferência das terras devolutas para o domínio estadual.

As alterações no seu projeto de Constituição não foram, é claro, bem aceitas por Rui, que passou anos a fio, denunciando que os políticos brasileiros, na ocasião da Constituinte, deturparam o seu projeto de criação institucional da República, “moldado na mais feliz das sistematizações constitucionais que o mundo conhece”: a da República norte-americana. Para Rui, “da irreflexão com que se procedeu, nesse acesso agudíssimo de superfederalismo e hiperdemocracia, em que se chegou a ferir na essência a soberania federal com a invenção cerebrina, estupenda, que entregou aos Estados o domínio das terras nacionais [...], resultaram incongruências crassas”. A redução do tempo do mandato presidencial e a eleição direta adotados como preceitos constitucionais também foram criticados, uma vez que redundaram em nada mais do que na “continuidade [...] da indiferença popular ao escrutínio representativo”. A visão do seu próprio legado normativo demonstram a frustração por não haver se concretizado o seu ideal liberal e democrático: “Impor essa faina democrática a uma nação como esta é simplesmente florear constituições para o papel”.⁴⁸

Rui Barbosa não demorou a perceber que, apesar da existência de normas constitucionais liberais, na prática política do novo regime predominava o que ele chamou de “combinações hipócritas do absolutismo, dissimulado sob as formas democráticas e republicanas”.⁴⁹ A elite política republicana - o Exército, e a aristocracia rural oligárquica - logo imprimiram as suas direções no novo regime, e baldaram o projeto de construção de uma República liberal e democrática de Rui.

Mas Rui era um homem de ação. Ação que se realizava nos discursos inflamados e na sua pregação doutrinária liberal e democrática. Diante do arbítrio do Poder Executivo e das sucessivas violações da Constituição de 1891, atuou, por um lado, como intérprete e defensor dos princípios liberais,

⁴⁸ BARBOSA, Rui. *Correspondência*. Coligida, revista e anotada por Homero Pires. São Paulo: Saraiva, 1932, pp. 48-51.

⁴⁹ BARBOSA, Rui. “Manifesto à Nação”. In *Excursão eleitoral*. *Op. cit.*, p. 142.

especialmente nas lides judiciais, impetrando *Habeas corpus* contra a suspensão das garantias individuais fundamentais. Por outro, atuou como um doutrinador político, para quem os valores de moralidade e do respeito às leis passaram a ser alvitrados como soluções para a regeneração do regime republicano. Se o exercício do poder político pela elite política republicana desfigurara a forma liberal e democrática do regime, a única saída para Rui, era recorrer ao povo. Porém, devemos deixar claro a qual parcela do povo brasileiro Rui se dirigia: “É nas massas mais cultas e abastadas que devem ter o seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo, e ele nos seguirá”.⁵⁰ O pensamento liberal republicano de Rui ainda seguia de perto a fórmula de Stuart Mill para a formação do que ele entendia ser uma sociedade liberal e democrática: os mais esclarecidos exerceriam a influência nos menos instruídos, que só depois de educados, poderiam ter o direito de participar da cidadania política.

De todo modo, o papel de doutrinador dos valores morais e da justiça era justificado por Rui. Os resultados improfícuos da implantação dos princípios liberais, consagrados na Carta constitucional, da qual ele fora o maior propugnador, decorriam “menos das suas qualidades intrínsecas, da habilidade de sua feitura, do que do meio onde eles se desenvolvem, do revestimento moral, que os protege, isto é, da probidade da nação, que os adota”. Portanto, a solução apontada por Rui para fazer valer os princípios liberais adotados na Constituição republicana ia ao encontro da moralização da nação: “Opinião pública vigilante, representação popular honesta, justiça independente: tais os complementos necessários, os elementos integrantes de todas as cartas fundamentais”.⁵¹

A seção seguinte é dedicada a esse lado do pensamento de Rui, ou seja, o lado do proponente de reformas morais para a regeneração do regime republicano.

⁵⁰ BARBOSA, Rui. *Ruínas de um governo*. O governo Hermes. As ruínas da Constituição. A crise moral. A justiça. Manifesto à Nação. In *OCRB*. Vol. XL. Tomo VI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1966, p. 140.

⁵¹ BARBOSA, Rui. *O estado de sítio: sua natureza, seus efeitos, seus limites*. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1892, p. 166. Apud Lynch, Christian E. C. *Op. cit.*, p. 53.

2. A democracia “conservadora”

Conforme vimos anteriormente, o pensamento político constitucional de Rui Barbosa fundamentava-se na defesa intransigente do princípio da liberdade e do respeito à lei, assim como no exercício cabal dos direitos e garantias individuais. Os direitos civis individuais deveriam ser assegurados por uma rígida divisão dos poderes do Estado, e caberia ao Poder Judiciário, órgão de controle da constitucionalidade das leis, a função de fiador das instituições. Desse modo, para materializar o seu ideário liberal democrata na República constitucional, a democracia “federativa”, para Rui, deveria ser institucionalizada pela lei e pelo direito, como garantia de legitimidade para o presidencialismo e a própria federação.

Podemos dizer que existem dois nítidos momentos do pensamento político de Rui, balizados pela sua trajetória política. O primeiro momento, que privilegiamos neste trabalho, é constituído pela sua defesa do governo representativo monárquico legítimo, passando pela ruptura com a Coroa e o Partido Liberal, e chegando à Proclamação da República. Como vimos, durante os últimos anos do Império, a ação política de Rui foi dirigida à construção de um regime representativo parlamentar moderno. Tal sistema político dependeria da formação de um novo tipo de cidadão, mais apto a fazê-lo funcionar, o qual poderia ser forjado, segundo Rui, graças a uma reforma eleitoral e uma reforma da instrução. Esta reforma produziria também as condições para o desenvolvimento da indústria e colocaria o país no rumo do progresso econômico. Para a realização do seu projeto político, com vistas à construção de uma sociedade liberal democrática, era imprescindível o fim da escravidão para, de um lado, garantir a liberdade civil e a igualdade jurídica para todos, e, de outro, encaminhar as reformas necessárias para o desenvolvimento do trabalho livre. Esse primeiro momento do seu pensamento, marcado pelas propostas de reformas no Império, foi finalizado com a sua proposta de reforma federalista.

O segundo momento do pensamento político de Rui, que se iniciou com a Proclamação da República e a materialização da sua teoria constitucional, prosseguiu com a constatação de que o novo regime não resolvera a

problemática política liberal da democracia. Tal constatação, o levou a defender a “democracia conservadora”, expressão cunhada por ele próprio para designar sua nova forma de interpretar a situação brasileira e, a partir da qual doravante elaboraria suas propostas de reformas. É sobre essa temática que trabalharemos a seguir.

Antes, porém, cabe acompanharmos brevemente o período da trajetória política de Rui Barbosa que vai de 1891 a 1895 - ano em que o político baiano regressou do exílio.

Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República, em 1891, pelo Congresso Nacional Constituinte. Eleito em 1890, como senador constituinte pela Bahia, Rui Barbosa continuou no Senado até a dissolução do Congresso, em 3 de novembro de 1891, pelo golpe do marechal Deodoro da Fonseca, embora sem estar investido, pela Constituição recém promulgada, para tal poder. Ao desfechar o golpe de Estado, Deodoro expediu comunicação aos presidentes de todas as unidades federativas, recebendo de quase todos eles manifestações de apoio e de irrestrita solidariedade. Rui Barbosa, entre outros membros do Congresso, apoiou o contra-golpe de Floriano Peixoto e a retomada da legalidade constitucional em 23 de novembro de 1891. Mas, terminado o papel do marechal Deodoro na República, com a passagem do poder a Floriano Peixoto, iniciou-se a fase tormentosa do regime republicano: nos Estados, começou a “derrubada” dos governos que tinham aderido ao golpe de 3 de novembro. Ao depor vários deodoristas nos Estados, Floriano Peixoto contrariou o pedido direto de Rui Barbosa a favor do governador da Bahia. Motivo pelo qual, o senador baiano, ainda no final de 1891, rompeu com Floriano Peixoto.

A legitimidade do exercício da presidência da República por Floriano foi logo contestada pelos seus adversários e, Rui Barbosa, durante 1892, proclamou a necessidade de ser eleito novo presidente, nos termos da Constituição, que previa novas eleições em caso de vacância da presidência da República antes da metade do mandato. Iniciada a divergência com Floriano Peixoto, o confronto de Rui com o presidente em exercício agravou-se ainda mais com a deportação de treze generais que haviam demandado que se procedesse à eleição do presidente da República. Rui Barbosa requereu,

então, *Habeas corpus*, impetrado em abril de 1892 no STF, contra a deportação dos trezes generais contrários a Floriano. Nesse momento, acentuou-se o papel de Rui Barbosa como intérprete e guardião da Constituição de 1891, sobretudo em relação à proteção da liberdade individual contra a exacerbação do Poder Executivo e do Legislativo.⁵²

Em junho de 1892, Rui se reelegeu senador pela Bahia. Em maio de 1893, tornou-se sócio do *Jornal do Brasil*, veículo de propaganda monarquista fundado por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, de cujas páginas, Rui desferiu agudas críticas às arbitrariedades do governo de Floriano Peixoto. Aos artigos do senador e jornalista baiano, publicados no *Jornal do Brasil*, de 5 de maio a 6 de setembro de 1893 - data em que irrompeu, no Rio de Janeiro, a Revolta da Armada, chefiada pelo almirante Custódio José de Melo - coube “grande responsabilidade pelo preparo da opinião pública, e mesmo da militar, no levante da esquadra”.⁵³

Devido aos artigos publicados no *Jornal do Brasil*, Rui Barbosa foi considerado por Floriano Peixoto e pelos governistas um dos mentores da Revolta da Armada. Deflagrada a revolta, Rui Barbosa partiu para Buenos Aires, de onde seguiu para Lisboa e Londres. O exílio do baiano na capital inglesa durou pouco mais de um ano, iniciado em meados de 1894 e terminado somente com a morte de Floriano Peixoto, já sob a presidência de Prudente de Moraes, em meados de 1895.⁵⁴

⁵² Apoiado na jurisprudência norte-americana, com a impetração de *Habeas corpus* em favor dos cidadãos presos, ou ameaçados pela ditadura de Floriano Peixoto, Rui Barbosa passou a enfatizar o Direito como instituição fundamental para a garantia das liberdades civis. Rui Barbosa publicou no jornal *O Paiz*, durante os meses de maio a junho de 1892, uma série de artigos nos quais demonstrava o equívoco no indeferimento do pedido de *Habeas corpus*. A petição de *Habeas corpus*, a defesa oral e o acórdão, nos quais Rui defendeu servidores públicos contra as demissões realizadas por Floriano Peixoto, foram reunidos em *Os atos inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal*, publicado originalmente em 1893 e editado na coleção das OCRB. Vol. XX. Tomo V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1958.

⁵³ MONTEIRO, Rolando. *Rui e o exílio*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1978, p. 25.

⁵⁴ Por ocasião do fim da Revolta Federalista e da Revolta da Armada, Rui Barbosa voltou a impetrar *Habeas corpus* a favor dos civis e militares presos pelo governo, ações em que o jurista baiano obteve vitórias parciais.

Os escritos de Rui Barbosa produzidos no exílio, em Londres, foram originariamente enviados em forma de correspondência para o *Jornal do Commercio* e, em 1896, reunidos sob o título *Cartas de Inglaterra*.

De volta do exílio na Inglaterra, Rui Barbosa se reelegeu novamente senador pela Bahia, pelo Partido Republicano Federal, para a legislatura iniciada em 1897. Nesse ano, pronunciou conferências nas quais propunha a fundação do “Partido Republicano Conservador”, que visava acabar com o monopólio do partido único no país. Nas conferências proferidas no teatro Politeama Baiano, em 24 e 26 de maio de 1897, Rui esclareceu o seu ideário político liberal democrático. Nessa ocasião, defendeu que o sentido da democracia originava-se da oposição ao despotismo e, nesta perspectiva, ele recusava qualquer radicalismo e formas arbitrárias de governo. O despotismo, inimigo da liberdade, deveria ser combatido, independente da forma com que ele se apresentasse: desde o poder pessoal nas Monarquias, às ditaduras militares, científicas e populares:

Rejeito as doutrinas de arbítrio; abomino as ditaduras de todo gênero, militares ou científicas, coroadas, ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância. Fora desses princípios, terminantemente vos declarei que não poderíeis contar comigo⁵⁵.

A democracia para se consolidar no regime republicano, de acordo com Rui dependia, então, da defesa destes princípios enunciados, ao lado dos quais o mais importante seria o respeito à lei e ao direito, pois a “base da democracia no século dezenove é a mesma que há dois mil e quinhentos anos: a religião do direito”. Desse modo, a democracia, para Rui, “se por democracia entendermos o governo livre da nação pela nação, [...] depende visceralmente,

⁵⁵ BARBOSA, Rui. “O Partido Republicano Conservador. Documentos de uma tentativa baldada”. In *OCRB*. Vol. XXIV. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952, p. 31.

desses princípios⁵⁶. Sem o respeito ao princípio da lei e do direito, a democracia correria o perigo de engendrar o despotismo, transformando-se numa forma de governo irracional e arbitrária:

Na realeza absoluta o arbítrio é exercido por um homem, e o privilégio, que o imobiliza pela sucessão na descendência do soberano, abriga o Estado e o povo contra as inquietações e desgraças do imprevisto. O monopólio do poder é, em certo sentido, uma garantia; porque fixa a responsabilidade em uma frente eminente, e subtrai o Império à avidez das paixões⁵⁷.

Rui afirmava que o poder absoluto detinha a racionalidade, o que impedia o imprevisto das paixões, devido ao monopólio da lei e da responsabilidade exercido por um soberano, perante o Estado e o povo. Como podemos perceber, a decepção com os rumos do regime republicano lhe permitia fazer comparações, à luz da experiência, com o passado monárquico. A origem da ditadura na República era explicada pela passagem do arbítrio do absolutismo imperial para as mãos da plebe:

A tendência funesta, que, nas democracias espúrias, deprecia essas combinações tutelares, esses princípios gerais, cujo sábio ordume se entretece na lei, outra coisa não faz que tomar ao absolutismo imperial a soberania do arbítrio, alterando-lhe apenas a sede. Das mãos do príncipe resvalou às da plebe. Cada agitador é um autocrata, cada molécula inconsciente da multidão um tirano. As misérias do cativo cresceram na proporção infinita do número de senhores, que dispõe da soberania sem a menor responsabilidade⁵⁸.

Se o poder absoluto teria certa racionalidade, que impediria o imprevisto, a democracia no pensamento de Rui era uma forma de governo na qual a racionalidade estaria sempre em questão. De acordo com a apreciação de Rui, o poder não poderia ser abandonado à contingência da soberania popular,

⁵⁶ Idem, pp. 84 e 92 respectivamente.

⁵⁷ Idem, p. 92.

⁵⁸ Idem, pp. 92-93.

pois, a democracia apresentava o risco iminente de se tornar outro tipo de despotismo, caso o povo não chegasse, por ele mesmo, a ter a competência para exercer o seu próprio saber e o seu próprio direito.

Nesse sentido, ao opor-se aos “governos de ignorância”, Rui revelava mais uma vez a sua indisposição de permitir ao povo, enquanto não possuísse a moralidade e a intelectualidade consideradas por ele como necessárias, o direito de participar democraticamente da vida política. Nessa mesma ocasião, no teatro Politeama, ele chegou inclusive a afirmar que [...] além do *meeting* e da petição não lhe é lícito [ao povo] um passo”⁵⁹. Rui admitiu que uma das causas do fracasso da democracia na República brasileira era justamente a falta de moralidade e educação política das massas.

A resposta liberal de Rui à problemática democrática, já a conhecemos: a formação de um tipo de cidadão ilustrado necessário à racionalidade do sistema político. O grupo social a quem ele passava a se dirigir, nesse momento da República eram as “classes conservadoras”, em outros termos, a base social ideal de sua concepção de democracia. Como solução política ao dilema da consolidação das instituições republicanas sob bases democráticas, Rui elegeu as classes conservadoras para desempenhar o papel de “apoiar as instituições novas, enquanto se desenvolvem, reforçar a proteção, que elas oferecem à sociedade contra os interesses desorganizadores”⁶⁰.

Nesse momento, portanto, na concepção de Rui, não se tratava mais de optar entre a Monarquia e a República, mas entre a República e a anarquia. Para resolver essa problemática, Rui elegeu uma terceira via para que o regime político racional e federativo do seu ideário político pudesse ser viabilizado. Tentando materializar as suas ideias, ele procurou criar, através do apoio político de um segmento social por ele denominado de “conservador”, um novo partido político, o Partido Republicano Conservador:

Urge fundar, na República, a liberdade, que a Constituição republicana lhe deu, e os governos republicanos lhe tiraram. Um erro vulgar enxerga exclusivamente na autoridade a essência do princípio conservador. Há,

⁵⁹ Idem, p. 80.

⁶⁰ Idem, p. 118.

porém, um elemento não menos essencial à conservação dos Estados: a liberdade. A democracia conservadora, opondo-se à opressão e à licença, faz-se, a um tempo, de autoridade e liberdade⁶¹.

Com o objetivo de conciliar a ordem constitucional e a liberdade, a “democracia conservadora” seria construída em oposição ao despotismo, tendo como suporte social as classes conservadoras: “as que representam a propriedade e o trabalho, a produção e a riqueza, a inteligência e a fecundidade, a paciência e a força”.⁶²

A opção de Rui por uma base social conservadora como suporte da sua proposta para (re)fundar a República sobre os alicerces dos princípios da liberdade, da propriedade, do trabalho e do respeito à lei, todavia, evidencia os limites da sua própria concepção liberal de liberdade e de democracia. O fato de Rui recorrer às classes conservadoras para a restauração da República implicava numa enfática defesa da racionalização de sua ideia de soberania popular. O povo, embora Rui o considerasse legítimo detentor da soberania popular, mas que não pertencia às classes conservadoras deveria ter o seu acesso às decisões políticas concedido gradualmente, em conformidade com a sua proporcional instrução e moralização. A “democracia conservadora” de Rui era inimiga do número.

Como procuramos evidenciar neste trabalho, Rui começou a desenvolver o seu pensamento político a partir do ideal de construção da soberania popular. Amparado no seu ideário liberal, Rui apostava no desenvolvimento do indivíduo como condição necessária para o bom exercício

⁶¹ Idem, p. 119.

⁶² BARBOSA, Rui. “Às classes conservadoras”. In *Campanha presidencial (1919)*. Bahia: Livraria Catilina, 1919, p. 54. A definição de “classe conservadora” foi mais bem explicitada por Rui Barbosa na conferência que o político baiano pronunciou na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em março de 1919, no contexto da sua segunda campanha presidencial: “Não é só o proprietário, o industrial, o comerciante. Não é somente o banqueiro, o armador, o fabricante, o senhor de latifúndios, o dono de minas e estradas. Não. [...] Grave erro seria o de pormos a uma parte o operário, a outra as classes conservadoras. Nas classes conservadoras, ao lado do patrão, está, com o mesmo direito, o obreiro. Os elementos conservadores da sociedade são o trabalho, este primeiro que todos, o trabalho, digo, o capital, a ciência e a lei, mantida pela justiça e pela força. Isto é: a lavoura, a indústria, o comércio, a instrução, a magistratura e as forças armadas. Eis, senhores, verdadeiramente, as classes conservadoras”. Idem, pp. 58-59.

da soberania popular. Como vimos anteriormente, a sua concepção de cidadania política estava atrelada às exigências de comprovação de capacidades, sobretudo, as de saber ler e escrever, como pré-requisitos indispensáveis à conquista dos direitos políticos. Nesse sentido, embora Rui sempre tenha defendido uma cidadania política limitada, ele admitia a possibilidade das massas, progressivamente, alcançarem o direito de participar da vida política da nação, mediante a educação política e moral.

Contudo, já na primeira década da República, Rui parece ter se decidido a abandonar a proposta de construção da cidadania. A partir de então, ele passou a buscar em uma base social “sólida” o apoio para a regeneração do regime republicano. Desse modo, ele se voltou expressamente para uma fração social que, além de não ser analfabeta, firmava-se simultaneamente no respeito à autoridade da lei, na defesa dos direitos individuais, e no desenvolvimento econômico. A nova postura de Rui, que consistia em recorrer aos seguimentos mais atuantes da sociedade no âmbito econômico e político, pode ser interpretada como uma tentativa de transformar um grupo mais organizado numa espécie de modelo que deveria ser seguido por toda a sociedade.⁶³

De todo modo, a sua opção por uma base social conservadora sublinhou o seu pessimismo político em relação à soberania popular, e representou um retrocesso em relação às suas propostas de construção da cidadania e de defesa da liberdade, tal como ele expressara por décadas.

Como explicar, portanto, essa aparente incongruência do pensamento de Rui? Afinal, por um lado, ele defendia intransigentemente a liberdade, mas, por outro, na sua proposta de “democracia conservadora” não existia lugar para o imprevisto. Tal posicionamento indicava que em sua concepção de “democracia conservadora” não haveria liberdade para as classes privadas das luzes, uma vez que elas colocariam em risco a racionalidade política.

Acreditamos que a resposta a essa incongruência do pensamento de Rui Barbosa possa ser buscada na fase do seu exílio (1893-1895), mais especificamente, no pensamento que o autor desenvolveu nas *Cartas de*

⁶³ Cf. ROCHA, Leonel Severo da. *Op. cit.*, p. 156.

*Inglaterra*⁶⁴. Durante os anos de exílio na Inglaterra, Rui percebeu que a razão do sucesso deste país na política devia-se à conjugação do comércio e do espírito religioso. Isto é, para Rui, o progresso das instituições liberais da Inglaterra teria avançado em proporção ao progresso econômico e moral da sociedade inglesa.⁶⁵

Na carta-artigo, “A Base da Fé”, Rui afirmava, fundamentando-se no livro de Balfour⁶⁶, que o “progresso britânico é profundamente moral, essencialmente religioso em toda a extensão do seu curso”⁶⁷. Ademais, nesse mesmo texto, ele defendia que as convicções religiosas dos povos contribuíam para neutralizar neles “as paixões da anarquia”⁶⁸, pois a obediência à autoridade, no caso, a obediência à crença, assentava os fundamentos da vida social e moral de uma nação.

Pela imprensa, o artigo citado acima recebeu uma crítica severa da parte do monarquista Afonso Celso Jr., que lançou contra Rui a acusação de que abandonara muitas de suas posições políticas e religiosas anteriores.⁶⁹ De

⁶⁴ A obra *Cartas de Inglaterra* é o resultado da compilação de uma série de seis artigos escritos por Rui Barbosa, no exílio, e publicados originalmente, no *Jornal do Commercio*, a partir de fevereiro de 1895. O “Prefácio” da 1ª edição da obra foi escrito por Rui em 20 de janeiro de 1896. Os artigos que Rui enviava da Inglaterra estavam repletos de ilações e referências às repúblicas latino-americanas e às monarquias parlamentares inglesa e belga, e tinham o intuito de estabelecer, direta ou indiretamente, comparações com os acontecimentos recentes da política republicana. De acordo com Lúcia Miguel Pereira, o fim precípua das “cartas” que Rui remeteu da Inglaterra, “não foi como pretendeu o autor ao ideá-las, o estudo mais ou menos desinteressado da vida inglesa, e sim, o exame da república brasileira, em confronto com a monarquia inglesa. Não é necessário muita argúcia, não é preciso ler nas entrelinhas para se ver as carapuças cortadas com maestria e distribuídas com agilidade pelo ferino panfletário que neste livro se mostra Rui Barbosa. [...] E assim, o que deveria ser um hino à Inglaterra, se transformou numa meditação sobre o Brasil”. PEREIRA, Lúcia Miguel. “Prefácio”. In *OCRB. Cartas de Inglaterra*. Vol. XXIII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. XVI.

⁶⁵ BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*, p. 169. Se Rui celebrou a civilização inglesa, n’ *Cartas de Inglaterra*, o “hemisfério de Colombo”, ou melhor, as “repúblicas hispano-americanas desde o México até a Argentina” foi denunciado como o território da barbárie: “região de convulsões incessantes, cemitério de guerras inumeráveis, teatro atroz de glórias de sangue”. Idem, p. 310.

⁶⁶ Rui foi bastante influenciado pelo livro de Arthur James Balfour, *Os fundamentos da fé*, publicado em 1895, na Inglaterra.

⁶⁷ BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*, p. 170.

⁶⁸ Idem, p. 180.

⁶⁹ “S. Exa. é hoje um convertido, tornou-se crente convicto dos dogmas cristãos, renunciou as suas antigas ideias de intolerante irreverência religiosa, para ajoelhar-se diante dos altares,

Londres, imediatamente, veio a contestação à suposição de Afonso Celso Jr. No artigo “Minhas conversões”, Rui reconhecia que “sob a república atual, as nossas liberdades são incomparavelmente inferiores às que nos restavam sob a Monarquia”, contudo, afirmava que “esta desgraça não tem nada com o caráter das instituições: é simplesmente o efeito do domínio da espada”⁷⁰. Em um impulso de fé republicana, Rui Barbosa concluía que a restauração monárquica já não era mais possível. Se acaso fosse possível a restauração, ela já se teria consumado “depois do esforço heróico, desenvolvido pela ditadura em propagar pelos seus crimes o horror à república”. Era preciso, portanto, naquele momento, considerar a forma republicana de governo como definitiva e concentrar os esforços para “regenerá-la, dotando-a com liberdade”⁷¹.

No entanto, o argumento mais importante presente na resposta de Rui a Afonso Celso Jr. era outro. De acordo com Rui, as instituições não eram as responsáveis pelo estado de “degeneração violenta” no qual se encontrava a república. Para o exilado político, “pior do que o governo republicano” - que se tornou um “laboratório de atentados monstruosos” - era a “prostração popular, o marasmo público, a subserviência nacional”. Esse “fenômeno vergonhoso” revelava, para Rui, “um estado moral, que não pode ser senão a resultante de causas muito antigas, de vícios inveterados”⁷².

Depois de se referir aos vícios morais e à tolerância do povo com as ditaduras, Rui afirmava que, naquele momento, as disputas políticas e versões sobre as melhores formas de governo apenas obscureciam uma questão mais profunda: o povo, “alheio ao sentimento da liberdade será tão incapaz da

que antes tantas vezes conspurcou. Em anteriores escritos, o Sr. Rui Barbosa patenteara outra reviravolta de seu espírito. O ex-vice-chefe do governo provisório constituído pelo Exército e pela Armada em nome da nação parece totalmente curado da superstição republicana e desanimado de que o sistema adotado, no Brasil, pela Constituição de 1891, possa realizar a felicidade pública, promovendo o progresso e a liberdade nacionais. Os panegíricos e ditirambos do copioso panfletarista voltam-se presentemente para a monarquia parlamentar, qual a compreendem a Inglaterra e a Bélgica, tipo de que a deposta em 15 de novembro de 1889 procurava, não raro com êxito, aproximar-se”. Apud BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*, p. 426.

⁷⁰ BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*, pp. 438-439.

⁷¹ Idem, pp. 441-442.

⁷² Idem, p. 439.

monarquia representativa, como da república constitucional”. Afinal, tanto a monarquia parlamentar quanto a república presidencialista pressupunha, “no povo, a que se houverem de acomodar, qualidades políticas extremamente difíceis”. Rui admitia, assim, que pouco importava as formas de governo idealmente boas, se faltava ao povo o “amor deliberado” à liberdade para praticá-las.

Em outra passagem de *Cartas de Inglaterra*, Rui foi ainda mais enfático ao defender este ponto de vista e afirmou que o povo era o responsável pelo surgimento de governos despóticos:

Tem-se dito mil vezes que os povos têm os governos que merecem. Mas não se notou ainda que esta verdade se reduz à metade apenas do seu valor, se não virmos nela a justificação dos intitulados maus governos, ou governos opressores. Estes representam, não só um instrumento da justiça providencial, inclinada a tratar as nações conforme o merecimento de cada uma, senão também a vontade popular, implicitamente manifestado no tácito consenso dos povos submissos. Todos os governos, pois, são bons, uma vez que existem. O bem está na adaptação dos meios a fins úteis; e pela mesma razão por que um governo autoritário é insustentável em uma nação de hábitos livres, caduco seria um governo liberal em país subserviente⁷³.

O argumento de Rui apontava para duas direções. Em um sentido, ele argumentava que um bom governo poderia ser criado a partir da adaptação dos meios condizentes com os fins que se desejaria realizar. Em outros termos, um governo liberal poderia ser criado mediante a implementação de instituições liberais. No entanto, em outro sentido, Rui percebeu que o estabelecimento de instituições liberais era insuficiente para a realização de um governo liberal. Nessa perspectiva, chegava à conclusão de que, sem a condição preliminar da existência de uma sociedade com hábitos livres, as instituições liberais não seriam eficazes. Dessa forma, a eficácia das instituições liberais implementadas com a República dependia, para Rui, que a sociedade brasileira apresentasse a aptidão para a liberdade e qualidades políticas

⁷³ Idem, p. 376.

adequadas à realização de um regime de liberdade política. Mais especificamente, o que Rui afirmava era que não se concretizaria um sistema político liberal no país sem que antes a sociedade brasileira se constituísse em bases liberais. Ou seja, uma vez adotadas as instituições liberais e a forma de governo republicano, a preocupação de Rui era que a sociedade brasileira se tornasse liberal.

Precisamos ressaltar que, embora ele admitisse que as instituições liberais eram insuficientes para garantir que o regime republicano produzisse governos que respeitassem a liberdade, o problema que ele apontava não era o da inadequação das instituições liberais republicanas à realidade social e política brasileira. Para Rui, o problema era outro. Se as instituições liberais republicanas foram adotadas com o fim de se alcançar a efetivação de um regime político liberal, o problema a ser enfrentado era o que impedia a sua realização: os hábitos e costumes arraigados no povo, decorrentes do recente passado escravista, que impedia o país de ser bem governado em bases liberais democráticas. Considerava que “a raiz dos nossos sofrimentos” e “a enfermidade não está ligada ao acidente político das formas de governo”, isto porque, “a escravidão branca de hoje é apenas a fase crítica do nosso envenenamento pela escravidão negra”. Ao perceber as condições que prevaleciam no meio social, ou melhor, ao constatar, de acordo com os seus termos, que faltava moralidade social e política ao povo, sempre conformado à falta de liberdade, Rui conjecturou que “as reformas políticas são ineficazes para a cura desta degenerescência”.⁷⁴

Daí que a saída possível a Rui tenha sido a de, paradoxalmente, vislumbrar a possibilidade de que a autoridade moral da Igreja católica fornecesse mecanismos de moralização social e política ao povo. Como vimos no quarto capítulo desse trabalho, Rui defendia que uma das funções políticas da educação seria a sua capacidade de moralizar e racionalizar as massas que iriam participar da democracia. Após o seu exílio, Rui começou a acreditar na possibilidade da conciliação da religião, sobretudo a doutrina católica, com a razão. A partir da constatação de que a religião tinha certa compatibilidade com o espírito científico, conforme a sua leitura de Balfour, ele acatou a hipótese de

⁷⁴ Idem, pp. 131-132.

que por meio da religião, o povo inculto poderia receber as “luzes” da moralidade política e social que a instrução não lhes havia fornecido.

Se dedicarmos atenção especial a essas ideias de Rui, podemos constatar que o “Discurso no Colégio Anchieta”, pronunciado, em 1903, evidenciou as suas formulações, expressadas anteriormente nas *Cartas de Inglaterra*, a respeito da relação que estabeleceu entre a religião e as condições necessárias para a legitimidade das instituições liberais republicanas. Tributário do pensamento de Tocqueville na questão da influência da religião nos negócios públicos, Rui ressaltou na ocasião do seu discurso, o papel da crença cristã no fortalecimento dos laços de solidariedade numa república democrática, associando-a necessariamente à garantia da liberdade.

Ao expor suas ideias acerca da necessidade de se refutar o ateísmo, Rui procurou se desvencilhar da afirmação que defendera outrora: a necessidade da separação entre Igreja e Estado. Nesse momento, Rui argumentava que a religião era o remédio adequado para combater o despotismo. Assim, explicava as ideias que o propeliram, ao ter os olhos fitos nos Estados Unidos, a adotar o modelo constitucional desse país para a elaboração da Constituição de 1891:

Ora, a liberdade e religião são sócias, não inimigas. Não há religião sem liberdade. Não há liberdade sem religião. “o despotismo é que passará sem a fé: a liberdade não passa”, dizia Tocqueville, edificado pelo espetáculo dos Estados Unidos. “A religião”, insistia, “é muito mais necessária nas repúblicas do que nas monarquias, e muito mais ainda nas repúblicas democráticas do que em todas as demais. Como não houvera de perecer a sociedade, se, afrouxando o laço político, não estreitasse o vínculo moral? E que será de um povo, senhor de si mesmo, se não for submisso a Deus?” É a mesma impressão que o abalava, a esse grande pensador político, ao estudar *O Antigo Regime e a Revolução*: “O povo, se quiser ser livre, há de ter convicções religiosas. Em não tendo fé, servirá”.⁷⁵

⁷⁵ BARBOSA, Rui. “Discurso no Colégio Anchieta”. In *OCRB*. Vol. XXX. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, pp. 381-382.

A necessidade de criação de um vínculo moral para compensar o arrefecimento dos laços políticos na República, foi, portanto, um dos pontos principais defendidos por Rui nesse discurso. Para ele, a “moralidade política está[va] profundamente enxertada no cristianismo”, chegando inclusive a mencionar que o princípio cristão era o elemento fundamental do direito brasileiro, onde se “encerravam todas as garantias da liberdade e todas as necessidades da fé”.⁷⁶

A posição de Rui ao defender o papel da religião para a formação das sociedades democráticas era clara. Ao tomar a Inglaterra e os Estados Unidos como modelos de sociedades liberais e democráticas, Rui explanou que as bases culturais e morais sob as quais essas sociedades teriam se edificado foram constituídas sob os fundamentos do cristianismo. O temor aos mandamentos de Deus teria imposto a essas nações o dever de seguir um “destino moral, associado ao respeito desse destino nos seus semelhantes”.⁷⁷ O ateísmo, portanto, seria incompatível, segundo Rui, com as qualidades de ação, resistência e disciplina essenciais aos povos livres, o que redundava na afirmação de que os povos “descrentes são fracos e pessimistas, resignados ou rebeldes, agitados ou agitadores”.⁷⁸

A construção dessa última imagem de um povo “descrente” expressava a preocupação de Rui em promover o progresso moral da sociedade brasileira dirigido pelos princípios cristãos. Na verdade, essa preocupação tinha uma motivação maior para o político baiano, ou seja, ele havia chegado à conclusão de que “as formas políticas são vãs, sem o homem que as anima”. Porém, como convergir “homem” e “forma política”? A resposta vislumbrada por Rui era a de que a religião era o único “meio” para a nação se “reabilitar nos costumes” e se “consolidar na liberdade”. Embora reconhecesse que era o “vigor individual que faz as nações robustas”, Rui procurava moderar, entretanto, a defesa do indivíduo com a noção do seu pertencimento a uma coletividade:

⁷⁶ Idem, p. 384.

⁷⁷ Idem, p. 383.

⁷⁸ Idem, p. 384.

[...] o indivíduo não pode ter essa fibra, esse equilíbrio, essa energia, que compõe os fortes, senão pela consciência do seu destino moral, associada ao respeito desse destino nos seus semelhantes. Ora, eu não conheço nada capaz de produzir na criatura humana em geral esse estado interior senão o influxo religioso.⁷⁹

Rui destinava à religião o papel de moldar moralmente a própria organização social do país em prol do desenvolvimento de princípios republicanos e democráticos, tal como concebia que ela havia moldado a organização social e política dos Estados Unidos e da Inglaterra. Nesse sentido, não podemos perder de vista que as considerações de Rui sobre a necessidade de se promover a progressão da moralidade popular foram feitas à luz da percepção de que o povo brasileiro não compactuou com as instituições liberais transplantadas. A constatação de que os resultados pretendidos com a implementação de formas políticas liberais foram anódinos devido a um meio social que não possuía as condições para garantir o seu funcionamento eficaz, levou Rui a empreender a defesa da religião como um antecedente necessário, que deveria fazer parte da vida social da nação, sem o qual a institucionalização efetiva do regime republicano não seria bem-sucedida.

Dessa forma, a religião, como uma via para promover a moralização do povo, poderia ajudar a consolidar o processo de institucionalização do regime republicano, incompleto nos termos em que foi colocado por Rui: “Essas instituições todas, que pretendemos transladar a esta terra, são a letra morta, à espera da vida, o envoltório material à espera da alma, a máquina à espera do homem. O homem é o espírito fecundado na íntima fusão da liberdade com a fé”.⁸⁰

⁷⁹ Idem, p. 393.

⁸⁰ Idem, p. 390. A constatação de Rui de que a Constituição de 1891, da qual ele foi um dos principais elaboradores, era “letra morta” sem um meio social e político que lhe desse “vida”, ou seja, sem uma sociedade que apresentasse as condições sociais e políticas que a colocasse em prática, foi atirada contra ele próprio, anos depois, em forma de crítica ao seu “idealismo utópico”, por Oliveira Vianna: “Idealistas deste tipo seriam também os que, concebendo uma constituição para um povo novo, ainda em formação, cujas classes sociais, mesmo as mais elevadas, não tivessem tido tempo histórico para adquirir sequer uma mediana educação política, compusessem um aparelhamento constitucional, majestoso e moderníssimo, mas cujo

Como as passagens acima indicaram, o desencanto de Rui com os rumos assumidos pelo regime republicano foi expresso de modo firme, tanto nas *Cartas de Inglaterra* quanto no “Discurso no Colégio Anchieta”, agora em análise. As declarações de Rui denunciavam a existência de um povo desconsoante com os costumes e práticas políticas liberais e, portanto, incapacitado para sustentar as instituições republicanas e colocá-las em funcionamento. A partir de uma percepção pouco entusiasta da participação do povo na República, Rui estabeleceu uma oposição entre a soberania popular e a ausência de moralidade no país, da qual ele extraía a afirmação de que o sufrágio deveria ser conduzido sob forte moralidade social e política, que a sociedade brasileira, segundo sua interpretação, obviamente, ainda não possuía:

Não é a soberania do povo o que salva as Repúblicas. Não são as urnas eleitorais que melhoram os governos. [...] A soberania do povo constitui apenas uma força, a grande força moderna, entre as nações embebidas na justa aspiração de se regenerarem a si mesmas. Mas essa força popular há mister dirigida por uma alta moralidade social. As eleições mudam os Governos, mas não os reformam. As liberdades políticas não têm por objeto satisfazer a vaidade dos cidadãos, entregando-lhes o cetro do poder. O verdadeiro destino dessas liberdades está em revestirem e abroquelarem as liberdades civis, isto é, os direitos da consciência, da família e da propriedade. Essas três categorias de direitos ancoram na palavra divina, a saber, na divina constituição do homem. Mas só os povos religiosos os têm definido e praticado seriamente, ao menos no que respeita à consciência e à família.⁸¹

Ao estabelecer a oposição entre a soberania popular e a ausência de moralidade no país, Rui justificava, nesse momento, a exclusão do povo da

perfeito funcionamento fosse unicamente possível numa sociedade, cujas classes dirigentes e dirigidas, em virtude de condições particulares da sua formação histórica, se apresentassem dotadas de uma alta educação cívica e política”. VIANNA, Francisco de Oliveira. *O idealismo da Constituição*, p. 9.

⁸¹ BARBOSA, Rui. “Discurso no Colégio Anchieta”. In Idem, p. 393.

participação política por um critério moral.⁸² O apelo à necessidade de se moralizar o povo presente nesse discurso nos demonstra que as posições de Rui estavam ainda distantes de uma concepção democratizante mais ampla, no sentido de admitir o alargamento da cidadania política e a participação popular ilimitada ao sufrágio.

Conforme procuramos demonstrar ao longo desse trabalho, o político baiano sempre apelou para a noção de soberania popular e vontade do povo, instrumentalizando-a como pauta reivindicativa de sua atuação política e de suas propostas de reformas no decorrer de sua atuação política no Império. Contudo, na segunda década do regime republicano, Rui afirmava não ser ainda possível que a soberania da nação pertencesse realmente a todos os cidadãos.

Podemos extrair desse discurso a interpretação de que, para Rui, no regime republicano, a chave não estava na soberania popular, pois, não eram todos os cidadãos que deveriam imprimir direção ao governo, com base na vontade popular irrestrita: a forma de governo republicana não significava, para ele, a divisão do “cetro do poder” entre todos os cidadãos. Nesse sentido, o senador baiano concebia uma República democrática, na verdade, pautada por critérios de exclusão da participação política. Para a “salvação” do regime, cujas instituições ele ajudara a criar, Rui vislumbrava uma solução que, paradoxalmente, passava pela limitação da liberdade política dos cidadãos da República. De acordo com o seu argumento desenvolvido nesse momento da República, o povo “incapacitado” deveria ter sua liberdade política, ou seja, seu direito ao voto cerceado porque lhe faltava moralidade social e política para decidir soberanamente o destino da nação.

Assim, de acordo com o trecho do seu discurso citado acima, Rui não avançava até esgotar plenamente o conceito de liberdade. A sua concepção de democracia - racional e conservadora - era uma forma de governo distinta da de uma concepção de democracia fundada no conceito de plena liberdade de todos os cidadãos participarem da soberania da nação, sem nenhuma certeza *a priori*. Portanto, se na concepção de democracia de Rui não existia lugar para o perigo e o risco na racionalidade política, também não havia espaço para que

⁸² Cf. ARAÚJO, Gisele Silva. *Os sentidos da ordem e a legitimação da República*, p. 242.

ele concebesse que o povo privado das “luzes” ou desprovido de moralidade gozasse plenamente da liberdade política.⁸³

De qualquer modo, a concepção de liberdade de Rui, embora restrita, era coerente com as ideias liberais que defendia, isto é, a defesa dos direitos individuais, especialmente, os direitos à liberdade de consciência, à propriedade e à família. O escopo da sua concepção de liberdade era a liberdade civil e não propriamente a liberdade política. Assim sendo, a garantia do cumprimento dos direitos civis pelos governos republicanos eram, para ele, as condições primordiais para que a República liberal e democrática obtivesse a sua legitimidade.

Para Rui, a implementação de um regime político baseado na liberdade dependia necessariamente de que a garantia institucional dos direitos civis fosse cumprida. Todavia, essa seria apenas uma das condições elencadas por ele para que as instituições republicanas se tornassem realmente legítimas. Sabemos que Rui apontou o descompasso entre os costumes do povo e as práticas de vida e da política, baseadas nos princípios liberais, como o fator responsável pela ineficácia das instituições republicanas que se tentou estabelecer com o novo regime. Como procuramos demonstrar, além de recomendar a associação entre liberdade e fé para promover a moralização social e política do povo, Rui também incluiu no seu “Discurso no Colégio Anchieta” a questão da necessidade de se empreender também o progresso material pelo trabalho com vista à evolução moral do país. Essa ideia de Rui não era recente, pois, como vimos anteriormente, na sua proposta de reforma do ensino, ele defendeu a educação para o trabalho como um fator para o progresso econômico e também como uma forma de moralizar as massas trabalhadoras para que pudessem ser incluídas, paulatinamente, na democracia. A sua reforma econômica, quando ministro da Fazenda, também indicava o caminho da democracia pelo trabalho industrial. No seu discurso, em 1903, a complementaridade entre o progresso material e moral do país era reforçada pela associação entre patriotismo e trabalho: “Mas o patriotismo, praticamente, consiste, sobretudo, no trabalho. *Laboremus*, murmurava,

⁸³ Cf. ROCHA, Leonel Severo da. *Op. cit.*, p. 157.

expirando o imperador romano. *Laborate*, estão a dizer-vos na sua austera alegria, todos os cânticos desta solenidade”.⁸⁴

Desse modo, ao recusar a ideia de que as misérias do país se explicavam pela sua natureza, Rui salientava que elas procediam da indolência do povo. Esse argumento lhe dava o ensejo para invocar uma das razões pelas quais a miséria persistia ainda na República brasileira, enquanto outras nações, independentes de sua organização política, conseguiram progredir economicamente pelo trabalho do seu povo:

Trabalhai, pois, mas persistentes, incessantes, como o sol de todos os dias e o orvalho de todas as noites. Ouvireis discorrer de grandes e pequenas nacionalidades, de impérios poderosos e repúblicas desprezíveis. Tudo aí é atividade, ou indolência; tudo vai do trabalhar, ou não trabalhar. Não há senão povos, que trabalham, e povos, que não trabalham. Se nós trabalhássemos, não veríamos, no Brasil, com os seus dezesseis ou dezoito milhões de habitantes, um território capaz de alimentar a população da China e uma natureza bastante a faltar metade da Europa, essa importação factícia e indizivelmente lamentável das questões da miséria, que açoitam, no velho continente, os países exaustos ou sobrepopoados.⁸⁵

Ao enfatizar o trabalho como um dos fatores para o progresso moral do povo brasileiro, Rui tornou mais clara a sua postura de dirigir-se às “classes conservadoras” da nação. Além da ênfase posta no valor do trabalho, o apelo de Rui à religião cristã, ao patriotismo, à família, ao direito à propriedade e à liberdade individual, parece comprovar que ele destinava às “classes conservadoras” a função de moldar a própria organização social futura do país.

Como já observamos no início dessa seção, ao retornar do exílio, em 1895, Rui expressou claramente o seu desencanto com os rumos da República, mas também sublinhou a sua proposta de “regeneração” do regime. Para empreender essa nova proposta de reforma, Rui aspirava contar com o lastro social das “classes conservadoras” que legitimariam a afirmação dos

⁸⁴ BARBOSA, Rui. “Discurso no Colégio Anchieta”. In Idem, p. 360.

⁸⁵ Idem, p. 364.

valores liberais e democráticos para a efetiva institucionalização do regime republicano, pautado nos parâmetros do respeito às leis e no cumprimento dos direitos civis.

De todo modo, é possível identificarmos nas formulações de Rui o reconhecimento de que as “classes conservadoras”, ou seja, as novas classes sociais que nasceram com o advento da República - paradoxalmente, chamadas por ele de “classes conservadoras”, denominação esta devida, talvez, mais ao seu aspecto moral que ao econômico - além de defenderem o modelo republicano liberal, constituíam-se sob sólida base moral.⁸⁶ Ao mesmo tempo ele identificava nessas “classes” a fração social legítima - porque detentora de moralidade social, política e econômica, inclusive de ilustração - que poderia cumprir a função de exigir a efetiva institucionalização da República.

Diante de tal arrazoado, nos parece lícito supor que a decisão tomada por Rui de escolher uma fração social específica da nação, e considerá-la capacitada para dirigir a política pode ser melhor compreendida se acompanharmos de perto um aspecto relevante do seu pensamento político: a opinião de que apenas reformas políticas e o transplante das instituições modernas, pautadas no modelo de organização da república democrática dos Estados Unidos, não foram suficientes para se concretizar uma República liberal e democrática no país.

A constatação da ineficácia das instituições republicanas foi registrada de forma patente em outro discurso de Rui, pronunciado no Senado, em 1903. Nesse discurso, o senador baiano justificou por que as instituições republicanas que ele ajudara a configurar na forma da Constituição de 1891 não apresentaram resultados satisfatórios quando postas em prática no decorrer da política *real* do regime. Contudo, é necessário enfatizarmos que o

⁸⁶ Embora não agradasse a Rui Barbosa o nome de “classes”, porque a seu ver, numa democracia não haveria lugar para expressões de “gradação e antagonismo”, no qualificativo de “conservadoras se juntam, com a ideia de ordem orgânica, a de estabilidade e regeneração. Portanto, senhores, também a de evolução e progresso. Toda a organização vivente que se conserva, e regenera, necessariamente evolve, melhora e aperfeiçoa-se. Todos os princípios de harmonia, atividade e desenvolvimento [...] emanam dessas a que, por excelência, de classes conservadoras damos o nome”. BARBOSA, Rui. “Às classes conservadoras”. In *Campanha presidencial (1919)*. *Op.cit.*, p. 58.

argumento de Rui partia do pressuposto de que as instituições transplantadas para a construção e organização política da República tinham por base o melhor modelo disponível, ou seja, o modelo de república presidencialista e de organização federativa dos Estados Unidos. Ademais, a república norte-americana forneceu o modelo institucional de um Poder Judiciário independente, que deveria ser o guardião da lei e dos direitos individuais na República, além de garantir o equilíbrio entre os Poderes.

O trecho a seguir é bastante longo, porém, acreditamos que ele apresenta com clareza a defesa de Rui das instituições “transplantadas”, como as mais adequadas à organização da forma de governo do regime republicano. Contudo, a passagem também demonstra que, para Rui, a adoção apenas de formas e instituições políticas ideais não era suficiente para consolidar o arranjo constitucional republicano. Afinal, para ele, a existência de uma Constituição liberal não era suficiente para garantir a legitimidade e a estabilidade das instituições republicanas e consolidar uma forma de governo democrática. Da tribuna do Senado, o próprio Rui se propôs a responder à questão: “Mas, pergunto: as leis podem reagir sobre os costumes?”. E a respondeu desse modo:

Fazer grandes reformas! Nós os membros do Governo Provisório; nós, os principais, ainda mais, responsáveis por essa transformação política, pela nova organização dada a este país; nós! *Quem mais do que nós tem a experiência do pouco que valem as grandes reformas, por mais bem calculadas, por mais arquitetadas que elas sejam no papel, na cabeça dos seus autores, no âmago de suas esperanças?*⁸⁷ Nós trouxemos todas as belezas das instituições americanas, naquilo que elas têm de mais

⁸⁷ BARBOSA, Rui. “Eleições para senador no Estado de Minas Gerais”. [Sessão em 8 de julho de 1903]. In OCRB. Vol. XXX. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, p. 76. Grifo nosso. De certa forma, essa observação de Rui serviu de base para Oliveira Vianna tecer a crítica ao “idealismo utópico” do político baiano, que estaria alheio à realidade política e social do país: “No fundo, esses idealistas, vivendo sempre em pleno sonho, desconheciam a verdadeira causa do mal. [...] Toda a razão das suas surpresas, das suas decepções, das suas desilusões estava em que eles não conheciam o país em que viviam. Partiam, nos seus raciocínios de falsos pressupostos e chegavam, portanto, a conclusões falsas. Liberais por biblio-sugestão, mais do que por contingências imperativas do nosso meio, imaginavam existir em nosso povo uma série de cousas que - dadas as condições da nossa formação social e política - absolutamente não podiam existir”. VIANNA, Francisco de Oliveira. *O idealismo da Constituição*, p. 60.

precioso, para o Brasil. E que é o a que, presentemente, estamos assistindo? Isto não é o resultado nem de uma transplantação, como por aí se acusa, irrefletida e pueril. Nós trouxemos da América para o Brasil aquilo que era preciso trazer, admitido o nosso ponto de partida, isto é, admitido a transformação da Monarquia na República, e transformação da unidade nacional na federação da política. [...] Podeis dizer, Sr. Presidente, se os frutos correspondem às nossas esperanças? Podeis dizer se essas instituições tiveram, em nosso país, a grandeza dos seus resultados? Não, Sr. Presidente. E por que? Por culpa dos executores do regime? Não. Por culpa das instituições adotadas? Também, não. Em todas as instituições há um elemento falível, há um elemento suscetível de corrupção - é o elemento humano. Se esse elemento se preserva, as instituições subsistem incólumes com ele; se esse elemento se derranca, as instituições estão perdidas. [...] não há forma política que baste, não há corretivo possível, Sr. Presidente. E não há, porque em todos os regimes, a garantia suprema é a intervenção do povo, e o povo, já o disse, se ausentou de nossas instituições. Indiferente, céptico, resfriado completamente, não nos acompanhou, abriu em torno de nós um grande vazio. [...] Todos nós experimentamos, como a parte mais dolorosa da nossa tarefa e da nossa pena, - da pena que cumprimos lentamente, como legisladores, e como homens políticos, - esta indiferença do povo pelos nossos atos, pelas nossas decisões, pelos nossos processos.⁸⁸

Nessa passagem do discurso, Rui evidenciou que a total indiferença do povo em relação às formas de governo e às leis postuladas na Constituição republicana foi a causa da ineficácia das instituições transplantadas com vista à organização político-institucional do regime republicano. Isso nos permite aferir que Rui Barbosa e Oliveira Vianna apontaram a mesma causa para a ineficácia das instituições do regime republicano e para a insuficiente legitimidade alcançada pela Constituição republicana. Para Oliveira Vianna, desde o Primeiro Reinado, a “causa dos males políticos” do país e dos “fracassos constitucionais” estava no “próprio povo, na sua estrutura e na sua mentalidade”.⁸⁹ Embora Rui e Oliveira Vianna identificassem no povo a

⁸⁸ BARBOSA, Rui. “Eleições para senador no Estado de Minas Gerais”. In Idem, pp. 76-78.

⁸⁹ VIANNA, Francisco de Oliveira. *O idealismo da Constituição*, p. 59.

explicação para a ineficácia das instituições liberais e democráticas no país, ambos partiam de pressupostos de ação e de pensamento político distintos. Para Rui, o transplante de modelos institucionais liberais de outros países poderia forjar costumes e hábitos no povo que seriam condizentes com a prática dessas instituições, criando paralelamente a esse processo uma sociedade liberal e democrática. Por sua vez, Oliveira Vianna partia do pressuposto de que as instituições deveriam ser pensadas a partir das condições particulares da formação e adaptação do povo brasileiro ao seu meio social e político. Desse modo, para o ensaísta fluminense, as reformas políticas e constitucionais do país, que se basearam em experiências exógenas ao invés de se basearem na observação das tradições e costumes do povo, resultaram num sistema político desvirtuado e fracassado, como foi, para ele, a primeira experiência republicana brasileira. Daí, a crítica de Oliveira Vianna ao “idealismo utópico” de Rui que, como legislador da Constituição de 1891 e reformador político, não teria levado em consideração a realidade social e política da vida coletiva do povo para estabelecer um conjunto de instituições específicas para a organização político-administrativa do país.

Neste referido discurso, Rui deixou transparecer a dúvida de que uma legislação bem elaborada pudesse realmente ser suficiente para garantir a legitimidade das instituições do país. O senador baiano revelou também a desconfiança de que as reformas políticas poderiam concretizar verdadeiras mudanças políticas e sociais no país. Afinal, de acordo com sua caracterização do povo, este era indiferente às formas de governo e à formação das instituições do regime republicano e, mais do que isso, era incapaz de organizar os poderes públicos e governar a si mesmo.

Desse modo, a explicação de Rui para o resultado não condizente com o que ele esperava da transformação política do regime monárquico para o republicano, assim como a elucidação do motivo que gerou a ineficácia das instituições republicanas só poderia ser buscada num fator externo às próprias instituições e à organização política do regime republicano.

Portanto, o interesse de Rui era argumentar que, se as instituições republicanas se mostraram ineficazes, este problema não decorria de uma aplicação irrefletida das instituições exógenas ao meio social brasileiro. Para ele, o povo foi incapaz de coadunar-se eficazmente com as melhores

instituições que se buscou implantar na República. De todo modo, o que transparece fortemente no discurso é o desapontamento de Rui em relação ao povo, que foi considerado o responsável pela não efetivação de um regime político arquitetado com base no modelo ideal das instituições da república liberal norte-americana.

Ao acompanharmos neste trabalho as ideias e ações de Rui Barbosa, até esse momento de sua trajetória intelectual e política, percebemos um modo de pensamento e ação norteado pela precedência da política, isto é, uma *forma de pensar* marcada pela convicção de que as mudanças na sociedade eram precedidas pelas reformas operadas, sobretudo, pela via institucional. As suas propostas de reforma eleitoral, reforma do ensino, o encaminhamento dado à questão da reforma do trabalho, com as suas propostas de criação de direitos aos libertos, a reforma federalista e a construção institucional da República, demonstraram essa forma de pensar a resolução dos problemas do país.

No entanto, não podemos ignorar o fato de que o político baiano reconheceu, na prática do regime que ajudara a implantar, que apenas a adoção de instituições e formas de governo ideais adaptadas à necessidade de consolidação de um regime político era insuficiente para a construção de uma República liberal e democrática. Assim, ele admitiu que seriam ineficazes as soluções pensadas estritamente no âmbito das reformas políticas e institucionais para se avançar na “regeneração” do regime republicano, como demonstram o seu apelo à religião e ao trabalho como vias para promover o progresso moral do povo. Ao acompanharmos o pensamento político de Rui podemos constatar que o povo foi por ele considerado o fiel da balança, em que se pesavam as instituições e a efetiva realização de um regime político liberal e democrático no país.

O trecho do discurso de Rui transcrito acima, além de interpelar as razões do pouco enraizamento das instituições liberais e do desvirtuamento da República, sugere um cenário marcado por forte negatividade. Com efeito, a ideia de *ausência de povo* parece ter aderido fortemente à percepção que Rui tinha em relação à República, a ponto de caracterizá-la mais pelo seu “vazio” - o que indicaria a distância entre o povo e os eventos deflagrados com o 15 de novembro – do que portadora de alguma virtude positiva.

À mencionada ausência do elemento popular para fundar efetivamente a República podemos acrescentar, contudo, o ânimo reativo de Rui, compatível com a ideia de bem assentar as instituições republicanas. Essa pareceu ser, de fato, a intenção das proposições de Rui quando se tornou candidato à presidência da República (1909-1910 e 1919). Ao lado da moralização do povo, a ênfase de Rui nas suas proposições como candidato à presidência na campanha de 1909-1910 - a Campanha Civilista - recaiu na necessidade de se combater o militarismo, representado pela candidatura do marechal Hermes da Fonseca, e na destruição do caráter oligárquico da República. A partir de seu ideário político, no qual a elaboração de uma Constituição liberal seria a maior garantia para a democracia, e diante da constatação de que as instituições políticas republicanas haviam se “degenerado” e, portanto, eram insuficientes para a efetivação de uma forma democrática e republicana de governo, Rui defendeu nessa campanha, a proposta da reforma constitucional. Suas propostas de reformas enfatizaram, sobretudo, a autonomia do Poder Judiciário, a necessidade da reforma eleitoral - inviolabilidade do direito do eleitor, estabelecendo-se o voto secreto e a abolição do voto cumulativo - e o respeito à ordem legal. Pelo teor das suas propostas, podemos aferir que a sua concepção de democracia bem como a garantia da efetividade de um governo democrático, era pautada pela condição suficiente do bom funcionamento das instituições liberais representativas.

A concepção de democracia de Rui somente sofreria alterações no final da sua vida, especialmente durante a campanha presidencial de 1919, momento em que o político baiano propôs também reformar a Constituição, mas, para nela incluir concessões de direitos sociais para as classes trabalhadoras. Esta alteração mais democrática no pensamento de Rui marcou uma importante distinção entre as suas primeiras reivindicações políticas de construção de uma democracia “racional” e “conservadora” que temos acompanhado no pensamento do político baiano desde o Império até os primeiros anos da República.

Ao dar importância à questão social na sua proposta de reforma constitucional, na campanha de 1919, Rui admitiu, naquele momento que, para a construção de uma sociedade liberal e democrática era imprescindível romper com a tradição do liberalismo individualista. A ideia desenvolvida por

ele era a de que se o capital e a riqueza nascem do trabalho e são benéficos para a sociedade, contudo, “ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital”.⁹⁰ Mas, a proposta de Rui era conciliatória: “Meus amigos, as reformas sociais, que vos aconselho, não são as que se embebem no espírito da luta entre as várias camadas sociais”. Para o político baiano, as transformações deveriam ser operadas com “cada camada social” pagando “voluntariamente, com a sua quota de abnegação, a quota das reparações, que às outras camadas se deverem”.⁹¹

Se Rui pregava a necessidade de uma ação política que deliberadamente promovesse a reforma social, ou seja, “a revisão do direito social e do direito político”, contudo, ele ressaltava categoricamente, a necessidade de conciliação entre as classes.⁹² O motivo das afirmações tão categóricas a respeito da “colaboração mútua entre as classes” era bem claro: seria difícil coordenar uma ordem social fundada na relação entre patrões e trabalhadores se não se criassem mecanismos que reduzissem os antagonismos entre eles. O que Rui propunha, ao procurar difundir uma reforma social “conciliatória” estava em plena sintonia com todas as propostas de reformas defendidas por ele, conforme vimos ao longo deste trabalho. A formação de uma sociedade liberal e democrática impunha que medidas reformistas pontuais evitassem qualquer revolução, ou mudanças mais profundas na sociedade brasileira.

⁹⁰ BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil. Op. cit.*, p. 16.

⁹¹ Idem, pp. 64-67.

⁹² Esse ponto é bastante importante no pensamento de Rui Barbosa. Cabe frisarmos novamente que, para o político baiano, numa democracia não haveria lugar para manifestações antagônicas entre classes. Era necessário juntar forças, congregar, ou melhor, promover reformas que visassem à conciliação entre as classes nos moldes do liberalismo. Na verdade, para Rui, até mesmo o vocábulo “classe” soava mal, porque favorecia “equívocos, invejas e rivalidades”. Para o liberal baiano, em 1919, no Brasil, não fazia sentido falar em classes, “numa sociedade nivelada, onde os próprios vestígios da escravidão se vão diluindo na fusão de todas as raças [...] num regime de costumes, que reduz todas as distâncias, apaga todas as diferenças, e iguala todas as condições [...] num estado legal, onde os direitos, hierarquias e dignidades se oferecem a todos os indivíduos, sem acepção de nascimento, cor e herança”. BARBOSA, Rui. “Às classes conservadoras”. In *Campanha presidencial (1919). Op.cit.*, p. 58.

Considerações finais

Machado de Assis, no conto “A Sereníssima República”, publicado em 1882, narra uma conferência proferida por um cônego-cientista brasileiro que teria descoberto um regime social das aranhas. O cônego afirma ter decidido proferir sua conferência, motivado pela divulgação da descoberta de um sábio inglês a respeito da linguagem dos insetos. A intenção do cônego ao vir à tribuna, era a de “proclamar alto [...], que muito antes daquele sábio, e fora das ilhas britânicas, um modesto naturalista descobriu coisa idêntica, e fez com ela obra superior”. Com isso, o cônego buscava evitar que a sua descoberta, de inestimável valor, fosse solapada pela do “sábio de Inglaterra”. O ano mencionado pelo narrador machadiano como o da descoberta do cônego-cientista, “data do fim do ano de 1876”. O recuo no tempo nos sugere que Machado reconstitui uma história cujo marco inicial foi o ano da divulgação dos resultados finais do censo realizado em 1872.

Embora seja impossível discernir os limites entre a ficção e o que de fato aconteceu na política brasileira em 1882, o conto tem o poder de ilustrar, segundo as palavras do próprio autor, “as nossas alternativas eleitorais [...] através da forma alegórica. Podemos inferir a partir daí, que o contexto ao qual se refere o conto é, portanto, o dos debates a respeito da aprovação da Lei Saraiva (1881), que instaurou o voto direto e excluiu os analfabetos do direito ao voto. Ao tomarmos o conto de Machado como uma alegoria da reforma eleitoral, não precisamos de muito esforço para reconhecer no “sábio de Inglaterra” a imagem de John Stuart Mill, tantas vezes evocado no Parlamento brasileiro para legitimar a exclusão dos analfabetos do direito do sufrágio.”⁷⁵⁷

⁷⁵⁷ A comparação do cônego Vargas com a de Stuart Mill fica ainda mais forte quando se considera que “mill” pode ser traduzido por fiação e “varga” é uma “espécie de rede para emalhar”. Cf. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, verbete varga.

Como vimos, os parlamentares brasileiros, principalmente Rui Barbosa, evocaram tantas vezes o liberal inglês em seus discursos, que não passou despercebido a necessidade de alguns desses parlamentares se mostrarem mais liberais do que o próprio Stuart Mill.

Voltando à sequência do conto, o conferencista diz, então, ter organizado socialmente as aranhas, em um processo que se iniciou com a descoberta das aranhas que falam, passou pela gramaticalização da língua e pelo fortalecimento da prática das virtudes inatas aos aracnídeos. Não escapou à ironia machadiana o fato de que a alfabetização era considerada, no discurso político, uma virtude cívica e fora adotada finalmente na Lei Saraiva, como uma cláusula de barreira para a concessão dos direitos políticos.

Em busca do aperfeiçoamento da organização social das aranhas, o próximo passo do cônego foi adotar uma forma de governo e um sistema eleitoral para melhor prover a evolução política das aranhas. A forma adotada foi a de uma República à maneira da antiga Veneza: “Sereníssima República pareceu-lhes um título magnífico”. À maneira da sociedade brasileira, a sociedade das aranhas baseou seu regime político na imitação de uma forma estrangeira, europeia.

O sistema eleitoral utilizado na forma de governo das aranhas era o do saco e bolas. O conferencista ressalta que, mesmo sendo um sistema simples, surgiram vários obstáculos, dado que a sociedade das aranhas ainda era muito jovem, e, por conseguinte, imperfeita: “formam um povo recente, que não pode trepar de um salto ao cume das nações seculares”. Entre os obstáculos declarados pelo cônego, estava a facilidade de burlar o sistema eleitoral. Entretanto, o cônego sublinha que as aranhas dispunham de algumas virtudes, sendo uma delas, a perseverança. O conferencista insiste em afirmar que as aranhas são perseverantes e compreenderam que no ato eleitoral estava a base da vida pública e trataram de exercê-lo com a maior atenção. A dita atenção estava centrada no fabrico do saco que se revelou uma obra prima das aranhas, em contraste com o processo eleitoral que era “simples”.

As damas da república, dez aranhas designadas para tecer os sacos eleitorais, eram obrigadas a adaptar o saco a cada eleição, numa tentativa incessante de aperfeiçoamento do sistema eleitoral. As muitas irregularidades e vícios que se verificavam no decorrer do processo eleitoral tentavam ser

diminuídas pelas inumeráveis alterações no saco, seja no tecido, ou em suas dimensões.

Mas o cônego continuava convicto de que o sistema se aperfeiçoaria, pois era preciso ter, sobretudo, paciência – “uma longa paciência de Penélope”, a principal virtude do povo aracnídeo. A virtude pode ser observada também na ação da assembleia de cidadãos que decreta, incansavelmente, as alterações cabíveis na lei a fim de que o saco de bolas tenha sua forma renovada. Consciente de que o sistema eleitoral escolhido cientificamente por ele é o ideal, o cônego traz à sua fala o último discurso do conselheiro Erasmus, um dos cidadãos mais circunspectos da sua república, encarregado de notificar a última resolução legislativa às dez damas incumbidas de urdir o saco eleitoral. Para Erasmus, os problemas que ocorrem nas eleições resultam dos atos dos muitos que ainda não são suficientemente sábios para se adequar a um sistema perfeito. O seu conselho é o de que o saco seja feito com paciência e talento, “até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a Sapiência”.

Se lembrarmos que o conto foi escrito em 1882, um ano após a promulgação da Lei Saraiva, que excluiu a maior parte da população do direito do voto com a justificativa de que, para evitar a corrupção das eleições, era necessário saber ler e escrever, perceberemos que o sistema eleitoral da república das aranhas alegoriza a instauração das eleições diretas e as razões apresentadas pelos governos Sinimbu e Saraiva para a exclusão dos analfabetos do exercício da cidadania. Assim como a instauração de eleições diretas a ser realizadas apenas por 1,5% da população não parece ser medida séria, o sistema eleitoral do saco e das bolas soa risível para os “doutores do sufrágio”. A afirmação do narrador é ainda mais risível porque no momento em que o conto é publicado, a razão apresentada pelo governo, inclusive por Rui Barbosa para a exclusão dos analfabetos, revelara-se equivocada, passando as eleições por sucessivos processos de corrupção. A reforma eleitoral não impediu que as eleições fossem pautadas por casos de corrupção e fraude. Apesar de tudo, politicamente foi mantido o discurso de que, com o tempo, a instrução chegaria ao povo e o sistema representativo finalmente teria um bom desempenho.

A alusão ao cidadão Erasmus, encarregado de noticiar a última resolução legislativa às aranhas fiandeiras do saco eleitoral, permite entrever uma alegoria da visão que parte da elite política e Rui Barbosa tinham do processo eleitoral brasileiro, visão que concordava com a exclusão do povo analfabeto da cidadania política. Tal como Erasmus, também Rui, foi responsável pelos discursos finais, no Parlamento, defendendo o projeto de reforma eleitoral dos governos Sinimbu e Saraiva.

Machado não perde a oportunidade de sugerir a equivalência entre a paciência de Penélope e a perseverança das aranhas, mostrada pelo cômico por meio do relato do processo de sucessivas mudanças na forma do saco e na legislação eleitoral para evitar que fraudes e manipulações continuassem a ocorrer nas eleições. No caso da perseverança das aranhas, há a expectativa de que, com o tempo, o sistema eleitoral funcione a contento. No caso da paciência de Penélope, precisamos lembrar que ela se liga à execução de um plano ardiloso, ou seja, fazer e refazer a manta, com a expectativa de enganar os pretendentes e evitar se casar antes que Ulisses retorne à ilha de Ítaca. A alusão paródica a Penélope permite entrever uma alegoria da visão que a elite política tinha do processo eleitoral brasileiro: a ênfase nas reformas eleitorais, ou melhor, no fazer e desfazer a legislação eleitoral em busca do aperfeiçoamento do sistema eleitoral do Império fazia parte de um plano astucioso da elite política para excluir o povo analfabeto e desfavorecido de tomar parte das decisões referentes aos assuntos do Estado.

Podemos dizer que a equivalência estabelecida no conto, de forma alegórica, entre a paciência de Penélope e a das aranhas revela algo da expectativa da elite política, sobretudo, o que nos importa aqui, da expectativa de Rui Barbosa para a criação do que ele entendia ser uma sociedade liberal e democrática. As reformas pensadas e propugnadas pelo liberal baiano para a incorporação do povo à cidadania política estavam pautadas nos argumentos que apelavam ao tempo, ou melhor, a concessão do direito político, para Rui, era condicionada ao processo de aquisição da sapiência pelo povo.

Embora o conto se restrinja apenas à reforma eleitoral, acreditamos que os capítulos anteriores de nosso trabalho podem ser lidos nessa mesma chave interpretativa. As reformas eleitoral, do ensino, do elemento servil e do federalismo não visavam incorporar a grande massa da população brasileira ao

universo da plena cidadania. Ainda que algumas dessas reformas representassem avanços consideráveis em relação à situação anterior, elas tinham como principal objetivo criar um ordenamento político-jurídico de acordo com as instituições e os princípios liberais, sem se preocupar, entretanto, em favorecer a inserção dos cidadãos até então afastados da participação ativa dos negócios do Estado.

Ao aceitar um modelo civilizatório anglo-saxônico, Rui Barbosa procurou estabelecer uma ordem social e política no país análoga à europeia ou norte-americana. O raciocínio prevalecente no pensamento do autor era o de que se deveria elevar o povo brasileiro à altura das instituições importadas, e não o inverso, ou seja, as condições brasileiras não deveriam moldar a organização jurídico-política. Todavia, a elevação do povo brasileiro ao patamar civilizacional dos modelos de nações liberais almejados por Rui Barbosa demandava tempo e, ainda mais do que isso, disposição das elites políticas encamparem um projeto nacional de educação pública e do próprio povo que deveria ter a consciência dos benefícios que a ilustração lhe traria.

De 1868, quando começou a pronunciar seus primeiros discursos e escrever seus primeiros textos de intervenção, até 1923, ano de sua morte, Rui Barbosa produziu uma obra imensa, tendo sido provavelmente o autor mais profícuo do período. Além da extensão da sua produção, a variedade dos assuntos nela abordados também dificulta uma análise sistemática que englobe toda sua obra. Desde os tempos de Academia, no final dos anos 1860, até os seus últimos anos de vida, Rui participou muitas vezes diretamente dos momentos políticos mais importantes do final do Império e das primeiras décadas do Regime Republicano, e tomou parte em cada um deles, ora atuando como parlamentar, ora mobilizando a opinião pública a partir da tribuna popular, quer por meio da elaboração de projetos governamentais de reforma, quer por meio de artigos polêmicos em jornais ou livros.

A grande diversidade de assuntos na qual o político baiano esteve envolvido e a extensão de sua obra requerem que o estudioso de Rui Barbosa proceda a um recorte preciso do tema ou período ao qual pretenda se dedicar. Esse procedimento, entretanto, impõe uma série de dificuldades. A primeira delas é a arbitrariedade inescapável de qualquer recorte temático ou temporal; a segunda e, no caso específico de Rui, a mais delicada de lidar, é a forma

como ele, já na maturidade, procurou imprimir uma linha interpretativa às suas próprias ações e pensamentos anteriores.

Obviamente, isso influenciou demais seus intérpretes e biógrafos e, em certos casos, dificultou análises posteriores ao obrigá-las a trabalhar num registro interpretativo já previamente estabelecido. Neste trabalho, procuramos contornar essas dificuldades por meio de um procedimento metodológico que, embora confira um *status* de destaque à interpretação proposta por Rui para as suas próprias ações e pensamentos, procura ao mesmo tempo interpretar tais ações e pensamentos no contexto histórico-político que os produziu. Em consonância com essa metodologia, também adotamos a sugestão metodológica de Gildo Marçal Brandão, de verificar a maneira como tais ideias e ações ultrapassam o contexto em que foram produzidas.

Essa estratégia metodológica permitiu, em primeiro lugar, elaborar uma análise das propostas de reformas de Rui Barbosa, sempre estabelecendo relações com o contexto que as produziram. Ao mesmo tempo, também permitiu rever as avaliações tanto de seus intérpretes quanto de seus biógrafos.

Outro procedimento que adotamos em nosso trabalho foi um recorte temporal das ações e do pensamento de Rui Barbosa. A estratégia consistiu em abordar sua produção desde os pródromos de sua atuação política até a passagem para a República. Isso permitiu reconstituir sua atuação política na juventude, e destacar suas propostas radicais de reformas. Depois, o período em que efetivamente frequentou o círculo parlamentar, como deputado imperial, e participou diretamente da formulação das propostas reformistas de vários governos liberais que antecederam a queda do Império. E, finalmente, os anos iniciais da República, quando, instalado no poder executivo e, exercendo o papel de ministro da Fazenda, atuou diretamente na modelação institucional do novo regime.

O objetivo principal deste trabalho consistiu, portanto, em analisar as propostas reformistas de Rui Barbosa e o diálogo que elas estabeleceram com o contexto histórico-político que propiciou o encaminhamento de cada uma delas. Essa análise visava estabelecer uma interação com um segmento de sua fortuna crítica, e demonstrar, conforme nossa hipótese inicial de pesquisa, que as propostas liberais reformistas de Rui Barbosa não estavam descoladas

da realidade brasileira, nem seu proponente tampouco era um “idealista utópico”, tal como lhe havia timbrado Oliveira Vianna. O passo seguinte consistiu em expor a forma como Rui compreendia a realidade na qual estava inserido e de que modo procurava solucionar os problemas concretos que envolviam cada uma das questões.

A vantagem deste procedimento foi permitir identificar a maneira como Rui lidava com as contradições inerentes à implantação de instituições liberais num ambiente geralmente inóspito, ou pelo menos pouco sensível, a tais instituições. Este recorte temporal também favoreceu a demonstração da guinada que ocorreu no pensamento de Rui a partir do momento em que, já no início da República, constatou que as reformas institucionais, pelas quais tanto militara e se esforçara por implantar, mostraram-se insuficientes para promover o seu ideal de um regime político liberal e democrático.

Tais procedimentos nos permitiram apresentar como resultado que Rui, embora julgasse que a implantação de instituições liberais democráticas exógenas fosse insuficiente para a consolidação e o desenvolvimento de uma sociedade liberal, jamais avaliou como inadequados tais esforços. Rui acreditava que, ao lado da implantação dessas instituições exógenas, deveria haver uma mobilização e um empenho para moralizar e educar a população segundo os princípios civilizacionais do liberalismo democrático.

Todavia, essa moralização e educação seguiam princípios estritos de sua concepção de democracia liberal, que necessariamente repercutia na sua noção de direitos políticos, ou seja, para Rui, a ignorância da maioria da população brasileira se refletiu na indiferença dessa gente em relação ao novo regime e aos direitos políticos que lhe foram concedidos, mormente com a extensão do direito de voto (que excluiu os analfabetos e as mulheres, mas eliminou o censo pecuniário). Essa indiferença teria sido um dos fatores responsáveis pela degeneração da forma democrática do regime republicano. Segundo acreditava, para que as novas instituições funcionassem a contento, a população deveria ser mobilizada para responder às necessidades de se reformar o regime degenerado. Contudo, ainda segundo Rui, somente as classes educadas, laboriosas e proprietárias seriam as portadoras da capacidade de compreender o que estava em questão. E somente elas - na expressão de Rui, as “classes conservadoras” - deveriam ser conclamadas a

atuar para promover as tais instituições há pouco implantadas e as correções do novo regime.

Para Rui, o povo brasileiro em geral era visto como incapaz de integrar uma sociedade moderna, que requeria a sua participação na decisão dos negócios do Estado. Se o ponto central para o estabelecimento de uma sociedade democrática é a participação do cidadão, a concepção democrática de Rui seguiu um sentido oposto, na medida em que convergiu para que as decisões públicas no país fossem tomadas pelos poucos que detinham o acesso ao poder. Isso pode ser demonstrado pela exclusão dos pobres e analfabetos da construção da nova ordem republicana, que dela foram afastados deliberadamente, desde o Império, com a aprovação da Lei Saraiva, da qual o político baiano foi um dos maiores entusiastas.

Rui considerava que o povo brasileiro, ainda nos primeiros anos do regime republicano, era imaturo para exercer seus direitos e deveres. Pregava a educação moral e religiosa para, com o tempo, o povo ser instruído e aí sim, poder exercer o seu direito de eleitor sem por em risco o destino da nação. Ao se preocupar fundamentalmente com o estabelecimento de leis e governos que garantissem os direitos civis aos cidadãos, bem como a qualificação do eleitorado, a forma liberal de Rui Barbosa pensar a democracia não era baseada na participação efetiva de todos os cidadãos nos assuntos da *res publica*.

Portanto, em termos amplos, os resultados da pesquisa indicam que a trajetória política de Rui tem início na defesa de um liberalismo radical, durante a época em que era acadêmico de Direito no final dos anos 1860, e se direciona para um liberalismo bastante conservador no período posterior à proclamação da República. Em termos mais específicos, nossa pesquisa aponta que a decepção com os resultados das reformas institucionais implementadas depois do 15 de novembro fez com que Rui passasse a desconfiar do povo brasileiro, visto como indolente e ignorante, ao mesmo tempo que depositava doravante suas esperanças nas “classes conservadoras”.

Ao julgar que a dissonância entre as formas de vida brasileira e as instituições importadas derivava de arcaísmos remanescentes ou deficiências educacionais e morais da população, as avaliações e atitudes de Rui, conforme

apresentadas no Capítulo VI, indicam o seu modo de pensar tal fenômeno. Daí seu posicionamento elitista e retrógrado de procurar nas “classes conservadoras” o refúgio onde ilusoriamente julgava encontrar a harmonia entre as instituições e as formas de vida liberais, e o modelo de grupo social que poderia conduzir o povo ignorante a perceber os seus próprios interesses.

Rui Barbosa foi, de fato, o principal formulador do programa de reformas liberais na passagem do Império para a República. Entretanto, quando observamos rigorosamente suas propostas, percebemos que elas possuíam um caráter bastante conservador. Excetuando seus primeiros discursos e artigos da época de estudante, onde as propostas reformistas de Rui apresentavam uma posição mais radical, seu programa para implantar as instituições liberais nos anos finais do Império e no início da República, em geral, expunha uma postura que defendia claramente a manutenção do *status quo* social e político.

Esse alinhamento ideológico é bastante nítido já no início da década de 1870, quando Rui, então vinculado ao Partido Liberal, defendia abertamente que aos analfabetos não deveria ser concedido o direito ao voto, posição que foi mantida durante a reforma eleitoral aprovada em 1881. É possível identificá-lo também nas propostas de reforma federalista que, a despeito dos avanços institucionais inegáveis, visava favorecer as oligarquias locais no controle das províncias ou dos estados. Até mesmo na reforma do elemento servil, o que se nota claramente nas propostas de Rui é uma preocupação com a função social que o ex-escravo deveria desempenhar a partir do momento em que conquistasse sua alforria, ou seja, quais os melhores mecanismos de que o Estado dispunha para assegurar que o liberto fosse integrado no sistema de produção. O alinhamento ideológico de Rui com a manutenção do *status quo*, que apontamos acima, pode mais uma vez ser visto nas suas propostas para a reforma do ensino. A educação das classes trabalhadoras visava à preparação do trabalhador para o mercado de trabalho e, sobretudo, à introjeção da noção de desigualdade social, para prevenir a eclosão de conflitos.

Enfim, as propostas reformistas de Rui tinham como finalidade precípua implantar as instituições liberais e aplainar o campo para que as formas de vida consagradas pelo liberalismo pudessem ser difundidas. A preocupação estava voltada, portanto, para a consolidação de um ambiente político e social que

assegurasse os direitos civis elementares dos cidadãos, sem, contudo, permitir que a maioria avassaladora da população desfrutasse dos direitos políticos e, conseqüentemente, participasse da administração do Estado.

E, finalmente, já na República, ao avaliar que a implantação das instituições liberais não promoveu os avanços civilizacionais prometidos, Rui acusa aqueles a quem justamente negou o direito de participar efetivamente da vida política da nação de serem os responsáveis por tal fracasso, e conclui que, doravante, os arautos do seu programa reformista devem ser as “classes conservadoras”, ou seja, as classes mais favorecidas da sociedade, em especial aquelas detentoras do saber formal e das propriedades.

Nesse sentido, é inútil querer discernir no programa reformista de Rui Barbosa qualquer laivo de radicalidade, se por esta se entender um compromisso com a concessão de direitos políticos e a participação efetiva da maioria da população na condução dos negócios do Estado. Desde o início de sua participação política como parlamentar do Império, até o momento em que desempenhou a função de ministro da Fazenda no primeiro governo republicano, o programa reformista liberal defendido por Rui trazia marcas indeléveis de um posicionamento conservador, com um claro compromisso com a manutenção do *status quo*.

O que nosso estudo demonstrou é que Rui não era nem o “idealista utópico”, cujas reformas estavam descoladas da realidade, nem o grande reformador social que não encontrava apoio na sociedade e no povo brasileiro para as instituições que buscava implantar. Seu projeto reformador era eminentemente conservador à medida que procurava eliminar qualquer possibilidade de conflito classista e manter a divisão social sobre a qual se assentava o *status quo* que caracterizava a sociedade brasileira.

Por último, o estudo da obra de Rui Barbosa revelou que o projeto brasileiro de modernização, que buscava afastar os resquícios coloniais e inserir o país no quadro das nações modernas ocidentais, passava ao largo de qualquer solução que requeresse a participação popular. Colateralmente, o estudo também indicou que a fortuna crítica de Rui Barbosa aderiu de algum modo a este projeto, pois preferiu atribuir o fracasso das reformas ou à inapetência do povo ou ao idealismo do proponente. Em momento algum foi especulado que o fracasso das reformas pudesse ter explicação justamente na

exclusão da grande maioria da população das decisões do Estado ou na impropriedade de se deixar deliberadamente tais decisões somente a cargo das classes favorecidas. Daqui, talvez, o maior significado de se estudar a obra de Rui Barbosa: até que ponto seus intérpretes, biógrafos ou críticos não se identificavam e ou não se identificam com seus pontos de vista sobre a forma como as reformas sociais deviam e ou devem ser implementadas e a quais objetivos deviam ou devem atender.

Bibliografia e Fontes

Fontes primárias:

Jornais e Revistas:

A Gazeta

A Manhã

Diário da Bahia

Época

Folha de S. Paulo

Isto É

Jornal do Brasil

O Dia

O Estado de S. Paulo

O País

Radical Paulistano

Tico-Tico

Documentos oficiais:

Diário Oficial da União

Anais da Câmara dos Deputados

Anais do Senado

Arquivo:

Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Obras Completas de Rui Barbosa:

BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, [1947-?], 49 volumes, divididos em 138 tomos.

_____. 10 de março. [Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 10 de março de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

_____. 8º Distrito da Bahia. In *OCRB*. Vol. XII. 1885. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

_____. *A Constituição de 1891*. In *OCRB*. Vol. XVII. 1891. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

_____. A Coroa e a guerra das raças. [Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 24 de abril de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

_____. A Ditadura de 1893. In *OCRB*. Vol. XX. 1893. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

_____. A emancipação progride. In *OCRB*. Vol. I. 1865-1871. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.

_____. A execução da Lei Torrens na Capital Federal. [Informação ao Chefe do Governo Provisório datada de 12/01/1891]. In *OCRB*. Vol. XVIII. 1891. Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

_____. A exposição de motivos sobre a dissolução da Câmara. In *OCRB*. Vol. XI. 1884. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

_____. A Fazenda Nacional em 15 de Novembro de 1889. Exposição ao Chefe do Governo Provisório. [Documento datado de 28/12/1889, também publicado no *Diário de Notícias*, em 31/12/1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

_____. A imigração na República Argentina. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.

- _____. A Justiça. Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo, em 17 de dezembro de 1909. In *OCRB*. Vol. XXXVI. 1909. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965.
- _____. A moléstia do Imperador. [Artigo no *Diário de Notícias* de 27 de maio de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. A nossa reação. [Artigo no *Diário de Notícias* de 06 de abril de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. A reforma eleitoral. In *OCRB*. Vol. VI. 1879. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.
- _____. As claras. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Aos abolicionistas baianos. [Discurso pronunciado no Teatro São João, Salvador, em 29 de abril de 1888]. In *OCRB*. Vol. XV. 1888. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965.
- _____. A situação abolicionista [Conferência em 2 de agosto de 1885 no Teatro Politeama sob a presidência da Confederação Abolicionista]. In *OCRB*. Vol. XII. 1885. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- _____. A situação liberal e o gabinete Martinho Campos. In *OCRB*. Vol. IX. 1882. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.
- _____. A situação liberal. In *OCRB*. Vol. VI. 1879. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.
- _____. Autonomia, federação. [Artigo no *Diário de Notícias* de 18 de junho de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Casas para Operários. [Parecer não publicado sobre o projeto n. 32 - 1892 do Senador C. C. Tavares Bastos]. In *OCRB*. Vol. XIX. 1892. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.

- _____. Circular aos eleitores. In *OCRB*. Vol. XI. 1884. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- _____. Confederação abolicionista. Homenagem ao patriótico Ministério Dantas. In *OCRB*. Vol. XII. 1885. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- _____. Da emancipação ao abolicionismo. In *OCRB*. Vol. XII. 1885. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- _____. Defesa da eleição direta. [Sessão em 21 de junho de 1880]. In *OCRB*. Vol. VII. 1880. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- _____. Deus nos dê pachorra. [Artigo no *Diário de Notícias* de 13 de junho de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Discurso a José Bonifácio. In *OCRB*. Vol. I. 1865-1871. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.
- _____. Discurso na Imprensa Nacional. In *OCRB*. Vol. XVII. 1891. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- _____. Discurso no Colégio Anchieta. In *OCRB*. Vol. XXX. 1903. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- _____. E se a Monarquia não quiser? [Artigo no *Diário de Notícias* de 2 de maio de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Eleição Direta. In *OCRB*. Vol. II 1872-1874. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.
- _____. Eleições para senador no Estado de Minas Gerais. [Sessão em 8 de julho de 1903]. In *OCRB*. Vol. XXX. 1903. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- _____. Escola Militar. [Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 30 de março de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

- _____. Federação. [Artigo no *Diário de Notícias* de 20 de setembro de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo VI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.
- _____. Filiação desconhecida. Parecer [Sobre a liberdade dos escravizados de filiação desconhecida]. In *OCRB*. Vol. XIV. 1887. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955.
- _____. Introdução (1921). In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. *Queda do Império. Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Liberdade ou República. [Artigo no *Diário de Notícias* de 17 de março de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Locação do serviço agrícola. In *OCRB*. Vol. XXV. 1898. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Memória apresentada ao Congresso Nacional pelo Senador Rui Barbosa. [Contestação à apuração da eleição de Presidente e Vice-Presidente da República realizada a 1 de março de 1910]. In *OCRB*. Vol. XXXVII. 1910. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1971.
- _____. Nós e os republicanos. [Artigo no *Diário de Notícias* de 8 de abril de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Nossa Democracia. [Artigo no *Diário de Notícias* de 05 de abril de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Nossa veracidade. [Artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 3 de abril de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. O ano político de 1887. [panfleto]. In *OCRB*. Vol. XV. 1888. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965.

- _____. O caso do Rio. [Artigo publicado n'A *Imprensa* em 13/04/1899.] In *OCRB*. Vol. XXVI. 1899. Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- _____. O desenho e a arte industrial. In *OCRB*. Vol. IX. 1882. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.
- _____. O Ministério. [Artigo no *Diário de Notícias* de 10 de junho de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. O Partido Republicano Conservador. Documentos de uma tentativa baldada. In *OCRB*. Vol. XXIV. 1897. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.
- _____. O Projeto Dantas. In *OCRB*. Vol. XI. 1884. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- _____. Organização das finanças republicanas. [Discurso no Congresso Constituinte na sessão de 16 de novembro de 1890]. In *OCRB*. Vol. XVII. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- _____. Origens republicanas. [Artigo no *Diário de Notícias* de 21 de março de 1889]. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. *Os atos inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal*. In *OCRB*. Vol. XX. 1893. Tomo V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1958.
- _____. Parecer n. 48. In *OCRB*. Vol. XI. 1884. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- _____. Parecer sobre a Redação do Código Civil. Vol. XXIX. 1902. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.
- _____. Parecer sobre o Projeto Nº 82. In *OCRB*. Vol. X. 1883. Tomo IV. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

- _____. Pelos Escravos. Às Senhoras Baianas. In *OCRB*. Vol. III. 1875-1876. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1971.
- _____. Plataforma. Lida no Teatro Politeama Baiano em 15 de janeiro de 1910. In *OCRB*. Vol. XXXVII. 1910. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967.
- _____. Política de Paz. In *OCRB*. Vol. XVI. 1889. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Projeto de Abolição apresentado à Loja América. In *OCRB*. Vol. I. 1865-1871. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.
- _____. Reforma da tarifa. [Relatório do Ministro da Fazenda, apresentado em janeiro de 1891]. In *OCRB*. Vol. XVIII. 1891. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.
- _____. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Parecer e Projeto da Comissão de Instrução Pública. In *OCRB*. Vol. X. 1883. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In *OCRB*. Vol. X. 1883. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- _____. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In *OCRB*. Vol. X. 1883. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In *OCRB*. Vol. X. 1883. Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. “Parecer”. Câmara dos Deputados. 1881-1882. In *OCRB*. Vol. IX. 1882. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

- _____. Reforma eleitoral. [Artigo publicado no *Radical Paulistano*, em 31 de maio de 1869.] In *OCRB*. Vol. I. 1865-1871. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.
- _____. Reforma eleitoral. [Redação final do projeto n. 2 D (Reforma Eleitoral). In *OCRB*. Vol. VII. 1880. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- _____. Reforma, ou burla? In *OCRB*. Vol. XII. 1885. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- _____. Relatório do Ministro da Fazenda. In *OCRB*. Vol. XVIII. 1891. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.
- _____. Relatório do Ministro da Fazenda. In *OCRB*. Vol. XVIII. 1891. Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.
- _____. Restituições históricas. O 15 de Novembro. [Entrevista]. In *OCRB*. Vol. XXX. 1903. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- _____. *Ruínas de um governo*. O governo Hermes. As ruínas da Constituição. A crise moral. A justiça. Manifesto à Nação. In *OCRB*. Vol. XL. 1913. Tomo VI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1966.

Outras edições da obra de Rui Barbosa:

- BARBOSA, Rui. *A Questão Social e Política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.
- _____. *Cartas de Inglaterra*. 2ª ed. Livraria Acadêmica: São Paulo, 1929.
- _____. *Correspondência*. Coligida, revista e anotada por Homero Pires. São Paulo: Saraiva, 1932.
- _____. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 1985.

- _____. *Escritos e discursos seletos*. Volume único. Seleção, organização e notas de Virgínia Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966.
- _____. “Manifesto à Nação”. In *Excursão eleitoral*. São Paulo: Casa Garraux, 1910.
- _____. Plataforma [Eleitoral] 15/01/1910. In *Excursão eleitoral*. São Paulo: Casa Garraux, 1910.
- _____. “Prefácio”. In DUQUE-ESTRADA, Osório. *A abolição*. Esboço histórico (1831-1888). Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.
- BARBOSA, Ruy. “Às classes conservadoras”. In *Campanha presidencial (1919)*. Salvador: Catilina, 1919.
- _____. *Cartas políticas e literárias*. Salvador: Livraria Catilina, 1919.
- _____. *Columnas de Fogo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.
- _____. *Esfola da Calúnia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.
- _____. *Mocidade e Exílio*. Cartas ao Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira e ao Dr. Antônio d’Araújo Ferreira Jacobina. Anotadas e prefaciadas por Américo Jacobina Lacombe. 2ª ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- _____. *Oração aos Moços*. Edição comemorativa do centenário do nascimento do grande brasileiro. Fac-símile do texto original, dactilografado e contendo emendas do próprio punho do Autor. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1949.

Obras de Referência:

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.

Diretoria Geral de Estatística do Império. *Relatório e Trabalhos Estatísticos*. Apresentados ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia, em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro: Tipografia de Hypolito José Pinto, 1877.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*. Regime parlamentar no Império. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1962.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Roteiro das Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974. 2 vols.

RIBEIRO, Luiz Rezende de Andrade. *Dicionário de conceitos e pensamentos de Rui Barbosa*. São Paulo: EDART, 1967.

Referências bibliográficas:

“A glória imortal de Rui Barbosa”. In *A Gazeta*. São Paulo, 5 de novembro de 1949.

“A vida de Rui Barbosa”. In *A Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de setembro de 1949.

“Carta de D. Pedro II à Regente Isabel”, pp. 817-818. Disponível: <http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/conselhos/downloads/pedro.pdf>

“Manifesto do Centro Liberal (1969)”. In BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª ed. v. 2. Brasília: Senado Federal, 2005.

“O Maior Brasileiro da História”. In *Época*. Rio de Janeiro: Globo, n.º 434, 11 de setembro de 2006. Disponível: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75263-5990,00.html>.

Acesso: 15/01/2012.

- ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: HUCITEC/Departamento de Ciência Política da USP, 1998.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “É a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919)”. In GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). *Experiências da emancipação*. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALENCAR, José Almino de. *Uns e outros*. Rio de Janeiro: Nau, 2014.
- ALONSO, Angela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo. (org.). *O Brasil Imperial*. v. 3: 1870-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, p. 2002.
- AMADO, Jorge. *O país do carnaval*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. “Rui, naquele tempo”. In *Jornal do Brasil*, 1º de marco de 1973. Disponível: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/sobre_rui_barbosa/FC_RB_CarlosDrummondAndrade_Rui_naquele_tempo.pdf. Acesso: 14/01/2012.
- ANDRADE, Oswald. “Rui e a árvore da liberdade”. In BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Volume único. Seleção, organização e notas de Virgínia Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966.

- ARAÚJO, Gisele Silva. "A síntese derrotada de Rui Barbosa: tradição liberal, positivismo e pedagogia". In *Perspectivas*. v. 37. São Paulo, jan./jun. 2010, p. 113-144.
- ARAÚJO, Gisele Silva. *Os sentidos da ordem e a legitimação da República brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ, 2009.
- ASSIS, Machado. *Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. 3 vols.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996.
- BAGEHOT, Walter. *The English Constitution*. London: Chapman and Hall, 1867.
- BARBOSA, Mario Lima. *Ruy Barbosa*. São Paulo: Ypê, 1949.
- BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *A construção do "herói"*. Leitura na escola: Assis - SP - 1920/1950. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BARRETO, Vicente (org.). *O Liberalismo e a Constituição de 1988*: textos selecionados de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*: estudos brasileiros. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOSI, Alfredo. "A escravidão entre dois liberalismos". In *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BRADLEY, Yan. *The Optimist*: Themes and Personalities in Victorian Liberalism. London: Faber and Faber, 1980.

- BRANDÃO, Gildo Marçal. "Ideias e argumentos para o estudo da história das ideias políticas no Brasil". In *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Ciência Política*. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. "Ideias e intelectuais: modos de usar". In SANTOS, Boaventura de Sousa; BRANDÃO, Gildo Marçal; VIANNA, Luiz Werneck. *Por que pensar?* In *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. São Paulo, 2001, nº 54.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- BRANDÃO, Gildo Marçal; VIANNA, Luiz Werneck. *Por que pensar?* In *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. São Paulo, 2001, nº 54.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. 2ª ed. Lisboa: Teorema, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2ª ed. revista. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CALMON, Pedro. "Prefácio". In BARBOSA, Rui. *A Constituição de 1891*. In OCRB. Vol. XVII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. (Momentos decisivos). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1981. 2 vols.
- CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas*. Rui Barbosa: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 2 vols. [1ª ed. 1924].
- CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. Texto e contexto. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, Antônio Gontijo. *Rui estudante*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

- CARVALHO, José Murilo de. "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". In *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, nº 1, 2002, pp. 123-152.
- CARVALHO, José Murilo de. "Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove". Center for Brazilian Studies. University of Oxford. Working Paper Number CBS-87-07. Disponível: <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/WP87-murilo.pdf>. Acesso: 25/04/2015.
- CARVALHO, José Murilo de. "Os três povos da República". In CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. "Escravidão e razão nacional". In *Dados*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, 1988.
- CARVALHO, José Murilo. "Rui Barbosa e a razão clientelista". In *Dados*. Vol. 43, n.1. Rio de Janeiro, 2000.
- CELSO JUNIOR, Afonso. *Oito anos de parlamento*. Brasília: UNB, 1981.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil. 1850-1888*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, João Cruz. *Augusto Comte e as origens do positivismo*. Origens da Filosofia e da Política de Augusto Comte. 2ª ed. São Paulo: Companhia nacional, 1959.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- D' AMARAL, Luís Tavares. *Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Três, 1974.

- DANTAS, San Tiago. "Rui Barbosa e a renovação da sociedade". In BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Volume Único. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966.
- DELFIN NETO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. 2ª impressão. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas/USP. Boletim nº 5, 1966.
- DELGADO, Luiz. *Rui Barbosa*. Tentativa de compreensão e de síntese. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Sociabilidades sem história: votantes pobres na corte (1824-1881)". In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- DUQUE-ESTRADA, Osório. *A abolição*. Esboço histórico (1831-1888). Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.
- EDITORIAL. "A glória imortal de Rui Barbosa". In *A Gazeta*. São Paulo, 5 de novembro de 1949.
- EIRIZIRIK, Nelson Laks. "O liberalismo econômico e a criação das disciplinas de Direito Comercial e Economia Política". In BASTOS, Aurélio Wander. *Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras*. Ensaio sobre a criação dos cursos jurídicos. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do patronato político brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.
- FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41- Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. In SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.

- FERRARO, Alceu Ravanello. “Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881)”. In *Educação em Revista*. Belo Horizonte. Vol. 26, nº 03, dez. 2010.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *O som do outro sino - um breviário liberal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;UNB, 1958.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1960.
- FRANCO, Gustavo H. B. “Prefácio”. In BARBOSA, Rui. *O papel e a baixa do câmbio: um discurso histórico*, 1891. Rio de Janeiro: Reler, 2005.
- FREYRE, Gilberto. “Rui Barbosa e a questão social”. In FREYRE, Gilberto. *Pessoas, coisas & animais*. São Paulo: MPM Propaganda, 1979.
- FREYRE, Gilberto. “Rui Barbosa: um quase *défroqué* desgarrado na política. João Mangabeira, discípulo de Rui”. In FREYRE, Gilberto. *Pessoas, coisas & animais*. São Paulo: MPM Propaganda, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. In SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.
- FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica: quatro ensaios*. São Paulo: É Realizações, 2013.
- GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epitácio Pessoa*. (1865-1942). v. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1951.
- GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GONÇALVES, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República”. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_JoaoFelipeGolcalves_Enterrando_RuiBarbosa.pdf. Acesso: 19/12/2012.
- GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Editora brasiliense, 1973.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Crise do regime. In *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 5º Vol. Do Império à República. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In *História geral da civilização brasileira*. Tomo. II. O Brasil Monárquico. 5º Vol. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Reações e transações. In *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 3º Vol. São Paulo: DIFEL, 1967.
- IGLÉSIAS, Francisco. "Vida política, 1848/1868". In HOLANDA, Sérgio Buarque de. In *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 3º Vol. São Paulo: DIFEL, 1967.
- JORGE, Salomão. *Um piolho na asa da Águia*. Resposta à *Rui, o Homem e o Mito*, de R. Magalhães Júnior. São Paulo: Saraiva, 1965.
- LACOMBE, Américo Jacobina (org). *Correspondência do Conselheiro Manuel P. de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1962.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira". In *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. Os limites da dominação totalitária. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- LEME, Ernesto. *Rui e São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.

- LESSA, Renato. "A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina". In CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Editora Ideias & Letras, 2006.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UNESP, 2004.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *A pedagogia de Rui Barbosa*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- LUKÁCS, Georg. "Balzac: 'Les Illusions Perdues'". In *Ensaio sobre literatura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Difel, 1961.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. "A utopia democrática. Rui Barbosa entre o Império e a República". In MAGALHÃES, Rejane de Almeida; SENNA, Marta de. *Rui Barbosa em perspectiva*. Seleção de textos fundamentais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007.
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. Fastígio (1870-1880). Belo Horizonte: Itatiaia; EDUSP, 1977. 3 vols.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.
- MACPHERSON, C. B. *The life and times of liberal democracy*. Canada: Oxford University Press, 2012.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Rui*. O homem e o mito. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- MANGABEIRA, João. *Ruy*. O Estadista da República. 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1960.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva; EDUSP, 1974.

- MARTINS, José de Sousa. "O famoso Águia de Haia". In *O Estado de S. Paulo*. Caderno Brasil, 11 de maio de 2009. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,o-famoso-aguia-de-haia,368745> . Acesso: 12/04/2016.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 1933-1960. v. 7. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.
- MELANTONIO, Oswaldo. *Da necessidade do General Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Soma, 1987.
- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Contribuição ao estudo da formação brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: Antigo e Moderno*. 3ª Ed. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.
- MILL, John Stuart. *Consideraciones sobre el gobierno representativo*. [1861] Madri: Alianza Editorial, 2001.
- MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Coimbra: Edições 70, 2010.
- MONTEIRO, Rolando. *Ruy e o exílio*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1978.
- MONTEIRO, Tobias. "Como se fez a Constituição da República". [Artigo publicado no jornal *A Notícia*, em 15 de outubro de 1894]. In BARBOSA, Rui. *A Constituição de 1891*. In OCRB. Vol. XVII. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- MORAES FILHO, Evaristo de. "Introdução". In BARBOSA, Rui. *A Questão Social e Política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.
- MORAES, Marco Antonio (org.). *Correspondência*. Mario de Andrade & Manuel Bandeira. 2ª ed. v. 1. São Paulo: EDUSP/IEB, 2001.
- NABUCO, Joaquim. Discurso na Câmara dos Deputados, de 11 de junho de 1889. In *Obras completas de Joaquim Nabuco*. v. XI. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. (Introd. de Gilberto Freyre). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araujo. Sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1898. 3 vols.
- NASSIF, Luís. *Os cabeças-de-planilha*. Como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- NOGUEIRA, Ataliba. “Rui Barbosa e Campinas”. In *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*. v. 2, n. 4, set/dez. 1970.
- NOGUEIRA, Rubem. *História de Ruy Barbosa*. 2ª ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- NOGUEIRA, Rubem. *Rui Barbosa: contemporâneo do futuro*. Episódios de suas lutas parlamentares. Brasília: Senado Federal, 2006.
- ORNELLAS, Archimino. *Ruy Barbosa*. Rio de Janeiro: Associação Atlética Banco do Brasil, 1955.
- PALHA, Américo. *História da vida de Rui Barbosa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1954.
- PENTEADO, José de Arruda. *A consciência didática no pensamento pedagógico de Rui Barbosa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. “Prefácio”. In *OCRB. Cartas de Inglaterra*. Vol. XXIII. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- PICCHIA, Menotti del. “Rui e o momento”. In *A Gazeta*. São Paulo, 5 de novembro de 1949.
- PINTO, Paulo Brossard de Souza. “Rui e o Presidencialismo”. In FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Rui Barbosa e a Constituição de 1891*. Rio de Janeiro: 1985.
- PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil*. Da Colônia à 6ª República. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme. “A Economia Política das Reformas Econômicas da primeira década republicana”. In *Análise Econômica*. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Ano 21, n. 39, março de 2003, p. 15.

Disponível:

<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10724/6335>. Acesso: 30/08/2013.

RAMOS, Alberto. G. *Administração e Estratégia de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.

RICOUER, Paul. "The Model of the Text: Meaningful Action considered as a Text". In: RABINOW, Paul; SULLIVAN, William (Eds). *Interpretive Social Science: a Reader*. Berkeley: University of California Press, 1979.

RICUPERO, Bernardo. "A crítica da cópia em Oliveira Vianna". In 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, 2012. Disponível: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8148&Itemid=76. Acesso: 20/04/2015.

ROCHA, Leonel Severo da. *A democracia em Rui Barbosa*. O projeto político liberal-racional. Rio de Janeiro: Liber juris, 1995.

RODRIGUES, F. Contreiras. *Novos rumos políticos e sociais*. Porto Alegre: Globo, 1933.

ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. Perfis biográficos. Um liberal chamado Sinimbu. In: SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SANTOS, Wanderley G. dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEAMAN, L. C. B. *Victorian England*. Aspects of English Imperial History: 1837-1901. London: Mathuen & Co., 1973.

- SENNA, Homero. *Rui e o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Ministério da Cultura, 1994.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- SKINNER, Quentin. "Meaning and understanding in the history of ideas". In: TULLY, James. (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- SKINNER, Quentin. "Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action". In: TULLY, James. (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- TASINAFIO, Célio Ricardo. "Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868". In OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.
- TASINAFIO, Célio Ricardo. "Introdução". In SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. *A beleza salvará o mundo*. Wilde, Rilke e Tsvetaeva: os aventureiros do absoluto. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império*. Ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

- VENÂNCIO FILHO, Alberto. "Prefácio". In CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. 2ª ed. v. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- VIANNA, Francisco de Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- VIANNA, Francisco de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. 2 vols.
- VIANNA, Francisco de Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- VIANNA, Francisco de Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959. [1ª ed. 1925].
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- WEREBE, Maria José. "A educação". In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 4º Vol. Declínio e queda do Império. São Paulo: Difel, 1982.

Trabalhos não publicados:

- FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado*. Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). São Paulo: USP, 2012. [Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, FFLCH]. Mimeo.
- FRANCISCO, Renata Ribeiro. *As sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo (1850-1871)*. Dissertação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. UNESP, Franca: 2010.

GONÇALVES, Vera Tereza Valdemarin. *O liberalismo demiurgo*. Estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa. Tese Doutorado. USP. Faculdade de Educação, 1994.

RÊGO, Walquiria D. Leão. *Um liberalismo tardio*: Tavares Bastos, Reforma e Federação. São Paulo: USP, 1989. [Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, FFLCH]. Mimeo.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. *Rui Barbosa e Pinheiro Machado*: disputa política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca. São Paulo: PUC, 2005. [Tese de Doutorado]. Mimeo.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia*: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Dissertação. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: 2009.

SILVA, Leandro de Almeida. *O Discurso modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)*. Juiz de Fora: UFJF, 2009. [Dissertação de Mestrado]. Mimeo.

Sites e endereços eletrônicos:

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&PagFis=22313&Pesq=>

<http://tvcultura.cmais.com.br/srbrasil/rolando-boldrin-sr-brasil-cmais>

http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_O_brasileiro_do_seculo.pdf

http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/kn/FCRB_AmericoJacobi_naLacombe_AProposito_de_Rui.pdf

<http://www.monumentos.art.br/projeto.html>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0104200714.htm>